

Comissão da
verdade
da UFRN





Reitoria da UFRN

Ângela Maria Paiva Cruz
(**Reitora**)

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes
(**Vice-Reitora**)

Célia Maria da Rocha Ribeiro
(**Chefe de Gabinete**)

Direção da EDUFRN

Maria da Conceição Fraga
(**Diretora**)

Wilson Fernandes
(**Diretor Adjunto**)

Membros da Comissão da Verdade

Carlos Roberto de Miranda Gomes
(**Presidente**)

Ivis Alberto L. Bezerra de Andrade
(**Vice-Presidente**)

Almir de Carvalho Bueno

José Antônio Spinelli Lindozo

Juan de Assis Almeida

Maria Ângela Fernandes Ferreira

Moisés Alves de Souza

Kadma Lanúbia da Silva Maia
(**Secretária**)

Edilson Pedro Araújo

Kaline Faria de Araújo

Juan de Assis Almeida (Até 09/2013)

Lucila Barbalho do Nascimento

Mayane Ranice Costa

Monique Maia de Lima

Thales Gomes de Lima (Até 08/2013)

Patrícia Wanessa de Moraes

Yasmênia Evelyn

(**Bolsistas**)

Jana Sá

José Willington Germano

(**Colaboradores**)

Conselho editorial

Maria da Conceição Fraga
(**Presidente**)

Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra

Anna Emanuella N. dos S. C. da Rocha

Anne Cristine da Silva Dantas

Carla Giovana Cabral

Edna Maria Rangel de Sá

Eliane Marinho Soriano

Fábio Resende de Araújo

Francisco Wildson Confessor

George Dantas de Azevedo

Lia Rejane Mueller Beviláqua

Maria Aniolly Queiroz Maia

Maria da Conceição F. B. S. Passeggi

Maria de Fátima Garcia

Maurício Roberto Campelo de Macedo

Nedja Suely Fernandes

Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento

Paulo Roberto Medeiros de Azevedo

Regina Simon da Silva

Rosires Magali Bezerra de Barros

Tânia Maria de Araújo Lima

Tarcísio Gomes Filho

Editoração

Alva Medeiros da Costa
(**Supervisão editorial**)

Revisão

Wildson Confessor
(**Coordenação de revisão**)

Irlane Larissa Lira

Design editorial

Michele de Oliveira Mourão Holanda

Fotos da Reitora, Vice-Reitora e Membros da Comissão da Verdade

Cícero Oliveira

Supervisão gráfica

Francisco Guilherme de Santana

Impressão

Moura Ramos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Comissão da
verdade
da UFRN



Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Gabinete do Reitor.

Comissão da verdade da UFRN [recurso eletrônico] : relatório final / Universidade Federal do Rio Grande do Norte. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

490 p.

ISBN 978-85-425-0509-2

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Comissão da verdade – Relatório. I. Título.

RN/UF/BCZM	2015/54	CDD 378.98132 CDU 378.4(813.2)
------------	---------	-----------------------------------

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: edufrn@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3215-3236 | Fax: 84 3215-3206

SUMÁRIO

Agradecimentos **7**

Apresentação **9**

I Introdução **11**

*Carlos Roberto
de Miranda Gomes*

II Antecedentes, Registros
Históricos, Dados e Resultados
da Comissão da Verdade na
Universidade Federal do Rio
Grande do Norte **31**
Juan de Assis Almeida

III Arcabouço Histórico
da Ditadura Militar no Brasil –
Eclosão da Ditadura e os Reflexos
no Estado
do Rio Grande do Norte
e na UFRN **67**
José Willington Germano

IV A Assessoria de Segurança e
Informações do Ministério da
Educação e Cultura (MEC) na Uni-
versidade Federal do Rio Grande
do Norte (ASI/UFRN): O Braço

da Repressão nas Universidades
Brasileiras **85**
Almir de Carvalho Bueno

V Diligências para Localização do
Acervo Documental da Extinta
Assessoria de Segurança e Infor-
mações da UFRN
(1970 a 1990) **101**
Juan de Assis Almeida

VI A Ação Estudantil Pré-1964
no Rio Grande do Norte **115**
*Ivis Alberto Lourenço Bezerra de
Andrade*

VII Ações Repressivas Oficiais:
IPMs da UFRN – 1964/RO – e
do Restaurante Universitário –
1968/7ª RM **121**
*Carlos Roberto de Miranda
Gomes e Juan de Assis Almeida*

VIII Resistência e Memória:
Atuação Estudantil-Universitária
Durante a Ditadura Militar
(1964-1985) **143**
Juan de Assis Almeida

IX Movimento Docente: Criação
da ADURN no Período de Rede-
mocratização **325**
*Jana Sá e Maria Ângela
Fernandes Ferreira*

X Expurgo de Pessoal
Docente **385**
*Juan de Assis Almeida e Maria
Ângela Fernandes Ferreira*

XI Resgate Histórico da Movimen-
tação dos Servidores Públicos
Federais **399**
Moisés Alves de Souza

XII Considerações Finais
e Recomendações **411**

Referências **429**

Lista de Abreviaturas **441**

Anexos **445**
Documentos e Iconografia



Agradecimentos

A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte agradece às seguintes instituições, unidades e pessoas que contribuíram com os seus trabalhos para a efetivação do Direito à Memória e à Verdade da Instituição:

- Aos depoentes
- Aos colaboradores
- Arquivo Geral da UFRN
- Arquivo Público do RN
- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – ADURN
- Biblioteca Central Zila Mamede – UFRN
- Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti – CAAC
- Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
- Comissão Nacional da Verdade – CNV
- Coordenação do Laboratório de Imagens (CCHLA-UFRN)
- Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG/AN
- Diretório Central dos Estudantes José Silton Pinheiro – DCE
- Equipes da ASCOM e AGECOM – UFRN
- Equipe da Editora Universitária – UFRN
- Equipe da TV Universitária – UFRN
- Equipe dos Órgãos Colegiados – UFRN
- Fundação José Augusto – FJA
- Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN
- Ordem dos Advogados do Brasil/RN – OAB

- Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior – SINTEST
- Ana Maria Pereira Aires (CERES-UFRN)
- André Felipe Bandeira Cavalcante (DCE)
- Ângela Maria Paiva Cruz (Reitora da UFRN)
- Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes (Vice-Reitora da UFRN)
- Célia Maria da Rocha Ribeiro (Chefe de Gabinete-UFRN)
- Danyelle Rosana Guedes (DCE)
- Justina Iva de Araújo Silva (Profa. Aposentada da UFRN)
- Luciana Ferreira Leite (Departamento de Pessoal – UFRN)
- Marcone de Oliveira Maffezzoli (Diretor da FM Universitária)
- Margarida Maria Dias de Oliveira (EDUFRN)
- Maria da Conceição Fraga (PROEX)
- Moisés Vicente da Silva (Labcom-UFRN)
- Sandra Sasseti Fernandes Erickson (Profa. do DELLEM-UFRN)
- Sebastião Faustino P. Filho (Chefe do Depto. de Comunicação Social-UFRN)
- Tarcísio Gurgel (Apresentador – programa Memória Viva)

Apresentação

Pela Verdade

Esta publicação apresenta o resultado de um esforço coletivo que irá somar-se ao da Comissão criada pela Presidenta Dilma Rousseff através da Lei Federal nº 15.528, com a finalidade de projetar luz sobre fatos que permaneciam obscuros na história do país. Para que resultasse no texto que se lerá a seguir, foi necessário formar uma comissão que – tal como a outra, de caráter nacional – tivesse nome e compromisso com a Verdade, uma vez que muitos daqueles fatos, tendo como cenário a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, necessitavam de esclarecimento.

A iniciativa do Governo Federal coaduna-se perfeitamente com as políticas institucionais da UFRN. A recuperação da memória histórica está em consonância com os nossos compromissos com a justiça social, a democracia e a cidadania como valores constitutivos da Missão da UFRN, preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional, e também com os princípios de ética, democracia, pluralidade e respeito à diversidade que orientam os Programas Estruturantes e as ações prioritárias do nosso Plano de Gestão. Por essa razão, a criação da Comissão da Verdade na UFRN foi assumida como ato imprescindível da administração universitária.

Por um dever de justiça, relembro a importância de um episódio. Quando da VII Aula Magna do Curso de Direito, relativa ao período 2012.2, um documento foi entregue pelos estudantes à Reitora, com o título de “Pela Abertura da Comissão da Verdade do Rio Grande do Norte”. A associação dessa entrega



Ângela Maria Paiva Cruz
Reitora da UFRN



Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes
Vice-Reitora da UFRN

ao simbolismo da aula, intitulada “Direito à Memória, à Verdade e Justiça” repercutia a expectativa de resgate, pois se tratava de chamar a atenção para a necessidade de uma reparação histórica. E a Comissão da Verdade da UFRN foi instalada em sessão solene a 18 de dezembro de 2013. Desde então, em reuniões de que participaram professores ativos e aposentados e as entidades das categorias universitárias – ADURN-Sindicato, SINTEST-RN e DCE-RN – foram sendo coligidos os dados e as informações que deram forma ao presente documento.

Como Reitora da UFRN, pude acompanhar o paciente trabalho de pesquisa do grupo liderado pelo ilustre professor Carlos Roberto de Miranda Gomes, que ouviu depoimentos, reuniu documentos, recorreu a registros da imprensa e do programa Memória Viva, da TV Universitária, recompondo, ao final, um rico painel daquele período de angústia e opressão. Nem tudo pôde ser regatado, pois aspectos importantes não lograram vir à tona, por dificuldades que vão da triste diligência dos que fizeram desaparecer documentos à recusa dos que optaram por não colaborar, prestando as informações solicitadas pela comissão.

Mas nada diminuirá o esforço empreendido. Afinal, o empenho de contar a história respeitando sua verdade aqui se encontra. E com a força de um documento que também será de extrema utilidade para os pesquisadores e os estudantes das Ciências Humanas, restando como uma triste e densa amostragem: o fichamento de 259 membros da comunidade universitária, além das prisões, torturas, os expurgos, expulsões e do desaparecimento de presos políticos.

Uma comprovação do que pode o Estado de Direito na busca da Verdade.

Ângela Maria Paiva Cruz
Reitora da UFRN

I Introdução

Carlos Roberto de Miranda Gomes¹

Artigo I - Fica decretado que agora vale a verdade, agora vale a vida e de mãos dadas marcharemos todos pela vida verdadeira;
Thiago de Mello, Estatuto do Homem.

Após uma vivência sob o jugo Português, o espírito de brasilidade foi cultivado nas academias europeias e chega ao Brasil com o histórico “Grito do Ipiranga” no dia 07 de setembro de 1822 através de D. Pedro I, Príncipe Regente, ganhando a adesão da juventude e da comunidade pensante de então.

Composto o Império brasileiro, sequenciado com o governo de Pedro II, assim caminhou até a sua deposição em 15 de novembro de 1889, com o golpe militar de Deodoro, que nos fez ingressar inseguramente nos braços da República, sempre permeada por intervenções militares – revolucionárias, as de 1888-1889; reformistas, em razão do inconformismo patente nos movimentos tenentistas de 1922, no governo de Artur Bernardes, que durou até 1926, em sua maior parte sob estado de sítio, 1924² e 1930. Neste último ano, inaugurando um governo herdeiro da crise econômica do ano anterior, fazendo emergir a contestação da revolução social tendo como ponta de lança os partidos comunistas, organizados sob disciplina militar e se espelhando no modelo da União Soviética.

Diametralmente em contrário surgem os movimentos fascistas na Itália com Mussolini e o nazismo na Alemanha com Adolf Hitler, facções que abraçam um aspecto de nacionalismo e de racismo que, no Brasil, se abrigaram no movimento integralista de Plínio Salgado.

1. Professor aposentado do Departamento de Direito Público e Presidente da Comissão da Verdade da UFRN.

2. Em 1924, teve início a Coluna Prestes, liderada por Luiz Carlos Prestes, percorrendo 13 estados e 25 mil quilômetros na busca de angariar adesão para as causas tenentistas, contando com o apoio de militares, como Cordeiro de Farias e Juarez Távora, e culminando com a sua destituição em fevereiro de 1927 com a deposição de armas na Bolívia.

A repressão policial, o clientelismo e a corrupção desembocam em revoltas à semelhança de 1922 e 1924 até o fato mais grave do assassinato de João Pessoa, à época Presidente da Província da Paraíba, fato ocorrido em 26 de julho, estopim para a implantação de um outro momento político, com a chamada Revolução de 1930, e a deposição do Presidente Washington Luiz em 24 de outubro, dando começo do novo regime em 31 do mesmo mês e ano, assumindo o Senhor Getúlio Vargas no dia 3 de novembro subsequente, ali se estabelecendo. “Getúlio nunca aderiu a qualquer doutrina ideológica. Conforme as conveniências, manipulava este ou qualquer aspecto de todas elas afastado de ambos os extremos” (FRIAS FILHO, 2013).

3. MELO FILHO, Murilo. Testemunho Político. Rio de Janeiro: Bloch, 1997.

O novo mandatário, segundo registram alguns historiadores, teve dúvidas sobre a viabilidade da revolução. Houve tempo em que pairavam no ar notícias de conspiração e já então ventilava pagar uma eventual derrota com a própria vida.³

Mais uma vez a repressão policial renova os desencantos e protestos acontecem no mês de março de 1932, nas ruas de São Paulo, notadamente em 07 de julho, com resultado de quatro estudantes mortos.

Em 1935, eclode novo e mais forte movimento de rebeldia, conhecido como Insurreição Comunista em novembro de 1935 nas cidades de Natal – que instalou durante quatro dias um governo comunista, Recife e Rio de Janeiro, também conhecido como “Intentona Comunista”.

A deficiência na condução das ações por Carlos Prestes e Agildo Barata resultou em um movimento efêmero, tendo como resultado 22 mortes, deixando um lastro sempre aproveitado para servir de marco forçado de um fantasma e pretexto contra a esquerda e que perdura até os dias presentes fazendo, imediatamente (10 de novembro), nascer o Estado Novo em 1937, com duração de 8 (oito) anos (1937-1945). Estava implantada a ditadura getulista, marco de um período reacionário.

O mundo vivia momentos difíceis, com o crescimento afrontoso do fascismo e do nazismo no continente europeu do que motivou a deflagração do 2º Grande Conflito Mundial em setembro de 1939, contando com o apoio do Japão.

Getúlio, que pendia para o movimento nazista, episodicamente, voltou a se alinhar com os Estados Unidos a partir de 1942, tornando o Brasil um protagonista nos campos da Itália ao lado dos aliados, que ainda contaram com outras grandes potências europeias – Inglaterra, França e Rússia até o seu findar em 1945, que coincide, igualmente, com o fim do Estado Novo.

A Constituição de 1946 nos traz a certeza de que toda a ditadura, por mais longa e sombria, está determinada a ter um fim. E, no caso da ditadura de Vargas, pode-se dizer que a luz que se segue às trevas foi de especial intensidade: o liberalismo do texto de 46 deve ser motivo de orgulho para todos os brasileiros.⁴

4. ANDRADE, Paulo Bonavides –Paes de. *História Constitucional do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Um nome vinha sendo preparado para iniciar um novo momento político, na pessoa do brigadeiro Eduardo Gomes. Eram inevitáveis as eleições. A muito custo, em 22 de fevereiro de 1945, Getúlio referenda a Lei Constitucional nº 9 e anuncia para dentro de três meses a divulgação de um calendário eleitoral.

Finda a ditadura getulista em 1945, em nome da democracia e ainda por força dos militares, inaugurou-se uma época de restauração da liberdade, porém ainda sob o comando de um militar – o Marechal Eurico Gaspar Dutra, “Presidente do Livrinho”, vencedor do pleito pela legenda do PSD com maioria absoluta sobre o candidato Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN; Yeddo Fiuza do PCB e Mário Rolim Teles, do Partido Agrário Nacional. O eleito, que fora Ministro da Guerra do governo decaído e avesso ao Estado Liberal, no entanto dotou o País de uma nova Constituição, promulgada no dia 19 de setembro de 1946, restaurando os direitos civis e políticos, embora haja praticado atos típicos de um governo autoritário, pondo na ilegalidade os partidos de esquerda e perseguindo suas lideranças.

O velho caudilho gaúcho, contudo, foi eleito para o Senado da República e trabalhou para retornar ao poder com discurso populista, logrando êxito pelo voto popular em 1951, através da legenda do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, apesar do inconformismo dos militares, suplantando os seus adversários brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), mais uma vez e Christiano Machado (PSD). Mas o

seu governo não conseguiu evitar a crescente onda de denúncias, corrupção e violência e de uma oposição ferrenha do jornalista Carlos Lacerda, que terminou sendo ferido em um atentado em 5 de agosto de 1954 na Rua Toneleros, em que foi trucidado o major Rubens Tolentino Vaz, situação que se tornou insustentável e provocou o suicídio do Presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, gerando uma comoção geral no País, sobretudo pela divulgação de uma “Carta Testamento” de incomensurável valor para a nossa História, tendo assumido o Vice-Presidente João Café Filho, entre um interminável movimento de rebeldia política e conspiração da qual também participou, que não permitiu terminar o governo em 31 de janeiro de 1955.⁵

5. O Brasil, naquela ocasião, era um país realmente único em todo o mundo, pois tinha quatro presidentes da República: um impedido, Café Filho; outro no exercício, Nereu Ramos; um terceiro, de fato, General Lott; e o último, de direito, JK. (Apontamentos obtidos em MELO FILHO, Murilo, op. cit., p. 233).

6. BOJUNGA, Claudio. *JK o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

O Brasil sem Vargas era uma incógnita eleitoral nas semanas que se seguiram ao suicídio. Alguns pensavam que Getúlio continuaria a eleger ‘post-mortem’. O udenismo tinha esperanças de que o poder bem manipulado poderia alterar o rumo dos acontecimentos, extirpando as raízes do PTB órfão e retirando a motivação do PSD, que não se privaria das condições de se beneficiar do poder.⁶

Nesse clima de incerteza, foi realizado o pleito para escolher o novo Presidente da República, saindo vencedor Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela legenda do PSD, contra Juarez Távora (UDN-PDC), Adhemar de Barros e Plínio Salgado. Com ele assume o Vice-Presidente João Goulart (PTB).

Sua gestão é iniciada em pleno estado de sítio, com a deposição do Presidente interino Carlos Luz e substituição por Nereu Ramos. Mas, apesar de muita turbulência, inclusive de duas rebeliões armadas – Jacareacanga, no Estado do Pará, provocada por militares da Aeronáutica e Aragarças, no Estado de Goiás, respectivamente, em 1956 e 1959, conseguiu chegar ao final do seu governo com grande aplauso do povo e reconhecimento da Nação, transferindo a Capital da República para Brasília em 21 de abril de 1960, de onde, em 31 de janeiro do ano seguinte, no Palácio do Planalto (DF) transferiu a faixa presidencial ao seu sucessor Jânio Quadros, vencedor da eleição pela coligação UDN/PR/PL/PDC/PTN, tendo como Vice-Presidente o Senhor João Goulart (PSD/PTB/PST/PSB/

PRT) que fazia parte da chapa do seu principal opositor Henrique Teixeira Lott (PSD/PTB/PST/PSB/PRT), Marechal do Exército brasileiro e que se apresentava como exceção à regra dos militares de alta patente.

Concorreu nesse pleito, ainda, o conhecido político paulista Adhemar de Barros (PSP).

Jânio Quadros assume o governo num clima de democracia e com a presença de grande concentração popular, iniciando uma gestão marcada pela expedição de atos excêntricos e procedimentos contraditórios, que abreviaram o exercício do seu mandato, abruptamente terminado com a sua renúncia no dia 25 de agosto de 1961 – Dia do Soldado, cuja solenidade marcou o seu derradeiro ato presidencial, pois logo no início da tarde anunciava a renúncia: “Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou difamam, até com a desculpa de colaboração”.

Seu gesto foi comunicado aos três ministros militares pelo General Pedro Geraldo e, em seguida, ao Senador Moura Andrade pelo Ministro Oscar Pedroso Horta, sendo encarregado ao jornalista Murilo Melo Filho fazer a entrega de cópia à Câmara Federal na pessoa de Abelardo Jurema.⁷

Nessa emergência, assume o governo o Deputado Ranieri Mazzili, uma vez que o Vice-Presidente João Goulart encontrava-se em viagem ao exterior, gerando expectativas durante treze dias de incertezas, pois forças militares se opunham à sua investidura. Sob a posição contrária do Marechal Lott e incontrolável pressão das forças populares lideradas por Leonel Brizola e pelos estudantes, a solução política encontrada naquela ocasião foi a aprovação, em regime de urgência urgentíssima, no dia 2 de setembro, da Emenda nº 4 à Constituição, restringindo os poderes da Presidência da República e da instauração de um regime de gabinete (parlamentarismo), inteiramente fora das tradições republicanas.

Com esse novo formato, João Belchior Marques Goulart assume a Presidência da República Federativa do Brasil no dia 7 de setembro de 1961, tendo como seu Primeiro-Ministro o político mineiro Tancredo Neves, que permaneceu no cargo até 1962, quando voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

7. Registram os historiadores que a renúncia de Jânio seria um golpe, para, em seguida, desistir dela e retornar mais forte ao governo, oportunidade que não lhe foi dada.

O novo Presidente era pressionado para formar um governo à esquerda, com projetos de reformas de base no campo agrário – organizam-se ligas camponesas com atuação no nordeste através de Francisco Julião e da nacionalização de empresas e bancos; criação da SUDENE e da CHESF, apontando para o início da industrialização do Nordeste. Para isso, Leonel Brizola percorria todo o Brasil em pregação dessa ideologia.

Em 6 de janeiro de 1963, um plebiscito derruba o regime parlamentar e restaura o presidencialismo dando ao Presidente o maior respaldo de que ansiava para complementar as suas ideias reformistas, que foram o estopim para o início de um clima de violência política, com realização de comícios inflamados – um dos quais em 26 de fevereiro de 1964, promovido por Brizola com resultado de pessoas feridas – era a radicalização inevitável.⁸

8. Os analistas políticos apontam o pouco preparo político e ideológico de JG – “latifundiário com saudável preocupação social”, porém vacilante, fraco, apavorado, demagogo, corrupto, populista de pouco talento, ambíguo – herdeiro do legado de Getúlio.

9. CUNHA, Carlos H. P.; AZEVEDO, Walclei de A. *Podres Poderes: política e repressão*. Natal: Infinita imagem, 2013.

10. MELO, Veríssimo de; CALADO, Carmen Lúcia de Araújo. *Síntese cronológica da UFRN: 1958-2010*. Natal: EDUFRN, 2011.

A luta do velho contra o novo que não era novo – disputas entre Dinarte Mariz e Aluizio Alves pela liderança política do Rio Grande do Norte.⁹

Experiências isoladas no RN: Escola de Farmácia e Odontologia de Natal, 1920 – depois Faculdade de Farmácia e Odontologia, 1947; Outras escolas – clima universitário com os estudantes potiguaros em férias de outras faculdades fora do Estado. Escola de Serviço Social, 1945; Universidade Popular, 1948; Faculdade de Direito, 1949; Faculdade de Medicina e Faculdade de Filosofia, 1955; Escola de Engenharia e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, 1957; Criada a Universidade do Rio Grande do Norte, 1958, transformada em UFRN, 1960 pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960.¹⁰

No Rio Grande do Norte, a vida corria num diapasão de estado conservador, apesar de circunstancial alteração ao tempo da “Insurreição comunista de novembro de 1935”, retornando em seguida ao acomodamento de um cosmopolitismo em contraste com os vizinhos, que defendiam um padrão municipalista, de “bairrismo” e preservação de suas mais recônditas tradições.

Aqui surgiu um clima universitário emprestado, a partir dos encontros dos nossos jovens em período de férias dos cursos frequentados em Recife, Maceió, Salvador e Rio de Janeiro, principalmente, oportunidade em que trocavam informações e vaticinavam pela criação de cursos superiores em nosso estado.

Experiências isoladas – *Escola de Pharmacia e Odontologia de Natal* nos idos de 1923 e após a 2ª Guerra Mundial com o Instituto Filosófico São João Bosco (1941); Escola de Serviço Social (1945); Faculdade de Farmácia e Odontologia (1947); Faculdade de Direito (1949); Faculdade de Medicina (1955); Faculdade de Filosofia (1955); Faculdade de Engenharia (1957); entre outras.¹¹

Segundo registra o Professor Paulo de Tarso Correia de Melo,¹² foram precursores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Dinarte de Medeiros Mariz, Onofre Lopes da Silva, Luís da Câmara Cascudo, Januário Cicco, aos quais acrescentamos Luiz Soares de Araújo.

A 8 de março de 1958, durante a passagem do Diretor do Ministério da Educação e Cultura Jurandyr Lodi, José Teixeira – Chefe de Seção do MEC que o acompanhava, sugere a Onofre Lopes, então Diretor da Faculdade de Medicina, a criação de uma universidade para o Estado. Deste para o Governador Dinarte Mariz que remete mensagem à Assembleia Legislativa em 3 de junho que no dia 25 do mesmo mês e ano aprova a Lei nº 2.307, sancionada no Palácio Potengi.

Estava criada a Universidade do Rio Grande do Norte composta das Faculdades já mantidas pelo Estado e as agregadas mantidas por entidades de caráter privado, tendo como primeiro Reitor o Professor Onofre Lopes e Vice-Reitor o Professor Otto de Brito Guerra. Instalação solene em 21 de março de 1959 no Teatro Alberto Maranhão com memorável discurso proferido pelo Professor Câmara Cascudo.¹³

Daí por diante foi a luta sem fronteiras para a federalização afinal obtida através da Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek (DOU de 21.12.60).

11. SOUZA, Itamar de (1984 *apud* NEWTON JÚNIOR, 2008, p. 19).

12. MELO, Paulo de Tarso Correia de (2008 *in* NEWTON JÚNIOR 2008, p. 35-43).

13. NEWTON JÚNIOR, 2008, p. 17-31.

Já existia, então, o clima universitário próprio, com o engajamento de jovens sonhadores e promissores que fizeram a história da UFRN.

A literatura histórica registra acontecimentos que marcam “sinais dos tempos”, assim explicitados nas percepções do Papa João XXIII, motivados pelo grande aumento demográfico, da reordenação da economia mundial, com reflexos, também, na América Latina, face à ascensão da burguesia industrial e suas alianças com as camadas médias urbanas.¹⁴

14. “[...] havia dificuldade de se formular uma resposta aos anseios participativos dos estudantes católicos na vida política. E foi o padre Almeyda quem formulou a teoria do Ideal Histórico, apresentada no Encontro da JUC em 1959.” (GÓES, 1999, p. 129). Depois desse Encontro da JUC em 1959, tudo ficou claro. Não se abria mão do Evangelho nem da História.

15. COSTA, Homero (1996 *apud* CUNHA; AZEVEDO, 2013).

A administração de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal será a mais democrata que a cidade já teve. Destacam-se entre as suas realizações a ‘Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler’, o Centro Popular de Cultura e o Fórum de Debates, que trouxe a Natal intelectuais de nomes renomados para discutir temas relevantes da conjuntura nacional e internacional.¹⁵

Durante esse período, os segmentos políticos da Igreja Católica Apostólica Romana e da administração do Estado tomam iniciativas marcantes na direção da difusão do ensino e conscientização da população, surgindo campanhas em três frentes – inicialmente distintos, mas que se entrelaçaram no idealismo dos seus construtores: o Prefeito Djalma Maranhão e a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, na defesa da dignidade da pessoa humana e pela opção libertária “é caminhando que se faz o caminho”, incrementando vários núcleos de Cultura Popular, como grupos de Teatro, Rádio, de Cinema, de Alfabetização e Educação de Base, de Canto e Música Popular, de Dança, desenvolvimento de habilidades manuais e profissionalizantes, prática de Ecologia e outros, com localização nos bairros periféricos.

A ideia era também de interiorização, o que teve início com a adesão de algumas prefeituras. Registram-se, até então, cerca de nove acampamentos e 300 escolinhas e a procura por outros Estados brasileiros, Conchas Acústicas, Galerias de Arte, Museus, Coral.

Fazia parte, ainda do revolucionário Projeto, a construção de Teatrinhos do Povo.

Para bem difundir o perfil da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, foi composto um hino pelo potiguar Dôsinho:

Povo pobre, Natalense!
Chegou a vez para quem quer aprender.
Como sofre o ser humano,
Quando o seu nome não sabe escrever.
A Prefeitura abre a campanha,
Para ajuda de ensino e do saber.
Pela meta do Prefeito Maranhão,
De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Tinha, também, uma bandeira, outro fator de orgulho da campanha, apresentando dois pés impressos a preto sobre um pano branco, com a legenda em azul: “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. Projeto e desenho do pintor Newton Navarro e tudo isso, quando não gratuito, era realizado com recursos nativos.

Foram criadas Praças de Cultura com o apoio dos novos intelectuais da terra, como Newton Navarro, Sanderson Negreiros, Zila Mamede, Nísia Bezerra, Paulo de Tarso, Marcelo Fernandes, Yaponi Araújo, Nei Leandro de Castro, Berilo Wanderley, Ticiano Duarte, Luis Carlos Guimarães, Moacyr Cirne, Miguel Cirilo, sob a coordenação de Mailde Pinto, dentre outros.¹⁶

16. Trabalho de Djalma Maranhão “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, 1964, concluído no exílio no Uruguai. Cap. V, n. 1.

Para todo esse trabalho o Prefeito contava com o apoio dos seus auxiliares Moacyr de Góes; Professoras Mailde Pinto, Denise Felippes, Zilda Lopes, Lourdes Varela; do Pastor da Igreja Presbiteriana do Alecrim Herly Parente. Ainda, Omar Pimenta, Hélio Xavier de Vasconcelos, Olívia Marinho, Lia Campos, Severino Fernandes de Oliveira, Eunice Rocha, Eulina Agra, Osvaldo Carlos, Ilza Soares, Maria das Dores, Cleomar Dantas, Isabel Alves, Nandí, Maria Salviano, Lenira de Souza; além de estudantes universitários como Margarida de Jesus Cortez,

a quem foi confiada a coordenação pedagógica, e, ainda, Maria Laly Carneiro, Diva da Salete Lucena, Josemá Azevedo, Geniberto Campos, Juliano Siqueira, Ivis Bezerra, Edisio Pereira, Icleiber Calife, Olindina Santos, Anaíde Dantas, Francisco das Chagas Alberto Pinheiro, Antonio Campos, Berenice de Freitas, Terezinha Braga, Danilo Bessa, José de Ribamar, Francisco Ginani, Socorro Barreto, Gileno Guanabara, Carlos Lima, Carlos Lyra, Padre Manoel Barbosa, Pastor José Fernandes Machado e outros.

Também estiveram compondo essa gama de atividades os Sindicatos e a UFRN, através de convênios com as Faculdades de Farmácia, Odontologia, Medicina – tudo na direção do futuro.¹⁷

A citação de tantos nomes não representa exagero porquanto o projeto era de uma vastidão nunca vista, tendo como fundamento o ensino e a cultura, representados em expressões próprias da época: “Nenhum povo é dono do seu destino se antes não é dono de sua cultura.”

Várias foram as fases em que se desenvolveu, daí a arregimentação de tanta gente. Outro construtor desse ideário foi Dom Eugênio Sales, fundador da Rádio Rural e Escolas Radiofônicas, responsável pelo projeto do Movimento de Educação de Base (MEB), arregimentando universitários, como Marcos Guerra, Ney Lopes, Jardelino Lucena, Safira Bezerra, Otomar Lopes Cardoso, Marco Antônio Rocha, Francisco de Assis Câmara, Pedro Neves Cavalcanti e a Professora Maria Rodrigues, contando com o apoio do português Manuel Chaparro, dos religiosos José Penha Filho e Nivaldo Monte e do Professor Otto de Brito Guerra, com a direção do jornal *A Ordem*, contando com um corpo de redatores como Otomar, Ney, Marco Antônio, Tarcisio Monte, Jardelino, Arlindo Freire e outros. Compunham o que se conhecia por “Movimento de Natal”.

Um terceiro segmento era arregimentado pelo Governador Aluizio Alves, que mandou buscar em Recife o Professor Paulo Freire, criador de um método revolucionário de alfabetização de adultos, implantando um Projeto de Alfabetização de Adultos no Município de Angicos, também com o recrutamento

17. Idem, Cap. III, 7, ‘e’.

de jovens universitários, como Ivis Bezerra, Geniberto Campos, Arruda Fialho, Francisco Ginani e outros, aquele movimento revolucionário no campo educacional, que tantos benefícios trouxe para a população daquela região.

A tônica era, igualmente, a tarefa de alfabetização pelo rádio e presencial, numa ação paralela com os ideais da Campanha do Prefeito Djalma Maranhão e do Movimento de Natal comandado por Dom Eugênio Sales e auxiliado pelo estudante João Faustino Ferreira Neto, diretor do Serviço de Assistência Rural (SAR).

Esses movimentos pioneiros, que tiveram até o reconhecimento da UNESCO e OEA, foram interrompidos com o golpe de 31 de março de 1964, por terem sido considerados como de caráter subversivo e aqueles que emprestaram o seu entusiasmo e engajamento foram presos, perseguidos e processados pelo governo militar e, estranhamente, também pelo Governo do Rio Grande do Norte e até pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, embora tenham contribuído para o desenvolvimento daquelas experiências, seja diretamente executando programas ou mediante a celebração de convênios.¹⁸

Pode-se considerar que o agravamento da crise de populismo no Brasil que levou a ascensão dos militares, em 1964, ocorreu a partir do breve governo do Presidente Jânio Quadros, que só durou alguns meses do ano de 1961.¹⁹

Depois de passar 19 anos sendo convocado por políticos para debelar crises, o Exército interveio mais uma vez em 1964, desta vez num golpe de Estado que exilou o presidente João Goulart. O governo não foi entregue aos civis: os militares resolveram exercer eles mesmos o poder, acreditando que seriam os únicos a ter a disciplina e a honestidade necessárias para a função. Foram tragados para um turbilhão de autoritarismo, disputas internas, guerrilha, inflação, tortura nos quartéis e atentados que desmoralizaram a instituição e seus generais-presidentes, apesar da censura imposta à imprensa. No governo do último general-presidente, João Figueiredo, a ditadura havia se tornado um labirinto cuja saída foi a devolução do poder aos civis, com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985.²⁰

18. MARANHÃO (1963).

19. CUNHA e AZEVEDO (2013).

20. *Diário de Natal*, edição especial – (8) Anos de Chumbo 12/07/2005.

Começava no Brasil o caminho dos tanques, um período de mordança dos segmentos sociais e a censura à imprensa sob uma divulgação de combate à subversão e corrupção – temas profundamente contraditórios em razão da história do País, usando-se para isso a força bruta e a grotesca ostentação de armas, torturas, perseguições e mortes, com a conivência e o apoio de parcelas importantes da sociedade – empresários, proprietários rurais, parcela da imprensa, a igreja católica e influentes governadores de estados e o silêncio do Supremo Tribunal Federal.

Os golpistas sabiam que teriam problemas a enfrentar e para tanto não usaram o diálogo, mas o convencimento pela repressão, pela truculência, manipulando o processo democrático, cassando mandatos e orquestrando uma farsa eleitoral de dois partidos apenas – ARENA e MDB.

A moldura do governo militar passou a ser “o milagre econômico” com projetos de grande dimensão como a Transamazônica e a Perimetral Norte, fomentando um ufanismo nacionalista retratado no *slogan* “Brasil – ame-o ou deixe-o”.

O Ato Institucional nº 5, em 1968, recrudescu a ditadura, e as forças democráticas repeliriam a violência de todas as maneiras que podiam, ostensivas ou alternativas, estas desenvolvidas no Teatro, no Cinema e na Música.

Entretanto, as conquistas vão acontecendo paulatinamente no percurso dos governos Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici. A partir do general Ernesto Geisel foi anunciado um programa de “abertura lenta, gradual e segura”, num processo político que passou a ser o ponto fundamental da luta nacional pela transição do regime no caminho da verdadeira Democracia, com a revogação dos atos institucionais e reforma da Lei de Segurança Nacional, das eleições legislativas de 1974, com as manifestações da sociedade em favor da re-democratização do país, do Movimento Feminino pela Anistia em 1975, o Comitê Brasileiro pela Anistia em 1978, que permitiram efetivamente a sua aprovação na Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, no Governo João Figueiredo, e finalmente com a emenda Dante de Oliveira que, mesmo sendo rejeitada pela Câmara dos Deputados em 25 de março de 1984, fazendo permanecer a eleição indireta,

abriu o caminho da restauração do processo político, afinal consagrado com a Constituição da República aprovada em 1988. Registre-se que estes últimos Presidentes já trabalhavam no sentido do cumprimento das promessas de retorno à normalidade democrática

Forças reacionárias ainda tentaram reverter o processo de abertura, mas mesmo com o atentado fracassado no Riocentro, em 1981, não foi suficiente para interromper o movimento das “Diretas Já” que preparou a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. “A ditadura terminara – e o novo desafio era consolidar a democracia”.²¹

As eleições se sucedem. Tancredo Neves – a velha raposa mineira que se tornara símbolo da redemocratização ao derrotar o candidato Paulo Maluf, coincidentemente, adoece e é internado na véspera de sua posse, em seu lugar assume interinamente José Sarney, em solenidade no dia 15 de março de 1985, um político comprometido com a ditadura, assustado com o encargo que não cogitava.

Não foi um recomeço fácil. A fatalidade de Tancredo deixa atônito o País, notadamente com o seu falecimento em 21 de abril de 1985 – Dia de Tiradentes.

A economia atinge patamar de inflação nunca antes ocorrido, produzindo drástica corrida ao mercado de capitais, fomentando falências e concordatas.

Contudo, a penosa reconstrução da democracia contava com um grande aliado – Deputado Ulisses Guimarães, ganhando força na Nova República de Sarney, como Presidente do Congresso e da Assembleia Nacional Constituinte dando ao Brasil a sua nova Carta Política em 05 de outubro de 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, com instrumentos jurídicos e políticos modernos para retomar o caminho da normalidade. Mas o destino fez desaparecer o “Senhor das Diretas”, num desastre de helicóptero em 12 de outubro de 1992.

21. *Diário de Natal*, 12/07/2005.

No início dos anos 1970, foram criadas Assessorias de Segurança e Informações nas Universidades brasileiras, como

resultado do processo de expansão do sistema repressivo do regime militar. Tais agências eram ramificações da comunidade de informações no interior do sistema universitário, para melhor vigiar um setor considerado estratégico.²²

22. Motta (2008).

23. “[...] a Aliança para o Progresso e todos os interesses políticos norte-americanos inerentes à sua implantação foram o elemento de operacionalização das obras modernizadoras no Estado, enquanto principal fonte financiadora” (CUNHA; AZEVEDO, 2013).

Nesse período de escuridão, mas também de abertura, ocorreram reflexos diferenciados nos diversos Estados da Federação. No Rio Grande do Norte, o governo politicamente conservador de Aluizio Alves, que já cantara loas a João Goulart, apressou-se em criar uma Comissão de Inquérito destinada a investigar atividades subversivas, atuando em conjunto com os IPMs – Inquéritos Policiais Militares, envolvendo mais de uma centena de funcionários do Estado que seriam afastados e a maioria presa.

Desde 05 de maio de 1963 já havia sucumbido em sua autonomia, aderindo aos encantos oferecidos pelos Estados Unidos, conforme convênios assinados com o embaixador americano Lincoln Gordon que trouxeram investimentos da Aliança para o Progresso²³.

A propósito, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, administrada por um Reitor reconhecidamente de índole conservadora, também entrou no clima de repressão, embora sem exageros, mas causando apreensão nos três segmentos de sua composição institucional – corpo docente, discente e funcional.

No início dos anos 1970, foram criadas entidades de investigação nas universidades brasileiras com função de controle ideológico através das denominadas Assessorias de Segurança e Informação – ASI, ramificações da comunidade de informações das forças armadas, para melhor vigiar um setor considerado estratégico. Na UFRN, o seu criador foi o Reitor Onofre Lopes (gestão 1959-1971), antes ocupante do cargo de Diretor da Faculdade de Medicina, por determinação do MEC, já no final do seu mandato. Inicialmente, convidou para chefiá-la o Professor da Faculdade de Direito Carlos Augusto Caldas da Silva, pessoa bem entrosada com a classe estudantil e que, pelo que se apurou, não deu seguimento a nenhum ato de repressão, permanecendo por curto espaço de tempo.

Com a escolha do novo Reitor, na pessoa do Professor Genário Alves Fonseca (1971-1975), da Faculdade de Farmácia e militar da reserva da Aeronáutica, este gerou um outro perfil para a ASI, colocando em sua chefia o Professor do Curso de Química e também militar da reserva do Exército – Zacheu Luis Santos, que deu início às ações investigativas, contando com colaboradores, entre professores e servidores, como são apontados em depoimentos, em especial a figura do servidor Ivan Benigno, registrando-se vários atos típicos da intolerância, emitindo informações e pareceres recomendando a não renovação de contratos de professores e o afastamento de estudantes e servidores.²⁴

Assumindo o terceiro Reitor na pessoa do Professor Domingos Gomes de Lima (1975-1979), que modificou toda a estrutura da equipe do seu antecessor, pelo que foi considerado por aquele, como traição²⁵ e, segundo apurou-se, não deu incentivo ao trabalho da ASI, embora tenha colocado na sua chefia o Professor Jurandyr Navarro da Costa,²⁶ que foi substituído pelo Senhor Adriel Lopes Cardoso, considerado por todos como um perseguidor, trazendo transtornos para a comunidade universitária, sendo protagonista de inúmeros episódios desagradáveis relatados e denunciados pela imprensa.

Na sequência dos Reitores, e na medida em que se esboçava a abertura democrática, tivemos os Professores Diógenes da Cunha Lima (1979-1983),²⁷ apontado como solicitador dos serviços da ASI, apenas como órgão de informação, mas mantendo o chefe Adriel; Genibaldo Barros (1983-1987),²⁸ que providenciou a retirada da ASI do espaço da UFRN, colocando-a na Delegacia do MEC, sob nova chefia, do Coronel José Renato Leite,²⁹ pondo fim ao “reinado” de Adriel. Depois Daladier Pessoa da Cunha Lima (1987-1991),³⁰ em exercício na época em que o Presidente da República Fernando Collor determinou a extinção da ASI em 1990. Já então se respirava o ar da abertura, com a realização das primeiras eleições diretas para a Reitoria. Na abertura foram Reitores Geraldo Queiroz (1991-1995)³¹, José Ivonildo do Rêgo (1995-1999; 2003-2007; 2007-2011); Ótom Anselmo de Oliveira (1999-2003) e a Reitora atual Ângela Maria Paiva Cruz, que iniciou sua gestão em 2011 que terminará em 2015, tendo sido reeleita para um segundo mandato.

24. Foi localizado o endereço eletrônico de Ivan Benigno e lhe foi oferecido o direito do contraditório, mas o mesmo limitou-se em enviar o seu currículo, o que autoriza a se dar validade ao quanto produzido nos depoimentos tomados.

25. Depoimento de Genário Fonseca no Programa Memória Viva da TVU. Foi tentado, em três oportunidades, contato com o Professor Domingos, através do e-mail de sua esposa, inclusive enviando um questionário para respostas e não foi dada nenhuma resposta, o que permite o acatamento das informações dos depoentes e registros da imprensa e mídia eletrônica.

26. Depoimento em 21/6/2013.

27. Depoimento em 30/5/2013

28. Depoimento em 10/5/2013.

29. Depoimento em 15/2/2013.

30. Depoimento em 14/6/2013.

31. Depoimento em 03/5/2013.

Artigo X – Fica permitido a qualquer pessoa, qualquer hora da vida, uso do traje branco. Thiago de Mello: Estatuto do homem

Já podeis da Pátria filhos,
Ver contente a mãe gentil;
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil
Já raiou a liberdade,
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.³²

32. Evaristo Ferreira da Veiga (trecho do Hino da Independência do Brasil).

O Brasil realizou eleições diretas em 1989 para a Presidência da República – gestão 1990-1994, com ferrenha disputa entre vinte e dois, candidatos, sendo os mais votados Fernando Affonso Collor de Mello (PRN), Luís Ignácio Lula da Silva (PT), mas participaram Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf, Guilherme Afif, Ulisses Guimarães, Roberto Freire, Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado, Affonso Camargo, Enéas Carneiro, e outros pouco conhecidos, saindo triunfante o Governador alagoano Fernando Collor, com um discurso de moralidade – acabar com a praga dos “Marajás” e mudanças profundas na República brasileira o que, por medidas contraditórias e demagógicas, inclusive um desastroso Plano Collor, lhe valeu o impeachment após crise que ganhou as ruas, onde jovens com os rostos pintados exigiram a sua saída, o que aconteceu em 29 de dezembro de 1992. O Vice-Presidente Itamar Franco já assumira interinamente no período de outubro a dezembro de 1992 e a partir do impedimento assume em caráter definitivo até 1994.

O seu mandato, apesar do curto espaço de tempo realizou o saneamento político do País, restaurando a credibilidade na democracia com o bem sucedido Plano Real, preparando caminho pacífico para a sua substituição através de pleito muito disputado.

Em 1994, precisamente em 3 de outubro, novas eleições são realizadas para a gestão 1995 a 1998, agora com os candidatos Fernando Henrique Car-

doso (PSDB), prestigiado com a execução do Plano Real quando ministro do Governo Itamar, Luís Ignácio Lula da Silva (PT) vindo da classe proletária e outra vez Leonel Brizola, Orestes Quércia, líder municipalista, Enéas Carneiro, Esperidião Amin, Carlos Antonio Gomes e Hernani Fontoura. Vence FHC no segundo turno, disputando com Lula.

Sua gestão atendeu às expectativas com um trabalho organizado no sentido da retomada do crescimento econômico sustentável, o que lhe proporcionou disputar em 1998 uma reeleição para o período 1999-2002, disputando com os candidatos Luís Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, Enéas Carneiro, que se tornou figura folclórica em razão da forma de sua campanha na TV e mais oito disputantes desconhecidos da mídia nacional.

No caminhar democrático, novo pleito é realizado em 2002, turnos em 6 e 27 de outubro, para o período de 2003 a 2006, saindo vitorioso, afinal, o persistente candidato Luís Inácio. Começava a Era Lula, cujo governo trouxe indiscutível mudança na concepção da democracia brasileira, tornando-se uma figura notória internacionalmente, após uma disputa com os candidatos José Serra (PSDB), Anthony Garotinho e Ciro Gomes.

Graças a uma gestão responsável e à recuperação gradativa do valor da moeda, ganha a credibilidade do povo brasileiro e em 2006, pleito realizado em dois turnos: 1º e 29 de outubro, logra retumbante reeleição para o período de 2007 a 2010, suplantando os candidatos Geraldo Alckmin (PSDB-PFL), Heloisa Helena, Cristovam Buarque, Ana Maria Rangel, José Maria Eymael, Luciano Bivar e Rui Costa Pimenta.

Seu desempenho e prestígio logrou fazer seu sucessor no governo, na pessoa da candidata do PT Dilma Rousseff, disputando com os candidatos José Serra (PSDB), Ivan Pinheiro, Zé Maria, José Maria Eymael, Levy Fidelix, Marina Silva e Plínio Sampaio, saindo Dilma vencedora no segundo turno realizado no dia 31 de outubro de 2010 para um mandato até 2014. Foi a primeira mulher a assumir a Presidência da República em nossa história republicana. Foi reeleita para um novo mandato.

Artigo Final. Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.

*Thiago de Mello: Estatuto do homem
Santiago do Chile, abril de 1964.*

O Governo atual, da Presidenta Dilma Rousseff, como prefere ser denominada, através da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 criou a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no período fixado pela Constituição Federal – art. 8º do ADCT, que compreende o lapso temporal iniciado em 18 de setembro de 1946 – data da promulgação da Constituição de 1946 e do período conhecido como de redemocratização do Brasil até 05 de outubro de 1988 – data da promulgação da Constituição Federal vigente, denominada “Constituição Cidadã” pelo eminente Deputado Federal Ulisses Guimarães, tudo no sentido de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Tal providência serviu de base para a criação de outras comissões semelhantes pelos Governos Estaduais e Municipais e Instituições Públicas, cada uma aperfeiçoando as informações pesquisadas em espaços mais próximos dos acontecimentos.

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte a providência da Reitora Ângela Maria Paiva Cruz surgiu com a edição da Portaria nº 1.809/12-R, de 31 de outubro de 2012 criando a Comissão da Verdade da UFRN, em conformidade com o artigo 39 do Regimento Geral, em acatamento à feliz ideia dos estudantes de Direito em solenidade realizada na Universidade, designando para a sua condução representantes das categorias docente, discente e funcional, congregando professores aposentados e em atividade, o representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), de representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal em Natal, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, Macaíba, Macau e Nova Cruz (ADURN-Sindicato) e do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior (SINTEST).³³

33. A ideia partiu dos estudantes do Curso de Direito.

A constituição da Comissão da Verdade da UFRN e as modificações ocorridas durante os trabalhos são registradas em capítulo específico, sob a denominação “III Membros da Comissão da Verdade da UFRN”.

O Plano de Trabalho traçado adotou a metodologia de coligar fontes primárias e complementares sobre os fatos em apuração, ouvindo 51 pessoas, que prestaram os seus testemunhos e apresentaram documentos; também foram obtidos importantes subsídios documentais junto a vários cursos da UFRN e por liberalidade do Arquivo Nacional, sediado em Brasília, que foi solícito e rápido na remessa das solicitações da Comissão da UFRN, sem contar com outros documentos do arquivo pessoal dos membros da Comissão.

De fundamental importância registramos, também, a consulta às mídias do Programa Memória Viva, disponibilizados pela TV Universitária e vasta bibliografia obtida no correr dos trabalhos, como também fotografias recolhidas de várias fontes e outras tomadas nas sessões realizadas pela Comissão e que serão apresentadas em capítulo específico do Relatório.

Concluída a providência da instrução do trabalho, foram divididas as tarefas de redação entre os membros da Comissão e os colaboradores, o Prof. José Willington Germano e Jana Sá.

II Antecedentes, Registros Históricos, Dados e Resultados da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juan de Assis Almeida³⁴

1 UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) surgiu com a Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958, sancionada pelo então Governador Dinarte de Medeiros Mariz. O nascimento da então URN se deu pela integração entre as Faculdades e Escolas isoladas existentes.

Nesse sentido, registramos na condição de unidades incorporadas: a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, criada pelo Decreto Estadual nº 683, de 3 de fevereiro de 1947, e a Faculdade de Direito de Natal, criada pela Lei Estadual nº 149, de 15 de agosto de 1949. Na condição de unidades agregadas: a Escola de Serviço Social, mantida pela Juventude Feminina Católica

³⁴. Aluno do Curso de Direito e Membro da Comissão da Verdade da UFRN, representando o DCE.

de Natal (1945); a Faculdade de Medicina de Natal mantida pela Sociedade de Assistência Hospitalar (1955) e a Faculdade de Filosofia de Natal mantida pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (1955).

Apesar de não se incorporarem, inicialmente, à UFRN já haviam sido criadas três outras unidades de ensino superior e técnico: a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Natal, mantida pela Sociedade de Assistência Hospitalar (1955); a Escola de Engenharia de Natal, criada pela Lei Estadual nº 2.045, de 11 de setembro de 1957 e a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, mantida pela Sociedade Norte-Rio-Grandense de Ensino (1957). Em 1959, seria incorporada, na condição de órgão complementar da UFRN, a Escola Doméstica de Natal fundada em 1914.

Outro momento marcante foi a federalização da Universidade, ocorrida em 18 de dezembro de 1960, através da Lei Federal nº 3.849, pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek.

Outros estabelecimentos seriam criados na década de 1960, especialmente a Faculdade de Sociologia e Política, criada pelo Decreto Estadual nº 3.871, de 15 de dezembro de 1961; a Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, criada pela Lei Estadual nº 2.783, de 10 de maio de 1962, ambas mantidas pela Fundação José Augusto e absorvidas ou incorporadas à UFRN em 1975 e, por fim, a Escola de Música de Natal, mantida pela Sociedade de Cultura Musical do Rio Grande do Norte (1962), incorporada neste mesmo ano à UFRN. Registra-se, ainda, a instalação de unidades setoriais como o Departamento de Prática Jurídica (1962) e o Serviço de Psicologia Aplicada (1965).

Por imposição da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco passou a utilizar “Federal” na sua grafia; passando a ser a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Outra grande mudança “autoritária” empreendida pelo Governo Militar foi a reorganização administrativa e acadêmica das instituições federais de ensino, com a chamada Reforma Universitária, implantada pelo então Presidente da República o General Costa e Silva. O projeto foi incorporado à UFRN pelo

Decreto Federal nº 74.211/1974, acarretando a extinção das antigas unidades universitárias, com a criação da estrutura cêntrica e departamental atual; além da transferência dos cursos ao Campus Universitário.

2 COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

O surgimento de organismos oficiais de resgate histórico e para esclarecimento de episódios de violações de direitos humanos foi visualizado, no Brasil, a partir de 18 de novembro de 2011, quando a Sra. Dilma Vana Rousseff, Presidenta da República, criou a Comissão Nacional da Verdade vinculada à Casa Civil da Presidência da República, por meio da Lei Federal nº 12.528. A missão estabelecida seria de apurar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante os anos de 1946 a 1988 no país. Registra-se, também, o surgimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que permitiu acesso a documentos históricos em arquivos de entidades de Direito Público e de Direito Privado.

Nesse sentido, outros entes federativos, organismos estatais e entidades privadas constituíram organismos congêneres, para apurar os desvios cometidos durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), em seus respectivos âmbitos de atuação. Várias Comissões da Verdade foram criadas em entidades de ensino superior públicas, sob embasamento constitucional da autonomia universitária.

No contexto da UFRN, a criação da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte atendeu à solicitação do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (CAAC), entidade representativa dos alunos do Curso de Direito, campus Natal, em carta intitulada “Pela abertura da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte”. O documento foi entregue à Reitora Ângela Paiva, durante a VII Aula Magna do Curso de Direito “Direito à Memória e à Verdade” do período letivo 2012.2. As breves justificativas trazidas eram de que os membros da comunidade universitária haviam sido vítimas da atuação de um estado repressor e violador, implantado com o Golpe Militar de 1964:

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

VII AULA MAGNA DE DIREITO



SEXTA
10
AGOSTO
2012

ATON FON

ADVOGADO, DIRETOR DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, EX-PERSEGUIDO POLÍTICO

MARCOS GUERRA

MEMBRO DA DIRETORIA DA OAB/RN, ADVOGADO, PROFESSOR, INTEGRANTE DA COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ DA CNBB, EX-PERSEGUIDO POLÍTICO

MARIA FARIAS

ARTICULADORA NACIONAL DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

*TRÊS HORAS DE CERTIFICADO

Folder da VII Aula Magna do Curso de Direito com o tema "Direito à memória e à verdade". Fonte: Blog do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti.

*Pela abertura da Comissão da Verdade
na Universidade Federal do Rio Grande do Norte³⁵*

Meu Brasil
Que sonha com a volta
Do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora
A nossa Pátria
Mãe gentil
Choram Marias
E Clarisses
No solo do Brasil
Mas sei
Que uma dor
Assim pungente
Não há de ser inutilmente
(*O Bêbado e a Equilibrista*)

O Brasil não conhece o Brasil. Num tempo de páginas infelizes de nossa história, as mãos distantes do peito e a súbita impressão do incesto são passagens desbotadas na memória das novas gerações. Retratos sem cores, recados sem vozes. Mães que apenas queriam embalar os seus filhos, que hoje habitam a escuridão do mar.

É necessário compreender o período da ditadura para reconhecer os seus resquícios no que persistiu ao tempo e assomou-se ao autoritarismo e à violência em nossa realidade. Para compreender o hoje é preciso estar ciente das engrenagens da História que nos trouxe até aqui, nesta imensa rodaviva, roda gigante.

Feita por homens que nadaram contra a corrente até não poder resistir, com um saldo de centenas de professores e

35. Cópia da carta do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, cedida pela aluna do curso de Direito Aline Juliete Abreu

estudantes expulsos, presos, mortos ou desaparecidos, as Universidades brasileiras foram extremamente atingidas pela repressão da ditadura brasileira. A Universidade, desenvolvida para pensar o Brasil e seu povo como problema, deve resgatar a História enquanto espaço de efervescência, questionamento, crítica e empoderamento dos rumos da nação. Dotada de autonomia, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte deve vincular-se ao compromisso de examinar e esclarecer todas as graves violações aos Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura militar – para que não se esqueça, para que não se repita. O Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti convida a Magnífica Reitora, por meio desta formalidade de abertura da VII Aula Magna do Curso de Direito da UFRN, a instaurar a Comissão da Verdade dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Até que tudo cesse, nós não cessaremos.

Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti

Os ministrantes do evento foram: Lorena Cordeiro (Aluna do Curso de Direito e integrante do CAAC); Aton Fon Filho (Advogado e ex-guerrilheiro da Aliança Libertadora Nacional - ALN); Mara Farias (Articuladora do Levante pela Verdade) e Marcos José de Castro Guerra (Vice-presidente da OAB/RN e ex-preso político); além da presença do Prof. Juliano Homem de Siqueira (Departamento de Direito Público e ex-preso político)

Atendendo ao pedido formulado e considerando as ações adotadas para consolidação das metas do Plano de Gestão 2011-2015 foi instituída através da Portaria nº 1.809/12-R, datada de 31 de outubro de 2012, da Reitora Ângela Maria Paiva Cruz, a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CV-UFRN). A missão institucional se espelhou na estabelecida para a CNV e as diretrizes da Lei Federal nº 12.528/2011, que seria de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e apurar as violações praticadas contra professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, em âmbito da UFRN, durante os anos de 1964-1985. Além disso, pontuou-se que o trabalho visaria colaborar com a Comis-

são da Verdade da Casa Civil da Presidência da República. Para atingir seus fins a CV-UFRN congregou professores ativos e aposentados e as entidades de representação das categorias universitárias: ADURN-Sindicato, SINTEST/RN e DCE-UFRN.



Recorte d'O jornal de hoje, edição de 10/08/2012, sobre a VII Aula Magna do Curso de Direito. Fonte: Página do jornal na internet.

Após sua instalação pela Reitora Ângela Paiva, em sessão solene no dia 18 de dezembro de 2012, e comunicação da referida autoridade universitária ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), na sua décima quinta reunião ordinária do exercício do ano de 2012, deu-se início aos trabalhos da CV-UFRN.

2.1 MEMBROS DA COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

1. **Carlos Roberto de Miranda Gomes**, presidente. Professor adjunto aposentado do Departamento de Direito Público (CCSA); ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – RN.
2. **Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade**, vice-presidente. Professor adjunto aposentado do Departamento de Tocoginecologia (CCS); ex-diretor da Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC).
3. **Almir de Carvalho Bueno**. Professor Associado do Departamento de História (CERES).
4. **José Antônio Spinelli Lindozo**. Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais (CCHLA). Designado pela Portaria nº 906/13-R, de 30 de abril de 2013 para substituir a Professora Justina Iva de Araújo Silva.
5. **Juan de Assis Almeida**, representante do DCE-UFRN na CV-UFRN. Aluno do Curso de Direito. Exerceu a função de bolsista da Comissão durante 01 a 09/2013. Designado pela Portaria nº 1.956-R, de 11 de setembro de 2013 em substituição a André Felipe Bandeira Cavalcante.
6. **Maria Ângela Fernandes Ferreira**; representante da ADURN-Sindicato na CV-UFRN. Professora Adjunta do Departamento de Odontologia (CCS).
7. **Moisés Alves de Souza**; representante do SINTEST na CV-UFRN. Servidor técnico administrativo lotado na Divisão de Segurança Patrimonial.
8. **Kadma Lanúbia da Silva Maia**, Secretária Executiva do Gabinete da Reitora.



Carlos Roberto
de Miranda Gomes



Ivis Alberto
Lourenço Bezerra
de Andrade



Almir de Carvalho
Bueno



José Antônio
Spinelli Lindozo



Juan de Assis
Almeida



Maria Ângela
Fernandes Ferreira



Moisés Alves
de Souza



Kadma Lanúbia
da Silva Maia

Para secretariar a Comissão, foi designada a servidora Kadma Lanúbia da Silva Maia, conforme a Portaria nº 2.021/12-R, de 18 de dezembro de 2012. A aluna Danyelle Rosana Guedes, Coordenadora Geral do DCE-UFRN, atuou como representante do DCE durante janeiro a março/2013; sendo substituída, conforme a Portaria nº 574/13-R, de 21 de março de 2013, pelo aluno André Felipe Bandeira Cavalcanti, que atuou como representante do DCE, durante março a setembro/2013. A Profa. Justina Iva de Araújo Silva, também foi substituída pelo Prof. Antônio Spinelli.

No decorrer dos trabalhos a Comissão sentiu a necessidade de recrutar alunos bolsistas, tendo realizado uma seleção que aprovou os nomes dos estudantes: Edilson Pedro Araújo da Silva (Curso de História); Juan de Assis Almeida (Curso de Direito) (01/2013 a 09/2013); Kaline Faria de Araújo (Curso de História); Lauro Carvalho da Silveira (Curso de Ciências Sociais) (01/2013 a 03/2013); Lucila Barbalho Nascimento (Curso de História); Mayane Ranice Costa da Rocha (Curso de História); Patrícia Wanessa de Moraes (Curso de História); Thales Gomes de Lima (Curso de Direito) (01 a 08/2013); Yasmênia Evelyn Monteiro de Barros (Curso de História) e Monique Maia de Lima (Curso de História), que prestaram um serviço relevante, com eficiência e entusiasmo, permitindo êxito às tarefas da Comissão. Neste instante foi dado início às atividades de pesquisa documental e bibliográfica da Comissão da UFRN.

Já em andamento da construção dos textos definitivos do Relatório, o Professor Spinelli pediu afastamento em razão de enfermidade que o impediu de, momentaneamente, continuar no exercício de sua missão, razão pela qual foi solicitado à Magnífica Reitora o convite ao Professor Willington Germano para efetuar a elaboração do texto que competia ao membro afastado.

2.3 OBJETIVOS DA COMISSÃO DA VERDADE

Conforme estabelecido pela Portaria nº 1.809/12-R, a CV-UFRN objetivou efetivar o direito à memória e à verdade histórica em âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Posto isto, o plano de metas estabelecido pela CV-UFRN foi o seguinte:

- Examinar e esclarecer os impactos do Regime Militar na UFRN;
- Identificar e esclarecer violações aos direitos humanos ocorridos no interior da UFRN;
- Elaborar um perfil dos atingidos pela Ditadura Militar na UFRN;
- Recomendar propostas de reparação aos atingidos pela repressão em âmbito da UFRN;
- Mapear e analisar a documentação existente nos arquivos da UFRN e em outras entidades;
- Organizar entrevistas e testemunhos com atingidos pela repressão em âmbito da UFRN;
- Auxiliar na recuperação da memória dos movimentos de resistência ao Regime Militar na UFRN;
- Produzir material impresso, audiovisual e digital sobre o período;
- Promover cooperação com órgãos e entidades, públicos ou privado, para o intercâmbio de informações, dados e documentos;
- Buscar articulação de atividades com a Comissão Nacional da Verdade;
- Encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliá-los nas ações acerca do período.

2.4 DADOS E ESTATÍSTICAS

Para a consecução de suas atividades, a Comissão da Verdade da UFRN realizou, em 2013, 27 sessões ordinárias e três audiências públicas com a presença de depoentes. Nessas sessões foram tomados 51 depoimentos.

2.4.1 Relação de Depoimentos Prestados à Comissão da Verdade da UFRN

Nº sessões	Depoentes por sessão	Data	Nomes dos depoentes
01	02	15.02.2013	José Renato Leite Roberto de Oliveira Monte
02	01	22.02.2013	Juliano Homem de Siqueira
03	02	01.03.2013	Alberto Lima Leite José Arruda Fialho
04	03	08.03.2013	José Maria Barreto Figueiredo José Gurgel de Freitas Francisco Queiroz de Lima
05	01	15.03.2013	Rinaldo Claudino de Barros
06	02	12.04.2013	Zacheu Luís Santos Mery Medeiros
07	02	19.04.2013	Paulo Frassinetti de Oliveira Josemá de Azevedo
08	01	23.04.2013	Iaperí Soares de Araújo
09	02	26.04.2013	Gileno Guanabara de Sousa Roberto Brandão Furtado
10	02	03.05.2013	Geraldo dos Santos Queiroz Ivis Lourenço Bezerra
11	01	10.05.2013	Genivaldo Barros
12	02	17.05.2013	Geniberto Paiva Campos Moisés Domingos
13	03	24.05.2013	Anchieta Jácome José Wilington Germano Antônio Alfredo Santiago Nunes
14	01	31.05.2013	Diógenes da Cunha Lima

15	03	05.06.2013	Dirceu Ribeiro de Faria (Caicó) José Inácio (Caicó) José Dutra (Caicó)
16	02	07.06.2013	Aldo da Fonseca Tinoco Ivaldo Caetano Monteiro
17	01	14.06.2013	Daladier Pessoa Cunha Lima
18	02	21.06.2013	Jurandyr Navarro Hermano Machado Ferreira de Lima
19	01	05.07.2013	Justina Iva de Araújo Silva
20	03	12.07.2013	Marcio Roberto Guedes Vianna Lailson de Almeida Milton Alves de Araújo
21	01	26.07.2013	Marcos José de Castro Guerra
22	01	02.08.2013	Leonel Ribeiro Sobrinho
23 (Caicó)	07	17.09.2013	Celso Luiz Souza
			Isabel Cristina dos Santos
			Sandra Kelly de Araújo
			João Batista de Brito
			Salomão Gurgel
			Ausônio Tércio de Araújo
			Joseilson Ferreira
24	02	11.10.2013	João Emanuel Evangelista Roberto Hugo Bielschowsky
25	01	01.11.2013	José Bezerra Marinho Júnior
26	01	22.11.2013	Carlos Augusto de Medeiros Filho
27	01	29.11.2013	Luiza Maria Nóbrega

2.4.2 Entrevistas do Programa Memória Viva da TV Universitária Consultadas

Tipologia	Órgão produtor	Contexto de produção	Anos	Informações originais
DVD'S	UFRN	Aldo da Fonseca Tinoco Danilo Lopes Bessa Francisco de Assis Cortez Gomes Genário Alves da Fonseca Gileno Guanabara de Sousa Hanna Safieh Itamar de Souza Juliano Homem de Siqueira Juarez Pascoal de Azevedo José Estevam Mosca João Faustino Neto Luciano de Almeida Mailde Ferreira Pinto Galvão Moacyr de Góes Maria Laly Carneiro Margarida Jesus de Cortez Nei Leandro de Castro Pedro Vicente Costa Sobrinho Ticiano Duarte Tereza Aranha	2005 2005 - 2005 2005 2006 - - 2010 - - 2007 - 2005 - - - - 2006	TVU
LIVROS	EDUFRN	Mário Moacyr Porto Otto de Brito Guerra	1987 2012	

2.4.3 Lista de Arquivos Públicos e Privados Pesquisados

- Arquivo Nacional – Agência do Distrito Federal
- Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Arquivo do Departamento de Pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Arquivo Geral do CERES-UFRN³⁶
- Arquivo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Arquivo da Fundação José Augusto³⁷
- Arquivo da Arquidiocese de Natal
- Arquivo Público do RN
- Site “Memórias Reveladas”
- Site “bnmdigital.mpf.mp.br”
- Arquivo do Diretório Central dos Estudantes José Silton Pinheiro

36. Por meio de ação comandada pelo membro Prof. Almir de Carvalho Bueno, a pasta “Ficha Individual (SNI)” foi transferida do CERES-UFRN para a Comissão da Verdade da UFRN.

37. Conforme o Ofício nº 147/2013-GE/SECULT/FJA e Memorando 060/13-CG/UFRN, o acervo da extinta Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto foi incorporado ao patrimônio da Universidade, após transação comandada pelo membro Juan de Assis Almeida.

2.4.4 Docentes Presos (1964)

1. Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)
2. Margarida de Jesus Cortez da Silva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)
3. Moacyr de Góes (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)
4. Aldo da Fonseca Tinoco (Faculdade de Odontologia e Escola Agrícola de Jundiaí UFRN)
5. Juarez Pascoal de Azevedo (Escola de Engenharia da UFRN)

2.4.5 Estudantes Presos (1964 – 1986)

1. Berenice de Medeiros Freitas (Faculdade de Direito da UFRN)
2. Danilo Lopes Bessa (Faculdade de Direito da UFRN)
3. Dermi de Azevedo (Escola de Serviço Social da UFRN)
4. Emanuel Bezerra dos Santos (Faculdade de Sociologia e Política)
5. Eurico Farias Reis (Faculdade de Direito da UFRN)
6. Evlim Medeiros (Faculdade de Direito da UFRN)
7. Francisco Floripe Ginani (Faculdade de Medicina da UFRN)

8. François Silvestre de Alencar (Faculdade de Direito da UFRN e Curso de Direito CCSA)
9. Geniberto Paiva Campos (Faculdade de Medicina da UFRN)
10. Gileno Guanabara de Sousa (Faculdade de Direito da UFRN)
11. Iaperí Soares de Araújo (Faculdade de Medicina da UFRN)
12. Ivaldo Caetano Monteiro (Faculdade de Direito da UFRN)
13. Ivo Ferreira dos Santos (Faculdade de Direito da UFRN)
14. Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (Faculdade de Sociologia e Política)
15. José Arruda Fialho (Faculdade de Medicina da UFRN)
16. José Bezerra Marinho Júnior (Faculdade de Direito da UFRN)
17. José Fernandes Machado (Faculdade de Direito da UFRN)
18. José Gercino Saraiva Maia (Faculdade de Medicina da UFRN)
19. Josemá de Azevedo (Escola de Engenharia da UFRN)
20. José Ribamar de Aguiar (Faculdade de Direito da UFRN)
21. José Rocha Filho (Escola de Engenharia da UFRN)
22. José Silton Pinheiro (Faculdade de Educação da UFRN)
23. Juliano Homem de Siqueira (Faculdade de Direito da UFRN e Curso de Direito – CCSA)
24. Marcos José de Castro Guerra (Faculdade de Direito da UFRN)
25. Maria Laly Carneiro (Faculdade de Medicina da UFRN)
26. Nei Leandro de Castro (Faculdade de Direito da UFRN)
27. Nathánias Von Shosten Júnior (Faculdade de Direito da UFRN)
28. Nuremberg Borja de Brito (Escola de Engenharia da UFRN)
29. Pedro Neves Cavalcanti (Faculdade de Direito da UFRN)
30. Rinaldo Claudino de Barros (Faculdade de Sociologia e Política)
31. Tereza de Brito Braga (Faculdade de Direito da UFRN)
32. Caso da aluna Maria Conceição Fraga (Curso de História)
33. Caso do aluno Antenor Roberto Soares (Curso de Direito)

2.4.6 Mortos e Desaparecidos Políticos

1. Emanuel Bezerra dos Santos (Faculdade de Sociologia e Política)
2. José Silton Pinheiro (Faculdade de Educação da UFRN)

3. Prof. Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)

2.4.7 Vítimas de Tortura/Tratamento Degradante

1. Berenice de Medeiros Freitas (Faculdade de Direito da UFRN)
2. Danilo Lopes Bessa (Faculdade de Direito da UFRN)
3. Eurico Farias Reis (Faculdade de Direito da UFRN)
4. Emanuel Bezerra dos Santos (Faculdade de Sociologia e Política)
5. Gileno Guanabara de Sousa (Faculdade de Direito da UFRN)
6. José Arruda Fialho (Faculdade de Medicina da UFRN)
7. José Silton Pinheiro (Faculdade de Educação da UFRN)
8. Juliano Homem de Siqueira (Faculdade de Direito da UFRN e Curso de Direito – CCSA)
9. Laura Freire de Melo (Faculdade de Direito da UFRN)
10. Prof. Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)
11. Maria Laly Carneiro (Faculdade de Medicina da UFRN)
12. Nei Leandro de Castro (Faculdade de Direito da UFRN)
13. Rinaldo Claudino de Barros (Faculdade de Sociologia e Política)

2.4.8 Vítimas de Perseguição Oficial/Não Presos

1. Dicelma Maria de Medeiros (Faculdade de Odontologia da UFRN)
2. Francisco Dagmar Fernandes (Faculdade de Sociologia e Política)
3. Francisco Orniudo Fernandes (Faculdade de Medicina da UFRN)
4. Hermano de Paiva Oliveira (Faculdade de Medicina da UFRN)
5. Jonaldo Carrilho de Oliveira (Faculdade de Sociologia e Política)
6. José de Anchieta Jácome (Faculdade de Educação da UFRN)
7. José Maria Ruivo (Faculdade de Medicina da UFRN)
8. Laura Freire de Melo (Faculdade de Direito da UFRN)
9. Lídia Dantas (Faculdade de Direito da UFRN)
10. Luiza Maria Nóbrega (Faculdade de Sociologia e Política)

2.4.9 Expulsão pelo Decreto 477

1. Rinaldo Claudino de Barros (Aplicação do Decreto-Lei nº 477/69 na Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto no ano de 1969 por sua atuação no movimento estudantil).

2.4.10 Professores Exonerados

1. Antônio Alfredo Santiago Nunes (Departamento de Estudos Sociais. Reintegrado ao Departamento de Ciências Sociais – CCHLA)
2. Jorge Batista Filho (Departamento de Comunicação Social – CCHLA. Direitos funcionais restabelecidos *post mortem*)
3. Lailson de Almeida (Departamento de Estudos Sociais. Reintegrado ao Departamento de Ciências Sociais – CCHLA)
4. Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal. Desaparecido político)
5. Margarida de Jesus Cortez (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal. Reintegrada ao Departamento de Educação – CCSA)
6. Moacyr de Góes (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal. Reintegrada ao Departamento de Educação – CCSA)
7. Romildo Fernandes Gurgel (Faculdade de Direito da UFRN. Reintegrado ao Departamento de Direito Público – CCSA)

2.4.11 Professores Cassados pelo AI-5 – 1968

1. José Cortez Pereira de Araújo (Faculdade de Direito da UFRN – Reintegrado ao Departamento de Direito Público – CCSA)
2. Ney Lopes de Souza (Faculdade de Direito da UFRN – Reintegrado ao Departamento de Direito Público – CCSA)

2.4.12 Professores Compelidos a Requererem Exoneração

1. Maria Julieta Costa Calazans (Escola de Serviço Social da UFRN – Reintegrada ao Departamento de Serviço Social - CCSA)

2. Vanilda Pereira Paiva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal; Faculdade de Educação da UFRN e Psicotécnica do Serviço de Psicologia Aplicada da UFRN – Reintegrada ao SEPA e ao Departamento de Educação - CCSA)

2.4.13 Professores e Alunos Preteridos na Contratação

1. José Arruda Fialho (Departamento de Medicina Clínica – Faculdade de Medicina)
2. José Fernandes Machado (Departamento de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UFRN – Reintegrado ao Departamento de Direito Privado – CCSA)
3. Juliano Homem de Siqueira (Monitoria no Departamento de Estudos Sociais – CCHLA)
4. Rinaldo Claudino de Barros (Bolsista de pós-graduação (UNICAMP). Departamento de Estudos Sociais – CCHLA)

2.4.14 Restrições Durante a Contratação

1. Djalma Freire Borges (Departamento de Ciências Administrativas)
2. Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade (Departamento de Estudos Sociais)
3. Denise de Filippes Oliveira Afonso (Departamento de Letras da Faculdade de Educação da UFRN)
4. Eider Toscano de Moura (Faculdade de Educação da UFRN)
5. Geraldo dos Santos Queiroz (Faculdade de Educação da UFRN)
6. Hélio Scatena Júnior (Departamento de Química – CCEN)
7. Hermano Machado Ferreira de Lima (Faculdade de Educação da UFRN)
8. José Antônio Spinelli Lindozo (Departamento de Estudos Sociais – CCHLA)
9. Mário Koechi Takeya (Departamento de Física Teórica e experimental – CCE)
10. Caso do Prof. Otto de Brito Guerra (Faculdade de Direito da UFRN)
11. Caso do Prof. Mário Moacyr Porto (Faculdade de Direito da UFRN)
12. Caso do Prof. Josemá de Azevedo (Escola de Engenharia da UFRN)

2.4.15 Membros da UFRN com Atuação Política e Acadêmica Mapeada pelos Órgãos de Repressão da Ditadura Militar

1. Abigail Moura Rodrigues; Profa. Depto. de Enfermagem (CCS). Informativo nº 017/81 – ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
2. Adélia Alice de Medeiros; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
3. Adilson Gurgel de Castro; Prof. Depto. de Direito Público (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
4. Aginaldo Ferreira de Lira; Agente Administrativo. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
5. Akemi Iwata Monteiro; Profa. Depto. de Enfermagem (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
6. Alberto Pinheiro de Medeiros; Prof. Depto. de História (CCHLA). Informativo nº 008/81 – ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
7. Aldayr Dantas de Araújo. Informação nº 059/84 SNI Recife
8. Almir Serra Martins Menezes Filho; Prof. Depto. de Matemática Pura e Aplicada (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
9. Altino Verissimo Torres; Aluno de Engenharia de Minas (Campus Currais Novos). Informativo nº 030/83 ASI-UFRN
10. Andrea Lage Guaraciba; Profa. Depto. de Comunicação Social (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
11. Angela Lucia de Araújo Ferreira; Profa. Depto. de Arquitetura (CT). Informação nº 1152/83 E 059/84 SNI Recife
12. Antenor Eduardo Fernandes; Aluno de Direito (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife e Informativo nº 030/83 ASI-UFRN
13. Antônio Gomes Pinheiro Filho; Prof. NESA (Campus Nova Cruz). Informação nº 052/84 e 059/84 SNI Recife
14. Antônio Cabral Neto; Prof. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
15. Antônio Carlos Ferreira; Prof. do NAC (Campus Caicó). Informação nº 059/84 SNI Recife
16. Antônio Joaquim de Oliveira; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informativo nº 017/81 – ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife

17. Antônio Marques de Carvalho Junior; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
18. Antônio Pinheiro de Araújo; Prof. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
19. Antônio Xavier de França; Prof. Depto. de História (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
20. Antônio Damião Caetano da Silva; Prof. Depto. de Medicina Clínica (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
21. Arnaldo Arsênio De Azevedo (Professor ETFRN). Informe nº 027/76 ASI-UFRN
22. Arnaldo Rodrigues Bezerra Filho; Prof. Depto. de Patologia (CCS). Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
23. Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade; Prof. assistente e TV e Rádio Universitária. Informe nº 464/80 e 059/84 SNI Recife
24. Avany Policarpo; Profa. da Faculdade de Sociologia (FJA). Ficha DOPS/RN nº 255
25. Belchior de Vasconcelos Leite; Prof. do Centro de Ensino Superior do Seridó. Informativo 054/80 – ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
26. Berenice Medeiros de Freitas; Aluna de Direito. Dossiê DOPS/RN
27. Brasília Carlos Ferreira; Profa. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informativo nº 030/83 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife /84
28. Carlos Alberto Leão de Andrade; Prof. Depto. de Matemática (CCEN). Informativo nº 017/81 – ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
29. Carlos Alcides Regalado de Alencar; Aluno de Direito. Ficha DOPS/RN nº 403
30. Carlos Augusto Lyra Martins; Diretor da TV Universitária. Informação nº 059/84 SNI Recife
31. Carlos Eduardo Lins da Silva; Prof. Visitante (CCHLA). Informe nº 464/80 SNI Recife
32. Carlos Magno Bezerra Cortez; Aluno de Geologia. Informação nº 059/84 SNI Recife
33. Carlos Roberto de Souza Advíncula; Aluno de Engenharia Mecânica. Informação nº 059/84 SNI Recife

34. Carlos Weres de Souza; Aluno de Ciências Biológicas. Informação nº 059/84 SNI Recife
35. Carlos Alberto Nicolete da Silva; Prof. Depto. de Educação Física (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
36. Carmem Simone Grilo Diniz; Aluna de Medicina (CCS). Informe nº 464/80 e 059/84 SNI Recife
37. Carmen Lucia de Araújo Calado; Profa. Depto. de Patologia (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
38. Celia Maria de Oliveira Holtz; Profa. Visitante do Depto. de Comunicação Social (CCHLA). Informativo nº 017/81 – ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
39. Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (Direito CCSA). Informe nº 064/82 – Comando do 3º Distrito Naval – Marinha.
40. José Helder Dantas; Aluno de Direito (CCSA). Informe nº 064/82 - Comando do 3º Distrito Naval - Marinha.
41. Vital Luiz Costa; Aluno de Direito (CCSA). Informe nº 064/82 – Comando do 3º Distrito Naval – Marinha
42. Christian Lira de Vasconcelos; Aluno de Geologia (CCEN). Informativo nº 030/83 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
43. Cícero Gomes Correia; Aluno. Informação nº 261/79 SNI Recife e Informes nº 002/79; 008/79 ASI-UFRN
44. Cipriano Maia de Vasconcelos; Aluno de Medicina (CCS). Informativo nº 034/78 ASI-UFRN
45. Cláudio de Oliveira; Aluno de Jornalismo. Informação nº 059/84 SNI Recife
46. Cláudio Jose Freire Emerenciano; Pró-Reitor de Extensão. Informação nº 059/84 SNI Recife
47. Constância Lima Duarte; Profa. Visitante do Depto. de Letras (CCHLA). Informativo 054/80 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
48. Dagmar Barbalho Azevedo; Prof. Depto. de História (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
49. Dalcy da Silva Cruz; Profa Assistente do Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informativo nº 054/80 e 017/81 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife

50. Daniel do Carmo; Aluno de Comunicação Social (CCHLA) e Membro do DCE/UFRN. Informe nº 114/82 SNI Recife
51. Décio Pinheiro da Câmara; Agente Administrativo. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
52. Delber Andrade Barbosa; Prof. do Depto. de Formação Profissional (Campus Caicó) Informação nº 059/84 SNI Recife
53. Denise De Filippes Oliveira Afonso; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informe nº 053/80 e 012/82 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
54. Denise Monteiro Takeya; Profa. Depto. de História (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
55. Dermi de Azevedo; Aluno Serviço Social. Ficha DOPS/RN 1968
56. Dinarte Aeda da Silva; Prof. do Colégio Agrícola de Jundiaí. Informação nº 059/84 SNI Recife
57. Dulce Leda Montenegro; Agente Administrativo. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
58. Edna Maria da Silva; Professora UFRN. Informação nº 059/84 SNI Recife
59. Edileusa Gonçalves de Araújo Vasconcelos Leite; Profa. do Centro de Ensino Superior do Seridó. Informativo 054/80 ASI-UFRN
60. Edilson Alves de Carvalho; Prof. Depto. de História (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
61. Edmilson Lopes Júnior; Aluno de Ciências Sociais (CCHLA). Informativo nº 030/83 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
62. Eduardo de Assis Duarte; Prof. Visitante do Depto. de Letras (CCHLA). Informativo 054/80 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
63. Silzário Macedo da Silveira; Prof. Depto. de Educação Física (CCS). Informativo nº 030/83 ASI-UFRN
64. Eladio de Almeida Barbosa; Prof. Depto. de Eletricidade (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
65. Emanuel Alcoforado; Aluno. Informativo nº 030/83 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
66. Emanuel Bezerra dos Santos; Aluno de Sociologia. DOPS/RN; DOPS/SP e ARSI/NE
67. Enilson Medeiros dos Santos; Aluno de Engenharia. Informação nº 059/84 SNI Recife

68. Etienne Chislain Samain; Prof. Visitante do Depto. de História. Informativo 054/80 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
69. Eurico de Farias Reis; Aluno Direito. DOPS/RN
70. Evane Lopes Tavares; Economista. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
71. Fátima Maria Costa. Informe nº 002/79 ASI-UFRN
72. Fausto Gregório Fernandes Filho; Aluno de Medicina. Informativo nº 030/83 ASI-UFRN
73. Fernando Antônio dos Santos; Aluno de Ciências Sociais. Informação nº 059/84 SNI Recife
74. Fernando Wanderley Vargas da Silva (Mineiro); Aluno de Ciências Biológicas. Informativo nº 030/83 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
75. Francisca Nazaré Liberalino; Profa. Depto. de Enfermagem (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
76. Francisca Valda Silva de Oliveira; Profa. Colaboradora do Depto. de Enfermagem (CCS), Informação nº 059/84 SNI Recife
77. Francisco de Assis de Lima; Prof. do Depto. de Medicina Clínica (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
78. Francisco de Assis Nascimento de Castro. Informe nº 002/79 ASI-UFRN
79. Francisco de Assis Rocha Cavalcanti; Assessor do Reitor. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
80. Francisco de Assis Varela Cavalcanti Filho; Aluno de Psicologia (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
81. Francisco de Sales Felipe; Letras (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
82. Francisco Giovani Fernandes Rodrigues; Aluno. Informação nº 261/79 SNI Recife e Informes nº 008/79 e nº 054/80 ASI-UFRN
83. Francisco Venâncio Moura; Prof. do Depto. de Matemática Pura e Aplicada (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
84. François Silvestre de Alencar; Aluno de Direito. Informe nº 002/79 ASI-UFRN
85. Geraldo de Magela Fernandes; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
86. Geraldo dos Santos Queiroz; Prof. do Depto. de Comunicação

- Social (CCHLA). Informativo nº 023/81 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
87. Geraldo Guedes da Silva; Aluno de Psicologia (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
88. Gileno Guanabara de Sousa; Aluno de Direito. Ficha DOPS/RN
89. Gizelda Gomes Sales; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
90. Gorete Ribeiro de Macedo; Aluna de Engenharia (CT). Informativo nº 030/83 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
91. Halina Jadwiga Helinska Araújo; Agente Administrativo. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
92. Hanna Yousef Emile Safieh; Prof. Depto. de Química (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
93. Hélio Scatena Júnior; Prof. Visitante do Depto. de Química (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
94. Hélio Freire Borges; Prof. Ficha DOPS/RN nº 664
95. Hélio Xavier de Vasconcelos; Aluno Direito Ficha DOPS/RN
96. Hermínio Pereira de Brito; Aluno de Engenharia Mecânica (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
97. Hermano Machado Ferreira de Lima; Prof. Depto. de História (CCHLA). Informativo nº 054/80 e nº 022/81 ASI-UFRN e Informe nº 464/80 e 059/84 SNI Recife
98. Hugo Manso Júnior; Aluno de Engenharia Mecânica (CT). Informativo nº 017/81 ASI-UFRN – Informação nº 059/84 SNI Recife
99. Ibiraci Maria Fernandes Rocha; Prof. Colaborador. Informação nº 059/84 SNI Recife
100. Ilza Araújo Leão de Andrade; Profa. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
101. Irene Bertazini Moreira dos Santos Kabengele; Profa. Colaboradora (CCHLA). Informativo 054/80 ASI-UFRN
102. Isa Maria Hetzel de Macedo; Profa. Depto. de Patologia (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
103. Itamar de Souza; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife

104. Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade; Prof. Assistente do Depto. de Toco-Ginecologia (CCS). Informe nº 464/80 SNI Recife
105. Jaderlino de Lucena Filho; Diretor do CCHLA. Informativo 054/80 ASI-UFRN e Informação nº 464/80 e 059/84 SNI Recife
106. Jaime Ariston de Araújo Sobrinho; Aluno de Sociologia. Ficha DOPS/RN e Ofício 08/69 24ª CSM
107. Jaime Mariz de Faria Júnior; Prof. Depto. de Eletricidade (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
108. Jair do Nascimento de Carvalho; Prof. auxiliar da Escola de Enfermagem de Natal. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
109. Jalles Costa; Prof. do Depto. de Direito Público (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
110. Jandira Araújo Teixeira; Prof. do Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
111. Jean Michel Legrand; Prof. Visitante Depto. de Geociências (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
112. Jenner Tinôco de Andrade; Servidor. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
113. João Agripino Barbosa Botelho; Aluno de Odontologia (CCS). Informativo nº 030/83 ASI-UFRN
114. Joao Batista de Lima Filho; Prof. do Depto. de Medicina Clínica (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
115. João Bosco Araújo da Costa; Aluno de Ciências Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
116. João Emmanuel Evangelista de Oliveira; Aluno de Ciências Sociais (CCHLA) e Membro do DCE-UFRN. Informativo nº 022/81 ASI-UFRN
117. João Felipe da Trindade; Prof. do Instituto de Matemática. Informação nº 059/84 SNI Recife
118. João Nazário Simões; Prof. do Depto. de Serviço Social (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
119. João Penha Filho; Prof. Colaborador. Informativos nº 042/80, 017/81, 027/81 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
120. João Rodrigues Neto; Prof. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
121. João Wilson Mendes Melo; Professor e Pró-Reitor de Assuntos Estudantis. Informativo nº 047/80 ASI-UFRN

122. Joaquim Mendes Ferreira; Prof. Depto. de Física Teórica e Experimental (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
123. José Ademir Sales de Lima; Prof. Depto. de Física Teórica e Experimental (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
124. Jose Antônio Spinelli Lindozo; Prof. Depto. de Estudos Sociais. Informativo nº 042/80 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
125. José Cordeiro de Farias Neto; Prof. Depto. de Matemática Pura e Aplicada (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
126. Jose Cortez Pereira de Araújo; Prof. Departamento de Direito Público (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
127. José Daniel Diniz; Prof. Depto. de Direito Público (CCSA). Ficha DOPS/RN.
128. José de Azevedo Silva; Prof. Depto. Agropecuário (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
129. José de Castro; Prof. Visitante e TV Universitária. Informação nº 059/84 SNI Recife
130. José de Queiroz Pinheiro; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
131. José Eduardo de Almeida Rocha; Prof. Assistente Depto. de História (CCHLA). Informativo 054/80 ASI-UFRN
132. José Evangelista Fagundes; Prof. Depto. de História (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
133. José Fernandes Machado; Prof. Depto. de Direito Público (CCSA). Ficha DOPS/RN.
134. José Ferreira Neto; Prof. Depto. de Física Teórica e Experimental (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
135. José Ivonildo do Rêgo; Prof. Colaborador do Depto. de Eletricidade (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
136. José Leão de Alencar Oliveira Júnior; Professor Visitante Depto. de Letras (CCHLA). Informativo 054/80 ASI-UFRN
137. José Maria Ruivo; Aluno de Medicina. Ficha DOPS/RN.
138. Jose Nicolau de Souza. Informativo nº 042/80 ASI-UFRN
139. José Osimar Pereira; Agente Administrativo do Instituto de Ciências Biológicas. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
140. Jose Pegado do Nascimento; Prof. Depto. de Administração Contábil (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife

141. Jose Renan de Medeiros; Prof. Depto. de Física Teórica e Experimental. Informação nº 059/84 SNI Recife
142. José Rocha Filho; Aluno de Engenharia. Ficha DOPS/RN
143. José Sanderson Deodato Fernandes de Negreiros; Prof. Assistente (CCHLA). Informe nº 464/80 SNI Recife
144. José Serafim da Costa Filho; Aluno de Medicina. Informativo nº 030/83 e ASI-UFRN Informação nº 059/84 SNI Recife
145. José Willington Germano; Prof. Colaborador Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informes nº 464/80 e nº 059/84 do SNI Recife SNI Recife e Informativos nº 042/80, nº 054/80 e nº 017/81 ASI-UFRN
146. José Wilson de Paiva Macedo; Prof. Depto. de Física Teórica e Experimental. Informação nº 059/84 SNI Recife
147. José Lacerda Alves Felipe; Prof. do NAC (Campus Caicó). Informação nº 059/84 SNI Recife
148. Jozana do Rosário de Moura Caetano; Profa. Depto. de Medicina Clínica (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
149. Juliano Homem de Siqueira; Aluno de Direito. Informação nº 261/79 SNI Recife e Informes nº 090/75 nº 002/79 e nº 008/79 ASI-UFRN
150. Justina Iva de Araújo Silva; Prof. Depto. de Serviço Social (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
151. Laércio Bezerra de Melo; Prof. UFRN. Publicação nº 104/78 ASI-UFRN
152. Lailson de Almeida; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Publicação nº 102/78, Prontuário nº 001 e Informe nº 026/76 da ASI-UFRN; Informações nº 768/78 e nº 059/84 SNI Recife; Informação nº 44/73 – ID/7 Natal e Informativo nº 055/78 ASI COSERN
153. Lair Solano Vale; Aluno. Informativos nº 034/78 e nº 002/79 ASI-UFRN
154. Léa Tavares de Mello Arce Aguila; Profa. Depto. de Enfermagem (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
155. Lourdes Bezerra Varela; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
156. Lucimar de Souza e Silva; Prof. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
157. Lúcio Flávio de Sousa Moreira; Prof. Depto. de Fisiologia (CB). Informação nº 059/84 SNI Recife

158. Luiz Gonzaga Tavares da Silva; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
159. Luiz Martins da Silva Sobrinho; Aluno de Geografia – 1977. Informativo nº 024/77 ASI-UFRN e Informativo nº 005/82 SNI Recife.
160. Luiz Pereira da Silva; Prof. Depto. de Morfofisiologia (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
161. Luiz Seixas das Neves; Prof. Depto. de Química (CCEN). Informes nº 052/84 e nº 059/84 SNI Recife
162. Luzinete Pessoa Leite Holiday; Profa. Colaboradora. Informação nº 059/84 SNI Recife
163. Manoel Jozeane Mafra de Carvalho; Aluno de Engenharia Elétrica. Informação nº 059/84 SNI Recife
164. Manoel Barbosa de Lucena; Aluno de História. Informação nº 059/84 SNI Recife
165. Manoel Lúcio Filho; Agente Administrativo. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
166. Manoel Pereira dos Santo; Prof. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
167. Marciano Furukava. Prof. Depto. de Eletricidade (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
168. Márcio José Capliglione; Prof. colaborador do Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informativo nº 030/83 da ASI-UFRN e Informes nº 464/80 e nº 059/84 SNI Recife
169. Marcondes Mundim Guimarães; Professor ETFRN. Informe nº 027/76 ASI-UFRN
170. Marcos Antônio Torres Pereira; Prof. Depto. de Letras (CCHLA). Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
171. Marcos José de Castro Guerra; Aluno de Direito. Ficha DOPS/RN
172. Maria Aparecida de Queiroz; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informes nº 052/84 e 059/84 SNI Recife
173. Maria Auxiliadora Olímpio Guedes; Aluna de Jornalismo. Informe nº 002/79 ASI-UFRN e Informe nº 464/80 SNI Recife
174. Maria Bernadete Fernandes de Oliveira; Profa. Depto. de Letras (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife

175. Maria Carmozi de Souza Gomes; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
176. Maria Célia Alves Correia; Profa. Depto. de Serviço Social (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
177. Maria Célia de Gouveia; Profa. Depto. de Estudos Sociais. Informação nº 059/84 SNI Recife
178. Maria Cristiano Dal Pian Nobrega; Profa. Depto. de Física Teórica e Experimental. Informação nº 059/84 SNI Recife
179. Maria da Conceição de Almeida Moura; Profa. Colaboradora Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informativo 054/80 ASI-UFRN
180. Maria da Conceição Cruz Spinelli; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
181. Maria da Graças Loiola Gomes; Profa. Depto. de Serviço Social (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
182. Maria da Guia Dantas de Oliveira; Aluna de Geografia. Informes nº 034/84 e nº 059/84 SNI Recife
183. Maria da Paz Silva; Profa. Depto. de Serviço Social (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
184. Maria Das Graças de Paiva Nicolete; Profa. – MEJC. Informação nº 059/84 SNI Recife
185. Maria Das Graças Lucena de Medeiros; Profa. NAC (Campus de Caicó). Informação nº 059/84 SNI Recife
186. Maria de Fátima Campos Cirne; Profa. Depto. de Fisiologia (CB). Informes nº 1152/83 e nº 059/84 SNI Recife
187. Maria de Fátima Coelho Pereira; Técnica em Assuntos Culturais. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN
188. Maria de Lourdes Rodrigues; Profa. Depto. de Geografia (CCHLA). Informes nº 052/84 e nº 059/84 SNI Recife
189. Maria de Lourdes Miranda; Profa. Depto. de Serviço Social (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
190. Maria do Carmo Correia Lima; Profa. CRUTAC – Município de Santo Antônio/RN. Informação nº 059/84 SNI Recife
191. Maria do Socorro Freire; Professora UFRN. Informação nº 059/84 SNI Recife

192. Maria Emília Yamamoto; Profa. Colaboradora Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informes nº 464/80 e nº 059/84 SNI Recife e Informativo nº 054/80 ASI-UFRN
193. Maria Goretti de Lucena; Aluna de Arquitetura. Informe nº 464/80 SNI Recife
194. Maria Iracema Lucas, Professora UFRN. Ofício nº 011/77 ASI-UFRN
195. Mário Koechi Takeya; Prof. Depto. de Física Teórica e Experimental (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
196. Maria Pepita de Vasconcelos Andrade; Profa. Depto. de Serviço Social (CCSA). Informativo nº 017/81 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
197. Maria Ruth Souza Dantas de Araújo; Profa. SEPA CCHLA. Informação nº 059/84 SNI Recife
198. Maria Salete Bezerra da Costa; Profa. Depto. de Enfermagem (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
199. Maria Salonilde Ferreira; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
200. Marlíria Ferreira de Melo Nóbrega; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informes nº 052/84 e nº 059/84 SNI Recife e Informe nº 012/82 ASI-UFRN
201. Marlúcia de Paiva Oliveira; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
202. Maurício Roberto Campelo de Macedo; Prof. Depto. de Patologia (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
203. Maurinete Correia Ferreira. Informativo 054/80 ASI-UFRN
204. Militino Leite da Cunha; Prof. Depto. de Direito Privado (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
205. Moisés Domingos Sobrinho; Aluno de Ciências Sociais e Membro do DCE. Informes nº 464/80 e nº 059/84 SNI Recife e Informativos nº 054/80 e nº 022/81 ASI-UFRN
206. Munanga Kabengele; Prof. Colaborador (CCHLA). Informativo nº 054/80 ASI-UFRN
207. Nadja Maria Nobre de Farias; Profa. Depto. de Engenharia (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
208. Neide Varela Santiago; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informe nº

- 012/82 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
209. Ney Lopes de Souza; Prof. Depto. de Direito Público (CCSA). Ficha DOPS/RN – nº 2000
210. Nilson Calixto de Alcântara; Prof. Auxiliar. Informação nº 059/84 SNI Recife
211. Nuremberg Borja de Brito; Aluno de Engenharia. Ficha DOPS/RN
212. Odair Lopes Garcia; Prof. Depto. de Economia (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
213. Odete Roseli Garcia Maranhão; Profa. Faculdade de Odontologia. Ficha DOPS/RN
214. Onilson Rodrigues de Oliveira; Prof. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
215. Oswaldo Hajime Yamamoto; Prof. Visitante do Depto. de Estudos Sociais (CHLA). Informes nº 464/80 e nº 059/84 SNI Recife e Informativo nº 054/80 ASI-UFRN
216. Otto de Brito Guerra; Prof. Depto. de Direito Privado (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
217. Padre Thiago Thiesen. Informe nº 124/75 ASI-UFRN
218. Paulo de Medeiros Rocha; Prof. Colaborador do Depto. de Medicina Clínica (CCS). Informes nº 464/80 e nº 059/84 SNI Recife
219. Paulo Lopo Saraiva; Prof. Depto. de Direito Público (CCSA). Informe nº 086/82 - Comando do 3º Distrito Naval e Informe nº 110/82 do Serviço de Informações da PF
220. Pedro Antônio de Lima Santos; Prof. Depto. de Arquitetura (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
221. Peter Christian Hackspacher; Prof. Visitante Depto. de Geologia (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
222. Petrônio Souza Spinelli; Aluno de Medicina. Informativo nº 030/83 ASI-UFRN
223. Raimundo Medeiros Germano; Prof. Depto. de Enfermagem (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
224. Renira de Mota Lucena; Profa. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informativo 054/80 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
225. Ricardo Antônio Rosado de Holanda; Prof. Depto. de Comunicação

- Social (CCHLA). Informativo nº 017/81 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
226. Rinaldo Claudino De Barros; Aluno de Sociologia. Informes nº 067/74 e nº 031/75 da ASI-UFRN
227. Roberto Hugo Bielscowsky; Prof. Depto. de Matemática (CCEN). Informativos nº 017/81, nº 022/81 e nº 030/83 da ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
228. Roberto Solino de Souza; Aluno de Jornalismo. Informativo nº 030/83 - ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
229. Rogério Bastos Cadengue; Prof. Depto. de Comunicação Social (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife
230. Rogério Pirez da Cruz; Prof. Depto. de Economia (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
231. Romildo Fernandes Gurgel; Prof. Faculdade de Direito. Ofício nº 09/69 – Comissão de Investigação da Base Naval de Natal e Serviço Nacional de Informações (Agência Natal).
232. Ronald de Lima Góes; Prof. do CT. Informe nº 464/80 SNI Recife
233. Ronaldo Xavier de Arruda; Prof. Departamento de Matemática Pura e Aplicada (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
234. Rose Aimée Araújo Barros. Informação nº 261/79 –SNI Recife e Informe nº 008/79 ASI-UFRN
235. Rossana Mary Sudário; Aluno de Direito. Informação nº 261/79 SNI Recife e Informes nº 034/78 e nº 008/79 da ASI-UFRN
236. Rubens Leão de Andrade; Prof. Depto. de Matemática (CCEN). Informação nº 059/84 SNI Recife
237. Sávio Ximenes Hackrackt; Aluno de Jornalismo. Informe nº 008/79 ASI-UFRN e Informes nº 261/79 e nº 059/84 SNI Recife
238. Sebastião Alves Carneiro; Prof. Departamento de Arquitetura (CT). Informativo nº 017/81 e nº 030/83 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
239. Senival Alves de Oliveira; Estatístico. Informativo nº 017/81 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
240. Sérgio de Oliveira Dieb; Aluno de Arquitetura. Informe nº 002/79 ASI-UFRN; Informação nº 709/79 – CIE e Informação nº 059/84 SNI Recife

241. Sérgio Viana Fialho; Prof. Depto. de Engenharia Elétrica (CT). Informação nº 059/84 SNI Recife
242. Sheila Saint-Clair da Silva Teodósio; Profa. Depto. de Enfermagem (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
243. Soraya Godetro Massud; Aluna. Informação nº 059/84 SNI Recife
244. Tania Câmara Araújo de Carvalho; Profa. Depto. de Educação (CCSA). Informação nº 059/84 SNI Recife
245. Tarcísio Alves da Costa; Professor UFRN. Informes nº 464/80 e nº 059/84 SNI Recife
246. Terezinha de Queiroz Aranha; Profa. Depto. de Serviço Social (CCSA). Informes nº 464/80 nº 059/84 SNI Recife
247. Ticiano Duarte; Professor UFRN. Informação de 26.09.1980 do Ministério do Exército
248. Tom Oliver Miller Júnior; Prof. Visitante (CCHLA). Informativo nº 054/80 ASI-UFRN
249. Vandui Guedes da Silva; Aluno de Letras. Informativo nº 030/83 ASI-UFRN
250. Vera Lúcia Amaral de Medeiros Rocha; Profa. Colaboradora Depto. de Medicina Clínica (CCS). Informe nº 464/80, nº 052/84 e nº 059/84 SNI Recife
251. Vera Maria de Matos Ferreira Leão de Alencar Oliveira; Profa Visitante Depto. de Letras (CCHLA). Informativo nº 054/80 ASI-UFRN
252. Virna Soraya Damasceno. Informação nº 261/79 SNI Recife e Informe nº 008/79 ASI-UFRN
253. Vivaldo Bezerra; Prof. Colaborador de Medicina (CCS). Informação nº 059/84 SNI Recife
254. Waldson José Bastos Pinheiro; Prof. Depto. de Letras (CCHLA). Informativo nº 017/81 ASI-UFRN e Informação nº 059/84 SNI Recife
255. Walter Medeiros Rocha. Informe nº 002/79 ASI-UFRN
256. Wani Fernandes Pereira Teixeira; Professor – Museu Câmara Cascudo. Informação nº 059/84 SNI Recife
257. Wilians de Souza; Prof. assistente da UFRN. Informação nº 059/84 SNI Recife
258. Woden Coutinho Madruga; Prof. Colaborador (CCHLA). Informe nº

464/80 SNI Recife e Informação nº 709/79 – CIE
259. Zeneide Pereira Alves; Profa. Depto. de Estudos Sociais (CCHLA). Informação nº 059/84 SNI Recife

2.4.16 Números Gerais

Lista dos estudantes e professores presos e perseguidos políticos, que mantinham vínculo acadêmico ou funcional com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, durante os 21 (vinte e um) anos de Ditadura Militar (1964-1985). Registra-se:

- 5 (cinco) professores e 33 (trinta e três) estudantes presos;
- 25 (vinte e cinco) professores e 2 (dois) estudantes sofreram o expurgo ideológico do Regime militar;
- 13 (treze) membros da UFRN foram vítimas de tortura ou tratamento degradante;
- 1 (um) estudante expulso pelo Decreto-Lei nº 477;³⁸
- 10 (dez) sofreram repressão política oficial, mas não foram presos;
- 2 (dois) estudantes foram assassinados pelo Regime militar em circunstâncias políticas;
- 1 (um) professor é tido como desaparecido político pela Lei nº 9.140/1995;
- 259 (duzentos e cinquenta e nove) membros da Universidade (Professores, alunos e servidores técnico-administrativos foram fichados pelos órgãos de repressão e informações da Ditadura Militar).

38. Expulsão ocorrida na Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, em 1969. O corpo discente e docente da referida unidade foi absorvido pela UFRN em 1975.

III Arcabouço Histórico da Ditadura Militar no Brasil – Eclosão da Ditadura e os Reflexos no Estado do Rio Grande do Norte e na UFRN

*José Willington Germano*³⁹

Abordar, em linhas gerais, a ditadura militar implantada no Brasil a partir de 1964, implica, ainda que de forma sumária, em se reportar as intervenções militares na política, bem como o ideário que se foi constituindo ao longo do tempo, acerca da sociedade brasileira, do Estado necessário para desenvolver o país e, sobretudo, a educação requerida para dar sustentáculo ao projeto de nação almejando pelos “homens de farda” (GERMANO, 2008b, p. 314).

Para tanto, torna-se importante recuar historicamente aos anos 30 do século XX, e mesmo antes, quando as Forças Armadas, notadamente o Exército, passam de uma condição subordinada para o centro do poder político com o Estado Novo (1937-1945). Com essa inflexão, o Exército deixa de tomar posições avançadas, como ocorrera com a Abolição (1888), a Proclamação da República

39. Professor do Departamento de Ciências Sociais e colaborador da Comissão da Verdade da UFRN.

(1889) e ao reformismo político de 1930, e se direciona, cada vez mais, rumo ao reacionarismo, posturas antidemocráticas e autoritárias e, finalmente, à ditadura implantada a partir de 1964. Assim, ocorreram mudanças quanto a duração e conteúdo das intervenções militares na política brasileira, provocando fortes repercussões no campo educacional, passando de eventuais e episódicas, em momentos de crise, para duradouras.

Nessa perspectiva, torna-se significativo ressaltar que em todo o percurso de 1937-1964, as Forças Armadas clamaram por um Estado forte e ditatorial de salvação nacional. No interregno democrático (1945-1964), período que sucedeu o Estado Novo, elas combateram os movimentos sociais do campo e das cidades, o sindicalismo trabalhista e o nacionalismo reformista do segundo governo de Getúlio Vargas, na primeira metade dos anos 50 (GERMANO, 2008a). Após a Segunda Guerra Mundial, de igual modo, aliaram-se aos Estados Unidos, o mais poderoso país capitalista do planeta, convertido em defensor da civilização ocidental e cristã. Como decorrência dessa aliança, em 1948, no contexto da *Guerra Fria*, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), em sintonia com a sua congênere norte-americana *National War College*. A ESG desenvolveu a Ideologia da Segurança Nacional, já presente nas ideias do general Góes Monteiro, fornecendo os princípios de justificação da tomada do poder do Estado pelas Forças Armadas, tendo à frente o Exército.

De acordo com Comparato (1981, p. 52-57), “a ideologia do poder e da potência é uma constante na ideologia de segurança nacional.” Ela “designa um inimigo comum a combater que são as forças subversivas lideradas pelo partido comunista.” Nesse sentido é “preciso por previamente fora de combate todos os simpatizantes possíveis da subversão onde quer que se encontrem, sobretudo, nas instituições difusoras de ideias (Escolas, Universidades, Igrejas) ou naquelas suscetíveis de enquadrar a população contra o Estado (sindicatos, associações).” Para obter informações que conduzam à descoberta do inimigo, são válidos o emprego de todos os meios, inclusive da tortura, prática que se tornou habitual durante o regime militar, o que configura uma clara evidência da presença do aguilhão, no sentido assinalado por Canetti (1995): um objeto pontiagudo e cortante, que por vezes permanece oculto, é acionado quando ocorrem resistências.

Para Comblin (1978, p.153), os militares desejavam o poder e perseguiram esse objetivo de 1922 (Revolta do Forte de Copacabana) a 1964 e alcançaram. Para tanto, receberam as seguintes influências: “em primeiro lugar, há o formato positivista: o progresso, a ciência, a indústria.” Em segundo, há um nacionalismo de direita, a busca de um Brasil grande, poderoso. Depois, as ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna, críticos do sistema liberal representativo europeu e convictos de que o povo brasileiro não está maduro para a democracia. Finalmente, a Ideologia da Segurança Nacional.

O golpe de 1964, contudo, não foi obra apenas das Forças Armadas, mas do conjunto das classes dominantes e de setores das classes médias, envolvendo o empresariado industrial, comerciantes, grandes proprietários rurais, empresas estrangeiras, o governo norte-americano, setores da Igreja Católica e, evidentemente, a alta cúpula militar, sem falar na grande mídia. Na verdade, exceto o jornal Última Hora, todos os principais jornais do país clamaram, dia e noite, através das suas matérias e editoriais, por uma solução autoritária para a crise política durante o governo reformista de João Goulart. Assim, os jornais *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, a rede dos Diários Associados, espalhados por todo o país, se empenharam no movimento golpista. Nessa perspectiva, para Silva (2014), 1964 deve ser considerado um golpe midiático-civil-militar.

Em um contexto de *Guerra Fria*, de conflito entre capitalismo e socialismo, de grandes mobilizações populares no Brasil em favor de reformas sociais, de efervescência política na América Latina, com destaque para a revolução cubana e de guerras de libertação contra o colonialismo europeu na África e na Ásia, estavam dadas as cartas para o golpe de Estado. As justificativas golpistas estavam assentadas em dispositivos discursivos voltados para o combate à *subversão da ordem* e ao *comunismo* e em defesa da *civilização ocidental cristã* e da *democracia*, mesmo que estivesse sendo implantada uma ditadura de segurança nacional que duraria mais de duas décadas. Além da subversão, o golpe foi deflagrado também contra a corrupção, conforme está explicitado no Ato Institucional Nº 1, de 1964 (apud GERMANO; COSTA, 2004). Como ocorrera em 1954, no episódio do suicídio do presidente da República, a oposição udenista ao re-

formismo nacionalista do segundo governo de Getúlio Vargas, também proclamava a existência de um *mar de lama* na alta administração do país, com apoio de aliados militares e da grande imprensa da época. Aqui, convém lembrar, mais uma vez, a velha UDN e o seu candidato vitorioso das eleições presidenciais de 1960, que renunciou poucos meses após a posse, Jânio Quadros, cujo principal símbolo usado na campanha eleitoral era uma vassoura, para varrer a corrupção existente no governo de Juscelino Kubitschek. Dizia-se, à época, que *o homem da vassoura vem aí*. Esse processo terminou no golpe de Estado de 1964, não somente para combater a subversão do governo Goulart e seus aliados, mas também a corrupção que tomava conta do país. Afinal, a ideia de que somente os homens de farda são puros, os políticos são corruptos e desonestos, é recorrente na história brasileira. Como desdobramento, com intenso apoio da mídia hegemônica, ganha força, de igual modo, a ideia de que o Estado é corrupto, o setor público é ineficiente, enquanto o mercado é virtuoso. Quando, na realidade, a origem do processo de corrupção é o mercado e os seus agentes, enfim, o mundo do dinheiro e da acumulação capitalista predatória.

Implantava-se, afinal, um regime discricionário de salvação nacional, conforme o ideal positivista. Os militares instalaram-se de forma direta e duradoura no governo, instauraram uma ditadura, altamente repressiva e violenta, cujo poder político estava assentado no tripé, Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, Estado Maior das Forças Armadas, que praticamente aboliu a clássica divisão de poderes entre executivo, legislativo e judiciário que configura o Estado moderno constitucional. Com o executivo hipertrofiado, os poderes legislativo e judiciário foram vilipendiados, mas se prestavam para manter a aparência de um Estado representativo e democrático. Convém frisar que, desde o início, o Regime Militar de 1964 revelou o elevado grau de intolerância política que o caracterizaria. Assim, durante o governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967), considerado um liberal, conforme Vieira (1983, p. 194) “houve 3.743 atos punitivos, representando mais de 3 atos punitivos por dia.”

A partir de 1964, várias foram as ditaduras de Segurança Nacional implantadas na América do Sul: Brasil, Peru, Uruguai, Chile, Argentina. É nesse contexto que é criada uma *multinacional da repressão*: a *Operação Condor* (GERMANO,

2009), episódio inédito na história. No Brasil, a ditadura foi menos sanguinária do que as implantadas no Uruguai, Chile e Argentina. Na Argentina e Chile, por exemplo, “os militares mataram mais de cem vezes, *per capita*, do que no Brasil.” (STEPAN, 1986, p. 76). Entretanto, “coube-nos a [ditadura] que ficou mais enquistada nos organismos do Estado.” (FERNANDES, 1986, p. 22, grifo do autor). Os militares ficaram à frente do poder por quase um quarto de século. Ninguém governou tanto no Brasil do século XX. Diferença que pode ser observada quando se constata, que na Argentina, Chile e Uruguai, os generais ditadores e os agentes da repressão, com a redemocratização, foram parar nas barras dos tribunais e condenados. No Brasil, apenas recentemente, em 2012, foi criada uma Comissão Nacional da Verdade, com congêneres em todo o país, mesmo assim em meio a enorme resistência militar e de setores simpáticos ou envolvidos com o regime ditatorial. Na verdade, no Brasil pós 1964, ocorreu uma intensa militarização da sociedade e da vida política, bem como politização das instituições militares, com a “transformação de um corpo do Estado em Estado” (ROUQUIÉ, 1984, p. 335). Desse modo, o Exército se realizava, enfim, como *um órgão essencialmente político*, implementando, a sua política, a *política do Exército* e a *política no Exército*, diz Góes Monteiro (s.d.), é a preparação para a guerra.

1 O DISCURSO POLÍTICO SOBRE A EDUCAÇÃO

O discurso político sobre a educação, evidentemente, faz parte de um campo discursivo mais amplo, sobre a sociedade e a política. É através do discurso e da ação que o agente se revela. Ao recorrermos, assim, aos princípios discursivos da alteridade, da influência e da regulação Charaudeau (2006), podemos observar o predomínio do princípio da influência. As ditaduras têm horror ao outro, ao oponente, enfim, à pluralidade que configura a política. Pretendem que o outro pense, diga ou aja conforme as suas intenções. Caso contrário, lhe resta apenas o isolamento político. Desse modo, escreve Hannah Arendt (1978, p. 588), a lógica ditatorial ou “totalitária destrói a capacidade humana de sentir e pensar tão seguramente como destrói a capacidade de agir” ao produzir o isolamento na esfera política. Para ela, “o isolamento é aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política das suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída”. Foi o que ocorreu com o golpe

de Estado de 1964. O processo de democratização, então em curso na sociedade brasileira desde os anos 1940, foi bruscamente interrompido.

Nessa perspectiva, uma das primeiras medidas adotadas pelo Regime Militar foi impor o silêncio, cassar a palavra dos perdedores: movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, ligas camponesas, movimento estudantil, ex-integrantes do governo deposto, parlamentares e forças políticas reformistas ou de esquerda, intelectuais antigolpistas, amplos setores vinculados ao campo da educação, como professores, estudantes e dirigentes de escolas. Uma vez que a alteridade foi cerceada pela repressão, não há projetos alternativos a serem postos em discussão no espaço público, portanto, não há lugar para o princípio de regulação e negociação política. O discurso se transforma em mera propaganda, uma vez que há uma interdição da fala do outro, de quem pensa diferente, não há, portanto, diálogo, mas ordens a serem cumpridas. Quando ocorrem resistências a essas ordens, intervém um agulhão para garantir a integridade das ordenações.

De acordo com o *imaginário social instituinte* (CASTORIADIS, 2004), o discurso ditatorial aparece, desde a primeira hora, como salvacionista. O Exército e as Forças Armadas salvaram a democracia, salvaram o Brasil da desordem, da subversão e do comunismo, abrindo, assim, as portas do desenvolvimento e do progresso à medida que a ordem foi restabelecida. Esse ideário aparece nas notas divulgadas na imprensa pelos chefes militares logo após o golpe, no preâmbulo do Ato Institucional Nº 1 (AI-1), de 1964, nos relatórios dos incontáveis Inquéritos Policiais Militares (IPMs), abertos para apurar a *subversão da ordem* e a *corrupção*, nos vários setores da vida social e em todos os pronunciamentos públicos das autoridades. Assim, a Junta Militar, composta por oficiais das mais altas patentes do Exército, da Marinha e Aeronáutica prometia: “restaurar a legalidade,” reforçar as “instituições democráticas ameaçadas,” “restabelecer a composição federativa da nação,” “eliminar o perigo da subversão e do comunismo.” A defesa da democracia apareceu até mesmo no Ato Institucional Nº 5 (AI-5/68), quando foi implantada a ditadura com *D* maiúsculo, que tornou possível a emergência do terror do Estado, ao transformar qualquer pessoa em inimigo do Estado, com o advento do chamado *inimigo interno*, uma novida-

de adotada pelos regimes de Segurança Nacional da América Latina. Conceito que deriva de dois outros conceitos, *guerra revolucionária* e *guerra de libertação*, uma invenção dos militares franceses no contexto das guerras coloniais, em que tiveram ativa participação na Indochina e na Argélia. O fato é que, no preâmbulo do AI-5, pode-se ler que os militares estavam aprofundando a ditadura para salvar a democracia, a “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito a dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias ao nosso povo, na luta contra a corrupção [...]” (apud GERMANO, 2005, p. 56 e 68). Esses exemplos poderiam ser citados exaustivamente. Enquanto isso, a tortura estava sendo largamente empregada nas prisões, repletas de presos políticos.

Ao lado do discurso salvacionista, aparece o seu complemento, a desqualificação ou mesmo a eliminação da alteridade. O outro é desprovido de qualquer valor porque é subversivo e por isso deve ser silenciado, reprimido, banido do espaço público. Isto fica muito evidente na área da educação, um dos setores mais visados e mais atingidos pela repressão política pós-1964, porque diz respeito à *formação das almas*. Universidades foram invadidas por forças militares, a exemplo da Universidade de Brasília (UnB), (algumas tiveram reitores/interventores militares), a União Nacional de Estudantes (UNE), logo após o golpe de Estado, teve a sua sede incendiada no Rio de Janeiro. Desse modo, muitos estudantes, professores e cientistas proeminentes, a exemplo de Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Leite Lopes, Mário Schemberg, Josué de Castro e tantos outros foram processados, presos, cassados, exilados e assim por diante. Até mesmo uma polícia política universitária foi criada com o nome de Assessoria de Segurança e Informações (ASI). As palavras do Coronel Darcy Lázaro, comandante da primeira invasão da UnB, em 1964, diz bem desse desprezo pelo outro e pela cultura, uma vez que a cultura é o campo das diferenças. Disse o coronel: “Se essa história de cultura vai-nos atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante trinta anos” (apud GERMANO, 1989). Nada mais claro de que essa ojeriza à alteridade para esconder o desejo de eliminar o outro, de retirar os opositores da cena política, estabelecendo a ordem, tornando viável o progresso, conforme a visão autoritária.

Na área da educação, além da *caça às bruxas* nas universidades, repressão maior, talvez, tenha recaído sobre os movimentos de educação e cultura popular. Aqui não sobrou pedra sobre pedra, tal a repressão sobre esses movimentos e seus integrantes. Escolas foram fechadas, bibliotecas destruídas, professores processados e presos. No Rio Grande do Norte, onde ocorreram algumas das mais significativas experiências de educação popular, na época, com a deflagração do golpe, até aparelhos de rádio transmissores foram presos por latifundiários. Tratava-se do equipamento usado pelas escolas radiofônicas mantidas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Arquidiocese de Natal e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O mesmo rádio que ensinava a ler e a escrever incentivava também a participação dos trabalhadores rurais nos seus sindicatos. Isto era insuportável para os senhores das terras e para os militares golpistas.

Esses movimentos de educação popular se inseriam na perspectiva de democratização da sociedade, da defesa das *reformas de base*, como a reforma agrária, contra a espoliação e a miséria do povo e contra o imperialismo norte-americano, como se dizia na época. Para eles, a educação e a cultura popular eram instrumentos de libertação e de democratização da sociedade brasileira. Em linhas gerais, era assim que pensava, por exemplo, os idealizadores da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, conforme seus textos referenciais. (GERMANO, 1989). Desenvolvido em Natal, pela prefeitura municipal, esse importante movimento foi literalmente destruído pela repressão política, mas a sua história permanece indelével no imaginário social da cidade. Moacyr de Góes, secretário de educação de Natal, foi preso e processado, as perseguições, enfim, atingiram vários outros integrantes da Campanha, ceifando toda a equipe dirigente.

Os guardiões da ordem, no relatório do IPM ao tratarem dessa *Campanha*, a desqualificaram completamente. Classificaram os seus objetivos de “perniciosos,” “antieducacionais” e “antidemocráticos.” A palavra *conscientização*, muito empregada pela educação popular, era veemente condenada. Desta maneira, frases como *conscientização do povo, democratização da cultura, reivindicação popular, miséria, espoliação*, bem como qualquer referência às condições do povo ou ao popular ou ainda que refletisse uma interpelação popular, eram consideradas como subversivas.

Por isso, a *Campanha* foi taxada como “movimento educacional nitidamente subversivo,” “a subversão educacional,” “a maior obra de subversão do ensino no Rio Grande do Norte,” ou, ainda, “obra perniciosa colocada a serviço da subversão” (GERMANO; COSTA, 2004).

Idêntica repressão foi efetuada contra os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que haviam participado da experiência pioneira de educação libertadora e pós-colonialista, desenvolvida em Angicos, sertão do Rio Grande do Norte, pelo educador Paulo Freire, em princípios de 1963. Realizada através do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN), essa experiência causou repercussão internacional pelo êxito alcançado na alfabetização de adultos, em apenas 40 horas. Com o golpe militar de 1964, “todos os coordenadores e alfabetizadores sofreram perseguições e, muitos, o exílio” (GUERRA, 2014, p. 21). O coordenador dos círculos de cultura, Marcos Guerra (2014, p. 38-39), escreve que “no fim de 1963 alguns de nós fomos convidados para levar a Sergipe a nossa experiência adquirida no Rio Grande do Norte”. Prossegue Guerra, “Fomos surpreendidos pelo golpe: no dia 2 de abril, nosso escritório em Aracaju foi invadido pelo Exército procurando literatura subversiva, dinheiro e provas de desvio de recursos do MEC.” Ao retornar a Natal, no meio do caminho, em Caruaru, escreve o autor, que “foi preso por tropas do Exército, com mais dois colegas”. Conforme relata: “Em um *jeep*, fomos levados algemados para a 2ª Companhia de Guardas em Recife, à disposição do coronel Ibiapina. Mais tarde, esse coronel prendeu, na mesma Companhia de Guardas, o próprio Paulo Freire, para igualmente responder o seu Inquérito Policial Militar (IPM)”. De acordo com as suas palavras, “seguiu-se, para Paulo e para mim, um longo período de privações, entre prisão e exílio, cada um por seu lado” (GUERRA, 2014, p. 39).

Ao discurso reformista, democratizante, libertador foi contraposto outro com base na Doutrina de Segurança Nacional, na disciplina e na ordem. Isto pode ser observado, por exemplo, no ensino de *Educação Moral e Cívica* ministrado em todos os níveis, inclusive na pós-graduação, conforme o Decreto-Lei Nº 869/69, assinado pela Junta Militar, no apogeu do Regime e da hegemonia da *linha dura* no comando do governo. Essa proposta tem antecedentes nos projetos autoritários dos anos 1930 ou mesmo antes. Assim, já em 1912, o General

Caetano de Faria, chefe do Estado Maior do Exército, afirmava que os oficiais “são verdadeiros apóstolos do patriotismo e do dever cívico,” que permanecem nas casernas “para receber, educar, instruir e restituir a vida civil, aos cidadãos.” Para ele, o Exército nada mais seria que “o prolongamento da escola.” (apud HORTA, 1994, p. 7). Na década de 1930, na verdade, tal projeto procurou ressaltar a importância da educação, para a construção de um “Estado Nacional Forte e bem constituído.” O referido projeto tinha como “principal meta a unificação da força moral da Igreja com a força física dos militares em um grande projeto de mobilização nacional (SCHWARTZMAN *et al.* 1984, p. 61).

Nessa perspectiva, “o Exército elabora ao longo do tempo, uma pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis. O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios da disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições” (ibid., p. 67) ou, em outras palavras, “a ordem, a disciplina, a hierarquia e o amor pela pátria adquirem prioridade nessa proposta de ação pedagógica.” (SCHWARTZMAN *et al.* 1984, p. 69). Ao se examinarem as recomendações da Comissão Nacional de Moral e Civismo, em 1970, pode-se observar, que elas em nada destoam dessa pedagogia autoritária, a não ser no fato de ter incorporado o ideário da *Guerra Fria* e da Doutrina de Segurança Nacional, ao combater de forma mais contundente a subversão comunista, enaltecendo, ao mesmo tempo, os feitos da “revolução de 1964” e a disseminação da ideia de “Brasil potência” (GERMANO, 2005), símbolo do progresso. Lá estão a ordem, a obediência, a disciplina, o culto à pátria, à religião e às forças armadas. Era o próprio regime da ordem no sentido sinalizado por Canetti (1995) e Hannah Arendt (1978).

Os discursos, porém, tendem a ganhar materialidade, ao se traduzir de palavras em ação de governo, em intervenção empírica. Ao lado do discurso salvacionista e de eliminação da alteridade, pelo alto grau de intolerância com os que dissentem da dominação, há um outro discurso de cunho propositivo, voltado à ação. Proposto para salvar o país. Ele existe também evidentemente, no campo das políticas educacionais, uma área duramente atingida pelo regime fardado de 1964. Assim, o governo militar propõe e implanta reformas em todos os níveis de ensino, da educação básica à universidade. Isto ocorreu entre 1968 e 1971,

portanto, no auge do período ditatorial, tanto em termos políticos como econômicos. O país vivia, na época, o chamado *milagre brasileiro*. Reformas para quê? Eis a principal pergunta a ser formulada.

Em primeiro lugar, os militares pretendiam colocar o Brasil em *ordem*, reformar instituições conforme a sua visão estratégica de progresso, simbolizada pela ideia de *Brasil-potência* e também para conter insatisfações sociais e políticas contra o regime. Por isto, a reforma do sistema educacional não começou pela sua base, mas pelo seu topo - a educação superior. Como em outras partes do mundo, a exemplo do *maio francês*, 1968 foi um ano de muitas contestações estudantis também no Brasil. Havia mobilizações de rua, em quase todas as capitais do país, que acabaram por galvanizar o protesto de setores da sociedade civil contra o Estado militar. Em meio à crise, o governo instituiu um grupo de trabalho, o qual em poucos dias, elaborou um projeto que, enviado ao Congresso pelo Executivo, foi aprovado também em poucos dias, sem nenhuma discussão com a sociedade civil, com o movimento estudantil e a comunidade universitária. Quinze dias após a assinatura da Lei 5.540/68, que reformou a universidade brasileira, o governo militar baixou o AI-5 em dezembro de 1968 e em fevereiro de 1969 publicou o Decreto-lei 477, agulhões, conforme Canetti (1995). Estes praticamente criminalizavam o movimento estudantil, destroçando qualquer forma de contestação política ao regime. Aliás, os principais focos de resistência à ditadura eram provenientes do movimento estudantil. Esta reforma reflete o contexto da *Guerra Fria*, da Doutrina de Segurança Nacional e o predomínio de uma tecnocracia civil e militar. Ao longo de sua formulação foram constituídas várias comissões com a presença, inclusive, de assessores norte-americanos da United States Agency for International Development (USAID) e de militares, a exemplo da comissão coordenada pelo General Meira Mattos.

Entre as várias iniciativas dos governos militares para reformar o ensino superior podemos apontar:

- a) O estudo encomendado pelo Ministério da Educação ao professor norte-americano Rudolph Atcon, concluído em 1966. O Relatório Atcon recomendava explicitamente: “um planejamento dirigido à reforma admi-

nistrativa da universidade brasileira [...] tem que implantar um sistema administrativo tipo empresa privada [...]” (apud GERMANO 2005, p. 123).

b) Em 1968, a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), criada na esteira dos acordos MEC/USAID, produziu também um relatório. O citado documento partia do pressuposto de que a educação era essencial ao desenvolvimento econômico da sociedade e sugeria a adoção de medidas, em geral inspiradas em experiências inovadoras como a da UnB, como o sistema de créditos, organização departamental, ciclo básico e ciclo profissional etc. Além disso, concedia também grande ênfase à privatização do ensino: “deve ser estimulada a criação de universidades particulares, prestando-lhes o governo auxílios, a fim de assegurarem nelas vagas para os alunos pobres” (apud GERMANO, 2005, p. 124).

Em 1967, em plena ascensão da *linha dura militar*, foi constituída mais uma comissão presidida pelo General Meira Mattos, integrante do corpo permanente da ESG. O pensamento militar pontifica-se, expresso através da ideia da *construção da potência*, da necessidade de combater a subversão comunista para atingir tal meta e da concepção da educação como instrumento do desenvolvimento. O texto revela uma preocupação em salvaguardar a imagem da *revolução* de 1964 e com a realização da reforma universitária como condição imperativa de desmobilização dos estudantes. De qualquer modo, o relatório Meira Mattos incorporou as ideias básicas necessárias à expansão e racionalização da universidade, já mencionadas, e manifestou uma particular preocupação com a manutenção da ordem e com a restauração da autoridade universitária. Seguindo a tendência reinante em outras esferas do poder, o relatório propunha a escolha de dirigentes universitários diretamente pelo general presidente, excluindo a participação de membros da comunidade universitária. Empreende, além disso, uma atenta análise das correntes do movimento estudantil e sugere explicitamente que o governo deveria fortalecer os grupos favoráveis ao regime para enfrentar as correntes oposicionistas. Finalmente, engrossando o ideário privatista, a comissão proclama a necessidade de expandir o ensino, e, ao mesmo tempo, de conter despesas (GERMANO, 2005).

Em julho de 1968, por fim, foi constituído o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que preparou o projeto de reforma universitária, aprovado e transformado, em lei pelo Congresso Nacional, sancionada pelo General Costa e Silva, então Presidente da República, em 28/11/1968; trata-se da Lei 5.540/68. Ao se observar o conjunto de discursos e práticas adotados pelo regime militar para redimensionar o sistema educacional, a reforma incorporou duas dimensões essenciais à preservação da dominação política, no sentido discutido por Gramsci (1977): *restauração* e ao mesmo tempo *renovação*. Restauração, porque possibilitou o completo aniquilamento do movimento social e político dos estudantes e de qualquer outra forma de resistência ou contestação social. A ordem foi restabelecida mediante decisões do executivo pelo uso e abuso da repressão política, a exemplo das triagens ideológicas, da perseguição e cassação de professores e estudantes, da censura ao ensino e à pesquisa, da subordinação direta dos reitores das universidades públicas ao Presidente da República, das intervenções militares em instituições universitárias, eliminando praticamente o princípio de autonomia universitária. Em sintonia com os relatórios anteriores, constata-se, no discurso da reforma, a predominância de uma concepção autoritária de educação, tendo em vista, sobretudo, as exigências do mercado de trabalho e do chamado desenvolvimento econômico, a palavra-chave do progresso. Por outro lado, os ideais privatistas ganham relevo no discurso e na materialização da reforma universitária do regime militar.

Contudo, no que pese a ausência de fundamentos democráticos, o domínio da tutela política do regime fardado e as implicações tecnicistas, a reforma não significou apenas *restauração*, mas também *renovação*, à medida que propunha mudanças efetivas para o ensino superior, entre as quais, o primado das universidades sob as instituições isoladas, a construção dos *Campi* universitários e a efetiva implantação da pós-graduação, tornando possível a pesquisa universitária, ainda que de forma mutilante. Isso, contudo, se efetivou sob a inspiração de uma doutrina militar de segurança nacional, com o patrocínio do regime ditatorial e salvacionista.

Nessa perspectiva, a ideia de universidade operacional ganha relevo, uma universidade mais voltada à técnica e à ciência instrumental, pouco afeita

ao pensamento. Na verdade, não há lugar para o pensamento crítico, pois se trata de uma instituição produtivista e autoritária, orientada para o mercado de trabalho e dotada de uma estrutura excessivamente burocrática e tecnicista, já que predominava o discurso da eficiência da empresa capitalista. Além disso, a escalada privatizante da educação superior no Brasil ganhou intensidade nesse período.

Embora tenha incorporado antigas demandas e recolhido aspectos importantes de experiências renovadoras, como a que vinha ocorrendo na UnB, na verdade a reforma universitária do Regime Militar fez isso desfigurando completamente o ideal de uma universidade autônoma, pluralista e crítica. Em troca, ergueu uma universidade domesticada que muito colaborou com o sistema político reinante. Assim, por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP), a mais importante do país, forneceu os Ministros da Justiça no período áureo da ditadura militar, nas pessoas dos seus Ex-Reitores Gama e Silva e Alfredo Buzaid. Fazem parte da lavra de Gama e Silva o AI-5/68, um dos mais letais aguilhões do regime, e o Decreto-lei 477/69, que criminalizou e devastou o movimento estudantil. Contraditoriamente, é nas universidades públicas que se localiza um dos principais focos de resistência e de contestação ao Estado militar, tanto do ponto de vista acadêmico como político. A implantação do programa de pós-graduação em ciências humanas, mesmo com as evidentes limitações, possibilitou um incremento das pesquisas e impulsionou a realização de revisões profundas acerca das interpretações da sociedade brasileira, desconstruindo o discurso hegemônico. Do ângulo político, o surgimento de associações docentes, no contexto da *abertura*, transformou o movimento docente em ator relevante do processo de democratização do país.

Por sua vez, pela reforma do ensino primário e médio, denominado pela Lei 5.692/71 de ensino 1º e 2º graus, também sinalizou claro sentido instrumental, sob a inspiração da teoria do capital humano, embora recorresse a interpretações democratizantes de correção das desigualdades sociais. É verdade que a ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos, no ensino de 1º grau, foi uma conquista, embora seja essa uma das promessas não cumpridas. Quanto ao ensino de 2º grau, foi todo orientado na Lei para o mercado de trabalho, pela obrigatoriedade da profissionalização. Não se trata do trabalho como princípio

educativo, mas da preparação de mão-de-obra para o mercado, ou seja, trata-se, de um adestramento, minimizando a capacidade de pensar, pois não havia lugar para a cultura humanística e para a cidadania, embora o regime ditatorial fizesse constantes declarações de amor à democracia. Aqui, sobretudo, a reforma educacional estava orientada para a formação profissional e a empregabilidade, pois não há espaço para a cidadania em regimes ditatoriais. No entanto, como nos anos 1930, há uma recorrência, no discurso da reforma, a força moral da Igreja para justificar a política educacional do Regime Militar. A esse respeito, é emblemático o Parecer 45/72, escrito pelo Padre José Vieira de Vasconcelos, presidente da Associação dos Educadores Católicos do Brasil e um dos mais destacados integrantes do Conselho Federal de Educação. Argumenta o Padre Vasconcelos: “A nova Lei tem, pois, na insistência por uma educação técnica, uma das notas dominantes. Significa esta premissa ruptura com as tradições educacionais cristãs do Brasil?” Indaga ainda o sacerdote se haveria uma antinomia entre tecnologia e humanismo, sobretudo, o humanismo cristão. A sua resposta é negativa: “apresso-me a responder que não.” Essa interpretação, para ele, decorre de uma “parcela de mal-entendido.” O “mal-entendido é julgar que o cristianismo se oponha à educação tecnológica, como se ela fosse uma espécie de paganismo, em contraposição com cultura clássica, que seria a cristã”. Conclui, então Vasconcelos, justificando o seu parecer: “a verdade é bem outra: o renascimento da cultura clássica foi bem pouco cristão; por outro lado, a teoria de que o trabalho das mãos é indigno do homem livre é do pagão Aristóteles, Cristo foi carpinteiro” (apud GERMANO, 2005, p. 180 -181).

Não custa lembrar que o regime ditatorial fazia insistentes proclamações dizendo que atuava em defesa de valores cristãos, inerentes ao povo brasileiro. O fato é que, longe de corrigir as desigualdades, tal reforma deu continuidade à dualidade do sistema educacional brasileiro, tantas vezes anunciado por Anísio Teixeira em sua obra, revestida, agora, de novas configurações.

Finalmente, um outro discurso sobre educação aparece na cena política. Com a crise do Regime Militar, a partir da segunda metade dos anos 1970, e com a emergência na sociedade civil de novos atores de contestação ao autoritarismo, no espaço público, como os movimentos sociais urbanos e rurais, o novo sindicalismo, as mobilizações das periferias urbanas, a ampliação do arco de forças

oposicionistas e o crescimento eleitoral da oposição, a alteridade volta à tona. Fragilizados, os militares no poder têm que medir forças com esses outros atores que ganham espaço político. Neste contexto, é acionado o princípio da regulação, da negociação e de apropriação do vocabulário crítico desses movimentos. Para garantir a sua legitimação, os militares no poder abrandam ou abandonam o discurso de *desenvolvimento e segurança* e adotam um outro, em planos e programas educacionais, que proclama a democratização política, a participação popular nas instâncias de governo e a redistribuição de renda no país. Esse era o discurso que predominava no segundo e no terceiro Planos Nacionais de Desenvolvimento (1974-1985), bem como no terceiro Plano de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985). É nesse cenário que surge uma política de educação comprometida com a pobreza, com o mundo rural e com as periferias urbanas que estavam se mobilizando. Dois programas simbolizam essa política compensatória no campo da educação: o Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o meio rural (PRONASEC) e o Programa de Ações Socioeducativas e Culturais para populações carentes urbanas (PRODASEC), ambos criados em janeiro de 1980 pelo Ministro da Educação Eduardo Portella. Nesta conjuntura de crise, portanto, tal qual a Igreja Católica da Teologia da Libertação, os militares no governo também fizeram uma *opção preferencial pelos pobres*.

Por outro lado, os regimes de segurança nacional na América Latina começam a ruir e a própria Escola Superior de Guerra (ESG) muda o discurso, incorporando temas da democratização e da participação política. A propósito, observa Stepan (1986) que além de ter havido uma mudança de interpretação na ESG, acerca da legitimidade e mesmo da oposição política, encarando-a como um dos princípios fundamentais da democracia, “uma outra importante mudança de ênfase nos *complementos da doutrina* [de segurança nacional] de 1981 era o *status da ‘participação’*” (ibid., p. 60, grifo do autor) ao qual foram dadas poucas linhas nos textos de 1975, 1977-78 e 1979. Em 1981, ao contrário, “reconhece-se que ‘o sentido da participação recentemente ganhou espaço na consciência nacional’” e, por isso mesmo, um capítulo inteiro é dedicado ao tema. Nessa perspectiva, “faz-se um esforço para mostrar como a participação, fundamentada nas encíclicas papais, era parte integrante da doutrina da ESG” (STEPAN, 1986, p. 60).

Ora, o discurso não é desencarnado de interesses e citando mais uma vez Bakhtin (1990, p. 43), “cada época e cada grupo social têm o seu repertório de formas de discurso.” Na verdade, os militares no poder pretendiam prolongar os dias de vida do regime e institucionalizá-lo. Para tanto, era necessário legitimá-lo, recorrendo às interpelações democratizantes, participacionistas e redistributivistas em evidência na sociedade civil. Mas era tarde.

IV A Assessoria de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ASI/UFRN): O Braço da Repressão nas Universidades Brasileiras

*Almir de Carvalho Bueno*⁴⁰

A maneira institucional pela qual o regime militar brasileiro encontrou para vigiar as universidades brasileiras foi a criação, no início dos anos 1970, das Assessorias Especiais de Segurança e Informações universitárias, nomeadas pelos reitores e subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).⁴¹ A Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (doravante citada como ASI/UFRN) foi criada pelo Reitor Onofre Lopes da Silva em 1971 no final de sua gestão (1959-1971), que nomeou como seu primeiro “chefe” o Professor de Direito Carlos Augusto Caldas da Silva (1970-1971), um liberal considerado amigo dos estudantes.⁴² Funcionou no Campus Universitário até meados dos anos 1980, quando foi transferida para a Delegacia do MEC no Rio Grande do Norte (DEMEC/RN), coincidindo com o período de transição ao

40. Professor do Departamento de História do CERES-Caicó e Membro da Comissão da Verdade da UFRN.

41. Para um aprofundamento sobre as ASI universitárias no Brasil, consultar os artigos de Rodrigo Patto Sá Motta, “Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades”; e “Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias”.

42. Conforme o relato dos professores Carlos Gomes e Ivis Bezerra em reunião na Comissão da Verdade da UFRN.

regime democrático e, portanto, cada vez mais tendo sua atuação enfraquecida até ser extinta no início do governo Fernando Collor de Mello em 1990.

O momento áureo da ASI-UFRN pode ser estabelecido entre 1971-1985, quando esteve, primeiro, sob a chefia do sargento da Aeronáutica e Professor do Departamento de Química, Zacheu Luiz dos Santos (1971-1975) e, dois anos depois, do servidor técnico-administrativo, Adriel Lopes Cardoso (1977-1986), os mais afinados ideologicamente com o regime autoritário e que atravessaram a gestão de cinco reitores (1975-1987).⁴³

A criação das ASI em diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal (como nas universidades públicas federais e estaduais, por exemplo, a ASI/USP), no final dos anos 1960 e início dos 1970 corresponde ao período de maior recrudescimento da radicalização política no Brasil, tanto da repressão do Estado militar após a decretação do AI-5 em dezembro de 1968 como da opção de muitas organizações de esquerda pela luta armada contra a ditadura. No caso das universidades, coincide com a leitura do governo, no geral correta, de que o maior contingente de recrutamentos para a resistência armada se encontrava no movimento estudantil universitário. Assim, já em 1970, se criavam em quase todas as universidades federais e estaduais as AESIs e/ou ASIs, subordinadas ao MEC através da Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC), esta por sua vez, ligada ao Serviço Nacional de Informações (SNI),⁴⁴ em Brasília, embora a nomeação dos Assessores ou “chefes” fosse da alçada dos reitores.

43. O Assessor da ASI entre Zacheu e Adriel foi o professor Jurandyr Navarro da Costa (1975-1977).

44. Ver Rodrigo Patto Motta. Algumas delas acrescentavam o Especial no nome (AESI).

45. Doravante citada como CV/UFRN; veja-se a relação dos depoentes utilizados para este capítulo no final.

46. Depoimentos dos Ex-Reitores Diógenes da Cunha Lima, Genivaldo Barros e Daladier Pessoa da Cunha Lima à CV/UFRN em 31/05, 10/05 e 14/06/2013 respectivamente.

Pelos mais diferentes depoimentos colhidos pela Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte,⁴⁵ particularmente de Ex-Reitores, docentes aposentados ou ainda na ativa, ex-servidores e ex-assessores, constata-se que quase toda a comunidade universitária, obviamente, sabia da existência da ASI-UFRN, embora alguns Ex-Reitores neguem que conhecessem a sua localização física nas dependências do campus universitário – sabidamente no prédio da antiga Reitoria (hoje Biblioteca Central Zila Mamede).⁴⁶ Podemos dizer que a ASI-UFRN era uma espécie de fantasma, ou melhor, uma casa mal-assombrada, pois os ex-gestores, que nomeavam os seus chefes e despachavam com eles, afirmam categoricamente que “não sabiam onde ela se localizava” (no

próprio campus que dirigiam), ou quando afirmam que sabiam, “nunca estiveram lá”. Com relação a isso o Ex-Reitor Genivaldo Barros afirma:

[...] Não sei. Em que sala era não sei. [...] Não era no prédio da Reitoria. A Reitoria estava em fase de montagem ainda. [...] Eu não sei qual é a sala”.⁴⁷

E ainda:

Da ASI, que eu na verdade não identifico a sigla que corresponde ao nome da Instituição, o que eu posso dizer é o seguinte: quando eu cheguei à Universidade, sabia da existência dessa Instituição que tinha o Adriel como Delegado ou não sei bem qual era o título que lhe cabia *e que ocupava uma sala daqui do prédio da Universidade, que na verdade eu nunca estive lá, não conhecia* (destaques nossos).

Diógenes da Cunha Lima, Reitor entre 1979 e 1983, diz, “sem ter certeza”, que ela se localizava no prédio da antiga Reitoria, atribuindo isso em razão de que a ASI, para ele, não era uma de suas preocupações essenciais, ela não lhe dizia respeito: “Não, não tinha nenhuma importância até por que eu tinha o prestígio do ministro e nunca me preocupou. [...]”. Além disso, afirma não saber se quem trabalhava na ASI eram funcionários da universidade, pois não tomava conhecimento “de quem trabalhava lá, nunca tive contato com nenhum [...]”. Seu irmão, Daladier Cunha Lima, Reitor entre 1987-1991 é mais taxativo: “[...] se você me perguntar onde ficava a ASI, eu não sei. Eu realmente não sei onde funcionava a ASI, não tenho a menor ideia.”⁴⁸

É curioso que os próprios gestores máximos da UFRN desconhecem a localização ou não dessem importância a um órgão, ligado ao Ministério da Educação, que funcionava dentro das dependências da universidade, cuja nomeação ou exoneração era de sua competência!

O depoimento da Profa. Conceição Spinelli contraria a versão dos reitores, já por si mesma contraditória:

47. Depoimento de Genivaldo Barros à CV/UFRN em 31.05.2013.

48. Depoimentos de Diógenes da Cunha Lima e de seu irmão Daladier da Cunha Lima à CV/UFRN em 10.05 e 14.06.2013 respectivamente.

49. Intervenção de Conceição Spinelli durante o depoimento de Genivaldo Barros à CV/UFRN no dia 10/05/2013. Trata-se do Reitor Domingos Gomes de Lima (1975-1979).

50. Depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho à CV/UFRN em 02/08/2013.

[...] quando eu fui contratada, a ASI me convidou pra vir fazer umas perguntas a mim... ela era na Biblioteca, naquela portinha abaixo da Biblioteca, a gente descia e eu fui chamada, não sabia nem o que era, já tava com todos os meus papéis todos organizados, minhas documentações, a grande preocupação do pessoal da ASI era, eu passei uns 40 minutos lá, ele [Adriel Lopes Cardoso] me perguntando como é que eu tinha conhecido Spinelli, eu sou esposa de Spinelli. [...]. Eu sei onde ficava a ASI, ficava lá embaixo e eu era tão inocente que eu não sabia por que era que eu estava sendo chamada por aquele órgão de representação aqui na Universidade. Ela existiu. Ela não chamou só a mim. Era na época de Domingos ainda, Domingos era Reitor [...].⁴⁹

Sobre isso ainda, o depoimento do funcionário da ASI, Leonel Ribeiro Sobrinho é conclusivo: “Funcionava na parte de trás da Biblioteca Central Zila Mamede”, acrescentando: “[...] na mesma sala era eu, Carlos e Araci, o Adriel tinha uma sala dele só”.⁵⁰

Aliás, o depoimento do funcionário é esclarecedor no que tange à maneira como eram selecionados os funcionários para a ASI (como para todo o funcionalismo público na época), pois em geral eram cedidos pela universidade:

[...] Bem, eu era funcionário do Departamento de Pessoal, no início de 1982 e aí a ASI precisava de um servidor técnico né... E chegou até a mim essa notícia através do senhor Mário Alves que era um servidor de Serviços Gerais lotado no Gabinete e que servia a ASI, então ele chegou pra mim e disse: olha lá na ASI o doutor Adriel está precisando de um servidor. E aí eu digo: quais são as vantagens, ele disse vai lá conversar com ele... Eu disse: eu não o conheço, tu vai lá e diz que eu me proponho, ele foi e disse: Dr. Adriel quer uma conversa contigo e eu fui a ASI conversei com dr. Adriel. [...] e ele realmente mostrou interesse em me levar pra ASI, mas eu disse pra ele eu não pediria remoção: *eu quero que eu seja convidado*, por que eu até então estava bem no De-

partamento Pessoal, [...] o Reitor por sua vez negou minha ida pra ASI, jogando a bola para o DMP, não o DAP, e aí eu fui falar diretamente com a sra. Maria da Guia e ela negou, disse: você só sai daqui só quando terminar minha gestão, [...] aí voltei e falei com dr. Adriel: eu agora quero vir para a ASI, ele disse: vamos fazer o seguinte: quando Diógenes se afastar e Ezequias assumir eu falo com ele, Ezequias era o Vice-Reitor, quando o professor Ezequias assumiu a reitoria, imediatamente ele mandou fazer minha portaria de remoção pra a ASI [...] e eu fui rapidinho para a ASI, permaneci na ASI até o fechamento, quando acabou o governo militar em 84 e em 85 já foi o governo civil, fechou a ASI e eu voltei para o Departamento Pessoal⁵¹ (destaques nossos).

Esse depoimento é realmente esclarecedor das relações entre funcionários, gestores, reitores e a ASI na época. No caso de Leonel e Adriel, as relações deixam de ser profissionais para se tornarem clientelistas, ou melhor, paternalistas, como o próprio funcionário reconhece: “A gente o chamava de Dr. Adriel, era uma pessoa extremamente cordial, tinha um relacionamento assim conosco como amigo, pai”⁵².

Em geral, os Ex-Reitores assinalam que sua relação com os Assessores da ASI eram formais e burocráticas, sempre os recebendo em audiência por iniciativa daqueles e nunca dos reitores e na maioria para tratar de assuntos administrativos (aprovação de contratos de docentes, informações sobre determinado pleito de viagem para qualificação de docentes, principalmente ao exterior e raramente sobre uma manifestação da comunidade estudantil que fosse considerada subversiva).⁵³ No depoimento do Ex-Reitor Genivaldo Barros, este narra um episódio que mostra, segundo seu ponto de vista, como era sua relação com a ASI e como essa atuava em determinadas situações “tensas”:

[...] ocorreu um episódio profundamente desagradável em uma determinada data, [...] {os estudantes} invadiram o Gabinete do Reitor e depredaram, rasgando poltronas, botando um W. [...] Então, eu me lembro que eu pedi ao Adriel que se arvorava, se arvorava não, *ele por direito tinha uma dele-*

51. Depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho, conforme nota 11.

52. Idem.

53. Ver depoimentos dos Ex-Reitores Diógenes da Cunha Lima em 31/05/2013 e Daladier Pessoa Cunha Lima em 14/06/2013.

gação de pesquisar o que é que tinha acontecido. Ele tinha uns informantes, algumas pessoas que colaboravam com ele anonimamente. Ele depois voltou pra me dizer que não sabia quem tinha feito, não identificou e o assunto morreu [...] ⁵⁴ (destaques nossos).

O funcionário Leonel Ribeiro Soares, leal ao chefe, afirma desconhecer a existência de informantes, acrescentando: “se ela tinha informantes, isso era uma coisa muito secreta, porque nós não tínhamos conhecimento”. ⁵⁵

54. Depoimento de Genivaldo Barros à CV/UFRN em 10/05/2013, grifos nossos.

55. Depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho à CV/UFRN em 02/08/2013.

Em relação a isso, o Ex-Reitor Diógenes da Cunha Lima se coloca como um divisor de águas no sentido de não se dobrar à ingerência da ASI. Seu depoimento é ilustrativo para a avaliação das relações reitores/ASI passados mais de 30 anos:

[...] quando houve a primeira contratação de pessoal, eu verifiquei que havia um formulário, que dizia que depois de contratado pelo Reitor tava assinado, entraria em vigor após a ASI aprovar, isso era um formulário existente aqui. Eu chamei a chefe do Departamento de Pessoal e disse: pode rasgar que eu não vou assinar nenhum desses, se eu assinar, sou professor de Direito, estou reconhecendo que a autoridade superior da universidade não é o Reitor, a autoridade é o chefe da ASI, o senhor Adriel; eu levei o assunto ao ministro, Eduardo Portella, que se tornou meu amigo como os outros, notadamente o general (inaudível) que me apoiou na decisão. *A partir daí houve uma mudança, por que em várias universidades do país eu contei a história e rasgaram também. Creio que a universidade foi pioneira em cortar esses contratos absurdos...* mas eu sei que tinha, por que até o contrato eles aprovavam, pelo menos durante muito tempo aprovavam o contrato de professor, e até mesmo concursado passado em primeiro lugar, como era o caso do professor Machado recusado pela universidade. Fui eu quem o coloquei na marra, eu disse: vocês deveriam ter impedido dele concorrer, no momento em que ele competiu e tirou o primei-

ro lugar... [...], nunca me utilizei da ASI para qualquer serviço, serviço entre aspas, ao contrário sofria consequências por sua presença, mas [...] como eu tinha amizade pessoal com dois dos ministros o Eduardo Portella, não trazia muito incomodo [...] ⁵⁶ (destaques nossos).

Diógenes se gaba de ter “cortado as asas” da ASI desde o início. No entanto, não se empenhou em extingui-la, como já se aventava no final de seu mandato em matérias de jornais. Questionado sobre isso, afirmou:

Acredito, eu não me lembro mais disso, mas acredito que foi combinado com o Ministério. Acredito que havia essa coisa e o Serviço Nacional de Informação tinha respaldo, houve momento chato em que pegaram uns arquivos meus e o SNI considerou esses arquivos meus do tempo de estudante como esquerda que eu nunca fui [...] ⁵⁷

O fato de minimizar o papel da ASI e da própria oportunidade de extingui-la, se quisesse, acaba por demonstrar que sua atitude era a de não bater de frente com Brasília, até pelas relações de amizade que assume ter com ministros de Estado do regime ditatorial, contrariando promessa de campanha em 1979, noticiada pelos jornais e que diz não lembrar. ⁵⁸

Quanto ao fato de manter Adriel Lopes Cardoso à frente da ASI sabendo que seu autoritarismo incomodava toda a comunidade universitária e que sabia dos pleitos da comunidade acadêmica para que substituísse o chefe, argumentou que:

Adriel não significava negatividade, no sentido de que nenhum ato meu era alterado em função de uma força superior de Adriel ou qualquer desses organismos até por que na hora em que eu não me sentisse confortável com a função de Reitor eu dizia tchau, adeus e acabou-se... Exercia minha função na inteireza que o cargo dava, funções que foram atribuídas pelo Presidente da República do começo até o fim [...] ⁵⁹

56. Depoimento de Diógenes da Cunha Lima à CV/UFRN em 31/05/2013.

57. Idem.

58. Depoimento de Diógenes da Cunha Lima à CV/UFRN no dia 31/05/2013.

59. Idem.

O Ex-Reitor Diógenes Lima rejeita a afirmação de que a ASI em sua gestão se mantinha sigilosa e agindo de maneira policialesca em relação aos movimentos estudantis: “... Não tinha função policialesca mesmo, porque eu não admitia isso aqui. Nunca admiti e não tinha nenhuma função neste sentido. Tivemos alguns momentos de choque, choque não, de posições contrárias [...]”.⁶⁰

Professores depoentes, alguns estudantes à época e mesmo o funcionário da ASI, Leonel Ribeiro Sobrinho,⁶¹ relatam que reinava um clima de tensão no campus, no qual a sensação de vigilância ora velada ora explícita era cotidiana, sentida por quase todos e o medo de se manifestar em ocasiões públicas, frequente.

O servidor Leonel Ribeiro Sobrinho é direto quando perguntado se sentia alguma animosidade da comunidade universitária, professores, estudantes, contra o trabalho da ASI: “Sentia. [...] a gente escutava que quem trabalhava na ASI, por exemplo, era dedo-duro”.⁶² O coronel José Renato Leite, último assessor da ASI (1986-1990), já localizada fora do campus, afirma que ocupou um cargo que estava “em extinção”, apenas aceitando um convite do Reitor Genivaldo Barros, de quem era amigo, para se “livrar de uma pessoa incômoda [Adriel] para o reitor” que não era bem visto na universidade, pois a comunidade universitária se queixava muito da prática autoritária do seu antecessor.⁶³ Genivaldo Barros chegou a afirmar, segundo o coronel Leite, que era para Adriel “não pisar mais na universidade”. Mais precisamente:

[...] mas eu sabia que os movimentos estudantis e também docentes se queixavam muito da existência dessa sala aqui com a presença deste funcionário [Adriel Lopes Cardoso]. [...] Procurei estabelecer uma conversa, assim, um diálogo franco dizendo como me era incômodo... e ele me prometeu que determinaria que essa Instituição fosse transferida para um órgão do Ministério da Educação, [...] E fiquei muito satisfeito quando realmente o Adriel me procurou para dizer que ele estava se transferindo com armas e bagagem para este prédio.⁶⁴

O próprio Ex-Reitor Genivaldo Barros reconhece em seu depoimento que estudantes e professores “se sentiam incomodados, tanto é que o próprio Reitor se sentia incomodado a ponto de tomar a posição que tomou e pleitear que a ASI

60. Ibidem.

61. Conforme afirmou a Profª. Conceição Spinelli em 10/05 e o funcionário Leonel Ribeiro Sobrinho em 02/08/2013 respectivamente.

62. Depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho, conforme nota anterior.

63. Idem.

64. Infelizmente não foi possível à CV/UFRN colher o depoimento de Adriel Lopes Cardoso, hoje bastante idoso e sofrendo do Mal de Alzheimer, conforme atestado médico entregue por seus familiares a CV/UFRN.

e, como é que o Coronel disse? Ah, sim, eu queria me livrar da ASI”. Ele continua: “até porque eu sentia que a ASI era uma peça estranha dentro da Universidade [...]”.⁶⁵ E mais ainda, “era uma Instituição, não da Universidade, era uma Instituição do Ministério da Educação [...]”.

Questionado a respeito de uma entrevista de Adriel Lopes Cardoso concedida à *Tribuna do Norte*, de 26/6/1985, afirmando que Diógenes da Cunha Lima foi dos reitores porque passou o que mais acionou a ASI, o ex-gestor da UFRN nega categoricamente: “Isso é mentira, jamais, em qualquer momento, eu acionei para fazer isso. Jamais, [...] A ASI me trazia informações, mas não era acionado para fazer isso... Ele deve ter tido alguma mágoa [...]”,⁶⁶ atribuindo ao Assessor da ASI uma mágoa qualquer para ter afirmado aquilo. Sobre o clima de medo que a ASI inspirava a estudantes, professores e funcionários, o Ex-Reitor Diógenes minimiza, terminando por fazer uma espécie de mea culpa de sua atitude: “Eu não achava que fizesse tanto medo assim, talvez tenha avaliado mal”.

A consulta à parca documentação oficial da ASI-UFRN existente no Arquivo Nacional em Brasília, digitalizada em grande parte, aponta que o meio mais comum de coleta de informações era a infiltração em salas de aula e assembleias estudantis, repassadas depois ao “chefe” e ainda a utilização de fichas com dados pessoais, endereços e comentários sobre as atividades, como o fichário da ASI do CERES em Caicó demonstrou, e que é confirmado no depoimento do servidor Leonel Ribeiro Sobrinho:

Olha, toda a pessoa que acessava a universidade sendo docente, técnico administrativo ou discente ele tinha um registro, servidores docentes e técnicos através do Departamento Pessoal né... Faziam o seu cadastro, e os discentes através do Departamento de Administração Escolar, então quando você entrava na universidade tanto no DAE quanto no Departamento Pessoal, aquele cadastro era encaminhado para a ASI, além das minhas funções de cortar jornal, isso aí eu sei que existia esse arquivo. Porém eu não tinha acesso a ele. Ele era de confiança do chefe da ASI... [e ficava] na sala do chefe da ASI, existia, a gente chama de arquivo mas na realidade era cofre.⁶⁷

65. Depoimento de Genivaldo Barros à CV/UFRN em 10/05/2013.

66. Depoimento de Diógenes da Cunha Lima à CV/UFRN em 31/05/2013 e jornal *Tribuna do Norte* de 26/6/1985.

67. Depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho à CV/UFRN em 02/08/2013.

68. Aracy Siqueira jamais aceitou depor pessoalmente perante a CV/UFRN, apenas enviando em 08 de abril de 2014, depois de muita insistência, um breve depoimento por escrito em que arrola as funções burocráticas que exercia, afirmando que não tinha acesso à documentação secreta e colocando a responsabilidade de tudo nos seus superiores hierárquicos, sem maiores comprometimentos, acrescentando que tudo era guardado em um cofre, cujo paradeiro desconhece, supondo que tenha ido parar no “Exército”.

69. Depoimento do Cel. José Renato Leite à CV/UFRN em 15/02/2013, o primeiro colhido pela CV/UFRN. O depoimento de José Maria Barreto Figueiredo à CV/UFRN é de 08/03/2013.

O aval da ASI para aprovar viagens de estudos, cursar ou não pós-graduação também era uma forma de manter o controle e triar os possíveis opositores do regime. Também podem ser encontrados documentos de entidades estudantis interceptadas pelos órgãos de censura que violavam a correspondência (jornais de Das e CAs e cartas-programas de chapas às eleições etc.) todos que eram, supostamente ou não, considerados subversivos.

Em relação aos servidores da ASI, normalmente funcionários federais do quadro permanente da UFRN, nem todos se colocaram disponíveis para depor, alguns invocando a inutilidade de seus depoimentos ou o pouco tempo que estiveram na ASI. Na verdade, a CV/UFRN conseguiu coletar o depoimento de apenas dois servidores da ASI, Leonel Ribeiro Sobrinho e Aracy Siqueira Homem de Mello, esta a que ficou mais tempo, de 1978 a 1990, abarcando todo o período de Adriel Lopes Cardoso e o da transferência da ASI das dependências do Campus Universitário para a Delegacia do MEC, na Rua Nascimento de Castro, em Natal. Segundo o depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho, Aracy era “a mais ligada ao chefe da ASI, era a pessoa que dialogava mais...”⁶⁸

De interesse no depoimento por escrito de Aracy Siqueira, a afirmação da existência de um cofre, também mencionado por Leonel como mencionamos acima, onde se colocavam os documentos mais sigilosos e que desapareceu na mudança e a afirmação de que não saberia dizer para onde este foi encaminhado, supondo ser para “o exército”, jogando a responsabilidade para o último chefe da ASI da UFRN, coronel do Exército, José Renato Leite, hoje reformado. Em seu depoimento, o coronel Leite apenas afirma que “... deixei a documentação que existia na Assessoria no local onde trabalhava”.⁶⁹ O depoimento do servidor Leonel Ribeiro Sobrinho parece mais esclarecedor para alguns aspectos como também o de José Maria Barreto Figueiredo, Delegado do MEC na época da transferência. O primeiro chega a ser didático quando perguntado o que fazia na ASI:

Eu era encarregado de ler os jornais de circulação da capital, com as notícias relacionadas à universidade e que tivesse interesse da ASI, o que eu fazia, eu lia os jornais e recortava aquelas matérias relacionadas a universidade que

interessavam a ASI. [...] Notícias sobre ela mesmo [...] De um modo geral, sobre servidores da universidade de um modo geral...Não era especificamente de uma pessoa, eu recortava as matérias, colava numa folha de papel em branco A4 e entregava para o chefe da ASI... a ação lá eu não sei o que fazia, o que interessava ou não... Era esse o meu trabalho na ASI...⁷⁰

70. Depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho à CV/UFRN em 02/08/2013.

71. Idem.

Sobre o que fazia a ASI, Leonel afirma não saber: “[...] A gente não ouvia, a gente apenas deduzia que a função da ASI, era uma dedução nossa, era investigar a vida de alguém [...]”.⁷¹

De modo que é só com o confronto dos depoimentos orais com as notícias dispersas saídas na imprensa local na época (*Tribuna do Norte* e *Diário de Natal*), com maior ou menor liberdade à medida que avança a abertura (lenta e gradual) nos anos 1980, é que podemos montar um quadro mais verossímil da atuação da ASI e da relação, muitas vezes contraditória, entre seus assessores, os reitores e o MEC. É desse cotejamento que podemos verificar de que maneiras a censura e a repressão ditatorial atuavam na UFRN e nas demais IFES brasileiras.

Assim, enquanto nos anos 1970 prevalecem na atuação da Assessoria as ações de natureza investigativa e ideológica mais duras, nos anos 1980 é na prestação de informações aos reitores no sentido de dificultar e mesmo impedir a contratação de professores supostamente esquerdistas ou o impedimento a que subissem na carreira por algum motivo, negando a possibilidade de cursarem pós-graduações em outras regiões do país ou mesmo no exterior e vigiando estudantes, acompanhando a mudança da conjuntura política ao longo desse tempo.

A partir de meados dos anos 1980, já na nova conjuntura pós-fim do AI-5 e da Lei de Anistia de 1979 e especialmente na época da mobilização em prol de eleições livres e diretas para presidente da República (o conhecido Diretas Já) e a posterior eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pela oposição no Colégio Eleitoral, começam a pulular notícias sobre a proximidade da extinção das ASI, que vão perdendo toda a força e eficácia, sendo inclusive fisicamente afastadas do campus universitário até sua extinção completa em 1990, já no governo

Collor de Mello. Ainda aparecem com certa repercussão por ocasião das eleições para Reitor em 1986. Mas, como assinalamos, a ASI já tinha perdido seu poder real de intervenção na vida política e acadêmica das universidades brasileiras.

O que podemos extrair de mais significativo da experiência da ASI na UFRN é que, durante certo tempo, a rigor, nos anos de chumbo da ditadura, ela teve livre trânsito para cumprir suas tarefas de delação e controle sobre os estudantes, professores e funcionários da UFRN, com o beneplácito explícito ou velado dos reitores aos quais oficialmente estava subordinada, embora isso seja negado pelos ex-gestores. Apesar de seus chefes serem nomeados pelos reitores, no fundo, só ao MEC em Brasília, ou melhor, ao Serviço Nacional de Informações (SNI), devessem satisfação. A partir do momento que os ventos da redemocratização se tornaram mais fortes e os generais foram recuando lentamente às casernas, a ASI perdeu o sentido de sua existência e caminhou definhando até sua extinção final.

Resta o problema de fundo: para onde foi a documentação da ASI? Seu último chefe e sua secretária são unânimes em dizer que não sabem verdadeiramente, mas ouviram dizer que foram para quartéis do exército que não sabem precisar. O Coronel Leite afirma textualmente a respeito da extinção da ASI: “Não levei nenhum documento, nem entreguei nenhum documento a ninguém. Simplesmente fui embora e acabou-se. Meus laços terminaram ali”,⁷² passando a bola para o então Delegado Regional do MEC, José Maria Figueiredo:

Acho que foi entregue ao Exército alguma coisa, acho que nem tudo que tinha lá, não sei quem se interessou, quem selecionou, esses documentos, quem fez essa entrega. O Exército tem sua Segunda Secção. Encarregada dessas coisas sigilosas. Então, provavelmente, foi entregue para a Segunda Secção do Exército. [...] Da Brigada aqui...⁷³

72. Depoimento do Cel. José Renato Leite à CV/UFRN em 15/02/2013.

73. Depoimento de José Maria Barreto Figueiredo à CV/UFRN em 08/03/2013. As unidades militares sediadas em Natal respondem que não tem nenhuma notícia do paradeiro dessa documentação.

No depoimento à CV/UFRN, José Maria Figueiredo afirma ainda que:

Quando Leite saiu, aconteceu um fato interessante: o irmão de Françoise Silvestre, que hoje é advogado lá no Maranhão, ele

disse: ‘Vou já olhar essas gavetinhas pra ver o que é que tem aqui’ e o primeiro nome que ele encontrou foi o dele. Ele disse: ‘Olha, Zé Maria, eu tô aqui como agitador estudantil’, quer dizer, nós vivemos esses momentos difíceis. Agora, até onde eu tenho conhecimento é que o Presidente Collor mandou que incinerasse todos esses documentos, até onde eu sei.⁷⁴

74. Depoimento de José Maria Figueiredo, conforme nota anterior.

75. Depoimento de José Maria Barreto Figueiredo à CV/UFRN em 08/03/2013.

76. Idem.

77. Ibid.

Sobre a incineração, José Maria Figueiredo afirma: “Não. Não na minha gestão. Nem tão pouco foi incinerado no MEC. Eu sei que essa documentação, eu não estava mais lá, mas pelo que eu sei é que foi levado para um determinado lugar, que eu também não sei”.⁷⁵ Sobre a possibilidade de a documentação ter ido para o Exército, afirma:

É, veja bem, até onde eu sei, já se vão mais de 20 anos esse negócio, cada órgão do Governo tinha seu setor de informações. [...]. Serviço de Informação não dava bola pra ninguém. Vinha uma ordem de cima pra baixo, era pra ser cumprida e acabou. [mas] Não, não foi na minha gestão. Quando eu saí do MEC, a documentação continuava lá. Mas não mais com aquela força, com aquela... os arquivos estavam lá e ninguém podia encostar, mesmo depois da redemocratização, como a gente fala, as documentações ficaram lá, que era privativo do Exército.⁷⁶

E mais:

os documentos inerentes ao Ministério da Educação, esses voltaram, eu não sei se vieram aqui pra Universidade na época ou se voltaram pra Brasília, se foram pra Brasília, Ministério da Educação. Agora, as informações, essas não. As informações essas com certeza devem ter ido....⁷⁷

As reticências falando mais do que qualquer coisa! Presente no dia da transferência, o funcionário Leonel Ribeiro Sobrinho corrobora as afirmações de Aracy Siqueira de que

[...] quem fez o inventário desses arquivos foi o coronel Jose Renato Leite. Adriel só colaborou nesse inventário, por que ele era o chefe da ASI, naturalmente competia a ele ter que colaborar com quem fazia esse inventário e o recolhimento dos arquivos.⁷⁸

Segundo reportagem da *Tribuna do Norte*, Adriel Lopes Cardoso afirmou que, na transferência da ASI do Campus Universitário para a Delegacia do MEC, houve a entrega de duas pastas vermelhas ao Reitor Genivaldo Barros durante uma audiência e momentos antes da saída do próprio Adriel do cargo de Assessor da ASI. O Ex-Reitor, no seu depoimento à comissão afirma textualmente:

78. Depoimento de Leonel Ribeiro Sobrinho à CV/UFRN em 02/08/2013.

79. Depoimento do Ex-Reitor Genivaldo Barros para a CV/UFRN em 10/05/2013.

Não sei que conteúdos tinha porque não conheci, não foi do meu conhecimento a história dessas pastas vermelhas ou verdes. Com referência a essa Instituição que você falou agora [...] Da ASI, que eu na verdade não identifico a sigla que corresponde ao nome da Instituição, o que eu posso dizer é o seguinte quando eu cheguei a Universidade, sabia da existência dessa Instituição que tinha o Adriel como Delegado ou não sei bem qual era o título que lhe cabia e que ocupava uma sala daqui do prédio da Universidade, que na verdade eu nunca estive lá, não conhecia, mas eu sabia os movimentos estudantis e também docentes se queixavam muito da existência dessa sala aqui com a presença deste funcionário. [...] Procurei estabelecer uma conversa, assim, um diálogo franco dizendo como me era incômodo... e ele me prometeu que determinaria que essa Instituição fosse transferida para um órgão do Ministério da Educação [...].⁷⁹

Algumas ASI universitárias mais ciosas burocraticamente, como no caso da ASI/UFGM e da ASI/UnB, deixaram quase intacta sua documentação, guardadas durante muito tempo na biblioteca das universidades e mais recentemente remetidas ao Arquivo Nacional em Brasília. Mas foram casos absolutamente excepcionais que confirmam a regra: “ninguém sabe, ninguém viu”. A iniciativa de se criar a Comissão Nacional da Verdade e, incentivadas pelo decreto presi-

dencial, seu desdobramento em comissões estaduais, municipais ou universitárias representa a possibilidade de esclarecer ainda que incompletamente, um dos períodos mais tristes da história nacional e, no caso das ASI universitárias, um dos mais obscuros para a educação brasileira.

1 EX-CHEFES DA ASI-UFRN

1. CARLOS AUGUSTO CALDAS DA SILVA – 1971 (Reitorado do Prof. Onofre Lopes).
2. ZACHEU LUIZ SANTOS – 17.06.1971 a 22.07.1975 (Reitorado do Prof. Genário Fonseca).
3. JURANDYR NAVARRO DA COSTA – 26.08.1975 a 04.03.1977 (Reitorado do Prof. Domingos Gomes de Lima).
4. ADRIEL LOPES CARDOSO – 04.03.1977 a 03.02.1986 (Reitorado do Prof. Domingos Gomes de Lima; Prof. Diógenes da Cunha Lima e Prof. Genivaldo Barros).
5. JOSÉ RENATO LEITE – 1986 a 1990. (Escolha pelo Reitor Genivaldo Barros, conforme depoimento prestado à Comissão da Verdade da UFRN, em 15/02/2013).

2 SERVIDORES QUE FORAM LOTADOS NA ASI-UFRN

- IVAN BENIGNO (Portaria 60 de 1971. Reitoria – AESI em 01 de Agosto de 1971. Removido para a ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, por necessidade do serviço e Portaria 205 de 26 de junho de 1975 – Designado para responder pela Assessoria Especial de Segurança e Informações).
- IZOLDA CAVALCANTE DENIS (Processo nº 0466/1981 e Portaria 45 de 16.03.1981 – Removida da ASI para o Núcleo de Ensino Superior do Agreste-NESA e Portaria 69 de 13.04.1981 Removida da ASI para o CRUTAC – Sede).
- ARACY HOMEM DE SIQUEIRA FREITAS VILELA CID (Contratada no cargo de Analista de Informações em 26.08.1982 – ASI-UFRN e posta à disposição da Delegacia Regional do MEC no RN em 1987 – Transferência com a ASI-UNIRN).

- LEONEL RIBEIRO SOBRINHO (Portaria nº 06 de 17.01.1983 – Removido para a Assessoria de Segurança e Informação e Portaria nº 199 de 12.09.1985 – Removido *ex officio* da Assessoria de Segurança e Informação para o Departamento de Pessoal).

V Diligências para Localização do Acervo Documental da Extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN (1970 a 1990)

*Juan de Assis Almeida*⁸⁰

As atividades de localização e busca do acervo documental produzido pela extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFRN, foram estabelecidas desde a primeira reunião da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizada em 26 de novembro de 2012, sob a presidência da Magnífica Reitora Ângela Maria Paiva Cruz. Naquele momento, a Pró-reitora de Gestão de Pessoas, Sra. Miriam Dantas, afirmou que a documentação produzida pela extinta ASI-UFRN havia sido enviada a uma das unidades do Exército Brasileiro situado na cidade de Natal-RN.

A esse respeito, consulta-se o registro feito na ata da referida reunião, que segue:

Miriam falou que fez um levantamento e verificou que a UFRN não ficou com nenhum documento da época, que tudo que havia na instituição foi passado para o Coronel

80. Aluno do Curso de Direito e Membro da Comissão da Verdade da UFRN, representando o DCE.

81. Trecho extraído da Ata da Comissão da Verdade da UFRN de 26.11.2012 – Documento constante no Acervo da Comissão da Verdade da UFRN na pasta ‘SECRETARIA ADMINISTRATIVA’.

82. Segundo o próprio depoimento do Cel. Renato Leite, sua gestão foi entre os anos de 1986 a 1990. Sua designação fora realizada pelo Ex-Reitor Genivaldo Barros.

José Renato Leite da Delegacia do MEC e que depois tudo foi repassado para o Exército.⁸¹

A partir destas informações, o Presidente da Comissão da Verdade notificou o Coronel José Renato Leite, por meio do Ofício nº 002/2012-CV, para os devidos esclarecimentos quanto ao destino final da documentação que lhe fora confiada quando da extinção da ASI - UNI MEC.

Tais esclarecimentos foram realizados quando da oitiva do Coronel José Renato Leite perante à Comissão da Verdade da UFRN, na sessão do dia 22 de fevereiro de 2013. Neste momento, ao ser indagado sobre o destino do acervo original produzido pela Assessoria e, que lhes foi confiados quando da transferência da unidade à DEMEC, em 1985, por ter sido seu último chefe,⁸² ponderou a possibilidade de ter sido endereçado à 2ª Seção do Exército da brigada local, conforme trecho do depoimento:

Ivis Bezerra: [...] Há comentários de que todas essas documentações teriam sido, em cada região, levadas para órgãos militares. A minha pergunta é: o senhor ouviu falar nessa... Neste... Vou dizer, vou usar a expressão mesmo, neste boato?

José Renato Leite: Ouvi falar sim. Pelo que eu ouvi.

Ivis Bezerra: O senhor acha que esse boato tenha alguma...

José Renato Leite: Tem sim. Acho que foi entregue ao Exército alguma coisa, acho que nem tudo que tinha lá, não sei quem se interessou, quem selecionou esses documentos, quem fez essa entrega.

Carlos Gomes: Mas pelo entendimento que o senhor tem da vida militar, normalmente, documentação dessa natureza ia para onde? Qual setor do Exército tinha maior ligação conosco aqui?

José Renato Leite: Não, não, o Exército tem sua Segunda Seção. Encarregada dessas coisas sigilosas. Então, provavelmente, foi entregue para a Segunda Seção do Exército. Que os outros lugares ninguém...

Ivis Bezerra: Do Comando Regional?

José Renato Leite: Da Brigada aqui.

Ivis Bezerra: Daqui da Brigada?

José Renato Leite: Da Brigada aqui.

(UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 17-18, destaques nossos).

Nesta mesma sessão, o referido depoente afirmou que o ex-representante da Delegacia Regional do MEC, Prof. José Maria Barreto Figueiredo, poderia fornecer alguma informação sobre o paradeiro da documentação, pois a ASI havia se instalado nas dependências da DEMEC-RN nos últimos anos de funcionamento.

Pelo exposto, foi requisitada a oitiva do referido professor. Esta se concretizou na sessão de 08 de março de 2013 e, na oportunidade, relatou que os documentos da ASI-UFRN eram de responsabilidade privativa do Exército:

Carlos Gomes: Agora, a saída dessa documentação foi na sua gestão?

José Figueiredo: Não, não foi na minha gestão. Quando eu saí do MEC a documentação continuava lá. Mas não mais com aquela força, com aquela... **Os arquivos estavam lá e ninguém podia encostar, mesmo depois da redemocratização. Como a gente fala, as documentações ficaram lá, que era privativo do Exército** (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 22-23, destaques nossos).

Apesar da negativa sobre conhecimento do destino da documentação da ASI-UFRN pelo Prof. Barreto Figueiredo, os membros decidiram pela realização de convites⁸³ direcionados aos ex-servidores da Assessoria de Segurança e Informações, especificamente aqueles que laboraram nos últimos anos de existência da entidade, notadamente os seguintes servidores: Aracy Homem de Siqueira Freitas Vilela Cid (Secretária da Chefia da ASI-UFRN durante as duas últimas gestões), Adriel Lopes Cardoso (Chefe da ASI-UFRN durante os anos de 1977 a 1985) e o Leonel Ribeiro Sobrinho (Agente Administrativo na ASI-UFRN durante o período de 17.01.1983 a 08.08.1985).

83. Os servidores aposentados Adriel Lopes Cardoso e Aracy Homem de Siqueira Freitas Vilela Cid foram convocados por meio dos Ofícios nº 014/2013-CV e 015/2013-CV (06.09.2013), a segunda servidora fora novamente convocada a apresentar declarações escritas pelo Ofício nº 003/2014-CV de 14.03.2014. O servidor ativo Leonel Ribeiro Sobrinho foi convidado em 30.07.2013.

Apesar das reiteradas convocações realizadas, a servidora aposentada Aracy Siqueira não compareceu à sessão ordinária de oitava testemunhal da Comissão da Verdade, apresentando documento escrito em 08 de abril de 2014. Já o servidor aposentado Adriel Lopes Cardoso não compareceu à mesma sessão de oitava, porém sua filha (curadora) apresentou à CV-UFRN cópia dos seguintes documentos, que atestam a impossibilidade de testemunho do servidor aposentado: Certidão de Interdição; Sentença Judicial prolatada, em 20.04.2009, nos Autos nº 001.08.035228-7 do Juízo de Direito da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal referente à Ação de Interdição, sendo decretada a Interdição definitiva do Sr. Adriel Lopes Cardoso e a nomeação da curadoria na pessoa da Sra. Eliene Lopes Cardoso; bem como Atestado Médico emitido pelo Dr. Baltazar Marinho (CRM-RN 818), no qual atesta que o Sr. Adriel Lopes Cardoso é portador da Doença de Alzheimer (CID – 10: G30).

Em continuidade as atividades, foi tomado o depoimento do servidor da UFRN, Leonel Ribeiro Sobrinho, na sessão da Comissão da Verdade de 02 de agosto de 2013, assim se pronunciou sobre seu desconhecimento acerca do destino da documentação da ASI:

Kadma Maia: Leonel, você tem alguma notícia se esses documentos eles foram para a delegacia do MEC? Na época do então Coronel José Renato Leite, aí Aracy Siqueira foi junto, certamente vocês ajudaram a compilar todo aquele material para ser transferido, não é isso? Uma vez extinta a delegacia do MEC, **o que foi feito dessa documentação? Você tem algum conhecimento?**

Leonel Ribeiro: Nenhum.

Kadma Maia: E em nenhum momento foi feito o convite para que você também fosse, por que Aracy era servidora da UFRN como vocês.

Leonel Ribeiro: Ah, sim.

Kadma Maia: Houve algum convite pra vocês?

Leonel Ribeiro: Houve. **Antes dos arquivos saírem para a DEMEC**, nós fomos consultados se nós queríamos ir para a DEMEC. (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 11-13, destaques nossos).

Outrossim, em reiteradas pesquisas realizadas pelos bolsistas da CV-UFRN, junto ao Arquivo Geral da UFRN, foram informados pelos servidores da referida unidade, Feitosa e Francione, que nada constava da ASI-UFRN no patrimônio da Universidade, mas que tinham informações que esse acervo fora endereçado ao Exército, pois em 2007 eles haviam realizado buscas pelo material, após recebimento de pedido da Casa Civil da Presidência da República para envio de tais documentos ao Arquivo Nacional em Brasília, chegando a informação do endereçamento, ainda no início do anos 90, para as forças armadas.

Após todas essas informações e por deliberação dos membros da CV-UFRN, foi requisitado à Magnífica Reitora que enviasse expediente solicitando a manifestação dos comandantes do Exército Brasileiro sediados nesta cidade, acerca dos indicativos da destinação do acervo de documentos ao 16º Batalhão de Infantaria e a 7ª Brigada. Conforme solicitação contida no Memorando nº 12/2013 reproduzido a seguir.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

MEMORANDO Nº 012/13-CV

Natal, 03 de setembro de 2013.

À Professora
ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Magnífica Reitora da UFRN
Campus Universitário

Senhora Reitora,

Em alguns depoimentos obtidos nesta Comissão da Verdade, conseguimos indicações sobre o paradeiro da documentação da ASI – Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, cuja retirada do espaço da Universidade encontrou abrigo na Delegacia do MEC, nesta cidade.

Contudo, com a desativação desse setor de informação (ASI), a documentação teria sido enviada para os arquivos do 16º RI ou 7ª Brigada, do que não obtivemos esclarecimentos precisos.

Levando em consideração a fundamental importância dessa documentação para os nossos trabalhos, solicito o empenho de Vossa Magnificência no sentido de solicitar informações desse acervo junto aos órgãos militares referidos.

Sendo o que se oferece para o momento, renovo as expressões de estima e respeito.

Respeitosamente,


CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES
Presidente

Cópia do Memorando nº 012/2013
– CV/UFRN. Fonte: Acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

OFÍCIO Nº 699/13-R

Natal, 08 de outubro de 2013.

Ao Senhor
Gen. Bda. CARLOS JOSÉ IGNÁCIO
Comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada e da Guarnição do Natal
Av. Hermes da Fonseca nº 1415 – Tirol
Natal – RN
59015-145

Senhor Comandante,

Considerando a necessidade de auxiliar os trabalhos da Comissão da Verdade da UFRN, instituída através da Portaria nº 1809/12-R a fim de atender a Lei 12.528, de 18.11.2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, vimos solicitar informações e, se for o caso, a disponibilização de documentos da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN – ASI, que teriam sido enviados a essa Brigada para arquivo após a extinção da Delegacia do MEC em Natal, nos anos 1998.

Assim sendo, antecipamos agradecimentos pela atenção dispensada ao nosso pleito, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora

Av. Senador Salgado Filho, 3000 Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59078-970
☎(84) 3215-3125 – Fax: (84) 3215-3131 – <http://www.ufrn.br> – E-MAIL: secretariado@reitoria.ufrn.br

Atendendo pedido da Comissão da Verdade, a Reitora Ângela Paiva enviou questionamentos ao Comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada e Guarnição de Natal – General de Brigada Carlos José Ignácio e ao Comandante do 16º Regimento de Infantaria Motorizada “Batalhão Itapiru” – Coronel Luiz Antônio Ferreira Marques Ramos, por meio dos Ofícios nº 699 e nº 700/13-R, aqui reproduzidos.

Cópia do Ofício nº 699/13-R. Fonte: Acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

OFÍCIO Nº 700/13-R

Natal, 08 de outubro de 2013.

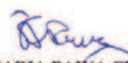
Ao Senhor
Cel. Luis Antonio Ferreira Marques Ramos
Comandante do 16º Batalhão de Infantaria Motorizada "Batalhão Itapiru"
Av. Hermes da Fonseca, 1355 – Tirol
Natal-RN
59015-001

Senhor Comandante,

Considerando a necessidade de auxiliar os trabalhos da Comissão da Verdade da UFRN, instituída através da Portaria nº 1809/12-R a fim de atender a Lei 12.528, de 18.11.2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, vimos solicitar informações e, se for o caso, a disponibilização de documentos da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN – ASI, que teriam sido enviados a esse Batalhão, para arquivo, após a extinção da Delegacia do MEC em Natal, nos anos 1998.

Assim sendo, antecipamos agradecimentos pela atenção dispensada ao nosso pleito, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,


ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora

Cópia do Ofício nº 700/13-R. Fonte:
Acervo documental da Comissão
da Verdade da UFRN.

Av. Senador Salgado Filho, 3000 Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59078-970
☎(84) 3215-3125 – Fax: (84) 3215-3131 – <http://www.ufrn.br> – E-MAIL: secretariado@reitoria.ufrn.br



UFRN - Gabinete do Reitor
Protocolo 004459/2013

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO NORDESTE
7ª REGIÃO MILITAR E 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO
7ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA
AVENIDA HERMES DA FONSECA, 1415 – TIROL – NATAL (RN) – CEP: 59015-145
FONE (84) 3092-6140 – FAX (84) 3092-6161 – E-mail: cmt7bda@supercabo.com.br

Ofício nº 016 – Cmdo
EB: 64300.006746/2013-58

Natal, 22 de outubro de 2013.

À Sua Magnificência a Senhora
ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte - UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitário, Lagoa Nova,
59078-970 - Natal - RN

Assunto: **solicitação de informações**

Magnífica Reitora da UFRN,

Em atenção ao Ofício nº 699/13-R, de 8 de outubro de 2013, dessa Reitoria, informo a Vossa Magnificência que não há registro da entrada de documento da extinta Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nos arquivos desta Organização Militar.

Agradeço, uma vez mais, a facilidade no trato e o apreço demonstrado em todas as oportunidades.

Respeitosamente,

*De ordem da
Reitora, encaminhado
ao Presidente da
Comissão da
Verdade para
ciência.*

24/10/13

Debru.

General de Brigada CARLOS JOSÉ IGNACIO
Comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada

*Celia Maria da Rocha Ribeiro
Chefe de Gabinete
1ª Divisão 134769*

UFRN - Gabinete do Reitor
Recebido: 22/10/2013

A primeira resposta ao expediente mencionado foi feita pelo Ofício nº 016 – Cmdo de 22 de outubro de 2013, da 7ª Brigada de Infantaria, aduzindo o não registro da entrada de documentos da extinta Assessoria de Segurança e Informações naquele organismo militar.

Cópia de Ofício das forças armadas. Fonte: Acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN.

A segunda resposta fora realizada pelo Ofício nº 004-S2/16º BI Mtz, de 15 de outubro de 2013, no mesmo sentido da primeira, que afirmava a não existência do acervo na referida organização militar, bem como o desconhecimento do destino.

Cópia de Ofício das forças armadas. Fonte: Acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN.


MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
16º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(1º Batalhão de Caçadores Proveniente de Santa Catarina em 1839)
BATALHÃO ITAPIRU
Av. Hermes da Fonseca, 1355 – Tirol – CEP: 59015-001 – NATAL/RN
(84) 3092-6216 – 2secao16bimtz@gmail.com

UFRN - Gabinete do Reitor
Protocolo/SIPAC
Nº 23077/005877/2013-81

Ofício nº 004-S2/16º BI Mtz
EB: 64093.004784/2013-69

Natal-RN, 15 de outubro de 2013.

A Senhora
ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Av. Senador Salgado Filho, nº 3000, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN
CEP: 59.078-970

Assunto: Documentos da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN

Magnífica Reitora,

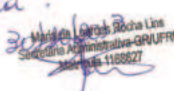
1. Trata o presente expediente sobre disponibilização de documentos da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN – ASI.

2. Informo-vos que os documentos da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN – ASI não se encontram nesta Organização Militar, e não possuímos nenhuma informação sobre os mesmos.

Atenciosamente,


LUÍS ANTÔNIO FERREIRA MARQUES RAMOS – Coronel
Comandante do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado

*De ordem da Reitora,
a Comissão da Verdade
para ciência.*


Maria Luiza Rocha Lima
Secretaria Administrativa-GRU/UFRN
Nº 1168827

UFRN - Gabinete do Reitor
Recebido em, 30 / 10 / 2013
Ana Carolina

A

Comissão da verdade/UFRN

Parnamirim/RN, 08/04/2014

Atendendo solicitação dessa Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a servidora aposentada da UFRN, ARACY HOMEM DE SIQUEIRA FREITAS VILELA CID, brasileira, natural de Natal/RN, divorciada, portadora da identidade nº [REDACTED] e inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] vem, por meio desta, prestar informações sobre o período em que esteve lotada na Assessoria de Segurança e Informações – ASI/UFRN.

Passados cerca de 36 anos, eis os fatos:

- Iniciou as atividades na ASI/UFRN em 11/08/1978, aos 22 anos de idade, no cargo de Assistente em Administração. Juntamente com mais 04 servidores, 03 Assistentes em Administração, Izolda Dennis, Carlos Araújo, Leonel Ribeiro Sobrinho, e 01 estafeta, o Sr. Mário Oliveira, realizava atribuições relativas ao cargo, ou seja, executava serviços de complexidade mediana nas áreas de escritório, fazia e atendia ligações telefônicas, expedia e recepcionava documentos, datilografava documentos da unidade, lia jornais veiculados em Natal/RN e dava suporte administrativo. Os documentos de caráter confidencial e secreto eram de uso e trato exclusivo do Chefe da Assessoria, que na ocasião era o Sr. Adriel Lopes Cardoso. Portanto, não tinha acesso aos mesmos. Inclui-se cabe informar sobre a existência de um cofre de grande porte onde eram arquivados os ditos documentos de acesso restrito, cuja senha era de conhecimento exclusivo do chefe do Setor.

- Em 1985, com a extinção das ASI's nos Campi das universidades, a servidora foi incumbida de acompanhar o acervo patrimonial e documental da Assessoria, que passou a funcionar nas dependências da Delegacia do MEC em Natal/RN, sob a chefia do Cel. José Renato Leite. Cabe informar que o cofre não foi encaminhado para a DEMEC/RN e nem os documentos que estavam no seu interior. Naquela época as atividades eram mínimas ou praticamente nenhuma. O Cel. José Renato Leite comparecia pouco ao setor. A servidora em questão não tinha quase atividades a cumprir. E em 1990, com a extinção total das ASI's em todo o país, retornou à UFRN, juntamente com o acervo patrimonial, ou seja, arquivos de aço e móveis em geral. Com relação ao acervo documental, ficou sabendo que todos os documentos haviam sido entregues ao exército. Tudo foi tratado exclusivamente pelo Cel. José Renato Leite.

- A partir de então, foi lotada no Departamento de Serviços Gerais, atual Departamento de Material e Patrimônio, onde durante cerca de 21 anos dirigiu a Divisão de Importação, tendo se aposentado em 24/01/2011.

Diante das informações acima, espera ter atendido a solicitação dessa Comissão da

Atenciosamente,

Aracy H. S. F. Vilela Cid
Aracy Homem de Siqueira Freitas Vilela Cid

Entretanto, a servidora aposentada Aracy Homem de Siqueira Freitas Vilela Cid endereçou declaração escrita em 08 de abril de 2014, na qual afirmou que fora destituída da função de secretária da ASI após sua extinção, em 1990, e que ficou sabendo que os documentos foram encaminhados ao Exército, por transação comandada pelo Coronel Leite:

Carta da servidora aposentada Aracy Siqueira, ex-secretária da Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, dirigida à Comissão da Verdade da UFRN, em 08 de abril de 2014. Fonte: Acervo da Comissão da Verdade da UFRN.

1 DOCUMENTOS ENCONTRADOS PELA CV-UFRN PRODUZIDOS PELA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA UFRN

Simultaneamente às oitivas e diligências pela localização do acervo original da Assessoria de Segurança e Informações, os bolsistas da Comissão da Verdade da UFRN, em pesquisas realizadas no Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); Arquivo Público do RN; sítio eletrônico “Memórias Reveladas”; no Arquivo Geral da UFRN; Arquivo da Fundação José Augusto; Arquivo do Centro Regional de Ensino Superior (CERES-UFRN) e Arquivo Nacional – agência Brasília DF, encontraram grande número de documentos da ASI.

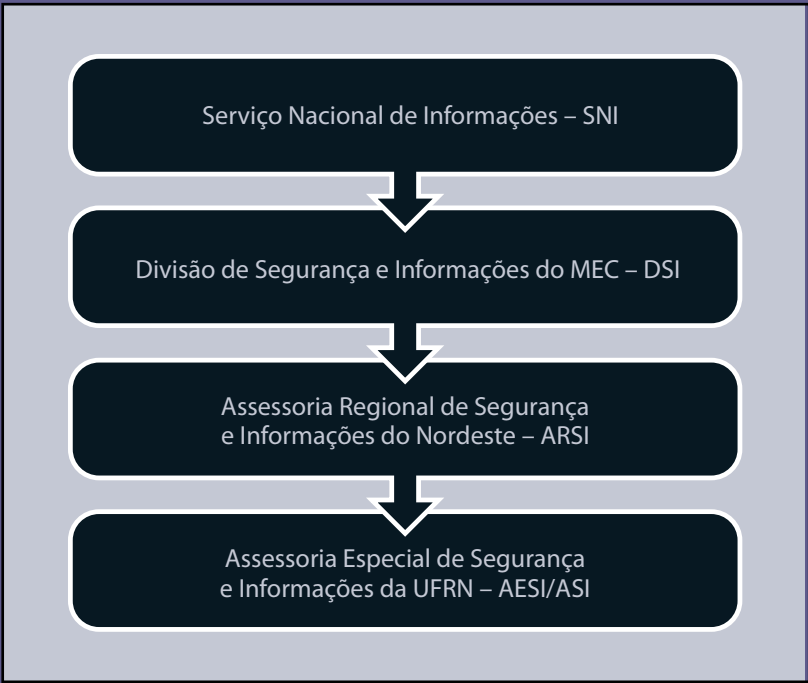
Tais documentos, em sua maioria, se tratavam de expedientes originais, pois eram firmados em comunicações estabelecidas com diretores das antigas unidades universitárias; com a difusão de informações com o DOPS/RN, CATRE, 7ª Brigada, AESI/ETFRN, ASI/CHESF, ASI/COSERN e Departamento da Polícia Federal, além de ofícios remetidos ao Serviço Nacional de Informações e à Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, a quem a ASI se subordinava hierarquicamente, no organograma dos órgãos civis de informações.

Destaca-se que no arquivo da Secretaria Geral do CERES-UFRN foi encontrado a pasta “FICHA INDIVIDUAL DA ASI (SNI) 1974-1979” onde constam fichas individuais e originais de diversos estudantes e professores do antigo NAC – Núcleo Avançado de Caicó. Tal pasta, atualmente, encontra-se sob a guarda da Comissão da Verdade da UFRN.

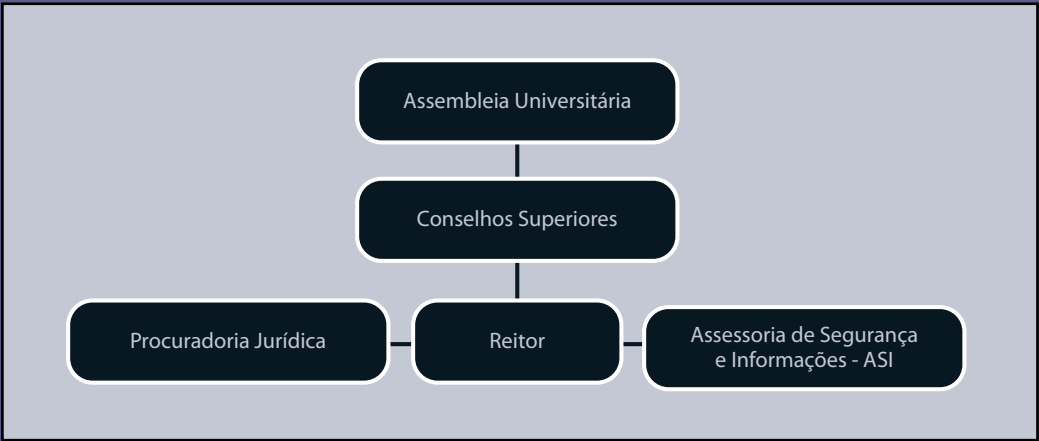
Outrossim, informações sobre as atividades da ASI-UFRN e sua relação com a comunidade universitária foram obtidas em jornais de circulação regional, como *Diário de Natal*, *Tribuna do Norte*, *Dois Pontos* e *A República*.

Grande volume de documentos foi remetido à CV-UFRN pelo Arquivo Nacional, contendo documentos relativos a informativos confidenciais, prontuários de membros da comunidade acadêmica da UFRN e relatórios confidenciais, sobretudo sobre o movimento estudantil da UFRN durante as décadas de 1970 e 1980.

2 POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA UFRN NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS DE INFORMAÇÕES E DA REITORIA DA UFRN



Organograma dos Órgãos de Informações e contrainformações que atuavam nas instituições de Ensino Público Federal, notadamente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



Organograma da Universidade Federal do Rio Grande do Norte na década de 1970. Nota-se a ASI-UFRN como órgão de assessoramento do Reitor.

VI A Ação Estudantil Pré-1964 no Rio Grande do Norte

*Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade*⁸⁴

Os seis anos que antecederam o golpe militar de 31 de março de 1964 revelaram a intensa participação política de todos os setores da sociedade brasileira, ansiosa por avanços na economia e aperfeiçoamento de sua recente e instável democracia. Após o pronunciamento militar que depôs Vargas e encerrou a ditadura do Estado Novo em 1945, houve uma série de tentativas militares de interrupção do processo do processo democrático: (1) Inquérito Policial Militar na Base Aérea do Galeão para investigar o presidente Vargas em 1954, que resultou em seu suicídio, (2) sublevação de bases aéreas na Amazônia (Aragarças e Jacareacanga) e (3) tentativa de golpe de estado do almirante Pena Boto, do presidente em exercício Carlos Luz e do governador Carlos Lacerda, esta abortada pelo contragolpe do General Teixeira Lott, que resultou na posse do senador Nereu Ramos como presidente interino e garantia da posse em janeiro de 1956, do Presidente Juscelino Kubitschek, recentemente eleito em memorável pleito.

Juscelino governou com razoável estabilidade e dinamismo administrativo, levantando a bandeira do desenvolvimento econômico. Construiu Brasília, atraiu indústrias e capital internacionais, mas era acusado de “entreguista” pelos “nacionalistas”. Essa bandeira antiamericana intensificou-se justamente em 1958 com a Revolução Cubana, que empolgou a juventude latino-americana. A proximidade das eleições presidenciais de 1960 acentuou a polarização e propiciou um clima de participação política do movimento estudantil. A União Nacional dos Estudan-

84. Professor aposentado do Departamento de Tocoginecologia e vice-presidente da Comissão da Verdade da UFRN. Responsável pela elaboração deste capítulo.

tes (UNE), fundada em 1937, teve discreta participação na luta contra o Estado Novo e contra o nazi-fascismo; vinte anos depois, a UNE assumiu a liderança do movimento estudantil nacional, apoiando as causas populares, as chamadas reformas de base e colocando na pauta nacional a Reforma Universitária.

No Rio Grande do Norte, em 1958, a existência de sete faculdades isoladas (Farmácia, Odontologia, Serviço Social, Direito, Medicina, Filosofia e Engenharia) deu condições para criação da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Norte (UEE/RN), filiada à UNE. Nesse período, até 1963, exerceram a presidência com mandatos anuais, os estudantes Hélio Xavier de Vasconcelos (Direito, 1958), Luciano Alves da Nóbrega (Direito, 1959), Alcino Dória (Odontologia, 1960), Ivis Bezerra (Medicina, 1961), Ademar de Medeiros Neto (Direito, 1962) e Marcos José de Castro Guerra (Direito, 1963). As duas grandes lideranças do movimento universitário de então eram Hélio Xavier de Vasconcelos e Carlos Antônio de Varela Barca, ambos da Faculdade de Direito, inicialmente adversários e logo aliados, circunstância que possibilitou a formação de uma frente democrática e progressista que reuniu várias tendências, de católicas a comunistas, e que foi imbatível em todas as eleições, até 1963.

Essa frente nacional se reproduzia nos estados, e era especialmente consistente em nosso estado, formada por membros do Partido Comunista e da Juventude Universitária Católica (JUC), aliados a agrupamento numeroso de democratas e socialdemocratas (que se autointitulavam de “esquerda independente”). Com o decorrer do processo, a JUC, devido à pressão da hierarquia católica conservadora, transformou-se no ano de 1962, em Ação Popular (AP), já então com um perfil socialista. Vale lembrar que em 1967, a AP transformou-se em Ação Popular Marxista-Leninista (APML); em 1972, se autodissolveu, com o ingresso da maioria de seus membros no Partido Comunista do Brasil (PC do B) que, a essa altura, pressionado pela repressão, não teve outro caminho que não fosse o exílio ou a luta armada (esta se consumou na Guerrilha do Araguaia, opção equivocada que resultou na morte em combate e no assassinato, pelas tropas do exército, de dezenas de jovens e da cúpula do PC do B, após sua rendição).

A predominância numérica da JUC/AP nas bases concorreu para a escolha consensual e eleição dos três últimos presidentes da UNE antes do golpe militar:

Aldo Arantes (1961), Vinícius Caldeira Brant (1962) e José Serra (1963). Também na UEE/RN, o último presidente, Marcos Guerra.

Em maio de 1961, a realização pela UNE do I Seminário Nacional de Reforma Universitária em Salvador, foi o início de uma série de eventos do movimento estudantil universitário em defesa da democracia. Em setembro de 1961, Natal sediou o IV Congresso Latino Americano de Estudantes, promovido pela UIE (União Internacional de Estudantes) e organizado pela UNE e UEE/RN. Apesar da oposição da hierarquia católica, o evento alcançou grande repercussão, com aprovação de teses reformistas para o ensino universitário e para a economia dos países latino-americanos. Em setembro de 1961, a UNE teve participação destacada na Frente Nacional da Legalidade, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com a finalidade de garantir a posse ao vice-presidente João Goulart como substituto do renunciante Jânio Quadros. A entidade transferiu sua sede para Porto Alegre e convocou seu Conselho Nacional de presidentes das uniões estaduais, em reunião permanente, até a garantia dos militares legalistas e o apoio político decorrente de consenso parlamentar.

A União Nacional dos Estudantes realizou em maio de 1961, em Salvador, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, com a participação da delegação da UEE/RN, onde foi aprovada a “Declaração da Bahia”, documento que fez uma análise crítica do ensino superior no país e lançou as bases das reivindicações consubstanciadas na Reforma Universitária. Em março de 1962, a UNE realizou em Curitiba o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, no qual foi aprovada a “Carta do Paraná”, que apontava como prioridade a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades, na proporção de um terço do total. Nos dois meses que se seguiram, a UNE pressionou o Ministério da Educação e as principais universidades brasileiras e esgotado o prazo, o Conselho Nacional da UNE decretou, em junho de 1962, a greve nacional, a “Greve do 1/3”.

O movimento foi a maior paralisação da história do ensino superior no país, atingindo 40 universidades, com mais de 100 mil estudantes e durou mais de sessenta dias. Na UFRN, a paralisação foi total em todas as faculdades e teve a liderança do Diretório Central dos Estudantes (DCE), recentemente criado sob a presidência do estudante de Medicina Francisco Floripes Ginani e com o

apoio da União Estadual dos Estudantes. Graças a negociações e à existência de ambiente propício, o movimento conseguiu a concordância das universidades federais do Rio Grande do Norte, Paraná e Goiás. O veto do Conselho Federal de Educação e da maioria das universidades federais levou o Conselho da UNE a determinar o final da greve, contabilizando, porém, uma expressiva vitória política, com a mobilização das bases estudantis, o protagonismo da entidade e o fortalecimento da ampla aliança de centro-esquerda (PCB, PC do B, JUC, Ação Popular e sociais-democratas), que dava sustentação ao presidente Aldo Arantes (JUC, depois AP) e que se reproduzia no plano estadual.

Em 1962, a UNE criou o Centro Popular de Cultura (CPC), que desenvolvia atividades artísticas e culturais, especialmente nas áreas de música, cinema e teatro, sendo seu principal instrumento a UNE volante, que percorria o País realizando espetáculos cujo conteúdo traduzia as principais teses e reivindicações do movimento estudantil. A UEE/RN criou o seu CPC que atuou até às vésperas do golpe militar. Em março de 1964, encenou no Teatro Alberto Maranhão, o “Auto de Tiradentes”, cujo roteiro fazia um paralelo da luta contra o colonialismo português, com a denúncia do imperialismo ianque. Certamente, em abril, ninguém esqueceu...

No período que antecedeu o golpe militar, houve dois episódios de censura a trotes de calouros acadêmicos, sem conotação ideológica, mas relacionados à política partidária local, fruto da radicalização entre os líderes das duas principais facções: Dinarte Mariz, ex-governador, e Aluizio Alves, governador recém-empossado. Em março de 1961, o trote da Faculdade de Direito, contendo críticas políticas e pessoais ao governador Aluizio, foi cercado por forte contingente policial comandado pelo secretário de segurança, coronel Manuel Leão Filho, na saída da faculdade, então funcionando na Praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, com a apreensão de todos os cartazes e a dispersão dos participantes. Todos se dirigiram para a Praça Sete de Setembro, onde foi realizado um ato de protesto com a presença de todas as lideranças universitárias, na entrada do Palácio Potengi. No ano de 1962, o trote da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, agregada à UFRN, mas sob gestão da Fundação José Augusto, teve parte dos cartazes de crítica ao governo estadual retiradas pela direção da mesma com respaldo de aparato policial.

Apesar da tensão política durante o mês de março de 1964, no parlamento, na mídia e nas manifestações de rua, o golpe militar de 1º de abril, que tirou o mandato e exilou o presidente João Goulart, surpreendeu a nação pela ausência total de legalistas. Em Natal, como em todo o país, teve início uma era obscura na qual predominaram a delação e os falsos testemunhos prestados a comissões de inquéritos ilegais, instituídas arbitrariamente em unidades militares para apurar atividades legais de associação e de manifestação do pensamento em entidades de classe em congressos e na imprensa.

Nos primeiros dias após o golpe militar, foram presos em três quartéis (16º Regimento de Infantaria e Regimento de Obuzes, do Exército e Quartel Central da Polícia Militar), três professores: Luiz Maranhão Filho e Moacyr Góes, ambos da Faculdade de Filosofia e Aldo Tinoco, da Faculdade de Odontologia; e dez estudantes: Berenice de Freitas, Eider Toscano de Moura, Marcos José de Castro Guerra, Paulo Frassinetti de Oliveira e Tereza de Brito Braga, da Faculdade de Direito e Francisco Floripe Ginani, Geniberto Paiva Campos, José Arruda Fialho, Josemá Azevedo e Maria Laly Carneiro, da Faculdade de Medicina.

Todos confessaram ter sofrido torturas psicológicas, constantes de ameaças, chantagem, pressões sobre familiares, falsos testemunhos e delações. O Professor Luiz Maranhão Filho, preso no quartel do RO sob o comando do coronel Álvaro Esteves Caldas, foi vítima de torturas físicas em forma de agressões e afogamentos, aplicadas pelo capitão Torquato. Na condição de deputado estadual, foi transferido depois para uma prisão em Fernando de Noronha beneficiado por *habeas corpus* e libertado pelo General Geisel, juntamente com outros detentores de mandato (Djalma Maranhão, prefeito, Luiz Gonzaga, vice-prefeito, Aldo Tinoco, deputado federal e Floriano Bezerra, deputado estadual). De Recife, passou à clandestinidade no Rio de Janeiro, onde, após o AI-5 em 1969, foi sequestrado, torturado e assassinado, tendo o seu corpo desaparecido.

Os demais presos, professores e estudantes da UFRN, foram libertados através de *habeas corpus* impetrados na Auditoria Militar de Recife ou no Superior Tribunal Militar, no terceiro trimestre de 1964. Os estudantes todos concluíram os seus cursos, seguiram suas carreiras profissionais e tiveram depois seus processos encerrados, não sem sofrerem frequentes constrangimentos tra-

duzidos por vetos em pós-graduações e exercício de funções públicas. A médica Maria Laly Carneiro decidiu exercer a profissão na França, onde permanece. O bacharel em Direito Marcos Guerra ao concluir o curso, ainda em liberdade condicional, viajou para França onde participou ativamente de ações de divulgação na Europa, dos crimes da ditadura militar. O estudante de Direito Danilo Lopes Bessa optou por homiziar-se em segurança na área rural da zona oeste do Rio Grande do Norte, de onde seguiu por via rodoviária para São Paulo onde permaneceu incógnito até sentença judicial favorável. Voltando a Natal, concluiu seu curso de Direito e exerceu a advocacia eleitoral. O engenheiro Juarez Pascoal de Azevedo, professor da Faculdade de Engenharia e pastor evangélico, homem culto, nacionalista e de posições progressistas, foi convocado a prestar depoimento em comissão de inquérito, sendo liberado.

O ano de 1965, apesar da suspensão de garantias constitucionais das dezenas de cassações de mandatos parlamentares, do congresso subjugado, do prosseguimento de prisões ilegais e de torturas trazia uma ilusão para a sociedade civil e as forças políticas democráticas, de eleições livres presidenciais (1965) e parlamentares (1966). A história revelou que ainda não tínhamos visto quase nada...

VII Ações Repressivas Oficiais: IPMs da UFRN – 1964/RO – e do Restaurante Universitário – 1968/7ª RM

*Carlos Roberto de Miranda Gomes⁸⁵
Juan de Assis Almeida⁸⁶*

Este capítulo do Relatório da Comissão da Verdade da UFRN pode ser resumido no estudo e desenvolvimento de dois segmentos principais – seja através de procedimentos instaurados em repartições estranhas e por organismos da estrutura militar para apurar o envolvimento de professores, alunos e servidores ligados aos seus órgãos ou cursos, com indicação dos protagonistas e as decisões tomadas em cada processo ou em desdobramentos.

O Brasil conviveu em sua história com momentos em que prevalecia o autoritarismo, justificado em defesa de uma ordem constitucional, nem sempre dentro da normalidade.

Assim, os governantes sempre se utilizaram de uma forma disfarçada de “legalidade autoritária”, às vezes contando com a parceria do poder judiciário, coibindo qualquer movimento de protesto, ainda que sem conteúdo ideológico, mas dentro da imposição de ação da força política, numa verdadeira atitude de intolerância.

85. Professor aposentado do Departamento de Direito Público e Presidente da Comissão da Verdade da UFRN.

86. Aluno do Curso de Direito e Membro da Comissão da Verdade da UFRN, representando o DCE.

Criou-se no País, logo após o Primeiro Conflito Mundial, uma conduta voltada para a garantia da “segurança nacional”, que se transformou em uma doutrina apregoada por vários países, influenciada pelos fatores: pressão dos conflitos ideológicos do período entreguerras, do colapso econômico e do crescimento acentuado dos Estados Unidos verificado após a 2ª Grande Guerra, gerando a chamada “Guerra Fria”, particularmente na América Latina.

Em nome da Doutrina da Segurança Nacional, buscou-se apoio no Poder Judiciário para afiançar uma legalidade forçada, usada na repressão dos adversários políticos aos que estavam no poder, cuja ideia já era arrastada desde o Império e mais aperfeiçoada nos movimentos republicano, na Revolução de 1930, nos movimentos tenentistas e na Insurreição Comunista de 1935 e daí por diante cada vez mais evidenciada.

No correr do processo político Pré-1964, os militares tiveram movimentos divisionistas, como exemplificam a queda de Getúlio e o seu posterior retorno pelo voto popular; depois com a eleição de Juscelino; com a renúncia de Jânio e, mais claramente, com a posse de João Goulart em 1961, contornada com a emenda constitucional implantando o regime parlamentarista, desfeito com o plebiscito de 1963.

Em 31 de março de 1964, os militares brasileiros deram início a uma autodenominada revolução que depôs o presidente eleito João Goulart. Nos dias que se seguiram, o novo governo decretou um “Ato Institucional” que passou por cima da Constituição, expurgou o aparato estatal dos partidários do governo anterior, organizou uma caça às bruxas, a supostos comunistas na sociedade e instaurou uma ditadura que se tornaria cada vez mais repressiva nos cinco anos que se seguiram. O regime militar brasileiro, que terminou em 1985, foi o protótipo para um novo tipo de autoritarismo na América Latina.

Os estudantes já sofriam a opressão dos governantes nos movimentos de protestos contra os desmandos praticados na administração, bastante evidenciada na repressão aos trotes por ocasião do resultado da aprovação nos cursos vestibulares.

À época já havia um conflito entre a juventude universitária e a Igreja em relação a diretrizes que indicavam a política da UNE, uma parte voltada para as reformas de base, inclusive a Universitária, com tendências esquerdistas e a outra voltada para a linha da Igreja Católica. A JUC vivia também os seus conflitos, tanto que Natal se desligou do movimento nacional, provocando alternância na Presidência da UNE entre os católicos democráticos e esquerdistas vinculados ao PCB. Aldo Arantes, eleito em 1961, terminou sendo expulso da JUC pelo Cardeal do DF, Jaime de Barros Câmara.

A radicalização política e ideológica entre os estudantes ensejou a ideia de disputas acirradas representadas pela referência proclamada da existência de “um radicalismo de esquerda versus o anticomunismo radical” entre as duas alas em disputa.

Sobre a atmosfera reinante naquele tempo, reproduzimos trechos do testemunho do Professor Otto de Brito Guerra, registrado no livro de Gileno Guanabara – “Faculdade de Direito de Natal, lutas e tradições 1949-1973”:

Houve tempos difíceis na história da Faculdade. Principalmente depois de 1964, com o clima de repressão asfixiante. Gileno Guanabara conta fatos do seu conhecimento. Muitos foram contornados pelo diretor, que era eu, nunca me faltando o apoio dos colegas professores. Também dos alunos – e foram muitos os anos da minha direção, só recebi atenções, de um modo geral.

Ocorreram episódios curiosos. Uma turma – “Turma da Paz”, entendeu de escolher como patronos Kennedy e Krushev. O embaixador russo veio a Natal para as festas da diplomação. Veio também o Consul dos Estados Unidos, com sede no Recife. Estávamos em pleno regime revolucionário. O embaixador russo quis falar na solenidade da diplomação, no Teatro Alberto Maranhão. Condicionei a outorga da sua palavra a que também falasse o repre-

sentante norte-americano. Este não quis falar e então nenhum dos dois usou da palavra.

Na festa de formatura da turma de 1965 um general condicionou sua presença a que fizesse censura do discurso do orador, que por sinal era filho meu [Marcos Guerra]. Neguei-me. A autoridade deixou de comparecer.

Os trotes, por vezes, traziam dor de cabeça. Mas tudo afinal passava e as críticas dos cartazes, por vezes pesadas, eram esquecidas.

Nesta seção serão apresentadas sínteses e dados referentes às ações repressivas oficiais instauradas em âmbito de organismos militares de Natal, notadamente o Inquérito da UFRN (7º Regimento de Obuses 105 – Exército) e o Inquérito do Restaurante Universitário (Secretaria de Segurança Pública – RN).

1 INQUÉRITO DA UFRN – 1964

Tratou-se de Inquérito Policial Militar instaurado pela Portaria nº 10 de 24 de junho de 1964, do General Joaquim Justino Alves Barros, Comandante do IV Exército, em âmbito do 7º Regimento de Obuses, organismo militar sediado em Natal/RN, para:

[...] apurar responsabilidades de quantos se envolveram, direta ou indiretamente, na UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE, na prática de atos tendentes à subversão do regime político democrático em nosso país, assim como em crimes contra o Estado ou seu patrimônio, com ofensa à Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 e ao Código Penal Militar [...].

Conforme delegação de poderes nº 454 de 10 de junho de 1964, o Tenente-Coronel Álvaro Esteves Caldas foi o encarregado pelo IPM e pelo Ofício nº 01- IPM – II Grupo do 7º Regimento de Obuses o Capitão Gerado Parente de Albuquerque foi designado escrivão. O processamento e julgamento ficou afeito à Auditoria da 7ª Região Militar.

1.1 Principais Eventos do IPM

Para consecução das atividades o Tenente-Coronel Esteves Caldas requisiu informações de outras instâncias investigativas que atuavam em âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos seguintes termos:

a) Ao Prof. Genário Alves Fonseca, Presidente da Comissão Especial de Investigação da UFRN, pelo Ofício nº 01 – IPM, solicitou o envio de dados e relações de “professores, alunos e servidores, cujos indícios, pelas investigações já realizadas, possam apontá-los como possivelmente incursos nas referidas leis”; “pessoas que possam como testemunhas prestar esclarecimentos a apuração dos aludidos fatos” e, por fim, “o fornecimento de provas documentais que porventura existam e que não sejam mais necessárias às investigações dessa comissão”. Da análise dos documentos acostados aos autos do presente Inquérito, foi verificado o envio do Termo de declarações do estudante Marcos José de Castro Guerra, colhidas pela referida Comissão da UFRN, no prédio da Reitoria da UFRN, sob a presença dos membros e do Capitão Hugo Manso.

b) Ao Capitão Ênio de Albuquerque Lacerda, Comandante do 16º Regimento de Infantaria e encarregado por outro IPM, o da Guarnição Militar de Natal, via o Ofício nº 02 – IPM, no qual solicitava, nos seguintes termos: “fornecimento de relações de professores, alunos e servidores, das unidades da Universidade do Rio Grande do Norte, Faculdades de Filosofia, Jornalismo, Ciências Econômicas e Escola de Serviço Social, cujos indícios pelas investigações já procedidas possam apontá-los como incursos nas referidas leis”, além da indicação de pessoas que pudessem prestar esclarecimentos e provas documentais. Este endereçou o Ofício datado de 27 de junho de 1964, no qual listava o nome de 7 estudantes e 2 professores como incursos em atos de subversão no Estado do Rio Grande do Norte. São eles: Carlos Alberto Lima (Jornalismo); Eurico de Farias Reis (Direito); Evlim Medeiros (Direito); Maria Laly Carneiro (Medicina); Geniberto Paiva Campos (Medicina); José

Arruda Fialho (Medicina); Francisco Floripe Ginani (Medicina); Profa. Margarida de Jesus Cortez (Filosofia) e Prof. Aldo Tinoco (Odontologia).

c) Ao Delegado Carlos Veras, Presidente da Comissão de Inquérito Estadual, nomeada pelo Governador Aluizio Alves, via o Ofício nº 03 – IPM, solicitou o Termo de depoimento de Prof. Aldo da Fonseca Tinoco.

Por determinação do encarregado do IPM, foram realizadas oitivas testemunhais de pessoas que mantinham vínculos laborais e acadêmicos com a UFRN:

1. Prof. **Onofre Lopes da Silva** (Reitor da UFRN depoimento em 26.06.1964, na Reitoria da UFRN).
2. Prof. **Hélio Mamede de Freitas Galvão** (Presidente da Fundação José Augusto, mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal e da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, depoimento em 26.06.1964, no Quartel RO).
3. Prof. **Francisco das Chagas Pereira** (Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, depoimento em 27.06.1964, Quartel RO).
4. Prof. **Antônio Pípolo** (Diretor da Faculdade de Odontologia da UFRN, depoimento em 29.06.1964, Quartel RO).
5. Prof. **Otto de Brito Guerra** (Diretor da Faculdade de Direito da UFRN, depoimento em 30.06.1964, no Quartel RO).
6. Prof. **José Henriques Bittencourt** (Diretor da Escola de Engenharia da UFRN, depoimento em 01.07.1964, Quartel RO).
7. Prof. **João Wilson Mendes Melo** (Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, depoimento em 02.07.1964, Quartel RO).
8. Prof. **Otomar Lopes Cardoso** (Diretor em exercício da Escola de Serviço Social, agregada à UFRN, depoimento em 02.07.1964, Quartel RO).
9. Prof. **Genário Alves Fonsêca** (Diretor da Faculdade de Farmácia da UFRN, depoimento em 04.07.1964, Quartel RO).
10. Prof. **Joaquim Luz Cunha** (Vice-Diretor em exercício da Faculdade de Medicina da UFRN, depoimento em 06.07.1964, Quartel RO).
11. Prof. **Aldo Fernandes Raposo de Melo** (Vice-Reitor da UFRN e Profes-

- sor da Faculdade de Direito, depoimento em 06.07.1964, Quartel RO).
12. Prof. **Onofre Lopes Júnior** (Assistente de ensino da Faculdade de Medicina da UFRN, depoimento em 07.07.1964 Quartel RO).
 13. **Hilton Tavares Galvão** (depoimento em 14.07.1964, Quartel RO).
 14. Estudante **José Arno Galvão** (Aluno da Faculdade de Direito, depoimento em 15.07.1964, Quartel RO).
 15. Prof. **Diógenes da Cunha Lima Filho** (Professor do Departamento de Prática Jurídica da UFRN, depoimento em 16.07.1964, Quartel RO).
 16. Prof. **José Nunes Cabral de Carvalho** (Diretor do Instituto de Antropologia da UFRN, depoimento em 16.07.1964, Quartel RO).
 17. Prof. **Juvêncio Tacino Neto** (Professor da Faculdade de Farmácia da UFRN, depoimento em 17.07.1964, Quartel RO).
 18. Estudante **Daladier Pessoa Cunha Lima** (Aluno da Faculdade de Medicina da UFRN, depoimento em 17.07.1964, Quartel RO).
 19. **Verdi Dantas Nóbrega** (depoimento em 18.07.1964, Quartel RO).
 20. Estudantes **Jessione de Carvalho Lima e Lenine Campos da Silva** (Alunos da Faculdade de Medicina da UFRN, depoimentos em 20.07.1964, Quartel RO).
 21. **Aloisio Rodrigues** (depoimento em 20.07.1964, Quartel RO).
 22. **Heriberto Escolástico Bezerra** (depoimento em 21.07.1964, Quartel RO).
 23. Estudante **José Ivaldo Borges** (Aluno da Escola de Engenharia da UFRN, depoimento em 22.07.1964, Quartel RO).
 24. Servidor **Romeu Aranha Soares** (Secretário da Escola de Engenharia da UFRN, depoimento em 23.07.1964, Quartel RO).
 25. Estudante **Fernando Luiz Gonçalves Bezerra** (Aluno da Escola de Engenharia da UFRN, depoimento em 23.07.1964, Quartel RO).
 26. Estudante **Yvanise Silva** (Aluna da Escola de Serviço Social, depoimento em 24.07.1964, Quartel RO).
 27. **Hemetério Fernandes Gurgel** (Ex-aluno da Faculdade de Direito da UFRN, depoimento em 27.07.1964, Quartel RO).
 28. Prof. **Cleone Noronha** (Diretor do Hospital Miguel Couto da Faculdade de Medicina da UFRN, depoimento em 28.07.1964, Quartel RO).
 29. Estudante **João Faustino Ferreira Neto** (Aluno da Faculdade de Filosofia, depoimento em 10.08.1964, Quartel RO).

30. Estudante **Francisco Canindé Queiroz e Silva** (Aluno da Faculdade de Ciências Econômica, Contábeis e Atuariais de Natal, depoimento em 11.08.1964, Quartel RO).
31. Estudante **José Fernandes Machado** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN, depoimento em 21.08.1964, Quartel RO).
32. Estudante **Paulo Frassinete de Oliveira** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN, depoimento em 22.08.1964, Quartel RO).

1.2 Indiciados

1. Estudante **Evlm Medeiros** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN, interrogatório em 14.08.1964, Quartel RO).
2. Estudante **Eurico de Farias Reis** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN, interrogatório em 15.08.1964 Quartel RO).
3. Estudante **Francisco Floripe Ginani** (Aluno da Faculdade de Medicina UFRN, interrogatório em 17.07.1964, Quartel RO).
4. Estudante **Geniberto Paiva Campos** (Aluno da Faculdade de Medicina UFRN, interrogatório em 18.07.1964, Quartel RO).
5. Estudante **José Arruda Fialho** (Aluno das Faculdades de Medicina e Direito da UFRN, interrogatório em 19.08.1964, Quartel RO).
6. Estudante **Maria Laly Carneiro** (Aluna da Faculdade de Medicina UFRN, interrogatório em 29.07.1964, Quartel RO).
7. Prof. **Juarez Pascoal de Azevedo** (Professor da Escola de Engenharia da UFRN, interrogatório em 31.08.1964, no Quartel RO).
8. Prof. **Aldo da Fonseca Tinoco** (Professor da Faculdade de Odontologia e da Escola de Jundiaí, interrogatório em 02.06.1964 na Biblioteca do Quartel da PM).
9. Estudante **Danilo Lopes Bessa** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN, não consta depoimento).
10. Estudante **Berenice Medeiros de Freitas** (Aluna da Faculdade de Direito, não consta depoimento).
11. Estudante **Josemá de Azevedo** (Aluno da Escola de Engenharia, depoimento em 22.08.1964, Quartel RO).
12. Estudante **Marcos José de Castro Guerra** (Aluno da Faculdade de Direito depoimento em 17.06.1964, na Reitoria da UFRN).

1.3 Relatório do Inquérito e Fundamentos do Indiciamento

O relatório elaborado pelo Tenente-Coronel Álvaro Esteves Caldas relata que, após a tomada de 34 depoimentos, “apurou-se que são responsáveis pelo movimento de subversão da ordem nos meios universitários os seguintes professores e alunos das unidades da Universidade do Rio Grande do Norte”. Elenca nomes de 11 (onze) membros da Universidade.

1. **Juarez Pascoal de Azevedo** (Professor da Escola de Engenharia da UFRN). Indiciado por ser “articulador dos movimentos de esquerda nos meios estudantis e igrejas evangélicas”, defender “as reformas de base propaladas pelos comunistas e pelo senhor João Goulart”, ter proferido palestra no sindicato da construção civil sobre reforma agrária e por ter feito parte da Frente de Libertação Nacional.
2. **Aldo da Fonseca Tinoco** (Professor da Faculdade de Odontologia e da Escola Agrícola de Jundiaí). Indiciado por ter ideias esquerdistas e socialistas, por criticar, publicamente, os trutes americanos e as forças armadas do Brasil; por seguir a linha política de Leonel Brizola, João Goulart, Almino Afonso e Djalma Maranhão, defendendo as reformas de base em comícios políticos; incentivar a reforma agrária, com incentivo a camponeses invadirem a propriedade denominada “Lapa”.
3. **Eurico Farias Reis** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN). Indiciado por ser elemento comunista e ter atuação da Faculdade da Ribeira e nos sindicatos, por ter ligações com comunistas da cidade de Natal, como Hebbler Maranhão e ter participado de reunião com Leonel Brizola, na oportunidade que este discursou contra o General Murici; por ter participado de uma palestra proferida por Francisco Julião na Faculdade de Filosofia e na fundação das Ligas camponesas.
4. **Danilo Lopes Bessa** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN). Indiciado por ser elemento comunista e “agitador” nos meios universitários e operários; ter ligação com o Partido Comunista, inclusive, por participar do evento comemorativo do aniversário da legenda referida e defender as reformas de base; por manter ligações com comunistas conhecidos na cidade de Natal e por defender a Revolução cubana.

5. **José Arruda Fialho** (Aluno da Faculdade de Medicina da UFRN). Indiciado por ser elemento esquerdista e ter atuação nos meios universitários e operariado; defender as reformas de base nos congressos estudantis da UNE; por ter tentado promover uma greve de estudantes da UFRN no dia da “revolução” (Golpe de Estado) e por ter dentro de um avião dirigido discurso a Fidel Castro, chamando-o de “salvador da América Latina”.
6. **Evlim Medeiros** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN). Indiciado por ser elemento comunista; ter atuação política nos meios estudantil e operário; por ter promovido greves de trabalhadores; ter assinado manifestos de trabalhadores e ter convocado os trabalhadores a participarem do Fórum de debates Djalma Maranhão e da palestra do jornalista Nestor Varas sobre reforma agrária radical”.
7. **Berenice Medeiros de Freitas** (Aluna da Faculdade de Direito da UFRN). Indiciada por ser comunista, ter atuação nos meios sindicais e operariado, por seguir a orientação de esquerda da UNE, por pertencer à linha “dura” do Partido Comunista; por ter ligação com outros comunistas como Hebbler Maranhão, Djalma Maranhão e Vulpiano Cavalcanti; por participar de reuniões na casa deste último; por ter participado de reunião com Leonel Brizola; por defender, publicamente, o regime cubano e a reforma agrária na “marra” e por convidar colegas de faculdade a participarem de excursões a Ligas camponesas da Penha, para ir de encontro à revolução popular.
8. **Francisco Floripe Ginani** (Aluno da Faculdade de Medicina da UFRN). Indiciado por ser elemento esquerdista, ter atuação política nos meios estudantis e operário, ter programado um movimento grevista na UFRN no dia da “revolução” (Golpe de Estado), pelo que convocou uma assembleia estudantil; por defender as reformas de base, inclusive, discursar sobre as reformas durante as concentrações do dia 01 de maio de 1963, em Natal, por ter participado de palestras no Sindicato da construção civil, por ter participado de reuniões na casa do comunista Vulpiano Cavalcanti sobre a candidatura de Moacyr de Góes à Prefeitura de Natal e por fazer parte da Frente de Mobilização Nacional.
9. **Geniberto Paiva Campos** (Aluno da Faculdade de Medicina da UFRN). Indiciado por ser elemento de esquerda; ter atuação política nos meios

estudantis e da Igreja Católica; por ser um dos líderes dos movimentos grevistas na Faculdade de Medicina e ter convocado uma assembleia de estudantes para deflagrar uma greve no dia do Golpe de Estado, por ter participado de reuniões na casa do comunista Vulpiano Cavalcanti sobre a candidatura de Moacyr de Góes à Prefeito de Natal; fez palestras em colégios e sindicatos sobre a reforma agrária; por ter feito parte da Frente de Mobilização Nacional; por ter ido ao aniversário do Partido Comunista; ter participado da reunião de fundação do Comando Estadual dos trabalhadores, por ter sido diretor do Ginásio Municipal, nomeado pelo comunista Moacyr de Góes e ter relações com comunistas como Francisco Julião e Pe. Alípio.

10. **Josemá de Azevedo** (Aluno da Escola de Engenharia da UFRN). Indiciado por ter atuação nos meios universitários e seguir a orientação de esquerda da UNE; por ser líder de movimentos grevistas na UFRN; por ter comparecido a reuniões na casa do comunista Hebbler Maranhão junto a Leonel Brizola; por defender reformas de base e fazer elogios a Fidel Castro.
11. **Marcos José de Castro Guerra** (Aluno da Faculdade de Direito da UFRN). Indiciado por ser elemento de esquerda e ter atuação na Faculdade de Direito; por defender as reformas de base; por ter hospedado dois estudantes cubanos durante o IV Congresso Latino Americano de estudantes e por ter sido coordenador da campanha de alfabetização de método de Paulo Freire.
12. **Maria Laly Carneiro** (Aluna da Faculdade de Medicina da UFRN). Indiciada por exercer atividades esquerdistas, por ser líder de movimentos estudantis, com participação de movimentos grevistas na Faculdade de Medicina e ter convocado uma assembleia de estudantes no dia do Golpe para deflagrar uma greve na UFRN.

O Tenente-Coronel Álvaro Esteves Caldas concluiu pelo envolvimento destes professores e estudantes em “movimentos subversivos” em âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No fim, sugeria a expulsão de todos os estudantes da Universidade indiciados neste inquérito. Em conclusão, os autos foram remetidos ao julgamento da Justiça Militar com endereçamento ao Comandante do IV Exército, Olímpio Mourão Filho.

O General Antônio Carlos da Silva Muricy, então novo comandante do IV Exército, remeteu os autos deste inquérito à Comissão Geral de Investigação e ao Auditor da 7ª Região Militar para processamento e julgamento.

2 INQUÉRITO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO – 1968

Foram realizados 03 (três) procedimentos persecutórios, Inquéritos Policial Militares, instaurados em âmbito da Secretaria de Segurança Pública do RN e do Exército Brasileiro, para investigar atos de “subversão” na área do ensino no Rio Grande do Norte. Após unificação dos procedimentos, ficou conhecido por “Inquérito do Restaurante Universitário”.

O primeiro procedimento foi instaurado a partir da Portaria nº 210 de 06 de abril de 1968, do Secretário de Segurança Pública, em atendimento ao expediente da Delegacia de Ordem Política e Social do RN (DOPS) e aos requerimentos do Reitor da UFRN Prof. Onofre Lopes da Silva (Ofícios nº 532 e nº 534/1968) em respeito ao episódio de ocupação da sede do Restaurante Universitário e do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFRN), ocorrida no ano de 1968.

A referida ocupação foi comandada por dirigentes do referido órgão estudantil em protesto às determinações emanadas da Reitoria da Universidade e do seu Conselho Universitário, que proibiam a realização de reuniões de caráter político e ideológico no recinto e que determinavam o fechamento do prédio-sede das unidades; com consequente cerceamento da liberdade de reuniões e manifestação dos estudantes.

De antemão, insta informar, que coube à Polícia Militar do Rio Grande do Norte, primeiramente, a persecução criminal dos envolvidos, relativos à realização de oitivas e diligências. Em momento posterior, o caso foi objeto de instrução e julgamento pela Auditoria da 7ª Região Militar em Recife – PE.

Os dados, documentos e narrativas para construção deste relatório foram obtidos através de consulta formulada no Arquivo Nacional (AN) – Agência do Distrito Federal, na qual direcionou a esta Comissão da Verdade 3 (três) relatórios produzidos, cada um e cronologicamente, pelo Major Edmilson Fernandes

Holanda da Polícia Militar (Encarregado pelo IPM) em dezembro de 1968; pelo Major Djacir Gomes em 11 de fevereiro de 1969 e, por último, pelo Tenente-Coronel Antônio Olegário dos Santos da Polícia Militar (Delegado Especial) em 22 de fevereiro de 1969. O AN enviou, ainda, os opinativos do General de Brigada Hildebrando de Assis Duque Estrada (Comandante do ID-7 e da Guarnição de Natal) referentes ao indiciamento e condenação dos envolvidos.

Outras fontes recorridas foram a produção “Faculdade de Direito de Natal: Lutas e tradições” (1949 – 1973) de autoria de Gileno Guanabara, bem como as peças processuais de defesa dos acusados, subscrita pela advogada Dra. Mércia Albuquerque, e a sentença proferida pela Auditoria Militar da 7ª Região, gentilmente cedidas pelo depoente Ivaldo Caetano Monteiro.

2.1 Passo Inicial para a Instauração

O presente Inquérito do RU foi instaurado a partir de pedido de providências requerida pelo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Prof. Onofre Lopes da Silva, endereçado ao Secretário de Segurança Pública, General Ulisses Cavalcanti, através dos Ofícios nº 532 e nº 534 de 31 de agosto de 1968. Ambos constam na Ação de reintegração de posse (Protocolo nº 179/1968) da Seção Judiciária Federal no RN.

No primeiro ofício, foi relatado o episódio ocorrido na Universidade relativo à ocupação pelos estudantes, em represália a determinação do fechamento do prédio. Além disso, o Reitor frisava o envolvimento e participação dos estudantes Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (Fac. de Sociologia) e Nuremberg Borja de Brito (Escola de Engenharia) como responsáveis pela abertura da porta dos fundos do prédio; além de Emanuel Bezerra dos Santos (Fac. de Sociologia) e Ivaldo Caetano Monteiro (Fac. de Direito), enquanto envolvidos. Também considerava os fatos relatados pelos servidores da UFRN, notadamente os vigias José Inácio da Silva e Valter Venceslau Santiago; o supervisor Clezito Cesar Fechine e Francisco de Assis Rocha Cavalcanti. No fim, requeria:

Diante do exposto, vem esta Reitoria requerer a V. Exa. que ordene a abertura do competente inquérito policial, para apu-

87. Ofício constante nos anexos do livro *Faculdade de Direito de Natal: Lutas e tradições (1949-1973)*, p. 193-195.

88. Cópias dos Relatórios do chamado “Inquérito do Restaurante Universitário” fazem parte do acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN. Pasta “Inquéritos”.

rar tanto a violência e os danos contra o imóvel alugado pela Universidade, com obrigação contratual de conservá-lo sempre limpo, quanto a responsabilidade das pessoas que foram implicadas, a fim de que a Justiça Pública decida afinal.⁸⁷

No segundo ofício, o Reitor trazia novas informações prestadas pelo Sr. Clezito Fechine relatando a participação de novos estudantes, sejam eles: Juliano Homem de Siqueira (Direito), Dermi Azevedo (Serviço Social), Dicelma Maria de Medeiros (Odontologia), Justina Iva de Araújo (Serviço Social), além das acadêmicas Maria do Socorro Lopes, Maria Lêda Fernandes, Nilda Maria Avelino Barbosa, Maria Aparecida Dantas, Zélia Dias de Sá, Maria Natividade Monteiro Fernandes, Maria Stela da Costa Cruz e Gilda Nogueira Peixoto. Pediu a juntada e realização de nova perícia no prédio e a responsabilização dos alunos “por atos punidos pelas leis do Brasil”. Considera, também, a conversa estabelecida com o Sr. Raimundo Paiva, proprietário do mercadinho “Peg-Pag” que “telefonou alarmado para o Reitor, diante das exigências de estudantes em atitude hostil, a lhe pedirem gêneros alimentícios por conta da Universidade” (SOUZA, 1988, p. 147).

2.2 Relatórios Produzidos pelo Major Edmilson Holanda (PM); Tenente-Coronel Antônio Olegário dos Santos (Delegado Especial – PM) e Major Djacir Gomes⁸⁸

O Secretário do Interior e Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Portaria nº 210 de 06 de abril de 1968, determinou a instauração de um Inquérito policial, designando o Major Edmilson Fernandes Holanda da Polícia Militar, para apurar fatos denunciados pelo DOPS no que se refere “a movimentos realizados por estudantes nesta capital estaria havendo infiltração comunista visando alterar a estabilidade de ordem política e social”. O objetivo era “apurar o fato e determinar os achados em culpa na referida ocorrência, ao que presumo de caráter criminoso”.

Descreve, inicialmente, que o DOPS havia remetido material panfletário estudantil, que considerou de “cunho político-ideológico estremado”, e recipien-

tes com fabricação rudimentar de “coquetel molotov”, conforme perícia realizada pelo Instituto de Medicina Legal de Pernambuco. Frisa, também, a manifestação ocorrida em frente à Reitoria da UFRN, em 30 de agosto, comandada pelo estudante Jaime Ariston, que dirigia “ofensas ao Reitor Onofre”, ato dissolvido por ação policial.

Relata que as manifestações foram acompanhadas pelo Major Domilson Damásio da Silva (Comandante da Companhia da Rádio Patrulha) que emitiu relatórios minuciosos sobre os acontecimentos. Além de produções do Serviço Estadual de Informações (SEI) e pelo Comandante da PM.

Elenca as manifestações ocorridas em ambiente universitário naquele ano, concluindo pela ocorrência:

a) Passeatas, comícios e greve deflagrada em 02 de abril com “depredações” da galeria de artes da Praça André de Albuquerque e a paralisação das aulas na UFRN; pela retirada, através de Lei municipal, da competência dos diretórios acadêmicos na confecção e distribuição das carteiras de estudantes, além de citar a morte do estudante Edson Luís. Destaca a liderança dos universitários e a participação de secundaristas como do Instituto Padre Miguelinho e do Grupo Escolar Calazans Pinheiro.

b) A coordenação das movimentações de 1968 era atribuída ao DCE, com destaque a participação do Presidente – Ivaldo Monteiro Caetano e dos DAs das faculdades de Medicina, Sociologia, Filosofia e Jornalismo. Abordou a reiterada distribuição de panfletos estudantis e que o conteúdo continha “ataques às autoridades constituídas e atentatórias ao regime”. Ainda nas atividades desenvolvidas pelos diretórios há menção de um mimeógrafo clandestino no DA de Filosofia, conforme apreensão pela própria presidência da FJA.

c) No que toca aos estudantes universitários, o Major Edmilson cita os nomes de Jaime Ariston e Gileno Guanabara como os responsáveis

pelas greves estudantis. Cita o nome deles e dos estudantes Juliano Siqueira e Emanuel Bezerra como responsáveis por dirigir discursos “violentos de ataques aos poderes constituídos” durante reuniões na Faculdade de Sociologia. Além de mencionar os nomes de alunos como Ivaldo Caetano, João Gualberto de Aguiar, Cezildo Câmara, João Bosco de Araújo e Francisco Pamplona.

O segundo relatório foi produzido pelo Ten. Cel. Olegário que destacou as funções assumidas pelos líderes do movimento enquanto membros do DCE e do próprio movimento de ocupação. Assim ponderava o envolvimento dos estudantes Ivaldo Caetano Monteiro (Presidente do DCE); Jaime Ariston Sobrinho (Assessor Cultural do DCE); Nuremberg Borja de Brito (1º Secretário do DCE) e Emanuel Bezerra dos Santos (Assessor de Planejamento do DCE) como responsáveis pela “invasão” do prédio em 30 de agosto de 1968, com a abertura das portas dos fundos e as frontais para realização de uma assembleia estudantil.

Ainda descreve que o ambiente havia sido alvo de inscrições nas paredes internas e externas e muros do prédio do RU-DCE. E que os discursos da assembleia cingiam-se “ataques ao Conselho Universitário, Reitoria, Administração do restaurante” com tons “insolentes e violentos”. Cita a participação ainda dos estudantes Dermi Azevedo (Conselho de Representantes do DCE); Juliano Homem de Siqueira (Assessor Cultural) e Dicelma Maria de Medeiros (Presidente da Residência feminina e Vice-presidente do DA de Odontologia).

O relatório destaca que os principais danos causados ao prédio do RU-DCE eram relativos ao consumo de gêneros alimentícios durante a ocupação. Davam conta ainda da presença de panfletos produzidos pelo DCE. Concluiu pelas responsabilidades dos estudantes referenciados e o comando das movimentações de 1968 ao Diretório Central dos Estudantes da UFRN, ressaltando as atribuições do aluno Jaime Ariston no que toca a realização de propaganda política.

O terceiro relatório foi produzido pelo Major Djacir Gomes, encarregado pelo Inquérito Policial Militar, em 11 de fevereiro de 1969. Indicava como indiciados os seguintes estudantes da UFRN: Ivaldo Caetano Monteiro (Direito); Jaime

Ariston de Araújo Sobrinho (Sociologia); Gileno Guanabara de Sousa (Direito e Sociologia); Emanuel Bezerra dos Santos (Sociologia); José Rocha Filho (Engenharia); José Gersino Saraiva (Medicina); Juliano Homem de Siqueira (Direito); Nuremberg Borja de Brito (Engenharia); Dermi Azevedo (Serviço Social); Iaperi Soares de Araújo (Medicina); Laerte Gurgel Rosado (Medicina).

Neste instante, foi requerida a prisão preventiva dos estudantes referenciados; com base nos artigos 311 e 313 do Código de Processo Penal. E remessa dos autos ao Comandante da Infantaria divisionária da 7ª Região Militar, General Hildebrando Duque Estrada pela suposta ocorrência de crime contra a segurança nacional.

2.3 Solução do General Duque Estrada

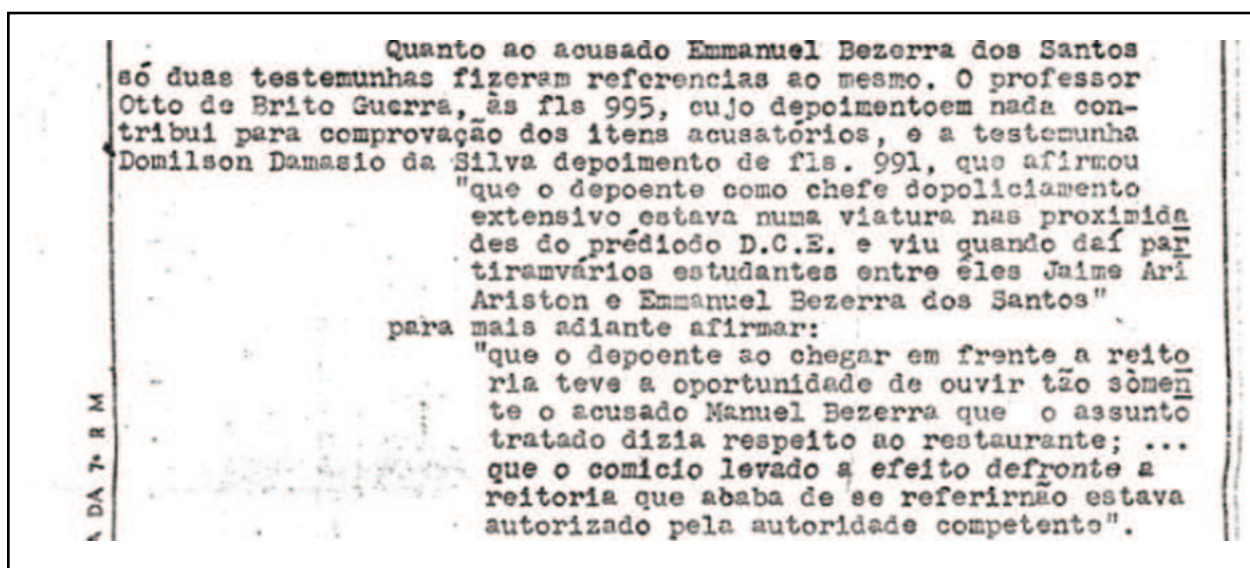
Em 26 de fevereiro de 1969, o General de brigada Hildebrando de Assis Duque Estrada, comandante da ID-7 Guarnição de Natal, em expediente concluiu pelo indiciamento dos seguintes estudantes, por infração ao Decreto-Lei nº 214 (Lei de Segurança Nacional):

- Ivaldo Caetano Monteiro (Direito);
- Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (Sociologia);
- Gileno Guanabara de Sousa (Direito e Sociologia);
- Emanuel Bezerra dos Santos (Sociologia);
- José Rocha Filho (Engenharia);
- José Gersino Saraiva (Medicina);
- José Bezerra Marinho Júnior (Direito);
- João Maria Ruivo (Medicina);
- Juliano Homem de Siqueira (Direito);
- Francisco Orniundo Fernandes (Medicina);
- Hermano Paiva de Oliveira (Medicina);
- Nuremberg Borja de Brito (Engenharia);
- Dermi Azevedo (Serviço Social);
- Iaperi Soares de Araújo (Medicina);
- Laerte Gurgel Rosado (Medicina) e
- François Silvestre de Alencar (Direito).

2.4 Manifestação do Ministério Público Militar

O pedido de prisão preventiva dos estudantes já referenciados também foi acolhido pelo Dr. Francisco de Paulo Accioly Filho, Procurador Militar em exercício, em 26 de março de 1969. Segundo o procurador, “soltos irão, por certo, interferir na colheita de provas”. Não ofereceu denúncia aos estudantes Laerte Gurgel Rosado (Medicina); Dicelma Maria de Medeiros (Odontologia); Hermano de Paiva Oliveira (Medicina) e François Silvestre de Alencar (Direito) por considerar ausentes indícios de culpabilidade. Em razão da triplicidade de instrumentos investigativos sobre os acontecimentos de 1968 na cidade de Natal, foi requerida a junção deles.

Trechos dos depoimentos constantes na Sentença condenatória exarada da Auditoria da 7ª Região Militar. Fonte: Documento cedido por Ivaldo Caetano Monteiro:



DA 7.ª R M

Quanto ao acusado Emmanuel Bezerra dos Santos só duas testemunhas fizeram referências ao mesmo. O professor Otto de Brito Guerra, às fls 995, cujo depoimento em nada contribui para comprovação dos itens acusatórios, e a testemunha Domilson Damasio da Silva depoimento de fls. 991, que afirmou "que o depoente como chefe de policiamento extensivo estava numa viatura nas proximidades do prédio D.C.E. e viu quando daí partiram vários estudantes entre eles Jaime Ari Ariston e Emmanuel Bezerra dos Santos" para mais adiante afirmar: "que o depoente ao chegar em frente a reitoria teve a oportunidade de ouvir tão somente o acusado Manuel Bezerra que o assunto tratado dizia respeito ao restaurante; ... que o comício levado a efeito defronte a reitoria que abava de se referir não estava autorizado pela autoridade competente".

Quanto ao acusado JOSÉ BEZERRA MARINHO JUNIOR a única testemunha que se refere à sua pessoa - testemunha FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA DE MEDEIROS - assim se expressa:

"que o depoente pode informar que as atividades subversivas atribuídas a José Bezerra Marinho Junior e Juliano Homem de Siqueira eram o incitamento à greve e à distribuição de panfletos; ...; que entre os denunciados o depoente pode indicar pessoas que se colocavam nas reuniões do Diretorio Acadêmico favoráveis a deflagração das greves e participação nas passeatas o acusado Ivaldo Estanislau, que chegava a ser um dos líderes do movimento; que tal liderança era exercida por Juliano Homem Siqueira e em segundo plano José Bezerra Marinho;

2.5 Testemunhas de Acusação

- Domilson Damásio da Silva
- Otto de Brito Guerra
- Carlos Humberto Rios Mendes
- Clesito Cesar Fechine
- Francisco de Assis Cortez Gomes
- João Agripino da Silva
- Francisco de Assis Medeiros
- Geraldo Barbosa Cavalcanti

2.6 Razões de Defesa

A defesa dos denunciados foi realizada pela Dra. Mércia de Albuquerque Ferreira, conhecida advogada de presos políticos em Recife-PE. Na peça, pugnou a decretação da nulidade da denúncia inicial da ação penal proposta pelo Procurador Militar, aduzindo inconsistências na peça do Ministério Público, além de outras matérias de mérito.

2.7 Sentença – Auditoria Militar

Sentença do Conselho Permanente de Justiça do Exército da 7ª Região prolatada em 26 de junho de 1969 subscrita pelo Major Eros Jovino Marques, Presidente; Antônio Carlos de Seixas Telles, Auditor; Capitão Gay Cardoso Galvão, Juiz; Capitão Everaldo Ribeiro da Costa, Juiz e pelo Capitão Francisco Antônio Pereira Dias, Juiz; condenou, com base na revogada Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314/1967), os seguintes estudantes:

1. Ivaldo Caetano Monteiro (Direito) Art. 38, IV e V – (01 ano de detenção);
2. Gileno Guanabara de Sousa (Direito) Art. 38, III – (01 ano de detenção);
3. Emanuel Bezerra dos Santos (Sociologia) Art. 38, IV – (01 ano de detenção);
4. José Bezerra Marinho Júnior (Direito) Art. 38, IV e V – (01 ano de detenção);
5. Juliano Homem de Siqueira (Direito) Art. 38, II, IV e V – (01 ano de detenção);
6. Dermi de Azevedo (Serviço Social) Art. 38, IV – (01 ano de detenção);

7. Sesildo Fernandes Câmara de Oliveira (Secundarista) Art. 38, III – (01 ano de detenção);
8. Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (Sociologia) Art. 38, IV – (01 ano e três meses de detenção).

Outros estudantes foram, por unanimidade, absolvidos das acusações, conforme abaixo:

1. Francisco Orniudo Fernandes (Medicina);
2. Iaperí Soares de Araújo (Medicina);
3. José Maria Ruivo (Medicina);
4. José Gercino Saraiva (Medicina);
5. José Rocha Filho (Engenharia);
6. Nuremberg Borja de Brito (Engenharia);
7. Carlos Alberto Vila (Secundarista);
8. Francisco Flaviano Pamplona (Secundarista);
9. Jaime Fernandes de Medeiros Filho (Secundarista);
10. João Bosco Araújo Teixeira (Secundarista);
11. João Gualberto Cunha de Aguiar (Secundarista).

VIII Resistência e Memória: Atuação Estudantil-Universitária Durante a Ditadura Militar (1964-1985)

*Juan de Assis Almeida*⁸⁹

ÀS GERAÇÕES FUTURAS

Eu vos contemplo
Da face oculta das coisas.
Meus desejos são inconclusos,
Minhas noites sem remorsos.

Eu vos contemplo,
Pelas grades insensíveis.
Meu sonho,
É uma grande rosa.
Minha poesia,
Luta.

Eu vos contemplo,
Da virtual extremidade.
Minha vida (pela vossa).

89. Aluno do Curso de Direito e Membro da Comissão da Verdade da UFRN, representando o DCE.

Meu amor,
Vos liberta.

Eu vos contemplo
Da própria contingência.
Mas minha força
É imbatível
Porque estais
À espera.

Eu vos contemplo
Do fogo da batalha.
Meus soldados
Não se rendem.
O outro dia
Chegará.

Eu vos contemplo
Gerações futuras,
Herdeiros da paz e do trabalho.
As grades esmaecem
Ante o meu contemplar.

Emmanuel Bezerra dos Santos
Base Naval de Natal/1969

1 LINHAS INTRODUTÓRIAS

Traçar um panorama do setor estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte durante os 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985) é uma tarefa árdua, sobretudo, desafiadora. Um dos principais aspectos que conduz a essa conclusão é a extensão do recorte temporal estabelecido e a heterogeneidade deste movimento, que se estruturava em ações isoladas; outras vezes conjunta, de grupos políticos distintos, perfilados ou não com o governo militar implantado pelo Golpe de Estado de 1964.

As forças políticas que se incrustavam nos Diretórios Acadêmicos, de certo modo, expressavam a estrutura acadêmica da Universidade, o contexto político e social da década de 1960 e, de alguma maneira, inserção ou não da classe estudantil em projetos, campanhas, organizações e partidos políticos e é nesses aspectos que se vê uma sensível diferença na atuação política dos diversos estudantes e seus respectivos cursos em âmbito da UFRN.

Registramos o panorama das ações de tolhimento e restrição da liberdade de atuação do movimento estudantil universitário, enquanto violações aos direitos humanos deste segmento da Universidade do Rio Grande do Norte (URN), depois transformada em Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), procurando restabelecer a memória e a verdade histórica do período.

Para isso, lançamos mão dos documentos que indicavam as medidas estabelecidas pela administração Universitária e por órgãos externos, que tentaram censurar e amordçar as legítimas instâncias de representação discente.

Por mais cuidadosa que tenha sido a nossa pesquisa, certamente não esgotará integralmente o que foi o movimento estudantil na ditadura, posto que certamente outros fatos e documentos poderão surgir no correr do tempo, ampliando a história do movimento dos estudantes potiguaros.

2 PANORAMA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA URN e UFRN EM 1964

No momento da eclosão do Golpe de 1964 o movimento estudantil da Universidade estava estruturado através do Diretório Central dos Estudantes (DCE)⁹⁰ e dos Diretórios Acadêmicos das unidades universitárias,⁹¹ conforme lista de todas as entidades existentes, à época, em anexo. Seus presidentes já conseguiam acanhada participação em espaços decisórios da Universidade, como no Conselho Universitário⁹² e nos Conselhos departamentais das respectivas Faculdades e Escolas.

No tocante à participação do DCE nos colegiados, não é temerário afirmar, que *a priori*, foi estabelecida em expressão simbólica e limitada, pois o instru-

90. A Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958 – Lei de Criação da Universidade do Rio Grande do Norte estabeleceu que a representação discente seria exercida pelo Diretório Central dos Estudantes.

91. Neste período já haviam sido criados Diretórios Acadêmicos (DA) nas antigas Faculdades isoladas. Destaca-se o DA da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal instalado em 27 de março de 1947, sendo o estudante Nerideu Saldanha Brasil seu primeiro presidente, bem como o DA de Direito (Amaro Calvacanti), criado em 12 de março de 1955.

92. O art. 12 da Lei Estadual nº 2.307/1958 estipulava a participação do DCE na composição do Conselho Universitário.

mento normativo de nascimento do URN, em 1958, impôs-lhe condições restritas de exercício da representação estudantil, reduzindo-o a mero participante das reuniões, proibida sua interferência em decisões, votações ou deliberações em matéria financeira, patrimonial e de provimento de cargos e funções.

Pelo que se pode depreender do período de nascimento do órgão central de representação discente, já havia cuidado, temor e vigilância da atuação política das entidades, sobretudo pelo histórico de realizações de atos que marcaram a vida política da cidade do Natal e do Estado do Rio Grande do Norte. Naquela mesma década de 1950, a classe estudantil repelia, através de atos e protestos, ações que iam de encontro à preservação da autonomia universitária e contra a interferência político-partidária no ensino superior.

Para exemplificar isso, basta lembrar os idos de 1957, com a primeira greve estudantil na Faculdade de Direito contra a intervenção do Governador Dinarte Mariz na escolha de professor para a Cadeira de Direito Civil e no ano seguinte, 1958, com a retirada do busto de Amaro Cavalcanti do prédio da Assembleia Legislativa do Estado, pelos acadêmicos, em forma de protesto pelo aumento de subsídios dos legisladores estaduais.

Essas crises políticas marcaram o governo do udenista Dinarte Mariz que, ao mesmo tempo em que empreendia realizações marcantes para a educação superior do Estado, mostrava seu viés autoritário e antidemocrático ao interferir na escolha de docentes para as Faculdades e na falta de capacidade de diálogo com a classe universitária. E é nessa perspectiva que se vê, na Lei de criação da URN, dispositivos que tinham a finalidade de amordaçar as lideranças estudantis, com punições que excediam o limite de atuação discricionária da administração universitária, de maneira a proporcionar o tolhimento das liberdades constitucionais de manifestação e pensamento.

Ilustra-se a presente afirmação, com o fato deste diploma legal estipular a suspensão da participação discente no CONSUNI, em caso de: “animar, favorecer ou praticar atos que não coadunem com a elevação moral, intelectual e material da Universidade”.⁹³

93. Informação constante nos artigos 45º e 46º da Lei Estadual nº 2.307/1958.

Tratava-se de uma cláusula aberta e abstrata para aplicação de punições sem critérios objetivos pela Reitoria da Universidade, atribuindo-se ao Magnífico Reitor determinar a suspensão e o Conselho Universitário estipular o lapso temporal, sem obstar a abertura de posterior processo administrativo individual contra o estudante “infrator”.

Em pesquisas realizadas no material bibliográfico selecionado e nos depoimentos que embasam este relatório, não foi pinçado nenhum momento de aplicação desta penalidade no DCE, apesar de servir como instrumento de controle a serviço da Reitoria da Universidade.

Devidamente instalado e em pleno funcionamento, o Diretório Central dos Estudantes⁹⁴ e os demais diretórios foram preenchidos por estudantes que desempenhavam papel proeminente na política municipal, sobretudo, na administração de Djalma Maranhão, Prefeito de Natal, e nas políticas educacionais, sobressaindo as participações na célebre campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Nesse sentido, cita-se o envolvimento de alunos como Geniberto Campos, Arruda Fialho, Ginani, dentre outros. Outro grupo de alunos se empenhava na realização de eventos culturais, nos Centros Populares de Cultura, criados pela UNE, tendo o acadêmico Hélio Xavier de Vasconcelos, sido seu primeiro presidente no RN; no Movimento de Educação de Base (MEB) vinculado à Igreja Católica e no Movimento de Educação de Adultos através da metodologia de Paulo Freire desenvolvidos pelo Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte.

Apesar de já está constituído o DCE, a partir de 1959, a União Estadual dos Estudantes (UEE) filiada à União Nacional dos Estudantes (UNE), se mostrava como espaço mais concorrido e expressivo no movimento estudantil do Rio Grande do Norte. Grandes líderes tornaram-se presidentes, como Varella Barca, Hélio Vasconcelos, Ivis Bezerra, Marcos Guerra e João Faustino. As ações empreendidas pelos dois organismos se mostraram, no momento do Golpe de 64, como molas propulsoras para a responsabilização e perseguição de uma série de estudantes de Natal. Indiciamentos estes que foram perpetrados por diversas comissões de inquéritos, criadas ainda no mês de abril.

94. O Diretório Central dos Estudantes foi reconhecido através da Resolução nº 1 de 16 de março de 1959 do Conselho Universitário da UFRN, tendo como primeiro presidente o acadêmico Otomar Lopes Cardoso, da Escola de Serviço Social. Novo reconhecimento fora feito pela Resolução nº 03/1961, após apresentação de documentação constitutiva, pelo Presidente do DCE, 03 de junho de 1961.

Uma das ações estudantis que merece destaque, e ocorrida anos antes do Golpe, foi a vinda da UNE-Volante à Cidade de Natal. Na estadia, houve a produção de encenações teatrais e manifestações políticas pela conquista de um terço de representação estudantil nos órgãos colegiados da Universidade. O episódio da vinda da UNE-Volante, inclusive, foi objeto de considerações, pelo Reitor Onofre Lopes quanto inquirido pelo Tenente-Coronel Esteves Caldas (Regimento de Obuses), em 25 de junho de 64, na Reitoria da UFRN. Nos trechos iniciais, o Reitor lembrava a tranquilidade experimentada entre os setores universitários antes da década de 1960:

Vivíamos em perfeita tranquilidade, sendo notável a harmonia entre os órgãos de direção, professores e estudantes. Era natural que assim fosse, por se tratar de uma instituição nova e também porque, o número de alunos era relativamente pequeno, fácil de controle e de prevalência da autoridade e hierarquia.⁹⁵

Na oportunidade, o Prof. Onofre afirmava que a mudança desse *status quo* “tranquilo”, à vista da Reitoria, se deu com a chegada da UNE-Volante à Natal, em 1961. Nesse sentido, o Prof. Onofre destacou a deflagração de movimento grevista em apoio aos estudantes sulistas da UNE. Segundo o depoimento do então Reitor da UFRN, a greve⁹⁶ tinha como principais reivindicações a reforma universitária e a participação de 1/3 da classe estudantil nos órgãos colegiados. A greve geral nacional foi comandada pela própria UNE e teve como articuladores, em âmbito local, o estudante Josemá de Azevedo, presidente do DA de Engenharia.

95. Termo de depoimento do Prof. Onofre Lopes ao Inquérito Policial Militar da UFRN (disponível em: bnmdigital.mpf.br).

96. Apesar da Greve Geral deflagrada em âmbito nacional, o Conselho Universitário, em 29 de agosto de 1961, por meio da Resolução nº 28, aprovou proposta do conselheiro Edgar Ferreira Barbosa, no sentido de deixar abertas as aulas, nas diversas unidades, para estudantes que desejassem frequentá-las durante o período de greve.

O episódio também foi transcrito nos autos do chamado “Relatório Veras”, como registra o documento da fl. 741, escrito pelo acadêmico Danilo Lopes Bessa. Assim, destaca que a vinda da UNE-Volante a Natal trouxe intenções da classe estudantil de fundar o Centro Popular de Cultura (CPC) na capital. Noutro instante, aponta que a existência do Teatro Universitário do Rio Grande do Norte (TURN) se mostrava relevante para a realização de peças com caráter político e de entrosamento com as massas, ressaltando as reiteradas colaborações financeiras da administração universitária e o temor da sua supressão:

[...] a TURN existe graças a verbas que a universidade lhe concede anualmente. Temos, porém, um Reitor ultrarreacionário, e temos convicção de que, por causa de nossa atividade ele não mais concordará com as subvenções que nos são destinadas. Assim sendo, as atividades do TURN, de agora, por diante, diminuirão em muito, se não acabar totalmente.⁹⁷

Importante destacar o intenso divisionismo entre esquerda e direita nos anos anteriores ao Golpe de 1964. Um desses exemplos constituiu-se no pleito disputado para o comando da UEE, em 1962, pelos acadêmicos de Direito Marcos Guerra e Diógenes da Cunha Lima, sobressaindo o primeiro. Esse prestígio da UEE, como instância relevante de luta estudantil, refletia uma intensa participação política da UNE em âmbito nacional, iniciada com o incentivo da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, em campanhas históricas como “O petróleo é nosso”, pela regulamentação na remessa de lucros, e na campanha da legalidade em prol do Presidente João Goulart, campanha última que conteve “o Golpe de Estado, mas não evitou o golpe político”,⁹⁸ tendo em vista a mudança da forma de governo para o parlamentarismo pela Emenda à Constituição de 1946, como uma das primeiras tentativas de golpe no país.

E é a partir dessa participação estudantil em campanhas educacionais e culturais que se vai determinar uma alarmante e desproporcional repressão quando do Golpe de 64, atingindo as lideranças e aqueles que se inclinavam por posicionamentos de esquerda, notadamente os integrantes da Juventude Universitária Católica, Ação Popular, e, na semi-ilegalidade, o Partido Comunista Brasileiro.

O clima de divisionismo era latente (SOUSA, 1988, p. 101) e, em dias antecedente ao Golpe de 64, ocorreu em Natal a visita de figuras marcantes, para cada uma das forças políticas de resistência e pró-golpe, como o embaixador dos Estados Unidos Mr. Lincoln Gordon, a convite do governador Aluizio Alves, para tratar sobre assuntos do programa “Aliança para o Progresso”⁹⁹ e Leonel Brizola, o ex-governador do RS e deputado federal. A vinda deste último se deu em razão do “Fórum de debates Djalma Maranhão” e, naquela oportunidade, Brizola dirigiu críticas contundentes, em cadeia nacional de rádio, à postura do

97. Trecho de documento apreendido pela Comissão Estadual de Investigações. Autoria do aluno Danilo Bessa.

98. MATTOS (2014, p. 243).

99. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 112) aponta que depois da revolução cubana, em 1959, e o perigo que ela representava aos interesses norte-americanos, Washington lançou um amplo programa de financiamento, modernização econômica, social e de forças de segurança militar e policial para a América Latina. Nesse sentido, Motta inclui a dimensão publicitária da “Aliança para o progresso”, implantada pelo presidente John Kennedy, em 1961. Segundo conclusão de Motta, o objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina e esvaziar o apelo revolucionário com o brado da modernização. Assim, as universidades “tornaram-se espaços estratégicos nos embates ideológicos, trincheiras a serem disputadas pelo inimigo”.

Comandante da Guarnição Militar, General Antônio Carlos da Silva Muricy, “ter fugido dos pampas da legalidade”.

A primavera estudantil vivenciada seria interrompida pelo movimento golpista de 1964, resultante de ação conspiradora articulada entre setores militares e os governadores dos Estados da Guanabara e de Minas Gerais, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente, bem como das intromissões da política imperialista norte-americana¹⁰⁰ no Brasil. O dia 1º de Abril representava momento divisor para a cidade do Natal e para o Estado do Rio Grande do Norte.

As forças políticas do Estado apresentaram comportamentos distintos no tocante ao apoio ou não ao movimento golpista. Enquanto o executivo municipal, liderado por Djalma Maranhão, se declarava contrário ao golpe, reafirmando sua lealdade com o governo democrático de João Goulart, ao instalar, na sede da Prefeitura, o chamado ‘QG da Legalidade e da Resistência’, juntamente com estudantes, trabalhadores, políticos e funcionários públicos. Diametralmente oposto foi o posicionamento do governador Aluísio Alves que declarou apoio aos golpistas nos seguintes termos: “o seu apoio aos ideais dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática realmente ameaçada por atitudes, fatos que não eram ainda do conhecimento público”.¹⁰¹

Quanto à percepção dos comandos diretivos da Universidade sobre o Golpe, Gileno Guanabara (SOUSA, 1988, p. 102) relata que o Prof. Otto Guerra (Vice-Reitor) considerou que o movimento golpista “tomou a todos de surpresa”. Para Gileno, o professor Otto ainda relatou que, em visita ao Quartel do 16º RI juntamente com o Reitor Onofre, no dia 1º de abril, chegou a ouvir do Coronel Eider Nogueira Mendes a revelação de que “estavam em pé de guerra”; essa afirmativa ressoou aos professores a clara adesão do setor militar de Natal ao golpe. Contou, também, que, quando retornavam da visita ao quartel, ouviu no carro a Rádio Rural de Natal divulgar telegrama firmado pelo presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Sr. José Rodrigues da Silva, no qual declarava a disposição de 40 mil trabalhadores armados a se insurgirem contra o golpe. Nesse instante, Otto Guerra se dirigiu à rádio e proibiu a divulgação. Presente também à Rádio Rural, o Capitão-capelão Eimar L’Eraistre Monteiro, que manifestou proibição nesse mesmo sentido.

100. O General Castelo Branco mantinha relações, desde a 2ª Guerra Mundial, com o adido militar Vernon Walters. A atuação destes foi fundamental na derrubada de Goulart. Cabia a Walters identificar insatisfeitos entre militares. O oficial descreve Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, como “altamente competente, oficial respeitado, católico devotado e admira papel dos EUA como defensores da liberdade”. Segundo Bentley, “havia muita confiança em Castelo Branco”, o “homem para sanear a situação, do ponto de vista dos interesses americanos”. Informação extraída do sítio eletrônico: http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-15/com-arquivos-e-audios-da-casa-branca-filme-revela-apoio-dos-eua-ao-golpe-de-64.html?utm_campaign=social&utm_source=twitter&utm_medium=posts. Acesso em: 20 ago. 2014.

Outros setores militares, desde logo, declararam apoio ao Golpe de Estado; os Comandantes da Base Naval de Natal e da Guarnição Militar de Natal, respectivamente, o Contra-Almirante Mário Cavalcanti de Albuquerque e Alberto Carlos de Mendonça Lima que, em nota dirigida ao povo de Natal, advertia, em tom ameaçador, naquelas circunstâncias, o “emprego violento da força, caso necessário, a perturbação da ordem pública nesta capital e o atentado à pessoa e à propriedade privada”,¹⁰² noutro instante direcionava à classe estudantil proibição de aglomerações, passeatas e os comícios. A partir disso, uma série de invasões é visualizada na cidade, com a ocupação de estabelecimentos que possivelmente apresentariam ações contrárias ao golpe, como Sindicatos, a Rede Ferroviária Federal, o Palácio Felipe Camarão – sede da Prefeitura de Natal e o prédio do DCE, conforme consta no *Diário de Natal*, edição do dia 2 de abril: “OCUPADO O DCE PELAS TROPAS DO EXÉRCITO”.

3 INVASÃO DA SEDE DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES E RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Antes dos devidos esclarecimentos sobre o episódio, insta informar que o Diretório Central dos Estudantes (DCE) tinha sede nas dependências do Restaurante Universitário (RU),¹⁰³ quando este situava-se à Avenida Deodoro da Fonseca, bairro da Cidade Alta.

3.1 Subsídios para o Esclarecimento do Caso

Para o detalhamento da ação empreendida pelo Exército brasileiro, ainda no dia 1º de abril de 1964, recorreu-se às publicações de Gileno Guanabara, “Faculdade de Direito de Natal: Lutas e tradições 1949-1973” (1988, p. 103), e Mailde Pinto Galvão, “Aconteceu em Abril” (2004, p. 72), como também os dados constantes no chamado Relatório Veras, programa Memória Viva de João Faustino Neto e no testemunho ofertado à Comissão da Verdade desta Universidade por ex-alunos da UFRN, sujeitos históricos que foram protagonistas e vítimas da referida ação deletéria.

101. Nota do Governador do Estado Aluizio Alves publicada no jornal *Tri-buna do Norte*, em 1º de abril de 1964.

102. A transcrição da nota dos militares consta no livro *Aconteceu em Abril* da escritora Mailde Pinto.

103. O Restaurante da UFRN foi criado pela Resolução nº 58 de 16 de dezembro 1963, enquanto bandeira de luta do DCE que via, na criação do restaurante, uma forma de garantir a permanência dos estudantes nos cursos, além de desafogar a Casa do Estudante que enfrentava dificuldades no fornecimento das refeições em razão da grande demanda.

3.2 Golpe de 1º de Abril de 1964 e a Primeira Ação da Ditadura na UFRN

Como já explanado, o Golpe Militar operou-se no dia 1º de abril do ano de 1964. As notícias dos acontecimentos que se alastravam no país eram cuidadosamente e reiteradamente transmitidas à nação por rádios como Mayrink Veiga. O dia mostrou-se como de pesar; a cidade acordara tenebrosa – tropas do Exército desfilavam ostensivamente pelas ruas de Natal (SOUSA, 1988, p. 101). Os estudantes da UFRN começavam a se inteirar da situação vivenciada quando aportavam nas suas faculdades, quando sob pedido do presidente da UEE, João Faustino Ferreira Neto, fora convocada reunião realizada no Restaurante Universitário. A notícia se espalhava graças ao esforço de Maria Laly Carneiro, que já devidamente reunida com colegas de medicina, convergiam pela não realização de movimento grevista.

104. O Major José Estevam Mosca depois se tornaria, em 1979, Prefeito do Campus Universitário por designação do então Reitor Diógenes da Cunha Lima.

Nesse sentido, por volta das 20h, muitos alunos se dirigiam ao RU e, no decorrer da assembleia estudantil, todos foram surpreendidos com a invasão das tropas do Exército Nacional, comandadas pelo Major José Estevam Mosca.¹⁰⁴ No programa Memória Viva, durante a entrevista de João Faustino, este ponderou:

Eu presidindo uma assembleia universitária no Restaurante Universitário, ainda lá na Deodoro, quando o Golpe foi anunciado, as informações eram muito limitadas, ninguém sabia o que exatamente estava acontecendo, eu presidir a primeira assembleia no dia 31, e eu convoquei uma assembleia pro dia seguinte, dia primeiro, o golpe já consumado e **quando nós estávamos no Restaurante lotado, quinhentos ou mil estudantes, naquela época era muita gente, e cada orador sucedia, quando nós verificamos a frente do restaurante, ali na Deodoro, uns 10 caminhões maiores do Exército, com uns trinta e quarenta soldados cercando o restaurante** e lá pras tantas eu ouço aquela voz: **Acabem com essa baderna imediatamente!** Eu presidindo a sessão fui ao encontro do capitão, que comandava a patrulha lá, aquele con-

tingente de soldados. **Eu disse: olha tem uma assembleia universitária, nós estamos num recinto que é da universidade, não se trata de nenhum ato subversivo, nós estamos discutindo o momento político brasileiro. Acabem imediatamente com isto!** Eu subir numa mesa e pedir calma, paciência a todos e naquele momento todos começaram a cantar o hino da independência, me lembro que foi o hino da independência, e os soldados invadindo e aquele corre-corre, eu **fui conduzido ao quartel-general para prestar esclarecimentos...** (11'45" a 13'56", destaques nossos).

Nesse mesmo sentido, relata a escritora Mailde Pinto Galvão (2004, p. 72) quando conta que, ainda no dia 01 de abril, a sala do DCE sediava uma assembleia de estudantes universitários que tinham como pauta a análise da crise nacional, desencadeada pela deposição do Presidente João Goulart. Rememora que, naquele instante, muitos estudantes faziam pronunciamentos em defesa do presidente, da ordem democrática, inclusive atacando a interferência norte-americana nos rumos da política do país.

Segundo Gileno Guanabara de Sousa (1988, p. 103), a invasão ocorreu quando o estudante João Faustino Ferreira Neto pronunciava discurso considerado “ofensivo”¹⁰⁵ às forças armadas. No instante da invasão militar, não foi registrado relato de confrontos, embora o estudante Abelírio Rocha tenha subido em uma mesa para lançar seu protesto, sendo logo contido pelos colegas, saindo todos pacificamente. Estudantes presentes: Geniberto Campos, Francisco Ginani, José Arrruda Fialho, Abelírio Rocha, Danilo Bessa, Maria Laly Carneiro e outros.

4 PRISÃO DOS PRIMEIROS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE: MARCOS GUERRA, JOSÉ RIBAMAR DE AGUIAR E PEDRO CAVALCANTI

Ainda neste mesmo, dia 01 de abril, seria registrada a prisão de três acadêmicos da Faculdade de Direito: Marcos José de Castro Guerra, José de Ribamar de Aguiar e Pedro Neves Cavalcanti. O primeiro tinha participação destacada no

105. Em lado diametralmente, estavam outros estudantes universitários. Basta recorrer à publicação (SILVA, 1987) e checar que, nos dias subsequentes ao Golpe de Estado, aconteceu em Natal a “Marcha da família com Deus pela liberdade” e, durante sua concentração no pátio da Catedral Metropolitana, o acadêmico Iberê Ferreira de Souza e o secundarista Ivo Dantas apresentaram-se como oradores “para aplaudir as forças armadas e homenagear o recente movimento armado”.

programa de alfabetização de adultos do sistema Paulo Freire e os dois últimos tornaram-se monitores do referido curso; porém não tinham envolvimento destacado em nenhuma organização política ou entidade estudantil ou religiosa.

O fato aconteceu no momento do retorno dos estudantes de viagem de Aracaju a Natal após participação no curso para formação de professores e técnicos no sistema Paulo Freire. Numa parada na cidade de Caruaru-PE, todos foram surpreendidos por abordagem de uma companhia do Exército, sob alegação de que iriam reforçar possível guerrilha no interior daquele Estado. Os três foram conduzidos à 2ª Companhia de Guardas do Recife, sendo interrogados pelo Coronel Hélio Ibiapina Lima, *“que se destacou pela repressão e tortura aplicada aos presos”*. Naquele instante, os estudantes foram amontoados *“em cela superlotada, onde dormiam no chão, colados uns aos outros”* (GALVÃO, 2004, p. 94, destaques nossos).

As ações militares já demonstravam o caráter autoritário e repressivo desde o início da ditadura. Um exemplo disso foi a situação presenciada pelo professor da UFRN e advogado Otto de Brito Guerra, em visita ao seu filho Marcos Guerra, na companhia de guardas, ao ver um advogado preso ser ameaçado de tortura por parte do Cel. Ibiapina (SOUSA 1988, p. 103).

5 PROIBIÇÃO DE REUNIÕES “POLÍTICAS” DO DCE – RESOLUÇÃO Nº 37/64 – CONSUNI

A preocupação com as atividades políticas dos estudantes passava, também, a fazer parte da mente da administração universitária. Cerca de 10 dias após a invasão do prédio do DCE, foi editada a Resolução nº 37/1964, de 10 de abril de 1964 que fixava regras para funcionamento do Restaurante Universitário (RU) e Residências, e neste ato era autorizado o uso do espaço pelo DCE, conforme dispõe o Art. 1º, XII e XIV,¹⁰⁶ porém, havia a expressa proibição de reuniões de caráter político e ideológico.

Percebe-se, assim, que a Reitoria da Universidade se perfilava com o movimento golpista, inclinando-se nas disposições emanadas dos comandos militares de Natal, que previam a não realização de aglomerações estudantis. O tom repressivo e de censura ao DCE é inconteste, representando a primeira ação direcionada ao to-

106. Art. 1º: XII – a fim de não perturbar, nem prejudicar as finalidades específicas do Restaurante Universitário, nem o sossego dos universitários residentes, *serão proibidas reuniões de caráter político ou ideológico*, ou assemelhados; XIV – até resolução em contrário, o DCE poderá ter reuniões, para seu expediente e reuniões de diretoria o Restaurante Universitário.

lhimento da liberdade e livre atuação política do movimento estudantil universitário. Ademais, é evidente que o Conselho Universitário também objetivou impedir novas interferências do Exército, sob o mesmo pretexto: realização de reuniões estudantis.

6 PRISÃO DO ACADÊMICO JOSÉ ARRUDA FIALHO E RELATOS DE TORTURA

A primeira tentativa de apreensão de estudante nas dependências universitárias é visualizada no dia 11 de abril. O acadêmico da Faculdade de Medicina, José Arruda Fialho, tinha participação marcante no movimento estudantil universitário, pertencendo ao Centro Popular de Cultura da UNE, inclusive tornando-se integrante do conselho deliberativo, juntamente com os acadêmicos Danilo Bessa, Paulo Frassinete, Natanias Von Shosten e Ivan Maciel. Fazia parte do Diretório Acadêmico Januário Cicco, exercendo representação perante o Conselho Departamental da Faculdade e do setor estudantil médico nos congressos da UNE. Essas ações desempenhadas, por Arruda, serviram para o seu indiciamento no Relatório Veras.

Quando o golpe consolidou-se, foi ventilada a busca de refúgio no interior do Estado, mas preferiu permanecer em Natal, frequentando normalmente as aulas na Faculdade de Medicina. Contou que recebeu refúgio dos médicos Leônidas Ferreira e João Campos, numa tentativa de escapar da repressão. Segundo Mailde Pinto (2004, p. 76), constantemente era procurado por patrulhas do Exército na Faculdade.

Quando preso, ficou encarcerado no quartel-general e no 16º Regimento de Infantaria. Em trecho do depoimento dado à Comissão da Verdade da UFRN, sessão de 01 de março de 2013, reitera que vários outros acadêmicos foram presos na própria Faculdade de Medicina:

José Arruda Fialho: Dia 11 de abril!

Ivis Bezerra: Foram presos na faculdade?

José Arruda Fialho: Foi. Voltamos a assistir à aula, tudo direitinho fazendo de conta que estava levando uma vida normal. (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 09).

[...] Da faculdade nós quatro fomos presos. E essa prisão se prolongou por muito tempo, é tanto que nós, os três, com exceção de Laly, Maria Laly Carneiro, perdemos o ano de 1964, o quinto ano médico que estávamos cursando. Fomos reprovados pela ausência absoluta nas aulas (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 02).

Noutro instante, declara que sofreu um prejuízo em razão de sua prisão: foi destituído da função de monitor da cadeira de fisiologia da Faculdade de Medicina:

José Arruda Fialho: Ingressei em 60. Essa modificação da sistemática foi a partir de 62, que houve a participação dos estudantes nos colegiados e eu era o representante do corpo discente e fui até que ocorreu o golpe militar e a ditadura se instalou. Paralelamente eu também era monitor da cadeira de fisiologia, e quando fui libertado eu já estava destituído da função de monitor.

José Arruda Fialho: Nós fomos presos, uns em lugares diferentes. Uns no R.O, outros no 16 R.I, alguns logo direto no quartel da polícia. Eu, por exemplo, fui preso no 16 R.I e depois desses cinquenta dias nós fomos... O dia é em torno dia 11... O dia é 11 de abril (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 15).

Ainda na produção de Mailde Pinto Galvão (2004, p. 77), José Arruda Fialho testemunha que presenciou sessões de tortura¹⁰⁷ enquanto estava preso, a companheiros de prisão: Waldier Gomes dos Santos, Eurico Farias Reis e Moisés Grilo, e tratamento vexatório ao médico e preso Vulpiano Cavalcanti no 16º Regimento de Infantaria.

Além disso, Arruda informou à CV-UFRN, que, certa vez, o Reitor da UFRN, Onofre Lopes, em visita aos locais, constatou as condições subumanas nas quais os presos políticos eram encarcerados, fazendo protesto aos delegados Carlos Veras e José Domingos (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 16). Informações constantes, também, em Pinto (2004, p. 77).

107. “O capitão Lacerda levou o preso Valdier e deu início a mais uma sessão de tortura. Valdier gritou muito. Moisés Grilo gritou mais. Eurico Reis apelou por nossa senhora e gritou mais alto que pôde. Naturalmente, os gritos foram ouvidos por todo o quartel. Daquele dia em diante acabaram-se as torturas no 16.º RI. Poucos meses depois, com o fim das investigações, o temido Capitão Ênio Lacerda foi transferido de Natal” (GALVÃO, 2004, p. 85).

7 INTERVENÇÃO NOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA UFRN: QUARTEL-GENERAL

No dia 13 de abril de 1964 as entidades de representação estudantil da Universidade e das unidades agregadas e pertencentes a outras instituições de ensino foram surpreendidas pela cassação dos mandatos de todos os dirigentes. O Ofício nº 132/ASS¹⁰⁸ do Comandante da Guarnição Militar de Natal General Omar Chaves endereçado ao Reitor Onofre Lopes, determinava, naquele instante:

108. Documento anexado ao processo nº 2445/64 – Reitoria da UFRN, fl. 61-62, constante no acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN na pasta 'ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL'. Origem: Arquivo Geral da UFRN.

Pro. 1445/64 Fl. 108

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMANDO DA 1ª DIVISÃO MILITAR

OFÍCIO
nº 132/ASS

COMANDO DA 1ª DIVISÃO MILITAR
Natal-RN, Em. 13 / ASS 64

1º Gen Cmt da 1ª Div e Gu Natal

Ass: Honrº Sr Magnífico Reitor da
Universidade do Rio G. Norte

Assunto:

Referência:

Anexo:

I - Tendo em vista a presente conjuntura político-militar e as medidas decorrentes necessárias a atender aos múltiplos e pesados encargos da Segurança Nacional e da manutenção democrática, este Comando sente a necessidade de baixar as seguintes determinações:

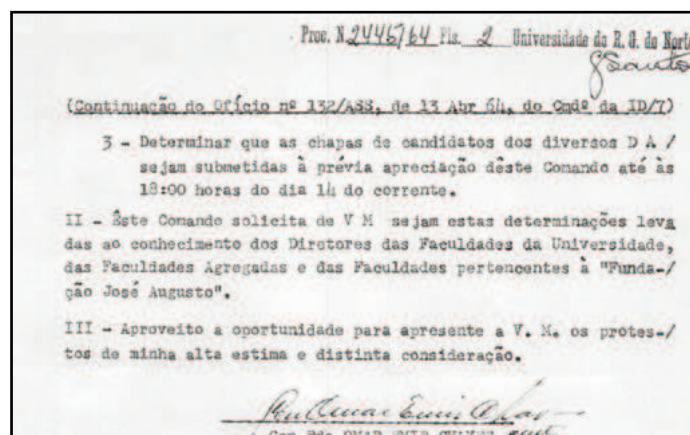
1 - Considerar cassados os mandatos das Diretorias dos Diretórios / Acadêmicos das Faculdades de Medicina, Odontologia, Direito, / Farmácia e Engenharia da Universidade do Rio Grande do Norte, / bem como das Faculdades de Filosofia e Escola do Serviço Social, agregadas à mesma Universidade e ainda das Faculdades de Jornalismo e Ciências Econômicas da Fundação "José Augusto".

2 - Nomear interventores, nos DA abaixo, com atribuições para realizar eleições, na próxima ou feitura dia 15 do corrente, impreterivelmente, os seguintes cidadãos:

D. C. S. - Francisco de Assis Fernandes, do 5º ano da Fac Direito;
D. A. - "Jamarão Cicco" - Fac Medicina - Luiz Rodolfo Pena Lima - 3º ano;
D. A. - "Solon Galvão" - Fac Odontologia - Carmen Leda Pereira - 1º ano;
D. A. - "Amaro Cavalcante" - Fac Direito - Carlos Borges de Medeiros - 2º ano;
D. A. - "Adolfo Ramires" - Fac Farmácia - José Rubens Marcondes Aguiar - 3º ano;
D. A. - "Ferreiro Cardoso" - Fac Engenharia - Walter Araújo - 5º / ano;
D. A. - "João XIII" - Fac Filosofia - Dulce de Sá Bezerra - 2º ano de Geografia;
D. A. - Escola Serviço Social - Alina Carrilho de Freitas - 2º ano;
D. A. - Faculdade Jornalismo - Maurício Vilar Feres - 2º ano;

Reprodução do Ofício nº 132 da Guarnição Militar de Natal, subscrita pelo General de Brigada Omar Chaves e endereçada ao Reitor Onofre Lopes – Interferência nos DA's. Fonte: Arquivo Geral da UFRN.

Continuação da reprodução do Ofício nº 132 da Guarnição Militar de Natal, subscrita pelo General de Brigada Omar Chaves e endereçada ao Reitor Onofre Lopes – Interferência nos DA's.
Fonte: Arquivo Geral da UFRN.



[...] cassados os mandatos das Diretorias dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Medicina, Odontologia, Direito, Farmácia e Engenharia da Universidade do Rio Grande do Norte, bem como das Faculdades de Filosofia e Escola de Serviço Social, agregadas à mesma Universidade e ainda das Faculdades de Jornalismo e Ciências Econômicas da Fundação José Augusto.

Neste mesmo expediente, foram nomeados interventores para todos os diretórios acadêmicos das Faculdades e para o Diretório Central dos Estudantes, além das determinações para a realização de eleições com prévia submissão das chapas ao comando militar de Natal.

Na obra de Guanabara (1988, p. 105), há um registro do que foi a intervenção realizada no DAAC. O interventor escolhido pelos comandos militares foi o acadêmico Carlos Borges de Medeiros, então servidor da Secretaria Estadual de Educação, afastando a diretoria do estudante Silvio Procópio. Como determinado pela Guarnição Militar, as eleições ocorreram em 15 de abril de 64. O acadêmico Deífilo Gurgel foi convidado pelo interventor a disputar o cargo de presidente, que ocorreu em eleição simbólica, chapa única e sem campanha, nem disputa. Como se visualiza na ata do pleito “a eleição do novo diretório acadêmico que deverá reger os destinos da entidade no corrente ano na vigência do ato institucional” presidida pelo professor José Gomes da Costa, noutro trecho afirmava “Devidamente autorizado pelo diretor substituto da faculdade, Prof.

Antônio Soares Filho e atendendo determinação do comando das forças armadas, através do seu interventor, o presidente prof. José Gomes da Costa perante a junta apuradora, declarou empossados os titulares que deverão subscrever a presente ata e entrar imediatamente no exercício de suas funções”.

Depreende-se do Processo nº 2445/1964 – Reitoria, que a comunicação de intervenção militar nos diretórios acadêmicos foi enviada pelo Reitor Onofre Lopes aos diretores das faculdades citadas, conforme o Ofício nº 240/64-Reitoria de 13 de abril de 1964. Novas eleições foram realizadas em todos os diretórios das faculdades, no Diretório Central dos Estudantes e na UEE. Gileno Guanabara aponta que um clima de apoliticismo e comedimento em face da violência política que se abatera sobre o país dominou as ações dos diretórios, sob os auspícios do ato institucional nº 1 (SOUSA, 1988, p. 195).

Pro. 2445/64 Fl. 1

MINISTÉRIO DA GUERRA
V. EXERCÍCIO
7. REGIÃO MILITAR

COMANDO DA ID/7 e GUARNIÇÃO DE NATAL

OFÍCIO
134/ASS

Natal-RN, Rio 14, ABR 64

1.º Gen Cmt da ID/7 e Gu Natal

2.º Excmº Sr Magnífico Reitor da Universidade do Rio G. Norte

Assunto: Instruções para eleições de Diretórios Acadêmicos nas Faculdades

Relatório

Assunto:

1.- A conjuntura nacional e a necessidade de assegurar a ordem pública e o funcionamento normal do regime democrático, com o afastamento de possíveis elementos agitadores, impõe a este Comando o indeclinável dever de comunicar a V. Excia, que a nova eleição de todos os componentes dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades deve ser feita pelas Assembleias gerais e não como anteriormente, quando os demais elementos dos diretórios eram indicados pelo presidente eleito.

2.- Certo de que a experiência de Vossa Magnificência e o espírito patriótico da mocidade estudantil, hão de compreender o elevado alcance da medida e a ela emprestar a mais decidida colaboração.

3.- Aproveito o ensejo para reafirmar a Vossa Magnificência os protestos da elevada consideração.

Gen Eda OMAR EMIR CHAVES
Cmt ID/7 e Gu Natal

Novo expediente do Gal. Emir Chaves dando novas instruções para a realização das eleições nos DAs e no DCE. Fonte: Arquivo geral da UFRN.

8 PRISÃO DO ACADÊMICO GENIBERTO PAIVA CAMPOS NO INTERIOR DA UFRN

Novamente se visualiza a prisão de outro estudante nas dependências da Universidade. O caso ocorreu no dia 14 de abril, com a prisão do acadêmico da Faculdade de Medicina, Geniberto Paiva Campos. Liderança estudantil conhecida pelo envolvimento na campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e pela direção no Ginásio Municipal. Por estes motivos, foi indiciado no Relatório Veras.¹⁰⁹

109. Conforme informação do Relatório Veras, o Sr. Humberto Ferreira Leite, em depoimento à Comissão Estadual, acusou Geniberto de “ser um dos mentores da propaganda vermelha no setor educacional da Prefeitura de Natal”.

Quando do Golpe de 64, resolveu ir ao interior, depois retomando suas atividades normais, foi retirado da Faculdade de Medicina e levado ao 16º RI. Segundo depoimento ofertado, sua apreensão ocorreu na Maternidade Escola Januário Cicco¹¹⁰ (unidade pertencente à estrutura acadêmica da Faculdade de Medicina da UFRN).

110. Trecho do depoimento do Sr. Geniberto Paiva Campos à Comissão da Verdade da UFRN, em 17 de Maio de 2013, na Sala de Reuniões dos Colegiados Superiores, p. 24-25.

“[...] E outra coisa, eu fui preso duas vezes, a primeira vez foi em 64 e em 65 eu fui preso novamente. Duas vezes foram na maternidade, eu estava tendo aula de peormetria em 64 e em 65 eu tava terminando um plantão quando as forças federais chegaram de novo pra me pegar e aí eu pedi: “olhe, eu preciso de um tempo, eu preciso tomar banho porque realmente eu saía do plantão, eu trabalhava muito no plantão” (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 25-26, destaques nossos).

Em trecho do seu depoimento, na sessão de 17 de maio de 2013, narrou ameaças e momentos de tortura sofridas no Quartel da referida unidade:

Olha, você vai para piscina, você vai ser amarrado numa tábua e vai ser jogado dentro da piscina e depois a gente te levanta, e tem a boate, você ficar com a luz na sua cara, no seu rosto, e a gente vai confirmar umas coisas, e me colocaram como se fosse na boate, esse negócio da luz com tudo escuro. Eles ficam aqui atrás, com aquelas vozes assim, ressoando,

e ele queria que eu confirmasse [...] (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, 2013, p. 10-11).

[...] ele está querendo de alguma maneira trazer aquele negócio da Aeronáutica, vocês não sabem, Roberto, desculpa, eu disse: “Roberto, você não tem ideia do que foi aquele negócio lá”, olhe, o Vulpiano Cavalcanti foi vítima daquilo e a gente tava preso lá e ele falando e a gente chega uma hora e diz: “Vulpi, é melhor você parar, a gente não quer ouvir isso que é um negócio tão terrível”, e aquilo era o seguinte, a violência gratuita, aquela coisa boçal, que isso não tem justificativa [...] (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, 2013, p. 35).

O episódio descrito diz respeito às torturas brutais a que o médico Vulpiano Cavalcanti foi submetido na Base Aérea de Natal, no famoso caso do Campo de Concentração de Parnamirim (década de 1950), em razão de sua militância no Partido Comunista Brasileiro.

9 PRISÃO DO PRESIDENTE DO DCE FRANCISCO FLORIPÉ GINANI

Natural de Natal (RN), estudou em colégios como Marista e Atheneu Norte-rio-grandense. No ano de 1964, exercia a função de presidente do DCE-UFRN (1962-1963 e 1963-1964) e, como representante legal, havia participado de dois Congressos da UNE, um em Petrópolis (RJ) e o outro em Santo André (SP). Foi membro da Juventude Universitária Católica e, quando do Golpe, exercia a função de chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

Os registros de sua prisão reportam-se ao dia 22 de abril. Ficou encarcerado em Quartéis da Polícia Militar e no 16º RI. Foi indiciado pela Comissão Estadual de Investigações e denunciado pela Auditoria Militar por atos de subversão no Rio Grande do Norte e por participação em reuniões da União Nacional dos Estudantes – UNE. Nessa denúncia constava também o nome do estudante João Faustino Ferreira Neto – presidente da União Estadual de Estudantes em 1964 (GALVÃO, 2004, p. 74-75).

Em razão do período de prisão, 07 meses, atrasou a conclusão do curso em 1 ano, concluído em 1967. Foi solto em outubro de 1964 por força de um *habeas corpus*.

Por consequência do tempo em que fiquei preso, não pude cursar o quarto ano de Medicina em 1964. Além da perda de liberdade perdi o emprego junto a Prefeitura de Natal. Além do mais fui desligado com bolsa da CAPES suspensa em curso de Doutorado na Universidade de Londres em 1973¹¹¹ (destaques nossos).

111. Depoimento escrito endereçado via e-mail à Comissão da Verdade da UFRN.

112. Idem.

113. Idem.

Conta que, felizmente, não sofreu tortura física, apesar da constante tortura psicológica, principalmente, pelo fato de ver colegas de prisão sendo submetidos a sevícias:

Felizmente não sofri tortura física, no entanto a tortura psicológica era constante, presente no ambiente hostil dos quartéis com o seu teatro de ameaças de transferências, falsas libertações e interrogatórios pela madrugada. Associem-se a esses fatores **os gritos e clamores de companheiro sendo torturados em ambientes próximos pelo famigerado Capitão Lacerda e sua quadrilha do terror**, os recursos intimidatórios e covardes e dos interrogatórios visando principalmente o afrouxamento ético e moral para a delação e as acusações a companheiro na conveniência do interrogador e da repressão¹¹² (destaques nossos).

Noutro instante, declara a existência de infiltrados, advindos de órgãos de segurança, em âmbito universitário:

Sim era possível identificar a existência desse odioso instrumento da repressão e os seus agentes, muito deles alunos militares da própria UFRN, alojados no prédio da Reitoria com ramificações pelas Faculdades. Importante relatar que agentes de informação já eram infiltrados na administração das Faculdade em período anterior a 1964 [...].¹¹³

Disse que em razão da representação estudantil que exercera, mantinha diálogo permanente com o Reitor Onofre Lopes, que sempre se mostrava muito áspero, que segundo Ginani, se devia ao “preconceito ideológico do Reitor, sabidamente muito reacionário e conservador”, num período de intensa polarização, porém o Reitor era “justo e generoso” nas considerações que fazia acerca dos demais estudantes presos em 1964. Contou, também, que os estudantes galgaram grandes vitórias, como a instalação da residência e do restaurante universitário.

O ponto negativo foi a revogação por parte do Conselho Universitário liderado pelo Reitor da vitória estudantil pela representação de 1/3 no Conselho Universitário, “desmoralizando-se, inconsequentemente frente à decisão anterior tomada há menos de quinze dias em expressiva vitória dos estudantes obtida em emocionante histórica reunião”.¹¹⁴

Ressalta-se que o envolvimento de muitos estudantes na greve geral de 1961 serviu como fundamento para indiciamentos visualizados em inquéritos sobre subversão a partir de 1964.

10 FUGA DAS ACADÊMICAS BERENICE MEDEIROS DE FREITAS E TEREZINHA DE BRITO BRAGA

As acadêmicas da Faculdade de Direito, Berenice Medeiros de Freitas e Terezinha de Brito Braga, quando do Golpe de 64, decidiram sair em fuga e se refugiaram em cidades como Campina Grande, Fortaleza e Rio de Janeiro. Consta que Berenice havia se exilado na Embaixada do Panamá. Ambas foram indicadas no Relatório Veras por “atividades subversivas na RFFSA”, por “frequentar reuniões na casa do comunista confesso Vulpiano Cavalcanti – Praia do meio” e “participar de reuniões comuno-subversivas no escritório do líder comunista Luiz Maranhão Filho”. Ainda foram acusadas de desenvolverem “atividades político-esquerdistas” na Faculdade de Direito da Universidade deste Estado, onde estudavam, e, inclusive, no meio universitário que frequentavam.¹¹⁵

114. Idem.

115. Informações extraídas do Relatório Veras, p. 33. Comitê Estadual pela Verdade, Memória e Justiça do RN, 2012.

De volta a Natal, após *habeas corpus* concedido para responder o processo em liberdade, a acadêmica de Direito, Tereza Braga foi interrogada pelo capitão Ênio Lacerda no 16º RI, tendo sido submetida à sessão de tortura psicológica, com ameaças assustadoras e agressões físicas em suas mãos, desferidas por meio de um cassete. Contou ainda que o poeta “Sanderson Negueiros respondeu, em Natal, a inquérito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a acusação de haver criticado o regime militar” (GALVÃO, 2004, p. 140-141).

11 PRISÃO DA ACADÊMICA MARIA LALY CARNEIRO

Natural de Mossoró (RN), Maria Laly Carneiro iniciou sua militância política no Atheneu Norte-rio-grandense, quando participava das atividades do Grêmio Literário Auta de Souza. Posteriormente, se inseria na Juventude Estudantil Católica (JEC), entidade feita por leigos, que possuía uma conexão com a igreja, em meados dos anos 50. Quando de sua entrada na Faculdade de Medicina, passou a integrar a Juventude Universitária Católica (JUC), o que lhe conferiu uma visão ativa sobre seu papel no mundo. Surge, então, o movimento Ação Popular, uma ação nacional respeitando-se as especificidades regionais, a fim de utilizar-se dos mecanismos democráticos existentes para alcançar as reformas políticas (agrária e universitária) no país, desenvolvendo nesse contexto uma representação nacional do movimento. Participou das campanhas do Movimento de Educação de Base (MEB) das campanhas de Paulo Freire, bem como do projeto “De Pé no Chão se Aprende a Ler”. Foi uma das lideranças nacionais na greve que reivindicava a representatividade de 1/3 dos estudantes nos órgãos universitários, sendo uma das signatárias da “Carta da Bahia”. Constituiu, junto a outros estudantes da UFRN, o Serviço Universitário de Ajuda Fraterna, onde se deslocavam às comunidades necessitadas da cidade dando assistência na área de saúde, direito e cidadania. Tal atividade foi reprimida por ser considerada antiética.

Seu envolvimento nessas ações foi o fundamento para sua prisão. Destaca-se que fora apreendida por forças militares no interior da Faculdade de Medicina. Tal informação é confirmada por Mailde Pinto Galvão (2004, p. 152, destaques nossos): **“a universitária foi retirada do interior da UFRN, de uma**

sala de aula na Faculdade de Medicina, por militares fortemente armados e levada para o 16º RI”. Ainda na obra da referida escritora, há momentos de tortura psicológica vivenciada pela então acadêmica na prisão.

Conforme entrevista dada ao programa Memória Viva, veiculada em 06 fev. 2006, Laly Carneiro relata que sua prisão ocorreu no dia 02 de abril. Carregando apenas um livro de internato médico, foi abordada nas dependências universitárias:

No dia 02 de abril de manhã, às cinco horas, disse a minha mãe que ia pra faculdade, peguei um livro de medicina interna, botei de baixo do braço, ele vai ser meu companheiro durante muito tempo e fui pra faculdade. Primeira aula às sete horas, sete e meia, não me lembro, eu estava na aula de medicina e vi meu professor de medicina olhar pra mim e olhar pra porta, olhava pra porta e olhava pra mim. Ai eu disse: pronto chegou! **Ai ele disse: Laly é pra você! Peguei meu o livro, coloquei debaixo do braço e me apresentei. Tinha um jipe com três homens armados como se fossem prender um... metralhadoras. Olhe eu disse: eu não tomei meu café da manhã e tenho que tomar, aí fui pra um barzinho que tinha na faculdade. [...] aí tomei meu café da manhã. Depois que eu terminei disse, eu estou pronta. Ai me levaram pro 16 RI e eu ocupei a cela de Djalma Maranhão, que ele tinha estado antes de mim (36’35” a 38’05”, destaques nossos).**

Registrou que os militares não souberam lidar com a situação de manter uma prisioneira feminina, uma vez que naquele local trabalhavam 600 homens, não havendo condições estruturais para mulheres, sendo presa por oito dias sozinha e, no total, mais de dois meses. Ainda na entrevista, contou que foi **submetida a uma execução simulada** (destaques nossos), quando foi emparelhada à frente de oficiais:

[...] mais ou menos de duas ou três horas da manhã, eu suponho, chegaram os soldados, disseram pra me levantar, eu

estava sentada e me levantei, me levaram pra um pé de morro, com os soldados atrás de mim, com uma pessoa do meu lado, como que parecia ser o que comandava [Mailde Pinto “devia ser Lacerda”¹¹⁶] não sei, devia ser um torturador [Marcos Guerra “Lacerda não ia comandar um exército”], me botaram assim e ficaram em frente, aí chegou outro jipe, falou com aquele que parecia ser o comandante, deu ordens aos outros e voltaram, eu voltei pra minha cela, e depois me colocaram em outra cela, onde eu fiquei todo o resto da prisão (39’ 30” a 40’ 20”).

Sua prisão teve fim graças à atuação do advogado e professor Otto Guerra que, segundo a entrevistada, compreendia a atuação dos militantes e seus objetivos. Enfrentou três processos, o militar, o do Estado e o da Universidade, pois, devido sua atuação, teve dificuldades de continuar o 6º ano do seu curso, encontrando apoio em alguns professores e amigos:

Saí da prisão graças à intensa atividade do doutor Otto Guerra, que foi meu advogado, uma pessoa formidável, que compreendia o que fazia e amava os estudantes, ele sabia que nós queríamos alguma coisa de bem para nosso povo, pro Rio Grande do Norte e pro Brasil, enfim. Saí graças a esse *habeas corpus*. **Eu tive três processos. Tive o processo do exército, o processo do estado e o processo da Universidade.**¹¹⁷ **Então quando eu saí eu estava terminando o quinto ano e me faltava o sexto. E a questão era que eu não poderia continuar meus estudos em Medicina. Finalmente numa reunião foi decidido que eu poderia continuar meus estudos em medicina. Então eu saí, continuei meus estudos, mas foi uma época terrível de humilhações.** [...] Eu tive três professores formidáveis, que tiveram a coragem de ir me ver no 16 RI, foi o professor Lavoisier Maia, professor de Obstetrícia, Heriberto Bezerra e sei que o professor Leide Moraes era absolutamente solidário, sem falar nos outros que eu sabia, que pensavam em todos os estudantes de medicina, como Geniberto, Ginani e todos aqueles que estavam em pri-

116. Trata-se do Capitão Ênio Lacerda.

117. Mais detalhes sobre a Comissão de Investigação formada na Universidade do Rio Grande do Norte encontram-se na seção 13 deste capítulo.

são. Isso me fez muito bem. Teve professores que vieram pra mim e me disse: por favor, não fale comigo porque você pode me comprometer. Colegas que nunca mais falaram comigo, essas coisas fizeram em mim, eu não podia ficar nessa terra, queria poder partir... E foi o que aconteceu. [...] não tinha lugar pra mim aqui, e eu ouvi essa frase: não tem lugar pra você aqui, vá embora (42' 20" a 45'18", destaques nossos).

Por este fato, recebeu ajuda financeira da ação católica para ir ao exterior, ela estava numa lista de pessoas que não poderiam deixar o país. Deixou Natal por ser constantemente vigiada. Foi para o Rio de Janeiro e depois para Paris (França), como forma de fuga da prisão e morte.

Em recente visita a Natal, Laly deu entrevista na sede da OAB/RN e, respondendo a perguntas de membros desta Comissão, revelou que alguns professores negavam-se a estabelecer contato com ela, excetuando os Professores Leide Morais, Lavoisier Maia e Heriberto Bezerra que a visitaram na prisão.

A seguir são apresentadas imagens dos hospitais e da unidades da Faculdade de Medicina da UFRN em fotografias da época:



A Maternidade Escola Januário Cicco foi palco da apreensão, por forças de segurança, do estudante Geniberto Paiva Campos. Fonte: Acervo da UFRN.

Pavilhão da Faculdade de Medicina
– Espaço da UFRN em que os estudan-
tes José Arruda Fialho e Maria Laly
Carneiro foram apreendidos. Fonte:
Acervo da UFRN.



Prédio onde funcionou a
Secretaria da Faculdade de
Medicina. Fonte: Acervo da UFRN.





Visão panorâmica do conjunto de unidades da extinta Faculdade de Medicina da UFRN. Fonte: Acervo da UFRN.



Fachada do prédio do Hospital das Clínicas, hoje Hospital Universitário Onofre Lopes. Fonte: Acervo da UFRN.

12 ENTIDADES ESTUDANTIS DA UFRN SOB MIRA DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DO GOVERNADOR ALUIZIO ALVES: RELATÓRIO VERAS

118. O relatório produzido pela Comissão Especial de Inquérito ficou conhecido como “Relatório Veras” em razão dos seus responsáveis, os delegados José Domingos da Silva e Carlos Moura Veras. Material publicado em livro *Subversão no Rio Grande do Norte/Relatório Veras*. 2. ed. Fac-similar. Natal (RN): Comitê pela Verdade RN, 2012, p. 15-16).

119. Professores: Aldo da Fonseca Tinoco, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Moacyr de Góes e Margarida de Jesus Cortez. Alunos: Berenice de Medeiros Freitas, Carlos Alberto Vila, Danilo Lopes Bessa, Eider Toscano de Moura, Eurico Farias Reis, Evlim Medeiros, Geniberto Paiva Campos, Hélio Vasconcelos, Ivo Ferreira, João Faustino Ferreira Neto, José Arruda Fialho, José Fernandes Machado, José Ribamar, Josemá de Azevedo, Maria Laly Carneiro, Nei Leandro de Castro e Terezinha Brito.

A sequência de acontecimentos que abalaram e desestruturaram a unidade estudantil potiguar foi muito intensa nas primeiras semanas de abril de 1964, importando destacar que, em 17 de abril, houve a instauração de Comissão Especial de Inquérito, pelo Governador do Estado Aluizio Alves, através do Ato Institucional nº 1. Nos seus artigos 7º, § 1º, e 8º para consignar a apuração “com jurisdição em todo o Estado, a prática de atos contra a segurança do país, e regime democrático e a probidade da administração pública ou crime contra o Estado e seu patrimônio, a ordem política e sócia ou atos de guerra revolucionária”¹¹⁸ – inclusive Aluizio foi o único chefe de executivo estadual a editar um Ato Institucional.

Os trabalhos foram realizados pelos delegados Carlos Moura de Moraes Veras e José Domingos da Silva. Ambos eram do organismo policial pernambucano e foram postos à disposição pelo Governo de Pernambuco. Trabalho concluído em setembro de 64. O Relatório Veras subsidiou o Inquérito Policial da 7ª Auditoria Militar do IV Exército.

O trabalho investigou atividades políticas na área rural, na Rede Ferroviária Federal, campo sindical, estudantil, intelectual e na Prefeitura Municipal de Natal. Nesse ínterim, verifica-se o indiciamento de 42 pessoas – dentre elas, cerca de 21¹¹⁹ eram oriundas da UFRN, seja do seu quadro de pessoal ou estudantil.

Na publicação da professora Justina Iva (1987, p. 159), há a menção de que a participação dos estudantes Hélio Xavier de Vasconcelos, Eider Toscano de Moura e o do professor Luiz Ignácio Maranhão no Centro de Cultura Popular (CCP) da prefeitura lhes rendeu o indiciamento no Inquérito Veras e ainda:

Hélio esteve preso durante dez meses, foi exonerado do seu emprego, através de decreto assinado pelo governador Aluizio Alves, com base no art. 7º do Ato Institucional nº 1, proclamado pelo Comando Militar. Por este decreto estadual foram demiti-

dos de suas funções públicas, [...] o professor Moacir de Góes, e os seguintes militantes do CCP e ME: Paulo Frassinete, Hélio Vasconcelos, Danilo Lopes Bessa, José Arruda Fialho, e, aposentados: Eider Toscano de Moura, Omar Fernandes Pimenta, Maria Laly Carneiro e Carlos Alberto Lima (SILVA, 1987, p. 159).

Segundo (SILVA, 1987, p. 159), o CCP foi extinto por ordem da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

13 COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO DA UFRN: PRIMEIRAS AÇÕES DE PERSEGUIÇÃO EMPREENDIDAS PELA UNIVERSIDADE

As ações de investigação e punição das atividades políticas dos membros da Universidade passaram, também, a serem objetos de investidas da Administração Universitária.

O professor Rodrigo Motta (2014, p. 51) aborda que, em 19 de abril de 1964, o Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda baixou a Portaria nº 259/64 determinando às universidades a “instauração de inquéritos administrativos”. A ordem foi transmitida aos reitores através de telegrama ou aviso. Segundo Motta, o intuito era “expurgar inimigos políticos e corruptos, em clima de exceção, e “caça às bruxas”. O telegrama teve como conteúdo as seguintes palavras:

No firme propósito de prestar relevante serviço à causa nacional e à salvaguarda do regime, tenho a honra de sugerir a Vossa Magnificência as seguintes medidas:

- a) Instauração de inquéritos administrativos que se façam necessários para imediata apuração de responsabilidades;
- b) Severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática. Muito agradeceria que os inquéritos, com parecer conclusivo, me sejam remetidos no prazo de trinta dias (MOTTA, 2014, p. 51).

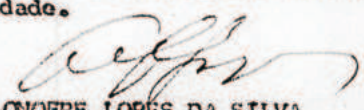
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Universidade do Rio Grande do Norte
— REITORIA —

Portaria n.º 57 de 04 de maio de 1964.

O Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte,
no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista os termos do Ato Institucional e a Portaria Nº 259, de 20 de abril de 1964, do Sr. Ministro da Educação e Cultura,

R E S O L V E

criar Comissão constituída dos Professores Genário Alves Fonsêca, Agnino Soares de Araújo Filho e José Nunes Cabral de Carvalho para, sob presidência do primeiro, proceder, na Universidade do Rio Grande do Norte, a inquérito visando a apuração de crimes contra o Estado ou seu patrimônio, a ordem política e social ou atos de guerra revolucionária, por quaisquer servidores docentes e administrativos bem como eleitos do corpo discente desta Universidade.


ONOFRE LOPES DA SILVA
Reitor

Portaria de criação da Comissão de Investigação da UFRN, ano de 1964.
Fonte: Departamento de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRN.

Atendendo a sugestão emanada do MEC e do Governo Militar, o Reitor Onofre Lopes da Silva, por meio da Portaria nº 57, de 04 de maio de 1964, justificando a observância ao Ato institucional e à portaria do Ministro da Educação, constituiu a Comissão de Inquérito, em âmbito da UFRN.

A missão estabelecida seria a de apurar os “crimes contra o Estado ou seu patrimônio, a ordem política e social ou atos de guerra revolucionária, por quaisquer servidores docentes e administrativos, bem como elementos do corpo discente”. E para desenvolvimento das atividades foram designados os professores¹²⁰ Genário Alves Fonseca¹²¹ (Presidente), Antônio Soares de Araújo Filho e José Nunes Cabral de Carvalho. Frisa-se que os objetivos se assemelhavam aos estabelecidos pelo Ato Institucional que criou a Comissão Estadual, comandada pelos Delegados Veras e Domingos.

Entretanto, nova composição da Comissão foi estabelecida em razão do telegrama do Ministro da Educação, de 27 de maio de 64. Nessa perspectiva, fora editada a Portaria nº 65 – R, de 29 de maio do mesmo ano, mas no sentido de “apurar possíveis atividades subversivas de elementos especificados no mencionado despacho”. A presidência continuou nas mãos de Genário Fonseca, incluindo, naquele momento, os professores¹²² José Ildefonso Emerenciano e Antônio Pípolo.

Outrossim, neste mesmo Ato Normativo, houve a solicitação ao Comandante da Guarnição Federal, da designação de um oficial para assessorar os trabalhos da comissão universitária. Pela análise dos Termos de Depoimentos integrantes do chamado ‘Inquérito da UFRN’, o oficial designado foi o Capitão Hugo Manso, bem como coube ao Sr. Airton de Castro servir como secretário da referida comissão.

Por fim, a Portaria nº 70 – R, de 03 de junho de 1964, em atendimento à sugestão do Coronel João Dutra de Castilho (Comandante da Guarnição de Natal), feita pelo Ofício nº 23-SICI/ID/7 de 02.06.64, como também a “necessidade de novas averiguações de indiciados”, o Reitor Onofre Lopes, atribuiu à Comissão de Inquérito “plenos poderes para esclarecimentos de atividades subversivas”.

120. Os professores eram lotados, respectivamente, nas seguintes unidades da UFRN: Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Faculdade de Direito e Instituto de Antropologia.

121. Havia sido Sargento da Aeronáutica. Acusado de comandar torturas na Base Aérea de Natal – Campo de Concentração de Parnamirim, nos idos de 1952-53. Conforme depoimentos do Prof. Juliano Homem de Siqueira (22.02.2013) e do Sr. Roberto de Oliveira Monte. Informação constante, também, no sítio do Comitê pela Verdade do RN (dhnet.org.br).

122. Lotados, respectivamente, na Faculdade de Direito e na Faculdade de Odontologia.

No tocante às pesquisas relativas às atividades desenvolvidas pela Comissão da UFRN, nenhuma documentação do período foi encontrada no Arquivo Geral da Instituição, entretanto alguns dados e documentos produzidos foram localizados anexados ao Inquérito comandado pelo Regimento de Obuses, no chamado “Inquérito da UFRN”, que será objeto de maiores considerações em capítulo próprio, bem como informações dadas por depoentes na Comissão da Verdade.

Insta declarar que a Comissão Especial da Universidade subsidiou as atividades do Tenente-Coronel Esteves Caldas, do Regimento de Obuses, pelo que se depreende do envio dos termos de declarações do estudante da Faculdade de Direito, Marcos José de Castro Guerra e do professor Genário Fonseca.

Pela leitura e análise do depoimento do referido estudante, tomado no prédio da Reitoria da Universidade do Rio Grande do Norte, em 17 de junho, tendo como inquiridores os professores nomeados pela Portaria nº 65/64 e o Capitão Hugo Manso. As primeiras perguntas cingiram-se ao momento da prisão do estudante, quando de sua viagem de Sergipe à Natal, durante a parada na cidade de Caruaru-PE. Na oportunidade, disse que fora preso pelo Exército, pois andava acompanhado da filha de um delegado de Polícia do Governador Miguel Arraes, que após ser ouvido pelo Coronel Ibiapina, em Recife foi posto em liberdade. Disse que desconhecia a alegação de ser elemento de esquerda. Outrossim, ao responder perguntas do Prof. Pípolo, afirmava ter relação estreita com o acadêmico Silvio Procópio, em virtude das eleições para o Diretório Acadêmico, bem como para o DCE e UEE. Afirmou que participou das manifestações pela representatividade de um terço nos colegiados da Universidade e de sua participação nas ações de alfabetização junto ao educador Paulo Freire.

No tocante a outras atividades desempenhadas pela Comissão de Inquérito, registra-se a notícia de prisão do acadêmico de Direito, Nei Leandro de Castro, conforme notícia da *Tribuna do Norte*, de 11 de Julho, com os seguintes dizeres: “Inquérito da Universidade foi concluído com a prisão de poeta”. Noutro trecho:

Com a prisão do acadêmico e poeta Nei Leandro de Castro, encerrou-se, quarta-feira, o inquérito da Universidade instau-

rado para apurar atividades subversivas entre os professores e alunos das escolas superiores de Natal. A acusação feita contra o poeta Nei Leandro de Castro foi a de ter publicado um livro de poemas “Voz Geral”, onde externa sua ideologia através do combate aos patrões, e de um canto de louvor a empregados e ser autor de uma peça teatral considerada pela Comissão de Inquérito altamente comunizante.

Segundo Gileno Guanabara de Sousa (1988, p. 104), apontando a conclusão das atividades da Comissão da UFRN e a do Exército que também investigavam a UFRN:

[...] o relatório final da comissão de inquérito da universidade excluiu de apreciação as pessoas que já respondiam processo-crime, ou considerou isentas de qualquer acusação aqueles que a comissão entendeu não terem concorrido para a subversão. [...] No âmbito do Exército, outra comissão de inquérito policial militar funcionava no Regimento de Obuses (RO) [...], presidida pelo coronel Esteves. Visava o inquérito apurar as atividades dos Professores da universidade, dentre os nominalmente cotados pelos interrogadores encontram-se Raimundo Nonato Fernandes e Américo de Oliveira Costa, da Faculdade de Direito, pelas suas vinculações com o partido socialista, quando jovens. Ou o professor Getúlio Barros, da faculdade de medicina, cujo crime fora o ter participado de um congresso de cancerologia em Moscou. Ou de que era apreciador da música russa [...].

O engenheiro Josemá Azevedo também relatou sobre as atividades da Comissão de Investigação da UFRN:

Josemá Azevedo: Sim, teve uma coisa importante. Você diz do professor que eu esqueci de dizer aqui... no inquérito eu respondi, um inquérito da Universidade, né...

Carlos Gomes: Ah! Respondeu o inquérito da Universidade!

Josemá Azevedo: Foi, respondi o inquérito na Universidade. Aliás, eu respondi três inquéritos da Universidade, o primeiro inquérito eu acho que não deu em nada. Dr. Onofre mandou arquivar, disse que não tinha nada. O segundo, fizeram um segundo, não, Dr. Onofre não, era Genário já, Genário...

Ivis Bezerra: O professor Onofre designou Genário para presidir esse inquérito...

Josemá Azevedo: É. E depois, como os dois inquéritos da Universidade não condenavam ninguém, não indicava condenação... Eu sei que fizeram um terceiro inquérito, que foi do Coronel Esteves Caldo lá do RO, que a gente apelidava de Boca Negra, que ele usava um cavanhaque, um bigode...

[Pessoas falando]

Josemá Azevedo: Mas aí respondi do Esteves Caldas, diz aqui, mas aí teve nesse inquérito da Universidade um professor que me incriminou, me denunciou... Quando a gente voltava de um congresso da UNE, coincidentemente eu acho que foi o congresso de Quitandinha. A gente vinha no dia 26 de julho, dia da Revolução Cubana, vinha a delegação do Rio Grande do Norte, vinha quase toda no avião eu, Geniberto, Ginani... tinha muita gente e lá para as tantas nós fizemos um brinde à Revolução. Naquele tempo, distribuía... a gente tinha cerveja, tinha não sei o que lá, tinha vinho no avião, a gente levantou um brinde à Revolução Cubana, então vinha no avião o professor Zé Cabral, que era de Odontologia. E então... mas o professor Zé Cabral, no inquérito, me denunciou. Disse que no avião eu dei – e está aqui nesses papéis – que eu dei um viva a Cuba, mas não foi só eu, foram todos os outros. Mas os outros ele não quis dizer e outro professor, Zé Cabral, parece que morreu e tinha o outro professor que nem me viu fazer isso, mas também me denunciou que era outro professor de Odontologia, Pípolo, Zé Pípolo...

Ivis Bezerra: Antonio Pípolo.

Josemá Azevedo: Antônio Pípolo, outro professor que graciosamente me denunciou, no inquérito da Universidade, disse que eu dei esse viva a Cuba, agora tem uma coisa importante. Você vê como eu me considero um... pelo menos eu procuro ser tolerante, pelo menos eu procuro, não sei se eu sou... posteriormente, muito anos depois, eu já como professor da Universidade, a filha do professor Cabral foi minha aluna de Engenharia e era uma excelente aluna, terminou o curso, passou, eu soube que o professor Cabral um dia disse a alguém: “eu não sei como Josemá não perseguiu a minha filha”. Não fazia, o cara se julga, porque eu a filha não tem nada a ver (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 24-25, depoimento em 19.04.2013).

Outra informação relevante sobre as atividades da Comissão da UFRN foi encontrada no Ofício AESI-UFRN nº 011/77 de 17 de fevereiro de 1977, subscrito pelo seu chefe Jurandyr Navarro da Costa, endereçado à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-RN), citando que a professora Maria Iracema Lucas havia sido ouvida pela comissão da Universidade em 1964, mas que não fora indiciada.

Importante registrar que nesse mesmo período havia três comissões atuando no Estado, a primeira a nível do Regimento de Obuses,¹²³ tendo como filial a Comissão de Investigação da UFRN, já que ambas atuavam na apuração de atividades subversivas na Universidade, e a terceira era a Comissão de Inquérito Estadual, que produziu o chamado Relatório Veras.

As ações de expurgo e investigações nas universidades depois tornar-se-iam mais efetivas com a criação da Comissão Geral de Investigações (CGI) pelo governo militar (MOTTA, 2014, p. 52) e, a partir de 1967, em âmbito específico do MEC, com a criação da Divisão de Segurança e Informações e de suas filiais – as Assessorias de Informações.

123. As investigações empreendidas pelo Regimento de Obuses em Natal constituirá objeto de maiores considerações neste trabalho. Portaria nº 10 de 24 de junho de 1964 do General de Exército Joaquim Justino Alves Barros, Comandante do IV Exército, para “apurar responsabilidades de quantos se envolveram, direta ou indiretamente, na ‘UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE’, na prática de atos tendentes à subversão do regime político democrático em nosso país, assim como em crimes contra o Estado ou seu patrimônio, com ofensa à Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 e ao Código Penal Militar [...]”.

14 PRISÃO DO ACADÊMICO JOSEMÁ DE AZEVEDO: APREENDIDO NO INTERIOR DA UFRN

As prisões de acadêmicos se sucediam nos meses pós-golpe e começava a atingir estudantes de outras áreas da Universidade. Um caso de destaque ocorreu em 17 de junho de 1964 com a prisão do acadêmico de Engenharia e ex-presidente do Diretório Ferro Cardoso, Josemá de Azevedo.

Josemá era líder conhecido no meio estudantil de Natal, tendo participado de Assembleias Gerais da UFRN em Niterói e Quintandinha (1963), representante da delegação da Escola de Engenharia. Além de sua intensa participação na greve geral da UNE pela representatividade estudantil.

Quando de sua prisão, ficou encarcerado no Quartel da Polícia Militar em Natal. Segundo Mailde Pinto Galvão (2004, p. 130), “foi retirado de uma sala de aula pelos auxiliares do delegado Veras...”. Cumpre informar que a prisão ocorreu em virtude de sua participação da campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, do Prefeito Djalma Maranhão. Relatou que ficou encarcerado em cela antes ocupada pelo bancário Campelo, “um dos prisioneiros mais torturados do Estado”.



Fachada do prédio da extinta
Escola de Engenharia da UFRN,
local onde o estudante Josemá
de Azevedo foi detido.
Fonte: Acervo da UFRN

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAPHOS		TELEGRAMA	
NÚMERO DE EXPEDIÇÃO	79	CARIMBO DA ESTAÇÃO	PSDT DA ENGENHARIA MIPBU
Recebido			NATAL RN
De	28/09		
Por	1 hora		
PREFÁCULO	18	DE RIO GE	12101,67,19,1200
O prefácio contém as seguintes indicações de serviço: estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora de expedição.			
HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.			
CONCENTRAÇÃO RIO PROREFORMA UNIVERSITARIA DISSOLVIDA VIOLENTAMENTE POLICIA ET CABALARIA VG DIVEROS COLEGAS FERIDOS PT IDENTICOS CONFLITOS SUCEDEM SE RECIFE VG UBERABA ET OUTROS ESTADOS FORÇAS POLICIAS OCUPARAM FACULDADES PT TELEGRAFEM AUTORIDADES PROTESTANDO ET NOTICICEM AMPLAMENTE FACULDADES PT GREVE CONTINUA FIRME TODO PAIS E ET PROMOVAM MANIFESTACOES PT PERMANECAM PROPOSITO NAO FAZEREM PROVAS PT VENCEREMOS ALDO PRESIDENTE UNE			
Departamento de Engenharia - 14.004			

Telegrama endereçado pelo Presidente da UNE – Aldo Arantes (1961-1962) ao DA-Engenharia. Há referências à repressão e à greve nacional por 1/3 na representação estudantil. Fonte: Acervo do Diretório Central dos Estudantes José Sílton Pinheiro.

No depoimento perante a Comissão da Verdade da UFRN, relata que foi detido do interior da Escola de Engenharia da UFRN, sendo abordado por dois indivíduos: Pedro Vilela Cid e o Ivan Benigno:

Josemá Azevedo: [...] eu fazia o quinto ano de engenharia, o último ano de engenharia, eu voltei para Escola de Engenharia normalmente, enquanto isso começaram vários colegas a serem presos de outras unidades da Universidade e eu fiquei, na realidade, eu só fui preso em junho, e foi a minha sorte, porque em julho era mês de férias.

Carlos Gomes: Junho de 64?

Ivis Bezerra: Julho?

Josemá Azevedo: Junho de 64. Junho. Se eu não me engano, foi 16 de junho.

Ivis Bezerra: [inaudível]

Josemá Azevedo: **Eu tinha chegado na Escola de Engenharia mais ou menos 11h da manhã**, a gente estava na campanha de angariar fundos para formatura, para a turma da formatura, **e quando lá estavam à minha espera dois agentes, naquele tempo chamava agente do serviço secreto.**

Ivis Bezerra: À paisana?

Josemá Azevedo: À paisana, um era uma figura bastante conhecida, era aquele cara do Detran, que expedia as carteiras de motoristas, Paulo?

Ivis Bezerra: Eu sei quem é, mas...

Josemá Azevedo: Não! Tem que lembrar para dizer. E o outro o maior cagueta da Faculdade de Medicina que você deve lembrar, ele era...

Ivis Bezerra: Ivan.

Josemá Azevedo: Ivan.

Ivis Bezerra: Ivan Benigno. Para quem estava aqui no depoimento do professor Zacheu eu perguntei se havia informantes e ele disse que não havia informantes, eu disse que na área médica nós sabíamos que era um falatório que ele mesmo se dizia informante da ASI, e Zacheu não conhecia...

Josemá Azevedo: Então, **Pedro Vilella Cid** era um funcionário do Detran, um alto funcionário do Detran, ele era do serviço secreto e esse camarada, **o maior cagueta de Medicina, que era um funcionário administrativo de Medicina, esse Ivan Benigno.** Foram os dois que estiveram na Escola de Engenharia, eu não fui preso por militar, fui preso... foram eles que me disseram que eu estava sendo convidado a ir dar um depoimento.

Ivis Bezerra: Mas os acompanhando, não?

Josemá Azevedo: Acompanhados, é, eu os acompanhei e fui encaminhado para o quartel da polícia, então eu fui preso

inicialmente no quartel da polícia militar e fui encaminhado (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 09-10, destaques nossos).

Este depoimento perante a Comissão da Verdade foi um dos primeiros a indicar nomes de infiltrados nos meios acadêmicos.

15 PRISÃO DO ACADÊMICO DE DIREITO NEI LEANDRO DE CASTRO

Ainda nos fins do mês de junho, houve a prisão do acadêmico de Direito Nei Leandro de Castro no Quartel da Polícia Militar. Relata que foi preso após invasão de sua casa por dois agentes, um deles conhecido: Ivan Benigno,¹²⁴ “informante infiltrado nos meios universitários que dedurou e ajudou a prender dezenas de estudantes” (GALVÃO, 2004, p. 131).

Na prisão encontrou um velho camponês, “cujo nome não lembra, porém jamais pode esquecer as marcas de tortura na parte interna de suas costas”. Em certo interrogatório a que foi submetido ao ser questionado sobre nomes de comunistas em Natal e a afirmação de nomes de militantes já presos, “o capitão Domingos baixou-lhe a mão com força nas costas e gritou: Não queira ser mais imbecil do que você já é, porra!” (GALVÃO, 2004, p. 132); relatando um momento de tortura físico-psíquica que foi lhe imposta.

16 FUGA DO ACADÊMICO DANILO LOPES BESSA

Com a deflagração do Golpe Militar, o acadêmico de Direito, Danilo Lopes Bessa, abandonou seu curso, em razão das circunstâncias políticas desfavoráveis. Assim foi se exilar no Paraguai, retornando depois de alguns anos ao país. De volta ao Brasil, se engajou nas atividades do Partido Comunista. Conforme informação em Mailde Pinto Galvão, (2004), nesse período, foi preso e levado ao DOPS de São Paulo, onde ficou 17 dias preso no mesmo bloco do Prof. Luís Maranhão. Foi interrogado diversas vezes, levando tapas e choques elétricos aplicados por meio de um chuveiro elétrico. Após seu retorno a Natal, foi diplo-

124. Pelas informações constantes no Departamento de Pessoal da UFRN, neste período, Ivan Benigno era servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte lotado na Faculdade de Medicina desde 1962. Considerando os termos do Processo nº 2777/64 e a Portaria nº 38 – Reitor Onofre Lopes, de 28 de Abril de 1964, foi posto à disposição da Secretaria de Segurança Pública do RN, “para prestar serviços junto à Comissão Especial de Investigações, que apurou atos de corrupção e subversão no Estado”. Disposição renovada pela Portaria nº 71 – R, de 03 de Junho de 1964 e Processo nº 3877/64 “enquanto perdurar a necessidade de sua cooperação à Comissão Especial de Inquérito da referida secretaria”. Ainda tocante ao ano de 1964, consta o Ofício do Delegado de Polícia Especial, datado de 31.07.1964 e publicada no Boletim de Pessoal nº 03, pág. 13, ano 1964, agradecendo a valiosa colaboração prestada a Comissão de Inquérito. Documentos constantes no acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN na pasta ‘ASI’ subpasta ‘Servidores’. Origem: Departamento de Administração de Pessoal – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRN.

mado pela UFRN no reitorado de Diógenes da Cunha Lima (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 07 – 31 de março de 2013).

17 UNIVERSIDADE CHANCELA EXTINÇÃO DA UNE

Em razão da intensa movimentação da UNE logo após o Golpe de 64, as forças políticas que ocupavam o Estado brasileiro decidiram desestruturar o movimento estudantil nacional e regional, representado pela UNE e UEEs. Depois de empossado no cargo de Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda (antigo Reitor da Universidade do Paraná) encabeçou ações para findar na chamada Lei Suplicy, promulgada nos fins de 1964, estabelecendo o fim da UNE e UEEs, entidades do movimento estudantil universitário, criando o Diretório Nacional dos Estudantes, que deveria se reunir ordinariamente em períodos de férias escolares, na capital federal, ou extraordinariamente em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria dos seus membros, sob submissão do Ministro da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em lugar previamente designado (art. 1, §3º Decreto nº 4.464 de 9 de novembro de 1964). Segundo Motta (2014, p. 62), a lei “instituiu o voto obrigatório para os estudantes, na esperança de que a “maioria silenciosa” derrotasse os candidatos de esquerda. A lei Suplicy estabelecia que os órgãos estudantis teriam por finalidade defender os interesses dos estudantes, mas vetava ações de caráter político-partidário e também paralisações estudantis”.

De acordo com Silva (1987, p. 200), a regulamentação das entidades estudantis representava a violação de um princípio elementar: o direito à autonomia. Manter o controle da classe estudantil pelo estado era o intuito da extinção da UNE e criação do DNE. Nesse sentido, os trabalhadores, também, sofreram intervenção nos sindicatos e na limitação do direito a greve, pela Lei nº 4.330 de 01 de junho de 1964.

A Lei Suplicy objetivou afastar o tom político das atividades do movimento estudantil, na máxima “estudante só tem que estudar”. Numa referência a acepação pregada pelos dirigentes militares, o art. 14 vedava “ação, manifestação ou propaganda de caráter político partidário, bem como incitar, promover ou apoiar

ausência coletiva aos trabalhos escolares”. Esse dispositivo pinçado é um exemplo claro da proibição de greves e da imposição do silêncio à classe estudantil.

Nesse diapasão, o Conselho Universitário da UFRN, através da Resolução nº 54/1964, 06 de agosto de 1964, hipotecou solidariedade ao Ministro da Educação e Cultura, que havia declarado a extinção da União Nacional dos Estudantes – UNE:

O conselho universitário, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista a necessidade de reconstruir os órgãos de representação estudantil, integrando-os em suas legítimas atribuições, deformados por uma falsa liderança; Considerando que a União nacional de estudantes (UNE), traíndo os anseios da grande maioria da juventude universitária brasileira, se transformara em célula de agitação e divisionismo antipatriótico, tentando distanciar os moços da realidade nacional, inculcando-lhes desprezo ao nosso passado e às tradições mais nobres da nossa história; Considerando que a mesma UNE, fugindo aos seus objetivos de órgão estudantil, somente oferecia à mocidade alternativas de desencanto e frustração, afastando-a das aulas e dos livros, ensejando, por isso, estranha liderança dos mais relatos ou a usurpação dos cargos diretivos por elementos que nem estudantes eram; Considerando ainda que a UNE alardeando exaltado nacionalismo, vinha contribuindo para desnacionalizar a cultura brasileira, quebrando relações com entidades congêneres democráticas e recebendo ostensiva orientação de órgãos dos países da chamada “cortina de ferro”; Considerando que, assumindo tal atitude, a referida UNE postergou os princípios de sadia convivência universitária, arrogando-se o direito de subverter a disciplina e a hierarquia, distanciando os alunos dos professores e perturbando com esdruxula reivindicações a ordem estabelecida nos Estatutos e regimentos universitários.

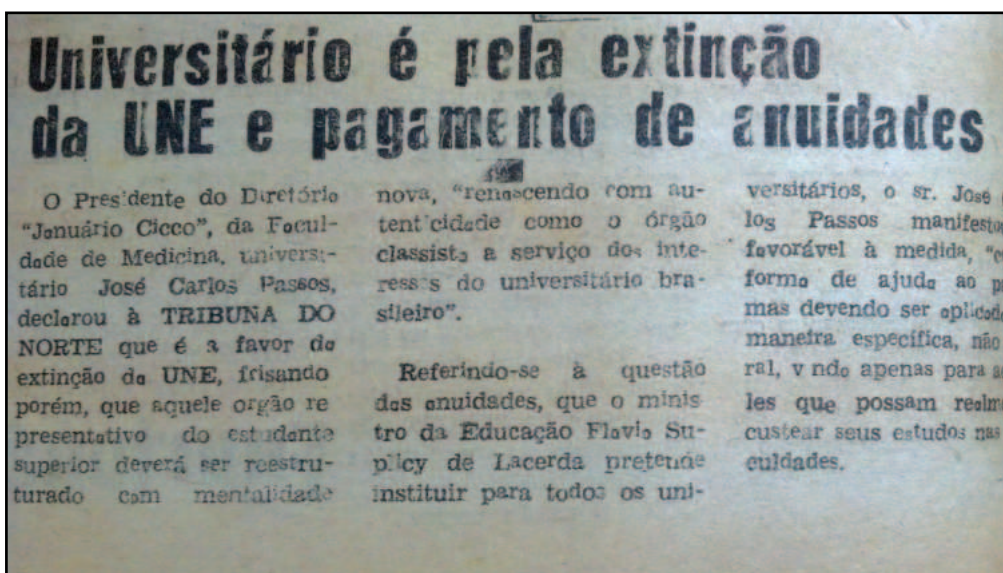
Considerando, também, que é dever dos órgãos de direção universitária colaborar decididamente na constituição de uma entidade de representação dos estudantes de nível superior que, de acordo com as aspirações da classe e gozando de completa autonomia, patenteie, efetivamente, os elevados e puros ideais do espírito universitário; POR DECISÃO UNÂNIME:

Art. 1º **Hipotecar solidariedade à decisão do Ministério da Educação e Cultura, que extingue a UNE** e cria uma entidade nova, com outra denominação, capaz de congregar os universitários em torno dos ideais que sempre empolgaram e robusteceram a mocidade acadêmica, tais como a preparação humanística, o gosto da pesquisa, a curiosidade científica, a honesta habilitação para a via prática.

Art. 2º Credenciar o Reitor Onofre Lopes, com plenos poderes, a fim de manifestar, perante o exmo sr. Ministro da Educação e Cultura e o “fórum universitário”, a reunir-se proximamente, o pensamento do Conselho Universitário da URN (destaques nossos).

Na leitura da Ata do Conselho Universitário do dia 06 de agosto de 1964, a discussão em torno da extinção da UNE foi proposta pelo Reitor Onofre Lopes, tomando em consideração telegrama do então Ministro da Educação, questionando parecer do referido colegiado. Todos os professores votaram a favor da extinção, e o acadêmico Jessione de Carvalho Lima, que representava o DCE quando de sua intervenção, disse que não traria opinativo do diretório, mas que, pessoalmente, votava a favor.

Além do presidente do DCE, o estudante José Carlos Passos (Diretor do DA de Medicina) manifestou seu apoio, ao jornal *Tribuna do Norte*, na reformulação e interferência na UNE e UEE, como também o aluno Jaumar Ferreira (último presidente da UEE), que via na reformulação uma forma de afastar “tendências subversivas” apesar de defender a existência de órgãos estudantis de representação.



Recorte do jornal *Tribuna do Norte*, edição de 1964, sobre a extinção da UNE. Fonte: Arquivo da *Tribuna do Norte*.

A chamada Lei Suplicy seria revogada pelo Decreto Aragão (Decreto-Lei nº 226 de 29 de fevereiro 1967). A nova normativa determinava a extinção do DNE e criação da Confederação Nacional dos estudantes, além da vedação a discussão de temas de cunho político, religioso, partidário e racial. Segundo (SILVA, 1987, p. 203), foi dado ao regime maior controle e contenção, pois estabelecia a suspensão ou dissolução das entidades que não observassem suas disposições, com imediata desocupação da sede.

18 PRISÕES DOS PROFESSORES LUIZ MARANHÃO FILHO, MARGARIDA DE JESUS CORTEZ, MOACYR DE GÓES, ALDO TINOCO E JUAREZ PASCOAL DE AZEVEDO

Ainda no mês de abril de 64, foram visualizadas prisões de professores da Universidade Federal, citando-se os casos de Luiz Maranhão Filho, Margarida de Jesus Cortez e Moacyr de Góes (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal); Aldo Fonseca Tinoco (Faculdade de Odontologia e Escola Agrícola de Jundiá) e Juarez Pascoal de Azevedo (Escola de Engenharia).

O professor Luiz Maranhão foi preso no Regimento de Obuses em Natal, segundo Guanabara de Sousa (1988, p. 74), a prisão ocorreu em virtude da participação no “QG da Legalidade e Resistência” firmado na sede da Prefeitura de Natal. Em razão do seu encarceramento, foi impedido de participar do concurso para provimento do cargo de professor da cadeira de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito. Consta que a pedido de um dos candidatos, Túlio Augusto Fernandes, o Diretor da unidade, Prof. Otto Guerra, adiou o certame para possível participação do docente, não obstante, por não ter sido solto até o prazo alargado, o concurso foi realizado, saindo como vencedor o prof. Múcio Villar Ribeiro Dantas. Foi solto no final do ano de 1965, por força de *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal Militar – STM.

O relato de Paulo Frassinete, em obra da escritora Mailde Pinto Galvão (2004, p. 80), relata torturas físicas impostas ao Professor Luiz Ignácio Maranhão Filho, no Regimento de Obuses, Natal/RN. “Paulo nunca esqueceu as marcas de óleo na parede da cela, com a forma das mãos de Luiz, ali deixadas no ato de se amparar, quando voltava das sessões de tortura, onde era pendurado pelos pés e mergulhado num tonel contendo água e óleo”.

Também da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, mantida pela Fundação José Augusto, citamos o caso da Profa. Margarida de Jesus Cortez; presa no 16º Regimento de Infantaria, no dia 19 de junho de 1964, após ser conduzida pelo agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Pedro Vilela Cid, sob pretexto que iria prestar um depoimento (GALVÃO, 2004, p. 151). Sua prisão e indiciamento ocorreram devido à participação na campanha educacional “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, comprovada nas investigações empreendidas pela Comissão Estadual de Inquérito.

No caso do Prof. Moacyr de Góes, este foi preso no 16º Regimento de Infantaria, entre os dias 26 de maio a 15 de novembro de 1965, em razão, também, da sua participação na campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, considerada de cunho “subversivo”, e por ser Secretário Municipal de Educação

na gestão de Djalma Maranhão. Posto em liberdade em virtude de *habeas corpus* emitido pelo Supremo Tribunal Federal (GALVÃO, 2004, p. 125).

No caso do Prof. Aldo Tinoco, foi preso no 16º RI, depois levado para a ilha de Fernando de Noronha, apesar de ter ao seu favor *habeas corpus* emitido pelo STM, não atendido pelo General Muricy – Comandante do 4º Exército (GALVÃO, 2004, p. 183-186).

Segundo depoimento prestado pelo próprio professor Aldo Tinoco à Comissão da Verdade da UFRN, em 07 de junho de 2013, a tentativa de sua prisão ocorreu nas dependências da Reitoria desta Universidade, à época situada na Avenida Hermes da Fonseca, quando era ouvido pela Comissão de Inquérito da UFRN:

Aldo Tinoco: [...] o golpe militar já havia se instalado, a repressão já estava em funcionamento e inclusive na Universidade eu fui chamado para depor numa comissão daqui da Universidade, convidado pelo professor Onofre Lopes. Quando eu terminei o depoimento, o grupo de policiais já foi me prender. O professor Onofre já protestou dizendo que eu não poderia ser preso porque ali eu estava sobre a custódia dele, mas que eu iria me apresentar no dia seguinte. Os policiais se retiraram, aí eu disse:

– Mas, Reitor, eu ia fugir.

– Agora não, eu dei minha palavra.

Como eu era um homem muito honrado, um homem de bem, eu digo, olha eu vou cumprir a sua palavra mesmo sacrificando a minha liberdade. Bom, e fomos presos. Eu me apresentei na companhia de guarda da polícia militar. Cheguei lá eu já encontrei o Joel Batista de Andrade Bezerra, não sei se vocês lembram dele (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 03 e 04).

No caso do prof. Juarez Pascoal, o testemunho de sua prisão foi ofertado ao programa Memória Viva, da TV Universitária, gravado em 05.08.2005,

quando contou que, certa vez, enquanto dava aula na Escola de Engenharia, recebeu o comunicado de que o prédio da Universidade estava sitiado por tropas do Exército, que tinham ido buscá-lo. Por interveniência dos professores Milton e Geraldo Pinto, não foi detido naquele momento, sob a promessa de que o prof. Juarez seria levado por outros colegas da universidade ao Quartel, pedido aceito pelo Coronel que chefiava a ação. O prof. Juarez Pascoal ficou detido por 60 dias, sob acusação de ser comunista, o que ele, no programa televisivo, negava, afirmando ter sido um socialista, nacionalista. Em razão do seu posicionamento quando do Golpe de 64, era conhecido por ter posicionamentos de esquerda, inclusive suas pregações na ADURN provocavam a atenção de diversos setores.

19 INTERFERÊNCIAS AUTORITÁRIA NAS QUESTÕES DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Como já pontuado neste trabalho, uma das bandeiras de luta do movimento estudantil antes e posterior ao golpe era a realização da reforma universitária. Muitos estudantes a viam como meio de democratizar o acesso das classes populares às universidades. A reforma também era bandeira de luta da classe de professores, principalmente os mais jovens e dinâmicos, que exercendo a função de auxiliares dos professores catedráticos, eram excluídos do sistema de poder e mal remunerados. Assim, o fim das cátedras vitalícias e a adoção do sistema cêntrico e departamental (modelo americano) eram vistos como uma expectativa na democratização do ensino e na promoção das atividades da docência e pesquisa científica.

125. O então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda recebeu o Título Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por meio da Resolução nº 041/1966 – CONSUNI.

126. O Ministro da Educação Raimundo Muniz de Aragão foi agraciado com o Título Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por meio da Resolução nº 100/1968 – CONSUNI.

Entretanto, a política educacional do Governo Castello Branco divergia dessas reivindicações. Um dos Ministros da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda,¹²⁵ em razão de ser professor catedrático da UFPR, não via com bons olhos a reforma, apesar disso, em situações pró-tempore, o Ministro Raimundo Muniz de Aragão¹²⁶ tenha sido um dos baluartes do movimento reformista em âmbito do governo (MOTTA, 2014, p. 70).

Havia, claramente, certo desconforto com as ideias reformistas, principalmente pelos professores tradicionais, pioneiros, catedráticos. No esteio da reforma universitária, estaria a adoção do sistema de créditos por disciplina, flexibilidade em comparação ao regime anual de ensino, que vigorava anteriormente. Tal demanda reformista chegou a ser incorporada nas reformas de base pretendidas pelo presidente João Goulart, mostrava, assim, seu afinamento com os debates acadêmicos e estudantis. Registra-se que momentos antes do golpe, Goulart anunciava mudanças na educação com a criação de institutos de pesquisa, no estabelecimento de ciclos básicos e aumento de vagas. Fora da esquerda o discurso reformista também era sedutor, em livrar as universidades do arcaísmo, modernização, extinção da cátedra e fomento da pesquisa (MOTTA, 2014).

O governo de Castelo Branco foi um dos mais restritivos com relação à política universitária, prova disso que se empenhou em reduzir gastos públicos, dentro da política de contenção de gastos, reduziu subsídios e o crédito, realizou reforma tributária, além da abertura econômica ao capital estrangeiro e aumento da mobilidade da mão de obra (fim da estabilidade no emprego). Nesse sentido, foi incluído dispositivos na constituição de 1967, aprovada no fim da gestão de Castelo Branco, que possibilitariam a cobrança de contribuições pelas universidades públicas, e também a desvinculação por parte da União do compromisso com gastos mínimos em educação (MOTTA, 2014).

A proposta de cobrança de mensalidades passou a ser rechaçada e virou bandeira de luta do movimento estudantil. Outra influência liberal nos debates sobre a questão universitária foi a crítica à tradição humanística das universidades, com números inferiores de estudantes na área de ciência e tecnologia, a política educacional passou a fomentar o aumento das vagas com o intuito de atender as necessidades das indústrias, das atividades produtivas e do Estado.

Cópia da publicação “Tribuna Acadêmica” produzida pelo Diretório Acadêmico Amaro Cavalcanti (DAAC), em que noticiava a concessão do título “Doutor Honoris Causa” ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Carlos Roberto de Miranda Gomes.

Quarta página

TRIBUNA ACADEMICA

Junho — 1966

Presidente Castelo Branco é “Doutor Honoris Causa” : URN

A 21 de abril do corrente cultural e social da nossa terra, o marechal Castelo Branco, em meio de sua visita a este Estado, o Senhor Pres. Geral extraordinária, professor de todos os alunos de todas as universidades, foi recebido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em solenidade das reverências ao auditorio da Reitoria, onde chegou, às 17 horas, o marechal Castelo Branco, Sua Excelência vinha acompanhada do Magnífico Reitor, do Sr. Governador do Estado, Monsenhor Walfredo Gurgel, dos Ministros Juarez Fernandes Távora e Raimundo de Moura Brito, Senador Manuel Condeiro Vilça, Comandantes das Bases Aéreas e Naval de Natal, Comandante da Guarnição Militar, Secretários de Estado, chefes de serviços federais no Rio Grande do Norte, Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Presidente do Conselho Universitário.

Instalada a Assembleia, também abarilhada pela presença de representantes dos círculos sociais, políticos e intelectuais do Estado, e de inúmeros universitários, o Reitor Onofre Lopes pronunciou o discurso de saudação ao Senhor Presidente. Nessa oportunidade, designou uma comissão constituída pelos Professores Aldo Fernandes, vice-reitor e catedrático da Faculdade de Direito, e Genário Alves Fonseca, diretor da Faculdade de Farmácia, para vestir a toca e impôr as insígnias da dignidade de Professor “honoris causa”, que, efetivando deliberação unânime do Egrégio Conselho Universitário, concedia ao Marechal Castelo Branco.

Recebendo o respectivo diploma, o Senhor Presidente da República proferiu, de improviso, o agradecimento, declarando, a seguir, inauguradas diversas obras da Universidade, de que, com os recursos do atual período presidencial viam de ser concluídas, assinando, em seguida, um pequeno momento o termo da inauguração.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no auditorio da Reitoria, a 21 de abril de 1966, o Reitor Onofre Lopes proferiu o discurso de saudação ao Presidente Castelo Branco, que recebe o título de Doutor “honoris causa” pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DISTRIBUIÇÃO

GRATUITA

Segundo Motta (2014, p. 72), durante o governo de Castelo Branco¹²⁷, as universidades experimentaram situação de penúria, eram constantes os atrasos no repasse de verbas para as universidades, “nesse momento, os gestores da economia estavam mais preocupados em cortar gastos e conter a inflação, do que manter vivas as universidades”. A Capes e CNPq viveram momentos de insegurança quanto ao futuro. No tocante a Capes, a situação foi extrema; sua extinção esteve na mente do governo militar.

127. O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi homenageado pela administração da UFRN, com o Título de Doutor Honoris Causa, concedido pelo Conselho Universitário em 1966.

Em 1965, começam a ser visualizadas algumas ações para “modernização universitária autoritária”, expressão cunhada pelo Prof. Rodrigo Motta (2014, p. 75). As ações do governo Castelo Branco em relação à educação mostravam-se desconexas, uma prova disso foi a alternância de 5 ministros no MEC, tendo

Tarso Dutra permanecido mais tempo. Ainda nesse viés de modernização autoritária do ensino superior, Rodrigo Motta destaca o advento da Lei 4.759/65, que segundo serviu “de símbolo da disposição dos líderes do regime militar para submeter as universidades a um controle mais estrito: a partir de então, todas elas foram obrigadas a acrescentar “Federal” no nome”. A uniformização da nomenclatura desagradou alguns membros das comunidades universitárias mais ligados à tradição, porém expressava os anseios centralizadores do novo regime. A Universidade mudava sua sigla de URN para UFRN.

20 PRISÃO DO ACADÊMICO DE DIREITO JOSÉ FERNANDES MACHADO

Em 1966, acontece nova prisão de estudantes universitários, neste caso do acadêmico da 1ª série de Direito, José Fernandes Machado, em Recife. Machado exercia a chefia das Igrejas Presbiterianas de Natal e estava em Recife para participar de encontro religioso. Pelo relato de Sousa (1988, p. 160-161), Machado estava no aeroporto dos Guararapes, na cidade de Recife-PE, esperando o seu embarque, quando foi surpreendido com a explosão de uma bomba. Registrava-se a presença, no aeroporto, do então presidente da República General Costa e Silva. Naquele momento, o estudante foi preso pelo Exército como um dos responsáveis pelo ato, em razão de sua presença no local e pelo seu histórico em indiciamentos em Inquéritos Policiais Militares e acusações de subversão.

21 INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA NO ENSINO BRASILEIRO E SUA ABSORÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

No imediato golpe, a tônica dada ao governo do Marechal Castelo Branco foi um esforço de estreitar relações políticas com os Estados Unidos, por essa razão, Motta (2014) aborda que “Castelo Branco presidiu o governo mais pró-americano do regime militar, e talvez de toda a história brasileira”. A constatação resulta, sobremaneira, da quantidade de convênios, acordos e contra-

tos celebrados entre os dois países, no período, tendo como alvo áreas estratégicas e, como não poderia ser diferente, o ensino foi um dos principais alvos das ações estadunidenses.

Um dos exemplos mais famosos e representativos dessas ações de influência americana nas questões de ensino se materializou nos acordos MEC-USAID (United States Agency for International Development, em português, Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional), o programa abrangente e ambicioso para “modernizar” a educação brasileira, incluindo o superior. O primeiro acordo foi assinado em 23 de junho de 1965 e, como principal disposição, criava a Assessoria de Planejamento do Ensino Superior, composta por uma equipe com cinco assessores americanos e cinco educadores brasileiros, com a missão institucional de realizar um diagnóstico do ensino superior brasileiro.

Dentre diversas ações empreendidas pela USAID, uma delas compreendia o custeio e treinamento, nos Estados Unidos, de bolsistas ocupantes de posições administrativas-chave. Segundo a Profa. Justina Iva (SILVA, 1987), o público alvo dos cursos eram as autoridades universitárias, em virtude da capacidade natural de influência que tais pessoas poderiam oferecer a uma comunidade maior; o intuito era realizar uma doutrinação político-ideológica dos meios universitários em favor do modelo americano de ensino, afastando alguma ameaça comunista do ambiente acadêmico.

Outros projetos americanos começaram a ser desenvolvidos no Brasil, inclusive muitos tinham como base territorial de atuação o nordeste brasileiro. Um desses projetos, que notadamente tinha apoio da USAID, foi o RITA (Rural Industrial Technical Assistance), idealizado pelo professor Morris Asimow, da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA). O projeto tinha como objetivo fomentar atividades econômicas entre populações carentes, ensinando técnicas de trabalho mais produtivas e estimulando a abertura de pequenas empresas.

Insta informar que antes de qualquer acordo entre o Ministério da Educação e agências americanas, no que toca o ensino superior brasileiro, a Universidade do Rio Grande do Norte já mantinha relações acadêmicas com proje-

tos americanos, notadamente do Prof. Asimow. Um dos primeiros registros de entrosamento da administração acadêmica da UFRN e os projetos da USAID é verificado desde 1964, quando o Conselho Universitário dava plenos poderes ao Reitor Onofre Lopes para decidir sobre a adesão da UFRN ao “Projeto da ASIMOW”, conforme Resolução nº 54/64-U. No ano seguinte, a Universidade aderiria à proposta e celebrava convênio em 4 de maio de 1965, entre a SUDENE e a USAID/Brasil. O convênio tinha como objetivo a execução do Programa de Assistência Técnica Rural e Industrial (Projeto RITA). – Universidades RN/UTAH.

Segundo Motta (2014, p. 89), foi se inspirando nos resultados do projeto do prof. Asimow, que a UFRN criou,¹²⁸ em 1966, o CRUTAC ¹²⁹ (Centro Regional Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), que recrutava estudantes da UFRN para desempenharem ações assistenciais nas áreas carentes do interior potiguar, principalmente estudantes dos cursos da saúde e até do Direito. Diversas Universidades Brasileiras criariam programas semelhantes.

21.1 Relatório Acton

Outra ação de interferência da política americana no ensino superior brasileiro materializou-se no Relatório Acton. Elaborado pelo membro da USAID, Rudolf Acton, concretizado no livro “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”, impresso nos EUA e publicado pelo MEC em 1966. Segundo Justina Iva (1987, p. 206), o livro estabelecia diretrizes a serem seguidas no ensino superior, como a desvinculação do pessoal docente do DASP; modificação das universidades, imprimindo-as um modelo empresarial privado; congregação de cursos em torno de um campus universitário, além da mudança da natureza jurídica das universidades de autárquica para fundacional.

No tocante à criação dos *campi* universitários, Justina Iva (1987, p. 207-208) relata que, em 1965, o perito Rudolf Acton fez visita à UFRN em razão da resistência de setores da Universidade na ideia de criação do *campus*. Nas palavras da professora: “A filosofia do grande educador Acton: para conter a rebelião estudantil use-se a repressão ou a rigidez disciplinar...”.

128. O CRUTAC foi criado pela Resolução nº 57 de 28 de dezembro de 1965, do Conselho Universitário; por proposta do Reitor Onofre Lopes.

129. Em contraposição a esses projetos, foi criado, sob tutela militar, o projeto Rondon. A hegemonia militar era tão grande que seu nome foi dado em homenagem ao Marechal do Exército Mariano Rondon, figura quase lendária nas forças armadas, famoso pela instalação de linhas telegráficas e exploração do Centro Oeste brasileiro no início do século XX. A ideia de lançar o projeto Rondon surgiu de um seminário que reuniu militares e professores na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). O seminário de educação e segurança nacional aconteceu no final de 1966 e foi realizado em parceria com a Universidade do Estado da Guanabara (UERJ). Os desdobramentos mais efetivos deste encontro foram sugestões visando melhorar a consciência nacional dos estudantes, obtida por meio do ensino regular, a criação da disciplina de EPB teve aí uma de suas fontes de inspiração; e o perfil do projeto Rondon foi extraído desse seminário (MOTTA, 2014, p. 89-90). Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a inclusão das disciplinas sobre problemas sociais foi realizada pela Resolução nº 038/1964, de 10 de abril de 1964 – CONSUNI, que “aprovou a criação da disciplina Realidade e Problemas Sociais, a ser integrante do currículo pleno da graduação da Escola de Engenharia da UFRN”.

21.2 Relatório Meira Mattos

Outro relatório que incorporava a determinação dos Acordos MEC-USAID e do Relatório Acton, foi o produzido pela Comissão especial criada pelo Decreto nº 62.024, de 29 dezembro de 1967, do Presidente da República Costa e Silva. Teria a missão de analisar “as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis e planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil” (art.1º).

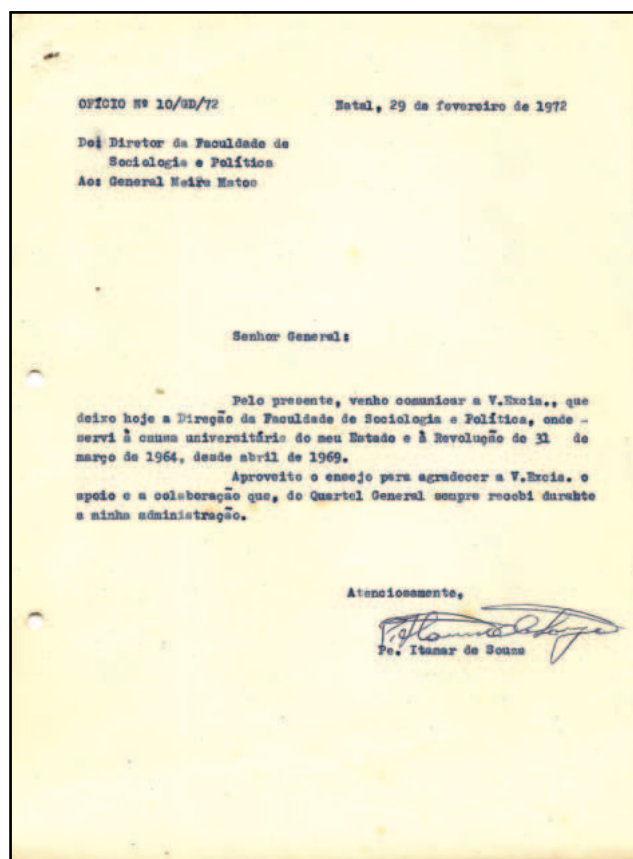
A composição estabelecida tinha como presidente o General Meira Mattos da Escola Superior de Guerra; Hélio Souza Gomes, Diretor da Faculdade de Direito da UFRJ; o professor Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor da Divisão de educação extraescolar do MEC; Afonso Carlos Agapito da Veiga, promotor; e o Coronel-aviador Waldir de Vasconcelos, da Secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. O relatório foi entregue em 8 de abril de 1968. Justina Iva (1987, p. 214) conta que o Gal. Meira Mattos:

[...] executou de 03 (três) das tarefas mais sujas do governo Castelo Branco: 1- a intervenção em Goiás, para destituir o governador do estado; 2- a chefia das tropas brasileiras que se integraram a força interamericana da paz, na invasão da republica dominicana, em maio de 1965; e 3- o fechamento do Congresso Nacional, em outubro de 1965, ocasião em que se esboçava um movimento de rebeldia dos parlamentares contra a tentativa do governo impor, através do congresso, emenda constitucional que, além de enfraquecer o judiciário limitaria ainda mais os poderes do legislativo.

A Comissão destacava em seu relatório a existência de pontos críticos ao ensino brasileiro, no que chamaram de “crise da autoridade no sistema educacional”, observada, principalmente, na forma de escolha do Reitor e diretores das unidades universitárias, por ser resultante da formação da lista tríplice pelos conselhos e congregações. O relatório apontava que essa forma de escolha impedia os dirigentes “de exercer com isenção suas atividades”, sugerindo que a

nomeação fosse feita pelo Presidente da República sem interveniência da própria comunidade. O relatório também propunha a cobrança de taxas no ensino superior, eliminação gradativa da gratuidade do ensino.

O relatório ainda fazia uma análise dos posicionamentos ideológicos do corpo estudantil frisando a existência de grupos ligados ao PC do B, de linha soviética; a AP (Ação Popular) linha chino-cubana e uma ala orientada pelo clero progressista. Num momento, se referindo aos estudantes, dizem: “eles sempre se unem na propaganda e nas ações contra a autoridade, a ordem e a lei” (SILVA, 1987, p. 216). Ainda se postaram contrários às reivindicações pelo ressurgimento da UNE, apontando que ainda seria marcada pela presença de “infiltrados”.



Ofício enviado pelo Diretor da Faculdade de Sociologia e Política ao General Meira Mattos. Fonte: Doação da Fundação José Augusto à Comissão da Verdade da UFRN.

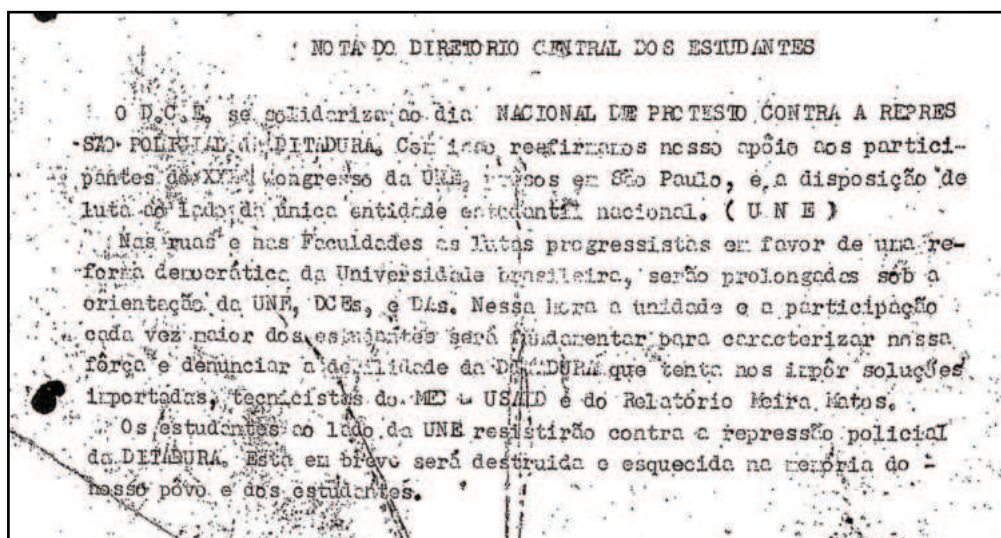
22 AÇÕES ESTUDANTIS DE COMBATE AOS ACORDOS MEC-USAID

No segundo ano de ditadura, o tema principal dos movimentos de denúncia dos estudantes era a influência imperialista norte-americana no ensino brasileiro implicada nos acordos MEC-USAID. A despeito, Motta (2014, p. 96) aponta que bandeiras norte-americanas foram queimadas em várias cidades brasileiras, ademais havia a crítica também contra a intervenção americana no Vietnã, que mobilizava a atenção de todo o mundo.

Um dos registros de manifestações contrárias aos acordos MEC-USAID, como forma de denunciar uma intromissão externa, norte-americana, foi visualizado quando a UNE realizou, próximo a São Paulo, um seminário nacional sobre os acordos MEC-USAID. Na oportunidade, foi produzido um documento denunciando graves interferências americanas no ensino do país.

Outra ação foi realizada no XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte-MG, junho 1966. A pauta principal foi a denúncia das ações imperialistas americanas no país. Como a UNE havia sido declarada extinta em 1964, as atividades tornar-se-iam clandestinas, e, em razão disso, os estudantes enfrentavam diversas intempéries para realização dos encontros, como fechamento de barreiras, revista de automóveis, casas e conventos, prisões em grande número e a presença ostensiva de tropas da Polícia Militar e Exército.

Em âmbito local, os estudantes realizaram protestos contra os acordos, inclusive, vindo a Natal, no mês de maio de 1967, o presidente da UNE, José Luiz Guedes, a fim de orientar as bases e lideranças estudantis para o “Dia Nacional de luta contra a ratificação dos acordos MEC-USAID”, movimento nacional. O dirigente lembrou que o diálogo realizado pelos estudantes natalenses com o ministro Tarso Dutra pela legalização da UNE e contra os acordos “veio a acelerar os movimentos estudantis” (SILVA, 1987). A reunião com a presença do Ministro aconteceu em 07 de maio de 1967, no DCE, e portando cartazes, os estudantes protestaram, em alguns deles viam-se os seguintes dizeres: “tudo nos une, nada nos separa”, “abaixo o decreto-lei 228”, “Queremos a volta da UNE”, “USAID: união segregacionista assassinando ideais democráticos”. Nesse dia nacional de luta, ocorrido em 02 de junho, o DCE e os demais diretórios publicaram uma nota de repúdio aos acordos.



Manifesto do DCE-UFRN contra os acordos MEC-USAID. Fonte Acervo pessoal do Prof. Carlos Roberto de Miranda Gomes.

No dia após o “dia de lutas contra o MEC-USAID”, o *Diário de Natal* noticiava o início do “II Seminário Nacional de administração central das universidades” autorizada na IV Reunião do Conselho de Reitores das Universidades brasileiras. Mais uma vez, percebia-se a presença constante americana, pois desembarcara em Natal vários consultores da Universidade de Houston, para participar do evento. Tinham a missão de treinar os administradores universitários sobre “orçamento, finanças, contabilidade, auditoria, manutenção, compras, planejamento de *campus*, registro central, obras e montagem de escritório de desenvolvimento”. Os eventos eram promovidos pelo MEC.

Os estudantes também criticavam o Reitor Onofre Lopes chamando-o de entreguista (SILVA, 1987, p. 245), por ter concordado na vinda para Natal, nesse mesmo ano, do projeto SACI, cuja ideia originou-se no seminário interdisciplinar realizado na Escola de Engenharia da Universidade de Stanford (EUA).

Os projetos desenvolvidos pela USAID pretendiam tanto influenciar a formação cultural do povo, que o projeto RITA pretendeu ofertar o ensino de língua inglesa a população rural. Numa das críticas, a concordância era geral, pois tanto a Reitoria quanto os estudantes concordavam na pouca divulgação do conteúdo dos acordos, o que afirmou o Vice-reitor Otto Guerra ao *Tribuna do Norte*:

“Não está bem esclarecido com relação ao problema, de vez que não tem conhecimento do referido acordo, pois além de falta de divulgação, não foi enviado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte”. Silva (1987, p. 247) destacava que a não divulgação dos acordos impedia que a própria classe objeto dos convênios tomasse conhecimento do seu conteúdo.

A luta contra os acordos MEC-USAID continuou e também foi pautada no XXIX Congresso da UNE, ocorrido em São Paulo, entre julho e agosto de 1967. Em denúncia lançada, constava a privatização das universidades, a entrega das universidades ao controle do capital estrangeiro, a “adequação das universidades aos interesses do imperialismo”, gratuidade do ensino e contra a reforma universitária empreendida pela ditadura.

A vida dos acordos foi efêmera, pois foram suspensos em dezembro de 1968. É inevitável não condicionar o seu fim às manifestações dos professores, lideranças estudantis, religiosas e políticas. Porém, as determinações da USAID e o Relatório Acton refletiram nas disposições da Emenda constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, assinada pela junta militar. A política estatal cingia-se, a partir daquele momento, de fomento ao ensino privado, pelo apoio técnico e financeiro, supressão de repasses e gastos mínimos da União e demais entes com relação à educação.

23 MOVIMENTO DOS EXCEDENTES NA UFRN

O movimento dos excedentes aconteceu a nível nacional, mas seu nascedouro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte teve como preliminares o aproveitamento ¹³⁰ de alguns excedentes no ano de 1967. Para não incorrer na situação, o Conselho Universitário da UFRN, por meio da Resolução nº 74/67 (24 de novembro de 1967), estipulou normas para o vestibular do ano seguinte, 1968, determinando que o vestibular tivesse como critério de julgamento o classificatório, em atenção ao número de vagas de cada curso (art. 5 Parágrafo Único). Porém, como o ano anterior havia sido aberto um precedente,¹³¹ os candidatos aprovados com média 4 (quatro), em 1968, iniciaram um movimento com o apoio do DCE, para o aproveitamento dos excedentes.

130. Segundo Motta (2014, p. 96), na tentativa de amenizar o descontentamento e atrair simpatia do movimento estudantil, o governo de Costa e Silva, em 1967, baixou decreto determinando que as universidades matriculassem os excedentes, mas não foi possível aplacar porque as resistências das próprias universidades foram fortes que alegavam não terem recursos e meios para a absorção.

131. Desde o ano de 1966, a UFRN incorporava os alunos excedentes aos cursos de graduação. A Resolução nº 020/1966 autorizou a matrícula de 14 alunos na Faculdade de Medicina; em 1967 pelas Resoluções nº 04, 08 e 12 do CONSUNI foram autorizados, respectivamente, a matrícula dos excedentes na Faculdade de Medicina; 8 alunos na Faculdade de Odontologia e 7 alunos na Faculdade de Direito.

Segundo Silva (1987, p. 247-248), “o movimento enfrentou inúmeras dificuldades originadas, em sua maioria, na UFRN”. Um desses obstáculos foi dado pelo diretor da Faculdade de Medicina, que segundo denúncia estudantil, negava a divulgação das notas¹³² “na visita ao DN, um grupo de 15 (quinze) estudantes declarou considerar suspeita a atitude do diretor por não admitir diálogo e recusar-se a fornecer uma informação que de fato lhes pertencia. Alegavam, ainda, os estudantes que em anos anteriores haviam sido aproveitados vestibulandos com média 3 (três)”.

O Reitor Onofre Lopes, embora tenha declarado “a luta dos excedentes é justa”, também colocou obstáculos ao aproveitamento de todos os estudantes excedentes alegando falta de condições objetivas, como número insuficiente de cadáveres para aulas prática em Medicina, e a carência de recursos financeiros para sobrepor o acréscimo de despesa com os novos alunos.

132. *Diário de Natal*, edição de 30 de janeiro de 1968.

PANFLETO DOS EXCEDENTES

Os excedentes da Faculdade de Medicina, continuam a sua luta, reivindicando o direito de matrícula. Como o problema já é de todos conhecidos, essa luta foi iniciada logo após o término do vestibular, e os excedentes - em número de 174, tinham obtido média igual ou superior a 4,00; média que demonstrava a sua capacidade de ingressar na Universidade. Entretanto, a Universidade e, mais precisamente, - o Reitor e o seu Conselho Universitário - desde o princípio procuraram ignorar o fato, com a argumentação de que "não havia verbas e nem havia vagas". A Universidade achava que com essa sua posição o problema ficava resolvido. Mas, nós não. E fomos adiante, denunciando o problema, partindo dos Colégios e Faculdades e indo às ruas, através de "trotos de protesto", "passadas", etc., além de entendimentos que mantivemos, - como continuamos a manter, com o Ministro da Educação, e isto, sem nos esquecer das diversas vezes que fomos à Reitoria, para contactos diretos com o Reitor. Em junho - em consequência de nossa luta - foram matriculados 70 excedentes na Faculdade de Medicina, através de um convênio MEC-Universidade. Mas, como se vê, tentava-se solucionar o caso por meio de uma medida parcial, continuando prejudicados 104 excedentes, que ainda hoje a Universidade procura marginalizar, abstraindo-se do problema, como o fazia a princípio. Estes excedentes passaram a reivindicar a sua matrícula para o ano de 1969. O Ministro da Educação, tem afirmando que "ganhando recursos" para o aproveitamento dos 104 excedentes no próximo ano. Entretanto, o Reitor ainda continua a ser o único obstáculo, quando tem declarado que "mesmo com esses recursos, não matricula os excedentes". Para a defesa de nossos direitos, adquiridos com muito sacrifício, sempre estivemos dispostos a lutar, e lutamos. Para isso, contamos com a ajuda de todos os estudantes e do povo, que sempre nos apoiaram, e unidos voltaremos às ruas, num movimento que somente cessará com a matrícula de todos os excedentes.

LUTAMOS POR MAIS VERBAS, MAIS VAGAS, MELHORES CONDIÇÕES; NOSSA MATRÍCULA

Panfleto dos “excedentes” da Faculdade de Medicina da UFRN. Fonte Acervo pessoal do Prof. Carlos Roberto de Miranda Gomes.

Na consecução da luta pelos excedentes, houve, ainda, a formação de frentes únicas entre professores e alunos, pela garantia de mais vagas, campanhas para mobilização da opinião pública, o que chegou a acontecer, com o apoio de políticos e setores significativos da cidade, além da realização de intenso trabalho junto ao MEC para aportes financeiros para aproveitamento dos excedentes. Um dos defensores da frente foi o professor Murilo Barros (Faculdade de Medicina) que, em entrevista ao *Diário de Natal*, em 3 de fevereiro de 1968, pontuou “agora a necessidade de aproveitamento dos excedentes e o dever do MEC em aprovar recursos financeiros para criação de mais turmas” (*sic*). Outros meios de lutas foram travados como trotes, formação de comissões volantes, abaixo-assinados, assembleias e pressão junto aos parlamentares do Estado.

A Profa. Justina Iva (SILVA, 1987, p. 249) conta que o DCE montou várias barracas nos principais bairros da cidade para angariar a simpatia e apoio da população de Natal, solicitando assinaturas, exigiam também mais escolas. O abaixo-assinado foi endereçado ao MEC através de dois representantes estudantis, designados para irem a Brasília-DF. Os estudantes levaram o abaixo-assinado contendo cerca de 10 mil assinaturas, a FAB concedeu as duas passagens aéreas aos alunos. Os escolhidos foram Guaraci Barbosa e Ivaldo Caetano (Presidente do DCE) que permaneceram mais de uma semana na capital federal, porém não obtiveram êxito e não conseguiram conversar com o ministro Tarso Dutra. Ademais, receberam do senador Dinarte Mariz o compromisso em tentar junto ao MEC a solução do problema.

Quase dois meses de luta, os estudantes obtiveram algumas vitórias parciais como o aproveitamento de alguns excedentes em alguns cursos da UFRN, inclusive na Faculdade de Medicina. Nesse instante, o DCE recebeu telegrama do senador Dinarte Mariz dando conta da liberação de verba pelo MEC no valor de um milhão de cruzeiros novos para o funcionamento de novas turmas.¹³³ Apesar da liberação de recursos o Reitor Onofre Lopes arguiu sua falta para criação de novas turmas em particular em Medicina, que teve cerca de 104 excedentes.

133. *Diário de Natal*, edição de 02 de maio de 1968, p. 5. “MEC liberou 1 milhão para a matrícula dos excedentes”.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

OFÍCIO
Nº 10/69
SNI/ NANT

Natal-RN Em 26 / MAI / 1969

Do: General Chefe do SNI/NANT

Assunto: Sr Presidente da Fundação "José Augusto".

Assunto: Solicitação sobre excedentes (Paz)

Referência:

Anexo:

A fim de dar cumprimento à determinação superior, solicito de V. Sa. as devidas providências no sentido de ser remetida a / este SNI/NANT, com a possível urgência, uma relação das Faculdades dessa Fundação que realizaram convênios com o Governo Federal, objetivando matrículas de excedentes, no corrente ano.

Outrossim, solicito informar o número de excedentes matriculados nas citadas Faculdades e os que têm possibilidades de serem ainda matriculados no corrente ano.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Sa. os meus protestos de alto apreço e distinta consideração.

Gen Div R/1 ESTEVIDO ANTUNES DOS SANTOS
Chefe do SNI/NANT

A Revolução de 64 é irreversível e
consolidará a Democracia no Brasil

Anexo: cópia do
ofício encaminhado.
Assinatura - 21

Uma cópia
27-5-69

Ofício do Serviço Nacional de
Informações (SNI), Agência Natal/
RN - Preocupação do Regime
Militar com o movimento dos exce-
dentes. Fonte: Doação da Fundação
José Augusto à Comissão da Verdade
da UFRN.

134. *Diário de Natal*, edição de 16 de agosto de 1968. Nota do DCE e dos excedentes da Faculdade de Medicina.

135. Proposta do Reitor era que os excedentes participassem de novo vestibular em pé de igualdade com os vestibulandos do ano seguinte: 1969 (SILVA, 1987, p. 252).

Em razão da reiterada omissão da reitoria no aumento de vagas, as entidades estudantis assumiram um discurso¹³⁴ mais incisivo, colocando o Reitor como “o grande problema, o grande entrave” para concretização da luta (SILVA, 1987, p. 250) ou ainda como “Inimigo da classe”, frase cunhada em cartazes do trote dos excedentes em 01 de fevereiro 1968. Durante o trote, o DCE distribuía manifesto aos participantes e ao público. Os estudantes foram acompanhados pelo Delegado de Ordem Política e Social (DOPS-RN), Sr. Hernani Hugo, e faziam demasiadas críticas, inclusive pela presença de quatro viaturas da rádio-patrolha repetindo no alto falante “Nós não tememos a polícia, tanto que permitimos a presença dos policiais em nossa passeata”, apesar do tom crítico, a manifestação também continha um senso de humor, marca da juventude (SILVA, 1987, p. 250).

Em outra nota do DCE e dos estudantes excedentes, assinada por Emmanuel Bezerra dos Santos, refutavam as soluções da reitoria da universidade,¹³⁵ arguindo que a única solução era o aumento de vagas no ano de 1969, chamando de “demagogia e de uma balela a proposta do reitor”. Outra ação adotada pelo DCE foi o reenvio de um representante à Brasília, com o fim de retomar as negociações com o MEC e parlamentares potiguares. O estudante escolhido dessa vez foi Emanuel Bezerra, já que também enfrentava problema semelhante na Casa do Estudante, onde era presidente, indo buscar recursos para ampliação da casa.

Em razão dos esforços estudantis, do apoio da população da cidade, dos parlamentares e do MEC, o Reitor Onofre, com a interveniência do CONSUNI, decidiu pelo aproveitamento de 70 alunos, numa nova turma na Faculdade de Medicina. Entretanto, não resolvia a situação já que eram, ao total, 104 excedentes. A situação foi definitivamente resolvida quando o senador Dinarte Mariz enviou telegrama ao Reitor Onofre relatando que havia firmado convênio com o Reitor da Universalidade Federal do Amazonas – UFAM, para a admissão de 35 alunos na Faculdade de Medicina, 41 se matricularam.

No ano seguinte, a reitoria endureceria as normas para classificação no exame vestibular, estabelecendo que o pedido de revisão só seria concedido para mudança de erros de identificação. Aliado às normas rigorosas do CONSUNI, dos atos antidemocráticos, com os inquéritos instaurados para investigação

de alunos da UFRN, o movimento dos excedentes se esvaiu, levando a uma “cultura do silêncio imposta pela ditadura” (SILVA, 1987, p. 254).

A mobilização estudantil saiu vitoriosa, pois conseguiu apoio da população da cidade, além de levantarem uma discussão importante: destinação de aportes financeiros para as Universidades públicas.

24 MOVIMENTO PELA CONFECÇÃO DAS CARTEIRAS ESTUDANTIS

Outro caso de luta do movimento estudantil universitário, e também, nesse caso, secundarista, foi visualizado em resposta a ação tolhedora da Prefeitura de Natal no processo de confecção e distribuição das carteiras estudantis. Nesse mesmo ano, 1968, os universitários apoiaram os estudantes secundaristas nas manifestações contra atos autoritários do Diretor do Colégio do Atheneu Norte-rio-grandense, João Agripino, inclusive declarando greve em solidariedade ao movimento grevista, no que culminou com a saída do diretor.

O movimento foi empreendido conjuntamente em razão do ato do prefeito da capital, Agnelo Alves, que, por meio da Lei nº 1.737, retirou tanto dos diretórios acadêmicos, quanto dos grêmios estudantis, o direito de emissão das carteiras de estudante, a partir de janeiro de 1968. As disposições da lei estabeleciam a competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação de fornecer cartões de abatimento em lugar da simples identidade estudantil. Nenhuma das entidades havia sido informada da mudança (SILVA, 1987, p. 256), e a prefeitura declarava “a medida é normalizadora e atende aos interesses de coibição do excesso de carteiras distribuídas anualmente”. Os estudantes elaboraram nota de repúdio ao prefeito, arguindo que a intenção do chefe do executivo era “beneficiar os proprietários de coletivos aumentando os preços das passagens de ônibus, em detrimento do povo natalense”¹³⁶ recomendavam ao prefeito que cuidasse de limpar as ruas, porque “assunto de estudante, é com estudantes”.

136. UNIVERSITÁRIOS reunidos: DCE vai distribuir carteiras estudantis *Diário de Natal*, edição, de 14 de março de 1968.

Nesse instante, o DCE e os grêmios estudantis iniciaram luta com o boicote das carteiras da prefeitura, a partir da confecção de cerca de 14 mil car-

teiras e de sua distribuição. O fato da intromissão da prefeitura nas entidades estudantis, também motivaram as críticas constantes nos cartazes do trote dos excedentes, com os seguintes dizeres “Agnelo, dedo duro” ou “Agnelo, capacho do imperialismo”, além de críticas incisivas ao Reitor Onofre Lopes. Postaram-se contrários ao movimento os presidentes dos diretórios de Medicina e Direito. O Presidente do DAAC, Júlio Ernesto de Faria em nota dirigida fazia reiterados elogios ao Reitor e denunciava o presidente do DCE Ivaldo Caetano de ter “posição contraditória perante a classe universitária”. Pelo que se percebe, esses setores estudantis representavam redutos de direita.

O próprio DCE, em resposta às notas dos referidos diretórios acadêmicos, produziu dois manifestos e distribuiu nas faculdades e colégios onde acusava alguns presidentes de DAs, o prefeito e a reitora de boicotar o movimento dos excedentes e das carteiras estudantis, chamando os dirigentes dos DAs dissidentes de “simplesmente reacionários e servis”, além de ressaltar a frieza quanto a morte do estudante Edson Luiz, no Rio de Janeiro, porquanto promoviam “festas enquanto colegas eram assassinados nas ruas”.¹³⁷ Naquele mesmo ano, os estudantes saíram vitoriosos, recuperando o direito de emitir as carteiras estudantis.

137. DCE LANÇA MANIFESTOS acusando inimigos de boicotar a luta. *Diário de Natal*, edição de 21 de junho 1968.

Porém, no final de 1968, a sociedade brasileira seria surpreendida por um dos atos mais repressivos já vistos na história do país. O Presidente da República, Artur Costa e Silva, assinava o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Nesse instante, o executivo federal ganhou plenos poderes, inclusive, para fechar o Congresso Nacional (art. 2º), assumindo o poder de legislar sobre qualquer matéria de direito (art. 2º, §1º). Além disso, estabeleceu disposições antidemocráticas e violadoras a um Estado de Direito, como a suspensão da garantia de *habeas corpus* em crimes políticos (art.10º), suspensão de direitos políticos por 10 anos, suspensão de garantias constitucionais da vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, além do declínio de competência para Justiça Militar responsabilizar civis.

Segundo Justina Iva (1987, p. 230), o recrudescimento visualizado seria fruto da ebulição da classe estudantil, trabalhadora e da própria Igreja vivenciada no ano

de 1968. O discurso de Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo pelas forças armadas, pela negativa de suspensão da sua imunidade parlamentar, foi o pretexto para o regime interferir no Congresso, decretando o AI-5. Representou também a diminuição da participação dos poderes legislativo e judiciário na república.

Em razão desses acontecimentos, no início do período letivo de 1969, as carteiras estudantis voltariam a ser confeccionadas pela prefeitura de Natal, conforme decisão emanada em reunião entre o Comandante do ID-7, General Hildebrando Duque Estrada; General Ulisses Cavalcanti, Secretário de Segurança Pública; Reitor Onofre, UFRN; Profa. Ilma Melo Diniz, Fundação José Augusto; Prof. Jarbas Bezerra e o Prof. Aluísio Machado, Secretário Municipal de educação. Coube, então, aos diretores distribuírem-nas.

Nesse momento, um clima de pânico abatera, mais sensivelmente, o país, com a suspensão de tantos direitos constitucionais. A proibição do exercício do direito de manifestação e reuniões foi, sem dúvidas, um dos fatores para um enfraquecimento do movimento estudantil universitário, porquanto representou uma certa “diáspora” de muitas lideranças estudantis que, ou caíam no silêncio, iam para luta armada, ou passavam a viver clandestinamente, em fuga da intensa perseguição política.

25 Esvaziamento do Seminário Nacional do DNE – 1967

O Departamento Nacional dos Estudantes (DNE), entidade de representação estudantil em âmbito nacional, criada pela própria ditadura, conforme já retratado neste relatório, decidiu realizar, em Natal, o I Seminário Universitário do Brasil, agendado para 04 de maio de 1967. Em razão do evento, estudantes de Natal decidiram utilizar o espaço para criticar a Lei Suplicy, enquanto ação autoritária de intromissão estatal nos destinos e espaços de representação do movimento estudantil nacional.

O potiguar Marco Aurélio de Souza, então vice-presidente do DNE, renunciou ao cargo, enquanto manifestação contrária ao evento, aduzindo que próprio departamento “jamais representa o pensamento dos universitários

brasileiros”. Nessa oportunidade, um dos organizadores do evento e dirigente do DNE, Ettore Labanca, acusou o potiguar de fugir das responsabilidades, declarando ser um “ato de covardia”.

Os universitários natalenses, desde o início, se postaram contra o evento, segundo Silva (1987, p. 237), “tal oposição tinha raízes eminentemente políticas alicerçadas nas numerosas contradições que permeavam o evento em apreço”. Contou ainda que os Diretórios Acadêmicos fizeram, no dia de abertura, assembleia permanente em protesto à realização do seminário, lançaram manifesto denunciando a ilegitimidade do DNE, e o apoio financeiro do MEC.¹³⁸ A nota foi assinada pelo estudante Jonhatan Miranda, presidente do DCE-UFRN, e José Oto, presidente do DCE-UFPE.

138. O Ministro da Educação Tarso Dutra negou o financiamento do evento quando participava de reunião com o DCE e os DAs da UFRN. Veio ao evento para proferir palestra sobre “a política educacional do governo federal”.

139. Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Os dirigentes locais contatavam as delegações estaduais e as recebiam na sede do DCE, pregando o boicote ao evento. Em face das considerações apresentadas, 8 das 10 delegações¹³⁹ decidiram boicotar, se solidarizando com o protesto. A crise gerada em Natal culminou com a própria extinção do diretório durante reunião em 07 de maio de 1967, contando com a presença do Ministro da Educação Tarso Dutra, do Reitor Onofre Lopes e o seu vice Aldo Fernandes, além de parlamentares e agentes da Polícia Federal. Além das críticas formuladas, argumentavam que a entidade já havia sido extinta pela Lei Aragão.

Segundo Silva (1987, p. 240), o Reitor Onofre Lopes recusou ceder as dependências da UFRN para o DNE realizar o seminário, bem como negou-se a participar como debatedor sobre o programa CRUTAC.

26 PRISÃO DO ACADÊMICO DE DIREITO

IVO FERREIRA DOS SANTOS

Em 1967, registrou-se a prisão do acadêmico da 2ª série de Direito, Ivo Ferreira dos Santos, na Casa de Detenção de Natal e no 1º Distrito Policial, no bairro da Cidade Alta. Consta (SOUZA, 1988, p. 161) que foi condenado pela 7ª Auditoria Militar do Recife como incurso na Lei de Segurança Nacional, pelo fato

de ter sido funcionário do Sindicato dos trabalhadores na Extração de Sal no Rio Grande do Norte, em Macau, fato anterior a 1964. Indiciado pelo Relatório Veras por escrever e participar da edição do jornal *O Nacionalista*, cujos textos tinham, segundo o inquérito, “conteúdo subversivo e anarquista, mostrando desrespeito à Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional”.

27 OCUPAÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO – 1968

O Restaurante Universitário (RU), criado por meio da Resolução nº 58/63 do CONSUNI, após reiterados pedidos e lutas encampadas pelo DCE, foi administrado, inicialmente, por um Conselho fiscal e um Conselho-diretor. Ambos colegiados eram formados, exclusivamente, por representantes estudantis que exerciam, à época, a função de presidente do DCE e dos demais Diretórios acadêmicos. Integrava os conselhos, a título de auxílio, um servidor público da Universidade.



Primeiro prédio-sede do Restaurante Universitário e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) situado à Avenida Deodoro da Fonseca, nº 456 – Cidade Alta.

Poucos meses depois, em 10 de abril de 1964, o CONSUNI, pela Resolução nº 37/64, determinou a possibilidade de uso do prédio do RU pelo DCE para reuniões unicamente de viés administrativo, ressalvada a expressa proibição de reuniões de cunho político e ideológico.

Apesar da proibição de reuniões políticas conforme estabelecia a legislação universitária, os estudantes realizavam normalmente assembleias estudantis sobre todo tipo de pauta, contudo, até aquele momento, não havia sido visualizada nenhuma ação mais ativa de tolhimento por parte da administração universitária.

No interim de 1964 a 1968, o Conselho Universitário viria diminuir, cada vez mais, a importância do DCE na administração do RU, quando, em 19 de fevereiro de 1965 (Resolução nº 02-U), modificando a composição do conselho-diretor encarregado da administração do restaurante, deslocou a competência para um novo conselho, formado por um servidor da instituição, pelo diretor da Divisão de Material da Reitoria, pelo presidente do DCE e outro aluno eleito pelos comensais. Neste mesmo ato normativo, foi ratificada a possibilidade do DCE utilizar o RU para reuniões, sendo vetadas as de “cunho ideológico e assemelhados”, previa o dever do Conselho Diretor informar ao Reitor quais foram os estudantes infratores:

[...] percebe-se nesse enunciado o modo arbitrário com que o conselho universitário tratava as questões pertinentes ao estudante. Determinar que um conselho constituído majoritariamente por estudantes tenha uma de suas atribuições a prática de delação e o controle político-ideológico é, no mínimo uma atitude despótica (SILVA, 1987, p. 261-262).

Apesar das proibições da Reitoria da UFRN, no sentido de impedir movimentos estudantis, o DCE voltou a fazer uso das instalações para reuniões e assembleias desde 1967; a desobediência era necessária em razão da ebulição política vivenciada com a construção de pautas nacionais e locais.

O ponto nevrálgico para interferência da administração da UFRN no DCE se deu no momento da grande revolta estudantil, que teve ponto auge, no país, quando da morte do estudante Edson Luiz em razão de ação policial no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Em Natal, os estudantes resolveram realizar missa em sufrágio da alma do companheiro. A missa aconteceu na catedral antiga da cidade, contando com a presença de muitos estudantes.

Pós-missa, um grande cerco policial pegou de surpresa os estudantes que estavam na parada metropolitana, Praça André de Albuquerque. Registrou-se o apedrejamento do Palácio Felipe Camarão – sede da Prefeitura de Natal. O professor Juliano, em seu depoimento, citou nomes de policiais que participaram da ação repressiva: “Comandavam a tropa de choque nomes conhecidos: Domílson Damásio ... Carlos Adel ...” (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 16).

Era rotineira que a convergência das manifestações para o prédio do RU-DCE em razão da centralidade do espaço e também por ser sede da entidade. Além disso, o DCE não dispunha de outro local para realização de reuniões, além do prédio da Universidade dar segurança aos estudantes em face de eventuais ações de setores militares e policiais.

Nesse dia, o governador do Estado proibiu qualquer manifestação ou aglomeração na cidade. O Reitor Onofre, seguindo as determinações do executivo estadual, proibiu a realização de concentrações no recinto do restaurante universitário. Por essa razão, uma assembleia geral realizada pelo DCE solicitou que a administração do RU fosse feita pelos próprios alunos. A resposta do Reitor seria a mais drástica possível: determinou o fechamento do RU e a suspensão das refeições para o dia seguinte. O ato do Reitor foi encarado pelo DCE como de fechamento da própria entidade, já que esta não teria mais condições de realizar suas assembleias e nem suas atividades administrativas. Nesse sentido, a reitoria da UFRN emitiu a seguinte nota:

É oportuno esclarecer, desde logo, que o DCE jamais foi fechado pela direção da Universidade. Apenas, face a repetidas desobediências e desrespeitos às determinações

do Conselho Universitário, com a realização de assembleias de que participaram até estranhos, foi revogada a resolução nº 02/65-U, que permitia o funcionamento em caráter provisório no Restaurante (para seu expediente e reunião da diretoria) (NOTA da UFRN, *Tribuna do Norte*, 31 de agosto de 1968).

Na tarde do mesmo dia, a reitoria fez nota complementar:

I- Logo após a realização da perícia no inquérito policial já instaurado para apuração dos danos ao patrimônio da União e das responsabilidades dos culpados, e cessada a interdição para esse fim, a Reitoria determinou providências no sentido de que fosse preparada refeição para todos os usuários do restaurante.

II- Cerca do meio-dia, quando o pessoal da copa e cozinha já trabalhava ativamente, um grupo de estudantes invadiu o Restaurante apossando-se, inclusive, da copa, da cozinha, gêneros alimentícios já preparados e, mais, daqueles guardados na despensa.

III- O supervisor do Restaurante e os demais funcionários, até mesmo por motivo de segurança, ficaram sem condições de permanecer no recinto diante desse ato de força, cujas responsabilidades serão devidamente apurados em inquérito policial e posterior decisão da justiça.

IV- Existe, agora, impossibilidade material de funcionamento do Restaurante até que, por medida judicial venha a universidade a ser reintegrada na posse do imóvel sem intromissões indevidas e em condições de segurança. *Tribuna do Norte*. Nota da UFRN. 01 de setembro 1968.

Segundo Justina Iva, sujeito histórico dos acontecimentos (SILVA, 1987, p. 264):

[...] a observação in loco, das ocorrências, bem como lado pericial, contradizem as afirmações contidas na nota oficial da reitoria. [...] Todavia o relatório do laudo pericial encaminhado ao Reitor pela equipe de peritos do instituto de medicina legal, da secretaria de segurança do estado e, lido em reunião extraordinária do CONSUNI afirmava não ter havido depredação e que todos os móveis e utensílios estado em ordem apresentaram nenhuma fratura. Havia apenas, [...], inscrições e dísticos nas paredes internas do prédio. Vale ressaltar, ainda, que não se registrou nenhum incidente entre o pessoal da cozinha e os comensais.

Nesse instante, coube aos estudantes a preparação das refeições no RU. Enquanto isso, o presidente do DCE, Ivaldo Caetano, tentava acordo com o Reitor Onofre Lopes. Segundo registro no livro da professora Justina Iva, no primeiro encontro de Ivaldo e o Reitor, aquele escutou: “Entreguei o caso à polícia. Retire-se daqui porque eu não recebo um sujeito como você”. Atitude típica e autoritária dispensada pelo Reitor da instituição. Em depoimento à CV-UFRN, Ivaldo, pronunciou sobre o seu relacionamento com o reitor:

[...] eu fui eleito presidente do DCE, na época que Onofre Lopes era o Reitor, como vocês sabem aqui o presidente do DCE é o único estudante que integrava no conselho universitário. E naquela época eu diria que era o auge da movimentação a nível nacional, isso se refletia também aqui no Rio Grande do Norte. Como muito provavelmente essa história vai dizer com mais certeza a minha atuação no conselho universitário, isso fazia com que o Reitor tivesse um ódio tremendo a mim. Ele chega espumava quando falava em meu nome (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 02).

Diante da situação criada pelo Reitor Onofre, uma comissão de estudantes se dirigiu à reitoria, inclusive o presidente do DCE, na manhã do dia seguinte, 02 de agosto de 1968, a fim de convidá-lo para uma reunião estudantil no RU com os alunos de todas as unidades universitárias.

Comissão de líderes estudantis em encontro com o Reitor Onofre Lopes. Na imagem de jornal, ainda se vê o prof. Carlos Augusto Caldas da Silva (Direito) e o presidente do DCE, Ivaldo Caetano.



Cerco policial ao prédio da Reitoria da UFRN (Av. Hermes da Fonseca) após pedido do Reitor Onofre Lopes. Do lado oposto, pode-se notar uma aglomeração estudantil. Fonte: Recorte do jornal *Diário de Natal* cedido por Diclema Maria de Medeiros.



Na oportunidade muitos estudantes se concentraram em frente ao prédio da reitoria. Em razão disso, o Reitor convocou a Polícia Militar para realizar cerco ao prédio da UFRN. De acordo com informação constante no *Diário de Natal*, o Reitor foi procurado pelo Tenente Pereira (comandante das tropas) e recebeu como resposta: “que não precisava de sua [do Reitor] intervenção, que o problema é na rua”. Na mesma reportagem, o Reitor disse: “Não vou descer. Isso não faço. Sobretudo para dialogar com estudantes que andam fazendo essas irregularidades, ocupando o prédio do Restaurante”. E prosseguiu: “Não recebo ninguém”.

Como rememorou a professora Justina Iva, o Reitor foi interrompido pelo prof. Otto Guerra (Vice-Reitor) que logo afirmou: “Uma comissão, uma comissão pode ser recebida”. O Reitor concordou, mas permaneceu ríspido, e, ao ver estudantes dispendo as cadeiras em círculo para conversar, disse: “Não é preciso sentar, ficaremos em pé mesmo”.

Nesse mesmo encontro, ao ser indagado sobre a possibilidade de transferir verbas ao DCE para custeio das despesas no RU, verbas prometidas, individualmente, na nota transcrita abaixo, o Reitor soltou: “Você acha que eu vou dar dinheiro a baderneiro?”. Segundo Iva (SILVA, 1987, p. 266), os estudantes encararam a decisão como forma nítida de suborno, a reitoria visava esvaziar o movimento, ao dar verba aos comensais para procurarem outros restaurantes, em detrimento do RU, que naquele momento era administrado pelo DCE.

O ex-presidente do DCE, Ivaldo Caetano, assim se pronunciou sobre o acontecimento, recentemente, quando prestou depoimento à Comissão da Verdade:

Ivaldo Caetano: [...] as reuniões se realizavam no Restaurante Universitário. Era onde funcionava o DCE, isso não era do gosto do Reitor. O Reitor queria nos tirar de lá, queria nos tirar de lá. Claro, nós não iríamos aceitar, queriam nos colocar em uma casa lá que ninguém sabe onde é. De forma que a gente ficasse isolado dos estudantes, lá no Restaurante Universitário. Bom, levou ao um ponto que ele mandou fechar o Restaurante. Evidentemente que nós reagimos, reabrimos o Restaurante e viemos inclusive a pedir dinheiro, é mais um

pedágio, e esse pedágio vejam que foi feito com a autorização do secretário de segurança, deve ter levado uma bronca muito grande, porque ele autorizou, claro, o ato de fechar o Restaurante Universitário foi um ato que não repercutiu bem na cidade em um todo (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 03).

Cópia de Nota da Reitoria da UFRN publicada no jornal *Diário de Natal*, sobre a contribuição financeira mensal dada aos comensais do RU. Fonte: Recorte do jornal *Diário de Natal* cedido por Dicelma Maria de Medeiros.



A crise foi agravada quando o Conselho Universitário da UFRN, pela resolução nº 67/68, dispôs sobre o confisco dos bens do DCE: “em consequência, foram arrecadados, por funcionários da Universidade, os móveis que guarneciam a sala do mesmo DCE, todos, aliás, tombados como constitutivos do patrimônio da própria universidade, e que foram postas em custódia”. Em razão da proibição de reuniões e o recolhimento do material do DCE, os estudantes adentraram ao restaurante universitário para realização de uma reunião com vistas a discutir o problema. O Reitor determinou suspensão das refeições e a retirada dos funcionários por tempo indeterminado. Esta assembleia passou a ser pivô da crise.

Na reunião da 11ª sessão extraordinária do CONSUNI, o Reitor ausentou-se da reunião alegando não ter estado emocional para discutir sobre as reivindicações estudantis. O presidente do DCE, Ivaldo Caetano, naquele instante lamentou o ocorrido, e o temperamento emocional do Reitor que se negava em dialogar com os estudantes. A proposta apresentada continha: o imediato retorno dos funcionários ao restaurante para fazer as refeições dos estudantes; a volta da sede do DCE ao restaurante e administração do restaurante pelo DCE.

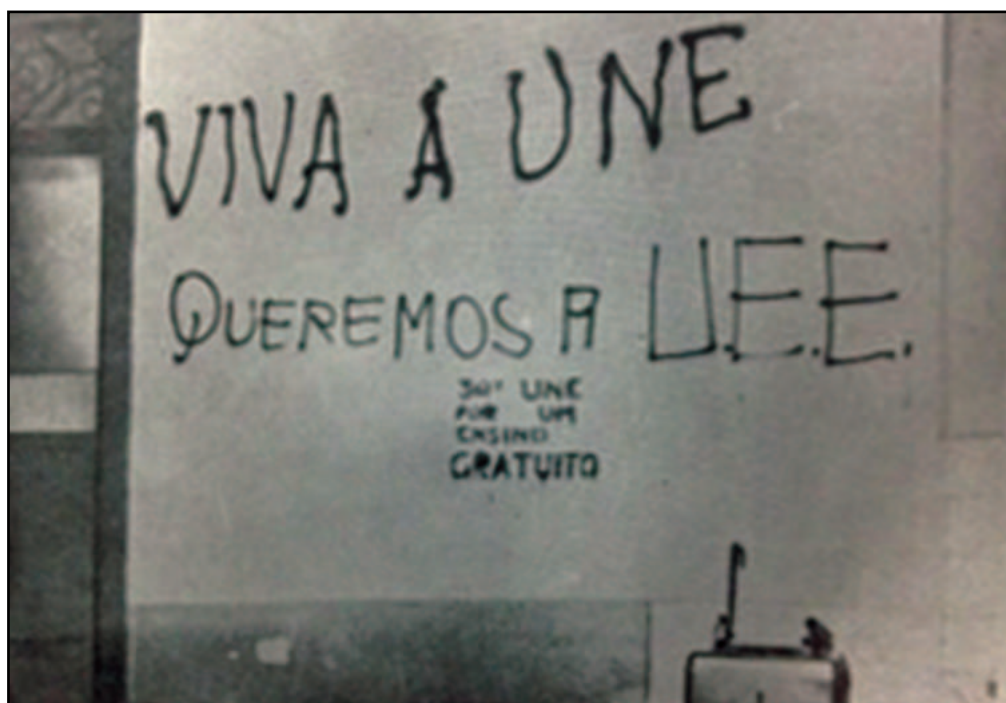
Apenas o primeiro ponto foi aprovado. A administração do RU ficou composta por dois estudantes, um funcionário da Reitoria e um representante do CONSUNI. O Vice-Reitor Otto Guerra disse que a proposta estudantil havia sido intransigente, pois os estudantes ponderavam a necessidade do atendimento global. Registra-se que Ivaldo Caetano foi o único voto divergente na reunião.

Novas assembleias foram realizadas e uma nova proposta foi endereçada ao CONSUNI em 05 de setembro de 1968, encaminhada por de cerca de 500 alunos. A proposta cingia-se a sugerir que o conselho administrativo do RU deveria ser formado em sua maioria por estudantes, conforme, também, defendia o prof. Carlos Augusto Caldas da Silva. Os administradores seriam: um servidor da reitoria, um estudante do DCE, um da residência feminina e outra da masculina, em regime de cogerência. Entretanto, a proposta não foi aceita e a anterior foi ratificada.

Alunos nas dependências do Restaurante Universitário, em 1968. Apesar da pouca qualidade da foto, notam-se os dizeres “Fora Clesito”, em referência ao supervisor do RU, Clesito Fechine. Fonte: Recorte do jornal *Diário de Natal* cedido por Dicelma Maria de Medeiros.



Dizeres nas paredes internas do Restaurante Universitário, 1968. Alusão à UNE e UEE – Entidades extintas pela Ditadura Militar. Fonte: Recorte do jornal *Diário de Natal* cedido por Dicelma Maria de Medeiros.





Alguns dos líderes dos movimentos estudantis de 1968. Na imagem, Jaime Ariston Sobrinho; José Rocha Filho e Dermi Azevedo. Fonte: Recorte do jornal *Diário de Natal* cedido por Dicelma Maria de Medeiros.

Em razão da ratificação e negativa da proposta estudantil, por parte do CONSUNI, em assembleia geral de universitários, foi decretada a greve geral, por tempo indeterminado, com as seguintes determinações: ocupação das faculdades onde houvesse “furões” do movimento grevista; expedição de telegrama às lideranças estudantis estaduais; ao líder do MDB na câmara, Mário Covas; ao líder do governo na câmara baixa, Ernani Sátiro; e a bancada parlamentar potiguar na Câmara e no Senado Federal. Inclusive, houve o comunicado aos concluintes do CRUTAC que não comparecessem aos estágios, até que fosse resolvido o impasse com a reitoria.

Há registros que quase a totalidade de estudantes da UFRN aderiu à greve, com exceção dos alunos da Faculdade de Farmácia; alguns concluintes de Direito, que logo depois aderiram; e oito alunos de Letras (SILVA, 1987). Para angariar gêneros alimentícios, os comensais faziam coletas nas ruas da cidade, onde pediam recursos financeiros à comunidade, bancos e comércio. As paradas foram autorizadas pela Secretaria de Segurança, e logo ganharam apoio da população, em razão da característica “ordeira, pacífica e justa das reivindicações”, conforme disse Ivaldo Caetano à CV-UFRN:

Ivaldo Caetano: Pois é, ele autorizou. Autorizou o pedágio. Nós fizemos, arrecadamos dinheiro, arrecadamos comida. É certo que durante o dia até que vamos, desocupamos na marra, né, porque entraram com uma ação e então a justiça autorizou que nós saíssemos, evidentemente (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 03).

Até a Igreja Católica manifestou apoio aos estudantes e à causa do movimento. O que provocou reação imediata do Vice-Reitor, que falando ao *Diário de Natal*, ponderou: “o documento elaborado por certos elementos do clero não significa a opinião da Igreja de Natal”, tendo em vista o afastamento do Arcebispo Dom Nivaldo Monte, então líder da Igreja no Estado, em razão de viagem ao exterior, pontuando a necessidade da Igreja respeitar as decisões da universidade.

Os parlamentares da assembleia legislativa do RN também se envolveram na crise. O deputado da ARENA, Moacir Duarte, apresentou requerimento ao plenário para que o Reitor Onofre Lopes fosse convidado para ir à assembleia apresentar suas versões sobre a relação com o DCE. Tal requerimento fez com que o deputado do MDB, Roberto Furtado, fizesse pedido semelhante, relativo ao presidente do DCE, Ivaldo Caetano. Em razão dos pedidos dos deputados, o assunto foi retirado de pauta, sendo acordado que o Reitor e o presidente do DCE seriam ouvidos pela comissão de educação do parlamento.

O Vice-Reitor Otto Guerra concordou em participar de assembleia dos universitários em 12 de setembro de 1968, às 20 horas daquele dia. Na ocasião, ofereceu a seguinte proposta: que o restaurante seria aberto em regime de co-gestão, com a participação de seis pessoas, três estudantes e três representantes da reitoria e do CONSUNI, inclusive com a volta do DCE para o prédio do RU, sendo liberada a realização de assembleias reivindicatórias. A proposta foi pessoal do Prof. Otto, que condicionou o cumprimento à chancela dos diretores das faculdades, no que foi rejeitada. Este fato acirraria ainda mais o movimento grevista com a adesão de alguns “furões”.

Em nova reunião em assembleia geral na noite de 13 de setembro de 1968, os estudantes acordaram apresentar uma contraproposta: reabertura do RU em

regime de cogerência paritária; volta do DCE ao RU com direito a reuniões de diretoria e reunião em qualquer unidade universitária, até a conclusão das obras do salão da faculdade de farmácia e bioquímica, que serviria de sede permanente ao DCE, e, por último, que nenhum aluno grevista fosse punido com nota zero por ter perdido prova.

Em reunião do CONSUNI, o item 2 foi rejeitado, apesar de ter votado favoravelmente ao pleito dos estudantes os professores de Direito Otto Guerra (relator da matéria), Carlos Augusto Caldas da Silva e Antônio Soares Filho. Descontente, Otto Guerra renunciou a mediação do conflito.

Ao tomarem conhecimento da intransigência do CONSUNI, as alunas que moravam na residência feminina da UFRN se manifestaram no sentido de manter a greve a qualquer custo, adotando o lema “só cessaremos até que tudo cesse” (SILVA, 1987). Assim foi organizada uma passeata de estudantes, que denunciaram as ações da reitoria. Conduziam faixas com críticas ao Reitor e aos gritos “queremos comer!” andando pelas principais ruas da cidade, escoltados por tropas da Polícia Militar, que também cercavam o RU. Não houve registro de confrontos.

A situação só findou quando foi prolatada decisão judicial de reintegração de posse em favor da UFRN. Na noite de 17 de setembro de 1968, após o jantar, o presidente do DCE entregou mais de 100 (cem) “títulos honoríficos de cozinheiros” aos alunos e alunas que durante 18 dias administraram o RU, em protesto à interferência da universidade nas entidades estudantis e contra as ações de intransigência e autoritarismo emanados do Reitor e do Conselho Universitário. As “bravas companheiras”, ao saberem da reintegração, “chegaram às lágrimas” (SILVA, 1987).

Nessa noite, os estudantes resolveram aceitar as propostas do CONSUNI, e foi dado o fim da greve e da ocupação do RU. Insta declarar que nem todos os DAs apoiaram o movimento deflagrado pelo DCE. Os DAs de Direito, Odontologia, Farmácia e Jornalismo divulgaram nota discordando do DCE. Em razão do movimento vitorioso, no qual se mostrou a força do movimento estudantil universitário, os presidentes dos DAs dissidentes assumiram novas posições: a presidente do DA de Jornalismo (Nadja Caldas Lopes Cardoso) se retratou na assembleia com mais de 500 estudantes, disse que assinou nota divergente, mas

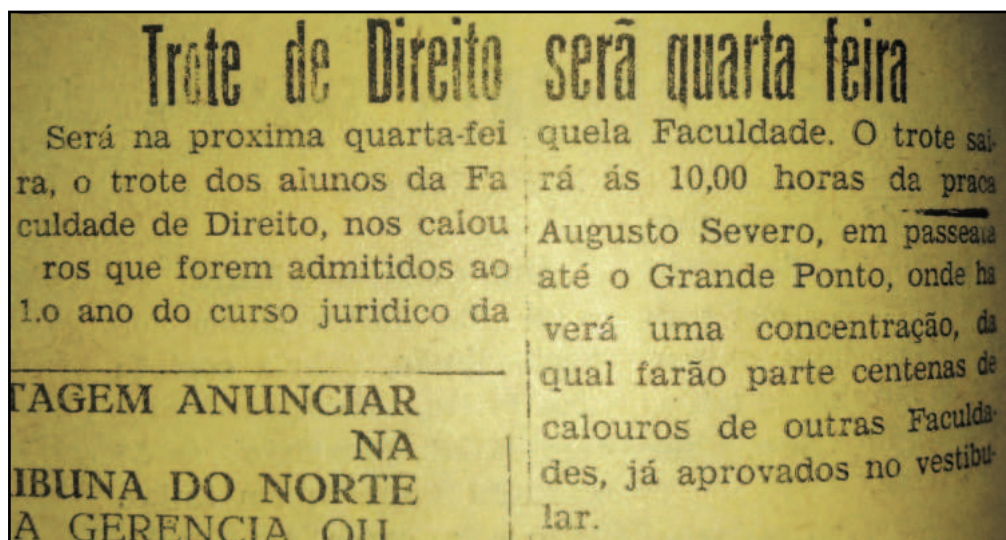
que, a partir dali, apoiaria as reivindicações do DCE, houve ainda a deposição do estudante José Damásio dos Santos do DA de Odonto, por ter assinado nota contra o DCE e não ter apoiado o movimento, além de ter repassado suas funções a vice-presidente Dicelma Medeiros durante os acontecimentos.

A professora Justina Iva (SILVA, 1987, p. 275) afirma que, mesmo que a crise não tivesse garantido a aceitação de todas as propostas, o movimento estudantil teve ganhos políticos, pois colocou a universidade em discussão sobre seus problemas, permitiu debater os comportamentos autoritários emanados da Administração da Universidade e a politização de setores estudantis. Outra visão importante é que a gestão da UFRN percebeu a viabilidade da classe estudantil em se reunir em prol de uma luta justa contra a ingerência da Reitoria no DCE.

28 PROIBIÇÃO DA REALIZAÇÃO DE TROTES “POLÍTICOS” – RESOLUÇÕES 14/1966 E 111/68 – CONSUNI – TROTES COMO ESPAÇO DE EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A realização dos trotes dos calouros era uma tradição quando da entrada dos ingressos nas faculdades da universidade, o tom político refletia a conjuntura da época, uma forma dos meios universitários externarem sua discordância com os governos, criticar a situação social do país e a interferência externa.

Rinaldo Claudino de Barros: Até eu ser eleito presidente do diretório porque aí a gente organizava passeata, até os trotes daquela época eram políticos, não eram como hoje que é todo mundo só pintado e pedindo dinheiro nos sinais não, os trotes eram passeatas políticas, criticando a Guerra do Vietnã, criticando o governo, aí ficou até 68... (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 10, depoimento em 15.03.2013).



Trote dos calouros de Direito, em 1964. Recorte do jornal *Tribuna do Norte* e registros fotográficos.



Registro fotográfico do trote de Direito em 1964. Fonte: Acervo pessoal do Prof. Carlos Roberto de Miranda Gomes.

Segundo registro fotográfico do trote de Direito em 1964. Fonte: Acervo pessoal do Prof. Carlos Roberto de Miranda Gomes.



No depoimento da professora Justina Iva à Comissão da Verdade da UFRN, ela reiterou o tom político e de livre expressão do movimento estudantil universitário:

Justina Iva: O ano de 1968 foi um ano de muita efervescência política na cidade. Nós tivemos uma participação intensa já nos trotes, que eram feitos assim com uma participação muito grande dos estudantes, normalmente por cursos. Havia o trote de Medicina, o trote de Direito, o de Serviço Social. E o trote de Medicina foi um dos primeiros a ser reprimido pelo então governador Aluísio Alves, que combateu veemen-

temente os trotes dos estudantes (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 02, depoimento em 05.07.2013).

Noutro depoimento da professora Luíza Nobrega, conta um pouco do que foi seu trote e, em razão do contexto da época, apresentavam críticas ao imperialismo norte-americano, materializado na absurda guerra do Vietnã e na interferência no ensino superior do país:

Luíza Nóbrega: [...] Antes disso, já como antecedentes, preâmbulo, primórdio, quando eu fiz vestibular em 66 o trote já era super antiamericano, Natal vai mudar de nome. Vai virar *Christmas*, coisas assim. Em 1967, a coisa começa a se encorpar. E acho que, no fim de 67 e início de 68, vão eclodindo os movimentos (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 04, depoimento em 29.11.2013).

O professor Iaperí relatou a percepção do Reitor da UFRN quanto a realização dos trotes:

Iaperí Araújo: Tem dois episódios interessantes porque a maior arma política dos estudantes era o trote do vestibular, geralmente era uma passeata que alunos expressavam em cartazes, em caracterizações, o desconforto que a Ditadura Militar causava a nós, quer dizer, todos os decretos... repressivo de não permitir que o aluno se manifestasse em nada e o ministro dizia “Estudante é para estudar!”, então a gente expressava isso no...

Carlos Gomes: No trote!

Iaperí Araújo: No trote, né? Meu trote foi muito politizado, porque ainda tava na Ditadura ou no Regime Democrático de 64... aquela coisa que do... estava muito presente. A gente usava muito isso e doutor Onofre tinha muita preocupação, ele uma vez me chamou e disse “Olhe, vocês querem falar mal? Falem mal da Universidade, falem mal de mim, porque se vocês falarem de militares, vocês vão ser presos, vão apa-

nhar e vai ser um constrangimento pra gente”. Fazia muito mais com a gente de medicina porque ele sempre teve um carinho maior por medicina porque foi a faculdade que ele fundou e um certo tempo a gente fez um trote pesado, aliás, todos os trotes na véspera do dia, da hora de sair vinha o Delegado de Ordem Social, que era uma pessoa fabulosa, chamado Hernani Hugo...

Carlos Gomes: Bigode que prende.

Iaperí Araújo: Bigode que prende. E a gente escondia todos os cartazes bem políticos por debaixo dos outros, que ele olhava por cima e dizia: “Pode sair!”, aí a gente colocava os cartazes piores, né? E doutor Onofre disse: “Faça crítica à Universidade! Se não vocês vão ser presos!”, aí nós fizemos um trote, me arrependo até o dia de hoje, pesadíssimo dizendo assim “O reitor” – porque isso ele disse uma vez na minha frente – “vai botar um mata burro na reitoria para os estudantes não entrar, mas ele também não sai”. Doutor Onofre disse no instante: “Eu vou murchar as orelhas e dou coice, se me encontrarem, eu murcho as orelhas e dou um coice!”, aí estavam tudo se preparando, na verdade, quem era o gênio fabricante era eu, né? Eu que tinha as ideias e pintava os cartazes, aí Júnior foi visitar... aí eu disfarcei, corri, vim pra Reitoria... “Doutor Onofre, Júnior esteve lá no diretório e ameaçou a gente, teve uma briga, puxou a arma, disse que ia matara a gente, por quê? O que é que o senhor disse a gente? Não fale mal do Governo porque vocês vão ser presos, pois nós falamos do senhor” (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 9-11, depoimento em 23.03.13).

Porém setores mais conservadores da cidade não viam com bons olhos a realização dos trotes. No percurso da manifestação, os estudantes provocavam intenso alvoroço nas principais ruas da cidade, por apresentarem críticas ferrenhas aos governos e demais sujeitos, assim os trotes tornaram-se alvo da repressão advinda da própria Universidade Federal do Rio Grande do Norte e de

organismos militares. Por este motivo, em 01 de março de 1966, a Resolução nº 14 –U do CONSUNI, tomando por base exposição do Reitor Onofre Lopes quanto aos trotes, e a repulsa manifestada na imprensa local, resolveu prestar reprovação aos atos estudantis por considerá-los “atentatórios a moral e ao decoro”. Assim determinava que as unidades de ensino, juntamente com os DAs formassem uma comissão que seria responsável “pela ordem, disciplina e normal condução das manifestações e não permitirá que, em alegorias ou cartazes, sejam feitas alusões mesmo indiretas, ofensivas à moral e aos bons costumes e à dignidade de autoridades ou pessoas”. Proibida a realização de trotes políticos, coube ainda ao CONSUNI estipular as penalidades:

III - a transgressão das regras ora estatuídas e de outras por ventura estabelecidas pelas diretorias das Faculdades e Escolas importará em sanções disciplinares, mediante apuração em sindicâncias que serão imediatamente.

IV - a reitoria prestará colaboração a reuniões e festividades promovidas pelas estudantes para recepcionar os vestibulandos nos recintos dos respectivos estabelecimentos e que visem a abolir a prática de “trotes” públicos, que sempre têm degenerado em ofensas à dignidade pessoal dos próprios vestibulandos, forçados que são, por vezes, a conduzirem cartazes não compatíveis com o decoro e com o respeito devido à sociedade.

Naquela mesma semana, a Igreja Católica, por meio do seu periódico *A Ordem*, na edição de 05 de março de 1966, dirigiu críticas ao Trote de calouros da Faculdade de Medicina, designando-o como *um caso de polícia*, conforme transcrito pela professora Justina Iva (1987, p. 288). Nesta mesma edição, foram divulgadas as declarações da Emissora Rural da Igreja sobre o trote realizado pela Faculdade de Direito dando a pecha de “desrespeitadoras das instituições e da moral pública e privada”, além de fazer um apelo ao Governo para vigiar todo tipo de manifestação na cidade de Natal e “salvaguardar os interesses das famílias potiguares e dos bons costumes”.

Trote dos calouros de Direito em 1966, com críticas à influência norte-americana no país. Fonte: Acervo pessoal da Profa. Luiza Maria Nóbrega.



Ainda nessa perspectiva de conter a realização de manifestações estudantis, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte viria, ainda, por meio do seu Conselho Universitário e intermédio da Resolução nº 111/1968, proibir, explicitamente, a organização e realização dos trotes em âmbito das antigas unidades universitárias. A UFRN se enfileirava na política repressora do Regime Militar, afirmando que os trotes se constituíam de “desrespeito às autoridades e prelações ideológicas incompatíveis com o regime”. Noutro momento, a resolução abordava as sanções aplicáveis aos diretórios acadêmicos e ao DCE caso sobreviesse a realização dos trotes após a determinação do conselho. Nesse sentido, previa a aplicação do Decreto nº 228, de 11 de fevereiro de 1967, que estipulava a suspensão ou dissolução das entidades de representação estudantil. Os trotes estudantis representavam um dos poucos espaços de luta estudantil, onde os universitários criticavam a política estadual, abordavam a conjuntura política internacional. Sendo, inclusive, objeto de intenso controle e ação das forças militares do Estado.

Uma nova ação contra os trotes foi verificada no ano de 1968, na Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto. O Delegado de Ordem Política

e Social, ao inspecionar os cartazes, impediu a saída de quatro deles. Segundo Justina Iva (1987, p. 289-290), havia críticas direcionadas à política imperialista norte-americana, ao programa 'Aliança para o Progresso' dos Estados Unidos, bem como ao CRUTAC da UFRN (Centro Rural Universitário de Treinamento Comunitário).

Outro caso de aconselhamento e que merece destaque nessa *time line* é o fato trazido à baila pelo Professor da UFRN, Otto de Brito Guerra (*In memoriam*), quando do seu depoimento à professora Justina Iva de Araújo (1987, p. 281-282). Segundo o testemunho, em 1968, a diretora da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza - Fundação Jose Augusto - foi advertida por autoridades militares que fosse feito censuramento ao discurso do orador da turma daquele ano, sob pena de ser levado direto para a prisão. O orador da solenidade se tratava do acadêmico José Wilde de Oliveira Cabral, que durante a cerimônia protestou sutilmente. Tentava-se evitar pensamentos e declarações contrárias à ordem estabelecida.

29 PRISÃO DE ACADÊMICOS DA UFRN NO XXX CONGRESSO DA UNE – IBIÚNA/SP

O XXX Congresso da UNE, de 1968, aconteceu na cidade de Ibiúna-SP, no mês de outubro, pouco tempo depois do fim da crise do Restaurante Universitário. Em razão da dissidência de alguns DAs no referido movimento, as lideranças do DCE se preocuparam em não divulgar a forma de escolha dos representantes estudantis ao congresso, em virtude da desconfiança surgida.

Dentre os alunos escolhidos, figura-se o nome de Gileno Guanabara, enquanto delegado da Faculdade de Direito, além dos estudantes Juliano Homem de Siqueira (não viajou), José Bezerra Marinho Júnior e Ivaldo Caetano Monteiro. Outros alunos da UFRN foram delegados: José Maria Ruivo (Medicina), Dermi Azevedo (Serviço Social), Jaime Ariston Sobrinho (Sociologia) e José Rocha Filho (Engenharia).

Gileno Guanabara (SOUSA, 1988, p. 152) conta que, quando chegou a São Paulo, o clima de animosidade era visível: “os sinais de confronto e violência estabelecidos entre os estudantes, convocados às passeatas pelas lideranças, e a Polícia com seus contingentes de carros ‘brucutus’, cães de fila, cassetetes

e escudos, em operações de verdadeira guerra contra os estudantes”. Relatou também a presença constante de policiais nos espaços ocupados pelos estudantes e sua viagem ao local de realização do congresso.

Na manhã seguinte ao início do congresso, às 8h da manhã, foram surpreendidos com sons de disparos de metralhadoras, um dos estudantes sugeriu que todos permanecessem no lugar, pois já estavam cercados pela polícia, que, aos berros “mãos pra cima”, apreenderia todos os presentes.

Enviados ao presídio Tiradentes em São Paulo, “acomodados em celas coletivas esparramados pelo chão, sem camas nem lençóis”, foram interrogados pela Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) da capital paulistana, enquanto mães de estudantes faziam protesto à frente do estabelecimento prisional. Depois de interrogados, foram colocados em ônibus e enviados a seus estados de origem.

Alguns amargariam ainda a prisão na cidade de Natal e outras lideranças seriam presas por determinação do Comandante da Guarnição Militar de Natal, seriam elas: Jaime Ariston Sobrinho, Ivaldo Caetano Monteiro, José Bezerra Marinho Júnior e José Maria Ruivo. Gileno assim esclareceu sobre a prisão no congresso:

[...] O congresso foi feito numa serra em São Paulo, condições as mais adversas. Eu dormi uma noite dentro de uma banheira gelada para poder chegar no outro dia no congresso, lá na serra da Mantiqueira. E lá todos fomos presos. Do Rio Grande do Norte tínhamos eu, Jaime Ariston, um jornalista chamado... esse jornalista que o filho morreu?

Carlos Gomes: Dermi Azevedo.

Gileno Guanabara: Dermi Azevedo estava. O ruivo de medicina estava. José Bezerra Marinho estava. E a polícia chegou às 5h da manhã, a gente dormindo praticamente aos cinco graus, todo mundo gelado foi acordando com os tiros e fomos levados para um presídio em São Paulo chamado presídio Tiradentes. A grande teoria nossa na época eu vou dizer qual era. Era um tal da Aliança Operária Estudantil Camponesa. Vocês

acreditam que nos achávamos? Eu não tinha essa visão não, mas estava dentro dela. Os estudantes liderariam os operários e camponeses numa grande revolução socialista. Um congresso clandestino em Ibiúna com mais de 700 estudantes.

Ivis Bezerra: Inaudível.

Carlos Gomes: Era esse que você foi, né?

Gileno Guanabara: Aí nós fomos identificados, passamos mais ou menos uns dez dias nesse presídio. O governador de São Paulo chamava-se Abreu Sodré, eleito pela Arena, indireto. Mas teve a dignidade de nos colocar dentro de um ônibus com destino ao Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, mandou lacrar e disse – só abra depois do estado Rio de Janeiro. Havia o perigo de que o CCC e grupos de extermínio metralhassem os ônibus, mas eu concluo que pela ação do governador isso não aconteceu. Quando chegou numa cidade do estado do Rio chamada Três Rios, o grupo do Ceará voltou, desceu, voltou, todo mundo morrendo de fome, mas eles articularam de voltar para São Paulo para ir para a clandestinidade. Eu não me propus não, voltei. Agarradinho eu e Rui. Juntamos o dinheiro que eu tinha e ele tinha, chegamos em Recife, eu tinha uns parentes em Recife. No outro dia me deixaram na rodoviária e eu vim embora e amanheci o dia em Natal.

Isso foi no mês de agosto para setembro. Em seguida a polícia abriu um inquérito com base nas informações que vieram do DOPS de São Paulo, todos nós passamos pelo DOPS de São Paulo. Hoje tem um memorial desse congresso da UNE em São Paulo (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 05-06).

Houve ainda a realização do Congresso por regiões e o RN ficou com o CE, porém, naquele momento, os estudantes haveriam de ser surpreendidos pelo AI-5. Nesse instante, as principais lideranças cairiam na clandestinidade, enquanto os diretórios da UFRN passariam a ser preenchidos por forças de direita, representados na figura de Luiz Eduardo Carneiro Costa e Paulo Lopo Saraiva (SOUSA, 1988).

30 PRISÃO DO ACADÊMICO IAPERÍ SOARES DE ARAÚJO

O acadêmico de Medicina, Iaperí Soares de Araújo, na época, também vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRN, relatou que, ao ser retirado por forças militares da sede da Imprensa Universitária, foi levado ao 16º Regimento de Infantaria para ser interrogado pelo Capitão Haroldo Hostalácio Lasmar, e que lá permaneceu detido por alguns meses. Sobre o teor do interrogatório disse:

[...] era o Major Lasmar, que era Capitão Lasmar que tava fazendo o inquérito e ele disse: “Você é direita ou esquerda?”. Eu disse: “Sei não senhor, sou discente!”, aliás ele foi até agressivo quando eu disse assim: “Olhe, quem deve gostar de país comunista devia ser os militares, porque é o país que é militarizado! Quem mantém as Ditaduras Militares comunistas são os militares não é o civil não”, não é o aparelho civil, porque a Ditadura Militar é mantida pela polícia. Pois bem, aí eu fui indiciado...

O hoje professor da UFRN, Iaperí Soares, ainda relatou que respondeu a três inquéritos policiais e que foi acusado no depoimento de Carlos Humberto Rios Mendes de atividades subversivas:

[...] Estava no depoimento, uma certa hora apareceu o depoimento de Carlos Rios Mendes, professor da Faculdade de Farmácia: informa, por ouvir dizer, que Iaperí Araújo tentou dar um cunho subversivo ao “Tartufo de Molière” (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 13-14).

31 PRISÃO DO ACADÊMICO GILENO GUANABARA DE SOUSA

O acadêmico Gileno Guanabara de Sousa, da Faculdade de Direito da UFRN, durante os anos iniciais da ditadura militar, foi preso no Grupamento de Fuzileiros Navais, no bairro do Alecrim-Natal/RN. Na oportunidade de seu depoimento à CV-UFRN, contou sobre as condições subumanas em que foi detido:

Carlos Gomes: Gileno, eu tenho aqui umas pequenas perguntas... durante o tempo que você esteve preso, você falou dois anos, você sofreu alguma tortura física, violência?

Gileno Guanabara: Não. A tortura... a pessoa presa numa solitária durante seis meses, é uma tortura indescritível, passar 95 dias numa solitária e tomar dois banhos de sol, eu criei uma crosta de caspas de quase meio centímetro, sem poder tomar banho de sol. A ordem era ficar mofando mesmo, então vejam vocês, a tortura aí não deixa de ser física. Você sair duma convivência e se trancar dentro duma solitária de um metro e meio, com um cagador lá no cantinho. E atravessar dias e noites e dias durante seis meses é de enlouquecer. É uma tortura (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 13, depoimento em 26.04.2013 – Informação também constante na publicação de sua autoria “Faculdade de Direito de Natal: Lutas e tradições 1949-1973, 1988).

Ivaldo Caetano: Não. Aliás, outro fato que ocorreu em relação a Gileno Guanabara, ficou no Alecrim, Gileno conta que às vezes não podia dormir com os soldados o torturando e batendo em presos (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 09, depoimento em 07.06.2013).

Conforme já tratado neste relatório, Gileno Guanabara foi preso em São Paulo, durante o Congresso da UNE em Ibiúna-SP, e, naquela ocasião, ao ser enviado a Natal, foi novamente encarcerado no 16º RI, contando, na época, com a solidariedade de alguns professores na Faculdade de Direito, que autorizaram a realização das provas sob escolta policial:

Gileno Guanabara: A gente sofria tudo aquilo, aquele momento para dar o exemplo que repressão existia, coisa assim. Olhe, realmente a nossa fragilidade como professores, como alunos, como esquerda em geral, como políticos em geral, nós não temos formuladores de política, nós temos políticos

oportunistas que mudam rapidamente de posição. Raramente, pessoas daquela geração de Roberto se posicionavam com alguma coerência, o resto é como hoje está se vendo... um mercado persa. Então, vejam vocês, eu requeri pensando, na melhor das inocências, que eu podia fazer prova no meio do ano, preso. E que eu fazendo prova, vinha a absolvição depois no julgamento, e eu conseguia salvar o ano. Aí eu requeri. Dr. Otto recebeu o requerimento e não sei por que cargas d'água isso foi consultado ao QG. Aí o general disse: “Dr. Otto – o general Duque Estrada – eles vão fazer prova aí na faculdade, mas se houver uma vaia na minha escolta, nos meus soldados, o sr. é responsável”. Aí Dr. Otto retrucou: “não, general, façamos o seguinte: eles vão fazer prova no 16 RI, não precisa vir sua escolta”. Foi sabido, não foi?

Carlos Gomes: Que ia haver vaia, ia haver!

Gileno Guanabara: É, possivelmente houvesse alguma agitação. Mas eu requeri na faculdade de Sociologia. E um professor ilustre deu um despacho negando. Dizendo ele, do fundamento do parecer, que a minha prisão nem era imprevisível, nem era inevitável nem era irreparável.

José Antônio Spinelli: Qual era o professor?

Gileno Guanabara: Você sabe que eu não me recordo.

Carlos Gomes: Na Faculdade de Direito?

Gileno Guanabara: Sociologia. Não, não era Itamar não. O fato é que os professores da Faculdade de Direito foram fazer as provas e nós íamos de manhã com uma escolta para fazer as provas. Houve um detalhe com um professor emérito. Vejam vocês – Vêscio Barreto era um homem conservador, não tinha nada com esquerda. Ele começou a fazer a prova de direito do trabalho, quando ele foi ditando a prova chegou uma escolta e o Sargento foi dando ordem e tal. E ele olhou para o Sargento e disse assim: quer parar com essa merda aí? Olhe, eu gelei, fiquei teso, ali pensando, vendo a hora ser preso. Mas lá estiveram os professores da faculdade que ditavam, ficavam esperando a prova, levavam a prova, num depoimento, numa prova

inequívoca que nós não lidávamos com fascistas na faculdade. Eram professores conservadores, mas tinham dignidade e respeito com a gente, a luta da gente, com o que nós pensávamos. Alguns deles até tinham participado em lutas em Pernambuco pela reconstitucionalização em 1946. Então isso eu tenho que dizer, porque... Onofre Lopes... quantas passeatas eu não fui na rua, de braço dado: “Abaixo o reitor!”, “você que está explorado, não fiquei aí parado”. Os operários tudo trabalhando e olhando pra gente... Onofre era um obreiro acima de tudo, que queria consolidar a obra dele, que era Universidade. Isso eu vim a custos preços concluir. E nesse livro que eu vi ali da faculdade está dito isso: Onofre não tinha ares de repressor, ele era um patriarca, com a família dele e com a universidade que ele criou, que era a filha dele. Era, assim, eu acho que nesse ponto, os professores, e eu vou citar aqui alguns, me permitam, possa ser que equivocadamente eu falte aqui alguns nomes: Vêscio Barreto, Antônio Soares, grande figura... Alvamar Furtado, Edgar Barbosa, Múcio Ribeiro Dantas. Múcio deu uma aula uma vez e fez uma contestação e saiu assim, nós batemos palmas (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 08-09).

O advogado Gileno Guanabara também confessou as reiteradas ameaças e o clima de tortura psicológica compelida aos presos políticos, citando um caso específico:

[...] o Coronel Cleantho foi me tirar da cela, 95 dias sem tomar banho de sol numa solitária no 16 RI. O grande terror que me fizeram na época quando chegava um comandante no 16 chamado Ismael de Paulo – Coronel Ismael – e mandava eu preparar minha roupa dizendo para eu ir pro Rio de Janeiro. E uma visita que meu pai fez, ele me disse que estavam matando os comunistas no Rio de Janeiro, no DOI-CODI uma coisa dessas. Isso me causava um terror, era realmente apavorante. Eu pensava: eu vou para o Rio de Janeiro pra quê? (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 02)

Por fim, abordou o papel desempenhado por alguns advogados na defesa de presos políticos no estado do Rio Grande do Norte e Pernambuco, citando os nomes de Mércia de Albuquerque, Carlos Antônio Varella Barca e Roberto Brandão Furtado.

32 PRISÃO DO ACADÊMICO JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA

O então acadêmico Juliano Homem de Siqueira, do Curso de Direito, ingressou no movimento estudantil, quando secundarista no Atheneu Norte-Rio-grandense. Em 1968, prestou vestibular e, aprovado nas Faculdades de Sociologia e Política da Fundação José Augusto e na Faculdade de Direito da UFRN, optou pela segunda unidade.

Em depoimento perante à CV-UFRN, contou que na UFRN participou do movimento para aumento das vagas dos cursos da universidade denominado “Excedentes” e da ocupação do Restaurante Universitário em 1968. Uma das mais importantes lideranças do movimento estudantil nos anos de 1960, Juliano Siqueira fez parte do Comando Político-militar e do Comando Central do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

140. Informação constante no livro *Anistia 20 anos: um resgate da luta no Rio Grande do Norte*, p. 54.

Foi preso ¹⁴⁰ em 20 de janeiro de 1970 quando se dirigia à casa do líder esquerdista Apolônio de Carvalho; sendo conduzido ao DOI-CODI do Rio de Janeiro. Segundo Juliano Siqueira, foi condenado a 16 anos de reclusão, permanecendo cerca de quatro anos e dez meses encarcerado, entre o Rio de Janeiro e Recife:

Juliano Siqueira: [...] Bom, passou 1968, fui pra clandestinidade, quinze meses, fui preso, torturado, DOI/CODI etc. 4 anos de prisão, vários companheiros assassinados, 4 anos sim, um mandato completo (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 18-19).

Quando libertado, retorna a Natal e, em 1974, retoma o Curso de Direito na UFRN. Nesse período, o Curso de Direito já funcionava no Campus Universitário.

Através de conclusão obtida pela Comissão da Verdade da UFRN, no Processo nº 23077.034801/2014-94; consta que Juliano Siqueira ainda teve suas atividades políticas mapeadas e registradas pela Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da UFRN, comandada por Adriel Lopes Cardoso, conforme menção ao seu nome nos Informativos (ASI-UFRN) nº 090/1975; nº 031/1978; nº 008/1979 e nº 054/1980 difundidos com a AESI-ETFRN, CATRE, DOPS/RN, Quartel da 7ª Brigada, DPF/RN, dentre outros organismos de informação.

Em sede de depoimento, relatou outro episódio de perseguição em âmbito da UFRN:

Juliano Siqueira: [...] Comigo aconteceu um fato também muito interessante: eu fui o aluno do Curso de Direito que, durante 4 anos, tirou um conceito B, fui o laureado e da Universidade Federal toda. No dia em que eu terminei o curso, vim pra solenidade com minha mãe, por solicitação dela. Eu disse até pra ela: “mamãe, não se preocupe, a gente não vai ser assaltado de jeito nenhum, nós estamos cercado de polícia por todos os lados”. Para onde eu me virava tinha um Polícia Federal. Então, por que tinha uma passagem da solenidade né? Na presença estava o então Ministro da Educação, o General Nei Braga, ex-governador do Paraná. Ele veio. E qual era esse momento? A entrega da comenda, sei lá como é que chama isso, uma estrela verde-amarela e tal. Isso foi cortado do cerimonial e pensavam que eu e os meus amigos estudantes iríamos reagir, mas não houve reação nenhuma. Eu disse “fiquem calmos, depois a gente sai daqui e se diverte, amanhã vai ter uma feijoada lá em casa” e ficou por isso mesmo. Eu me formei em 1977, vim receber em 1988, me foi enviado pelo então Reitor Diógenes da Cunha Lima, dentro de um envelope pardo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nessa época eu morava no Rio de Janeiro (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 23).





Presos políticos na Casa de Detenção do Recife, em 1970. Pode-se notar a presença de alguns potiguares como Zoé Lucas de Brito, Luciano de Almeida e de Juliano Siqueira (Estudante de Direito/UFRN). Acervo pessoal do jornalista Luciano de Almeida.

33 PRISÃO DOS ESTUDANTES DERMI AZEVEDO, IVALDO MONTEIRO CAETANO E JAIME ARISTON DE ARAÚJO SOBRINHO

Dermi de Azevedo acadêmico de Serviço Social na UFRN; Ivaldo Caetano Monteiro, acadêmico da Faculdade de Direito da UFRN e Jaime Ariston Sobrinho, acadêmico da Faculdade de Sociologia, inicialmente, foram presos no congresso da UNE em Ibiúna-SP. Foram lideranças do DCE no movimento de ocupação do Restaurante Universitário, inclusive indiciados nos inquéritos instaurados em 1968 na área do ensino potiguar. Em sede de depoimento perante à CV-UFRN, Ivaldo Caetano relatou sua prisão no 16º RI em Natal e a abordagem policial feita na Casa do Estudante:

Ivaldo Caetano: [...] Então vejam, eu morava na Casa do Estudante. Em 24 de dezembro de 68, mais ou menos por volta de 10 horas da manhã eu estava na biblioteca, eu estava folheando, olhando um livro, e eu ouvi uma voz chamando Ivaldo Caetano Monteiro, aí eu me virei assim, olhei, tinha um senhor mais escuro do que eu com um papelzinho na mão, aí eu fui, me aproximei dele e disse pronto sou eu. Aí ele disse você está preso, ei uma mão branca por traz dele, pegou no meu braço me puxou. E na frente da casa do estudante faz sinal e com a mão direta, com que sai da casa dos estudantes e já tinha um fusca. Aí eu fui colocado dentro do fusca. E eu ficava pensando para onde eu vou? [risos].

Almir Bueno: Ivaldo, à paisana?

Ivaldo Caetano: À paisana, claro. Não tinha ninguém fardado. Mais eram tenentes, eram dois, Tenente Getúlio. A mão branca que pegou no meu braço era um Sargento, cujo nome eu não me lembro. Mas eu tenho uma passagem, inclusive para contar a respeito desse Sargento. Pois bem, o fusca veio me levar para o 16 RI. Quando a gente chegou no 16RI, quem entra no 16RI? Vocês sabem que à direita tem um salão bem grande mesmo. Aí eu fui jogado lá dentro, quando eu entro já estavam Jaime Ariston e Marinho. Já tinham sido presos de madrugada. Aí quando eu ia cumprimentá-los: “não pode fa-

lar um com o outro, não pode falar um com o outro”. Aí eu só os cumprimentei com a cabeça. Bom, eu fiquei nessa sala até mais ou menos meio-dia. Meio-dia eu e Jaime Ariston fomos tirados dessa sala e fomos colocados em umas celinhas que ficam lá no fim, no fim do 16RI, tem umas seis celas, elas são de 1 metro de largura por menos de 2 de comprimento (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 04-05).

Em outro instante, relatou as situações vexatórias vividas quando do seu encarceramento no 16º RI:

Ivaldo Caetano: Então vejamos, no dia que o Geraldo era oficial de dia, essa comida gostosíssima era servida 15h ou 16h. Você olhava assim nem aguentava ver aquele troço. Era uma coisa terrível, precisava ir ao banheiro, ir ao sanitário, aí ele chegava, mandava ir, ficava uns 6 soldados com um fuzil apontando, o Sargento com uma metralhadora e ele com uma pistola. Para esse gigante sair de calção e ir urinar ou fazer outra coisa. Era uma coisa terrível, esse Geraldo era tão louco que teve um dia que depois de um certo tempo a gente podia receber visita, parece que era uma vez ou duas na semana. Então teve um dia que era o dia da visita, a visita ficava lá e ele demorava 3 a 4 horas para poder chamar. E outra coisa, parava toda a guarda e juntava mais gente. Teve um dia que ele chegou e disse: “a guarda esta dispensada”, aí eu pensei: “o rapaz ficou bom”. Dispensou a guarda, saiu eu e Jaime Ariston e ele atrás. Aí rapaz, em um determinado momento eu ouvi aquele trec, trec. Assim como tivesse armando, sabe? Aí ele armou e disse: “corram comunistas safados que eu quero atirar nas pernas de vocês, corram!”. Aí, puta merda, a bondade do cara era essa aí, era para aumentar o terror. Aí veio de longe daquela prisãozinha até lá na frente. [...]

Agora, outra coisa, veja só como havia certa seletividade. Só foram condenados os estudantes que faziam Ciências So-

ciais. Direito, Engenharia, Serviço Social, todos outros foram absolvidos... mesmo eles tendo uma participação maior, para eles os perigosos era esse pessoal que estuda a sociedade... (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 05-06).

[...]

Está estudando até hoje. Mas era desse jeito, os caras eram rígidos, esse Sargento que pegou no meu braço, que era o Tenente Getúlio, deu ordem de prisão. Quando nós formos à tarde transferidos para as celinhas ele esteve lá. E ficou conversando comigo, com Jaime... dizia assim, ele era um cara bem aperfeiçoado era um Gaúcho: “Olha, você me vê risonho, mas eu arranco um”, começou a dizer quem ele certamente faria. E o preso político, o cara está dizendo que vai matá-lo. Pois bem, esse cara que disse que arrancava uma e fazia tudo foi Sargento de guarda durante seis meses que nós ficamos lá. Ele foi Sargento de guarda duas vezes e nessas duas vezes ele mandou abrir a cela minha e do Jaime Ariston e arranhou uma bola de futebol. Ali entre as celas e o ranjo nós ficamos eu e Jaime Ariston jogando bola um pra o outro. Tem umas coisas engraçadas, o cara que arrancava unhas mas foi o único que abriu a cela e deu uma bola para gente jogar. Mas tem o outro lado, quando nós fomos condenados, nós fomos transferidos para a detenção. A detenção, quem vai hoje ali no Centro de Turismo é uma maravilha. Na época, estava caindo tudo, aí eu houve uma pressão social muito grande para que não ficássemos lá. E nós fomos colocados, eu e Emanuel fomos pra uma delegacia nas Rocas, o Gileno foi para o Alecrim, Jaime Ariston e Sezildo, que depois da condenação se apresentou, ficaram na delegacia da Ribeira. Pois bem, quando nós chegamos à delegacia nas Rocas estavam lá Machado, Luiz Gonzaga e um camponês cujo nome eu não me lembro (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 08).

Quanto aos prejuízos sofridos em âmbito da UFRN, como decorrência da prisão imposta, consta que perdeu o quinto ano de Faculdade e que concluiu seu curso em uma Faculdade de Direito no Mato Grosso:

Nessas circunstâncias eu disse: “eu vou”, vim aqui para Natal, eu ia fazer, eu tinha terminado de fazer o quarto ano antes de ser preso e em 69 eles não deixaram que a gente frequentasse a aula e nem fazer prova nem nada, ou seja, perdi o quinto ano. Que eu era para ter terminado em 69, mais não terminei (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 10).

34 CLANDESTINIDADE, PRISÃO E MORTE DO ESTUDANTE EMANUEL BEZERRA DOS SANTOS



Estudantes potiguares, dentre eles, Luciano de Almeida, Juliano Siqueira e Emanuel Bezerra. Acervo pessoal do jornalista Luciano de Almeida.

O estudante Emanuel Bezerra dos Santos, natural de Caiçara, São Bento do Norte, Rio Grande do Norte, iniciou seus estudos na Escola Isolada de São Bento do Norte, onde terminou seu curso primário. Em 1961, vem a Natal estudar no Atheneu Norte-rio-grandense, residindo também na Casa do Estudante.

Ficha individual de Emanuel Bezerra dos Santos encontrada no arquivo do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPENDENCIA	DOPS/DERREX
<u>EMANUEL DOS SANTOS</u> ou Emanuel Bezerra dos Santos Filho de Luís Elias dos Santos e Joana Elias Bezerra	
-HISTÓRICO POLÍTICO-	
20.02.1970 -	Conforme publicou hoje o jornal "O Estado de São Paulo", foi ABSOLVIDO pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército da 5a.RM, em Curitiba, do procº nº 249 de 1964, em que estava indiciado como inc. nos Arts.2, 3, 24, 41 e 49 da Lei de Segurança Nacional, sob acusação de praticar atividades subversivas na região de Joaçaba, a oeste de S.Catarina.
05-09-1973 -	Após manter intenso tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, morreu na manhã de ontem, no bairro de Moema, na Capital. Pertencia ao Partido Comunista Revolucionário-PCR e participou do atentado ao então candidato Costa e Silva, no aeroporto de Guararapes, em Recife, em 1966, além do assalto ao Parque da Aeronáutica, por ocasião das Olimpíadas do Exército do Recife, neste ano, e à Padaria Rosarinho, em Janeiro de 1973.

Juntamente com colegas de escola, como Luciano de Almeida, Juliano Siqueira lança o periódico *O Realista* voltado para “a denúncia política das misérias da nossa sociedade”.¹⁴¹ Outra iniciativa apoiada por Emanuel, foi a criação do *Jornal do Povo*. Em 1966, integra-se ao Partido Comunista Brasileiro, tornando militante, mas, no ano seguinte, incorpora-se ao Partido Comunista Revolucionário.

141. *Anistia 20 anos 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte*, p. 107.

142. Será objeto de estudo do tópico sobre os Inquéritos Policiais Militar que atingiram os membros da UFRN. Segundo informação constante na ficha de Emanuel Bezerra no DOPS/RN (Pron- tuário nº 0071 e Ficha nº 523) “movi- mento estudantil de 1968 – frei Migue- linho e Restaurante Universitário...”.

Em 1967, participa de concurso de habilitação para ingresso na Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, obtendo êxito. Neste mesmo período, tornou-se presidente da Casa do Estudante, se destacando como lide- rança estudantil em Natal. Ainda no âmbito universitário, tornou-se diretor de planejamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na gestão de 1968 do Presidente Ivaldo Caetano Mon- teiro. Com o Ato institucional nº 5 é preso e condenado no chamado “Inquérito do Restaurante Universitário”,¹⁴² sendo preso na Base Naval de Natal e em Distritos Policiais durante o interregno de dezembro de 1968 a outubro de 1969. Quando li- bertado, entra na clandestinidade, interrompendo seu curso superior em Natal.¹⁴³

Segundo publicação,¹⁴⁴ Emanuel foi preso no dia 04 de setembro de 1973, às 8h30min no largo da Moema-São Paulo, quando voltava de viagem ao exterior. Na ocasião, foi conduzido ao DOI-CODI do II Exército, e na unidade militar seria torturado brutalmente até a morte, junto com outro militante político Manoel Lisboa de Moura.

A necropsia foi realizada pelo legista Harry Shibata, que “não constatou as inúmeras marcas de tortura no corpo de Emmanuel”. Em fotografia estampada no Livro “Emanuel: vida e morte”, percebe-se as inúmeras violências sofridas, pois seu olho esquerdo está visivelmente inchado, seus lábios estão intumescidos, sua testa apresenta ferimentos, a base do nariz está quebrada, seu lábio inferior está cortado e em volta do seu pescoço desenha-se um colar de morte, como se fora feito a fogo. Apesar das marcas de tortura, no seu prontuário nº 9929 do DOPS/SP, consta que faleceu em decorrência de tiroteio, em 05 de setembro de 1973. Foi sepultado junto ao seu colega Manuel Lisboa como indigente.

Seus restos mortais foram localizados em 13 de março de 1992 e periciados por uma equipe de legistas da UNICAMP. Seu traslado à Natal aconteceu em julho de 1992 e seus restos mortais foram sepultados em São Bento do Norte.



Foto retirada após o óbito do estudante Emanuel Bezerra no DOI-CODI – II Exército. Percebem-se marcas visíveis de tortura e ferimentos. Fonte: Dhnet.org.br.

143. Segundo o Processo nº 238/69 da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, Emmanuel Bezerra dos Santos solicitou trancamento da matrícula do curso, através do seu procurador Rinaldo Barros, em 16.05.1969. Arguia motivo de força maior. Segundo despacho do Diretor Itamar de Souza, foi designado para relatoria em 03.06.1969: “a congregação para apreciar pelo fato de o requerente se achar sub judice, ao prof. Amaro Marinho para relatar”. Relatório: “Emmanuel Bezerra dos Santos aluno desta Faculdade, através de requerimento de fl. 2, solicita trancamento de matrícula. O pedido, por motivo superior, deixou de ser apresentado para despacho dentro de menor espaço de tempo, todavia, evidenciou-se que o mesmo foi apresentado tempestivamente. Alega como fundamento do pedido, impossibilidade de frequentar a Faculdade, por motivo de força maior. Com efeito, é público e notório que o suplicante, por motivo de prisão, não pode frequentar a faculdade. Pelas condições, atendendo que a pretensão do requerente encontra amparo legal, sou de parecer pelo deferimento do pedido, razão pelo que o defiro. Natal, 29.01.1970 relator com voto, Amaro Marinho”.

144. Obra citada *Anistia 20 anos*.

35 PRISÃO E MORTE DO ACADÊMICO JOSÉ SILTON PINHEIRO

A versão da morte de José Silton Pinheiro (Aluno da Faculdade de Educação da UFRN) também foi apresentada no livro *Anistia 20 anos: um resgate da luta no Rio Grande do Norte* (2000, p. 113-114), conforme transcrição a seguir:

Foi morto sob torturas, no dia 29 e dezembro de 1972, juntamente com seus companheiros de partido: Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio Oliveira Cabral e José Bartolomeu de Souza, no Rio de Janeiro. Foi montada pela repressão política um “teatrinho” para justificar a morte dos jovens revolucionários, como se tivesse ocorrida em tiroteio com os agentes da ditadura. Seu corpo foi encontrado totalmente carbonizado, num automóvel Volkswagen à Rua Grajau, nº 321. Obviamente os corpos estavam nesse estado com o fim de ocultar as marcas de sevícias a que foram submetidos. No verso de sua certidão de Óbito, firmada pelo legista da repressão Roberto Blanco dos Santos, foi colocada a frase: “Inimigo da pátria” (terrorista), revelando o ódio dos seus algozes para com ele. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Ricardo Albuquerque [...].

36 PERSEGUIÇÃO AO ACADÊMICO JOSÉ DE ANCHIETA JÁCOME

O ex-aluno José de Anchieta Jácome, da Faculdade de Educação da UFRN, relatou que, após distribuir um manifesto direcionado aos estudantes da UFRN, foi convocado pelo então Reitor da UFRN Genário Alves Fonseca para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo do documento, além de interrogatórios na Polícia Federal, conforme depoimento de Anchieta Jácome à CV-UFRN:

Anchieta Jácome: Então eu lancei esse manifesto aos estudantes na época [novo comentário sobre os óculos]. Então eu fiz esse manifesto aos estudantes na época. Tudo tirado do programa do MDB. Acompanhado do deputado Roberto Furtado que era governante do partido, presidente do par-

tido... Tirado tudo, tudo, tudo que eu disse aqui desse programa do MDB. Tudo tirado do livrinho do MDB... Então eu comecei a distribuir esse manifesto às sete e meia da manhã, mais ou menos. Às oito e meia já estava sendo chamado na diretoria que o coordenador queria falar comigo. Quando cheguei lá, ele disse: **“Tenho um telefonema aqui que, pela voz, não vai ser muito bom pra você. Acabou de ligar Genário Fonseca. Ele quer você no gabinete dele agora!”**. Eu disse: **“Muito bem, eu vou distribuir meu manifesto e vou”**. Ele disse: **“Vá agora senão ele manda lhe buscar com a polícia!”**.

Ivis Bezerra: Ele era reitor? E já foi isso no âmbito da Universidade?

Anchieta Jácome: Na Universidade. Eu fui. Quando eu cheguei lá, ele tava ao lado do senhor e me apresentou ao Coronel, mas ele não tinha nada de militar, eu acho. Aí ele disse: **“Olhe, Coronel, eu vou ler aqui pro senhor um panfletozinho subversivo que esse rapaz lançou agora na Universidade. Muito atrevido. Muito atrevido, esse rapaz”**. E eu calado. Aí ele leu o manifesto e perguntou: **“O que é que o senhor acha?”** Ele [O Coronel] disse: **“Muito forte. Muito forte”**. Ele disse: **“Agora vai acontecer o seguinte: Você vai retirar sua candidatura de vereador, vai fazer uma carta ao Reitor se retratando e pedindo desculpas”**.

Ivis Bezerra: Esse cara era o suposto Coronel?

Anchieta Jácome: Genário. E esse Coronel do lado. Aí ele disse: **“E você vai fazer essa carta se retratando e pedindo desculpa ao Reitor. Você agrediu a Universidade”**. Eu disse: **“Tudo bem. Ô, Reitor, eu não vou fazer essa carta nem retirar minha candidatura. Se o partido me chamar e achar que eu errei por ter usado o programa do partido eu retiro minha candidatura. Agora a carta... O senhor não vai ver essa carta, não”**. Ele disse: **“Você lembre-se que eu sou Reitor e você foi aluno da Universidade. E se você não fizer nada disso, eu tenho o 477 pra você”**. Eu disse: **“Tudo bem, o senhor**

fique à vontade já sabendo do que vai acontecer: nem vou retirar minha candidatura nem vou fazer essa tal carta pro senhor” (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 04-05, destaques nossos).

[...]

Anchieta Jácome: Recusei. Ele disse: “Aguarde que quem vai conversar com você não vai ser mais o Reitor não”. Eu disse: “Tudo bem. Meu endereço todo mundo sabe”. Fui embora. Quando foi no outro dia de seis horas da manhã, minha irmã... Eu morava na casa da minha irmã aqui em Natal. Ela acordou apavorada: “Anchieta, tem dois carros da Polícia Federal aí com bem seis homens tocando na cigarra”. Fazer o que, né? Aí cheguei lá...

Anchieta Jácome: Aí eu errei. Eu cheguei gozando com esse povo lá fora: “Vieram buscar Lamarca ou Marighela? Aí estava lá o chefão deles. Ele disse: “Entre!”. Aí abriu a mala... Outra vez: “Entre!”. E já com raiva, né? Me levaram pra lá. Eu cheguei lá era sete e meia, oito horas da manhã. Fiquei sentado numa sala até uma e meia da tarde. Não passava ninguém nem para me oferecer água, não tinha a quem pedir. Quando deu seis horas da noite, três da Polícia Federal, sentado na mesa lá com as máquinas, aí começou o interrogatório. Dizendo que eu tinha sido apoiado pelo Partido Comunista, que eu tinha tido apoio do Partido Comunista, que eu era amigo de François Silvestre, que eu era amigo de Vulpiano Cavalcante, que eu era visto dia de sábado bebendo na casa de Vulpiano Cavalcante pela manhã e que bebia mais Vulpiano Cavalcante em casa escutando música clássica... Um bocado de coisas, né? Eu disse: “Então eu não posso ser amigo de um comunista não? Eu não posso ser amigo de François Silvestre, meu amigo de infância?”. Ele disse: “Não, mas tem mais coisas.” Aí começou... Começaram, começaram... Aí parava tudo. Desapareceram. Quando deu nove da noite... Voltaram de novo. Outras três pessoas diferentes (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 06-07).

37 PRISÃO DO ACADÊMICO FRANÇOIS SILVESTRE DE ALENCAR

O acadêmico François Silvestre de Alencar, da Faculdade de Direito da UFRN, inicialmente, foi preso ainda quando era estudante secundarista, quando da ocupação da Casa do Estudante pelas tropas do Exército, sendo levado para o Regimento de Obuses em Natal (SOUSA, 1988, p. 165-166). Armagaria outras prisões e convocações pela SSP em razão de sua atuação política.

38 COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC)

Em várias capitais brasileiras, alguns perseguidos políticos relatam que, à época, havia a existência de grupos “paramilitares” chamados de Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Segundo os jornalistas Marcelo Mário de Melo e Francisco de Assis,¹⁴⁵ o CCC's eram grupos paramilitares de direita, formados por profissionais liberais, estudantes de direita e policiais militares. Conforme asseguram, o CCC de Pernambuco é suspeito de praticar vários atos terroristas, como metralhamentos à sede do Arcebispado do Recife e à casa do seu arcebispo Dom Helder Câmara e atentados contra militantes de esquerda como o líder estudantil Cândido Pinto, que ficou paraplégico e o Padre Antônio Henrique Pereira, auxiliar de Dom Helder, encontrado morto com sinais de tortura.

145. Revista *Algo mais: a revista de Pernambuco*, edição “A polêmica da Verdade”. Setembro de 2012.

O Professor Juliano Homem de Siqueira revelou em sede do seu depoimento à Comissão da Verdade da UFRN, em 22 de fevereiro de 2013, da existência de uma organização similar, formado por alguns estudantes da Faculdade de Direito da UFRN (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 16-17).

39 MOMENTOS DE TORTURA PSICOLÓGICA DA ACADÊMICA LAURA FREIRE DE MELO E CONDENAÇÃO DE JOSÉ FERNANDES MACHADO

Em 01 de janeiro de 1969, houve a convocação da acadêmica da 4ª série de Direito, Laura Freire de Melo, para apresentação no 16º RI. Conforme Guanabara

(1988, p. 161-162), foi interrogada pela Capitão Haroldo Hostalácio Lasmar, sendo submetida a sessão de tortura psíquica com ameaças de prisão, propostas indecorosas, por suspeitas de ligação com o PCB. No final da tarde deste dia, foi liberada e, enquanto se dirigia ao centro da cidade, foi seguida pelo Capitão Lasmar, que, de seu automóvel, *fazia propostas amorosas, palavrões e injúrias atentatórias a sua pessoa* (destaques nossos).

Neste mesmo ano, houve a condenação do acadêmico da 4ª série de Direito, José Fernandes Machado, junto a 7ª Auditoria Militar do Recife. Foi sentenciado a 06 (seis) meses de detenção, que foram cumpridas na sede da Delegacia de Polícia do Bairro das Rocas, em Natal. Apesar da prisão, conseguiu concluir seu curso em 1970. (SOUSA, 1988, p. 160-161).

40 EXPULSÃO DO ESTUDANTE RINALDO BARROS POR APLICAÇÃO DO 477

Tratou-se de Inquérito administrativo, conhecido como Inquérito 477, instaurado por meio do Ofício nº 44-GD, de 23 de Abril de 1969, do Pe. Itamar de Souza, Diretor da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto (FJA), com vistas a responsabilização do estudante Rinaldo Claudino de Barros, como incurso em dispositivos do Decreto-Lei nº 477/1969.

Neste mesmo expediente, que endereçado à Presidente da Fundação José Augusto, Ilma de Melo Diniz, solicitou a designação de um servidor fundacional para abertura deste inquérito. Analisando-se a decisão de desligamento do estudante referenciado, verifica-se que o servidor responsável pelas diligências e abertura do Inquérito em apreço foi o Sr. Luís Gonzaga Coêlho Guimarães, conforme designação da Portaria nº 16/69 de 28 de Abril de 1969.

Em pesquisas realizadas junto ao “Dhnet.org.br” - sítio eletrônico do Comitê Estadual pela Verdade do RN e do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) - verificou-se que 05 (cinco) estudantes universitários foram indiciados em Inquéritos, no âmbito da Faculdade de Sociologia, com vista a responsabilização administrativa, como incursos no Decreto nº 477. Na lista, constam os

seguintes nomes: Antônio Alfredo Santiago Nunes, Francisco Dagmar Fernandes, Jonaldo Oliveira, Luiza Maria Nóbrega e Rinaldo Claudino de Barros. Apesar dos procedimentos instaurados contra esses alunos, constatou-se que Rinaldo Claudino de Barros foi o único estudante desligado e impedido de se matricular em todo e qualquer estabelecimento de ensino por um período de 03 (três) anos.

Além da pesquisa eletrônica, foram realizadas diligências, *in loco*, em Arquivos de entidades de direito público, como da Fundação José Augusto (FJA) e do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), em face da primeira instituição ter sido a mantenedora da Escola superior em apreço. Outrossim, foi realizada consulta nos arquivos em áudio e vídeo da TV Universitária, a exemplo da entrevista do ex-Diretor da Faculdade de Sociologia e Política, Prof. Itamar de Souza concedida ao programa Memória Viva. Além da inserção de trechos dos depoimentos de Rinaldo Claudino de Barros (15.03.13) e Antônio Alfredo Santiago Nunes (24.05.13) na ocasião de seus depoimentos concedidos a Comissão da Verdade da UFRN.

40.1 Contextualização Histórico-Política

A edição do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, editado pelo Presidente da República Machel Arthur da Costa e Silva, obedeceu, sem dúvida, a uma escalada das ações repressivas empreendidas pela Ditadura Militar, tendo como auge a edição do Ato Institucional nº 5 – que fechou o parlamento, cassou direitos políticos e restringiu ainda mais a atuação do movimento de resistência deflagrado desde o golpe de 1964.

O ano de 1968, anterior à edição do decreto nº 477, foi marcado por intensa atividade política do movimento estudantil em todo o país e, mais expressivamente, com a morte do estudante Edson Luís após ter sido alvejado por forças policiais no restaurante “Calabouço”. Nesse contexto, desencadeia-se uma série de passeatas, protestos, comícios e greves estudantis que marcaram 1968 como o ano do ressurgimento do movimento estudantil brasileiro, uma vez que este havia sido fortemente atacado por ocasião do Golpe de 1964 com a cassação de mandados e a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) por ação do então Ministro da Educação e pela Lei Suplicy.

Esse breve ressurgimento foi brutalmente interrompido e repreendido pela edição de instrumentos normativos que garantiriam ao Regime Militar um controle social e político ilimitado sobre os poderes da República e dos movimentos sociais combatentes à ditadura ora presente no país. E, nessa perspectiva, a construção de regramentos que controlassem e limitassem ações dos membros das comunidades acadêmicas se fazia necessária face aos objetivos de perpetuação do movimento golpista no poder, sob auspícios de aniquilamentos dos opositores do regime militar. Mesmo que, para isso, fosse necessário o uso da força absoluta pelo Estado como: torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos.

Utilizando-se de uma suposta preocupação com as atividades estudantis para o período letivo de 1969, o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), General Jaime Portela de Melo, endereçou ao Presidente da República e aos Ministros da Justiça e da Educação exposição de motivos e minuta do decreto nº 477. No documento, Portela destacava que o ano de 1968 havia sido marcado por uma “verdadeira rebelião estudantil” alavancada por “líderes subversivos” que intentavam destituir a “Revolução”; havia destaque a omissão das autoridades universitárias na responsabilização dos estudantes. Segundo o Prof. Rodrigo Motta (2014, p. 155), o Conselho de Segurança arguia pela falta de instrumento legal para punir os “agitadores” em âmbito escolar.

O temor de intensa atividade política dos estudantes em 1969, inclusive, motivou a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a endereçar comunicado aos reitores das universidades públicas alertando preocupação com o movimento estudantil, sobretudo por causa dos excedentes.

Em menos de um mês, a proposta formulada pelo CSN foi aperfeiçoada pelos Ministros Gama e Silva e Tarso Dutra e entrou em vigor. A criação do decreto, por sua vez, chegou ao conhecimento do setor educacional brasileiro antes do início do ano letivo de 1969.

Segundo o Professor Rodrigo Motta (2014, p. 156), “o Decreto-Lei n. 477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo Regime Militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticos”. Posteriormente, o fim do

decreto se tornaria uma das principais bandeiras de luta pela democracia e fim da interferência da ditadura na autonomia universitária.

Dados apontam que a quantidade de estudantes expulsos nas universidades brasileiras é alarmante. Na região nordeste, o cenário apresenta-se com elevados índices de expulsão nos estados da Paraíba e Pernambuco. De acordo com o Consulado dos Estados Unidos em Recife, só em Pernambuco aproximadamente 73 universitários foram expulsos (MOTTA, 2014, p. 158).

40.2 Decreto 477: Disposições Normativas

Como já mencionado, o Decreto nº 477 objetivava restringir e reprimir a atuação do movimento estudantil, docente e funcional, em âmbito universitário, a partir da proibição da livre difusão de ideias da comunidade universitária; do uso das dependências escolares para organização de passeatas, desfiles e comícios; bem como limitar a produção didático-científica nas instituições de nível superior.

Conforme consta em sua ementa, o referido decreto: “Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares [...]”. E em seu Art. 1º confere condutas consideradas proibidas aos sujeitos acima mencionados, conforme transcrição abaixo:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

A responsabilização dos agentes que incidiam na norma legal variava de acordo com o pertencimento ou não aos quadros da Administração Pública, assim, o corpo docente, os servidores públicos e empregados seriam punidos com a demissão ou dispensa, além da proibição de nomeação, admissão e contratação por parte do poder público no prazo de cinco anos. Com relação ao corpo discente, a responsabilização cingia-se ao desligamento (perda do vínculo acadêmico) e a proibição de nova matrícula em outro estabelecimento de ensino superior no prazo de três anos. Se o estudante brasileiro fosse beneficiário de bolsa estudantil, seria determinado o imediato corte da bolsa, e se o estudante fosse de origem estrangeira, sua expulsão do país seria imediatamente providenciada.

Uma das características mais violadoras e repressivas que caracteriza o processo administrativo para aplicação do Decreto nº 477 era o seu caráter sumaríssimo. Alguns estudantes tinham poucas horas para apresentarem defesa e havia somente uma instância recursal. Em caso de absolvição, o Ministro da Educação dava o voto final.

40.3 Aplicação do Decreto 477 na Faculdade de Sociologia

O primeiro caso de aplicação do Decreto nº 477 na Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto foi registrado no ano 1969. Nesse período, Rinaldo Claudino de Barros – líder estudantil e integrante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), organização clandestina durante a ditadura militar – assumia a função de Presidente do Diretório Acadêmico Josué de Castro.

O caso emblemático se iniciou às vésperas da realização das eleições para escolha dos dirigentes do referido diretório, o então Padre Itamar de Sou-

za - diretor da Faculdade - convocou o estudante e lhe fez indagações sobre a escolha dos novos representantes, sugerindo, possivelmente, a escolha de um estudante indicado pela diretoria.

O ato de arguição do estudante e uma aparente tentativa de interferência da administração escolar sob os rumos do diretório acadêmico insuflaram os ânimos dos estudantes de sociologia, sobejamente, os que tinham participação mais destacada nas ações estudantis de combate ao regime ditatorial. Nesse momento, o estudante repeliu a intromissão da administração e em reunião com a diretoria da entidade resolveu produzir um documento que fora amplamente difundido com o corpo discente. Como pode-se verificar na transcrição abaixo, a “carta aos estudantes de Sociologia” assinada pelo próprio presidente Rinaldo Barros, serviu como isca para a punição do estudante, da forma mais drástica e com todas as ferramentas legais postas à disposição dos dirigentes escolares pela ditadura militar.

Carta aos estudantes de Sociologia

Prezados Colegas,

Estamos vivendo horas difíceis, sentimos uma necessidade enorme de apoio de cada um. O nosso diretório encontra-se ameaçado em seu aspecto fundamental, sua vida. Pessoas inescrupulosas procuram aproveitar-se da situação instável que vive nossa Pátria para nos intranquilizar ainda mais.

Estamos preocupados, sob o peso da responsabilidade, mas não estamos com medo. Muitas vezes tivemos de lutar contra forças poderosas e, para alguns, essa foi uma luta desesperada; apesar de gloriosa, custou-nos caro.

Atualmente, com o adiamento das eleições para o nosso DA, um espírito de inquietude começou a impregnar a vida da Faculdade. Para nós, os minutos tornaram-se valiosos. Urge que encontremos uma solução.

De nossa parte, temos um propósito que é o de preservar o direito do voto livre (sufrágio universal), ou seja, entregamos o Diretório aqueles escolhidos (eleitos) pelos estudantes. Ja-

mais seremos coniventes com a tirania. Não entraremos em conchavos dentro de nenhum gabinete, para permitir a implantação de uma interventoria para o nosso Diretório. Se isso nos custar a liberdade, pagaremos. Esperamos que esta nossa atitude seja um reflexo do pensamento de cada um de vocês, pois, somente assim será válida e terá força.

Esta carta não pretende atacar ou acusar ninguém, mas tem a finalidade de defender um ponto de vista que achamos correto: só entregamos o diretório a uma nova diretoria livremente escolhida entre todos vocês. No entanto, gostaríamos de receber - verbal ou por escrito - a opinião de cada um de vocês sobre o problema, Afinal, o Diretório somos todos nós...

Contando com o apoio de todos vocês, o amigo

Rinaldo Claudino de Barros

Presidente do DA

Durante a oitiva do Professor Rinaldo Claudino de Barros na Comissão da Verdade da UFRN na sessão do dia 15 de março de 2013, assim se pronunciou sobre a intromissão da Diretoria da Faculdade nas eleições do Diretório Acadêmico e seu indiciamento no decreto nº 477:

Carlos Gomes: Rinaldo, só uma pergunta você entrou em 66, ninguém mexeu com você por quanto tempo?

Rinaldo Barros: Até eu ser eleito presidente do diretório porque aí a gente organizava passeata, até os trotes daquela época eram políticos não eram como hoje que é todo mundo só pintado e pedindo dinheiro nos sinais não, os trotes eram passeatas políticas, criticando a Guerra do Vietnã, criticando o governo, aí ficou até 68...

Pergunta: Em 68?

Rinaldo Barros: É, por dois anos no caso, entrei em 66, em dois anos houve o endurecimento e eu fui cassado, agora é curioso também, é importante que fique registrado que o

motivo da minha cassação, apesar de eu ser o presidente do diretório e fazer toda essa movimentação política não tem nada a ver com essa movimentação. A minha cassação é o seguinte, acabou o meu mandato, ia acabar o meu mandato de presidente do diretório e eu convoquei eleições... pregando na porta das salas etc e tal, o diretor de então na época me chamou na sala dele, o diretor da Faculdade – o professor Itamar de Souza, na época ele era padre, agora ele não é mais padre, pesquisador e tem algumas pesquisas interessantes, ele me chamou na época dizendo que queria lançar um nome pra presidente do diretório e queria que eu apoiasse o nome dele. O nome que ele ia indicar. Eu tomei um susto que eu não esperava jamais que isto fosse proposto pra mim, mas ele achava que podia, diante do endurecimento do golpe, que eu ia ficar com medo e eu ia fazer isso. Eu disse: olhe eu nem vou apoiar o seu candidato e vou fazer mais uma coisa, eu vou de sala em sala agora ainda agora de noite e vou dizer que você fez essa proposta e fui.

[...]

Intervenção inaudível

Rinaldo Barros: [...] É, e aí eu fui de sala em sala e foi esse o motivo da minha cassação, avisei que o diretor tinha feito essa proposta e no outro dia achei pouco fazer só falando e no outro dia eu fiz uma espécie de boletim do diretório com o mesmo conteúdo, pra todo mundo tomar conhecimento da tentativa de dobrar, de subornar do diretor e isso ele levou esse papel que eu fiz contando a história verdadeira, que ele tinha feito a proposta, ele levou pro general da época, não me lembro qual era o nome, acho que era Duque Estrada, Duque Estrada é o nome do general, ele levou pro general e daí em diante ele voltou com a instrução de que era pra instaurar um inquérito e que era para cassar, aí tem outra coisa que eu boto entre parênteses assim que nessa época que começou o inquérito de cassação eu tive 48

horas pra apresentar minha defesa, que não foi lida, só foi colocada dentro do processo e pronto.

Inaudível

Rinaldo Barros: Da minha cassação foi isso aí, a proposta dele indicar um candidato e eu apoiar.

Inaudível

Rinaldo Barros: Não, não, saiu na mídia né, mas no inquérito não. Porque o decreto 477 é um absurdo jurídico, não sei se vocês tiveram acesso de ler, qualquer coisa que o diretor cismasse com um aluno e quisesse acusar aquele por subversão, a palavra chave né, ele fazia. Se um aluno fosse pego, o aluno que o diretor não gostasse, fosse pego com uma caixa de fósforo no bolso ele podia dizer, acusar o aluno que ele ia tocar fogo na Faculdade, esse é um terrorista e vai tocar fogo na faculdade, pronto e tava cassado. Agora, felizmente, isso só aconteceu uma vez, eu fui a única vítima e virei um ser objeto de curiosidade, porque que só ele foi cassado, houve outros que os diretores tentaram, fizeram o inquérito etc e tal mas não chegaram a conclusão realmente cassar e eu perdi 3 anos de minha faculdade, 3 anos sem poder estudar em 68 faltava um ano pra eu concluir, faltava dois anos, um ano e meio. Dezembro de 68, o golpe, o endurecimento foi em dezembro, então esse inquérito deve ter sido em 69. Faltava um ano pra eu terminar a faculdade, então eu fui cassado só que coincidentemente nesta época...

Carlos Gomes: Cassado que você diz, foi expulso?

Rinaldo Barros: É mas o termo do decreto 477 é cassação

Carlos Gomes: Mas você não perdeu o direito político não?

Rinaldo Barros: Sim, nesses três anos sim. Perdi a faculdade e os direitos políticos, aliás direitos políticos não fazia muito sentido naquela época porque não tinha eleição né, não tinha eleição pra nada, nem pra vereador, nem pra presidente da república, pra nada, então perder direito políticos não fazia

muita, não tinha muito efeito e o que fazíamos a diferença era a cassação de você estudar, você adiar 3 anos uma formatura não é brincadeira (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 12-13).

Depois da ampla circulação da carta nas dependências da Faculdade de Sociologia e Política, o documento chegou às mãos do General Duque Estrada – Comandante do Quartel-General do Exército em Natal, de maneira não esclarecida. Este convocou o Pe. Itamar de Souza a comparecer a unidade militar, conforme o ex-diretor revelou na oportunidade que concedia entrevista ao programa Memória Viva em 11 de maio de 2011, quando questionado pelo Professor Tarcísio Gurgel sobre o acontecimento de aplicação do Decreto nº 477 e assim se pronunciou:

Tarcísio Gurgel: [...] Ainda nesse campo polêmico, do Itamar briguento e etc, você teve uma passagem na Faculdade de Sociologia na Fundação José Augusto, você bateu de frente com a esquerda nessa época foi?

Itamar de Souza: Os piores dias que passei na minha vida. Agora recentemente Luís Damasceno me revelou uma coisa: Itamar, eu não quero dizer o nome da pessoa não, ele disse que você está vivo graças a ele, porque os terroristas iam te pegar...

Tarcísio Gurgel: É mesmo? Isso era um cabra marcado para morrer era?

Itamar de Souza: Veja bem, eu fui diretor da Faculdade num momento de muita crise. A Faculdade pagava mal, havia uma rotatividade de professores imensa, porque o salário não compensava [...]. Ai o movimento vinha lá da ribeira e terminava na fundação. Você tá entendendo?! Terminava na fundação. Veio a hora de fazer a eleição do Diretório, eu conversava com o pessoal, gente vamos dialogar vocês estão ai há seis anos nesse Diretório, vamos fazer chapa única, que o país tá muito difícil. Essa faculdade é muito visada pelo Exército. O movimento de esquerda

tá todo desmantelado no Brasil, isso era em 68, e o pessoal combinava comigo alguma coisa e chegava lá embaixo o assunto era outro, entendeu. De tal modo que a coisa foi num crescente muito grande, que um dia eu cheguei na Faculdade e Lenício Queiroga, era o secretário, o Queiroga disse: Itamar pegue essa sua bolsa, pasta e corra o quanto antes, que tem uma turma lá embaixo que vai lhe dar uma surra. A coisa chegou a esse ponto. Eu tive vontade de ir embora, sumir daqui, mas um amigo meu disse: “não adianta você fazer isso, pra onde você for o exército vai atrás, e se você não aplicar a legislação, se você não aplicar a legislação existente você vai ser visto como um cúmplice pelo exército. Enfrente a coisa do jeito que ela veio”. Aí foi quanto eu tive, realmente que aplicar o 477, num réu confesso. Pior era que eu não queria, todo mundo ouvido no processo negou, que ninguém sabia, não sei quem fez, não sei quem divulgou.

Tarcísio Gurgel: Aplicar o 477 significa expulsar o aluno...

Itamar de Souza: Expulsar o aluno por 3 anos, você tá entendendo e na hora que ele foi ouvido ele disse fui eu que fiz, confeccionei, eu que distribuí, que fiz tudo.

Tarcísio Gurgel: Material panfleto, essas coisas...

Itamar de Souza: Exato. E veja bem, isso foi numa noite, e no outro dia chegou um soldado do Exército, com um ofício do General Duque Estrada

Tarcísio Gurgel: Que era um terror!

Itamar de Souza: Me convidando pra ir ao Quartel. Eu o conhecia, viu Jurandyr [Navarro], eu conheci o General Duque Estrada na casa de Paulo Viveiros, você também frequentava essas reuniões. Era um homem cordial, educado, mas quando eu cheguei lá, meu amigo, aí ele disse: “Como é que tá a sua faculdade?” Mais ou menos. E aí? Eu tô dialogando com os estudantes. Ele abriu uma gaveta e aí disse o senhor conhece isso daqui? Aí tava o manifesto. É eu conheço. O senhor vai ter que tomar uma providência aqui. [risos].

40.4 Etapas do Indiciamento de Rinaldo Barros no Decreto nº 477

O primeiro expediente encontrado em pesquisas realizadas pela Comissão da Verdade da UFRN, no Arquivo da Fundação José Augusto, nos remete ao Ofício nº 44-GD, de 23 de Abril de 1969, do Pe. Itamar de Souza, Diretor da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto (FJA), com vistas à responsabilização do estudante Rinaldo Claudino de Barros, como incurso em dispositivos do Decreto-Lei nº 477/1969.

Neste mesmo expediente, que endereçado à Presidente da Fundação José Augusto, Ilma de Melo Diniz solicitou a designação de um servidor fundacional para abertura deste inquérito. Analisando-se a decisão de desligamento do estudante referenciado, verifica-se que o servidor responsável pelas diligências e abertura do Inquérito em apreço foi o Sr. Luís Gonzaga Coêlho Guimarães, conforme designação da Portaria nº 16/69 de 28 de Abril de 1969.

A menos de um mês após o primeiro expediente, outro ofício, nº 48/GD, de 14 de maio de 1969, foi expedido, comunicando ao próprio Rinaldo Barros o seu desligamento. Este tomou ciência no dia seguinte – 15 de maio, conforme consta a assinatura no próprio ofício.

A comunicação da expulsão e a decisão também foram difundidas por meio dos ofícios números 49, 50, 51 e 52, endereçados, respectivamente, à Sra. Ilma de Melo Diniz – Presidente da Fundação; ao General Estevildo Antunes dos Santos – Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI/NANT); Major Djacir Gomes – Chefe da 24ª Circunscrição do Serviço Militar e ao General Duque Estrada – Comandante do IDC/7º Guarnição de Natal. A preocupação na difusão da informação para os comandos militares da Cidade de Natal mostra sensivelmente o comportamento de servidão da direção da faculdade perante os organismos militares. Percebe-se que a prerrogativa de liberdade institucional e autonomia universitária era algo, infelizmente, colocado de lado quando o assunto era empreender algum tipo de perseguição contra opositores do regime.

Neste instante, em novo documento, datado de 16 de maio, Rinaldo Barros solicitou que lhe fosse informado os artigos e incisos pelo qual foi enquadrado.

Não foi possível constatar se houve resposta pela Diretoria da Faculdade de Sociologia. O Recurso à decisão de expulsão da Faculdade de Sociologia foi apresentado, em 20 de Maio de 1969, pelo próprio estudante.

Em 26 de Maio de 1969, o Chefe da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSIEC-MEC), enviou o Ofício nº 173/69 de categoria “Confidencial” ao diretor da Faculdade de Sociologia solicitando o envio da decisão de expulsão, que foi devidamente realizado através do Ofício nº 61 do Pe. Itamar de Souza. O órgão central de informações do setor educacional elaborava, com certa frequência, listas com os nomes de todos os alunos expulsos e as difundia numa tentativa de impedir novas matrículas.

40.5 Outros Casos de Indiciamentos

Há indicativos de novos indiciamentos de estudantes no Decreto 477, também em âmbito da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto. São os seguintes: Antônio Alfredo Santiago Nunes, Luíza Maria Nóbrega, Francisco Dagmar Fernandes e Jonaldo Carvalho. Apesar disso, todos foram absolvidos. Conforme relatado no seu depoimento perante esta Comissão Universitária, sessão de 24 de Maio de 2013:

Alfredo Santiago: O Rinaldo teve seus direitos cassados pelo 477, o 477 é de 26 de fevereiro de 1969, nós comentamos um panfleto que ele pedia eleição para a presidência do Diretório. No ano seguinte, em 1970, eu sou da segunda turma concluinte, eu fui enquadrado no 477, eu e mais três colegas, todos nós escapamos. Escapamos porque ali já deixava de ser uma perseguição política e ideológica desse cidadão chamado padre Itamar, ou era incorporada uma perseguição ou ódio pessoal também. Qual foi a razão do meu enquadramento? Eu estava procedendo agitação de sala de aula, eu estava agitando a sala de aula. Muito bem, para que os senhores e senhoras tenham uma pálida ideia, você tinha 48 horas para fazer a sua defesa, se você perder, perdeu, estamos conversados. Se você ganhou, tinha a fa-

mosa “remessa necessária”, que o meio jurídico sabe muito bem aí o que é isso, ou seja, o diretor da Faculdade tinha que mandar para o Ministro. Então eu fui enquadrado como agitador de sala de aula, um detalhe: nós tínhamos 48 professores, desses 48, 46 me deram uma declaração que eu nunca tinha agitado uma sala de aula deles (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 05).

Tais dados foram obtidos em sítio já destacado neste trabalho. Todos os documentos referenciados neste relatório fazem parte integrante deste documento, como anexos. Foram obtidos em pesquisa junto à Fundação José Augusto, porém hoje estão sob a guarda da Comissão da Verdade da UFRN, conforme termo de doação subscrito pela direção da FJA e pela Secretaria Extraordinária da Cultura do Estado do Rio Grande do Norte.

41 CONDUÇÃO DA ACADÊMICA LÍDIA DANTAS AO 16 RI POR ENVOLVIMENTO NO PCBR, PERSEGUIÇÃO À ACADÊMICA LUIZA NÓBREGA POR ENVOLVIMENTO NO PCR

Em 1971, houve a condução da acadêmica da 3ª série de Direito, Lídia Dantas, ao quartel-general (Praça André de Albuquerque) por policiais civis, momento em que deixava a faculdade, sendo interrogada ininterruptamente das 09h às 15h, em razão de sua militância no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR (SOUSA, 1988, p. 163-164).

Neste mesmo ano, a acadêmica da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, Luiza Maria Nóbrega, também graduada e laureada pela Faculdade de Direito em 1970 e dirigente do PCR (Partido Comunista Revolucionário) entrou em clandestinidade, abandonando o curso de Sociologia, em virtude de perseguição política na cidade de Natal. Segundo o depoimento prestado à Comissão da Verdade da UFRN, na sessão do dia 29 de novembro de 2013, a hoje professora relatou que havia comandado uma pichação em espaços da cidade, em alusão às visitas do General Meira Matos e do Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici.¹⁴⁶ Foi condenada perante a Auditoria Militar no Recife.

146. O General Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República, recebeu o título de Dr. Honoris Causa pela UFRN em 1971.

42 PRESENÇA DE “INFILTRADOS” EM ÂMBITO UNIVERSITÁRIO: ESPIONAGEM NAS SALAS DE AULA

A presença de elementos estranhos à comunidade acadêmica, na Universidade, era algo rotineiro. Uma série de depoimentos coletados por esta Comissão da Verdade aborda a presença de Policiais Federais, agentes da Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, militares e membros da própria academia que se empreendiam em atividades de espionagem e repasse de informações aos órgãos de repressão do governo ditatorial. Registra-se nos depoimentos coletados que sujeitos “desconhecidos” frequentavam as aulas, mas seus nomes não constavam nas listas oficiais de aprovados nos concursos de habilitação.

Insta informar que nas pesquisas da Comissão da Verdade, no tocante à entrada de militares no corpo discente, foi localizada, nos arquivos do Conselho Universitário da UFRN, a Resolução nº 071/1966, considerando o Processo nº 10.073/66 e os pareceres 18/65, 776/65 que permitiu, em 18 de novembro de 1966, a matrícula, na Escola de Engenharia, de candidatos formados na Academia Militar das Agulhas Negras, sem necessidade de concurso de habilitação, desde que tivesse havido sobra de vagas pelos candidatos classificados no referido concurso.

Nesta seção haverá a transcrição de depoimentos da CV-UFRN que retratam um pouco desse clima de perseguição e terror vivenciado nos espaços da UFRN. O primeiro relato feito, pelo hoje professor Juliano Siqueira, em 22 de fevereiro de 2013, relata a presença de elementos “infiltrados” na Faculdade de Direito:

Juliano Siqueira: [...] Tinham estudantes que ninguém sabia como tinham entrado na Universidade. Na minha turma, tinha 6 agentes da Polícia Federal, que não tinham feito vestibular, mas estudavam. Eu me lembro dos nomes de alguns deles: Gilson, um baiano; Vernier, esse ninguém nem sabia de onde era; Moacir, diziam que era cearense; Valmir, tinha nascido no município de Patu, alto-oeste; e tinha um daqui do Rio Grande do Norte, da família Godeiro, irmão de um de-

sembargador que hoje está nas manchetes de uma forma não muito agradável pra ele, me parece (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 22).

A ASI, por exemplo, ficava ao lado da sala do Reitor. Era comunicação direta. Adriel entrava e saía da sala do Reitor como se algum de nós quisesse... Então era uma coisa profundamente umbilical. Era tudo muito ligado. E existia uma figura aqui dentro da Universidade que ninguém sabia sequer os nomes, depois a gente ficou descobrindo que era um cara do... um Capitão de... Um Capitão de Corveta. Era cara da SISA (Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica). Era o pessoal da 2ª Sessão. Apareciam umas figuras por aqui assim estranhas, mas havia esses redutos. Coisa assim, bem, os bunkers da organização fascista. Isso realmente existia. Existia e foi se formando depois do AI-5, depois de 1968. Depois desse período que eu fiquei na prisão, quando eu voltei, essa coisa já tava consolidada, os DOI/CODIS etc. E relações com organismos fora da Universidade também: DOPS, Polícia Federal, DOI/CODI, Forças Armadas, essa coisa toda (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 48-49).

Em outro depoimento, José de Anchieta Jácome relatou também a presença de um Policial Federal, sem haver prestado vestibular, na Faculdade de Educação:

Anchieta Jácome: Ah, todo mundo sabia! Eu comecei a distribuir os panfletos como falei, sete e meia da manhã, às oito horas já tava o telefone na Reitoria porque já tinha gente lá dentro. Sim, quando eu chego à Polícia Federal, com quem eu me deparo? Com um colega de classe da Faculdade. Era da Polícia Federal e ninguém sabia. Colega de classe...

Anchieta Jácome: Você falando em censura em sala de aula, acontecia muito naquela época: aparecia aluno diferente na aula, assistia às aulas oito dias, desaparecia... Pelo menos na Faculdade de Educação isso era constante. Na aula, às ve-

zes na aula de Jardelino Lucena, procura saber: “não, meu nome não tá aí não?” Em pouco tempo esse rapaz desaparecia (UFRN, COMISSÃO VERDADE, p. 09 – fala no depoimento de Willington Germano).

O hoje professor Iaperí Soares de Araújo citava o nome de um possível espião em meios universitários, Ivan Benigno, que realizava suas ações na Faculdade de Medicina:

[...] nós também reclamamos e a repressão era grande, quero dizer que **em algumas faculdades existiam pessoas que eram agentes do SNI, agentes de segurança, eram pessoas que fizeram o curso de NPOR, que é de Oficial da Reserva, na minha faculdade tinha um...o nome dele era Ivan Benigno e Ivan**, ele tinha uma...[...] e às vezes a gente estava reunido no Diretório pra começar até a organizar uma festa, de vez em quando a **gente flagrava ele deitado no chão com o ouvido debaixo da porta ou, na época da repressão em 68, ele ficava passeando pela minha rua no jipe... ia e vinha várias vezes, olhando se eu estava em casa** (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 08, destaques nossos).

Cumpramos destacar que Ivan Benigno era lotado na Secretaria da Faculdade de Medicina e exercia atividades na Subcomissão Geral de Investigações e na Comissão Estadual de Inquérito, conforme já ventilado neste trabalho. Depois seria designado para responder pela Assessoria Especial de Segurança e Informações, exercendo atividade de “mapeamento” das ações estudantis, desde 1964. Ainda no depoimento de Iaperí Araújo, é citada uma possível ação de Ivan Benigno sobre a apreensão de uma produção dos estudantes e o envio ao Comandante do Quartel General, denunciando que a produção recaiu na pessoa do próprio estudante:

Iaperí Soares: Em 68, já faltando 3 anos pra eu terminar medicina, eu estava, mais ou menos uma hora dessa, na Editora Universitária mexendo lá nuns papéis e **chegou Geraldo Ba-**

tista, que era o diretor, muito pálido assim e disse: “Iaperí, tem um pessoal da Polícia Federal querendo falar com você aí” E não entendi porque chegou o cabra lá na Editora Universitária, dois caras da Polícia Federal, não sabiam, juro. Aí eu saí e: “Pois não!”. Eles: “Não, é porque o General quer falar com você!”, General Duque Estrada, vulgo... Pois bem, me botaram numa rural “veia” azul e branca... o quartel-general era onde hoje é o Memorial Câmara Cascudo. Chegou, parou, nessa horinha mais ou menos, direto no Quartel do 16-RI, abriram a porta na guarita de entrada, aí o oficial chegou e o agente da federal disse: “É esse rapaz aqui”, pois não pode entrar. Eu entrei, olhei pra trás, tinha uma patrulha toda armada de metralhadora, saí andando no corredor, corredor, corredor, quando eu cheguei lá perto da... tinha uma placa assim escrito bem grande “Cadeia”, aí abriram a porta, eu entrei, fiquei lá, fui trancado e não me disseram nada. A cadeia tinha simplesmente uma cama de mais ou menos dois palmos do lado que era encostada na parede e dois palmos pra chegar na grade. Eu fiquei ali sexta, sábado, domingo, não sabia de nada, por coincidência os oficiais eram tudo colegas meu do Marista, eles iam lá e perguntavam: “E aí, tudo bem?! Não estou sabendo de nada”. Aí, então, numa terça ou quarta-feira, acho que foi quarta-feira, chegou um oficial, uma pessoa muito educada, o Tenente Gaúcho, sentou-se na cama comigo e disse:

- Esse papel foi você quem escreveu?

Eu disse:

- Claro que foi, está aqui meu nome, Iaperí Araújo.

Ele disse:

- Isso aqui era um panfleto?
- Não tenente, isso aqui era uma página do jornal de medicina.
- Quando é que você escreveu?
- O ano passado a gente fez um jornal e eu escrevi um artigo dizendo “o Brasil está morrendo”, porque eu dizia que o

ufanismo do Brasil campeão do mundo, da Miss Rainha do Universo e bebebebei, porque eu tava cursando a disciplina de... e a gente vê muito a questão sanitária e que o Brasil tinha campeonato de varíola não sei o que e no final eu botei assim *panis et circenses*...

Aí ele disse:

– O que é isso aqui?

– Não, isso aqui é um negócio de uma música de Caetano Veloso. Aí ele disse:

– Rapaz, é de lascar, foram deixar isso aqui no quartel-general dizendo que você tinha feito um panfleto pra jogar nas ruas.

Eu disse:

– Tenente, o senhor acha que eu não tinha juízo pra escrever um panfleto, assinar, pra jogar na rua?

Está certo, foi embora, não disse mais nada. Uns dois dias depois ele voltou e disse:

– Vamos embora, você comigo lá no RO...

Não me tratou mal de jeito nenhum. Aí chegou lá no RO, ele disse:

– Pode botar seu depoimento aqui. Está tudo bem?

– ‘Tá’!

– Tem mais alguma coisa a acrescentar?

– Não.

Ele mesmo que leu meu depoimento. “Então vamos, eu vou lhe deixar em casa”. Sim, aí ele disse:– Foi o ano passado, o cara disse que foi esse ano, porque o ano passado você foi julgado e foi absolvido

– Não, isso era um jornal de medicina, a gente rodou, esqueceu, deve ter ficado lá a primeira página.

Pois Ivan Benigno...

[...]

Iaperí Araújo: Não, a gente rodou 200. Rodava uma página e guardava lá na Secretaria da Faculdade de Medicina. Depois rodava mais um bocado e deixava lá. Quando completava, grampeava e distribuía. Do âmbito da Faculdade, que eram

artigos que os alunos escreviam sobre medicina, história, algumas coisas que a gente escrevia, entendeu? Pois Ivan Benigno foi deixar no Gabinete do General Duque Estrada dizendo que era um panfleto e que ia ser distribuído (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 13-17, destaques nossos).

Importante frisar que o então aluno Iaperí Araújo foi retirado, por policiais federais, de um espaço da UFRN, da Editora Universitária.

O advogado Gileno Guanabara de Sousa confessou o clima de “perseguição vivenciado” e o constante patrulhamento ideológico realizado até nas publicações estudantis:

[...] Aí a gente ouvia, ia pra faculdade, parece que sentia gente acompanhando a gente de carro, era um medo, sabe? Aí um dia distribuíram um panfleto na faculdade de sociologia. Tinha um funcionário lá chamado, um rapaz que era do teatro, que fez uma peça, “Apareceu a margarida”.

José Antônio Spinelli: Lenício Queiroz. Falecido, já.

Gileno Guanabara: Aí Lenicio foi chamado pelo professor Itamar e deu um depoimento de que o autor da distribuição do panfleto era Gileno Guanabara. Olhe, quando eu soube disso eu fiquei com uma dor de barriga crônica. Eu não estava distribuindo coisa nenhuma (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 18).

A professora Luiza Nóbrega também relatou a constante presença de “olhos espiões” na Faculdade de Sociologia e o certo temor que tinham em expor suas ideias e conversar em ambiente escolar:

Luiza Nóbrega: [...] Então eu assumi não só a redação do *Jornal do Estudante*, como também me tornei membro da Direção do PCR.

Carlos Gomes: Como era o nome do jornal? **Luíza Nóbrega:** *Jornal do Estudante*, chamado JR. Nessa altura a coisa se complicou para mim. Eu compreendo perfeitamente por-

que esse período se chama “anos de chumbo”. Eram mesmo anos pesados. Eu entrava na Faculdade de Sociologia e tinha a sensação constante de uma atmosfera pesada e um clima opressivo. Você sentia um frio na alma. Você tinha a sensação de olhos espionando. Você não podia conversar. Havia muito pouca iluminação naquele tempo em Natal e muitas árvores. Nós sentávamos ali. O muro era escuro.

Carlos Gomes: Na Fundação José Augusto?

Luíza Nóbrega: Isso, na Fundação. E sempre chagava um dedo-duro. Então não podíamos conversar. E haviam uns que nós confiávamos e que eram também informantes sem que nós soubéssemos. Até taxista você não podia conversar. Eu fui, então, recrutada, continuei fazendo panfletagens através daqueles bairros onde hoje fica o Machado (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 09, destaques nossos).

Os servidores João Inácio e Dirceu Ribeiro também contaram da presença de policial no Curso de História da UFRN:

João Inácio: Quando eu era estudante de História de repente apareceu uma pessoa. O nome dele era Flávio, uma pessoa muito educada, se infiltrou no meio acadêmico e tal, e ele saía conosco, jovem, íamos para os bares e começávamos a discutir política...

Almir Bueno: Como estudante?

João Inácio: Como estudante. E ele participava de todas as discussões. E uma vez eu fui pra Recife de ônibus e depois eu me encontrei com esse rapaz fazendo uma fiscalização, daí foi que eu descobri que ele era policial (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE).

Dirceu Ribeiro: [...] Veio a Universidade em 74, mas na Universidade aqui a gente sabia que tinha pessoas, sempre tinha um militar na sala da gente, sempre tinha... Nunca vi tanto militar estudando naquela época. Ou mulher de militar ou militar. Todas as salas de aula, em todos os cursos tinha isso.

Almir Bueno: Você lembra se eles frequentavam regularmente ou... Tem caso assim que o pessoal aparecia esporadicamente na sala de aula e depois sumia...

Dirceu Ribeiro: Não eles aqui frequentavam, eles frequentavam, mas depois a gente sabia que ele não estava matriculado normalmente no curso... Porque apareciam assim, de repente, não faziam vestibular... De repente eu estava assistindo aula de literatura e tinha militar, no curso de Letras, o quê que ele tá vendo numa aula de literatura na minha sala? E nós tínhamos um professor que o pessoal dizia que ele era dedo duro, a gente tinha um pouco de... O professor Fidelis, aí não sei! Eu to dizendo isso, mas a gente nunca provou que Fidelis era dedo duro, a gente tinha medo de Fidelis porque Fidelis tinha vindo de Brasília, trabalhava no Senado e chegou aqui e a gente tinha medo... Aí aquelas histórias: cuidado com Fidelis, alguém viu Fidelis numa vila militar, entrando numa casa de um oficial (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 04).

No mesmo sentido, informou o professor João Batista de Brito, durante oitiva da Comissão da Verdade em Audiência Pública no Centro de Ensino Superior de Caicó (CERES-UFRN):

João Batista de Brito: [...] cada sala de aula a gente sabia e aprendemos a conhecer quem era o agente que estava ali, quem não apareceu o nome na lista dos aprovados no vestibular. E ele estava matriculado e procurava conversar exatamente com aqueles alunos que tinha determinada liderança nos movimentos estudantil [...] (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 05).

Também o relato do ex-presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia, Carlos Augusto de Medeiros:

Lucila Barbalho: O senhor tinha conhecimento sobre alunos que entravam na Universidade e os colegas não sabiam como

tinham entrado, que eram espécies de espões, vinham pré-determinados a analisar os estudantes...

Carlos Augusto de Medeiros: Você diz os dedos-duros? Tinha, tinha sim. A gente desconfiava. Comigo teve um caso de gente que era amiga minha ou que aparentava ser, amigo até de farra e tudo... eu acho – daí você vê as contradições das coisas. Não sei, até hoje se ele se tornou amigo meu aqui na faculdade e sabia que eu participava do movimento enquanto eu não sabia nada dele. Eu achava que ele era uma pessoa legal e com o tempo, continuamos amigos. Um dia, ele me chamou aqui no Setor I, me chamou para ir ao banheiro. Eu acho que ele gostou de mim, porque ele mostrou a carteira dele da polícia federal e disse: “olha, Cacá, eu sou da polícia federal e recomendo você sair desse movimento que você pode se dar mal” (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 09-10).

A professora Conceição Fraga também reiterou a presença de elementos estranhos na Universidade:

Conceição Fraga: Só para lembrar para aqueles que gostam de estudar o movimento estudantil, naquela época de 1969 a 1973, quando o professor foi diretor do Centro de Ciências da Saúde, as maiores lideranças do movimento vinham da área da saúde. Todas as mobilizações nós organizávamos lá na área da saúde. Inclusive as passeatas saíam de lá onde hoje funciona o auditório de Farmácia. Faziam-se as assembleias ali e nos dirigíamos à assembleia legislativa, aquela chamada praça dos três poderes de Natal. Era um período de muita repressão dentro da Universidade. De muita presença de ASI, de Polícia Federal, tinha uma fama aqui, a gente entrava na sala e já sabia os bicos estranhos, todo mundo conhecia, alguns literalmente infiltrados. Mas todos percebiam, pois todo mundo se envolvia e ele era aquele braço morto (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 12 – durante depoimento de Daladier Pessoa Cunha Lima).

Pelas informações reiteradas dos nossos depoentes sobre a presença de infiltrados nos ambientes acadêmicos, se chega à conclusão que a repressão nas universidades se estrutura em ações que iam de encontro à preservação da autonomia universitária, ao tolher a liberdade de manifestação e pensamento dentro de um dos ambientes mais sagrados para a instituição: a sala de aula.

43 VETO À PALESTRA DE FLORESTAN FERNANDES E FECHAMENTO DO PROGRAMA RADIOFÔNICO “SOCIOLOGIA EM FOCO”

Registra-se, ainda, o episódio de proibição da palestra do sociólogo Florestan Fernandes que seria realizada na Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto, durante a Semana de Estudos Sociais. Pelas declarações do Prof. José Antônio Spinelli Lindozo, soube que o Comando do Exército de Natal proibiu a realização e o Prof. Antônio Alfredo Santiago, também, relatou a proibição do evento.

Antônio Spinelli: Teve um episódio aqui que os alunos da faculdade de sociologia e política, juntamente com a Associação de Sociólogos, soube que Florestan Fernandes estaria aqui em Natal numa viagem particular. Aí Florestan foi contatado e convidado para fazer uma palestra na faculdade. Florestan Fernandes, para quem não é da área de sociologia, é um grande sociólogo, um grande intelectual, falecido, foi deputado federal pelo PT de São Paulo e foi um dos fundadores da sociologia brasileira, pelo menos da segunda geração de grandes sociólogos. Então Florestan foi convidado e parece que por alguma razão – acho que a diretora da faculdade era a professora Avany Policarpo – e o comando do Exército em Natal, por alguma razão soube dessa palestra que estava sendo projetada e proibiu. Comunicou a direção da faculdade que a palestra estava proibida, e realmente a palestra não se realizou (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 18 – Durante o depoimento de Gileno Guanabara).

Alfredo Santiago: Eu me lembro que uma vez eu tive a honra e o prazer, aqui em Natal, de conhecer o eminente pai da sociologia moderna, professor Florestan Fernandes, quando ele foi impedido de fazer uma conferência na nossa semana de estudos sociais lá da fundação de José Augusto (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 02).

O Professor Alfredo Santiago ainda abordaria que o Prof. Itamar de Souza, diretor da Faculdade de Sociologia, interferiria no funcionamento do programa radiofônico “Sociologia em foco”, apresentado na Rádio Rural de Natal; produzido por acadêmicos de Sociologia e apresentados pelos alunos Alfredo e Rinaldo Barros conforme relato:

Alfredo Santiago: Nós criamos a semana de estudos sociais, realizamos até a terceira semana, tivemos um jornal, Sociologia em foco, que era um jornal que promovia discussões, não somente internamente, mas em outros meios acadêmicos; nós tivemos um programa radiofônico também chamado Sociologia em foco que eu apresentava com Rinaldo aos domingos às 12h25 na Rádio Rural, Dom Nivaldo chegou uma vez e fechou. Quem foi pra Dom Nivaldo solicitar o fechamento desse programa? Dou uma fatia de bolo para quem adivinhar. Padre Itamar de Souza, foi lá pedir à Igreja que abolisse o nosso programa, e assim foi feito (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 03).

44 PERSEGUIÇÃO À ACADÊMICA DE ODONTOLOGIA DICELMA MARIA DE MEDEIROS

Natural de Natal/RN, a aluna Dicelma Maria de Medeiros, da Faculdade de Odontologia exercia, nos idos de 1968, a presidência da Residência Universitária Feminina da UFRN; era supervisora do CRUTAC e a vice-presidente do Diretório Acadêmico Solon Galvão da referida unidade.

Em razão de sua atuação política nos movimentos estudantis de 1968, notadamente a ocupação da sede do Restaurante Universitário, Dicelma foi perseguida e indiciada em Inquérito Policial Militar que apurou as atividades políticas dos estudantes em Natal. Apesar disso, não denunciada pelo Procurador militar no processo judicial perante a Auditoria da 7ª Região Militar. (Informações extraídas do depoimento escrito da Sra. Dicelma Medeiros entregue à CV-UFRN).

45 PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE ESTUDANTES ENVIADOS PELAS FORÇAS ARMADAS

Quanto aos pedidos de informações, sobre estudantes da UFRN e de outras faculdades públicas de Natal, solicitados por organismos das Forças Armadas do Brasil, destacam-se os documentos encontrados nas pesquisas da Comissão da Verdade da UFRN no Arquivo da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto.

Pelo ofício nº 43-GD, em atendimento ao Ofício 008/S4, de 16 de abril de 1969 do Major Djacir Gomes, chefe da 24ª Circunscrição do Serviço Militar, o Prof. Itamar de Souza (Diretor da Faculdade de Sociologia), fornecia dados pessoais relativos aos estudantes: Jaime Ariston de Araújo Sobrinho, Gileno Guanabara de Sousa e Emmanuel Bezerra dos Santos; informando, ainda, a série e período letivo que estavam matriculados e quais eram os seus procuradores (representantes) legais. Ademais, neste mesmo documento, apesar de solicitação da 24ª CSM, o diretor informava que não tinha dados do aluno Dermi Azevedo, pois não era aluno da referida faculdade.¹⁴⁷

Noutro documento pinçado, o Tenente-Coronel José Estevam Mosca, outro Chefe da 24ª Circunscrição do Serviço Militar, solicitava o envio de relação de todos os alunos, servidores e professores da Faculdade de Sociologia, bem como a lista de escolaridade, pelo que se vê no Ofício Circular nº02 – RP.¹⁴⁸ O questionamento foi respondido pelo Ofício nº 61-GD de 15.05.1970, assinado pelo Diretor Itamar de Souza.

147. Ambos os ofícios constam no acervo documental da Comissão da Verdade, pasta Forças Armadas, capilha “Ofícios”. Fonte: Fundação José Augusto.

148. Documento constante do acervo da CV-UFRN, incluso no Processo nº 335-1970 da Faculdade de Sociologia e Política (FJA), pasta Forças armadas, capilha “Processos”. Origem: Fundação José Augusto.

46 REFORMA UNIVERSITÁRIA: REESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTUDANTIS E MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

O passo inicial para a reestruturação das universidades brasileiras se deu com a Reforma Universitária de 1968, através do Decreto-Lei 5.540, editado pelo General Costa e Silva (Presidente da República) e pelo Ministro da Educação Tarso Dutra.

As principais mudanças estabelecidas pela referida normativa se baseavam no modelo universitário americano, ao estruturar ensino superior nos níveis básico e profissional e determinar o fim da cátedra; extinguir o sistema seriado e instituir o sistema de créditos por disciplinas com periodicidade semestral; introduzir o regime de tempo integral e dedicação exclusiva do professorado e implantar a estrutura departamental, enquanto unidade de lotação de pessoal docente e gerência das disciplinas.

Segundo o Professor Moacyr de Góes (GÓES; CUNHA, 1999, p. 84) o sistema de crédito constitui um dos elementos autoritários que os planejadores educacionais da ditadura militar incorporaram ao ensino público brasileiro na chamada “Reforma Universitária de 1968”. O sistema se caracterizaria pelo lançamento no histórico escolar dos créditos consumados pelos alunos correspondentes às disciplinas. A implantação desse regime de créditos extinguiu o regime seriado, então vigente, e, segundo Góes, acarretou a acelerada desorganização política do alunato, tornando inviável a solidariedade entre os estudantes, “força viva do movimento estudantil”, tendo em vista que a ideia de turma havia se dissolvido, já que os alunos seriam responsáveis pela integralização dos componentes independentemente de nível. Pontuava que este processo de desorganização intensificaria com a Lei Suplicy ao limitar o campo de atuação das entidades representativas do corpo discente.

Moacyr de Góes (1999, p. 84) critica, também, a ânsia uniformizadora da política educacional da Ditadura, por acarretar uma desintegração do corpo docente em razão do enquadramento das unidades universitárias na estrutura de-

partamental, que, ao invés de impulsionar a integração universitária, acabou se transformando no contrário.

Importante destacar que o referido professor pontua que a Reforma de 1968 não derivou apenas dos anseios do Governo ditatorial, como também das demandas de alunos e professores, que antes mesmo da ditadura, lutavam pelo fim da cátedra vitalícia e pela universidade pública como padrão de organização do ensino superior. Em crítica formulada ao funcionamento do corpo docente em departamentos, Moacyr de Góes aponta um outro prejuízo, consequência do modelo adotado:

Abriu caminho para o triunfo do individualismo docente, que dificulta ao máximo a formação dos grupos de trabalhos, mas induz a emergência dos meros grupos de interesses. Esse padrão de individualismo docente, se não premeditado, não deixou de ser aproveitado pela ditadura e seus prepostos, dentro da universidade, para impedir o ingresso ou para dispensar os professores considerados ameaçadores à ordem estabelecida (GÓES; CUNHA, 1999, p. 87).

Como as disposições do Decreto-Lei 5.540/68 aplicavam-se a todas as universidades, inclusive à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, está iniciou um processo de mudança acadêmico-administrativa, incorporando tais determinações pela Resolução nº 78/73 do Conselho Universitário e pelo Decreto Federal nº 73.144 em 13 de novembro de 1973, que, por fim, implantou a estrutura cêntrica e departamental na UFRN.

No ano seguinte, 1974, haveria a efetiva implantação da Reforma universitária na UFRN e, com isso, quase a totalidade dos cursos de graduação foi transferida ao Campus Universitário, com a extinção das antigas unidades: Faculdades, Escolas e Institutos e, também, a criação dos Centros Acadêmicos que congregariam vários cursos.

Registra-se, também, nesse ano de 1974, a extinção de todos os antigos diretórios acadêmicos vinculados aos cursos de graduação da UFRN, com base

na Resolução nº 02/1974, do Conselho Universitário, que, a partir, estabelecia a representação estudantil por Diretórios Acadêmicos de cada Centro da instituição, conforme transcrição do art. 40 da referida Resolução:

Art. 40 – Ficam extintos os Diretórios Acadêmicos das antigas Unidades Universitárias, bem como os mandatos de seus respectivos dirigentes, passando a existência de diretórios acadêmicos de Centro, devendo processar-se eleição, no prazo de sessenta dias (60), na forma do disposto no Regimento Geral da Universidade.

Com a ida do Diretório Central dos Estudantes ao Campus Universitário e a criação dos DAs vinculados aos Centros da Universidade, uma nova forma de representação discente foi inaugurada. Mas como as eleições indiretas haviam sido aplicadas desde a edição do Decreto-Lei nº 228, em fevereiro de 1967; além da edição do AI-5, do Decreto 477/69 e a condenação de muitas lideranças estudantis em Inquéritos Policiais Militares (provocando uma verdadeira diáspora dos estudantes natalenses), os diretórios ficariam sendo preenchidos por forças políticas de direita. Uma gama de universitários havia se empenhado na clandestinidade, outra parte foi pra luta armada numa forma de resistência à Ditadura e outros tantos mergulhavam num silêncio profundo. Para o Prof. Juliano Siqueira, na obra de Carlos Alberto Andrade (1994, p. 59), com advento do AI-5 “a luta legal já não era mais possível, então grande parte das lideranças estudantis ingressou na resistência armada à ditadura militar, sendo ele um dos tais”.

Esse estado de coisas só seria modificado no interregno de 1974-1976, com o ressurgimento do movimento estudantil na UFRN, a partir de figuras como Juliano Siqueira e François Silvestre, já que a experiência vivida nos anos 1960 por esses dois estudantes representava e muito os novos militantes (ANDRADE, 1994, p. 77).

A reconstrução do movimento estudantil local, na UFRN, refletia o processo de reconstrução do movimento em âmbito nacional, com a realização de encontros gerais de estudantes, destacando o evento realizado em 1977, III Encontro Nacional de Estudantes (ENE) que determinou a formação de uma comissão pró-UNE com a participação dos DCEs de todo o país. Para Andrade (1994, p. 78)

o ano de 1977 “é considerado como o ápice da retomada das lutas estudantis” e o ponto máximo foi em 1979, no XXXI Congresso da UNE, em Salvador-BA, realizada para reconstrução da UNE, com a eleição da diretoria provisória; ocorrendo, posteriormente, entre os dias 03 e 04 de outubro de 1979, as eleições diretas.

Conforme aponta Sérgio Dieb na publicação de ANDRADE (1994, p. 80) a reorganização do movimento estudantil em Natal deve-se ao empenho de Juliano Siqueira, que ao sair da prisão e retomar seu curso de Direito na UFRN levou o projeto adiante. As primeiras reuniões para retomada da luta foram realizadas no Diretório Acadêmico ‘Josué de Castro’ da Faculdade de Sociologia e Política, onde Sérgio Dieb exercia a presidência no ano de 1975, como também no Cine Clube Tirol (espaço de confluência de estudantes mais politizados). Dieb, militante do PCB, haveria de ser eleito presidente do DA do CT, em 1976.

Tal movimento de reorganização seria retomado ainda nos outros Diretórios Acadêmicos dos centros da Universidade sob a liderança de estudante Juliano Siqueira, ao criar uma articulação autodenominada de “União e Trabalho”, que congregava estudantes de esquerda e militantes do PCB. Naquele momento, a articulação discutia uma proposta unificada de retomada da luta estudantil.

Segundo Andrade (1994, p. 82) a primeira participação das esquerdas nas eleições para o DCE-UFRN e para os DAs, desde da última liderança esquerdista (Ivaldo Monteiro-1968), se deu em 1976, com a chapa “União e Trabalho”. Como já pontuado, as lideranças ainda eram escolhidas de forma indireta, conforme havia sido determinado o Decreto-lei nº 228/67. Neste pleito, os candidatos da Reitoria foram Francisco das Chagas Delgado e José Aluísio Fernandes. Carlos Alberto (1994, p. 83) afirma que havia “um compromisso informal que alguns presidentes de DAs estabeleciam com o Reitor ou com a Pró-reitoria estudantil, no sentido de votar em candidatos pelegos, que não contestassem às posições da administração central da UFRN, nem que procurassem encaminhar questões de cunho político no meio estudantil”¹⁴⁹.

A chapa ‘União e Trabalho’ sairia vitoriosa do pleito de 1976, com o presidente Jair Elói de Souza (Aluno do Curso de Direito). Andrade (1994, p. 83) aponta que, logo depois de eleito, Jair Elói cederia às investidas do Reitor Domingos

149. O Ex-Reitor Domingos Gomes de Lima não prestou depoimento à CV-UFRN, apesar de ter sido reiteradamente solicitado pela presidente da Comissão da Verdade, em mensagens eletrônicas.

150. Trecho do depoimento de Juliano Siqueira (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 25): “Nós assumimos compromisso com uma figura chamada Jair Eloy. E votamos nele. Ele foi eleito Presidente do DCE [...]. Nos traiu.”.

Gomes de Lima e aportava apoio à Reitoria da UFRN. O prof. Juliano Siqueira informa que Jair Elói passou¹⁵⁰ a “fazer o jogo da reitoria” quando desconsiderou o texto produzido pelo grupo ‘União e trabalho’ e fez outro com declarados elogios à administração do Reitor Domingos.

Apesar do desapontamento de alguns estudantes com a gestão de Jair Elói de Souza a frente do DCE-UFRN; o grupo ‘União e Trabalho’, na eleição de 1977, lançaria ainda o nome de Sergio Dieb para Presidente da entidade e Rossana Sudário para Vice-presidente, com uma carta-programa unificada para todos os pleitos da Universidade. E isso garantiu ao grupo a vitória, unânime, em quase todos os diretórios acadêmicos. No caso do DCE, a chapa vitoriosa foi dos estudantes Francisco de Assis Carneiro e Cícero Gomes pela chapa “Opção”, com orientação do PCR de PE e PB.

Os movimentos pela abertura democrática iriam se intensificar a partir dali, ressaltando a criação de Comitês brasileiros pró-Anistia, as greves de 1978-79, a reorganização do movimento estudantil e o ressurgimento do movimento sindical. O processo seria continuado pelo Presidente General Figueiredo.

47 AÇÃO REPRESSIVA DA ASI-UFRN NO CORPO DISCENTE (1973-1979)

Nesta seção será apresentada uma série de ações de perseguição política empreendidas pela Assessoria de Informações da UFRN com relação aos estudantes e aos diretórios acadêmicos.

47.1 Convocações de estudantes para interrogatórios

O resgate de episódios de interrogatórios de estudantes pela Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, órgão setorial do Serviço Nacional de Informações no Campus Universitário, foi alcançado graças às publicações jornalísticas da cidade, pelos depoimentos colhidos por esta Comissão da Verdade e na dissertação de Carlos Alberto Andrade (1994).

Um dos primeiros casos que foi registrado aconteceu com o aluno Sérgio de Oliveira Dieb, do Curso de Arquitetura e Urbanismo, conforme consta na dissertação referenciada. O estudante Dieb relatou que o seu primeiro contato com a ASI aconteceu em 1976 quando Adriel Lopes Cardoso, chefe da Assessoria, se apossou de um documento que ele estava distribuindo durante o encontro da Associação brasileira de Escolas de Arquitetura, em reunião com universitários de todo o nordeste. Dieb afirmava que o material não tinha cunho subversivo como Adriel Lopes pensava, e assim pronunciou-se: “deixei o material sobre uma cadeira e notei que uma pessoa estranha estava retirando um exemplar. Procurei saber quem era, sendo informado que tratava-se do novo chefe da ASI, “que estava chegando para assumir suas funções” (ANDRADE, 1994). Disse, ainda, que naquele momento a ASI começava a atuar mais ostensivamente, sobretudo, nas atividades de patrulhamento ideológico sobre os membros dos Diretórios Acadêmicos, além de fixar a necessidade de autorização da Assessoria de Informações para a realização de todo e qualquer evento no campus.

Em continuação a descrição do episódio em apreço, consta ainda, que o aluno Sérgio Dieb ainda relataria o ocorrido à imprensa da cidade. As declarações faziam referência às promessas não cumpridas do então Reitor Diógenes da Cunha Lima, sucessor de Domingos Lima, em desativar as ações de vigilância política empreendidas pela ASI.

O também Vereador em Natal e Vice-Presidente do DA-CT, Sérgio Dieb, afirmava que naquele ano, 1977, ele e outros 20 estudantes da UFRN, membros de Diretórios estudantis, haviam sofrido pressões do chefe da ASI, Adriel Lopes Cardoso. Dieb afirmava que era constante seu chamamento à Polícia Federal, pelo superintendente da entidade Hugo Pova. As ligações entre a ASI-UFRN e a PF eram confirmadas pelo próprio Pova que, durante os interrogatórios, fazia reiteradas ligações ao Adriel Lopes. Na publicação da *Tribuna do Norte* (TN), também contou que era retirado da sala de aula:

[...] a ASI ficou em contato permanente com a Polícia Federal que certo dia retirou-me da sala de aula para interrogatórios. Procurei o Reitor para comunicar o fato, pois havia sido sa-

151. ASI: POLICIAL Adriel delata universitários, denuncia Dieb. *Tribuna do Norte*, edição de 09 de agosto de 1979.

152. O servidor aposentado Adriel Lopes Cardoso foi designado para responder como Chefe da Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, pelo Reitor Domingos Gomes de Lima, através da Portaria nº 50 de 04.03.1977. Destituído da função pela Portaria nº 60 de 03.02.1986, do Vice-reitor Daldier Pessoa Cunha Lima.

cado da sala de aula dele recebendo a resposta de que iria tomar providências, o que não fez. Fui chamado pela Polícia Federal em três ocasiões, tudo por conta do policial Adriel Lopes Cardoso.¹⁵¹

A reportagem da *Tribuna do Norte* acrescentava, ainda, que Adriel Lopes Cardoso vinha sendo mantido na ASI, em virtude de apadrinhamento político do “senador biônico Dinarte Mariz” e do deputado federal Djalma Marinho, em razão das ligações pessoais que mantinham. O filho do deputado federal, o Sr. Valério Marinho, havia sido professor de Adriel Lopes¹⁵² na Escola Nacional de Informações, em Brasília-DF e que na mesma turma havia sido colega do então superintendente da Polícia Federal no RN, Hugo Póvoa. Em depoimento, o Prof. Juliano Siqueira ponderou nesse sentido:

Juliano Siqueira: No período de Adriel eu coloquei que eu fui vítima direta dele. Enquanto eu estive aqui, até 1977, tudo bem. Quando eu saí daqui, em 78, continuei sendo, porque ele continuava tendo relacionamento muito íntimo com o Chefe da Polícia Federal aqui, que era Hugo Póvoa, uma figura absolutamente neonazista. E o Chefe do DOPS da Polícia Federal aqui era Geraldo Dália [...] (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 45, depoimento em 22.02.2013).

Por fim, Sérgio Dieb afirmava para o periódico, que durante os interrogatórios, Adriel Lopes Cardoso sempre ressaltava que os Diretórios estavam repletos de agentes “subversivos” e que os estudantes poderiam se prejudicar, caso continuassem com a militância política. A tática utilizada pelo chefe da ASI consistia em “aconselhamentos”, visando intimidar e persuadir os alunos. Em razão do constante chamamento e manutenção da pessoa de Adriel sob comando da ASI-UFRN, o aluno finalizava que não acreditava nas promessas do Reitor Diógenes da Cunha Lima (TRIBUNA DO NORTE, edição de 09.08.1979).

Outro episódio de convocação de estudante à sala da Assessoria de Informação, também realizado pelo chefe Adriel Lopes Cardoso, foi declarando pelo

ex-aluno Carlos Augusto de Medeiros. Contou que em 1977 exercia a função de Presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET) e certo dia recebeu convocação para comparecer à ASI, conforme declarou em seu depoimento:

Carlos Augusto de Medeiros: Então, 1977 foi uma época de tentativa de reconstituir o movimento estudantil e quais eram as nossas bandeiras? As nossas bandeiras eram três: pelas nossas liberdades democráticas – olha como eram humildes as nossas bandeiras –, pelas eleições livres no DCE e contra o 477, que era o AI-5 dos estudantes. Essa era uma bandeira nacional – uma bandeira assim para ser mais fácil de atingir a massa de alienados, que era a maioria – por melhores condições de ensino. A nossa bandeira era o seguinte: lutar pelas condições de ensino e tentar injetar noções políticas nesse processo. Então esse é um “historicozinho”. Durante o ano de 77, tão logo eu fui eleito, acho que na outra semana, já fui chamado na ASI. Fui apresentado à ASI. Como era o nome do cara? Adriel!

Carlos Augusto de Medeiros: Mas, em 77, já? Porque eu só me lembro dele [Adriel]. E tão logo fui chamado à ASI. E fui chamado durante umas cinco vezes durante o ano. Era um chamamento mesmo, um “convite”. Às vezes, no meio da sala de aula, era constrangedor, muito constrangedor porque colegas meus, a maioria... hoje a gente faz uma revisão, a gente admitia porque eram alienados, não eram conscientes. Eu acho que a maioria era de sacanagem mesmo. Tinha toda essa humilhação e então ficavam aquelas brincadeiras: “vai lá comunista, estais lascado”. E então eu era convidado.

Juan Almeida: Essa convocação era no meio da sala de aula?

Carlos Augusto de Medeiros: Normalmente, era no meio da sala de aula. Vinha alguém da reitoria com um papelzinho ou então dizia: “olha, o senhor Carlos Augusto está sendo chamado na ASI”, mais ou menos assim. Para todo mundo ouvir.

Quando eu saía, tinha aquele risinho de um ou outro colega (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 04-05).

O Sr. Carlos Augusto declarou, também, que os interrogatórios realizados na sede da ASI-UFRN, eram conduzidos num tom bastante informal. A prática dos “aconselhamentos” foi descrita pelo referenciado e que Adriel Lopes sempre ressaltava a possibilidade de fichamento dos estudantes nos arquivos órgãos de segurança, quanto as atividades políticas dos estudantes. Outro questionamento cingia-se às publicações estudantis:

[...] eu sempre fui bem tratado, quer dizer, nunca sofri nenhuma pressão, digamos, física. Ele dava uma de me dar aconselhamento, a princípio era isso. Explicava o que era a ASI, que não era aquilo, não era aquilo que se falava, ali ele estava como um amigo, para conversar... e sempre tinha aquela ideia de dizer: “olha, tua ficha é limpa”. A pressão era essa, [...] um dos dilemas do cara que participava do movimento estudantil era que se a ficha estivesse suja você não conseguia trabalho. Tinha esse fator psicológico. [...] Tinha sempre esse aconselhamento. Uma das vezes, ele vinha discutir o panfleto da gente, de campanha: “o que é isso? Por que você é contra o 477?” Eu tentava defender um pouco, na minha ingenuidade, usando aqueles *slogans* da esquerda: “ah, é o AI-5 dos estudantes”. Uma das vezes, eu fui chamado para a polícia federal. Fui convidado, mas durou dois dias esse depoimento na polícia federal (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 05).

Contou, ainda, que na sede da Assessoria foi sondado para tornar-se um dos informantes da entidade, pelo que se lê a seguir: “Na ASI [...] me testavam para ver se eu tendia para o outro lado e fosse mais um dos muitos dedos-duros que a gente tinha. [...] via que eu tinha princípios [...]. Mas eu sentia certo toque nesse sentido, por exemplo: ‘olha, você é um aluno bom e assim é fácil conseguir bolsa’. Mas, eu dizia: ‘não, eu estou muito satisfeito no ensino’, fugia”.

A ligação entre a ASI-UFRN e a Polícia Federal no RN também foi ressaltada pelo ex-aluno Carlos Augusto de Medeiros. Nesse trecho pondera como foi o seu interrogatório na sede da Polícia Federal e da frequência que outros alunos da Universidade eram intimados à PF:

Carlos Augusto de Medeiros: Eu fui para a polícia federal, fui chamado para a ASI, recebi o comunicado, e quando cheguei a ASI, acho que eram dez horas da manhã, numa aula. Era uma comunicação verbal, do tipo “você tem que ir”. O cara da ASI chegou para mim e disse: “olha, você tem que estar na polícia federal agora, de uma hora da tarde”. Eram dez horas da manhã, então eu corri pra lá. Eu podia dizer que não ia, mas a gente tinha medo. Então, o comunicado foi esse (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 14).

Juan Almeida: Você teve informações se outros presidentes de diretórios foram convocados, se os estudantes eram convocados?

Carlos Augusto de Medeiros: Todos foram. Presidente, vice e pessoas mais influentes. Como o CCE era um diretório pequeno, acho que só foi chamado eu e o vice-presidente que era Coriolano, de Física. Mas os outros eram chamados, iam a polícia federal. Juliano Siqueira foi chamado na polícia federal e ficou retido. E outros eram sempre chamados. Tanto que, quando uns foram chamados na polícia federal, parecia um castelo de cartas, chamando de um em um. Eu já sabia que ia ser chamado, foram chamando alguns meninos e algumas meninas dos outros centros. Já diziam: “o cara vai perguntar isso e isso”. A gente já ia treinando.

[...] Agora, que a ASI era um órgão repressor, ele era, ligado à polícia federal, ele era. Eu recebi o convite [para depor] por ela. E tinham mil informações para reprimir, convenhamos, um movimento que naquela época era bem pequenininho, que não cabia em duas combis, para ser mais otimista.

Lucila Barbalho: Na polícia federal, eles disseram o quê, exatamente?

Carlos Augusto de Medeiros: Bom, na polícia federal foi uma carga mais psicológica. Eu acho que o objetivo – analisando hoje – seria “a gente é forte, vocês são fracos” e que “tome cuidado, senão você se lasca”. Eu não recebi nenhuma ameaça física, embora terem sido dois dias de perguntas. Se bem que eram perguntas assim: ele fazia uma pergunta e ia embora. O nome do cara era Porto, ele era o diretor da polícia federal, eu fui importante nessa época (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 06-07).

Outro depoimento, sobre as convocações realizadas pela ASI-UFRN, foi da professora aposentada da UFRN Conceição Spinelli que, como ouvinte de uma sessão ordinária da Comissão da Verdade, relatou o teor do seu interrogatório, frisando que o principal questionamento lhe direcionado dizia respeito às atividades políticas e acadêmicas do seu marido, o também professor da UFRN, Antônio Spinelli, conforme descrito abaixo:

Conceição Spinelli: Olha, eu fui chamada pra Universidade, meu nome é Conceição Spinelli... Professora do Departamento de Educação, aposentada, quando eu fui contratada, a ASI me convidou pra vir fazer umas perguntas a mim. Realmente, eu peguei o microfone para colocar que ela era na Biblioteca, naquela portinha abaixo da Biblioteca, a gente descia e eu fui chamada não sabia nem o que era, já estavam com todos os meus papéis todos organizados, minhas documentações, a grande preocupação do pessoal da ASI era, eu passei uns 40 minutos lá, ele me perguntando como é que eu tinha conhecido Spinelli, eu sou esposa de Spinelli, aonde eu tinha conhecido Spinelli, há quando tempo eu conhecia Spinelli, era tudo em cima do pobre do Spinelli as questões todinhas. Eles não tinham nenhuma intenção talvez de saber, porque a minha militância era num outro nível, a militância de Spinelli foi noutro nível, mas havia uma inquisição severa de saber de todos os passos de Spinelli, ele tinha estudado onde, em Pernambuco,

o que ele tinha estudado, aqui que ele tinha trabalhado na Fundação José Augusto, eles sabiam absolutamente, a gente vinha até conversando pra gente dar uma olhada o que é que tem aí em cima do Spinelli. Eu sei onde ficava a ASI, ficava lá em baixo e eu era tão inocente que eu não sabia por que era que eu estava sendo chamada por aquele órgão de repressão aqui na Universidade. Ela existiu. Ela não chamou só a mim. Era na época de Domingos ainda, Domingos era Reitor. E nós fazíamos depois disso, nós fazíamos mobilizações aqui, já na época de Diógenes, com faixas para que a ASI saísse da Universidade, houve uma mobilização intensa da ADURN, nós fizemos mobilização aqui na parte da manhã toda, havia uma audiência na Biblioteca Zila Mamede e nós todos com faixas pretas, boca lacrada, todo mundo de luto e havendo uma audiência lá em cima do fim da ASI (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 19-20, durante a oitiva do Prof. Genivaldo Barros).

47.2 Interferência nas Eleições Estudantis

Nas pesquisas realizadas pela Comissão da Verdade, seria pinçado o episódio de interferência direta da Reitoria da UFRN no pleito indireto para escolha do presidente do DCE/UFRN no ano de 1976. Segundo o relatado na dissertação de Carlos Alberto (1994, p. 89), a candidatura de Sérgio de Oliveira Dieb, ao Diretório, foi objeto de veto emanado do então Reitor Domingos Gomes de Lima. Segundo a produção referida, o Reitor afirmou ao estudante que a “Marinha e o Exército tinham um dossiê sobre o candidato que indicava atividades subversivas”. Na oportunidade, Sérgio Dieb se recusou a renunciar à candidatura e recebeu como resposta do Reitor Domingos, que este mesmo a cancelaria, já que as inscrições eram realizadas e chanceladas pela Reitoria da Universidade, na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, dirigida, à época, pelo prof. João Wilson Mendes Melo.

O episódio em apreço, também foi denunciado, anos depois, em publicação jornalística. O aluno Sérgio Dieb afirmou à imprensa que sua candidatura ao DCE, em 1976, havia sido vetada por opinativo da ASI-UFRN. Contava o episódio anterior em virtude da abertura política vivenciada em 1979, e que, apesar das

lutas dos universitários pela anistia ampla, geral e irrestrita e contra a repressão atingida nos brasileiros, as ações de patrulhamento ideológico continuavam ostensivas na UFRN, com a gestão de Adriel Lopes Cardoso à frente da ASI-UFRN. Sobre o caso, afirmou que não teve direito de defesa e, quando procurou o Reitor Domingos Gomes de Lima para saber o motivo do veto ouviu deste: “a proibição havia sido em decorrência de suas ligações com o MDB e organizações comunistas internacionais; [...] que não teria direito à defesa”, pois segundo o Reitor Domingos Gomes sua candidatura havia sido vetada pelo Regimento Interno da UFRN, que tinha poderes idênticos ao Decreto nº 477. Abaixo, seguem considerações que Sérgio Dieb fez sobre o episódio na entrevista ofertada a publicação do Professor Carlos Alberto de Andrade (1994, p. 89):

[...] naquela época o poder da ASI era muito grande, pois a ASI insistia em nos perseguir, não havia uma semana que a gente não deixasse de comparecer a sua sede para prestar depoimento. Quando nós chegávamos lá, o Sr. Adriel Lopes Cardoso abria nossas bolsas para ver se não havia gravador escondido. Numa das vezes em que estive na ASI, **o Sr. Adriel disse textualmente, que quem mandava na UFRN era ele, pois até o Reitor era vigiado por ele [...]** (destaques nossos).

Outra intromissão da Reitoria e da ASI-UFRN nas eleições dos diretórios estudantis da Universidade foi verificada na última eleição indireta para o Diretório Central dos Estudantes, realizada no ano de 1979. A intervenção no DCE-UFRN se deu pelo adiamento do pleito de 78. Como a chapa “opção” tornara-se oposição à Reitoria e esta não contava mais com os votos do Presidente e Vice-presidente no Colégio Eleitoral, o Reitor Domingos Gomes de Lima decidiu intervir no DCE e, para isto, nomeou os estudantes Antônio Evânio de Araújo e Magnólia Silva do Nascimento (ANDRADE, 1994).

A chapa “Opção” realizou protestos e reivindicações contra os estudantes interventores e contra o ato da Reitoria, mas não obteve êxito, já que, além da intromissão, a Reitoria marcou a eleição do DCE para o período de recesso escolar, oportunidade que vários presidentes dos Diretórios Acadêmicos estavam em viagem. Em resposta às manifestações, a Reitoria argumentava que, na ausência

dos Presidentes, os vices votariam. Neste pleito, chapa “Opção” apoiou os alunos Cícero Gomes Correia para presidente e Cipriano Maia de Vasconcelos para vice. Já os candidatos da Reitoria da UFRN eram os estudantes Luiz Fernando Menezes e Tereza Cristina Ribeiro.

A manobra da Reitoria obteve êxito e, em razão das férias, foi registrada a falta da maioria dos Presidentes e, assim, seus vices votaram. Contudo, ocorreu empate de votos entre as duas chapas, devido à retirada de apoio à chapa da reitoria por um presidente de um Diretório Acadêmico como protesto pelas manobras do Reitor Domingos. Como o regulamento eleitoral não disciplinava sobre os critérios de desempate das eleições, a Reitoria resolveu anular o pleito¹⁵³. A escolha dos membros do DCE-UFRN só ocorreria em janeiro de 1979, obtendo vitória a chapa comandada por Luiz Fernando Menezes.

153. A eleição do DCE-UFRN foi anulada pela Portaria nº 517-R, de 14 de setembro de 1978, homologada pela Resolução nº 84 – CONSUNI, de 19 de setembro de 1978.

Segundo Carlos Alberto Andrade (1994, p. 91), o intuito do Reitor Domingos Gomes de Lima na vitória da chapa aliada constituía-se em garantir o apoio estudantil nos Colegiados Superiores, já que os estudantes representavam 7 (sete) votos nessas instâncias e a eleição para Reitoria estava próxima e a formação da lista sêxtupla competia ao CONSUNI. O comprometimento dos estudantes aliados era tão público que o jornal *A República* noticiava os conchavos entre o Reitor e tais representantes estudantis. Além disso, Carlos Alberto (1994, p. 93) aponta que o Ex-Reitor Onofre Lopes da Silva e o Sr. Dinarte Mariz pressionavam Domingos para articular a indicação do Prof. Diógenes da Cunha Lima para o cargo de Reitor e o Prof. Dalton Cunha para o de Vice-Reitor. Estes também gozavam de preferência do Ministro da Educação Euro Brandão. Andrade (1994, p. 93) confidencia que Domingos havia recebido a promessa de assumir um cargo público em Brasília-DF, o que efetivamente ocorreu, pois o Prof. Domingos Gomes Lima seria, logo depois, designado Diretor geral do SERPRO, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda na capital federal.

Para o autor Carlos Alberto Andrade (1994, p. 88), os vetos aos candidatos de oposição à Reitoria eram realizados pelo próprio órgão de informações da instituição, conforme pondera: “tratava-se da ASI, órgão ligado ao SNI, que tinha função vetar professores, demitir funcionários, expulsar estudantes, etc; sendo seu chefe na UFRN, o famigerado Adriel Lopes Cardoso”. Nesta mesma obra, o ex-aluno Cícero Gomes contou certa ameaça sofrida durante conversa com Adriel:

[...] eu fui chamado por Adriel Lopes Cardoso, [...], onde ele me disse: se afaste desse pessoal, pois esse pessoal é do Partido Comunista. Porque esse relacionamento só vai lhe fazer mal, vai atrapalhar a sua carreira profissional [...], e que, se você não tiver mais jeito, você pode até morrer de um mal súbito na rua (1994, p. 88).

A intromissão da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte era algo extremamente plausível, tendo em vista que a ASI guarneceu o Reitor Domingos Gomes de Lima de informes sobre as inscrições das chapas para a eleição do DCE, neste mesmo ano de 1979. Em documentos da ASI-UFRN, obtidos no Arquivo Nacional, consta o Informativo nº 002/79, de natureza confidencial, de origem da Assessoria de Segurança e Informações. Neste documento, a ASI enviava ao Reitor Domingos dois outros documentos: um datado de 02 de janeiro de 1979 e o segundo de 08 de janeiro de 1979; ambos continham a qualificação de todos os candidatos ao DCE-UFRN, além do perfil dos estudantes, as linhas políticas seguidas e as ligações destes com elementos de esquerda, chamados de “subversivos”. As ações políticas dos diretórios e dos estudantes eram bem detalhadas neste Informativo.

154. Processo nº 823-80 – ARE/SNI. Acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN. Fonte: Arquivo Nacional.

155. CHAPA SENTINELA tem o apoio da ASI. *Tribuna do Norte*, edição de 07 de junho de 1981.

Esse informativo constitui uma prova cabal que o processo de escolha dos membros das entidades estudantis era viciado,¹⁵⁴ por interferência da própria Reitoria da UFRN, que, ao atuar nos bastidores dos pleitos, decidia pela escolha dos estudantes que se afinavam com os seus propósitos para administração universitária. Nos comentários finais do informativo, a ASI concluía: “Em maio próximo o comando da administração Universitária estará se transferindo ao sucessor, e a situação acima, no quadro estudantil, fará com que o cargo e os encargos sejam transmitidos ao futuro Reitor com o mínimo de problemas”. O intuito foi atingido.

A Assessoria de Segurança e Informações não interferia só no DCE, como também nas eleições para os diretórios acadêmicos dos Centros da Universidade. Uma prova disso é o apoio¹⁵⁵ dado pelo próprio chefe da ASI, Adriel Lopes Cardoso, à chapa “Sentinela”, durante o pleito do ano de 1981, ao Diretório do Centro de Ciências da Saúde (CCS). O chefe da ASI ponderava que o apoio era dado aos “estudantes de sua inteira confiança”.

Neste mesmo pleito, a chapa “Sentinela” também receberia o apoio do Diretor do CCS, o médico e Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima. Segunda a reportagem da *Tribuna do Norte*, a chapa de oposição foi denominada “Peleja” em consequência dos reiterados protestos que faziam contra a intromissão de Adriel Cardoso à disputa e propagavam: “Não percam no dia 10 a “Peleja” do DACCS contra a ASI”.

Apesar da informação de apoio público da Diretoria do CCS às eleições, o ex-diretor da unidade, Daladier Cunha Lima, não confirmou o noticiado na reportagem e assim se pronunciou em reunião da Comissão da Verdade da UFRN, ao negar qualquer interferência nas eleições dos diretórios:

Almir Bueno: Mas essa matéria de jornal...

Daladier Cunha Lima: Eu não duvido que ele tenha pretendido isso. É provável que ele tenha procurado fazer isso. Alguém do conhecimento dele, estudante. É do diretório?

Almir Bueno: É chapa do diretório acadêmico do Centro de Ciências da Saúde.

Daladier Cunha Lima: Eu não tenho o menor conhecimento, e claro que se isso tivesse acontecido eu teria rechaçado isso, eu jamais teria apoiado isso. Essa notícia de jornal não tem nenhuma relação de verdade com a atuação do diretor.

Almir Bueno: Só para concluir, então o senhor não apoiou nenhuma chapa?

Daladier Cunha Lima: De jeito nenhum, de maneira nenhuma iria apoiar. Ainda hoje as eleições da instituição que eu dirijo é com bastante lisura, recentemente o presidente foi escolhido em eleições abertas. E ele me procurou e eu disse que não aceitava porque ele não usou de maneira democrática. É meu pensamento, eu sempre fui assim e não agiria de outra maneira.

[...]

Daladier Cunha Lima: É... Ivis pode saber. Mas o que eu me lembro é que os presidentes de diretórios no tempo em que eu fui diretor do centro eram pessoas eleitas abertamente. Nunca influenciei absolutamente nada. Quem me conhece sabe que minhas palavras dirigidas a quem ia votar eram que

eu não dizia que eu não era melhor que a outra não, eu era o que era e quem quisesse votasse em mim, mas qualquer outro candidato era tão bom quanto eu... (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 03).

47.3 Documentos Pesquisados pela Comissão da Verdade Sobre Ações da ASI-UFRN Contra Estudantes

Nas pesquisas da Comissão da Verdade da UFRN, foi encontrado um número significativo de produções de natureza sigilosa e confidencial da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN. O material colhido diz respeito a relatórios, informativos e ofícios que eram difundidos a vários órgãos da comunidade de informações, como Divisão de Segurança e Informações do MEC, Serviço Nacional de Informações, Quartel-General da 7ª Brigada, CATRE, 3º Distrito Naval, Departamento de Polícia Federal, ASI/COSERN/ETFRN/CHESF. A seguir, uma síntese destas produções:

- a) Pelo Ofício nº 238-72 do Diretor da Faculdade de Direito Antônio Soares Filho, em resposta ao Ofício circular nº 10/72 do Assessor da ASI-UFRN, Zacheu Luiz Santos, eram informados dados (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade e endereço) das acadêmicas Nadja Maria de Alencar Fernandes e Luiza de Souza e Silva sobre cursos e bolsas que pleiteavam no exterior. Também o diretor, por meio do Ofício nº 293/72, em aditamento ao ofício 013/72, enviou curriculum vitae do acadêmico Francisco Onildo Nobre. O envio de currículos ainda era feito neste ano pelo Ofício nº 217/72 de Maria do Socorro Queiroz do Amaral, Iracema Figueiredo do Nascimento Campos, Raimundo Glauco de Vasconcelos, Edilson Glauco de França e Delma Pessoa Simonetti. Outros 10 currículos de alunos dos 4º e 6º períodos seriam enviado pelo Ofício nº 263/72-FD.
- b) Pelo Ofício nº 270/72 em resposta ao pedido constante no Ofício nº 17/72 - circular da AESI-UFRN, o diretor da Faculdade de Direito informava ao Assessor Zacheu Santos a não existência de jornais, boletins ou informativos em circulação naquela unidade.

c) Ofício Circular nº 011/1973 AESI-UFRN de 11.07.1973. Enviado ao Diretor do Instituto de Ciências Humanas da UFRN solicitando a relação de membros do Diretório Acadêmico daquela unidade, a fim de atender solicitação de órgãos superiores. Como o ofício foi difundido a todas as unidades universitárias, foi pinçado o Ofício nº 61/73-GD, 16.07.1973, em que a diretora da Faculdade de Sociologia e Política, Avany Rodrigues Policarpo divulgava os nomes de todos os integrantes do Diretório Acadêmico Josué de Castro.

d) Ofício Circular nº 012/1973 AESI-UFRN de 22.08.1973. Enviado ao Diretor da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto. Consta em anexo a Portaria nº 25/1968 do Ministro da Educação e Cultura que dispõe sobre a realização de reuniões, eventos e conclaves em âmbito universitário e a necessidade de autorização da Reitoria, que deveria estar vinculada à unidade universitária, informando, dentre outros pontos, os objetivos e os números de pessoas presentes ao evento.

e) Ofício Circular nº 013/1973 AESI-UFRN de 09. 09.1973. Enviado ao Diretor do Instituto de Ciências Humanas da UFRN solicitando a relação de todos os alunos matriculados naquela unidade universitária, por série ou período. Na pesquisa, foi encontrado o Ofício nº 104/73-GD, de 13.09.1973, da diretora da Faculdade de Sociologia e Política, Avany Rodrigues Policarpo, enviando lista nominal de todos os estudantes da unidade.

f) Consta o envio do Ofício nº 253/73 do Diretor da Faculdade de Medicina, Prof. Fernando Ezequiel Fonseca, da lista de homenageados pelos doutorandos do curso médico daquele ano. Pelo despacho da AESI: “Nada consta nos OIA, até a presente data, que contra-indique” em 24 de outubro de 1973.¹⁵⁶

g) O Processo nº 11.352/73, encaminhando o Ofício nº 103/73-IM, do Diretor do Instituto de Matemática, para submissão ao Reitor Genário Fonseca, do nome do Centro Cívico da unidade, “Prof. Joaquim Gomes de Souza”. Despacho da AESI: “Nada consta nos OIA, até a presente

156. A lista de homenageados foi homologada pelo Conselho Universitário, pela Resolução nº 94 – CONSUNI de 30.11.1973.

data, que contra-indique”. Em 20 de agosto de 1973. Submetido ao Conselho Universitário que homologou a escolha pela Resolução nº 59/73.

h) Informação nº 068/1974 AESI-UFRN, de 29.10.1974, “Propaganda contrária ao governo no âmbito da educação e cultura”. Difusão entre CATRE, DOPS/RN, ASI-UFRN, 7ª brigada”, documento enviado aos diretórios acadêmicos da UFRN por setores estudantis da Universidade Federal de Minas Gerais.

i) Informação nº 067/1974 AESI-UFRN, de 24.10.1974, consta a apreensão do “Estudo sobre o comportamento sexual do Universitário Natalense”. Segundo o informe, a pesquisa se deu na UFRN e foi realizada pelo estudante Rinaldo Barros, com antecedente de punição pelo Decreto-Lei nº 477 e com ajuda do estudante Jonaldo Carrilho. A AESI diz que o estudo foi realizado na UFRN, mas sem autorização. Além do estudo, foram apreendidos os questionários utilizados.

j) Informação nº 070/1974 AESI-UFRN, de 01.11.1974, trata da apreensão de jornais e panfletos recebidos por diversas unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No documento, consta, em anexo, o opúsculo “Y Juca Pirama” de origem do Diretório Central dos Estudantes da UFMG, onde constam denúncias sobre genocídios indígenas.

k) Informe nº 003/1975 AESI-UFRN, de 02.01.1975, diz respeito à apreensão de “panfleto subversivo”. “Esta agência apreendeu correspondência dirigida ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFRN”. Não consta a autoria, mas é proveniente de São Paulo. Título do panfleto “Brasil notícia” nº 21.

l) Informe nº 031/1975, de 07.03.1975 AESI-UFRN, encaminha prontuário de Rinaldo Claudino de Barros.

Informação nº 057/75 AESI-UFRN, de 25.07.1975, apreensão de jornais e panfletos enviados a diversos centros acadêmicos da UFRN, como do DA – Faculdade de Economia, do Centro de Ciências Exatas e DA do

extinto Instituto de Química. A publicação fazia referência aos documentos que haviam sido entregues pelos dirigentes das entidades.

m) Informe nº 100/75, de 21 de agosto de 1975, relativo à apreensão de documento enviado pelo DCE da UFMG dirigida ao Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Exatas e Naturais. O documento relatava, em todo de denúncia, que alguns estudantes de Minas Gerais estavam sendo convocados pela Polícia Federal.

n) Informação nº 090/75 – ASI-UFRN, de 27.11.1975, refere-se ao estudante do Curso de Direito Juliano Homem de Siqueira, em sua participação em reunião no Centro de Ciências da Saúde, para avaliação da reforma universitária. Havia referência que havia sido condenado pela Lei de Segurança Nacional. O encontro contou com a presença do pró-reitor de assuntos acadêmicos Prof. José Cláudio de Melo Moraes. Nos comentários finais do informe, a ASI reconhecia a capacidade de liderança do acadêmico e alertava aos organismos de repressão vigilância quanto ao nominado.

o) Informação nº 031/78 – ASI-UFRN, de 21.06.1978, relativo ao Centro da Mulher Natalense e ao movimento estudantil na UFRN. Encaminha cópias de panfletos distribuídos e qualificação dos seguintes estudantes: Juliano Homem de Siqueira, Rossana Mary Sudário, Cicero Gomes Correia, Virna Soraya Damasceno, Francisco Gionavi Fernandes Rodrigues, Rose Aimêe Araújo Barros e Sávio Ximenes Hackradt. Outrossim, informa atividades da chapa “União e Trabalho” e das viagens realizadas pela aluna Rossana Sudário a Curitiba/Paraná para participar de Congresso da OAB sobre “Estado de Direito”. A ASI ainda pontuou que a aluna havia visitado vários diretórios estudantis no sul.

Informativo nº 002/79 –ASI/UFRN, de 16.01.1979. Encaminha recortes de jornais sobre o movimento estudantil – Eleições do DCE em 1979. A entidade fazia referência à “entrada de um grupão de esquerda em 1977” nos diretórios acadêmicos.

p) Informativo nº 008/79 – ASI-UFRN, de 12.03.1979. Encaminhava panfleto distribuído nas salas de aula pelo Centro da Mulher Natalense. Destacava-se a figura da aluna de Direito Rossana Sudário que, comandando as comemorações pelo Dia internacional da Mulher, havia comparecido a salas de aulas e cinemas para distribuição de panfletos. O informativo difundido com outros órgãos de segurança indicava o local de reuniões do centro: Rua Joaquim Manoel, centro da cidade. Na ficha individual de Rossana Mery Sudário, há referências à sua ligação com o Juliano Homem de Siqueira e a chapa “União e trabalho fazendo divulgação no CCSA”. “Participante ostensiva nos movimentos de agitação na UFRN”.

q) Informativo nº 037/80 – Departamento de Polícia Federal. Informa a realização de reunião do Centro da Mulher Natalense no auditório da Faculdade de Farmácia da UFRN, em 22.05.1980, tendo como pauta o aborto. Constam informações sobre o conteúdo dos discursos dos participantes.

r) Informativo nº 034/78 – ASI-UFRN, de 31.07.1978. “Movimento estudantil: encontros, congressos, simpósios”. O documento faz um tipo de crítica à concessão de passagens e diárias para estudantes “ligados a subversão, cumprindo a palavra de ordem do PCB, PCdoB e PCR”. O documento faz referência à viagem realizada pela aluna Rossana Sudário a Congresso da OAB e ao aluno Lair Solano Vale como integrante da pastoral universitária e ligado a “elementos portadores de antecedentes políticos contra-revolução, atraindo-os para proferir palestras no Diretório Acadêmico”. O informativo ainda continha jornais estudantis apreendidos.

Importante frisar que há uma discrepância entre a constatação desta Comissão da Verdade, no que toca a verificação do grande material produzido pela ASI-UFRN durante os anos de 1975 a 1978, e o afirmado pelo ex-chefe da ASI-UFRN, Prof. Jurandyr Navarro da Costa. Este afirmou sobre o então Reitor, em seu depoimento: “Domingos nunca recorreu a ASI. Ele disse que queria se livrar” (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 11). Em outro momento, o Professor apo-

sentado Jurandyr Navarro pontuava que: “a ASI não fazia, dava meros informes” (p. 24); “O próprio Reitor não tomou a iniciativa, porque não queria que a ASI prosperasse. Eu achei tipo assim, [...] Ele não fez nomeação do novo titular. Ele deixou o mesmo se extinguir aos poucos” (p. 35). Entretanto, as afirmações de Jurandyr são conflitantes em razão dos informativos confidenciais pinçados por esta CV-UFRN e tendo em vista a nomeação do bacharel Adriel Lopes Cardoso para a função de Chefe da ASI-UFRN, realizada pelo então Reitor Domingos Gomes de Lima. O período de Adriel na frente da ASI foi um dos mais terríveis. O Reitor buscou-o diretamente de Brasília, um agente de informações com formação na Escola Nacional de Informações.

48 ELEIÇÃO DIRETA PARA O DCE: 1979

Com as crescentes reivindicações, âmbito nacional, para reconstrução da UNE e o movimento de abertura política, ora em curso, a realização de eleições diretas para o DCE-UFRN também entraram em pauta. Na UFRN, as eleições para escolha da diretoria do DCE haviam sido indiretas desde 1964, com a primeira intervenção realizada pela Guarnição Militar de Natal. Após longos 15 anos, o movimento estudantil da UFRN, reconquistaria o direito de eleger seus representantes.

No pleito de 1979, se inscreveram as chapas “Aruera”, com Moisés Domingos Sobrinho como Presidente e Fernando Barbalho como vice-presidente; a chapa “Alternativa”, com Wober Júnior e Carlos Cabral, grupo de direita ou social-democratas e liberais, como defendia o estudante Gutemberg Tinoco (ANDRADE, 1994, p. 96); e, por fim, a chapa “Quem sabe faz a hora”, com Mauricio Correia e Emanuel Eugênio. A chapa “Aruera” era composta pela junção de setores da esquerda (PCB, PCR – dos quais Moisés já havia participado – e PCdoB), que haviam se unidos num programa único.

O presidente do último mandado indireto Luiz Fernando Meneses apoiava a chapa “Quem sabe faz a hora”. Os programas das chapas eram quase idênticos a diferenciar-se no tocante ao ponto da Anistia, ampla, geral e irrestrita com a seguinte inclusão: “o fim do aparelho estatal” (ANDRADE, 1994, p. 98). A chapa “Aruera” ganharia com a maioria expressiva de votos.

BOLETIM



dce UFRN

SUCESSÃO:

**NEM PEDRO, NEM GENIBALDO, NEM LAURO,
NEM DALTON, NEM EZEQUIAS E NEM LÚCIO.**

QUEREMOS ELEIÇÕES DIRETAS

processo de sucessão na UFRN nada tem de resto que senão imposição e autoridade. Estando na reta final para ser anunciado o substituto do atual reitor, os componentes da lista sêxtupla já adotaram abertamente aquilo que eles mesmos utilizaram como argumento para anteverem a reunião do Colégio Eleitoral, que tanto foi motivo de críticas e denúncias por parte do DCE e da ADURN: a interferência dos grupos políticos dominantes do Estado na escolha do próximo dirigente da Universidade. No debate que ocorreu dia 8, na biblioteca do Campus, todos eles revelaram ter buscado o apoio dos políticos que tem influências junto ao Governo Central. Políticos que se comportam de uma forma tal que mais parece que nossa Universidade está sendo leiloada. Já nessa fase final onde tudo parece já estar definido, continuamos nossa campanha por eleições diretas e não deixaremos de cobrar o compromisso daqueles que no debate se colocaram como ardorosos defensores

para vice-reitor, diretores de centro, chefes de departamento e coordenadores de curso.

Não apoiamos nenhum dos seis que estão na lista do Reitor Diógenes. Não por desgostos pessoais, mas por não reconhecermos o processo de escolha dos nomes integrantes da lista sêxtupla, que se fez em cima da ruptura autoritária do processo conduzido pelas entidades representativas dos segmentos da Universidade e levada a efeito pela reunião de um Colégio Eleitoral que não representa a comunidade universitária, composto por pessoas indicadas pelo Reitor e que a ele lhes deve continências.



Boletim produzido pelo Diretório Central dos Estudantes da UFRN, em 1979 - Reivindicações pelo retorno de eleições diretas ao DCE. Fonte: Acervo do Diretório Central dos Estudantes José Sílton Pinheiro.

49 ELEIÇÕES PARA O DCE-UFRN (1980 a 1984)

Com a derrota das chapas de direita, as eleições do DCE passariam a ser disputadas por grupos de esquerda. O pleito de 1980 teria como vencedor o estudante do Curso de Ciências Sociais João Emanuel Evangelista na chapa “Desafio”, em disputa contra a chapa “Contraponto”, apoiada pela diretoria anterior e com membros advindos sobretudo do PT. As principais bandeiras de lutas dos programas cingiam-se a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, revogação dos Atos de exceção, eleições diretas para Reitor, diretores de centro¹⁵⁷ e diretores dos núcleos avançados de ensino.

Em 1982, o DCE realizaria mais uma eleição direta com as chapas: “Reconstrução”, “Unidos venceremos” e “Viração”. A chapa “Reconstrução” era composta por membros advindos do Partido dos Trabalhadores e era liderada pelo estudante Hugo Manso Júnior saíria vencedora. Segundo Andrade (1994, p. 103), os principais pontos do programa defendiam a derrubada da ditadura militar e o surgimento de um “governo que garanta os interesses dos operários e populares”.

No ano seguinte, 1983, a chapa “Novos caminhos” saiu vitoriosa e seria a última do período antidemocrático. Nos anos finais da ditadura militar, em razão do processo das “Diretas Já” e a derrota na aprovação da Emenda constitucional que garantiria eleições diretas para Presidência da República, o movimento estudantil local e as eleições para o DCE sofreriam mudanças. Segundo Carlos Alberto (1994, p. 105), o grupo do PT lançou a chapa “Coração de estudante” que contemplava todas as forças políticas que atuavam no movimento estudantil, porém a terceira chapa, “É preciso mudar”, tendo como candidato a presidente o estudante de Comunicação Social, Cláudio Oliveira, saíria vitoriosa. O discurso de Cláudio teve boa receptividade dentro do corpo estudantil da UFRN: “prioridade aos problemas específicos dos estudantes”.

50 MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS DA DÉCADA DE 1980

Nesta seção tratar-se-á, de forma sintética, sobre as principais lutas da classe estudantil da UFRN, nas décadas de 1970 e 1980. As reivindicações cin-

157. Cabia a ASI decidir sobre a nomeação de diretores dos centros. SIGILO: DEPENDEM da ASI nomeações para diretores dos centros da UFRN. *Jornal Dois Pontos*, edição de 04 de novembro de 1983.

giam-se a conquista do novo regime democrático, pela realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, pela suplementação das verbas para educação, com repasse de 12% do orçamento geral da União ao setor, melhoria nas condições de ensino, reformulação de currículos, construção e melhoria dos laboratórios, ampliação do acervo da biblioteca.

50.1 Greve Estudantil de 1981

158. ESTUDANTES QUEREM RU funcionando. *Diário de Natal*, edição de 07 de novembro de 1979.

Após a reestruturação das entidades estudantis, pós-79, a primeira greve de estudantes registrada, ocorreu em 1981. Um dos principais fatores que a delinearão foram as reivindicações contra a política de aumento dos preços do Restaurante Universitário da UFRN (RU) e pela melhoria na qualidade da alimentação fornecida; higienização do espalho; condições de trabalho para os servidores; funcionamento nas férias e conserto do maquinário¹⁵⁸. Em razão dos protestos, um abaixo-assinado foi produzido e entregue ao Reitor, à época, Diógenes da Cunha Lima.

No dia 17 de setembro de 1981, foi realizada uma Assembleia Geral dos estudantes, comandada pelos dirigentes do DCE-UFRN, na oportunidade pela qual foi definida uma pauta de reivindicações contendo 14 itens, dentre eles, havia expressa menção à extinção da Assessoria de Segurança e Informações (ASI), bem como a melhoria dos laboratórios dos cursos, da BCZM, eleição direta para escolha dos gestores da Universidade e, por fim, a transferência da sede do DCE para “centro geográfico do campus”, já que se instalara numa área distante, mais precisamente, no portão próximo a Praça Cívica do campus.

Em resposta à pauta de reivindicações, o Reitor assumiu o compromisso de efetivar poucos itens, deixando sem soluções os pontos mais importantes. Em razão disso, foi convocada uma Assembleia Geral, que realizou-se no dia 01 de outubro daquele ano. No encontro, os quase 2 (dois) mil estudantes presentes, decidiram iniciar o movimento greve, por tempo indeterminado.

RESTAURANTE

UM DIREITO

DE TODOS

DCE • DACT • DACCS • DACCE • DACCSA • DACCHLA • CAA • CAO



CONCENTRAÇÃO GERAL

EM FRENTE A REITORIA

VAAMOS COBRAR OS NOSSOS DIREITOS

QUARTA • FEIRA (11.03.81)
9:00 horas

Panfleto distribuído pelo DCE-
UFRN – Convocatória de greve.
Fonte: Acervo do Diretório Central
dos Estudantes José Sílton Pinheiro.

159. NOTA DA ADURN. *Tribuna do Norte*, edição de 07 de outubro de 1981.

Ao tomar conhecimento da greve estudantil, o Reitor Diógenes da Cunha Lima ameaçou tomar medidas duras com a finalidade de esvaziar o movimento, dentre elas, o fechamento do RU e obrigatoriedade dos professores fazerem chamadas nas salas de aula durante a greve. Apesar das medidas destacadas pelo dirigente, a adesão estudantil à greve foi maciça. O Reitor lançou, ainda, pedido aos professores para ministrarem, normalmente, as aulas e realizem chamadas; o que não foi seguido nem pela ADURN, que ao contrariar as disposições do Reitor, lançou até nota¹⁵⁹ de apoio ao movimento dos estudantes, recomendando que os professores participassem da luta, conforme trecho: “os professores da UFRN devem recusar a servir de instrumentos de repressão aos estudantes em greve, não utilizando os diários de classe para registrar faltas”.

Ainda foi registrada uma passeata pelo centro da cidade de Natal, contando com a participação de sindicatos de trabalhadores, partidos políticos, da Comissão pró-constituente e vários estudantes universitários. O movimento sindical, através de Horácio Paiva, representante da Comissão pró-central única dos trabalhadores também manifestou apoio ao movimento estudantil-universitário, ao defender o direito à greve. O presidente do DCE, na ocasião da passeata, era o aluno João Emanuel Evangelista (Curso de Ciências Sociais), no ato, denunciou a péssima qualidade da alimentação no RU.

Para resolução do problema, Diógenes resolveu designar o Coronel Cleantho Homem de Siqueira para administração do Restaurante, conforme pontuou:

Diógenes da Cunha Lima: [...], como eu tinha amizade pessoal com dois dos ministros, o Eduardo Portella não trazia muito incomodo, mas ainda eu designei militares e ex-militares para algumas funções na Universidade, e isso me dava tranquilidade para [inaudível], eu tinha quatro coronéis: coronel Mosca, coronel Leal, o major que eu coloquei, a memória está ficando ruim, Cleanto Siqueira e ainda João inválido. Então, esse pessoal tratava bem a Universidade, alguns já estavam na Universidade, alguns foram mantidos e foi ampliado função. Eu tinha graves problemas quando assumi notadamente

no serviço de compra da Universidade e que foi organizado pelo major João inválido, linha dura chegou lá para organizar, evitar roubos, safadezas, molecagens toda a ordem foi feita e ele deu conta do recado.

Ivis Bezerra: Quais eram as funções desses quatro militares?

Diógenes da Cunha Lima: Mosca tomava conta mais ou menos da prefeitura da Universidade, Jair era serviço de compra, não me lembro bem o nome [inaudível] era assessor jurídico Leal, Coronel Leal, e Cleanto restaurante universitário (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 07-08, depoimento em 31.05.2013).

O movimento grevista chegou ao fim após deliberação de nova assembleia estudantil e posterior reunião com o então Reitor Diógenes da Cunha Lima, que se comprometeu a dar prosseguimento a algumas propostas. O balanço geral da greve constatou que o movimento havia tido apoio maciço dos estudantes da UFRN, com quase 100% de adesão.

50.2 Repressão à Manifestação Estudantil por Ordem do então Governador José Agripino

O episódio de repressão à manifestação estudantil-universitária ocorrida no campus biomédico da UFRN, em 1983, foi retratado na obra de Carlos Alberto Andrade. Em 1983, a comunidade universitária e, mais especificamente, os diretórios estudantis, já experimentavam ares de liberdade, em razão do claro processo de abertura democrática que estava em curso no país, porém, as instâncias governativas em âmbito estadual, notadamente, o Governo do Sr. José Agripino Maia, não comungava, nas suas práticas, da tolerância e abertura política desejada.

Por ordem emanada do próprio governador, uma passeata, por ocasião do dia nacional de manifestação e luta da comunidade universitária brasileira, formada por um grupo de estudantes reunidos no pátio da Faculdade de Farmácia, seria impedida de sair das dependências da UFRN e adentrar as ruas da cidade, em 28 de setembro de 1983.

O bloqueio, a manifestação estudantil, se deu por ação direta de um pelotão da Polícia Militar do RN, composto por cerca de 200 policiais, que se postou em frente ao prédio da UFRN, impedindo a saída dos estudantes. Andrade registrou, que nesse instante, alguns estudantes, inclusive o presidente do DCE, Christian Vasconcelos, interpelaram os policiais numa tentativa de estabelecer diálogo e realizar o ato referenciado. Arguiam que a passeata havia sido informada, em momento anterior, ao então Secretário de Segurança Pública do Estado, Coronel Valdomiro Fernandes, mas, apesar disso, não tinham obtido resposta. O comandante do pelotão repressivo, o Major Fernandes, informou que estava a cumprir ordens e naquele momento sua missão era impedir a realização do ato.

Como não houve concordância da Polícia na saída da manifestação, os estudantes, como estratégia, resolveram se dispersar em pequenos grupos, mas que combinaram de se encontrar em frente ao Palácio do Governo para a realização da manifestação pretendida. O que realmente ocorreu. No início do ato, os estudantes foram surpreendidos pelo pelotão de policiais, que contava com um numerário maior de homens. Registrou-se uma repressão intensa ao protesto, com narrativas de agressão física perpetrada contra os acadêmicos; além do lançamento de bombas de gás lacrimogêneo no meio estudantil. Em razão disso, o protesto logo chegou ao fim. De acordo com Andrade (1994, p. 125), “na manifestação vários estudantes foram espancados; o carro de som que prestava o serviço ao ato foi apreendido”.

160. *Tribuna do Norte*, edição de 29 de setembro de 1983.

Na imprensa¹⁶⁰ local, o então vice-governador, afirmou que a ordem para dispersão do movimento havia emanado pelo governador José Agripino Maia em pedido direcionada à Polícia Militar. Segundo Carlos Alberto (1994, p.123), a explicação plausível para o intenso desejo repressivo do então governador advinha do seu pertencimento, e de sua família, aos quadros do PDS, partido de sustentação do governo militar. Assim, não poderia esperar atitude diferente, já que “uma vez que a hegemonia política de sua família no Estado, havia sido forjada sob a frondosa sombra da ditadura”.

Apesar da absurda repressão perpetrada pelo governo estadual, a manifestação objetivava denunciar a nefasta e desastrosa política econômica adota-

da pelo governo federal, que levava a reboque a Universidade, ao criar reiteradas crises financeiras para administração universitária.

50.3 Extinção da ASI-UFRN: Luta do Movimento Estudantil

Outra bandeira de luta do movimento estudantil na UFRN, durante as décadas de 1970 e 1980, foi em prol da extinção da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os primeiros registros, que foram possíveis colher, datam do início do reitorado do Professor Diógenes da Cunha Lima, 1979. Durante a cerimônia de posse do presidente e vice-presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia, respectivamente, Abdon Fernandes de Souza e Herbert Pinheiro Cordeiro, o Reitor Diógenes da Cunha prometia uma gestão baseada no “diálogo aberto, franco e leal” e que iria tornar a administração universitária receptiva às críticas, segundo ele um “centro para onde convergem todas as ideias, vozes concordantes ou discordantes”. Afirmava, ainda, que pessoalmente estaria sempre à disposição da classe estudantil para o diálogo.

Na ocasião, o presidente do DACT, pontuava que a conjuntura política era de reconquista “das liberdades perdidas nos últimos 15 anos” e que a luta pela extinção da ASI e pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) eram imperativas. Destacava que ASI-UFRN adotava “sempre medidas policialescas”, no constante patrulhamento político-ideológico da comunidade. No final desse encontro, o Reitor prometia: “a Universidade nunca voltará a ter clima de policialesco”.¹⁶¹

161. DIÓGENES REAFIRMA o desejo de promover diálogo. *Diário de Natal*, edição de 08 de junho de 1979.

Em uma outra reunião com o Reitor Diógenes, o pedido pela desativação da ASI na Universidade foi reiterado, além do pedido por eleições diretas para o DCE e a modificação do sistema avaliativo. O evento contou, também, com a presença do Pró-reitor de Assuntos Estudantis, Clênio Alves Freire, e os dirigentes estudantes afirmavam que as solicitações eram da classe e que a reitoria deveria se esforçar para garanti-las.

Para extinção da ASI, os estudantes arguíam que antes de deixar a presidência da República, o General Ernesto Geisel havia extinto todas as ASIs no

162. ESTUDANTES INSISTEM no desaparecimento da ASI. *Diário de Natal*, edição de 05 de julho de 1979.

163. DIÓGENES ANUNCIA mudança no ensino universitário. *Diário de Natal*, edição de 01 de Agosto de 1979.

país e que, por isso, não se entendia porque a administração da UFRN insistia na manutenção, finalizando: “todos os estudantes se dizem receosos com o órgão e criticam o clima policalesco existente”.¹⁶²

O professor Diógenes da Cunha Lima, em entrevista¹⁶³ à imprensa local, defendia a importância da manutenção da ASI não como órgão de segurança e sim como de informações; ao captar os problemas da Universidade e remeter ao Reitor para, que este, tomasse conhecimento e procurasse as soluções, dizia: “Garanto que não vai existir clima policalesco na minha gestão”, mas que prometia conversar com o Ministro da Justiça sobre a situação da Assessoria. Nessa mesma entrevista, confessou: “a ASI mantém o Reitor informado de tudo que aconteceu, sendo porém, de muita importância para a instituição”, noutro trecho “As informações que recebo, somo com os dados que disponho e posso tomar as decisões que melhor atendam os nossos interesses. O serviço de informação é básico em qualquer país”.

Nessa mesma reportagem, o presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências da Saúde (DACCs), o estudante Cipriano Maia de Vasconcelos (Curso de Medicina), afirmava que a ASI “sempre agiu policalescamente, pois já tinha chamado muitos estudantes para esclarecimentos das suas ideias. Por isso, os estudantes ainda se dizem receosos com sua permanência, mesmo que a Reitoria garanta que ela não atuará nesse sentido”. O clima de descontentamento estudantil em face da ASI também foi pontuado pelo Pró-reitor Clênio Alves, mas este, pessoalmente, defendia a manutenção. O presidente do DCE Luiz Fernando de Menezes concordava com Cipriano esclarecendo que “algumas reuniões dos estudantes foram gravadas a mando da Assessoria de Segurança e Informação”.

Na reunião referenciada, o prof. Diógenes leu uma correspondência escrita por Adriel Lopes Cardoso (Chefe da ASI), declarando, que a ASI era um órgão de assessoramento do Reitor, supervisionada pela Divisão de Segurança e Informações do MEC, órgão setorial do Serviço Nacional de Informações no campus universitário, ou seja, informou sobre a localização da Assessoria no organograma institucional. Quanto ao pleito por eleições diretas para o DCE, o Reitor se comprometeu a fazer o possível para concretizar o requerimento.

Apesar das promessas do Reitor que a ASI não teria função policialesca, os estudantes continuavam a afirmar que a ASI atemorizava, ainda, estudantes e professores, classificando-a como “um órgão repressor e provocador de intrigas”. Um dos fatos mencionados, ocorreu em 04 de agosto de 1979, quando alunos afirmavam que a ASI continuava a convocar alunos e professores para prestar depoimentos sobre suas posições político-ideológicas. O estudante Eri Varela refletia¹⁶⁴ que a palavra “universidade só rima com liberdade”, arguindo que a ASI havia sido criada num regime de exceção e que sua finalidade era aterrorizar os estudantes e tolher a liberdade na academia. Contrários ao entendimento de Diógenes quanto à manutenção da entidade, os estudantes opinavam pela possibilidade de criação de um novo setor que fornecesse informações “verdadeiramente administrativas” à gestão, conforme declaração do presidente do DA do CCSA Gutemberg Tinoco. O aluno Luiz Fernando Menezes finalizava: “ficar fiscalizando cada passo de estudante é deixar de lado os problemas existentes na Universidade”.

O estudante Giovani Rodrigues (Curso de Ciências Contábeis) afirmava à imprensa que, o chefe da ASI, o servidor Adriel Lopes Cardoso, era responsável por “implantar um clima de terror na Universidade, [...] e ter sido intimado duas vezes por motivos que considera fúteis”. Anunciava, também, que colegas seus também eram convocados e que recebia algumas recomendações do agente de informações, em tom ameaçador: “saber todos os nossos movimentos, bares que frequentamos e associações a que éramos filiados”. Giovani frisava que a placa indicativa da entidade havia sido retirada da porta da ASI, mas que o órgão permanecia realizando suas atividades normalmente.

Em outra matéria jornalística¹⁶⁵, o aluno Giovani Rodrigues confessava que, certa vez, Adriel Lopes Cardoso teria ordenado o professor Jaderlino Luce-
na a impedir a exibição do filme *São Paulo S/A* no auditório da Reitoria. Segundo consta, o prof. Jaderlino não cumpriu a determinação e se dirigiu à sede da ASI, acompanhado deste, ouvindo de Adriel que só autorizaria a exibição do filme, caso a Polícia Federal (PF) concordasse; e por esse motivo, na ocasião, já teria solicitado dois agentes da PF para apreensão do filme, o qual Adriel considerava de conteúdo eminentemente subversivo¹⁶⁶.

164. SÓ A SIGLA ASI causa temor na Universidade. *Diário de Natal*, edição de 04 de agosto de 1979.

165. ADRIEL IMPLANTA terror na Universidade. *Tribuna do Norte*, edição de 14 de agosto de 1979.

166. ESTUDANTE CULPA Adriel de implantar terror na Universidade. *Tribuna do Norte*, edição de 14 de agosto de 1979.

167. MINISTRO DA EDUCAÇÃO garante: acabar com a ASI. *Tribuna do Norte*, edição de 15 de agosto de 1979.

168. ASI SERÁ EXTINTA pelo MEC segundo Diógenes da Cunha Lima. *Tribuna do Norte*, edição de 13 de junho de 1979.

Registra-se um conflito de declarações, à mesma época, enquanto o Ministro da Educação Eduardo Portella afirmava que a extinção das ASIs deveria ocorrer em todo Serviço Público Federal, o Reitor Diógenes colocava “empecilhos” subordinando a desativação, em âmbito da UFRN, a autorização do SNI. Na reportagem do jornal *Tribuna do Norte*, servidores do MEC, em Brasília, afirmavam que a extinção das ASI nas universidades, com o devido cumprimento do decreto presidencial, dependeria de uma “maior ou menor independência dos reitores exercício”¹⁶⁷ e que a extinção era de alçada do MEC e não do SNI. Uma declaração importante deve ser registrada, nessa reportagem Diógenes se disse contrário ao processo de redemocratização, pois ele acreditava na “democratização, porque nunca tivemos democracia no país”, ressaltando os esforços do Presidente Figueiredo. Citou que a universidade por ser centro de inteligência deveria ser pioneira no movimento democratização do país.¹⁶⁸ Assim, ponderou sobre seu contado com a ASI:

Diógenes da Cunha Lima: Bom, o contato era com esse cidadão, chamado Adriel Lopes Cardoso, funcionava dentro do prédio da reitoria, não tenho certeza, Adriel era a pessoa que tinha contato em nome da ASI sempre.

Ivis Bezerra: Como era esse contato?

Diógenes da Cunha Lima: Ele pedia autorização para falar comigo, e trazia problemas, sobre vários, alguns que davam choques [...].

Diógenes da Cunha Lima: Havia organismos nacionais, em outras universidades eu tive conhecimento, mas eu sei que tinha, porque até o contrato eles aprovavam, pelo menos durante muito tempo aprovavam o contrato de professor. [...] Então houve coisas assim, claro que eu não pretendia nem ficava, ao contrário, **nunca me utilizei da ASI para qualquer serviço**, serviço entre aspas, ao contrário, sofria consequências por sua presença [...] (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 07-08, depoimento em 31.03.2013).

Nas pesquisas da Comissão da Verdade da UFRN, em que pesem os documentos produzidos pela extinta ASI, foram encontrados alguns relatórios e informativos de natureza confidencial que objetivavam guarnecer os reitores,

inclusive Diógenes, sobre a atuação política dos estudantes da UFRN. Um desses exemplos é o Informativo nº 022/81 – ASI-UFRN, de 20.10.1981. O documento tinha como assunto: “Atividades estudantis, atuação dos diretórios estudantis, legislação que regula e disciplina os órgãos de representação, tendências políticas, reivindicações e sua legitimidade, interesses da classe estudantil”. O relatório é volumoso e detalhista, abordando, dentre outros pontos, a “tática do movimento estudantil na UFRN”; nesse item há uma abordagem, específica da atuação política dos estudantes de Ciências Sociais: Moises Domingos Sobrinho e João Emanuel Evangelista. O informativo aponta, ainda, as ligações dos referenciados com o PT e PCdoB, respectivamente, as relações políticas no DCE, as principais bandeiras de luta, ligações com a ADURN. Outro ponto de destaque é o relato minucioso da greve estudantil de 1981, pontuando até os temas discutidos nas Assembleias Gerais estudantis. Nos comentários finais deste documento, a ASI finaliza: “Todos esses fatos, [...] servem de aferição ao comportamento comprometedor dos órgãos de representação docentes e discentes na Universidade no processo de doutrinação político-ideológica junto a classe universitária”.

Também durante a gestão do prof. Diógenes da Cunha Lima (1979-1983) e de Adriel Lopes, foi produzido o Informativo nº 012/82 – ASI-UFRN, de 10.08.1982, sobre as atividades do “XI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação”. O documento foi enviado à Divisão de Segurança e Informações do MEC; destacando a participação das professoras Neide Varela Santiago, Marlíria Nóbrega e Denise de Filippes. Registra-se que o documento tem como anexo um “relatório de agente”, possivelmente produzido por um agente infiltrado, no encontro, para colher informações sobre o evento e, assim, apresentou um relato minucioso sobre os painéis e os palestrantes.

A preocupação da ASI com o movimento estudantil da UFRN ainda era grande, mesmo na década de 1980, conforme se verifica no Informativo “Confidencial” nº 030/83, de 22.06.1983. O assunto tratado dizia respeito às “eleições para o DCE 1983/1984”; fazendo uma análise do 4º pleito livre e direto para escolha dos membros do DCE. Na oportunidade, a ASI abordava, ainda, os perfis partidários dos membros do DCE, principalmente os que integravam o PT, bem como as propostas eleitorais. Nos comentários finais, destaca um possível “racha” entre as orientações de esquerda e a pouca participação estu-

dantil nas eleições. O informativo ainda difundia os panfletos das chapas e as fichas individuais de alunos como Edmilson Lopes Júnior, Fernando Mineiro e Cristian de Vasconcelos.

Nesse mesmo sentido, se comportava o SNI, que divulgava o informativo confidencial também sobre as eleições do DCE, mas do pleito realizado em novembro de 1984. O documento destacava as propostas defendidas e as alianças político-partidárias dos estudantes. Em anexo, eram propagadas as fichas individuais de 27 alunos da UFRN de origem da ASI-UFRN. No que toca as fichas individuais, o jornal *Tribuna do Norte*, edição de 31 de janeiro de 1980, denunciava a obrigatoriedade no preenchimento de uma ficha dada pelo chefe da ASI, Adriel Lopes Cardoso, enquanto requisito para efetivação da matrícula inicial dos estudantes. A informação era confirmada pela Chefe do Departamento de Administração Escolar (DAE) Ana Maria Guerra.¹⁶⁹

Outro destaque que se faz é sobre as anotações das atividades empreendidas pelos diretórios vinculados aos cursos de graduação da UFRN. Um desses exemplos foi o informativo confidencial nº 137/82 da Divisão de Segurança e Informações do MEC, que difundia dados sobre o “II Fórum de debates do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti”. O documento detalhava quais eram os participantes do encontro; difundindo as fichas individuais de todos os participantes.

Apesar da promessa do então Reitor Diógenes da Cunha Lima e dos termos do seu depoimento perante à Comissão da Verdade da UFRN, durante sua gestão, a ASI continuava em pleno exercício, funcionando em frente ao RETE-MEC, no andar de baixo da Reitoria (BCZM); conforme reportagem da *Tribuna do Norte* que, em visita à Assessoria de Informações, constatou o prosseguimento de suas atividades sigilosas, pela seguinte conclusão: “pela forma brusca em que uma delas [servidoras] – identificada como Isolda – recebeu o repórter, deduz-se que estavam trabalhando “sigilosamente”¹⁷⁰.

O mesmo veículo de comunicação, a TN¹⁷¹ denunciava, nesse período, a ampliação da ação da ASI-UFRN em todos os órgãos educacionais e culturais do RN, citando a Escola Técnica Federal do RN. A publicação referenciava a atuação da ASI também na FJA, Secretaria Estadual e Municipal de Educação e, por fim,

169. ASI EXIGIU fichamento de alunos. *Tribuna do Norte*, edição de 31 de janeiro de 1980.

170. ASI AINDA funciona, mas não atende repórteres. *Tribuna do Norte*, edição de 04 de agosto de 1979.

171. ASI AMPLIA ação agora no ET-FRN. *Tribuna do Norte*, edição de 04 de dezembro de 1979.

na Delegacia Regional do MEC em Natal, pontuando o descompasso da UFRN com a onda nacional de extinção de tais Assessorias de Informações.

A mesma matéria afirmava que o “VIII Congresso Brasileiro de Comunicação Social”, promovido pela União Brasileira de Comunicação Social (UBCS), ocorrido no Campus da UFRN, em 1979, tinha sido atingido pela ação da ASI-UFRN, por ter seus trabalhos interferidos, em opinativo da Assessoria no desfazimento do encontro científico. O intuito só não foi alcançado graças ao intermédio de alguns pró-reitores e do então Reitor em exercício, prof. Clovis Gonçalves dos Santos. Segundo a publicação, a motivação arguida, por Adriel, para o fim do congresso era que este “poderia tumultuar os trabalhos universitários”. Opinativo foi criticado, já que outros eventos estavam sendo realizados no Campus, nesse mesmo período, e a ASI não proibiu o prosseguimento, como o Encontro Nacional de Estudantes (debate sobre homeopatia) e o Simpósio Nordeste de Geologia.¹⁷²

Ainda quanto às ações de patrulhamento ideológico da ASI sob as entidades estudantis, no ano de 1979, outra reportagem¹⁷³ da *Tribuna do Norte* destacava que lideranças estudantis da UFRN solicitavam o fim do organismo, pontuando a constante vigilância da ASI, citando a escuta gravada de reuniões do corpo discente. Nesse mesmo ano, proposta idêntica foi debatida na reunião do Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, realizados em João Pessoa/PB; os reitores destacavam a desnecessidade do órgão no período de abertura política vivenciada. Na ocasião, o Reitor Diógenes afirmava que na UFRN não havia pressão e que a ASI lhe servia diretamente, mas confirmava que na sua gestão não haveria clima policialesco. Segundo Diógenes, não havia funções no organismo de controle e vigia dos universitários, já que a ASI trabalha junto do Reitor, e que o serviço de informações não teria essas funções, pois queria que “todos participassem das discussões”. Uma das lideranças do ME na UFRN, Moisés Domingos, contou que, enquanto dirigente, não vislumbrou ou sentiu qualquer tipo de ação de vigilância da ASI sob a classe estudantil:

Moisés Domingos: [...] DCE, seria bom registrar, é que nós não tivemos... e olhe, Fernando Mineiro, Rossana Sudário, toda a direção do DCE não teve nesse período nenhuma convocação da ASI, eu mesmo, sendo uma figura já

172. ASI COMEÇA a atuar em todo sistema educacional do RN. *Tribuna do Norte*, edição de 04 de dezembro de 1979.

173. ASI MISTERIOSA embora desativada. *Tribuna do Norte*, edição de 05 de outubro de 1979.

carimbada, nunca fui chamado para nenhum depoimento, nunca me senti perseguido, o DCE nunca sentiu, não viveu nenhuma pressão.

[...] só teve um fato muito interessante que pela primeira vez o Diógenes me chama aqui numa dessas salas pra... que foi muito marcante, já foi uma reunião a respeito da UNE.

[...]

Moisés Domingos: “Tá”, eu falo do meu período. Então, quando Diógenes... eu só vim saber recentemente, numa entrevista de Diógenes há um ano, que ele havia dito: “eu decidi assumir, mas se não houvesse nenhuma repressão, nenhum controle”. Ele disse na entrevista, que eu só soube recentemente. E no meu período, então o DCE, eu particularmente... ninguém sofreu nada, ninguém foi chamado pra... o Reitor era Diógenes da Cunha Lima, o movimento, anterior em 79 ainda, foi Domingos Gomes de Lima. A única coisa que eu teria a registrar com Diógenes foi quando ele me chamou reservadamente. Estava lá no DCE e sou chamado pra vir rapidamente aqui, nós estávamos organizando a reunião sobre a UNE e ele me chamou, começou a conversar eu e ele apenas e ele rodou na conversa, rodou na conversa, eu já sabia o que é que ele queria, eu sabia do que ele estava falando, o tema, não sabia qual o foco, qual o ponto específico. Aí depois de todo rodeado, que as condições eram muito delicadas e que nós não estávamos ainda na democracia e que não estava muito aberta, havia muitas pressões, havia gente pressionando, falou que recebia muitas pressões, a UNE... “Reitor, vamos direto ao ponto! O que é que você está querendo me pedir? Nós temos uma reunião da UNE, sobre a UNE marcada para o Diretório de Ciências da Saúde”, que era ali... era o espaço de liberdade, às vezes, quando a gente sentia a pressão aqui no campus central a gente ia pra o CCS, né, o Centro de Ciência da Saúde, era onde a gente sentia mais... inclusive era foco de muitas outras reuniões.

– Bom, o que é que você está pedindo afinal? Você está querendo?

Aí ele disse:

– Não, é o seguinte: essa reunião está preocupando os órgãos de segurança, enfim, eu estava recebendo pressão de militares pra essa reunião de união de estudantes dentro do campus central, o que é que pode acontecer, enfim...

– Então, o seguinte, vamos, o que é que podemos fazer? Nós estamos querendo fazer uma reunião, pra... – eu fui o presidente marcado um tanto pelo diálogo em todas as esferas, né? Já vinha de uma busca de experiência, não tinha radicalismo pra evitar de conversar com qualquer autoridade, qualquer que negociava eu discutia, não havia problema, essa foi uma marca da nossa direção, algumas vezes tive até que apagar o fogo do Fernando Mineiro, que era sempre mais radical e as pessoas confiavam mais em mim, mandavam chamar pra apagar um fogo do radicalismo do Fernando Mineiro. Então eu disse:

– Ó, Reitor, nós queremos fazer uma reunião em defesa da construção da UNE, não temos nenhum interesse de confrontar os órgãos de segurança, nem afrontar nada, nós estamos construindo, tentando reconstruir a UNE. Se o problema é realizar a reunião no campus podemos fazer então, no Centro de Ciência da Saúde, é uma reunião pequena, não é uma manifestação, é uma reunião de lideranças, pra discutir o encaminhamento.

– É! Seria bom se você pudesse, vocês poderiam?

– Sim. Eu vou discutir com as lideranças. Eu estou colocando essa proposta agora. Eu vou discutir com a nossa diretoria – porque sempre nós tomávamos as decisões colegiados – ou discutir com ele, mas em princípio, não vejo nenhum problema em transferirmos a reunião pra lá porque não temos interesse em fazer nenhum embate.

Dito e feito. Fizemos a reunião pra lá, normal, então nesse período, com o Diógenes, o único contato relativo a isso foi

esse acontecimento com relação a UNE (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 11-12).

Moisés Domingos: Circulava o tempo todo isso, nós sabíamos, estou falando do que nós conversávamos. Todos nós sabíamos da existência da ASI, tínhamos fatos, inclusive anteriores. Juliano Siqueira fez o movimento conosco na época, o próprio Fernando, Fernando que eu falei da agência, que foi presidente anterior a nós, Luiz Fernando. Luiz Fernando dizia que havia esse controle, tem outro, falava-se o tempo todo que havia observação, tivesse cuidado com a vigilância, né. Citavam, mas não me lembro realmente, não me lembro porque não era relevante, não. Foi colocado aquele cara, foi pego fichando, anotando. A gente tem isso concreto, que inclusive a gente alertava no DCE, qualquer denúncia dessas nós vamos acampar, pois nós temos a imprensa do nosso lado. Era a rádio, era a imprensa escrita, todo tempo lá no DCE fazendo a denúncia que se nós quiséssemos tínhamos grandes manifestações, né, grandes reuniões nesse campus, então não era isso, né? Nem em seguida como aconteceu, então concretamente uma coisa falar do que circulava, do que circulava, o que se dizia, outra é dizer, “olha, eu fui chamado pela ASI, hoje saiu uma denúncia”, concretamente, nesse período da minha gestão, que era o período de Diógenes, eu não tenho a registrar (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 16-17, depoimento em 17.05.2013).

Alguns atritos existentes entre a Reitoria e os estudantes apareciam; o Reitor Diógenes Lima em Brasília-DF se dizia contrário a realização do Congresso Nacional da UNE, naquele ano de 1979, bem como os objetivos da UNE. O clima de animosidade com a comunidade se intensificava, pois, naquele ano, houve reprovações pela escolha do Sr. Moacir Duarte como Pró-reitor de Assuntos Administrativos e Estudantis, por este não ser membro da Universidade, como afirmou¹⁷⁴ Joao Filipe da Trindade: “que não causou boa repercussão nem entre os estudantes nem entre os professores”.

174. BARCA DA conciliação e da paz. *Tribuna do Norte*, edição de 1979.

Alguns professores emitiam opinião contrária a permanência da ASI. O professor Varella Barca, do Curso de Direito e também Presidente da OAB-RN, arguia que pra ele a ASI nunca teria sido necessária, pois a Universidade deveria estar “aberta ao diálogo e confluência de opiniões”. A título histórico, afirmava que, desde 1968, era constantemente procurado por estudantes da UFRN, sob indicativos de repressão vivenciadas no país. Na mesma reportagem, o estudante Luiz Fernando de Menezes (Presidente do DCE) afirmava que tinha sido convocado duas vezes por Adriel, em uma delas, havia sido questionado sobre os pedágios em prol do Congresso da UNE – Salvador/BA. Outros dirigentes, como Gutemberg Tinoco (DA/CCSA), afirmavam que nunca haviam sido convocados por Adriel; ele, porém, destacava que estabelecia com o agente um “papo bastante cordial e informal”.¹⁷⁵

Já a administração, na pessoa do Reitor em exercício Clóvis Gonçalves dos Santos, prometia que o Reitor Diógenes iria transferir a ASI do *campus*,¹⁷⁶ e que a extinção dependia das ações do Departamento de Segurança e Informações do MEC, por tratar-se de uma ação nacional e não local. Entretanto, Clóvis Santos, pessoalmente, defendia manutenção do órgão não para vigilância do setor estudantil, mas para manter a administração universitária informada, dizia: “um setor de informações é necessário até em nossa casa, numa fábrica, numa loja, para se estar informado. Qualquer um tem o direito de estar sempre bem informado”. Registrou, ainda, que, a partir de julho de 1979, nenhuma reclamação formal de estudantes havia sido registrada contra ação da ASI.¹⁷⁷

Apesar das palavras do Vice-Reitor; várias denúncias teriam chegado ao MEC, sobre o comportamento do Reitor, sob acusação de implantar um clima de “terror e destruição na universidade”. As acusações¹⁷⁸ foram levadas ao MEC por alguns professores da UFRN, que o acusava de ser intransigente, de não conhecer a instituição e de fazer nomeações políticas, citando o caso de Moacir Duarte (genro de Dinarte Mariz, padrinho de sua escolha como reitor).

O jornal *Tribuna do Norte* ainda acusava Diógenes Lima de contrariar determinações do Eduardo Portella (Ministro da Educação) na não promoção de uma cultura democrática e do debate crítico inerentes ao processo educativo.

175. SE BARCA fosse Reitor acabava de vez com a ASI. *Tribuna do Norte*, edição de 07 de agosto de 1979.

176. DIÓGENES: ASI vai sair do campus. *Tribuna do Norte*, edição de 29 de setembro de 1979.

177. CLOVIS ACHA informações da ASI são necessárias à UFRN. *Tribuna do Norte*, edição de 12 de outubro de 1979.

178. MEC TRANSPIRA: Diógenes contrária Portella. *Tribuna do Norte*, edição de 17 de junho de 1979.

51 OCUPAÇÃO DA REITORIA: 1984

O movimento da ocupação da reitoria se iniciou após o Ministério da Educação e Cultura lançar a Portaria nº 62/84, que retirava os subsídios transferidos pela União às Universidades para manutenção dos Restaurantes Universitários, colocando o ônus da manutenção somente à conta das instituições de nível superior federal.

Nesse sentido, a reitoria majorou o valor das refeições em mais de 500% e após reiteradas negociações da classe estudantil, sem nenhum resultado útil, o movimento radicalizou-se e os estudantes ocuparam a Reitoria durante seis dias entre os meses de março a abril, após reiteradas negociações da classe estudantil.

Os estudantes dormiam no espaço e realizavam frequentes assembleias gerais, além da formação de comissões e do Comando Geral da Greve. A movimentação receberia apoio de professores, funcionários além de diretórios estudantis de outras universidades e da UNE. A ocupação teve grande repercussão na cidade do Natal. O movimento era constantemente noticiado nos principais jornais. O fim se deu com a suspensão da portaria do ministério no prazo de 45 dias, além de da sentença prolatada na ação de reintegração de posse movida pela Universidade.

Na dissertação de Michele Pascoal Maia (2009, p. 83), há a relação de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte indiciados em Inquérito Policial, instaurado em âmbito do Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Norte, com vistas a apurar as responsabilidades e envolvimento de alunos no movimento da ocupação das dependências do Gabinete do Reitor. Conforme lista: Hugo Manso Júnior (Aluno de Engenharia Mecânica – CT), Hermínio Pereira de Melo, Fernando Wanderley Vargas (Mineiro), Manoel Joseane Mafra de Carvalho, José Evangelista Fagundes, Fernando Antônio S. dos Santos, Edmilson Lopes Júnior (Aluno de Ciências Sociais – CCHLA) e Soraya Godeiro Massud.

O então Reitor Genivaldo Barros, em depoimento na Comissão da Verdade da UFRN, se pronunciou sobre os acontecimentos; destacando a criação de uma Comissão para diálogo e o acionamento da Assessoria de Segurança e Informações para investigar o episódio:

Genivaldo Barros: Houve uma época em que um grupo de estudantes invadiu a Universidade e eu, pra evitar um confronto, trazendo para cá a Polícia Federal ou o órgão a quem eu caberia pedir apoio pra resguardar a minha responsabilidade, saí do Gabinete que foi realmente invadido, até depredado, e montei o Gabinete em um prédio aqui, parece que era ETA, alguma coisa com ETA e, no desenrolar, apelei para a Justiça Federal que cabia me dar, a quem eu queria dizer, explicar que aconteceu esse episódio e o conselho do Juiz Federal para que salvasse a minha responsabilidade. Eu deveria fazer a denúncia pedindo que aquele bem público que estava sob a minha gestão, sob minha responsabilidade, tomasse providências. E realmente o Juiz da época, o Juiz Federal determinou que isso fosse feito.

Genivaldo Barros: Houve processo judicial.

Carlos Gomes: Esse da invasão?

Moisés Alves: Quer dizer, pulou pra Justiça, aqui dentro não foi feito.

Genivaldo Barros: Não, eu pedi apoio da Justiça Federal. Que me cabia dizer que o prédio tinha sido invadido. E então a Justiça Federal tomou realmente as medidas cabíveis.

Carlos Gomes: Mas não se encontrou culpado de nada né?

Genivaldo Barros: Detalhe, isso aí eu me lembro, o que é que aconteceu. No momento em que o Juiz Federal da época, que era doutor José Delgado, que tomaria por termo aquela denúncia que eu estava fazendo, então ele determinou que a Polícia Federal viesse desocupar o prédio e os estudantes continuaram aqui. Ficou aquele vai não vai e eu estava em casa quando, às 10 horas da noite, chega lá uma Comissão, uma Comissão não, um Delegado de uma Representação, de uma Delegação formada pelo Dom Nivaldo Monte, Garibaldi Filho, Geraldo Melo, eu acho que só. Esse representante se dizia pedindo que eu viesse aqui para que eles intermediassem uma solução pacífica. Essas alturas, o Juiz Federal já havia determinado à Polícia que viesse fazer

a desocupação. Vim pra cá às 10 horas e em atenção, quer dizer, a Comissão tentava, vamos dizer assim, me solicitar que eu abrisse mão do que eu havia dito, do que eu havia pedido ao juiz. Em atenção à Comissão, eu liguei às 11 horas da noite para o Juiz, Doutor José Delgado. Delgado deu a entender que uma vez ele tendo feito a provocação, a solicitação para a Polícia Federal, o Processo tinha começado e então a Polícia Federal viria de qualquer maneira desalojar os estudantes. Houve intermediação dessas três pessoas que eu citei e o fato é, invés da Polícia de imediato, deixaria para o outro dia de manhã e, assim, os estudantes se retiraram. Houve essa, como se diz, essa negociação. Parnamirim foi agradável porque seria... para mim seria transtornador ver a Polícia expulsando a estudantada... e no outro dia foi que Polícia veio retomar o prédio.

Ivis Bezerra: Antes de dar o testemunho, é o testemunho que eu quero dar, eu queria perguntar ao professor Genivaldo qual a razão dessa ocupação do seu Gabinete? O motivo, a reivindicação?

Genivaldo Barros: A reivindicação era manter o mesmo preço das refeições do Restaurante Estudantil quando o Governo e o Ministério da Educação não estavam me dando suporte para manter aquele preço. Eu teria que aumentar e a estudantada não aceitava esse aumento. Esse foi o motivo da invasão.

Genivaldo Barros: Foi no MEC. Foi no Ministério da Educação. Essa instituição ao qual o Adriel era subordinado funcionava dentro do Ministério da Educação, tinha lá o Setor que eu procurei, expliquei como era constrangedor pra mim, até porque eu recebia essa pleito da estudantada e a pessoa que me atendeu devia ser o chefe dessa instituição, o diretor ou coisa assim e me prometeu que isso ocorreria e ocorreu. Mas eu não identifico quem era a pessoa. Isso, sei lá, 40 anos atrás (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 03).

Genivaldo Barros: Não, ocorreu um episódio profundamente desagradável em uma determinada data, isso pra mim foi profundamente traumatizante, eu recebo uma informação das primeiras pessoas que abriram que a Universidade, principalmente o Gabinete do Reitor, tinha sido invadido, talvez a palavra que merecesse dizer agora, quer dizer uma palavra até agressiva com o que fizeram, eu sei que invadiram o Gabinete do Reitor e depredaram, rasgando poltronas, botando um W. Não estava havendo naquela época, ao que me conste, assim, nenhuma alteração, confronto da Administração com a estudantada. O que é que teria causado isso? Então, eu me lembro que eu pedi ao Adriel que se arvorava, se arvorava não, ele por direito tinha uma delegação de pesquisar o que é que tinha acontecido. Ele tinha uns informantes, algumas pessoas que colaboravam com ele anonimamente. Ele depois voltou pra me dizer que não sabia quem tinha feito, não identificou e o assunto morreu, mas houve realmente essa depredação principalmente no Gabinete do Reitor. Era fazendo, parecia aquela história de Zorro, não era um Z de Zorro, era um W. Eu até apelei para o meu pró-reitor, doutor Dalton, e era uma palavra inglesa e ele disse que essa palavra significava guerreiro. Palavra inglesa era guerreiro, mas isso escrito nas paredes. Houve realmente uma agressão ao patrimônio do Serviço Público. Houve esse episódio. Não me lembro da data, mas que ele ocorreu, ocorreu.

Almir Bueno: E o senhor tomou que atitude em relação a isso?

Genivaldo Barros: Bom, na verdade, caberia consultar ao órgão que teria essa finalidade, mas ele disse que não chegou a nenhuma conclusão.

Carlos Gomes: A desocupação foi...

Genivaldo Barros: Não! Isso é outra coisa. Isso foi porque picharam as paredes, rasgaram poltronas e saíram.

Carlos Gomes: O senhor tem conhecimento se houve, conseqüentemente, esse órgão, se ele fez pressão ou repressão junto a professores e estudantes?

Genivaldo Barros: Não tenho não. Não tenho conhecimento. Ainda existe Adriel? Você me perguntou e eu vou perguntar também, ainda existe Adriel?

[...]

Genivaldo Barros: Não, eu me limitei, como a ASI não chegou à conclusão nenhuma, eu poderia ter procurado a justiça ou qualquer outro órgão, mas não, o assunto encerrou, também estragaram umas cadeiras e eu não promovi a demanda (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 09, depoimento em 10.05.2013).

52 PRISÃO DE ESTUDANTES EM PERÍODO DEMOCRÁTICO: RESQUÍCIOS AUTORITÁRIOS

A partir de 21 de abril de 1985, o país passava a viver, novamente, sob auspícios democráticos, com o governo do civil José Sarney. Entretanto, em 1986, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte registraria uma ação autoritária da Polícia Federal ao invadir o espaço do *campus* universitário para, na sede da administração universitária – a Reitoria, prender alguns estudantes da UFRN, dentre eles, Antenor Roberto e Maria da Conceição Fraga.

Os fatos foram objeto de considerações pela atual Pró-reitora adjunta de Extensão, Professora Maria da Conceição Fraga, ao esclarecer que, naquele ano, a União Nacional dos Estudantes (UNE) recomendava a veiculação do filme “Je vous salue, Marie” em várias universidades brasileiras; no caso da UFRN, a exibição ocorreu no auditório da Reitoria, conforme transcrição do depoimento abaixo:

Conceição Fraga: [...] Aqui nesse auditório passamos o filme... e fui presa eu e professor Roberto, um filme que foi simplesmente... Sarney era Presidente da República, muito católico. Questionava os paradigmas da Igreja e tornou o filme ilegal no Brasil. E a UNE resolveu passar esse filme como forma de protesto, foram presos não só eu, mas outras

pessoas em vários lugares. Aqui no auditório da reitoria. Então a Polícia Federal nos levou e ela só poderia entrar aqui com autorização do Reitor. Para nós é mais estranho, num processo de redemocratização, uma postura na contramão, do que naquele período. E aí, minha pergunta é exatamente essa, eu tenho maior curiosidade em saber, teve todo aquele desdobramento nos colegiados, não sei se o senhor lembra, mas enfim... (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 05, durante depoimento do Ex-Reitor Daladier Pessoa Cunha Lima).

Na ocasião, a professora Conceição Fraga informou que a prisão foi testemunhada por servidores da UFRN, citando os nomes de Humberto Martins e de duas secretárias, Gisele e Margarida. Também foi discutido se, possivelmente, a administração da UFRN autorizou, à época, a entrada de viatura da Polícia Federal para apreensão dos estudantes universitários, fato negado pelo Ex-Reitor Daladier Pessoa Cunha Lima, durante seu depoimento:

Daladier Cunha Lima: Eu lembro vagamente, eu estava viajando, quando cheguei fui que soube, e fiz um protesto formal nos colegiados e na polícia federal. [...]. Eu fiz o protesto no colegiado e foi aprovado por unanimidade dos votos nos colegiados. Se você me perguntar, se eu tenho prova disso, eu não tenho prova disso.

Daladier Cunha Lima: Eles jamais entraram na Universidade com autorização do Reitor, jamais. E em nenhum momento Reitor, e pelo menos eu autorizei a entrada de nenhum policial. A não ser para as solenidades. O que o colegiado votou foi encaminhado para a Polícia Federal.

Daladier Cunha Lima: Não! Eu jamais autorizei isso.

Conceição Fraga: Então o senhor está afirmando que entram sem autorização?

Daladier Cunha Lima: Se entraram eu não estava aqui, estava viajando, quando eu cheguei e soube do problema. Você está dizendo que entrou. Quando cheguei da viagem eu sou-

be do episódio e reuni o colegiado, foi feito um protesto e esse protesto foi encaminhado à Polícia Federal. Pedindo que a Polícia Federal tomasse as providências cabíveis no âmbito da Universidade (UFRN, COMISSÃO DA VERDADE, p. 06-07, depoimento em 14.06.2013).

Dias após a reunião da Comissão da Verdade da UFRN, especificamente em 28 de junho de 2013, o Ex-Reitor, Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima, direcionou carta aos membros da CV-UFRN, em que apresentava sua versão sobre os fatos, objetos de considerações na sessão referenciada:

Na verdade, o fato ocorreu no reitorado anterior, precisamente no dia 26 de maio de 1986, na gestão do Reitor Genivaldo Barros, o qual certamente estava viajando a serviço da UFRN, pois, na condição de Vice-Reitor, encontrava-me no exercício do cargo de Reitor. Em defesa da autonomia universitária e dos estudantes, além de protesto pelo desrespeito à UFRN, encaminhei ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça o seguinte texto, via telex, às 18 horas e 20 minutos do dia 27/05/1986:

Doutor Paulo Brossard
DD Ministro da Justiça
Brasília - DF

LEVO AO CONHECIMENTO DE VOSSÊNCIA QUE AGENTES DA POLÍCIA FEDERAL ESTIVERAM ONTEM DIA 26 DE MAIO NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DESTA UNIVERSIDADE DIRIGINDO-SE DIRETAMENTE AO AUDITÓRIO DA REITORIA ONDE ESTUDANTES VG EM RECINTO FECHADO ET SEM CONVITE PÚBLICO VG EXIBIAM O FILME ASPAS JE VOUS SALUE MARIE ASPAS DE JEAN LUC GODDARD PT OS AGENTES DA POLÍCIA FEDERAL NÃO SE DIRIGIRAM NEM PROCURARAM A DIREÇÃO DA UNIVERSIDADE

POR SEU REITOR EM EXERCÍCIO OU QUALQUER DE SEUS SUBSTITUTOS LEGAIS PT A ATITUDE DA POLÍCIA FEDERAL CONSTITUIU A NOSSO VER FLAGRANTE DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA ASSEGURADO POR LEI AA UNIVERSIDADE ESPECIALMENTE QUANDO NÃO SE SENTE A INSTITUIÇÃO AA VONTADE PARA LIMITAR O DIREITO DE PESQUISA VG DE INFORMAÇÃO OU DE COMUNICAÇÃO DENTRO DA FORMAÇÃO CULTURAL DO JOVEM PELO QUE EH RESPONSÁVEL A UNIVERSIDADE PT DE OUTRO LADO A ATITUDE DOS AGENTES POLICIAIS FEDERAIS CONSTITUI VERDADEIRA AGRESSÃO PESSOAL AO PRÓPRIO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO VG IGNORANDO POR COMPLETO QUE A UNIVERSIDADE TEM UM RESPONSÁVEL NOMEADO PELO GOVERNO FEDERAL EM ATO DE NOMEAÇÃO PUBLICADO EM DIÁRIO OFICIAL PT AUDITÓRIO DE UNIVERSIDADE NÃO EH CASA DE DIVERSÃO PÚBLICA ONDE A POLÍCIA TEM INGRESSO LIVRE NO CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS PROIBITIVAS DE SESSÕES DE DIVERSÃO PT ENCAREÇO SE Digne VOSSÊNCIA DE TOMAR AS MEDIDAS DE SUA ALÇADA PARA FAZER SUSTAR OS ATOS ADMINISTRATIVOS DA POLÍCIA FEDERAL EM NATAL CONSEQUÊNCIAS DA INVASÃO ILEGÍTIMA OCORRIDA ONTEM VG FAZENDO SUSTAR IGUALMENTE A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL SOBRE FATO QUE NÃO OCORREU EM PÚBLICO ET LIBERANDO OS ESTUDANTES EVENTUALMENTE INDICIADOS PT CORDIAIS SAUDAÇÕES PT (a) DALADIER PESSOA CUNHA LIMA VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE REITOR UFRN.

Informou também que os Conselhos Superiores da UFRN (Conselho Universitário e o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) emitiram notas oficiais de protestos, publicadas no jornal *Tribuna do Norte* no dia 29 de maio de 1986. Pelo que apresentou cópias das atas dos colegiados e cópias das notas de protestos:

Notas publicadas no jornal *Tribuna do Norte* em 1986. Fonte: Documento fornecido pelo Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima, enquanto anexo de carta direcionada à Comissão da Verdade da UFRN.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)**

N O T A

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), tomando conhecimento de que, por motivo da exibição do filme "JE VOUS SALUE, MARIE", no Auditório da Reitoria, foram levados à Polícia Federal na noite de 26 de maio dois alunos desta Instituição, sendo então indiciado o Presidente do Diretório Central de Estudantes, torna público que:

considera a ação de agentes policiais no recinto da Reitoria um ato de violação à autonomia universitária;

manifesta seu veemente protesto por essa atitude arbitrária, que atinge a comunidade universitária em todos os seus segmentos, comprometendo o livre exercício do fazer cultural característico da Instituição Universitária;

registra, finalmente, sua estranheza pelo fato de os policiais que executaram a ação terem usado a condição de estudantes para assistir a projeção e executar o ato de violência.

DALADIER PESSOA CUNHA LIMA
Vice-Presidente no exercício
do cargo de Presidente

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE**

CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)
NOTA OFICIAL

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, ao tomar conhecimento dos fatos lamentáveis ocorridos na noite de 26 de maio corrente, quando Agentes da Polícia Federal entraram no Campus Universitário e no Auditório da Reitoria, sem se dirigirem ao Reitor em exercício da instituição nem a qualquer de seus substitutos legais, e fizeram apreensão de filme e detiveram estudantes que pacificamente, em recinto fechado e não aberto ao público, o exibiam; manifesta a sua estranheza por tão inusitado comportamento entre instituições públicas pertencentes à mesma esfera federal de administração.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, por seus membros, dá total apoio ao teor do TELEX que a Administração Central dirigiu aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado da Justiça e da Educação, solicitando providências quanto ao episódio havido e suas consequências.

DALADIER PESSOA CUNHA LIMA
Vice-Presidente no exercício
do cargo de Presidente

Após as apresentações das versões dos dois professores referidos, apesar do esclarecimento sobre a não participação da Reitoria da UFRN na autorização da entrada de agentes federais para prisão dos estudantes, mostra-se, plausível, a possibilidade de interferência da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, já que nos idos de 1986, a entidade ainda desempenhava atividades no campus universitário e neste relatório já foram registrados episódios de proibição na exibição de produções visuais, por opinativos da ASI-UFRN.

53 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou pontuar os principais episódios de intromissão e violação das entidades de representação estudantil durante a Ditadura Militar, sejam

as perpetradas pelo governo autoritário e antidemocrático, implantado com o Golpe Militar de 1964; sejam as ações empreendidas pela administração universitária; compreendendo a Reitoria e a Assessoria de Segurança e Informações da UFRN.

Para isso, lançou-se mão das entrevistas e depoimentos ofertados por ex-lideranças estudantis ao programa Memória Viva da TV Universitária e à Comissão da Verdade da UFRN; bem como as fontes documentais colhidas durante a árdua tarefa de pesquisa nos arquivos da instituição e das entidades parceiras de direito público e privado. Destaca-se o trabalho de garimpagem realizado pelos estudantes da Comissão da Verdade da UFRN, tendo em vista a total desorganização e mau acondicionamento dos acervos históricos das antigas unidades da UFRN e das próprias entidades de representação discente.

O autor deste trabalho, enquanto representante de toda classe de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (do passado e do presente), procurou realizar, dentre todo esforço possível, apesar de não esgotado o objeto de estudo, um resgate histórico e memorialístico do movimento estudantil universitário; notadamente o movimento estruturado em torno do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos Centros e diretórios acadêmicos dos respectivos cursos de graduação.

Uma constatação e conclusão merece destaque: a severa e alarmante ação de tolhimento e repressão empreendida contra os estudantes da UFRN. Os números são expressivos: cerca de 30 estudantes presos por circunstâncias políticas; outros tantos vítimas de tortura e tratamento degradante; diretórios acadêmicos extintos; outros sob intervenção militar; intromissão da reitoria nas eleições estudantis; concessões reiteradas de medalhas e homenagens universitárias à autoridades militares responsáveis pelo Golpe de 64 e pelas ações de terrorismo estatal e violação de direitos humanos; espionagem nas salas de aulas; eventos banidos do calendário universitário; estudantes presos dentro das salas de aula; convocações para interrogatórios; atrasos na vida acadêmica; assassinatos de estudantes (Emanuel Bezerra e Silton Pinheiro), entre outras. As ações são tantas, que é impossível sintetizá-las numa breve conclusão.

Esperamos que tenham compreendido o que é um período de desrespeito de direitos e “coisificação” do homem e da mulher enquanto sujeitos desprovidos de seu bem mais primordial: a dignidade moral e física. Aos que deram a vida em razão de uma luta, de uma ideologia, manifestamos respeito. Que suas experiências sirvam de exemplo às presentes e futuras gerações de jovens brasileiras e brasileiros e que nunca mais seja admitida nova ditadura! “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”.

IX Movimento Docente: Criação da ADURN no Período de Redemocratização

*Jana Sá
Maria Ângela Fernandes Ferreira*

Com o objetivo de examinar e esclarecer as violações aos direitos humanos praticadas pelo governo militar no período da Ditadura (1964 a 1988), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) realizou a instalação da Comissão da Verdade, em 18 de dezembro de 2012, reacendendo o debate sobre o direito à verdade e à memória no Estado.

O ato aconteceu em um momento singular da História do Brasil, quando os movimentos sociais e sindicais, além da própria sociedade civil, têm se organizado em comitês municipais e estaduais para contribuir com o esforço de reconhecer o direito da sociedade brasileira de saber a inteira verdade sobre as agressões aos direitos humanos durante a ditadura militar.

Apesar de em todos os países da América Latina, onde foram instauradas Comissões da Verdade, não haver registro de que trabalhos específicos nesse sentido tenham sido realizados dentro de universidades, as comunidades acadêmicas no Brasil estão demonstrando organização e interesse em contribuir com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, já que os *campi* universitários foram palco de inúmeros ataques, invasões e perseguições durante a Ditadura.

A luta pela reforma universitária, no início da década de 60, exigia um ensino livre numa sociedade livre. A criação da UFRN, em 1958, pode ser vista como tentativa de concretização dessa reforma. A partir de 1964, o regime militar dá início à “reforma” do ensino com repressão e obscurantismo. Professores e alunos que pretenderam discutir politicamente o que estava acontecendo com a educação superior brasileira foram duramente reprimidos. O decreto-lei nº 477, diretamente derivado do AI-5, marcou este período de repressão e controle sobre a vida acadêmica.

Em razão das diversas feridas, ainda abertas, torna-se urgente garantir o acesso às informações que o Estado brasileiro produziu e acumulou acerca de milhares de cidadãos e cidadãs que foram vítimas de um regime autoritário, ilegal e ilegítimo.

Faz-se necessário dar continuidade ao processo histórico de consolidação da promoção e defesa dos Direitos Humanos, de maneira a assegurar a completa justiça de transição, que pressupõe quatro tarefas fundamentais, segundo a definição da Organização das Nações Unidas ONU: a reforma das instituições para a democracia; o direito à memória e à verdade; o direito à reparação e o adequado tratamento jurídico aos crimes cometidos no passado.

Ainda há um grande caminho a ser percorrido para que o Brasil consiga examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

O ADURN-Sindicato, como membro desta Comissão, pretende contribuir não apenas para a compreensão do passado e das lutas e sonhos de toda uma geração que teve o seu projeto de vida interrompido pelo autoritarismo, mas também para a formação de uma identidade coletiva nacional e para a reflexão sobre o futuro que queremos: livre, democrático, com mais Direitos Humanos.

Desta forma, o presente trabalho se propõe a resgatar a história do movimento sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que aflora na segunda metade da década de 1970, a partir do esgotamento do regime autoritário e o desmoronamento do chamado “milagre econômico”, iden-

tificar e tornar públicos as estruturas, os locais e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos a fim de contribuir com as instâncias do poder público competente para apuração e adoção de medidas a estas atrocidades, num trabalho de contribuição à reconciliação nacional.

Depoimentos emocionados, revelações e reafirmações contundentes, análises argutas e ponderações importantes estão registradas neste relatório, que já se reveste de grande importância como material de consulta e acervo histórico.

A expectativa é de que o trabalho desenvolvido pela Comissão da Verdade da UFRN venha a permitir que a política se configure como ferramenta imprescindível na formação de uma consciência crítica, que compreende a democracia como um processo que precisamos constantemente seguir construindo.

O regime do medo que sustentava o passado não pode servir de desculpa no presente democrático. Que a Comissão da Verdade possa desenvolver o trabalho de garantir o direito à memória, à verdade e a reparação àqueles que sofreram perseguição política. E que as novas gerações não esqueçam que a luta pela democracia e pela liberdade é o que fortalece a sociedade.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1964, um golpe militar atravanca a frágil democracia brasileira nascida 18 anos antes, em 1946, quando tomou posse o presidente eleito pelo voto direto, Eurico Gaspar Dutra. O Ato Institucional nº 1 começa a desmontar formalmente a ordem constitucional vigente.

A sociedade brasileira achava-se em grande mobilização na busca de uma nova ordem institucional que se ajustasse às transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e demográficas ocorridas ao longo das décadas precedentes no país.

Apesar de marcado por desigualdades, o Brasil redemocratizado tinha como traço uma sociedade criativa e confiante, que apontava para um futuro otimista.

O país vivia um processo de invenção democrática jamais vista até antes. Muitas mobilizações sociais, mobilizações no campo, ligas camponesas, sindicatos rurais, sindicatos e centrais sindicais se mobilizando no país inteiro, lutas por reformas de base e o movimento estudantil muito forte (Depoimento do professor José Willington Germano à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

O desempenho econômico dessa democracia também foi marcado pelo otimismo. O crescimento nos 18 anos que antecederam o regime militar foi o maior da história do país, resultado do chamado nacional-desenvolvimentismo, que se baseava na política de substituição de importações. Entre 1946 e 1963, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas do país, chegou a 7,12% - maior que o do regime militar, que alcançou 6,29% no período 1964-1984, apesar do chamado “milagre econômico”.

A democracia brasileira do pré-golpe nasceu promissora, graças a uma Constituição arrojada, que trazia garantias políticas e sociais comparáveis às atuais. A conquista, entretanto, foi fragilizada por um ambiente internacional de confronto entre as duas superpotências que emergiram da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética. Ao longo de 18 anos de democracia, crises sucessivas marcaram o ambiente político do país e criaram o clima para a eclosão do golpe de 1964.

É importante que a gente compreenda disso. Para saber que a repressão quando chegou não chegou assim por acaso e nem caída do céu. Ela chegou deliberadamente para refrear, reprimir algo que estava acontecendo e que, se pudesse ter sido continuado, o Brasil seria outro. Certo? A Universidade seria outra e o Brasil com a contribuição das universidades seria um Brasil totalmente diferente (Depoimento de Marcos José Castro Guerra à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 26/07/2013).

A mobilização geral da sociedade brasileira manifestou-se também no interior das Universidades. No início da década de 60, erguiam-se vozes em torno do problema da educação superior no país e a União Nacional dos Estudantes (UNE) promove o Primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária. Reivindicava-se uma reforma que fosse capaz de possibilitar à Universidade a participação na solução dos problemas econômicos, sociais e políticos brasileiros.

Não se buscava a Reforma pretendida pelo regime ditatorial após 1966, com o concurso de técnicos norte-americanos do acordo MEC-USAID, vetor da transposição alienada e subserviente do modelo de universidade americana ao ensino superior brasileiro, mas sim aquela que concebia a Universidade no contexto da sociedade brasileira e a esta se voltava.

A democratização interna é vista, assim, como necessária para a construção de uma universidade nova, criadora, crítica e socialmente atuante. Busca-se a autonomia de pensamento e o desenvolvimento econômico independente do País, ou seja, uma universidade livre numa sociedade livre.

A criação da UFRN, em 1958, pode ser vista e entendida dentro deste contexto como uma tentativa de concretização da reforma universitária. Vivenciava-se um momento decisivo do ensino superior no país quando, em abril de 1964, os militares dão o golpe e assumem o governo.

Em todo o país, universidades são fechadas, diretores destituídos, professores e alunos presos. Os livros considerados “subversivos” são queimados, numa tentativa de destruição do símbolo de luta pela superação do atraso cultural e do subdesenvolvimento brasileiro.

Se, através de toda a nossa história, as Forças Armadas foram utilizadas como milícia repressora da população, o que caracteriza o período pós-64 é que, no nível da doutrina, essa atividade passa a ser justificada, explicada e reforçada.

Nós sabemos, havia escuta das pregações dos padres, havia escuta das aulas dos professores, então, quer dizer, antes de

haver casos, atividades ferozes de prisões e torturas, a malha de sustentação já estava feita e isso foi muito sério porque as pessoas começaram a perceber e a fugir (Depoimento do monsenhor Ausônio Tércio de Araújo à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em audiência no CERES de Caicó, 17/09/2013).

A partir de 31 de março de 1964, a violência contra as forças sociais firmou-se como uma prática recorrente do regime militar com as perseguições, prisões, cassações e assassinatos aos opositores. Obriga os operários e trabalhadores em geral a procurarem caminhos alternativos, que conduzirão ao surgimento do chamado novo sindicalismo. “[...] A gente aprendeu, aprendeu a ter endereço e telefone das pessoas sem ter anotado em nada. Uma questão de sobrevivência. A gente aprendeu a arrumar e alugar apartamentos em três horas, para manter-se vivo” (Depoimento do professor João Batista de Brito à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em audiência no CERES/Caicó, 17/09/2013).

Ainda assim, como descreve Mattos (2002), na perspectiva de radicalização política dos primeiros meses de 1964, as lideranças sindicais apostaram tudo na pressão e apoio a Jango pela aceleração das reformas de base.

Mas, os instrumentos já estavam dados pela própria CLT que facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. Assim, tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais – 383 sindicatos, 45 federações e 04 confederações (MATTOS, 2002, p. 66).

Com a Ditadura Militar, a tortura tornou-se comum nos porões, com a criação, nas Forças Armadas, de aparelhos especializados na repressão política, o surgimento de esquadrões da morte e a criação das Polícias Militares levaram a violência do Estado a aterrorizar a sociedade brasileira.

[...] pleiteei e consegui um curso de especialização em saúde pública na Faculdade de Saúde Pública da USP e para lá eu fui enviado, ainda faltando uns três ou quatro meses para concluir, talvez menos, o golpe militar já havia se instalado, a repressão já estava em funcionamento e inclusive na Universidade eu fui chamado para depor numa comissão daqui da Universidade, convidado pelo professor Onofre Lopes. Quando eu terminei o depoimento, o grupo de policiais já foi me prender. O professor Onofre já protestou dizendo que eu não poderia ser preso porque ali eu estava sobre a custódia dele, mas que eu iria me apresentar no dia seguinte. Os policiais se retiraram, aí eu disse:

– Mas, Reitor, eu ia fugir.

– Agora não, eu dei minha palavra.

Como eu era um homem muito honrado, um homem de bem, eu digo, olha eu vou cumprir a sua palavra mesmo sacrificando a minha liberdade. Bom, e fomos presos. Eu me apresentei na companhia de guarda da polícia militar. Cheguei lá eu já encontrei o Joel Batista de Andrade Bezerra (Depoimento do professor Aldo da Fonseca Tinoco à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 07/06/2013).

O polo de agitação cultural formado por estudantes, professores e intelectuais de esquerda foi amplamente reprimido. “A Universidade sempre foi um referencial muito forte nessa trajetória. Eu não fiz concurso para professor e digo a vocês que repressão teve parcela nisso aí porque ela me tolheu.” (Depoimento de Gileno Guanabara à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 26/04/2013).

O presidente Castello Branco dá início a uma reforma universitária que romperia com o padrão da escola superior do passado, mas na direção dos interesses norte-americanos. Neste sentido, a política de repressão a estudantes e professores após o golpe militar deve ser encarada como parte da necessária desmobilização das resistências à desnacionalização do ensino. “Havia uma re-

pressão velada. Nós tínhamos a autocensura. E uma atitude defensiva totalmente justificável, porque não tinha sentido nenhum.” (Depoimento do professor Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 03/05/2013).

A política universitária pós-64 vai consolidar-se em duas etapas: a primeira até 1968, onde as medidas tomadas têm um caráter de contenção, tanto de mobilização estudantil como de expansão do sistema. Um processo inquisitorial foi implantado na Universidade, e a acusação de subversivo, categoria na qual fora enquadrada qualquer pessoa que não escondesse sua discordância com o pensamento oficial dominante, foi indistintamente utilizada contra todos os professores submetidos à suspeita dos militares. Esse argumento foi largamente utilizado desde 1964, atingindo professores de posições políticas muito diversificadas, mas acusados todos eles dos mesmos “delitos”, como se formassem um bloco ideológico homogêneo com ação política organizada no interior da Universidade.

Na segunda etapa, ou seja, pós-68, evidencia-se a progressiva consolidação da força como argumento e o modelo político do regime militar apresenta sua face mais cruel. As medidas repressivas concretizam-se no AI-5 e, no âmbito universitário, no Decreto-Lei nº 477/69, que proíbe qualquer manifestação de professores, alunos ou funcionários, sob pena de processo, prisão e perda de direitos.

Veio o Decreto-lei nº 477. O Diretório Acadêmico foi fechado, houve uma abertura de inquérito no interior da faculdade e foi aplicado esse 477 no único estudante do Rio Grande do Norte que foi atingido por ele, que foi Rinaldo Barros [...] (Depoimento do professor José Willington Germano à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

É nesta segunda etapa que a reforma universitária se configura em lei. A reforma do regime militar tem origem nos chamados Acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura do Brasil – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), ponto-chave da política de desnacionalização do ensino brasileiro.

O plano que a USAID tinha para o Brasil era remodelar as universidades de acordo com o que os planejadores pensavam ser a melhor parte do sistema universitário americano – basicamente incrementar a educação técnica. Neste contexto, haveria um lugar relativamente pequeno para as humanidades, artes e as ciências sociais.

Estava aberta a temporada de perseguições políticas. É neste quadro do AI-5 que assume a presidência General Emílio Garrastazu Médici, iniciando aquela que seria a época mais obscura dos governos militares (COUTO, 1999). “O medo era permanente. Então isso fazia com que as pessoas evitassem determinados posicionamentos mais ostensivos” (Depoimento do professor Geraldo Queiroz, Reitor da UFRN entre os anos de 1991 e 1995, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 03/05/2013).

Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), havia a presença dos órgãos voltados à vigilância, monitoramento e controle político e social, com as chamadas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). “Aqui na Universidade tinha o setor de Segurança da Informação funcionava na biblioteca nos últimos tempos, então veja só, até o ponto de um general dentro da biblioteca” (Depoimento do professor José Willington Germano à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

A ASI começou onde era a reitoria [...], na gestão de Onofre e Genário. Aí no começo da gestão de Domingos a Marinha solicitou a sua ocupação. O campus aqui estava em formação. Aí ficou onde hoje é a biblioteca. Assim a ASI se transportou para o lado esquerdo que eu não tomei conhecimento porque eu não entrei uma vez aqui, porque eu já estava dentro do Gabinete do Reitor. De lá mesmo passei e já dei para outra pessoa. (Depoimento do professor Jurandyr Navarro, diretor da AESI-UFRN, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 21/06/2013).

Buscando legitimar-se como expressão de um processo revolucionário, ela se concedia as prerrogativas de suspender garantias constitucionais e de dirigir o país no rumo que, por conta própria, decidia ser adequado.

A universidade, a cada seis meses você fazia uma matrícula, renovava a matrícula, você tinha que colocar uma ficha branca, era diferente de todas as fichas, por exemplo, sua preferência política, se você conhecia os candidatos que havia votado no último pleito, qual a sua religião. Claro que aquela pesquisa a gente tinha e sabia o endereço e para onde era. E cada sala de aula os professores daqui da Universidade, não tem mais, cada sala de aula a gente sabia e aprendemos a conhecer quem era o agente que estava ali, quem não apareceu o nome na lista dos aprovados no vestibular. E ele estava matriculado e procurava conversar exatamente com aqueles alunos que tinha determinada liderança nos movimentos estudantil (Depoimento do professor João Batista de Brito à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em audiência no CERES/Caicó, 17/09/2013).

As atividades do serviço estavam concentradas em identificar e espionar comunistas nas Forças Armadas e levantar informações sobre funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores de imprensa, signatários de manifestos políticos, entre outros, e contava com três fundamentos básicos: espionagem, censura e propaganda.

[...] nós perdemos grandes profissionais, grandes figuras, e esse foi um efeito colateral grande do golpe. Então essa diáspora de alunos e professores, de professores foi menos. Foi uma sequela e tanto. O golpe da perseguição. No caso de Moacir, foi logo em 64. Ele foi demitido, preso e foi arquivado (Depoimento do professor Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 03/05/2013).

As ASI/AESI universitárias atuaram, principalmente, na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, no controle da circulação internacional dos docentes, e na disseminação de material de propaganda e contrainformação produzido pelas agências do governo.

A ASI funcionava em dois polos: um como Instituição dentro da Universidade, colhendo as informações dentro da Universidade; e outra que eram os serviços secretos das armas que tinham relações com a ASI, na época já tinha Polícia Federal (Depoimento do professor Hermano Machado Ferreira Lima à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

Naquele tempo, a repressão tinha seus informantes dentro da Universidade, mantidos oficialmente em sigilo, mas conhecidos no vaivém dos corredores. A repressão externa e a interna atuavam de mãos dadas, e professores eram chamados aos órgãos de segurança para responder a denúncias vagas, oriundas da própria universidade através de delações.

Em meu ingresso como professor na Universidade eu sofri ações diretas da ASI. Pessoas me informavam que as aulas que eu dava de Sociologia lá em Nova Cruz elas eram assistidas do lado de fora por pessoas ligadas a ASI. Na época o diretor do campus de Nova Cruz tinha sido militar (Depoimento do professor João Emanuel Evangelista à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 11/10/2013).

Os agentes destes órgãos de informação produziam relatórios com informações e avaliações sobre o governo e o setor público em geral, que serviam como base de dados a ser consultada pelos órgãos do governo para avaliação

dos candidatos à admissão e promoção na administração pública. Muitas das punições impostas pelo regime militar decorreram destas informações ou recomendações elaboradas pelo órgão.

[...] eu posso me reportar às coisas que aconteceram comigo como professor da Universidade. E aí de fato, eu realmente vou dizer, assim, sofri de impedimento para entrar na Universidade. Mesmo depois de ter feito um concurso na Universidade para a antiga Faculdade de Educação, foi o primeiro concurso que houve na Universidade em 1970, primeiro concurso para professor. Concurso para auxiliar de ensino. Naquela época existia figura do auxiliar de ensino. Eu fiz o concurso, passei e fui impedido de entrar na Universidade a partir de contatos da área militar com o Reitor (Depoimento do professor Geraldo de Queiroz, Ex-Reitor da UFRN, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 03/05/2013).

Existia uma permanente preocupação em controlar e vigiar as atividades de todos os setores da sociedade. Entre os setores mais atuantes estavam as Divisões de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação, especialmente por lidar diretamente com os militantes estudantis e a intelectualidade (FICO, 2001, p. 85)

A atividade política de estudantes da UFRN naquele momento era vigiada de perto por uma Assessoria de Segurança e Informação, a famosa ASI. Essa ASI tinha seus escritórios nos porões da reitoria e tinha que mandar relatórios diários para os Sistemas Nacionais de Informação, então era um momento realmente de medo real. Não era um medo fictício (Depoimento do professor Lúcio Flávio Souza Moreira à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

A vigilância do interior do *campus* estava entre as prioridades do aparato repressivo. Nesse sentido, as AESI e ASI surgiram com a função de levantar in-

formações setoriais. Segundo levantamento de dados do Arquivo Nacional (DF), existiram 249 desses órgãos voltados à vigilância e produção de informações (ISHAQ, 2012, p. 61). “[...] antes da ASI tinha a SGI. A SGI era [Inaudível] para os bacharéis tinha uns processos, formação para instruções” (Depoimento do professor Jurandyr Navarro, diretor da AESI-UFRN, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 21/06/2013).

As prioridades desses órgãos eram a coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e professores, controle da nomeação para cargos, viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censura de livros, proibição de manifestações, confisco de material considerado “subversivo”, entre outras.

Aquela assessoria foi uma pequena repartição criada pelo Ministério da Educação na época que era vinculada a uma diretoria chamada de Diretoria de Segurança e Informação [...] E o papel da Assessoria de Segurança e Informações era nada mais nada menos senão atender às solicitações do Ministério da Educação e Cultura da época através da Diretoria de Segurança e Informação. Que solicitações eram essas? Eles solicitavam documentações a respeito da situação da Universidade, da situação dos professores, da situação política dos alunos (Depoimento do professor aposentado Zacheu Luiz dos Santos, funcionário da AESI-UFRN no período de 1971 a 1975, à Comissão da Verdade da Universidade federal do Rio Grande do Norte, 12/04/2013).

Assim, em outubro de 1970, efetivamente, através da “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, a cúpula do regime começou a estruturar e planejar o combate mais ostensivo aos “inimigos da ordem”. Para os militares, era preciso ir além da simples obtenção de informações.

Os serviços de inteligência da Marinha (Cenimar), da Aeronáutica (CISA), a Polícia Federal (PF), as Polícias Militares (PMs) e, principalmente, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais passam, assim, a desenvolver seu trabalho de forma homogeneizada e sempre sob a coordenação do Exército.

[...] nós fazíamos solicitação ao Exército, Marinha e Aeronáutica que eram os órgãos que na época faziam a segurança da nossa... do estado do Rio Grande do Norte, quando eles achavam... Atender a alguma solicitação eles atendiam, quando não acham, davam o silêncio por resposta (Depoimento do professor aposentado Zacheu Luiz dos Santos, funcionário da AESI-UFRN no período de 1971 a 1975, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 12/04/2013).

Na UFRN, a ASI/AESI foi constituída na década de 1970, pelo Reitor Onofre Lopes, que nomeou como responsável Carlos Augusto Caldas da Silva. Este órgão organizou pastas relacionadas à comunidade acadêmica, com interrogatórios, listas de professores, estudantes e funcionários investigados e recortes de jornais. A partir daí, foram instaurados inquéritos policiais militares (IPM's) e inquéritos administrativos. Professores foram demitidos e estudantes expulsos.

Passei um ano inteirinho dando aula e sem receber, não me pagaram. Não me contrataram. A Universidade não me contratou não sei por quais as razões, se eram dificuldades econômicas ou dificuldades políticas, mas o certo é que não recebi. Fui preterido nos meus proventos, pseudoproventos, que eu deveria ter. Bom, no ano seguinte, em 1968, eu fui contratado, ensinei um ano de graça, mas tudo bem, arranjei outras coisas para fazer na época (Depoimento do professor Josemá Azevedo à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 19/04/2013).

Houve clandestinidade, perda de liberdade, perseguições, reclusão por crime que não houve.

Ingressei na Universidade em fevereiro de 1978. Durante o primeiro semestre eu trabalhei com umas turmas de direito, de economia. E fui surpreendido com o chamado à sala do

professor Jardelino Lucena, na ocasião ele era diretor do centro de Ciências Humanas. E de forma bastante honesta, eu quero pontuar isso. O professor Jardelino foi extremamente correto comigo. Não tenho absolutamente nada a dizer de sua gestão e da forma como conduziu a questão, porque não dependia dele, ficou bastante claro na ocasião. Ele me chamou e disse que tinha recebido um veto da ASI e que meu nome era absolutamente inaceitável. Eles, em hipótese alguma, admitiam minha presença na Universidade, e ele inclusive ficou bastante contrariado. Mas como ele era diretor do centro teve a incumbência de relatar o fato. O Reitor na época era Domingos Gomes de Lima. E ele fez questão de marcar uma reunião com o Reitor, com nós três, e fez questão de esclarecer que meu ingresso tinha sido por meio de concurso. E naquela ocasião ele deixou bem claro que ele não tinha poder de decidir sobre minha situação. E aí fui demitido no final do semestre de 1978. Essa demissão foi muito traumática. Porque, assim, eu tenho até que voltar um pouco os fatos, porque quando eu ingressei na ETFRN, em 1976, eu fui chamado lá e tinha um dossiê, onde colocava o seguinte: que eu era um subversivo de alta periculosidade e que, portanto, não poderia permanecer no serviço público federal. Na ocasião, o diretor era Arnaldo Arsênio de Azevedo. Que eu acho que no meu caso foi um homem digno. Eles chegaram a preparar minha demissão, também lá na ITFRN. Mas o fato é que Arnaldo na ocasião, um homem muito ligado a Igreja. Parece que alguém teve uma conversa muito longa com ele e disse que era uma coisa absurda. E ele resolveu afrontar. E ele resolveu não efetivar a demissão (Depoimento do professor Lailson de Almeida à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 12/07/2013).

As agências de informação, contudo, não tinham poder incontestes, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações.

Eu nunca vi tanta dignidade como eu vi em doutor Onofre. Ele puxou uma pasta que era maior que esta, disse, “olhe, os militares estão acusando de subversivos algumas pessoas que fizeram concurso, e há uma indeterminação para que a Universidade não contrate vocês, mas quem manda na Universidade sou eu! E eu vou contratá-los”. Mas num tom paternal me joga uma solicitação, “mas eu gostaria, eu pediria que vocês não se envolvessem em política na Universidade”. Eu disse: “Olha, doutor Onofre, eu sou professor da Faculdade de Jornalismo desde 1967 e nunca tive problema político, certo? “Então consequentemente pode ficar tranquilo que eu não vou dar problema na Universidade”. E eu saí do gabinete depois de muita conversa e folhei rapidamente o que me foi colocado. Saí, agradei, e saí com uma impressão muito maior da honradez e da dignidade do Ex-Reitor Onofre Lopes, fundador da Universidade. E agradeço ainda hoje o fato, esse fato que ele fez. Eu não seria professor hoje, não teria sido professor e talvez não tivesse contando essa história aqui a vocês. Porque eu não teria ficado na Universidade (Depoimento do professor Geraldo Queiroz, Reitor da UFRN entre os anos de 1991 e 1995, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 03/05/2013).

Mas, em sua ação cotidiana, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade.

Eu era encarregado de ler os jornais de circulação da capital, com as notícias relacionadas à Universidade e que tivesse interesse da ASI. O que eu fazia, eu lia os jornais e recortava aquelas matérias relacionadas à Universidade que interessavam a ASI. [...] De um modo geral, sobre servidores da Universidade, de um modo geral... Não era especificamente de uma pessoa, eu recortava as matérias, colava numa folha de papel em branco A4 e entregava para o chefe da ASI. Era esse o meu

trabalho na ASI (Depoimento do servidor da UFRN, Leonel Ribeiro Sobrinho, funcionário da ASI entre os anos de 1982 e 1984, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 02/08/2013).

Durante sua existência, elas contribuíram para criar nas universidades um ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas do saber mais visadas, para não falar no empobrecimento do debate político.

Agora vamos ver como é que se demite um professor no regime ditatorial: ‘Senhor professor, pela presente correspondência, comunicamos a Vossa Senhoria que o seu contrato com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a partir de 1º de abril corrente, foi rescindido por ordem superior, conforme correspondência acima epigrafada. Deixamos de fazer comunicação em um prazo mais breve em virtude de não encontrarmos o seu endereço em São Paulo, onde Vossa Senhoria cursa mestrado, sem mais para o momento, firmamo-nos, muito cordialmente, Augusto Carlos Garcia de Medeiros. (Depoimento do professor Antônio Alfredo Santiago Nunes à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

Eu fiquei sem trabalho. Eu tinha tantos registros lá no Serviço de Segurança que todo lugar que eu ia procurar emprego dizia: ‘não, tudo bem, venha depois, traga o currículo...’ Mas, quando eu chegava lá não me contratava. Por que lá eu trabalhava ligado à Igreja Católica, com o Dom Elder, e só isso aí já fechava muita porta. Também dei muitas palestras, fui presidente do Centro Acadêmico e aí, tudo isso foi criando uma ficha (Depoimento do professor Hermano Machado Ferreira Lima à ADURN/Sindicato, 24/05/2013).

Passa a valer a lógica da suspensão em relação a todos e a tudo, colocando por terra a falsa noção de que a repressão atuou de forma precisa e cirúrgica, ou

seja, vigiou e monitorou apenas os indivíduos e grupos que aderiram à luta armada. “Naquela época, a mim me parece, que ao Sistema Nacional de Informações interessava colocar na chefia, nas lideranças, pessoas que não tivessem maiores conflitos na área política”. (Depoimento do professor aposentado Zacheu Luiz dos Santos, funcionário da AESI-UFRN no período de 1971 a 1975, à Comissão da Verdade da Universidade federal do Rio Grande do Norte, 12/04/2013). “[...] a ASI era o seguinte, era um órgão meramente informativo, recebia informações e às vezes não sabia de onde eram, porque tinha informantes que ninguém sabia quem eram os informantes misteriosos” (Depoimento do professor Jurandyr Navarro, diretor da AESI-UFRN, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 21/06/2013).

A vigilância do aparato repressivo – integrado e em sintonia com os órgãos locais – esteve presente em todos os setores da sociedade. Mesmo antes da criação das AESI/ASI, na prática, o Sistema de Informação trabalhava dentro das universidades, através da atuação do DSI/MEC.

Bem, antes da iniciativa privada, eu ocupei cargos aqui. Um deles foi a Delegacia do MEC. Nós tínhamos também um mal fadado. Funcionava no Rio de Janeiro, mas aqui nós tínhamos um setor que dava as informações. Para vocês mais jovens terem uma ideia, se eu quisesse nomear um servente aqui, eu tinha que ter a folha corrida dele desde a Igreja onde ele se batizou até o momento atual. Então nós sofriamos muito com isso. Agora, com relação à Delegacia do MEC, também existia Serviço de Informação dirigido lá. Leite estava lá na época e eu lembro que Collor assumiu. E quando Leite saiu aconteceu um fato interessante. O irmão de Françoise Silvestre, que hoje é advogado lá no Maranhão, disse: “Vou já olhar essas gavetinhas pra ver o que é que tem aqui” e o primeiro nome que ele encontrou foi o dele. Ele disse: “Olha Zé Maria, eu estou aqui como agitador estudantil”. Quer dizer, nós vivemos esses momentos difíceis. Agora, até onde eu tenho conhecimento é que o Presidente Collor mandou que incinerasse todos esses documentos, até onde eu sei (Depoimento do professor José Maria Barreto Figueiredo à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 08/03/2013).

Os atos institucionais editados pelo regime ditatorial passam a expressar o caráter normativo com que os militares consagravam seu arbítrio. Assim, com o objetivo de “silenciar a universidade”, foi editada uma legislação que objetivava baixar o ímpeto dos estudantes e impor limites à liberdade de pensamento dos intelectuais.

A repressão aos integrantes da comunidade acadêmica passa a contar com um suporte jurídico específico, o Decreto nº 477, de 28 de fevereiro de 1969.

Seus seis artigos são mais um exemplo de como os militares utilizaram instrumentos jurídicos de exceção para limitar as manifestações da oposição.

O famigerado Decreto 477 punia o professor, o aluno e o funcionário. O professor não poderia ensinar naquela instituição durante um tempo regulamentar, três anos ou cinco, coisa assim, o funcionário não poderia entrar no prédio e o aluno tinha seus direitos suspensos por três anos. (Depoimento do professor Antônio Alfredo Santiago Nunes à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013). O decreto delimita, logo no primeiro artigo, os seus alvos: estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino superior público ou particular. O artigo é complementado por seis incisos que, entre outras questões, tipificavam como atos “subversivos”: organizar paralizações das atividades escolares ou participar delas; atentar como pessoas ou prédios das instituições; participar de desfiles ou passeatas sem autorização; confeccionar, imprimir, distribuir ou guardar material gráfico sem autorização; sequestrar ou manter em cárcere membros da instituição de ensino; utilizar o espaço da universidade “para fins de subversão” ou “praticar ato contrário à moral e à ordem pública”.

As punições correspondentes eram, entre outras medidas, prévia demissão ou dispensa – no caso de professores ou funcionários –, com proibição de

contratação por cinco anos, para voltar a exercer a mesma função. Os alunos enquadrados no Decreto Lei nº 477 teriam sérios problemas em relação à sua vida acadêmica, pois poderiam ser desligados ou proibidos de fazer a matrícula durante um período de três anos.

[...] em 1970, eu fui enquadrado no 477, eu e mais três colegas, todos nós escapamos. Escapamos porque ali já deixava de ser uma perseguição política e ideológica desse cidadão chamado padre Itamar, ou era incorporada uma perseguição ou ódio pessoal também. Qual foi a razão do meu enquadramento? Eu estava procedendo a agitação de sala de aula, eu estava agitando a sala de aula. Muito bem, para que os senhores e senhoras tenham uma pálida ideia, você tinha 48 horas para fazer a sua defesa, se você perder, perdeu, estamos conversados. Se você ganhou, tinha a famosa “remessa necessária”, que o meio jurídico sabe muito bem aí o que é isso, ou seja, o diretor da Faculdade tinha que mandar para o Ministro. Então eu fui enquadrado como agitador de sala de aula, um detalhe: nós tínhamos 48 professores, desses 48, 46 me deram uma declaração que eu nunca tinha agitado uma sala de aula deles, sobraram dois, uma professora tida como de direita que ficou muito ligada à ARENA foi na minha residência pedir desculpas por não ter assinado, pois estava viajando, estava no Rio de Janeiro. Um cidadão muito agitado, tido de esquerda, professor, me disse: olhe Alfredo, esse é um documento profundamente honesto, agora eu não posso assinar, porque eu posso julgar o seu processo (Depoimento do professor Antônio Alfredo Santiago Nunes à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

Os artigos 2º e 3º, e seus respectivos parágrafos, tratavam dos mecanismos utilizados para apurar as infrações previstas: o processo sumário. Como dissemos, seguindo o ambiente jurídico da época, o Decreto Lei Nº 477 estabelecia o prazo de 20 dias para apuração, instauração do inquérito e punição

dos infratores. Em suma, num processo marcado pela celeridade, os prazos seriam limitados para que os indivíduos qualificados como infratores apresentassem os argumentos de defesa.

O Decreto-Lei nº 477/1969, em seu artigo 3º, incisos 3 e 4 ratificam o caráter sumário de suas normas e procedimentos definidos:

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

[...]

§3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificamente a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas [...].

O aparato de segurança passara a utilizar as normas jurídicas como instrumento para “legalizar” a perseguição política, como se pode observar no § 1º, do mesmo Art. 3º, que determina a suspensão do emprego e função – no caso de professores e funcionários – até a data do julgamento.

Assim, pode-se afirmar que a escalada repressiva nas universidades contou com uma diversificada e ampla estrutura de repressão, atingindo o ponto culminante da estruturação em 1971, com a criação de Assessorias Especiais de Segurança e Informação para monitorar, vigiar e, sobretudo, levantar informações, como comprova documento expedido pela ASI-UFRN, em janeiro de 1979.

Repetiu-se, então, toda a atividade de vigilância, inclusive fazendo com que o órgão de Informações da ASI-UFRN atuasse mais decididamente, identifi-

cando as ações e propósitos para, com informações junto ao utilizador, manter a ordem e a tranquilidade (Documento expedido pela ASI-UFRN em janeiro de 1979 sob nº ARE_ACE_823_80).

Segundo dados do Arquivo Nacional, existiram órgãos de informação em quase 36 universidades públicas (estaduais e federais). Em algumas universidades, essas estruturas ficaram conhecidas como Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). Posteriormente, adotaram em seus documentos oficiais a nomenclatura de Assessoria Especial de Segurança (ASI).

Quando a Universidade necessitava de algum parecer sobre servidor, professor e aluno, recorria às informações dos serviços da Marinha, Aeronáutica e da ASI, que fazia parte do aparato repressivo.

[...] toda pessoa que acessava a Universidade sendo docente, técnico administrativo ou discente tinha um registro [...], então quando você entrava na Universidade, tanto no DAE quanto no departamento de pessoal, aquele cadastro era encaminhado para a ASI (Depoimento do servidor da UFRN, Leonel Ribeiro Sobrinho, funcionário da ASI entre os anos de 1982 e 1984, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 02/08/2013).

Um levantamento realizado pelo Arquivo Nacional cita empresas, instituições públicas e órgãos do governo que formavam a teia de vigilância do regime, totalizando 249 órgãos de vigilância à disposição da Ditadura Militar, entre eles o AESI UFRN.

Contudo, em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 10 de maio de 2013, o Ex-Reitor Genivaldo Barros demonstra desconhecimento do papel desta Instituição:

Da ASI, que eu na verdade não identifico a sigla que corresponde ao nome da instituição, o que eu posso dizer é o seguinte: quando eu cheguei à Universidade, sabia da existência dessa instituição que tinha o Adriel como delegado ou não sei bem

qual era o título que lhe cabia e que ocupava uma sala daqui do prédio da Universidade, que na verdade eu nunca estive lá, não conhecia, mas eu sabia que os movimentos estudantis e também os docentes se queixavam muito da existência dessa sala aqui com a presença desse funcionário (Depoimento prestado pelo professor Genivaldo Barros, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 10/05/2013).

Esta foi a resposta do Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Genivaldo Barros, à pergunta do presidente da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Carlos Gomes:

Segundo reportagem da *Tribuna do Norte*, Adriel Lopes Cardoso na transferência da ASI, do campus universitário para a Delegacia do MEC, afirmou a entrega de pastas vermelhas ao Reitor durante uma audiência e momentos antes da saída do próprio Adriel do cargo de Assessor da ASI, momentos antes dele deixar a ASI, ele teria entregue ao Reitor duas pastas vermelhas. Eu indago de vossa senhoria sabe que conteúdo tinha essas pastas? (Questionamento feito pelo presidente da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ao Ex-Reitor da Universidade, Genivaldo Barros, 10/05/2013).

A ASI vai se mostrando, assim, um verdadeiro órgão fantasma. Todo mundo sabia que ela existia, mas não se consegue localizar materialmente. Mesmo aqueles que oficialmente fizeram parte deste órgão dizem desconhecer o local em que funcionava e a sua finalidade, como os Ex-Reitores e ex-funcionários da Assessoria ouvidos pela Comissão. Apenas aqueles que sofreram a vigilância e violação de suas intimidades narram as atividades do órgão:

Eu sei onde ficava a ASI, ficava lá em baixo e eu era tão inocente que eu não sabia por que era que eu estava sendo chamada por aquele órgão de repressão aqui na Universidade. Ela existiu. Ela não chamou só a mim. Era na época de Domingos ainda, Domingos era Reitor. E nós fazíamos depois disso, nós fazíamos mobilizações aqui, já na época de Diógenes, com faixas

para que a ASI saísse da Universidade, houve uma mobilização intensa da ADURN, nós fizemos mobilização aqui na parte da manhã toda, havia uma audiência na Biblioteca Zila Mamede e nós todos com faixas pretas, boca lacrada, todo mundo de luto e havendo uma audiência lá em cima do fim da ASI (Intervenção da professora aposentada do Departamento de Educação da UFRN, Conceição Spinelli, durante depoimento do Ex-Reitor Genivaldo Barros à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 10/05/2013).

Posteriormente questionado quanto ao uso dos serviços da ASI em sua gestão, Genivaldo Barros nega a utilização desta Instituição e narra um episódio de ocupação e depredação do gabinete da reitoria:

[...] ocorreu um episódio profundamente desagradável em uma determinada data, isso pra mim foi profundamente traumatizante, eu recebo uma informação das primeiras pessoas que abriram que a Universidade, principalmente o Gabinete do Reitor, tinha sido invadido, talvez a palavra que merecesse dizer agora, quer dizer uma palavra até agressiva com o que fizeram, eu sei que invadiram o Gabinete do Reitor e depredaram, rasgando poltronas, botando um W. Não estava havendo naquela época, ao que me conste, assim, nenhuma alteração, confronto da Administração com a estudantada. O que é que teria causado isso? Então, eu me lembro que eu pedi ao Adriel que se arvorava, se arvorava não, ele por direito tinha uma delegação de pesquisar o que é que tinha acontecido. Ele tinha uns informantes, algumas pessoas que colaboravam com ele anonimamente. Ele depois voltou pra me dizer que não sabia quem tinha feito, não identificou e o assunto morreu, mas houve realmente essa depredação principalmente no Gabinete do Reitor (Depoimento prestado pelo professor Genivaldo Barros, Ex-Reitor da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 10/05/2013).

Ao falar sobre o papel da ASI/AESI na vigilância e violação de intimidade do corpo acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Ex-Reitor Genivaldo Barros afirma não conhecer caso algum de perseguição e repressão em sua gestão: “Não tenho conhecimento. Ainda existe Adriel? Você me perguntou e eu vou perguntar também, ainda existe Adriel?” (Depoimento prestado pelo professor Genivaldo Barros, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 10/05/2013).

Contudo, documentos das Forças Armadas do Exército comprovam a vigilância e controle sobre o corpo acadêmico da Universidade:

Os Órgãos de Informações mantêm catalogados em montes de papéis, os relatos das atividades clandestinas de homens e organizações, além de um outro tanto de corruptos e malversadores dos dinheiros públicos, e seus analistas, sabedores através das Informações estimativas que elaboram, o que, quando e onde deverá acontecer “algo”, assistem impassíveis a caminhada para a repetição de tudo o que ocorreu em 1962/63 (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_85837/75).

A perseguição ideológica era ao mesmo tempo externa, vinda dos aparatos de segurança da ditadura militar, e interna, proveniente das assessorias de segurança, de departamentos, congregações e colaboradores individuais. As listas dos subversivos foram elaboradas às escondidas e também abertamente. O terror foi instalado na vida universitária.

Foi em meio a esse contexto – em que se viam setores da imprensa expondo a atuação das ASI universitárias, estudantes e professores mobilizando-se

por sua extinção e reitores começando a demonstrar reticência em apoiar o sistema de informações – que se decidiu desmontar o aparato das Assessorias de Segurança nas universidades.

Os professores da UFRN são frontalmente contrários a permanência da Assessoria de Segurança e Informação, ASI, porque a consideram fruto de uma invasão do estado na via particular do cidadão e isso não mais se admite, hoje quando o país caminha para a democracia. A informação é do professor Hermano Machado, presidente da recém fundada Associação dos Docentes da UFRN, ADURN. Ele acha que à medida que a sociedade retoma suas atividades democráticas, não há necessidade da existência do organismo de segurança, acrescentando que se o Reitor quer informação, utilize a assessoria de imprensa (TRIBUNA DO NORTE, 1979).

A recém-formada Associação dos Docentes da UFRN reage ao intervencionismo e luta pelo desmonte deste órgão e a sua permanência no interior da universidade.

Do ponto de vista político uma coisa que a gente lutou muito foi para que a ASI saísse de dentro das dependências da UFRN. Coincidiu que na época a gente já estava mudando aqui para o Campus e se ela continuou aqui não tinha lá a sala definitiva com a plaquinha como tinha na Salgado Filho.

A gente fez uma campanha para ela sair e ela acabou saindo. Foi bem na época que o Diógenes era Reitor e o próprio Diógenes não simpatizava muito com a ideia de ele estar sendo monitorado por um órgão de fora, isso favoreceu também pra que a ASI nas administrações da UFRN não tivesse um peso tão grande como teve em outras Universidades (Depoimento do professor Hermano Machado Ferreira de Lima à ADURN/Sindicato, 24/05/2013).

É possível que tal medida estivesse inscrita na lógica do processo de abertura, como um gesto a comprovar a disposição do governo em reduzir os instrumentos repressivos.

Quando houve a primeira contratação de pessoal, eu verifiquei que havia um formulário, que dizia que depois de contratado pelo Reitor estava assinado, entraria em vigor após a ASI aprovação, isso era um formulário existente aqui. Eu chamei a chefe do departamento de pessoal e disse: “pode rasgar que eu não vou assinar nenhum desses, se eu assinar, sou professor de Direito, estou reconhecendo que a autoridade superior da Universidade não é o Reitor, a autoridade é o chefe da ASI, o senhor Adriel”. Eu levei ao ministro o assunto, Eduardo Portella, que se tornou meu amigo como os outros, notadamente, o general [inaudível], que me apoiou na decisão. A partir daí houve uma mudança, porque em várias universidades do país eu contei a história e rasgaram também. Creio que a Universidade foi pioneira em cortar esses contratos absurdos (Depoimento prestado por Diógenes da Cunha Lima, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 31/05/2013).

O Ex-Reitor Diógenes da Cunha Lima conta como ainda ocorria o funcionamento da ASI na UFRN já no período de abertura política no mandato presidencial de Figueiredo.

Adriel era a pessoa que tinha contato em nome da ASI sempre. [...] Ele pedia autorização para falar comigo, e trazia problemas, sobre vários, alguns que davam choques, vocês lembraram aqui o nome de Ademar de Medeiros Neto, eu fui colocar Ademar, foi um desastre. Houve outro, Danilo Lopes Bessa, Danilo foi proibido de sair e de entrar, ele estudou, foi nosso colega, e ele foi proibido de reingressar e fugiu da-

qui, proibido de reingressar em qualquer universidade federal do país. E foi, falou comigo, e eu disse: “vou mandar escrever você”. Chamei Ana Guerra e fiz o ofício, ela disse: “mas não tinha que passar pelo colegiado?”, fiz o ofício, disse: “eu aprovo, estou autorizando” e no final eu dei o diploma a ele, estava encabulado, eu dizia que ele era bacharel de longo curso, ele passou vinte e dois anos para se formar e recebeu o diploma no meu Gabinete, com altas autoridades, inclusive Rupiano Cavalcante (Depoimento prestado por Diógenes da Cunha Lima, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 31/05/2013).

Baseado em reportagem do jornal *Diário de Natal*, de 8 de junho de 1979, que trazia a denúncia do presidente eleito do diretório acadêmico do Centro de Tecnologia, Abdon Ferreira de Souza, de que a UFRN era a única universidade brasileira a manter em sua estrutura a ASI, o presidente da Comissão da Verdade da UFRN, Professor Carlos Gomes, perguntou ao Ex-Reitor por que a ASI não havia sido efetivamente extinta em sua gestão, entre os anos de 1979 e 1983.

Havia organismos nacionais, em outras universidades eu tive conhecimento, mas eu sei que tinha, porque até o contrato eles aprovavam, pelo menos durante muito tempo aprovavam o contrato de professor, e até mesmo concursado passado em primeiro lugar, como era o caso do professor Machado, recusado pela Universidade. Fui eu quem coloquei na marra, eu disse: “você deveriam ter impedido dele concorrer, no momento em que ele competiu e tirou o primeiro lugar...”. Mas havia como isso, então havia momentos de traumas de discussões, por exemplo, uma das vezes estava presente interessantes, lideranças estudantis, alunos protestando contra o sistema do restaurante universitário na reitoria, ocupou o auditório e estavam na linguagem. Me levaram lá em cima a mensagem que eles estavam esculhambando a administra-

ção, os erros da administração, a imprensa, o Reitor e por aí... E eu desci, fiz um discurso, claro, coerente, pedi a palavra, começo de vaia e alguns aplausos, perguntei se me davam a palavra e me deram, e disse: “essa é a Universidade que eu quero, protestando, falando absurdo, dizendo que está errado pra ver se conserta”. Os ouvintes ficaram espantados, entre eles quem estava presente e pode testemunhar é Mineiro, o deputado, e o vereador Hugo Manso. Então houve coisas assim, claro que eu não pretendia nem ficava, ao contrário, nunca me utilizei da ASI para qualquer serviço, serviço entre aspas, ao contrário, sofria consequências por sua presença, mas tinha como eu tinha [inaudível], como eu tinha amizade pessoal com dois dos ministros, o Eduardo Portella não trazia muito incomodo, mas ainda eu designei militares e ex-militares para algumas funções na Universidade, e isso me dava tranquilidade para [inaudível], eu tinha quatro coronéis: coronel Mosca, coronel Leal, o major que eu coloquei, a memória está ficando ruim, Cleanto Siqueira e ainda João inválido. Então, esse pessoal tratava bem a Universidade, alguns já estavam na Universidade, alguns foram mantidos e foi ampliado função. Eu tinha graves problemas quando assumi notadamente no serviço de compra da Universidade e que foi organizado pelo major João inválido, linha dura chegou lá para organizar, evitar roubos, safadezas, molecagens toda a ordem foi feita e ele deu conta do recado (Depoimento prestado por Diógenes da Cunha Lima, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 31/05/2013).

Uma matéria, publicada na *Tribuna do Norte*, em 11 de outubro de 1979, sobre as polêmicas envolvendo a ASI-UFRN, atribui ao Ministro da Educação Eduardo Portella a informação de que o governo, há algum tempo, havia se decidido a fechar as ASI universitárias. As pressões dos setores organizados da comunidade universitária, e sua repercussão pública, já haviam influenciado as

medidas de desmonte das ASI, ajudando a convencer os setores duros do governo, entre eles a comunidade de informações.

Depois que nós politizamos, a questão era denunciar que tinha um serviço de informação que vigiava os professores, que vigiava os alunos. E criou-se com esses fulanos assim de paraquedas, você criou um clima dentro da sala de aula, o aluno não se expunha porque ele não sabia se algum colega era do serviço de informação ou se o professor era, porque tinha muitos professores militares (Depoimento do professor Hermano Machado Ferreira Lima à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

Afinal, agências tão ciosas do sigilo e preocupadas em evitar vazamento de informações devem ter percebido o risco de manter as ASI – com seus arquivos repletos de documentos produzidos por vários integrantes da “comunidade” – dentro de espaços universitários cada vez mais hostis e mobilizados contra o regime militar.

[...] quando eu ingressei como professor aqui na UFRN, era um contexto de abertura política de muitos daqueles dispositivos muito elevados de repressão. Eles estavam sofrendo um processo de abrandamento. Mas isso não significa dizer que a repressão tenha desaparecido, tanto é assim que aconteceram muitas mortes de figuras importantes, inclusive Luiz Maranhão, que morreu no período Geisel, em plena abertura. Eu não posso, eu não lembro um caso assim pessoal de alguém que foi perseguido. Agora lembro sim a presença da ASI nas contratações (Depoimento do professor José Willington Germano à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

Documentos das Forças Armadas do Exército monitoravam este trabalho da imprensa na cobertura à luta dos estudantes e docentes da UFRN pela desativação da ASI:

O recrudescimento da campanha, orquestrada principalmente pelo jornal *TRIBUNA DO NORTE*, tem por objetivo sensibilizar a opinião pública e a nova direção da UFRN, no sentido de desativar aquela Assessoria de Segurança e Informações que tem contrariado pretensões de subversivos e corruptos (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_2954/79).

No ano de 1979, tem-se início o processo, lento e descontínuo, de fechamento das ASI universitárias. Foi decerto uma vitória das forças de oposição, mas incompleta.

Procurei estabelecer uma conversa, assim, um diálogo franco dizendo como me era incômodo... e ele me prometeu que determinaria que essa instituição fosse transferida para um órgão do Ministério da Educação, que existia aqui, acho que ainda existe, com o nome de Delegacia do Ministério da Saúde (Depoimento prestado pelo professor Genivaldo Barros, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 10/05/2013).

Esta AI vem acompanhando as constantes pressões exercidas na ASI-UFRN, mediante campanhas desencadeadas pelos estudantes, professores e políticos locais, objetivando a sua desativação, ou, pelo menos, a sua remoção do campus universitário, o que seria, de certa forma, o primeiro passo para sua neutralização e, talvez, desmantelamento, pois, como se sabe, os grupos oponentes visam a desarticulação dos OIs (Documento das Forças Armadas do Exército – ARE_ACE_871_80).

Contudo, matéria do jornal *Tribuna do Norte*, de 4 de dezembro de 1979, divulgou a ampliação da ASI-UFRN, que passava a atuar em todo o sistema educacional do Rio Grande do Norte, como na Escola Técnica Federal, na Secretaria Mu-

nicipal de Educação, Delegacia do MEC, Fundação José Augusto. Dessa forma, na contramão da decisão de extinção da ASI pelo MEC, na década de 80, este órgão de informação continuou a atuar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[...] permaneci na ASI até o fechamento, quando acabou o governo militar em 84, e em 85 já foi o governo civil, fechou a ASI e eu voltei para o departamento de pessoal. [...] quando a ASI fechou aqui foram recolhidos para a antiga DEMEC, através do Coronel José Renato Leite, eu não fui, eu não acompanhei, porque eu era servidor da Universidade, e aí eu optei por permanecer aqui. Voltei para o departamento de pessoal (Depoimento do servidor da UFRN, Leonel Ribeiro Sobrinho, funcionário da ASI entre os anos de 1982 e 1984, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Sobre a decisão de manter o funcionamento da ASI na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, há uma matéria do jornal *Diário de Natal*, de 1º de agosto de 1979, que foi utilizada pelo presidente da Comissão da Verdade da UFRN, Carlos Gomes, na audiência com o Ex-Reitor Diógenes da Cunha Lima, que explicou sua declaração ao veículo de comunicação.

Eu não me lembro mais disso, mas acredito que foi combinado com o ministério. Acredito que havia essa coisa e o Serviço Nacional de Informação tinha respaldo, houve momento chato em que pegaram uns arquivos meus e o SNI considerou esses arquivos meus do tempo de estudante como esquerda, que eu nunca fui, esquerda violenta, que eu nunca fui. Apenas eu protestava contra a seca, miséria, e então talvez isso foi lembrado, não tinha porque lembrar uma história dessa enquanto Reitor da Universidade (Depoimento prestado por Diógenes da Cunha Lima, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 31/05/2013).

As Forças Armadas do Exército resistiam à desativação do órgão que, para a estrutura de repressão na universidade, era de suma importância para o controle que até então vinha se exercendo, num setor vital para tranquilidade do país.

O jornal *Tribuna do Norte*, órgão de divulgação controlado por elementos bastante conhecidos dos OI, voltou a veicular em seu noticiário notícias falsas e tendenciosas em relação à ASI-UFRN, cujo objetivo é indispor aquele órgão e o seu chefe, com todos os segmentos sociais norte-rio-grandenses, a fim de neutralizar sua bem sucedida ação, contra as tentativas que continuamente são feitas pelos contestadores do regime, no sentido de transformar o campus da UFRN na primeira linha de atuação de todos os movimentos (sindicais, religiosos progressistas e estudantes) que visem à derrubada das instituições vigentes (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_7490/80).

Causa preocupação a possibilidade de, dentro do atual processo de institucionalização do País, com intuito de conquistar dividendos políticos, setores moderados, até agora alheios ao problema, passem a apoiar o movimento, inclinando-se deste modo ante a vontade de minoria atuante (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_8481/80).

Depoimentos prestados à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e reportagens dos jornais locais de grande circulação revelam que as atividades do órgão seguiram até o ano de 1986.

[...] em 1986, a ASI tava prontinha ainda, viva... Nós fomos seguidos, escoltados daqui até lá e de volta também, por representantes da ASI, que eu não sabia, embora eu tivesse alunos que vez por outra eram chamados para conversar com a ASI. Juraneide, esposa de Manoel, Rose Aimé eram minhas alunas e vez por outras eram convocadas. Mas eu jamais imaginava que em 1986, em uma campanha de Reitor, nós fôssemos escoltados com os meus apoiadores. Impressionante

como não está muito distante essa presença da ASI... 1986 (Depoimento da professora Justina Iva de Araújo Silva à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 05/07/2013).

O depoimento da professora Justina Iva é confirmado pela reportagem do jornal *Tribuna do Norte*: “A ASI continuava em funcionamento neste ano, inclusive o número de telex foi em torno de 500 até o mês de abril, dando uma média de 4,8 telégrafos diários” (TRIBUNA DO NORTE, 1986).

Concorrendo com a denúncia do jornal *Tribuna do Norte*, há, ainda, o depoimento do professor Lailson de Almeida, que foi impedido de exercer suas atividades como professor da universidade em 1978, e que, em 1985, com a edição da Emenda Constitucional nº 26, que convocava a constituinte e concedia a anistia, requereu a reintegração, sendo surpreendido pela forte atuação dos órgãos de informação na violação aos direitos humanos.

Então essa pasta tinha relatórios que eu nunca imaginaria. Tinha relatórios da ASI, da Cosern, relatório do Ministério do Exército, da Marinha, meu amigo, tinha tudo. Era um dossiê, tinha relatórios, parecer que dizia exatamente o seguinte: eu era uma pessoa de altíssima periculosidade. E jamais poderia ingressar no serviço público. Era uma pessoa não grata. Absolutamente perigosa. Inclusive, eu ainda vi lá, folhas que mostravam claramente que eu era acompanhado, relatórios codificados. De um lado com papel timbrado dizendo que era um santo e do outro que eu era o diabo. E aí? Terrível isso, não é? E coincidiu que nesse momento chegou o Coronel. O José Renato Leite. E aí eu disse assim: “Coronel, temos que resolver isso aqui”. Ele ficou muito perturbado. Inclusive, ele ficou muito perturbado. E eu disse: “olhe, este documento aqui não me serve, estou devolvendo, mas este aqui me serve”. Aí foi quando ele ficou na porta, impedindo a saída, dizendo que era um documento de propriedade pública, reservado, secreto e tal. E ficamos discutindo. Até que, eu disse: “olhe,

eu quero documento que relate sinteticamente que eu fui vetado político e ideologicamente. E eu só entrego essa pasta sob essa condição”. Eu fui bastante claro. Se não eu vou sair daqui e vou usar a força física em direito ao direito de cidadania. Aí, ele sentou-se, preparou o documento. Bateu e me entregou o documento. Eu fui um dos primeiros brasileiros a ter o ato de ofício. E aí juntei ao processo de anistia (Depoimento do professor Lailson de Almeida à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 12/07/2013).

Contudo, os reitores da UFRN deste período, como o professor Genivaldo Barros, negam conhecer a prática destas atividades dentro da Universidade:

Eu lhe digo que durante o tempo que a ASI esteve aqui, quando era Reitor, o meu relacionamento com a ASI praticamente não funcionava, a outra vez que eu procurei a ASI foi quando houve esse atentado, mas em outra oportunidade eu nunca mantive contato. Até porque eu sentia que a ASI era uma peça estranha dentro da Universidade, tanto assim que me empenhei em ir a uma pessoa que eu nem conhecia, apenas eu expliquei a minha situação. E esse, não sei bem o que era, a pessoa a quem eu me dirigi em Brasília atendeu a minha solicitação e providenciou o deslocamento da ASI pra fora (Depoimento prestado pelo professor Genivaldo Barros, Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 10/05/2013).

No entanto, depoimentos prestados por docentes à Comissão da Verdade da UFRN desmontam a versão dos reitores de desconhecimento das atividades:

Quando eu entrei aqui, eu entrei em março, eu acho que em abril ou maio, houve uma greve grande, foi uma greve que a gente saiu muito bem, com Ester Bueno dando um bom aumento a gente, e daí eu já me associei a ADURN e já fazia

“ponte” daqui para Natal, que o representante era até Ricardo Pinheiro aqui e eu me lembro que eu fui a uma assembleia da ADURN em Natal e depois dessa assembleia houve um negócio no calçadão, nesse tempo tinha um calçadão na João Pessoa, né? E houve ali uma reunião da gente. E quando eu cheguei a Caicó e isso eu não sei se é verdade, tinha um filho da mãe aqui, professor que era filho de um militar, ele veio me dizer que o meu nome está no quartel porque eu estava participando de um ato público em Natal [bate com a chave do carro na cadeira que está sentando], fui fotografado etc. (Depoimento do professor Dirceu Ribeiro de Faria à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em audiência no CERES, Caicó/RN, 05/06/2013).

Eu fui presa em 86, como é que não existia a ASI? [...] Sugerir também informalmente à Comissão de pensar, em saber também quando o senhor tiver a oportunidade de explicar como eram nomeados os representantes da ASI, eram atos da Universidade através de portarias, eram pessoas que já vinham pelo ministério com documentos porque assim fica difícil acreditar. Como é que a autoridade máxima da Universidade não sabe como eles foram feitos, não sabe o que eles fazem, mas para alguns momentos, para outros a frase é diferente, eu tinha reunião periódica a pedido deles (Intervenção da professora Maria da Conceição Fraga, pró-reitora de extensão, em audiência realizada pela Comissão da Verdade da UFRN).

A permanência das atividades da ASI na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mesmo após sua extinção, demonstra a radicalização de setores das Forças Armadas que tentaram barrar o processo de redemocratização. A atuação da ASI, com sede dentro ou fora do *campus* da Universidade, causava um constrangimento, tensão e um clima que, se não fosse de terror, pelo menos de intimidação clara ao exercício democrático das reivindicações estudantis, de professores e funcionários.

Nesse período, mais precisamente entre os anos de 1969 e 1973, foram punidas diretamente com o Decreto-Lei nº 477 um total de 263 pessoas. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estudantes e professores foram enquadrados pelo decreto, mas apenas Rinaldo Claudino de Barro sofreu punição. O professor foi enquadrado em vários inquéritos, processado e condenado sob a alegação de subversão, pelo que não resta qualquer dúvida de que as restrições que ocorriam em relação ao mesmo tinham cunho eminentemente ideológico, podendo ser colocado entre os envolvidos em processos que ensejam o enquadramento na Lei de Anistia, com as consequências legais.

O resultado de mais de duas décadas de regime ditatorial foi um Brasil com 1.069 mandatos populares cassados; 3.860 servidores públicos demitidos ou aposentados; cerca de 500 mil brasileiros presos ou detidos por motivação política; 10 mil cidadãos forçados ao exílio; 130 foram banidos; 200 mortos por tortura ou choques armados com as Forças de Repressão; 122 desaparecidos.

Esse era o trágico quadro da vida nacional, um relato do que foram os longos 21 anos de arbítrio, praticados sob a égide da mais esdrúxula legislação de exceção de que se tem notícia e da penosa luta das Forças Democráticas pela restauração do Estado de Direito. Diversos cidadãos e cidadãs brasileiros sofriam na própria pele a opressão política e o desrespeito aos mínimos padrões da dignidade humana.

2 NOVO SINDICALISMO

As mudanças radicais e violentas provocadas pelos militares acabaram criando uma situação que obrigou grupos políticos, instituições da sociedade civil, igrejas e o movimento popular e sindical a repensar sua função e sua atuação.

Ao fim da década de 1970, com o crescimento das evidências de crise do modelo econômico da ditadura e a manipulação das dissidências no interior do próprio bloco no poder, os governos militares iniciaram uma transição lenta e gradual para volta dos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma de medidas liberalizantes, como o fim do AI-5, em 1978; a anistia política, em 1979 e a reorganização partidária (MATTOS, 2002).

O contexto sociopolítico brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1970 se encontrava em ebulição. As contradições decorrentes da ditadura militar imposta pelo golpe de 1964 se acirram e, paulatinamente, segmentos da sociedade civil brasileira começam a levar suas inquietudes para as ruas, ou seja, começam a contestar, desde seus locais de residência até os locais de trabalho.

A ditadura de 64 movimentou efetivamente a sociedade. Desenvolveu sua economia, modificando o estágio das forças produtivas, a ocupação do território e a distribuição espacial da população. Diferenciou-a em termos estruturais e funcionais, com o que impulsionou a reorganização dos interesses e o associativismo. Deformou-a socialmente, aumentando a miséria, interferindo no modo de vida das pessoas e alterando padrões de relacionamento, fatos que incrementaram a tensão.

Entre os anos de 73 e 74, que marcam o fim do período mais duro da repressão, quando da “operação limpeza”, que varreu, um a um, os diversos grupos que ofereciam resistência ao regime (operários, estudantes, professores, intelectuais, setores da Igreja, guerrilheiros), entra em declínio o chamado *milagre*, acompanhando a retração da economia mundial e a crise do petróleo.

O movimento estudantil e dos docentes, a imprensa e amplos setores da Igreja Católica somam-se aos liberais na denúncia do arbítrio, do desrespeito aos direitos humanos. Setores das forças armadas manifestam preocupação diante da falta de legitimidade do governo militar e as divisões internas transparecem para fora dos quartéis.

Neste contexto, tem-se início a luta pela reposição das perdas salariais sofridas pelos trabalhadores e afloram os movimentos sociais. A realização de greves representa, dessa forma, o reaparecimento do movimento sindical na cena política do país.

Inicialmente, as reivindicações dos trabalhadores se concentraram em reajustes salariais. Contudo, à medida que o movimento grevista adquiriu força, amplia-se a pauta de reivindicações, exigindo mudanças políticas, entre elas a

abolição do controle governamental sobre os sindicatos, restabelecimento do direito de greve e a livre negociação com os empregadores.

As profundas transformações da conjuntura econômica e social têm profundas repercussões também nos meios acadêmicos. O movimento docente surge nesta época como um dos novos movimentos sociais urbanos.

Nas universidades, em virtude do aumento do número de alunos, houve a necessidade de um número crescente de professores, com frequência sem a formação acadêmica que seria considerada ideal, enfim, sem uma carreira docente estrita. A carreira passou a ser feita no exercício profissional. Isso vai fazer com que a questão salarial e de carreira dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior passe a ter importância fundamental para a consolidação do Movimento Docente nos anos 80.

Contudo, as questões de natureza econômica (luta por melhores salários, condições de trabalho, carreira docente) não se dissociavam das questões políticas. A ambiguidade da categoria docente, explicada em grande parte por sua origem burguesa e pequeno burguesa (classe média), fez com que se evidenciasse mais o discurso político.

Os professores universitários passam, assim, a se mobilizar em três patamares. O primeiro era de mobilização, aquele que unia a todos, era o da luta política geral pela democracia, pela revogação das leis de exceção, pela reintegração dos docentes cassados pelo regime autoritário, pela anistia *ampla, geral e irrestrita*.

O segundo patamar era o da luta sindical geral, que era parte da luta mais ampla. Muitos líderes do Movimento Docente estavam atentos ao surgimento do que se passou a chamar de *novo sindicalismo*, o sindicalismo de massas que aflorou na região do ABC paulista, no movimento dos metalúrgicos.

E o terceiro era a questão da luta específica em defesa do ensino público e gratuito, contrapondo-se à política oficial privatizante. Os docentes estabeleciam uma ligação profunda entre a luta pela democratização da sociedade e

a busca de democracia interna, como um exercício do direito de cidadania. A universidade pública passou a ser defendida como a universidade democrática.

No início da década de 80, as greves das Instituições de Ensino Superior, em virtude da redução do valor real dos salários dos professores, marcaram o movimento, dando-lhe o caráter de confronto, cada vez mais aberto, com a política econômica e educacional do governo.

Ao longo do governo Figueiredo, a ditadura militar perdeu legitimidade social e sofreu desgaste político. Mas ainda assim houve ameaças de retrocesso devido à radicalização de setores das Forças Armadas que tentaram barrar o processo de redemocratização, dando continuidade às perseguições políticas aos opositores.

[...] lembro que eu fui a uma assembleia da ADURN em Natal e depois dessa assembleia houve um negócio no calçadão, nesse tempo tinha um calçadão na João Pessoa, né? E houve ali uma reunião da gente. E quando eu cheguei a Caicó e isso eu não sei se é verdade, tinha um filho da mãe aqui, professor que era filho de um militar, ele veio me dizer que o meu nome está no quartel porque eu estava participando de um ato público em Natal [bate com a chave do carro na cadeira que está sentando], fui fotografado etc. etc., quase que eu morro de medo (Depoimento do professor Dirceu Ribeiro de Faria à Comissão da Verdade da UFRN em audiência realizada no CERES de Caicó, 05/06/2013).

Tudo isso foi fortalecendo a ideia da criação de uma Associação Nacional que congregaria todos os docentes do ensino superior do país e lutaria, não só por suas reivindicações salariais, mas também para divulgar a visão da sociedade por eles defendida e seus ideais reguladores.

Como afirma o professor Antônio Spinelli, em depoimento à ADURN/Sindicato, passar de um problema relativo a uma esfera específica da sociedade a um

problema da sociedade toda exige que os líderes dos movimentos sociais ajam com criatividade e imaginação.

Havia uma simpatia muito grande por parte da população em relação ao nosso movimento, a gente percebia isso. E fizemos uma coisa assim com muita criatividade, com encenações, eu me lembro de que tinha gente fantasiada. O Juca, nessa manifestação de rua se caracterizou como a ministra da educação, na época a ministra era Ester Figueiredo, uma durona. Então ele se caracterizou de salto alto, de vestido, todo maquiado... E assim, foi muito engraçado, né? Fez o maior sucesso. As pessoas adoravam naquela época esse tipo de coisa (Depoimento do professor Antônio Carlos de Souza Spinelli à ADURN/Sindicato, 23/05/2013).

Enfim, uma Associação Nacional, poderia “traduzir” com mais facilidade e maior repercussão os anseios daquele grupo e sua visão de sociedade, não só entre os docentes do ensino superior, mas para a população brasileira como um todo.

Estavam postos, também, os três fatores macropolíticos que incidem diretamente na formação do movimento social: estrutura de oportunidades políticas; aparição de crises políticas e situações de enfrentamento; e ausência do uso restritivo da repressão estatal.

Enfim, estavam dadas as condições para a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES).

Ao término do último semestre de 82, a ANDES foi a organização que mais cresceu no MU. Atuando aos moldes de uma central sindical da classe, desenvolveu um trabalho sistemático unificando as bandeiras a serem definidas pela categoria. Explorando as falhas e deficiências dos estabelecimentos de ensino, as Associações de Docentes (ADs) voltaram-se contra a universidade, apresentando-a como o “aparelho de Estado

responsável pela transformação da ideologia burguesa e reprodutora das classes dominantes”. Uma instituição “atrelada”, falida e incapaz de buscar e gerar conhecimentos. Com este embasamento, aliou-se à UNE, Servidores e outras entidades de ensino médio, tornando-se, com o apoio de outros segmentos ativistas, num substancial elemento de pressão contra o modelo educacional em vigor (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_26720/82).

O ressurgimento do novo movimento sindical e grevista foi o fato mais relevante na conquista da democracia no Brasil. Além de fazer de letra morta a legislação sindical repressiva, inicia um processo de rompimento com as amarras do arrocho salarial.

Nós fizemos algumas greves históricas. O direito de greve não era reconhecido, então essas greves foram feitas em condições difíceis. Procurávamos ativamente o apoio da sociedade civil, encontramos esse apoio por parte de outras Entidades, nós chegamos até a fazer manifestações de rua, inclusive, no Centro da cidade. Foram manifestações com o espírito muito combativo (Depoimento do professor Antônio Carlos de Souza Spinelli à ADURN/Sindicato, 23/05/2013).

A luta iniciada pelo novo sindicalismo, a partir de 1978, vem acompanhada de uma reivindicação fundamental: a necessidade de liberdade sindical, apontando para o fim da estrutura sindical vertical, para plena autonomia dos sindicatos na gestão das suas organizações de classe e para a exclusão de qualquer vínculo com o Estado.

A novidade do movimento sindical começa a se expressar e disputa contra o velho sindicalismo corporativista, assistencialista, paternalista e dependente.

Muita gente ainda pode se perguntar hoje o porquê da ADURN e da APURN, Associação dos Docentes e Associação dos Professores.

res. Na época, discutimos isso, a possibilidade de nos associarmos a uma associação já existente. Mas a APURN era uma associação que naquela época era completamente cooptada pelo Regime. Para vocês terem uma ideia, o presidente da APURN naquela época tinha um carro oficial para pegá-lo em casa e trazer para o trabalho. Então assim... Era uma associação puramente recreativa, como ainda hoje é (Depoimento do professor Lúcio Flávio Souza Moreira à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

Assim, diversos segmentos da sociedade brasileira retomam sua capacidade de mobilização. Neste contexto, os intelectuais das universidades brasileiras começam a se organizar. Lideranças de professores de todas as regiões do país realizam encontros com o objetivo de criar Associações de Docentes do Ensino Superior (ADs) como espaço de defesa dos interesses trabalhistas da categoria e de discussão sobre temas ligados às universidades.

Pra mim foi um dos momentos mais bonitos aqui da história da Universidade e da construção da democracia, foi aquele momento de construção da ADURN, cujo primeiro presidente está aqui, o professor Hermano Machado Ferreira Lima (Depoimento do professor José Willington Germano à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

As ADs, no interior das universidades, a princípio, são bem aceitas pelas autoridades administrativas e governamentais, mesmo que reivindiquem aumento de salários, carreira docente e benefícios corporativos em geral. No entanto, no momento em que se integram entre si e começam a propor outro papel histórico para a universidade, surgem os primeiros atritos significativos.

E aí seguiu mobilizações, greves, assembleias concorridíssimas, na qual havia uma tensão muito grande entre um grupo que buscava renovação, buscava a democratização e o grupo que era herdeiro de todo esse contexto passado, não diria nem “passo”, desse contexto autoritário (Depoimento do professor José Willington Germano à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 24/05/2013).

O conflito se estabelece porque o movimento que nasce tem, agora, um caráter essencialmente político e passa a apresentar, inclusive, “ideais reguladores” para a sociedade, e, desta forma, começa a representar uma ameaça real de influência política.

Com essa nova característica, o Movimento Docente (MD) se fortalece e se impõe como um sujeito coletivo organizado de forma autônoma em relação ao governo e, apesar de conter em si mesmo profundas ambiguidades, ele surge, na segunda metade dos anos 70, como um dos novos movimentos sociais urbanos (SAES, 1984).

As ADs se propõem, então, a influir para a mudança da universidade, bem como das relações entre universidade e sociedade. Elas passam a responder politicamente às mudanças que estão ocorrendo no país.

Neste período, os Encontros Nacionais de ADs (ENADs) tiveram importância decisiva na integração e consolidação do Movimento Docente nacional. E, como afirma Coelho (1996, p. 37), esse “não foi um movimento precipitado. Pelo contrário, os líderes do Movimento Docente tinham a preocupação de que o processo se construísse de forma participativa, pela organização nos próprios locais de trabalho, dentro de cada Instituição de Ensino Superior (IES)”.

O mesmo autor observa, também, que houve predominância de questões de natureza política ampla (nacional) sobre questões mais específicas (locais). Este caráter amplo do movimento pode ser a explicação da integração, sem grande resistência, das ADs locais ao Movimento Docente nacional.

Assim, no final da década de 70, o Movimento Docente consolida-se nacionalmente. “A sociedade e os professores aí incluídos acabam por chegar à conclusão de que se esgotara um ciclo de regime autoritário e que não era mais possível que a imposição pela força, que a falta de participação política, que a repressão, ditassem os rumos gerais de uma sociedade já então muito mais complexa, muito mais diferenciada, que havia evoluído de 1964 a 1978” (MACIEL, 1991, p. 69).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a tendência não foi diferente. Apesar de já existir uma unidade representativa dos professores,

a Associação dos Professores Universitários (APURN), a entidade tinha como finalidade o fomento à cultura e ao lazer. Então, em 1979, os professores idealizaram a criação da Associação dos Docentes da UFRN (ADURN), uma entidade de defesa dos direitos profissionais e trabalhistas dos professores.

O nome sindicato naquela época era proscrito. Sindicato era coisa de comunista, era coisa de subversivo. Era coisa de gente que não concordava com o que eles chamavam de ‘gloriosa revolução’ e que nós chamávamos de ‘o maldito golpe militar’, feito por uma grande quantidade de militares, mas apoiado por uma parcela imensa da sociedade, que alguns deles sobrevivem até hoje (Depoimento do Professor Lúcio Flávio Souza Moreira à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

3 CRIAÇÃO DA ADURN

Com a inauguração de um novo ciclo político da história brasileira, no ano de 1979, marcado por uma intensa ampliação da participação e da cidadania que geraria o acúmulo de forças necessário para sustentar a redemocratização, tem-se a emergência dos trabalhadores, intelectuais e estudantes como atores políticos e o ressurgimento das organizações partidárias e sociais.

O processo de Fundação da ADURN se deu ainda no período da Ditadura, em 1979. Embora já fosse o período da abertura política e a anistia no começo de 79 já tivesse sido decretada, era um período ainda duro, difícil. O governo não conhecia na prática, amplamente, o direito de sindicalização. Aliás, a ADURN ao ser criada não era Sindicato, era uma associação, não podia tomar essa forma de Sindicato. As dificuldades iniciais já se colocam aí (Depoimento do professor Antônio Carlos de Souza Spinelli à ADURN/Sindicato, 23/05/2013).

Em depoimento à ADURN/Sindicato, o Professor Roberto Hugo explica a intenção do Movimento Docente com a fundação da ADURN na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1979.

Era de construir uma coisa nova. De fazer um sindicalismo que rompia um pouco com a tradição mais centralizadora e burocrática dos sindicatos oficiais, que tinham uma natureza mais democrática. Isso foi uma coisa que tomou muita força em 80 com a primeira greve. E isso já foi no bojo da formação da Andes, ela era uma Seção Sindical ampla e a coisa de fato nova ali era que, como a universidade era assim: os reitores eram indicados pelo Regime Militar, os órgãos colegiados eram formados basicamente pelo Reitor, era tudo muito centralizado e as dimensões da universidade eram formadas pelo Regime Militar (Depoimento do professor Roberto Hugo Bielschowsky à ADURN/Sindicato, 15/07/2013).

Apesar do nascimento no bojo de abertura política, a professora Vera Amaral fala sobre o clima de insegurança e medo que ainda perdurava no final da década de 1970.

Mesmo depois da eleição de Tancredo a gente ainda não tinha muita confiança, era uma democracia muito nova ainda, então acho que a ADURN foi uma coisa muito ousada para ela surgir em 79, sobretudo no tipo de reitoria que a gente tinha na época (Depoimento da professora Vera Lúcia do Amaral à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

A solenidade de fundação aconteceu em 15 de agosto, com registro em cartório a partir de 22 de fevereiro de 1980. A reunião de formação da entidade aconteceu no auditório da antiga Escola de Música localizada na Praça Pedro Velho, em Petrópolis, quando uma nova página do Movimento Docente no Estado começava a ser escrita por um grupo de 200 professores.

Na abertura dos trabalhos, o professor José Eduardo Moura, que presidia a reunião, convidou a professora Wilma Fernandes Grossmann Cabral para secretariar o evento. Em seguida, falou Hermano Machado, que fora um dos principais arquitetos do movimento pró-associação docente e que estivera presente

na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde 30 associações docentes discutiram e aprovaram a ideia da necessidade de se criar uma rede de associações docentes a fim de melhor organizar os professores universitários nas suas lutas trabalhistas e políticas. Hermano defendeu a tese de que as limitações, inclusive jurídicas, da APURN, exigiam que os professores optassem pela fundação da associação docente.

O professor Waldson Pinheiro defendeu que a associação docente tivesse o caráter estadual. Por proposição do professor Carlos Eduardo Lins da Silva, a reunião se transformou em assembleia de fundação da associação local. A decisão acatada pelo presidente da assembleia, o professor José Eduardo Moura, afluíram os debates. Martin Tygel propôs a criação de uma comissão provisória para escrever os estatutos da entidade que nascia, enquanto o professor Antônio Spinelli defendia a ideia de que se elegeisse uma comissão ou diretoria, com seis membros para que estes organizassem a formação da nova associação docente.

A assembleia deliberou, então, por uma diretoria provisória, formada por Hermano Machado, eleito presidente; José Eduardo Moura; Carlos Eduardo Lins da Silva; Maria Salete Machado Coelho, Martin Tygel e Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade. Essa diretoria teria como tarefa a construção do Estatuto da Associação dos Docentes da UFRN.

Foi uma assembleia bastante ampla, tinha muita gente, houve uma adesão muito forte, embora houvesse um setor conservador que resistia à criação da própria entidade e continuou resistindo por muito tempo, embora a entidade a cada dia ganhasse mais legitimidade (Depoimento do professor Lúcio Flávio Souza Moreira à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

Então a ADURN nasce aí, no final de 79, quando a primeira diretoria é eleita e ainda em um ambiente, embora de extensão política que se inicia em 76, mas ainda muito conturbado. A ASI ainda estava atuando fortemente. A ASI cooptava

peessoas humildes, mas nesse ambiente a ADURN se instala e a gente começa a lutar pela democratização, no caso não era 're' porque nunca tinha sido democratizado, a redemocratização do Brasil sim, mas a democratização da Universidade. E a luta em todos os campos, em todas as áreas (Depoimento do professor Antônio Carlos de Souza Spinelli à ADURN/Sindicato, 23/05/2013).

Havia uma preocupação muito grande em construir a Entidade pela base, ou seja, a partir dos departamentos, pelos centros.

Reunir os professores por departamentos e por centros, em reuniões amplas e criar realmente uma estrutura de base, algo que tivesse uma legitimidade dentro do próprio corpo docente, até porque havia uma resistência local da administração e de grupos de professores, então foi preciso discutir na própria base para construir a Entidade, não foi uma coisa de cúpula. Tanto que a assembleia de fundação foi muito representativa. Apesar de todas essas restrições, havia uma grande representatividade (Depoimento do professor Antônio Carlos de Souza Spinelli à ADURN/Sindicato, 23/05/2013).

Entre os objetivos da entidade, expresso em seu regimento, destaca-se a defesa da educação enquanto um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades populares, assegurando o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos, bem como a análise da política educacional, científica e cultural brasileira e a manifestação sobre ela, principalmente no que se refere ao peculiar interesse da educação superior e ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

Então, a ADURN já surge com essa característica não apenas de lutar pelos interesses da categoria, mas ao lado disso, nós também lutávamos pela democracia, pelo fim do regime, contra a ditadura militar e pela instauração de um regime demo-

crático. Foi uma luta difícil (Depoimento do professor Antônio Carlos de Souza Spinelli à ADURN/Sindicato, 23/05/2013).

Como entidade de defesa dos direitos profissionais e trabalhistas dos docentes, a ADURN traz também a luta por melhores condições de trabalho e por um padrão único de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão para todos os Campi da UFRN e para as Instituições de Ensino Superior do país; a promoção de estudos, seminários e reuniões visando o aprimoramento do ensino superior e de sua articulação com os demais níveis de ensino; a busca pela integração das entidades representativas de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos na área da educação, cultura, ciência e tecnologia; a busca pela integração com entidades representativas de professores dos demais níveis de ensino, trabalhadores em geral e de outros setores organizados de sua base territorial, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro; a divulgação para a sociedade dos problemas da educação superior, visando obter apoio para a sua solução; e trabalhar no sentido de conscientizar a sociedade quanto ao papel e importância da universidade pública.

Tinha essas duas ordens de questões: democracia de um lado e do outro lado as condições de trabalho. Também tinha um viés muito importante naquele momento, da especificidade da universidade como uma universidade pública, então não eram trabalhadores que estavam em uma luta direta pelo capital. De fato eles se colocavam como trabalhadores em um setor do estado que a gente quer autonomia, mas o produto do nosso trabalho é uma coisa que nos interessa (Depoimento do Professor Roberto Hugo Bielschowsky à ADURN/Sindicato, 15/07/2013).

Para a Professora Vera Amaral, as propostas apresentadas pela associação aglutinavam os docentes de diferentes correntes políticas e ideológicas.

As pessoas se identificaram muito com a proposta da associação porque era uma coisa de uma visão maior do que a coi-

sa individual do sindicato. Visava a melhoria da universidade pública brasileira, visava discutir essa universidade pública brasileira, eu acho que isso foi meio que um atrativo para as pessoas se juntarem ao redor da ADURN (Depoimento da Professora Vera Amaral à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

Dessa forma, a ADURN começou a construir a sua história e a participar da história da UFRN, trazendo entre seus princípios a luta por uma universidade pública, laica, gratuita e de qualidade, e o aprimoramento e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Desde 1979, ano de abertura política, que se procura criar, na Universidade, um movimento político, tendo como tese a defender as estruturas do poder, a democratização das universidades, a autonomia universitária, melhores condições de ensino e o ensino público e gratuito para todos (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_27887/82).

Entre as primeiras ações da entidade, destaca-se o papel desempenhado na busca pela democratização da universidade e consequente escolha de Reitor e demais cargos de direção pelo voto direto da comunidade universitária.

A ADURN teve esse grande mérito de entrar no bojo do movimento de democratização, de levantar grandes questões da universidade pública. Mas, evidentemente também reivindicávamos salários e condições de trabalho melhores (Depoimento do professor Roberto Hugo Bielschowsky à ADURN/Sindicato, 15/07/2013).

Contudo, como afirma Vieira (1996), para atuar dentro de uma perspectiva política que entenda o mundo como uma sociedade global, um todo integrado, os sindicatos devem ir além da simples representação trabalhista e das lutas corporativas. É como afirma Hínrich Ötjen:

A fim de manterem sua importância, os sindicatos devem, pelo menos, organizar a discussão política desses conflitos de interesse. Do contrário, os trabalhadores serão mais atraídos para os movimentos novos, nos quais veem refletidos seus diferentes interesses, do que para os sindicatos (ÖTJEN, 1992 apud VIEIRA, 1996, p. 111).

Assim, no cenário político do Estado do Rio Grande do Norte, a ADURN passa a participar ativamente das lutas da sociedade que exigia mais liberdade, mais democracia e, sobretudo, mais verba para a educação e autonomia universitária. A entidade se fez presente nas lutas pela conquista do Estado democrático de direito, na campanha pela Anistia, nas Diretas Já e no Fora Collor.

Foi protagonista, também, no desenvolvimento da educação pública brasileira, através da democratização da universidade, da luta pela valorização do professor, no incentivo tecnológico e na busca constante da melhoria da qualidade no ensino. Princípios que foram reafirmados ao longo dos anos na reestruturação da carreira docente, ganhos salariais pela via jurídica, por greves e por meses de negociações, verbas para a universidade, derrubada de vetos ao Regime Jurídico Único (RJU) e sua manutenção quando da criação do “emprego público”.

A ADURN, como entidade, atravessou momentos fundamentais na história recente do país. A redemocratização, a volta dos direitos dos trabalhadores, sob a forma de possibilidade de sindicalização do funcionalismo público, a luta pela universidade pública e gratuita, o enfrentamento às políticas neoliberais na década de 90, e o sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Viveu e vivenciou conjunturas difíceis desde um processo inflacionário galopante, até o desmonte da estrutura estatal brasileira.

4 GREVES NAS UNIVERSIDADES

Neste contexto de emergência da categoria docente, as ADs de diversos estados realizam uma greve que marcou o caráter sindical do movimento. En-

fatizam-se as questões gerais da política educacional, buscando mostrar que o movimento não se restringia às reivindicações salariais para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Neste quadro, se coloca o movimento dos professores universitários, vinculado aos demais movimentos populares que se desenvolvem nos diferentes níveis da sociedade civil. Lutar por uma nova Universidade passa a significar lutar por uma nova sociedade brasileira. “[...] foi um momento de muita articulação, de muita reunião e começaram a surgir os primeiros brados para uma luta pela redemocratização do Brasil” (Depoimento do professor Lúcio Flávio Souza Moreira à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

Esta primeira greve revelou, assim, que dentro da velha universidade começava a germinar uma nova visão de universidade e foi extremamente importante do ponto de vista da consolidação de uma organização nacional dos professores universitários.

O Movimento Docente passa a viver uma tensão interna. Para ganhar forças e obter conquistas frente ao governo autoritário que persistia em existir, era fundamental manter a unidade do movimento. Daí porque defendia documento da ADURN, datado de 1982, a necessidade de uma reflexão sobre o papel do Movimento Docente na sociedade, visando assumir uma posição de real comprometimento com as lutas gerais da população, participando efetivamente nos ENCLATs e CONCLATs.

A gente se reunia absolutamente com medo do que podia acontecer, com medo que entre a gente estivessem pessoas do Sistema Nacional de Informação da Ditadura infiltrados. Sabíamos que muitos deles eram colegas nossos, eram infiltrados como colegas, estavam dentro das salas de aula para fiscalizar não só os alunos, como os professores. Eram um período de absolutamente muito medo. Medo real, porque uma simples denuncia podia implicar em situações muito dramáticas, que podia levar à prisão e dentro dessa prisão tudo

poderia acontecer (Depoimento do professor Lúcio Flávio Souza Moreira à ADURN/Sindicato, 19/07/2013).

Em 1981, é deflagrada uma greve por estudantes e professores, que exigia a suplementação de verba para universidade (naquele tempo faltava até energia, por falta de pagamento, reagente nos laboratórios de química, não tinha corpo docente suficiente, a maioria era temporário, a universidade cobrava cada vez mais taxas dos alunos), havia um risco de implantação do ensino pago nas universidades federais.

De 11 a 30 NOV 81, a ANDES coordenou uma greve nacional envolvendo 23 das 27 IES autárquicas por:

- a. reposição salarial de 45% retroativa a MAR 81;
- b. reajuste semestral; e
- c. enquadramento dos professores colaboradores contratados em 1980. O movimento em si foi um sucesso; os itens foram parcialmente atendidos. O Governo deu um aumento diferenciado; e a ANDES, com o apoio principalmente dos partidos oposicionistas, transformou o Legislativo em caixa de ressonância de suas reivindicações, fortalecendo ainda mais a entidade junto às suas bases e a nível nacional (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_26720/82).

A politização do movimento universitário e seu consequente desdobramento para arena política nacional começa a se afirmar. O encaminhamento das reivindicações não tem por fim buscar soluções para os problemas, mas utilizá-las como instrumento de unidade e pensamento, ação capaz de influenciar nos rumos da Universidade (Documento das Forças Armadas do Exército – AC_ACE_26720/82).

O agravamento da crise política do estado e a situação salarial muito difícil influíram para que o Movimento Docente fortalecesse sua unidade interna e buscasse apoio na sociedade civil.

Algumas conquistas, a gente conseguiu aqui na UFRN. Uma delas foi a escolha de gestores pelos pares. Até 1982, chefes de departamento, diretores de centro e o Reitor não eram eleitos pela comunidade, eram escolhidos pelos colegiados. A primeira eleição direta para eleição de um chefe de departamento se deu exatamente no curso de Serviço Social, quando eu disputei, nós conseguimos. A partir daí o CCSA teve um papel muito importante, era o centro mais articulado no campo dos gestores e dos professores. E nós conseguimos em 1985 fazer um movimento aqui chamado “Movimento de Emaús”. Nós começamos a discutir a descentralização orçamentária financeira, a democratização da gestão na Universidade. Esse movimento surgiu no CCSA, mas depois os demais departamentos e centros foram envolvidos. E nós elaboramos o estatuto da Universidade, que na época era o Reitor Genivaldo Barros. Ele nomeou uma comissão para reelaborar o estatuto da universidade e nós nos articulamos de modo que fizemos os representantes dos colegiados nos centros e este documento que foi elaborado por uma comissão, a gente previamente se encontrava, os representantes do CONSEPE, e trabalhava os artigos que deveriam ser votados na reunião seguinte do conselho superior. A gente formatava uma nova proposta e assim conseguimos que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tivesse o estatuto considerado como o mais avançado de todas as instituições públicas do Brasil. E também lutamos muito para que a eleição do Reitor não fosse apenas uma deliberação do colegiado, mas que a comunidade universitária passasse a participar ativamente no processo (Depoimento da professora Justina Iva de Araújo Silva à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 05/07/2013).

Neste sentido, 1984 é um ano decisivo na consolidação do Movimento Docente. Trava-se o maior confronto, a maior greve, até então, na universidade brasileira, de 84 dias, e se estabelece as bases para uma série de mudanças que vai se dá a partir de 1985.

Eu acho que a maior conquista daquele tempo, foi a conquista da carreira. Nós conseguimos depois de muita luta, de greves memoráveis, nós conseguimos que o Governo Federal enviasse ao congresso uma proposta de carreira para os docentes universitários (Depoimento do professor Antônio Carlos de Souza Spinelli à ADURN/Sindicato, 23/05/2013).

Contudo, apesar de encaminhada a transição da ditadura para o regime democrático, a perseguição e a violação à intimidade dos opositores ainda era uma realidade. Em 1980, o Serviço Nacional de Informação (SNI) lista os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte acusados de infiltração nos sindicatos, federações, confederações, associações de classe, particularmente nos cargos de direção: Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade, Carlos Eduardo Lins da Silva, Hermano Machado Ferreira Lima, Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade, Jardelino de Lucena Filho, José Sanderson Deodato Fernandes de Negreiros, José Willington Germano, Lambertus Bogaard, Márcio José Capriglione, Maria Emilia Yamamoto, Oswaldo Hajime Yamamoto, Tarcísio Alves da Costa, Paulo de Medeiros Rocha, Ronald Lima do Gois, Hector Bernardo Duvidovich, Terezinha de Queiroz Aranha, Vera Lúcia Amaral de Medeiros Rocha e Woden Coutinho Madruga.

No mesmo documento, as Forças Armadas fazem uma análise da atuação do Movimento Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte a partir da criação da ADURN:

Embora seja reduzida a infiltração esquerdista no corpo docente da Universidade, sentida de maneira subjetiva, podemos dizer que o movimento de “esquerdistas” modificou suas ações devido ao procedimento enérgico do atual Reitor - Diógenes da Cunha Lima Filho, desativando as organizações de cúpula, situadas em alguns Centros de Ensino, que vinham recrutando Professores de outras Universidades, comprometidos com a subversão. Assim, liderados pelo Professor JARDELINO DE LUCENA FILHO – Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, líder católico, e aliado a grupos político-partidários remanescentes do MDB, refi-

zeram seus planos e partiram para outras ações, levantando bandeiras como: organização de Associações Docentes, desativação dos órgãos de Informações, reivindicações salariais, crítica ao Sistema de Ensino, Sistema Universitário, Autarquia Especial etc. Tem-se sentido uma grande aproximação do grupo junto aos Diretórios Acadêmicos, principalmente ao DCE que não tem existência legal na Universidade, mas que é apoiado pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis, na tentativa de neutralizá-lo. Outro movimento que tem atuado fortemente como bandeiras, e, o grande número de Encontros, Congressos, Simpósios etc. todos com temas de atualidade e de grande repercussão junto às massas, principalmente ao meio universitário (Documento do Serviço Nacional de Informação, datado de abril de 1980 – ARE_ACE_979_80_001).

A partir de 1988, tem-se uma nova situação política estabelecida pela Constituição de outubro, com eleição direta do presidente da República em 1989, onde as camadas e setores dominantes da sociedade brasileira conseguem superar uma crise e equacionar democraticamente a subordinação da economia nacional à nova ordem internacional. Esta nova conjuntura se caracteriza pela forma aberta em que passa a se dar a luta de classes.

[...] as universidades se mantiveram e foi, digamos assim, a célula, a vela que estava no final do túnel e diz: “tudo começa por aqui, e aqui é a porta da saída”, por mais que perseguidos que foram muitos professores, perseguiram muitos professores e de todos os cursos das universidades. Mas não conseguiram apagar a universidade. Por isso é uma instituição séria. Porque aquela briga de indicar os reitores e depois os reitores começaram... Esses grupos de pessoas, muitos da universidade sofreram essa perseguição (Depoimento do professor João Batista de Brito à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em audiência no CERES/Caicó, 17/09/2013).

Voltando atrás, tive que agir rapidamente com dificuldades enormes para dentro dos preceitos do estatuto, eleger todos os colegiados da Universidade. E foi feito, com dificuldade grande, mas foi feito (Depoimento do Ex-Reitor da UFRN, Daladier Cunha Lima, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 14/06/2013).

5 CONCLUSÃO

Em abril de 1964, após a instauração do regime militar no país, o Ministro de Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, instituiu as comissões especiais de investigação sumária nas universidades brasileiras, através de portaria específica baixada pelo MEC. Baseado neste documento, determinou-se a averiguação de atos de subversão no interior das Universidades, bem como a indicação dos nomes dos responsáveis por tais atos, para dar início a inquéritos que permitissem estabelecer a consonância necessária entre as universidades e o regime ditatorial naquele ano.

A violência cometida contra a autonomia das instituições de ensino e contra o direito à liberdade de pensamento e expressão de cada um de seus membros fora legitimada nos mais diversos *campi* do país.

Sem minimizar as medidas repressivas desencadeadas pelo regime militar em 1964, com a finalidade de implantar o controle ideológico e sustar a pretensa subversão política da atividade universitária, bem como o alcance intimidatório das demais formas de pressão política, como a constante ameaça de delação, denúncia, de tensão, prisão e processo, as demissões diretas por força do Ato Institucional foram limitadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As investigações da comissão mostram a dimensão da tarefa que a sociedade e o Estado brasileiro têm pela frente. Documentos das Forças do Exército e os depoimentos colhidos abrangem um leque impressionantemente amplo de violações à intimidade, vigilância e perseguição à comunidade acadêmica.

Acontecimentos reais foram arrolados, embora aparentemente apenas os inquisidores percebessem como tais fatos pudessem atentar contra a segurança nacional ou se constituir em impedimento ao exercício da docência universitária.

Os atos de arbítrio tiveram resposta em diversos setores da sociedade brasileira, a começar pelos próprios professores atingidos. Todos eles expressaram seu inconformismo diante da ilegitimidade daqueles atos.

A consolidação e legitimação do projeto do Poder instaurado pela força exigiam a supressão das garantias civis e a eliminação ou anulação das lideranças e/ou possíveis focos de contestação e resistência em todas as áreas da sociedade brasileira: legislativa, sindical, universitária, etc. As prisões, torturas, exílios, cassações dos direitos políticos, demissões, expurgos na universidade foram os meios adequados para a consecução desses objetivos, e também, por meio de “punições exemplares”, buscavam estabelecer o clima de insegurança e medo necessário à estabilidade e ao êxito da política golpista.

Certamente, a universidade é uma instituição fundamental em qualquer sistema político-econômico na formação dos quadros técnicos e ideológicos. É um aparelho ideológico do Estado e, para os regimes autoritários, em especial, o componente repressivo passa a ser vital para o fechamento de espaços que assegurem sua proteção permanente contra a contaminação por ideologias não domesticadas pelo Poder.

Para ajustar e construir uma “intelectualidade nova” em nível superior, organicamente integrada aos interesses criados pela “revolução”, as alternativas foram colocadas com clareza: adesão ou conformismo, marginalização, afastamento sumário.

Tanto a farsa dos inquéritos sumários como o controle permanente da vida interna da universidade, efetuado a partir da cúpula dirigente, com sua assessoria de segurança e informantes infiltrados em cada unidade universitária, foram os meios adotados que se ajustaram perfeitamente aos fins visados e à ética oficializada.

Os traços específicos e circunstanciais sob os quais se manifestaram os fenômenos opressivos nas diferentes unidades universitárias da UFRGS são exteriorizações concretas dos objetivos essenciais propostos pelo sistema.

Na pesquisa realizada para elaboração do relatório foram encontrados documentos de entidades interceptadas pelos órgãos de censura que eram, supostamente ou não, considerados subversivos.

Assim, a possibilidade de acesso aos documentos da AESI-UFRN poderá contribuir para preencher importantes páginas da história da repressão política no Estado do Rio Grande do Norte. Apenas dessa forma, a comunidade universitária reencontrar, contar, enfim, conhecer episódios que ocorreram na universidade durante os “anos de chumbo”.

A oportunidade de conhecer o funcionamento desse órgão de informação que atuou na UFRN, através do depoimento de professores, estudantes, reitores e funcionários, possibilita-nos a visão do que essa estrutura de repressão significou na intimidação e ameaça permanente para comunidade acadêmica.

Assim, a Comissão da Verdade da UFRN cumpre com a importante tarefa de elucidar fatos ligados às atividades das forças oficiais de repressão, no sentido de evitar o esquecimento de uma época marcada por lutas e repressões políticas.

Mesmo não obtendo sucesso na recuperação do acervo da AESI-UFRN, reiteramos nossa expectativa de que a descoberta desse conjunto documental, somado ao trabalho das demais comissões formadas no âmbito das universidades, colabore na recuperação e entendimento de episódios da história da Comunidade Acadêmica durante a Ditadura Militar.

Sem dúvida, os danos causados pela ditadura vão além de torturas, assassinatos e desaparecimentos, faces mais cruéis e visíveis do terrorismo de Estado. Na educação, os ditadores atingiram gerações futuras, destruindo experiências educacionais e impuseram uma visão autoritária de mundo, sem espaço para contestações.

Faz-se necessário que as universidades se engajem ainda mais na recuperação da história da intervenção governamental na vida acadêmica brasileira do período e na análise de suas consequências para a universidade do presente.

X Expurgo de Pessoal Docente

Juan de Assis Almeida
Maria Ângela Fernandes Ferreira

A seguir, a relação dos professores que sofreram o chamado “expurgo ideológico” pelo sistema de informações da ditadura militar. Assim, esta seção apresentará as circunstâncias políticas das exonerações, dos preterimentos à contratação e os opinativos desfavoráveis à contratação de pessoal docente e alunos de monitoria. Fria-se que os episódios abaixo configuram, claramente, momentos de violação da autonomia universitária da instituição, UFRN, mais especificamente da liberdade didático-científica, com o afastamento daqueles que agiam politicamente contrários ao regime militar instalado ou que se aprofundavam por temas científicos que divergiam das bases ideológicas do sistema. Abaixo, os 27 nomes de alunos e professores.

1 ANTÔNIO ALFREDO SANTIAGO NUNES

Dados pessoais: Natural de Areia/PB. Formado em Sociologia pela Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto. Foi Professor horista da disciplina Pesquisa Social do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRN, em 1971. Exerceu o cargo de Professor da Faculdade de Sociologia e Política entre 1972 a 1975.

Unidade de origem: Departamento de Estudos Sociais – CCHLA.

Data da admissão: 01.03.1976.

Data da exoneração: 01.04.1977.

Fatos/Motivação: Contrato de trabalho rescindido por opinativo do Prof. Jurandyr Navarro da Costa, Chefe da então Assessoria de Segurança e Informações (ASI), em

29.10.1976, acatado pelo então Reitor Domingos Gomes de Lima, em 22.03.1977, além da suspensão da bolsa PICD. Segundo o Memorando nº 001/87-ASIMEC/RN, do Coronel José Renato Leite, “informações de caráter confidencial e natureza política” desaconselharam o aproveitamento do nominado na UFRN.

Readmissão: Processo nº 23077.008112/87-36; Assunto “Solicita reintegração no quadro docente da UFRN”; Unidade de Origem: Gabinete do Reitor. Readmitido na UFRN através da Portaria nº 016/90-R ao Departamento de Ciências Sociais – CCHLA.

2 JORGE BATISTA FILHO

Dados pessoais: Natural de Cássia/MG. Formado em Comunicação Social pela Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza da Fundação José Augusto. Foi professor e coordenador do programa de entrevistas “Xeque Mate” da faculdade referenciada; além de ter exercido a função de estagiário bolsista da TV Universitária – UFRN, no setor de produção de programas e jornalismo, em 1973.

Unidade de origem: Departamento de Estudos Sociais – CCHLA.

Data da admissão: 01.03.1976.

Data da exoneração: 01.04.1977.

Fatos/Motivação: Contrato de trabalho rescindido por opinativo do Prof. Jurandyr Navarro da Costa, Chefe da extinta Assessoria de Segurança e Informações (ASI), acatado pelo então Reitor Domingos Gomes de Lima, em 22.03.1977, além da suspensão da bolsa PICD. Segundo o Memorando nº 001/88-ASIMEC/RN, do Coronel José Renato Leite, “informações de caráter confidencial e natureza política” desaconselharam o aproveitamento do nominado na UFRN.

Readmissão: Processo nº 23077.002044/88-46; Assunto “Solicita pensão (Lei da Anistia); Unidade de Origem: Gabinete do Reitor”. Direitos funcionais restabelecidos, *post mortem*, na UFRN através da Portaria nº 013/90-R; com consequente deferimento de pensão ao menor Manoel Meireles Amorim Garcia.

3 LAILSON DE ALMEIDA

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Ciências Sociais (Licenciatura plena) pela UFRN. Foi professor da Escola Técnica Federal do RN (ETFRN). Monitor de Ciência Política pelo Departamento de Estudos Sociais do CCHLA,

em 1975. Professor da Universidade Federal do Acre em 1979.

Unidade de origem: Departamento de Estudos Sociais – CCHLA.

Data da admissão: 01.03.1978.

Data da exoneração: 31.08.1978.

Fatos/Motivação: Contrato de trabalho rescindido por opinativo do servidor Adriel Lopes Cardoso, Chefe da Assessoria de Segurança e Informações (ASI), acatado pelo então Reitor Domingos Gomes de Lima. Pela informação na Ficha Individual (ASI) do Prof. Lailson de Almeida existiam “restrições quanto ao aproveitamento do nominado - RETEMEC NR 4913/9185/78”. Além do Informativo nº 055/78 da ASI/COSERN, que pugnou: “Somos, de parecer contrário com vistas à inclusão do nominado no Quadro docente da UFRN, em face dos seus antecedentes ideológicos, contrário aos nossos costumes e à nossa índole”. Segundo o Memorando nº 001/86-ASIMEC/RN, do Coronel José Renato Leite, “informações de caráter confidencial e natureza política” desaconselharam o aproveitamento do nominado na UFRN.

Readmissão: Processo nº 23077.00611/86-44; Assunto “Readmissão como professor”; Unidade de Origem: Gabinete do Reitor. Beneficiário da Anistia através do Encaminhamento nº 009/87 da Comissão do Ministério da Educação (Criada pela Portaria-MEC nº 549/86) acatado pelo Ministro da Educação Sr. Jorge Bornhausen. Readmitido na UFRN, pela Portaria nº 121/87-R ao Departamento de Ciências Sociais – CCHLA.

4 MARGARIDA DE JESUS CORTEZ DA SILVA

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Participou da campanha “De Pé no Chão Também se Aprender a Ler” da Prefeitura Municipal de Natal.

Unidade de origem: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, mantida pela Fundação José Augusto.

Data da admissão: 12.04.1960.

Data da exoneração: 1964 (Conforme entrevista da professora ao programa Memória Viva da TVU).

Fatos/Motivação: Destituída das funções como professora da Faculdade de Filosofia, quando do Golpe de 1 de abril de 1964, pelo então governador Aluizio Alves.

Readmissão: Admitida na UFRN, em 1979, com efeito da Anistia, no Departamento de Educação – CCSA.

5 MOACYR DE GÓES

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Criador da campanha “De Pé no Chão Também se Aprender a Ler” da Prefeitura Municipal de Natal. Secretário de Educação de Natal no governo de Djalma Maranhão, de 1962 a 1964.

Unidade de origem: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, mantida pela Fundação José Augusto.

Data da admissão: 01.03.1959.

Data da exoneração: 1964.

Fatos/Motivação: Destituído das funções como professor da Faculdade de Filosofia, quando do Golpe de 1 de abril de 1964, pelo então governador Aluísio Alves.

Readmissão: Admitido na UFRN, em 1979, com efeito da Anistia, no Departamento de Educação – CCSA. Integrou-se ao quadro de docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 LUÍZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife.

Unidade de origem: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, mantida pela Fundação José Augusto.

Data da admissão: 1955.

Data da exoneração: 1964.

Fatos/Motivação: Destituído das funções como professor da Faculdade de Filosofia, quando do Golpe de 1 de abril de 1964, pelo então governador Aluísio Alves. Deputado Estadual cassado pelo AI-1.¹⁷⁹ Conforme informação do Livro “Faculdade de Direito de Natal”, foi impedido de participar do concurso para provimento do cargo de professor da cadeira de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da UFRN. Consta que, a pedido de um dos candidatos – Túlio Augusto Fernandes, o Diretor da unidade, Prof. Otto Guerra, adiou o certame, para possível participação do docente, não obstante, por não ter sido solto até o prazo alargado, o concurso foi realizado, saindo como vencedor o prof. Múcio Villar Ribeiro Dantas.

179. Segundo o Processo nº 147/64 – Assembleia Legislativa do RN, tomando por base o Art. 10 do Ato Institucional nº 1, o Deputado José Pinto, em 22 de abril de 1964 cassou os mandados de Floriano Bezerra; Cesário Clementino dos Santos e Luiz Maranhão Filho, por envolvimento, público e notório, em movimentos subversivos. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/floriano/cartilha_50al.pdf.

7 ROMILDO FERNANDES GURGEL

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Alagoas. Foi Diretor e Professor da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza durante os anos de 1963 a 1967. Exerceu o cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Unidade de origem: Faculdade de Direito da UFRN.

Data da admissão: 15.04.1971.

Data da exoneração: 14.06.1971.

Fatos/Motivação: Contrato de trabalho rescindido por decisão do então Reitor Genário Alves Fonseca. Consta que a Divisão de Segurança e Informações do MEC, através do Ofício nº 882/70, se manifestou pela existência de “registros desabonadores que contra-indicam a contratação”, documento subscrito pelo Diretor Pedro Vercillo. Outro documento da DSI-MEC, o Ofício nº 275/71, também pugnou pela saída do professor da UFRN.

Readmissão: Processo nº 255949/79; Assunto “Reintegração ao quadro”; Unidade de Origem: Gabinete do Reitor. Beneficiário da Anistia através do Encaminhamento nº 23/79 da Comissão do Ministério da Educação (Criada pela Portaria-MEC nº 983/79) acatada pelo Ministro da Educação Sr. Eduardo Portella. Readmitido na UFRN, em junho de 1980, no Departamento de Direito Público – CCSA.

8 JOSÉ CORTEZ PEREIRA DE ARAÚJO

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito. Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Unidade de origem: Faculdade de Direito da UFRN.

Data da admissão: 15.03.1967.

Data da exoneração: 13.12.1968.

Fatos/Motivação: Afastamento decorrente da aplicação do Ato Institucional nº 5.

Readmissão: Readmitido na UFRN, em junho de 1980, no Departamento de Direito Público – CCSA.

9 NEY LOPES DE SOUZA

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRN. Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Unidade de origem: Faculdade de Direito da UFRN.

Data da admissão: 13.03.1968.

Data da exoneração: 13.12.1968.

Fatos/Motivação: Afastamento decorrente da aplicação do Ato Institucional nº 5. Teve seus direitos políticos suspensos por dez anos e cassado seu mandato de deputado federal por força do Decreto de 04/08/76, publicado no Diário Oficial da União, em 4/08/76, p. 1028.

Readmissão: Readmitido na UFRN, em junho de 1980, no Departamento de Direito Público – CCSA.

10 MARIA JULIETA COSTA CALAZANS

Dados pessoais: Natural de Areia Branca/RN. Formada em Serviço Social pela UFRN. Foi professora de Política Social e de Serviço Social do Trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos anos de 1963 a 1966.

Unidade de origem: Escola de Serviço Social da UFRN.

Data da admissão: 01.03.1963.

Data da exoneração: 30.11.1966.

Fatos/Motivação: Com a instalação do regime militar no país, foi perseguida e convocada a depor no Comando Militar. Ficou presa em prisão domiciliar temporária. A perseguição política imposta à professora culminou com sua saída do país. Trabalhou na Venezuela e, ao tentar ingresso em doutorado na França, fora surpreendida com uma comunicação do Reitor Onofre Lopes de que ela continuava responsável pela cadeira de Política Social na ESS/UFRN, em 1967. Ao voltar ao Estado do RN, em dezembro de 1969, não conseguiu reingressar na UFRN, foi advertida que deveria sair da cidade, pois seria “apanhada” pelo Comando Militar de Natal. Segundo os Ex-Reitores Genário Alves Fonseca e Otto de Brito Guerra, o clima ainda era desfavorável à permanência da referenciada.

Readmissão: Processo nº 230000.007136/91-84; Assunto “Solicita Anistia –

reintegração”; Unidade de Origem: Gabinete do Reitor. Beneficiária da Anistia através do Encaminhamento nº 633/91 da Comissão do Ministério da Educação (Criada pela Portaria-MEC nº 1.748/91) acatada pelo Ministro da Educação Sr. José Goldemberg. Readmitida na UFRN, em dezembro de 1991, ao Departamento de Serviço Social – CCSA.

11 VANILDA PEREIRA PAIVA

Dados pessoais: Natural do Estado do Rio de Janeiro. Formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 1965.

Unidade de origem: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, mantida pela Fundação José Augusto e agregada à UFRN. Professora da Faculdade de Educação da UFRN e Psicotécnica do Serviço de Psicologia Aplicada da UFRN.

Data da admissão: 02.03.1966.

Data da exoneração: 20.06.1968.

Fatos/Motivação: O episódio que culminou com a saída da professora da UFRN se deu em junho de 1969, durante o Curso “Problemas do Desenvolvimento brasileiro”, realizado pela Faculdade de Farmácia da UFRN e pelo grupo CONVÍVIO da Sociedade brasileira de Cultura. Segundo relatos dos Ex-Reitores Genário Alves Fonseca e Otto de Brito Guerra (em exercício), após a Profa. Vanilda ter feito discurso que divergia das bases ideológicas do regime militar; o diretor da unidade Prof. Genário Fonseca lhe cassou a palavra e, no dia seguinte, o Prof. Otto Guerra foi surpreendido por um pedido de providências do General Estevildo Antunes (Chefe do SNI em Natal). Consta que foi “instada de modo incisivo a solicitar sua demissão”.

Readmissão: Processo nº23077.011621/90-23; Assunto “Solicita Anistia – re-integração”; Unidade de Origem: Gabinete do Reitor”. Beneficiária da Anistia através do Encaminhamento nº 554/91 da Comissão do Ministério da Educação (Criada pela Portaria-MEC nº 383/90) acatada pelo Ministro da Educação Sr. Carlos Chiarelli. Readmitida na UFRN, Portaria nº 552/91-R (Psicotécnica no Serviço de Psicologia Aplicada) e Portaria nº 553/91-RN (Professora no Departamento de Educação – CCSA). Integrou-se ao quadro de docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

12 JOSÉ FERNANDES MACHADO

Dados pessoais: Natural do Estado do RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Unidade de origem: Departamento de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UFRN.

Data da aprovação: 1971.

Data da entrada: 1979.

Fatos/Motivação: Segundo consta nas publicações dos jornais *Tribuna do Norte* e *Diário de Natal*, edições de 27.09.1979, e no Livro “Aconteceu em abril”, da escritora Mailde Pinto Galvão; o professor José Fernandes Machado foi aprovado em primeiro lugar no concurso para o Departamento de Prática Jurídica da UFRN, mas não foi contratado por opinativo desfavorável do Prof. Zacheu Luís Santos, Chefe da extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFRN, acatado pelo então Reitor Genário Alves Fonseca.

Readmissão: Conforme depoimento do Ex-Reitor Diógenes da Cunha Lima, o professor Machado foi admitido nas suas funções, com efeito da anistia, em 1979, no Departamento de Direito Público – CCSA.

13 JOSÉ ARRUDA FIALHO

Dados pessoais: Natural do Estado do RN. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foi monitor da cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina.

Unidade de origem: Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da UFRN.

Data da aprovação: 1972.

Fatos/Motivação: Conforme depoimento do médico José Arruda Fialho à CV-UFRN, relatou que foi aprovado em concurso para professor auxiliar de ensino do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da UFRN, mas não foi nomeado para função. Contou que, por necessidade do departamento, foi convocado para contratação, inclusive com pedido do prof. Clóvis Travassos Sarinho; e nome aprovado pelo Prof. Fernando Fonseca, diretor da unidade e Ernani Rosado, chefe do departamento. Mas, segundo o depoente, o então Reitor Genário Fonseca vetou sua entrada, nos seguintes dizeres “este aqui jamais será

nomeado”. Foi, ainda, preterido na vaga objeto da disputa por um candidato classificado depois dele, de nome Ricardo Góes (então médico da Aeronáutica).

14 JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense.

Unidade de origem: Departamento de Estudos Sociais - CCHLA.

Data do episódio: 1977.

Fatos/Motivação: Segundo apurado no Processo nº 23077.034801/2014-94 (Comissão da Verdade da UFRN); mesmo obtendo as maiores notas em certame para monitoria de Ciência Política do extinto Departamento de Estudos Sociais – CCHLA, foi preterido na vaga objeto da disputa, para o segundo colocado, em razão de perseguição política da então Assessoria de Segurança e Informações da UFRN.

15 RINALDO CLAUDINO DE BARROS

Dados pessoais: Natural de Recife/PE. Formado em Sociologia pela Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto.

Unidade de origem: Departamento de Estudos Sociais – CCHLA.

Data do episódio: 1978.

Fatos/Motivação: Segundo apurado no Processo nº 23077.017008/2014-21 (Comissão da Verdade da UFRN); Rinaldo Claudino de Barros foi indicado para fazer curso de pós-graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, de Campinas, Estado de São Paulo, com a promessa de que no retorno seria contratado pela UFRN para o então Departamento de Estudos Sociais – CCHLA, mas que seu nome fora vetado pela então Assessoria de Segurança e Informações da UFRN.

16 ARNON ALBERTO MASCARENHAS DE ANDRADE

Dados pessoais: Natural de Salvador/BA. Formado pela Faculdade de Educação da UFBA.

Unidade de origem: Departamento de Estudos Sociais

Data do episódio: 08.08.1977.

Fatos/Motivação: Verso da Ficha Individual (ASI) - “RETEMEC NR 793/15062/76/SIGI/DSI/MEC/BSB - Desaconselhamento do aproveitamento – 08.03.77”. Mencionado no Informe nº 464/80 – SNI-Recife.

17 DJALMA FREIRE BORGES

Dados pessoais: Natural de Recife/PE. Formado pela Faculdade de Direito da UFPE.

Unidade de origem: Departamento de Ciências Administrativas

Data do episódio: 12.07.1978.

Fatos/Motivação: Verso da Ficha individual (ASI) – “Existem restrições quanto ao aproveitamento do nominado – RETEMEC Nº 3071/862/78 – Prof. Visitante”. Também constam restrições para autorização a curso de pós-graduação: “Há restrições quanto ao aproveitamento do nominado – ASI-UFRN para Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – Mestrado em Administração na UFPB”.

18 HÉLIO SCATENA JÚNIOR

Dados pessoais: Natural de SP. Formado pela Faculdade de Filosofia e Letras de Ribeirão Preto/SP em 1970.

Unidade de origem: Departamento de Química – CCEN

Data do episódio: 16.02.1978.

Fatos/Motivação: Verso da Ficha Individual ASI – “Existem restrições quanto ao aproveitamento RETEMEC NR 638/6419/77 – 16.02.78 – Prof. Visitante.”.

19 MÁRIO KOECHI TAKEYA

Dados pessoais: Natural de SP. Formado pelo Instituto de Física da USP em 1977.

Unidade de origem: Departamento de Física Teórica e experimental – CCET.

Data do episódio: 29.11.1977 (1º) - 11.02.79 (2º).

Fatos/Motivação: No verso da Ficha individual (ASI) do Prof. Mario Koechi Takeya consta que houve restrições quanto à sua contratação pela UFRN: “RETEMEC 4513/7448/77 - Há restrições quanto ao aproveitamento do nominado – Prof. Visi-

tante”. Segundo o Aviso nº 471, de 14.08.78, do então Adriel Lopes Cardoso, Chefe da ASI-UFRN, documento juntado ao Processo nº 3.358/1977, a ASI liberou a contratação por determinação do Reitor Domingos Gomes de Lima. Também consta a informação sobre a autorização para pós-graduação: “Há restrições quanto o aproveitamento do nominado – 11.02.79 – ASI-UFRN para Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – Mestrado em Geofísica na USP de 01.03.79 a 01.03.81.”.

20 JOSÉ ANTÔNIO SPINELLI LINDOZO

Dados pessoais: Natural de Recife/PE. Formado em Sociologia pela Faculdade de Sociologia e Política da Fundação Jose Augusto.

Unidade de origem: Departamento de Estudos Sociais – CCHLA.

Data do episódio: 11.04.1978.

Fatos/Motivação: Verso da Ficha Individual (ASI) do Prof. Antônio Spinelli – “RETEMEC 1346/7914/77- 11.04.78 – Prof. colaborador – Existem restrições quanto ao seu aproveitamento”.

21 HERMANO MACHADO FERREIRA DE LIMA

Dados pessoais: -

Unidade de origem: Faculdade de Educação da UFRN

Data do episódio: 1970.

Fatos/Motivação: Conforme depoimento do Prof. Hermano Machado à CV-UFRN, o “Serviço de Informação” não indicou sua contratação pela UFRN. Apesar disso, o Reitor Onofre Lopes desconsiderou o opinativo e contratou-o. Citou, ainda, que o mesmo fato deletério ocorreu com os professores Geraldo Queiroz e Denise de Filippes.

22 DENISE DE FILIPPES

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal.

Unidade de origem: Faculdade de Educação da UFRN.

Data do episódio: 1970.

Fatos/Motivação: Óbice a sua contratação, por intromissão de setores militares, informada pelos depoentes Geraldo Queiroz e Hermano Machado; além de informação constante no jornal *Tribuna do Norte*, edição de 04 de novembro de 2007, “Um fato, um gesto, um exemplo” da coluna Educação.

23 EIDER TOSCANO DE MOURA

Dados pessoais: Natural de Natal/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRN.

Unidade de origem: Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da UFRN.

Data do episódio: 11.04.1978.

Fatos/Motivação: Óbice a sua contratação, por intromissão de setores militares, informada pelo depoente Geraldo Queiroz; além de informação constante no jornal *Tribuna do Norte*, edição de 04 de novembro de 2007, “Um fato, um gesto, um exemplo” da coluna Educação.

24 GERALDO QUEIROS DOS SANTOS

Dados pessoais: Natural de Assú/RN. Graduado em Jornalismo pela Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza da Fundação Jose Augusto, em 1966, onde também foi diretor e professor.

Unidade de origem: Departamento de Teórica e Prática de Ensino da Faculdade de Educação da UFRN.

Data do episódio: 1970.

Fatos/Motivação: Óbice a sua contratação, por intromissão de setores militares, informada pelos depoentes pelo próprio Geraldo Queiroz e Hermano Machado; além de informação constante no jornal *Tribuna do Norte*, edição de 04 de novembro de 2007, “Um fato, um gesto, um exemplo” da coluna Educação.

25 CASO OTTO DE BRITO GUERRA

Dados pessoais: Natural de Mossoró/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1933.

Unidade de origem: Faculdade de Direito da UFRN.

Data do episódio: 1971.

Fatos/Motivação: Segundo informações e depoimentos constantes no Livro “Otto: Guerra no nome, paz no coração”; especialmente de Gileno Guanabara de Sousa (p. 65); Josemá de Azevedo e Joana D’arc Cabral de Azevedo (p. 106) e Maria Isaura Pinheiro (p. 143); testemunham que o nome do Prof. Otto Guerra foi vetado pelo governo militar para nomeação ao cargo de Reitor. Contam, ainda, que o nome havia sido incluído em lista sêxtupla pelo Conselho Universitário, mas que não foi acatado, pelo histórico de assistência jurídica aos presos políticos do Estado do RN.

26 CASO MÁRIO MOACYR PORTO

Dados pessoais: Natural de João Pessoa/RN. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife.

Unidade de origem: Faculdade de Direito da UFRN.

Data do episódio: 1966.

Fatos/Motivação: Segundo informações do livro *Mário Moacyr Porto: Magistrado e humanista de nosso tempo* (2000, p. 124) e do depoimento ao programa Memória Viva (1987, p. 326-327), depois do Golpe Militar, foi destituído das funções de Reitor da Universidade Federal da Paraíba, por comunicação verbal do Coronel Artur Duarte Candall Fonseca, Comandante da Guarnição Militar da Paraíba; destituição renovada por meio do Ofício nº 260 de 14.04.1964, entregue pelo interventor Capitão médico Guilharado Martins Alves e subscrita pelo comandante referido. Retornou para o ensino de Direito Civil na Faculdade de Direito da Paraíba. Anos depois, foi transferido, a pedido, para a Faculdade de Direito da UFRN, mas não lhe foi permitido ensinar. Tentou, sem sucesso, que seu nome fosse apresentado à Congregação da Faculdade de Direito da UFRN. Segundo o diretor, “havia uma reação desfavorável ao pedido”. A solução dada pelo Reitor Onofre Lopes foi designá-lo Assessor Jurídico da UFRN, mas sem vencimentos. Foi readmitido nas funções de ensino pelo então Reitor Genário Fonseca.

26 JOSEMÁ DE AZEVEDO

Dados pessoais: Natural do Estado do RN. Formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Unidade de origem: Escola de Engenharia da UFRN.

Data do episódio: 1971.

Fatos/Motivação: Conforme depoimento do engenheiro Josemá de Azevedo, lecionou na Escola de Engenharia da UFRN, durante os anos de 1967-68, na qualidade de auxiliar de ensino do Prof. Aurino Borges, titular da cadeira de saneamento da referida unidade. Contou que foi beneficiário de bolsa (CAPES) para fazer pós-graduação na antiga fundação CESP, mas lembrou que o então Reitor Onofre Lopes, negou, pessoalmente, as passagens para ida à São Paulo. Informou da existência de um pedido de busca do Serviço Nacional de Informações, endereçado ao Senador Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, sobre um veto a sua indicação para compor uma lista tríplice para escolha do diretor da Escola de Engenharia da UFRN datado de 19 de janeiro de 1971.

XI Resgate Histórico da Movimentação dos Servidores Públicos Federais

Moisés Alves de Souza

A história de um povo é peça fundamental para a construção da sua identidade. Um povo sem história resume-se a uma aglomeração de pessoas sem um fio condutor, um vínculo expressivo, que os ligue mais densamente. Resumindo: um povo sem história é um povo sem memória. Essa assertiva aplica-se também a setores específicos da sociedade como os movimentos populares, aí incluído o movimento sindical, que possuem um legado de lutas construído em momentos diversos da história do Brasil e do mundo, contadas através de muito sangue, suor e lágrimas. Esse passado de lutas, por não possuir um registro documental, corre sério risco de se perder no tempo, partindo daí a necessidade da documentação como forma de preservar essa identidade.

A busca constante de uma organização ampla que congregasse os vários setores dos servidores públicos e que tivesse por objeto as demandas da Classe Trabalhadora, independente dos governos, patrões e partidos políticos, ganhou corpo ao final dos anos 70, num grande enfrentamento ao regime militar vigente desde 1964. Enfrentando o desafio de uma construção coletiva que lutasse pelos direitos do conjunto dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, foi fundada, no dia 19 de dezembro de 1978, a Federação das Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA). A organização dos trabalhadores

nessa década merece considerações especiais. Os ataques aos trabalhadores das universidades não se davam apenas na retirada de direitos, mas também nas intervenções nas associações que ousavam manter a defesa da Classe Trabalhadora. Mesmo diante das adversidades, a sociedade organizada triunfa sobre a ditadura e consegue avançar em várias lutas na busca pelo restabelecimento da democracia. A Fundação da FASUBRA, no final da década de 70, é um importante marco nesta luta. Ela nasceu como o espaço do Trabalhador, sendo referencial da vanguarda do movimento.

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA-SINDICAL) foi fundada em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.

É uma entidade sindical democrática, sem caráter religioso ou político-partidário, e independente em relação ao Estado, aos patrões e às administrações universitárias. Representa todos os trabalhadores das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições vinculadas ao ensino de 3º grau, a ela associadas, em todo o território nacional, totalizando mais de 150 mil trabalhadores. A FASUBRA Sindical tem como sustentáculo da luta um compromisso de classe, libertário e transformador. Pauta suas ações na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, mais justa, igualitária e inclusiva, e na defesa da educação pública, de qualidade, socialmente comprometida, concretizada cotidianamente, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, bem como na construção da Universidade Cidadã para os Trabalhadores.

Os Trabalhadores das instituições universitárias, emergindo do papel secundário que lhes fora destinado por uma estrutura hierárquica onde se refletiam as relações de poder tão bem definidas por Karl Marx em seus vários estudos sobre a luta de classes, ousaram contestar. E entendendo que a contestação pura e simples não seria o suficiente para mudar os *status quo* de instituições carregadas de valores que não eram os seus, esses Trabalhadores, poucos no início, se unem, definem seus objetivos, criam seus projetos. Pensam as instituições e qual o seu papel nelas. Determinam os seus próprios instrumentos de luta. Mas a história não se constrói somente com ações objetivas. Ela se define e se delinea pri-

meiramente no plano da subjetividade, no desejo que se manifesta e toma forma nas mentes e, superando a barreira fragmentada dos pensamentos, desemboca na ação e na prática. São muitas as participações em momentos singulares visando à transformação das estruturas da sociedade brasileira. As lutas muitas vezes superam o vínculo umbilical e os aspectos meramente corporativos, e se tornam elementos de defesa de direitos fundamentais dos brasileiros e brasileiras.

A Federação das Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) foi fundada em João Pessoa, nasceu em plena ditadura militar, representando os Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras. Inicialmente sua atuação era meramente assistencialista, não possuindo, naquele momento de sua trajetória, um perfil de ação sindical. Naquela época, os Trabalhadores não tinham ainda uma consciência de classe e de identidade profissional. O Técnico-Administrativo era considerado um mero coadjuvante do Docente. Naquele período, a composição da FASUBRA era feita por votação através do Conselho de Representantes que elegia a diretoria.

Já a história do sindicato dos trabalhadores técnico-administrativos da UFRN e da UFRSA – SINTEST/RN, a exemplo da história da FASUBRA Sindical, se confunde com a luta pela redemocratização das universidades e de nosso país. O SINTEST/RN, com o envolvimento de sua base, sempre participou das lutas pelos direitos dos servidores, fazendo desta entidade um sujeito histórico com uma atuação positiva nas conquistas do conjunto dos trabalhadores das universidades públicas brasileiras. São inúmeras as conquistas acumuladas, do ponto de vista geral, pelo conjunto da categoria, base desse sindicato. Uma, em particular, cabe ser destacada nesta trajetória – que transcende ao tempo histórico de criação do SINTEST/RN. A criação da FASUBRA, em 1978, em Natal, teve, dentre seus protagonistas, a Associação de Funcionários da UFRN - AFURN, com a assunção de Cavalcanti ao cargo de presidente da federação. Esse acontecimento teve um significado importante na história da luta dos trabalhadores das universidades brasileiras e também na luta do SINTEST/RN, pois ali foi a origem de nossa federação, independentemente dos fatores que motivaram a sua criação naquele momento histórico.

Após cinco anos de história, a UFRN – mais uma vez – é palco de um acontecimento que marcou a história da federação. Em 1983, o I Congresso da

FASUBRA muda a trajetória de sua ação histórica, passando para uma atuação sindical e classista, na luta pela ampliação dos direitos dos trabalhadores das universidades públicas. Destacam-se estes dois momentos históricos para delinear o perfil político da base do SINTEST/RN integrada pelos trabalhadores técnico-administrativos da UFRN e da UFERSA. Fundado em 1991, do ponto de vista formal, pois o perfil dessa categoria sempre foi comprometido com a luta geral dos trabalhadores das universidades, atuando, qualitativamente, até os dias atuais, como mais um elo, na complexa engrenagem que representa a luta nacional dos técnico-administrativos.

Paralelamente às ações nacionais, o SINTEST/RN, desde a sua criação, tem atuado, de forma permanente, na luta pelo respeito e reconhecimento dos técnico-administrativos no ambiente de trabalho e na instituição, na melhoria das condições de trabalho, na formação política e sindical, na mobilização e conscientização dos trabalhadores, pressupostos básicos para elevação do nível de consciência da classe e para a democracia interna da UFRN e da UFERSA.

A FASUBRA realizou no dia 21 de julho de 1983 sua primeira Greve Nacional. No período, os Trabalhadores já reivindicavam melhorias para a Categoria. O eixo da greve era pelo fim das intervenções e devolução dos sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo; contra o pacote das estatais (decreto 2036); fim do roubo do INPC (contra os decretos do arrocho - 2012, 2024 e 2045); pela revogação do pacote do BNH; pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; pela criação de empregos e salário-desemprego; e também pela estabilidade no trabalho; pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários; pela reforma agrária e fora o FMI.

O Brasil estava em plena efervescência política e social. A população clamava por Democracia, e a campanha das “Diretas já” tomou corpo em todo país. A FASUBRA esteve presente participando desse importante momento na luta contra a ditadura. A campanha das “Diretas já”, em meados de 1984, foi um dos maiores movimentos civis do país, em que a sociedade reivindicava eleições presidenciais diretas. Somente com a aprovação da proposta da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, pelo Congresso Nacional, é que se concretizaria a possibilidade de eleições. Agregaram-se à Campanha diversos setores da sociedade

brasileira, partidos políticos em oposição ao governo militar, lideranças sindicais, civis, estudantis e jornalísticas, todos unidos pela esperança de eleições diretas para a Presidência da República e a redemocratização do país.

A Classe Trabalhadora brasileira no pleno exercício de sua Cidadania atuou ativamente na concepção da Constituição de 1988. A Carta Magna garantiu as instituições democráticas do país; fortaleceu o Poder Legislativo; deu atribuições ao Congresso que equilibraram as forças dos três Poderes; criou normas de descentralização que diminuíram a força excessiva do Poder Executivo Nacional, garantindo direitos para os Cidadãos deste país.

O deputado federal Ulysses Guimarães, principal líder da oposição durante o regime autoritário, também liderou o processo de construção Constituinte, que culminou no mais importante instrumento de consolidação da democracia brasileira. Os servidores públicos conseguiram, na nova Constituição Federal, o reconhecimento do direito à sindicalização. A partir desse período iniciou-se mais uma etapa na organização dos Trabalhadores da esfera pública. A FASUBRA esteve presente em todos os momentos históricos e no embate que determinou a concepção cidadã da nova Constituição. Se por um lado os Trabalhadores conseguiram obter avanços significativos na luta pela livre organização, continuaram os ataques aos seus direitos, bem como as amarras na arbitragem do Estado nos conflitos estabelecidos. Tal situação mereceu a continuidade da luta por uma reformulação nos instrumentos que regulam as organizações representativas da Classe Trabalhadora.

Com a finalidade de se constituir um Fórum que possibilitasse a discussão e a construção de atividades e conjuntas dos Servidores Públicos Federais, foi criada, em 1990, a CNESF – Coordenação das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais. A entidade, ao longo dos anos, vem atuando no sentido de organizar as ações comuns aos vários segmentos do Serviço Público Federal, o que tem sido extremamente importante, tendo em vista as especificidades dos diversos setores na área.

Em 1988, a Constituição Federal afastou a restrição prevista na CLT, garantindo ao servidor público civil o direito à associação sindical. A regra constitucional veio a legitimar um movimento já existente, uma vez que os servidores

públicos se aglutinavam em associações não reconhecidas como entidades sindicais, embora agissem muitas vezes como tais. Três anos depois da legalização, um grupo de trabalhadores fundou, no dia 12 de abril de 1991, o atual Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior – SINTEST/RN.

O ano de fundação foi um ano difícil, em virtude da conjuntura da época. O Bandern estava quebrado, os correntistas e poupadores preocupados com seus valores e José Agripino, governador naquele período, tentava negociar uma ajuda financeira ao estado com a então Ministra da Economia, Zélia Cardoso. Categoria dos bancários, policiais civis e trabalhadores da CAERN em greve. Expulsão de “favelados” do terreno da Chesf em Bom Pastor e Felipe Camarão. Derrubada de veto que prejudicava o RJU. Esses e outros acontecimentos foram pano de fundo daquele dia.

O SINTEST-RN, Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior, é uma instituição sem fins econômicos com sede em Natal/RN e constituiu-se para defesa e representação legal dos trabalhadores em estabelecimentos de educação do ensino superior, sejam eles públicos ou privados. São alguns dos objetivos e prerrogativas do SINTEST-RN:

- Representar, perante as autoridades administrativas, judiciais e patronais, os seus associados;
- Celebrar convenções e acordos coletivos;
- Manter relações com as demais entidades de categorias profissionais e os movimentos organizados da sociedade para concretização da solidariedade social e defesa dos interesses gerais dos trabalhadores;
- Eleger representantes da categoria para participação em eventos, sempre que isto se fizer necessário.

O SINTEST/RN, Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior, também possui uma trajetória de lutas na defesa dos direitos dos trabalhadores, especificamente dos servidores técnico-administrativos das IFES, registrados através de fotos, recortes de jornal, e outros documentos. É imprescindível afirmarmos que os arquivos dos sindicatos constituem

importante memória do percurso histórico dessas organizações na conquista e defesa dos direitos dos trabalhadores, na luta pela democracia, quer em contextos de clandestinidade e repressão política, quer em períodos de expansão e afirmação social. Estudar e conhecer os seus arquivos é abrir caminho para o aprofundamento da essência e dos contornos da vida sindical. Iniciativas de constituição de memória arquivística do sindicalismo multiplicam-se pela Austrália, Brasil, Espanha, EUA, Finlândia, França, Índia, Itália e Reino Unido. Essas memórias não são apenas fontes para a história. Elas também são preciosos recursos informativos para a gestão cotidiana dos sindicatos, a fim de garantir a transparência das suas atividades rumo à tomada de decisões nos processos de defesa e promoção dos direitos dos trabalhadores.

O SINTEST/RN teve sua gênese na necessidade imperativa de organizar os trabalhadores, especialmente os da UFRN, para consolidar seus direitos e avançar em novas conquistas de modo a garantir o futuro das universidades como instituição pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Os que sonharam com essa realidade em 1991 não se dispuseram apenas a sonhar, mas a edificar e consolidar o sonho que gradativamente foi se tornando realidade. Uma história que traduz um constante aperfeiçoamento político da entidade e de seus dirigentes. Uma trajetória de muitas lutas e conquistas, de muitos atos públicos, greves, ocupações, caminhadas e debates calorosos. A história do Sindicato também contempla a evolução de uma salinha na AFURN (Associação dos Funcionários da UFRN), com documentos produzidos em simples máquinas de datilografia até o esplêndido momento de inauguração de sua sede própria, com ambientes projetados detalhadamente para oferecer excelentes condições de trabalho e de atendimento cotidiano aos sindicalizados.

Todo algo novo que se cria, antes de nascer de forma concreta, é antecipado por uma ideia, por um projeto, enfim, por um processo de construção gradual. Com a criação do sindicato não foi diferente. Anos antes da sua fundação em 1991, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, já existia um movimento entre os trabalhadores que iniciou timidamente e ganhou força com o passar do tempo. A partir do ano de 1979, um grupo pequeno de servidores, não mais que 20 pessoas, resolveram se reunir para conversar assuntos ligados à universidade.

Naquele momento, começava-se um trabalho de conscientização política dos servidores da universidade de uma forma geral, incluindo-se técnicos e docentes. Um dos primeiros movimentos grevistas se deu ainda na época da ditadura, no mandato do Reitor Diógenes da Cunha Lima (1979 – 1983). Na época, o Secretário-Geral do MEC – Ministério da Educação e Cultura – Coronel Sérgio Pasquale, visitou o Rio Grande do Norte e foi recebido por várias autoridades do estado, entre elas o Reitor Diógenes da Cunha. Na ocasião, um grupo de servidores, cuja liderança se dava através do técnico-administrativo Senival Alves, declarou em público que estava em greve, desmentindo a informação de que não se via paralisação na UFRN.

Foi um momento de grande tensão e que rendeu algumas visitas ao gabinete do Reitor, após o ocorrido. Paralelo a isso, outro grupo se formava, com ideias diferentes, mas com objetivos semelhantes: disputar o espaço do movimento sindical para garantir a luta dos trabalhadores. O grupo, que ficou conhecido como “oposição cutista”, fazia um forte trabalho de formação através da distribuição de jornais que, em sua maioria, eram impressos com dinheiro oriundo da realização de festas, da venda de camisas, bottons, etc. Além disso, aqueles militantes que possuíam melhores condições financiavam do próprio bolso os materiais do grupo (folders, cartazes etc.). Esse dinheiro também era usado para viabilizar a participação em congressos e plenárias. Na verdade, esse período foi muito rico no surgimento de lideranças e militantes dispostos a lutar, sendo, em sua maioria, originários de outros movimentos, como o estudantil e o político-partidário (PT, Partido Comunista, MR8, PC do B, PMDB e outros).

Nomes como os de Senival Alves, José Evangelista, José Serafim da Costa, Jair do Nascimento, José Rebouças, Graça Barbosa, Getúlio Marques, Fátima Barbosa, Maria da Guia, Norma Lúcia e muitos outros que se chegavam ao movimento foram peças-chave no processo de construção do sindicato. Em meio a tanta pluralidade, inicialmente, o objetivo comum era garantir a luta dos trabalhadores por meio de uma estrutura que já existia, a Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – AFURN. Havia um descontentamento geral na categoria em relação à atuação da direção da AFURN, representada na pessoa de seu presidente Cavalcanti, pois se dizia que essa direção era vinculada ao Governo, além de ser muito conservadora e assistencialista.

A forma de mudar essa realidade, na visão dos militantes da época, seria concorrer à direção da AFURN e tomar a frente das lutas. Nesse objetivo, as forças políticas fizeram um acordo e formaram uma chapa que, ao final do processo eleitoral, obteve a vitória no pleito. A direção empossada foi representada pelo presidente Jaime Calado e pelo vice-presidente Senival Alves. No entanto, mais uma fase difícil marcou a história, pois na prática essa direção sofreu com as divergências e a incompatibilidade no modo de trabalho.

Como resultado disso, parte da direção renunciou aos cargos, havendo uma forte ruptura no movimento. Após esse episódio, o grupo de “oposição cutista” passou a andar individualmente, ou seja, sem formar qualquer tipo de aliança, inclusive lançando chapas nas outras duas eleições subsequentes da AFURN, porém sem sucesso. Foi, nesse momento, que uma nova fase se acendeu no movimento da UFRN: integrantes da direção da AFURN, representada pelo seu presidente Gilberto Florentino, começaram a reavaliar sua atuação e a repensar o movimento em âmbito local e nacional. Com isso, surgiu a possibilidade de fazer um trabalho conjunto com todos os envolvidos no movimento da universidade, com um único objetivo: o da criação do sindicato.

Em resumo, a criação do sindicato foi o resultado da mobilização de vários grupos políticos atuantes na UFRN”.¹⁸⁰

180. Trecho do livro *Um ano para ficar na história* (SINTEST/RN, 2009).

A Constituição é a lei maior, a Carta Magna, que organiza o Estado brasileiro. Após o fim do Regime Militar, em todos os segmentos da sociedade, era unânime a necessidade de uma nova Carta, pois a anterior havia sido promulgada em 1967, em plena Ditadura Militar. A atual Constituição Federal do Brasil, chamada de “Constituição Cidadã”, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988.

Em relação às Constituições anteriores, a Constituição de 1988 representou avanços. Entre as modificações mais significativas, estavam o direito à greve e o de liberdade sindical. E foi exatamente nesse momento que trabalhadores de todo o Brasil puderam discutir a criação de sindicatos no serviço público, já que antes da constituição essa possibilidade não existia. Na verdade, o sindicalismo no setor público já existia, não formalmente, mas através da intervenção interna e externa das “associações de servidores” – formalmente com natureza civil, de caráter beneficên-

te – ou outras formas de organizações diversas da figura “clássica” do sindicato. No caso da UFRN, quem cumpria esse papel era a AFURN. Nesse cenário, o grupo formado por servidores da UFRN, militantes de várias forças políticas, começou a se reunir no ano de 1988, mas com a finalidade de concretizar a criação de um sindicato.

Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria [...] O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. Viva a Constituição de 1988! Viva a vida que ela vai defender e semear!¹⁸¹

181. Trecho do discurso do deputado constituinte Ulysses Guimarães, no dia 05 de outubro de 1988; na ocasião da promulgação da Constituição Federal vigente.

Esse grupo já vinha de um amadurecimento anterior, da época da ditadura, cuja escola principal foram os partidos políticos, através, principalmente, da qualificação teórica recebida por eles. Em 1989, em um congresso da FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras realizado em São Paulo, uma resolução orientou a criação de sindicatos em todo o Brasil. Foi quando o grupo decidiu redigir uma cartilha explicando a diferença entre sindicato e associação. Na época, alguns defendiam a transformação da AFURN em sindicato, uma vez que esta já possuía sustentabilidade financeira. Enquanto isso, outros acreditavam que a AFURN não poderia acumular os dois papéis – social e político, além de muitos mostrarem descontentamento com as administrações da AFURN. Outra problemática era o fato da AFURN não poder representar os servidores juridicamente, já que o seu papel era puramente social. Para completar o quadro, existia uma resistência dos próprios funcionários, pois eles achavam que era mais uma entidade a lhes cobrar.

Em 1989, depois de 29 anos da eleição direta que levou Jânio Quadros à Presidência da República, o alagoano Fernando Collor de Mello foi eleito o primeiro presidente civil, pós-ditadura. Já nos primeiros 15 dias de mandato, Collor lançou um pacote econômico que levou seu nome, bloqueando o dinheiro depositado nos bancos (poupança) de pessoas físicas e jurídicas. O episódio ficou conhecido como “o confisco”. Entre suas medidas para a economia, havia uma reforma administrativa que extinguiu órgãos e empresas estatais e promoveu as primeiras privatizações, abertura do mercado brasileiro às importações, congelamento de preços e prefixação dos salários.

O plano trouxe uma das maiores recessões da história brasileira, resultando no aumento do desemprego e na quebra de empresas. Foi nesse contexto que o SINTEST/RN deflagrou sua primeira greve juntamente com outros setores do serviço público federal do estado. O caso envolvendo Collor estourou em outubro de 1991 e o processo de cassação começou sete meses depois. Em 10 de maio de 1992, a revista *Veja* publicou um dossiê elaborado por Pedro Collor de Mello, irmão do presidente, sobre o chamado “esquema PC” de corrupção. Nele, afirmava que Paulo César de Farias era um testa de ferro e que o beneficiário da corrupção era o próprio presidente. A Câmara instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias contra PC em 26 de maio de 1992. A ligação do “esquema PC” com a presidência foi confirmada por Francisco Eriberto Freire França, ex-motorista de Collor. O processo de cassação foi aberto em 29 de setembro de 1992 e Collor foi afastado. Horas antes de ser anunciado o *impeachment*, em 29 de dezembro de 1992, ele renunciou. Por fim, foi julgado por crime de responsabilidade e perdeu os direitos políticos por oito anos.

Após o avanço das discussões, finalmente, no ano de 1991, pôde-se concretizar o projeto de criação de um sindicato. A decisão final foi criar uma seção sindical, na já existente AFURN, que repassaria 20% de sua arrecadação para o sustento desse novo “braço”. Essa decisão se deu por vários fatores: além da viabilidade financeira e legal, a própria direção da AFURN, representada na época por Gilberto Florentino, concordava que não era interessante a criação de outra entidade concorrente, aceitando apoiar a criação do SINTEST/RN – Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau dentro da AFURN. Por causa das divergências, houve uma forte perseguição aos que defendiam a criação do sindicato, principalmente por parte de pessoas que achavam que o sindicato iria atrapalhar a vida da AFURN. Em meio a tudo isso, no dia 12 de abril daquele ano, foi realizado o 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau, no auditório da Reitoria, ocasião do nascimento de fato do SINTEST/RN.

A direção provisória foi montada a partir das pessoas que estavam envolvidas no propósito da criação da entidade desde 1988. Eram pessoas que já vinham trabalhando o convencimento dos outros colegas sobre a importância da

existência de um sindicato. O modelo de diretoria foi baseado no da FASUBRA, com três coordenadores gerais, tesouraria, oito secretarias e suplência. Inclusive, nesse mesmo congresso, ficou decidida a filiação do sindicato à FASUBRA. Somando-se direção e conselho fiscal, dezenove pessoas assumiram funções, sendo considerados sócios fundadores do SINTEST/RN, além daqueles que assinaram a lista de presença da plenária.

XII Considerações Finais e Recomendações

Membros da Comissão da Verdade da UFRN

O conjunto de recomendações direcionadas à CNV se constitui em observância à Lei federal nº 12.528, de 18 de dezembro de 2011, que dispõe, dentre outros pontos, sobre os objetivos do colegiado referenciado. Nesse sentido, propõem-se a esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos; promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e, por fim, recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional, através da proposição de mudanças legislativas e de instituições.

Abaixo seguem as recomendações propostas pela Comissão da Verdade da UFRN para a Magnífica Reitora da UFRN.

1.2 RECOMENDAÇÕES GERAIS

Primeira: Utilização do prédio histórico onde funcionou a Faculdade de Direito da UFRN para abrigar o acervo documental e audiovisual sobre o período da ditadura civil-militar e o material produzido pela Comissão da Verdade da UFRN, em forma de memorial da resistência universitária.

Segunda: Fazer o reconhecimento simbólico e público da violação aos direitos humanos contra membros da UFRN; e homenagear, com as cautelas estatutárias, os professores e alunos assassinados e, de alguma forma, vilipendiados pelo regime discricionário, consoante já registrados neste Relatório com a colocação dos seus nomes em memoriais e logradouros das unidades pertencentes a UFRN e espaços da administração universitária em cerimônia oficial; criação de obras ou painel artístico em que se registre os reflexos do regime de exceção nas atividades acadêmicas e administrativas, mediante abertura de Concurso Público destinado aos artistas plásticos da própria universidade.

Terceira: Fazer oposição de placa simbólica no local onde funcionou a extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFRN (Subsolo da Biblioteca Central Zila Mamede), com alusão à sua função repressiva.

Quarta: Recomendar que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a título simbólico e com as cautelas estatutárias, proponha ao Conselho Universitário a revogação de todas as Resoluções autoritárias dele emanadas, durante o período da ditadura, que tiveram por objeto o tolhimento das liberdades constitucionais de manifestação, pensamento e liberdades didático-científica, patrimonial, financeira e administrativa.

Quinta: Providencie um acondicionamento ideal para o acervo de documentos do Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, notadamente os que dizem respeito à memória institucional e administrativa, na parte que toca às antigas Faculdades, Escolas e Institutos.

Sexta: Que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte incentive a publicação de trabalhos sobre o período da Ditadura Militar e os seus reflexos no Rio Grande do Norte e na UFRN, como igualmente criando bases de pesquisa sobre esse tema.

1.3 RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

Atendimento às Recomendações aprovadas em processos individualizados originários na Comissão da Verdade da UFRN.

1.3.1 Caso do ex-servidor Alberto Lima, Relator Moisés Alves

PROCESSO nº 23077.049876/2013-99

Interessados:

ALBERTO LIMA LEITE

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do processo: APURAÇÃO

Assunto detalhado: APURAR POSSÍVEL DISCRIMINAÇÃO IDEOLÓGICA E RESTRIÇÃO AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS.

Relator: MOISÉS ALVES DE SOUZA

SÍNTESE

O ex-servidor Alberto Lima Leite endereçou petição à Comissão da Verdade da UFRN na qual alegou discriminação ideológica como motivação para não concessão de benefício de equiparação salarial ao nível superior. Afirmou que o Processo nº 1.837/1981 foi extraviado da mesa de despachos do então Reitor Diógenes da Cunha Lima. Disse ainda ter recebido da referida autoridade universitária aconselhamentos para saída da instituição e ter sofrido discriminações de outros servidores públicos em razão de sua postura política ideológica, porquanto entendimento divergente da ordem ditatorial ora em curso.

CONCLUSÃO

Pelo que foi possível constatar dos depoimentos tomados, não houve nenhuma discriminação quanto a questões ideológicas, levando a crer que ocorreu um lamentável descompasso na tramitação do processo e, em razão disso, não foi concluído o pleito do interessado. Também não foi encontrada nenhuma prova material das razões da perda do seu processo nem de ação de auditores do MEX a respeito da reclamação feita, senão pelas referências testemunhais. O Reitor Diógenes da Cunha Lima, ouvido em termo de declarações, disse desconhecer o fato em que foi acusado de haver tratado o interessado com descaso, ficando a palavra contra a palavra de cada um, pois os

demaís ouvidos não confirmam o alegado. Poderia ter ocorrido uma irregularidade simplesmente administrativa, passível de reparação em instância superior administrativa ou pela via judicial.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado ALBERTO LIMA LEITE foi injustiçado em não receber o mesmo tratamento dado a outro servidor na mesma situação – Márcio Roberto Guedes Vianna, que passou a exercer a função de Técnico de Administração, cujos vencimentos em 15/7/81 eram os mesmos dos seus colegas que foram beneficiados como “Economistas”, tendo esse mesmo cargo recebido mais adiante a nomenclatura de Código LT-NS-923, pelo que concluímos por invocar o princípio da isonomia de que cuida a Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos I, XIV e XXXIII.

Em assim sendo, votamos no sentido de que o seu caso seja objeto de RECOMENDAÇÃO para ser REEXAMINADO em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma vez que se conhece o número do processo de Equiparação salarial e promoção de Alberto Leite e José Gurgel que teve o nº 18237/1981 e que resultou extraviado. Natal, 06 de setembro de 2013.

1.3.2 Caso do Cidadão Manoel Meireles, Relator Carlos Gomes

PROCESSO nº 23077.010959/2014-79

Interessados:

MANOEL MEIRELES AMORIM BATISTA
COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do processo: APURAÇÃO

Assunto detalhado: APURAÇÃO DE DIREITO A PENSÃO – RECUPERAR INFORMAÇÕES DO DESFECHO DO PROCESSO DE PENSÃO DO INTERESSADO,

INCLUSIVE SE HOUVE ENCAMINHAMENTO AO INPS (HOJE INSS) PARA FIXAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

Relator: CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

SÍNTESE

Trata o presente processo de requerimento apresentado pelo Senhor Manoel Meireles Amorim Batista para verificar o desfecho de pleito seu, através do seu tutor Derval Gonçalves de Amorim, deferido na UFRN, que lhe concedeu pensão especial, com base na Lei de Anistia, enquanto permanecesse menor de idade (nasceu em 08/12/1978), em razão de seu pai Jorge Batista Filho haver obtido, *post mortem*, o restabelecimento dos direitos funcionais na condição de Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, após rescisão contratual motivada por intromissão da Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, em razão da atuação política do referido docente.

CONCLUSÃO

Não nos cabe aqui discutir a questão jurídica da concessão ou da prescrição, mas sim a obrigação da UFRN em dar conta do desfecho do processo dentro do seu espaço funcional e provar o encaminhamento ao INPS para então ser possível a perquirição do direito pela via possível.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado MANOEL MEIRELES AMORIM BATISTA tem o direito de pleitear esclarecimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte a respeito do desfecho do Processo nº 23077.002044/88-46 – UFRN, que lhe concedeu o direito ao recebimento de pensão face o falecimento do seu pai Jorge Batista Filho, Professor da UFRN, reintegrado e com todos os direitos restabelecidos reparando ato de intolerância decorrente do seu engajamento no movimento político contra a ditadura e que faleceu tragicamente e simplesmente não considerado tal tragédia para efeitos funcionais.

Em assim sendo, votamos no sentido de que seu caso seja objeto de RECOMENDAÇÃO para, no prazo de trinta dias, face a exiguidade do tempo de funcionamento desta Comissão e a proximidade do prazo prescricional ser REEXAMINADO em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, na hipótese de não localização de qualquer indício do quanto solicitado, providencie diligência junto ao INSS para a localização do processo possivelmente a ele encaminhado, a fim de fixação de responsabilidades, dando-lhe, assim, o rumo que for necessário para o desfecho do processo, hoje arquivado, por entender ser de direito e de justiça. Natal, 21 de fevereiro de 2014.

1.3.3 Caso do Professor Rinaldo Barros, Relatora Ângela Ferreira

PROCESSO Nº 23077.017008/2014-21

Interessados:

RINALDO CLAUDINO DE BARROS
COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do processo: APURAÇÃO

Assunto detalhado: APURAR POSSÍVEL PRETERIMENTO À CONTRATAÇÃO NO CARGO DE PROFESSOR POR PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Relatora: MARIA ÂNGELA FERREIRA

SÍNTESE

O presente processo decorreu de depoimento prestado à Comissão da Verdade da UFRN na sua reunião do dia 15 de março de 2013, na qual o Professor Rinaldo Claudino de Barros teceu comentários sobre uma situação inusitada com ele ocorrida, quando indicado para fazer curso de pós-graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, de Campinas, Estado de São Paulo, juntamente com outros colegas. Afirmou que o envio de docentes para cursar mestrado e a posterior contratação pela Universidade fazia parte da política acadêmica de fomento à qualificação docente e que, no retorno do referido curso, todos os professores eram contratados sob termo de compromisso emitido

pela própria instituição. Entretanto não foi contratado, diferentemente do que aconteceu com os demais. Afirmou ainda que, à época, soube que o seu aproveitamento foi contra indicado pela então Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, em razão de sua postura política e ideológica e seu envolvimento em movimentos de contestação ao governo militar.

CONCLUSÃO

Pelo que foi possível constatar dos depoimentos tomados e documentação recolhida nos arquivos localizados na UFRN e em outras fontes, o Professor Rinaldo Claudino de Barros foi enquadrado em vários inquéritos, processado e condenado sob a alegação de subversão, pelo que não resta qualquer dúvida de que as restrições que ocorriam em relação ao mesmo tinham cunho eminentemente ideológico, podendo ser colocado entre os envolvidos em processos que ensejam o enquadramento na Lei de Anistia, com as consequências legais.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado RINALDO CLAUDINO DE BARROS foi prejudicado em não ter sido contratado para o cargo de Professor da UFRN, para o qual foi autorizado a realizar curso de pós-graduação na UNICAMP – Campinas, Estado de São Paulo, apesar de haver requerido tal providência e o seu processo ter misteriosamente ‘desaparecido’, sem qualquer explicação nem apuração oficial. Ademais disso, está sobejamente provado que o interessado foi vítima de violação dos seus direitos humanos, tanto física, quanto materialmente, não sendo atendido em seus pleitos referidos no Relatório, o que lhe confere o direito de enquadramento como vítima do Estado, especificamente da UFRN, e passível de merecer reparação de acordo com a Lei de Anistia.

Em assim sendo, votamos no sentido de que o seu caso seja objeto de RECOMENDAÇÃO para ser REEXAMINADO em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para que, simbolicamente, seja reconhecido que o Professor Rinaldo Claudino de Barros foi Professor da Univer-

cidade Federal do Rio Grande do Norte, porquanto deveria ter sido contratado como tal, da mesma forma como ocorreu com os seus colegas de pós-graduação, restaurando-se, dessa forma, a sua história acadêmica, postergada por um ato arbitrário, publicando-se oficialmente em Boletim Administrativo, para os fins e efeitos de direito. É o meu voto. Natal, 21 de março de 2014.

1.3.4 Caso do Professor Juliano Siqueira, Relator Juan de Assis

PROCESSO 23077.034801/2014-94

Interessados:

JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA
COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do processo: APURAÇÃO

Assunto detalhado: APURAR DENÚNCIA DE FRAUDE EM CONCURSO DE MONITORIA (POSSÍVEL MUDANÇA DO RESULTADO DO CERTAME POR AÇÃO DA EXTINTA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES - UFRN)

Relator: JUAN DE ASSIS ALMEIDA

SÍNTESE

Trata o presente feito de denúncia formulada pelo Professor JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA, lotado no Departamento de Direito Público, na oportunidade em que prestou depoimento à Comissão da Verdade da UFRN, na reunião ordinária do dia 22 de fevereiro de 2013. Alegou que, na época de graduando do Curso de Direito da UFRN, participou de concurso para monitor da disciplina de “Ciência Política”, em 1976, do Departamento de Estudos Sociais – CCHLA, e, apesar de ter obtido aprovação com nota máxima em todas as fases desse certame, foi preterido na ocupação da vaga objeto da disputa, sob indicativo de intromissão da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, tudo na conformidade do quanto transcrito do seu depoimento, que faz parte deste processo, posteriormente renovado, em aparte, na sessão ordinária de 05 de Julho de 2013.

CONCLUSÃO

Em sede de conclusão e pelo que foi possível constatar dos depoimentos tomados e documentação recolhida nos arquivos localizados na UFRN e em outras fontes, o Professor Juliano Siqueira foi efetivamente preterido por opinativo da ASI, certamente pelos fatos do seu enquadramento em vários inquéritos, processado e condenado como incurso na Lei de Segurança Nacional, bem como pela intensa participação em movimentos que divergiam das bases ideológicas do regime militar, pelo que não resta qualquer dúvida de que as restrições que ocorriam em relação ao mesmo tinham cunho eminentemente ideológico, podendo ser colocado entre os envolvidos em processos que ensejaram o enquadramento na Lei de Anistia e na Lei nº 10.559/2002 – Lei do Anistiado Político, com as suas consequências legais.

VOTO

CONSIDERANDO que após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA foi prejudicado em não ter sido contratado para o cargo de Monitor da disciplina Ciência Política, para a qual logrou as melhores notas, sob a absurda alegação de “não haver comparecido às provas”, numa atitude clara e típica de perseguição política em razão de sua postura ideológica, contando com opinião desfavorável da ASI, através do seu Chefe Adriel Lopes Cardoso, consoante prova documental e testemunhal coligida na instrução do processo;

CONSIDERANDO a missão da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em identificar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no interior da UFRN durante a ditadura militar e recomendar propostas de reparação aos atingidos pela repressão em suas dependências, como preconiza a Lei Federal nº 12.528/2012 e a Portaria nº 1.809/12 – Reitoria;

CONSIDERANDO o Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Art. 10º da Lei Federal nº 10.559/2002 dispor sobre a competência

exclusiva do Ministério da Justiça, para expedição da Declaração de Anistiado Político e efetivar os demais direitos dela decorrentes;

CONSIDERANDO que a reparação econômica só poderá ser concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia, correndo à conta do Tesouro Nacional, conforme o Art. 3º, caput e §§1º e 2º da Lei do Anistiado Político;

CONSIDERANDO a possibilidade da Universidade reconhecer, oficialmente, o fato deletério e sua motivação política, como ação reparatória legalmente permitida, VOTAMOS no sentido da RECOMENDAÇÃO para o caso do interessado ser objeto de REEXAME em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e que seja reconhecida, por Ato da Reitora, a ocorrência da preterição à contratação do então discente JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA, como monitor da disciplina de 'Ciência Política', por móvel exclusivamente político e repressivo da ASI-UFRN, consubstanciado nas hipóteses do Art. 2º, VII e XVII da Lei Federal nº 10.559/2002, pelo prazo que deveria ter durado a contratação, para fins e efeitos de direito, devendo essa decisão ser anotada em sua Ficha Funcional de docente e constar do relatório final desta Comissão, para ampla divulgação à sociedade. Natal, 27 de junho de 2014.

1.3.5 Caso da Professora Luíza Maria Nóbrega, Relator Carlos Gomes

PROCESSO nº 23077.044181/2014-00

Interessados:

LUIZA MARIA NÓBREGA
COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do processo: SOLICITAÇÃO

Assunto detalhado: SOLICITA, EM VIRTUDE DE VIOLAÇÃO DOS SEUS DIREITOS, QUANDO ESTUDANTE, NO PERÍODO DO GOVERNO MILITAR, COMPENSAÇÃO PELA UFRN PARA OBTER PROGRESSÃO DA CATEGORIA DE PROFESSOR ADJUNTO III PARA ASSOCIADO IV

Relator: CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

SÍNTESE

O caso sob exame cuida de pleito formulado pela Professora Adjunta III LUÍZA MARIA NÓBREGA, do quadro desta UFRN, lotada no Departamento de Artes, por haver sofrido repressão do Governo Militar quando estudante do Curso de Sociologia e Política, prejudicando a sua trajetória profissional e argumentando questão de justiça, pleiteia uma promoção funcional da categoria de Professor Adjunto III para Associada IV.

CONCLUSÃO

Pela análise dos autos encontramos provas suficientes de que a postulante foi vítima da repressão pelo Governo Militar e de forma indevida, levando-se em conta o seu enquadramento na Lei de Anistia, que lhe concedeu indenização, consoante relata a referida interessada na oportunidade em que prestou depoimento na sessão desta Comissão realizada no dia 29 de novembro de 2013, como comprovam a transcrição de sua entrevista e a ata da referida reunião, bem como quando menciona o trabalho *O destino interrompido – memorial de uma fuga*, com o que obteve a condição de anistiada política e indenização pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Informa-se que há registro de ter sido indiciada em Inquérito Administrativo na Fundação José Augusto, em 1970, perante a Diretoria da Faculdade de Sociologia e Política, com enquadramento no Decreto-Lei 477/69, supostamente por “agitação em sala de aula”, juntamente com Alfredo Santiago, Jonaldo Carvalho e Francisco Dagmar Fernandes, mas que foram todos absolvidos pelo Ministério da Educação.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que a interessada LUÍZA MARIA NÓBREGA foi vítima de atos repressivos que violaram os seus direitos humanos, causando-lhe traumas psicológicos e obrigando-a a mudar o rumo da sua vida. No entanto, ao tempo em que tais fatos aconteceram, a postulante era estudante da UFRN, mas o seu indiciamento não ocorreu no âmbito da Universidade e sim por órgão externo do Governo Militar, não havendo nexo de causalidade entre

a repressão sofrida e seu ingresso na cátedra da Instituição Federal de Ensino Superior. Contudo, ainda nesse período, há registro de ter sido indiciada em Inquérito Administrativo na referida Fundação José Augusto, em 1970, perante a Diretoria da Faculdade de Sociologia e Política, com enquadramento no Decreto-Lei 477/69, supostamente por “agitação em sala de aula”, juntamente com Alfredo Santiago, Jonaldo Carvalho e Francisco Dagmar Fernandes, mas que foram todos absolvidos pelo Ministério da Educação. Em 1975, esse curso (docentes e discentes) foi absorvido pela UFRN. Nestas circunstâncias, algum prejuízo que a repressão lhe tenha causado, em princípio, somente poderá ser revisto na instância competente, ou seja, na Comissão de Anistia, e na Lei nº 10.559/2002 – Lei do Anistiado Político.

Ademais disso, a competência das Comissões da Verdade é limitada, nos termos da Lei Federal nº 12.528/2012, como igualmente na Portaria nº 1.809/12-Reitoria da UFRN, que trilha pelo mesmo norteamento, tudo tendo por regência o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais e o art. 10 da Lei Federal nº 10.559/2002 que fixa a competência exclusiva do Ministério da Justiça, para a expedição da Declaração de Anistiado Político e determina os demais direitos dela decorrentes. No caso agora examinado, a postulante pleiteia, em especial, por uma COMPENSAÇÃO no âmbito administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mediante uma progressão horizontal e vertical na sua carreira docente, mais precisamente da categoria de Professor Adjunto III para Associado IV, o que depende de avaliação de pontuação, conforme dispõem as RESOLUÇÕES nºs 186/93-CONSEPE, de 05 de outubro de 1993 e Nº 099/2006-CONSEPE, de 08 de agosto de 2006, assunto que foge às atribuições da Comissão da Verdade da UFRN.

Todavia, considerando que o assunto é de indagação de ordem jurídica, vislumbramos a possibilidade de que a matéria possa ser analisada pela via regular na própria Universidade, razão pela qual voto no sentido de **recomendação** para que o processo seja **examinado** na instância própria da UFRN, que para tanto possui todos os organismos apropriados. Natal, 25 de julho de 2014.

1.3.6 Caso da Professora Sandra Fernandes Erickson, Relator Ivis Bezerra

DOCUMENTO Nº 23077.013810/2014-41

Interessada:

SANDRA SASSETTI FERNANDES ERICKSON

Tipo de documento: CARTA

Observação: CARTA DA PROFESSORA SANDRA S. F. ERICKSON PARA A COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN APRESENTANDO SUGESTÕES AO PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE HISTÓRICA.

Relator: IVIS ALBERTO LOURENÇO BEZERRA DE ANDRADE

SÍNTESE

A Professora Sandra Sassetti Fernandes Erickson, do Departamento de Línguas e literaturas estrangeiras modernas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), endereçou à Comissão da Verdade da UFRN carta contendo sugestões a compor o capítulo de Recomendações do Relatório Final desta Comissão. As propostas versavam sobre ações de cunho simbólico, de resgate histórico e memorialístico da instituição e outras providências de natureza administrativa.

DECISÃO

“a) aproveitamento das sugestões dos números **6** (concessão de título aos estudantes Emmanuel Bezerra, José Silton Pinheiro e ao servidor Luiz Damasceno, pelos prejuízos sofridos com a repressão e em sessão solene); **7** (fazer aposição de placa simbólica alusiva às turmas e dos honoráveis referidos); **11** (criar espaço e recursos na EDUFRN para publicação dos trabalhos das Comissões da Verdade da UFRN, do Estado e Município); **12** (criar Memorial com os documentos obtidos); **13** (criar espaços de memória nos campi para divulgação das pessoas e ações em prol da democracia, colocando-se placas alusivas nos locais de acontecimentos pertinentes à repressão); e **14** (realizar um evento para

honrar os professores e funcionários perseguidos pelo regime); b) a proposta do item **8** (conceder título de livre docente ao Professor Juliano Siqueira) cuida de procedimento já apreciado por esta Comissão, com recomendação para a Reitora); c) item **5** (retirar gratificações e benefícios concedidos pelo regime militar a agentes e administradores da ASI) reconheceu que são totalmente inexecutáveis por questões legais e práticas; d) os itens **3** (retirar nomes e símbolos – fotos, esculturas, iconografia – do Reitor militar (Genário Fonseca), seria destruir a própria história da Instituição, que é feita por pessoas e atitudes positivas e negativas; **4** (proposta para cassar os títulos de Doutor ‘Honoris Causa’ de “todo e qualquer militar e pessoa reconhecida como apoiador do regime militar (Roberto Marinho e muitos outros)” – a competência para a cassação é do Conselho Universitário, que os outorgou. O fato poderá ser objeto de representação à Reitora, na qualidade de Presidente do CONSUNI. A proposta da missivista não cita nomes específicos, mas sugere cassar os títulos de “todo e qualquer militar e pessoa reconhecida como apoiador do regime militar...”, como já foi transcrito. Igualmente não informa sobre possíveis vítimas de atos autoritários por parte dos homenageados e tal omissão colocaria o Pleno do Conselho Universitário em dificuldades para reexaminar a outorga de dezenas de homenagens; **9** (divulgar publicamente os nomes das pessoas que nos Conselhos da UFRN propuseram e votaram a favor da concessão do referido título a ditadores e apoiadores do regime militar) – considerou falta de ética para com o CONSUNI atual.

CONCLUSÃO

Opinou pela negativa ao atendimento dos itens 3, 4 e 9 do conjunto de sugestões e decidiu comunicar à Magnífica Reitora, na condição de Presidente do Conselho Universitário, o teor das decisões desta Comissão. **A Comissão**, por unanimidade aprovou o voto do relator quanto aos itens 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 e, **por maioria**, quanto ao item 4, sendo o voto divergente do representante do DCE, pontuando que a Comissão da Verdade, em virtude da pertinência temática, poderia analisar quais militares e civis colaboradores da ditadura militar, poderiam ter suas homenagens retiradas pela Universidade e, que tal análise, a título de recomendação, fosse endereçada ao Conselho Universitário, a quem compete legalmente e regimentalmente a apreciação do

assunto; assim votou pela aprovação do item 4 e que fosse feita recomendação à Reitora para submeter ao CONSUNI a proposição dos estudantes, que nomina as pessoas agraciadas com títulos universitários que, possivelmente, poderiam ser objeto de reanálise da oportunidade e conveniência da concessão, conforme requerimento já entregue à referida autoridade universitária e que faz parte da decisão”. Natal, 08 de agosto de 2014.

1.3.7 Carta do ex-servidor Francisco Canindé Pegado, Relator Juan de Assis

PROCESSO/DOCUMENTO: 23077.051327/2014-65

Interessado: FRANCISCO CANINDÉ PEGADO

Expressão-chave: SOLICITAÇÃO

Assunto detalhado: SOLICITAÇÃO DE REPARAÇÕES ECONÔMICAS E PREVIDENCIÁRIAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS NOS TERMOS DA LEI Nº 10.559/02.

Relator: JUAN DE ASSIS ALMEIDA.

SÍNTESE

Trata a espécie de petítório apresentado pelo servidor FRANCISCO CANINDÉ PEGADO, ao Ministério da Educação (MEC), no qual pleiteia reparações econômicas, previdenciárias e outras providências nos termos da Lei Federal nº 10.559/2002. Alegou que seu afastamento e posterior aposentadoria seu deu após a ocorrência, segundo o postulante, de atritos com o então Diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-RN) Coronel José Estevam Mosca.

Em ato contínuo, o Chefe-adjunto do Gabinete do Ministro da Educação remeteu à Subsecretaria de Assuntos Administrativos para ciência e providências cabíveis. Esta decidiu pelo envio dos autos à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em observância ao inciso IV do artigo 4º da Portaria/MEC nº 1.074/2009, que estabelece a necessidade de análise prévia do órgão seccional, a qual esteja vinculado o servidor, para que, então, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MEC possa apresentar opinativo final.

De ordem da Reitora, acatando sugestão da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, o referido processo foi encaminhado para análise da Comissão da Verdade da UFRN.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendo que a Comissão da Verdade da UFRN deve considerar que não foi possível constatar, em suas pesquisas, qualquer indício de perseguição político-ideológica contra o servidor requerente, o que frustra, a priori, o seu enquadramento na Lei de Anistia e na Lei Federal nº 10.559/2002, com as suas consequências legais.

VOTO

CONSIDERANDO que, após a análise detida do processo e à vista do que foi levantado na instrução, nenhum episódio de natureza política foi detectado por esta Comissão, episódio este que apresentasse nexo de causalidade com o afastamento e posterior aposentadoria do servidor FRANCISCO CANINDÉ PEGADO, notadamente a ocorrência, segundo o postulante, de atritos com o então Diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-RN) Coronel José Estevam Mosca, consoante pesquisa no material audiovisual, documental e testemunhal em poder da CV-UFRN;

CONSIDERANDO a missão da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em identificar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no interior da UFRN durante a ditadura militar e a possibilidade de subsidiar, como seus relatórios e acervos, possíveis requerimentos à Comissão de Anistia, como preconiza a Lei Federal nº 12.528/2012 e a Portaria nº 1.809/12 – Reitoria;

CONSIDERANDO o Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Art. 10º da Lei Federal nº 10.559/2002 dispor sobre a competência exclusiva do Ministério da Justiça, para expedição da Declaração de Anistiado Político e efetivar os demais direitos dela decorrentes;

CONSIDERANDO que a reparação econômica só poderá ser concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia, correndo à conta do Tesouro Nacional, conforme o Art. 3º, caput e §§1º e 2º da Lei do Anistiado Político;

CONSIDERANDO que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte só pode proceder a reintegração do requerente no serviço público federal, com suas devidas progressões e posterior aposentadoria, após a obtenção da condição de anistiado político, devidamente emitida nos termos do Art. 2º, VI da Lei nº 10.559/02 e que o fato deletério tenha pertinência com o seu afastamento da UFRN;

Votamos, no sentido de RECOMENDAR, que o caso seja objeto de EXAME pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em observância aos artigos 10 a 12 da Lei Federal nº 10.559/2002, instância legal única para a apreciação da anistia política, da qual decorrem todas as outras postulações do requerente. Em consequência, somos pela remessa do processo ao órgão referenciado, para fins e efeitos de direito. Natal, 19 de setembro de 2014.

Referências

- ADRIEL IMPLANTA terror na Universidade. *Tribuna do Norte*, Natal, 14 ago. 1979.
- AFFONSO, Almino. *1964 na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial Governo do Estado de São Paulo; Fundap, 2014.
- ALMEIDA, Juan de Assis. *Pesquisas para a Comissão da Verdade da UFRN*. Natal: textos e apontamentos, 2013.
- ALMEIDA, Lailson de. *Lailson de Almeida*: depoimento [12 jul. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.
- AMARAL, Vera Lúcia do. *Vera Lúcia do Amaral*: depoimento [19 jul. 2013]. Depoimento concedido à ADURN/Sindicato. Natal, 2013.
- ANDRADE, Ivis Alberto Lourenço Bezerra de. *Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade*: depoimento [03 maio 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.
- ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. *A Organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. 1994. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.
- ARAÚJO, Ausônio Tércio de. *Ausônio Tércio de Araújo*: depoimento [17 set. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em audiência no CERES/Caicó. Caicó/RN, 2013.
- ARAÚJO, Iaperi Soares de. *História da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 1955-2005*. Natal, EDUFRN, 2007. 182 p.

ARAÚJO, Iaperi Soares de. *Iaperi Soares*: depoimento [19 abr. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense/USP, 1978.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1987.

ASI AINDA FUNCIONA, mas não atende repórteres. *Tribuna do Norte*, Natal, 04 ago. 1979.

ASI AMPLIA AÇÃO agora no ETRN. *Tribuna do Norte*, Natal, 04 dez. 1979.

ASI COMEÇA A ATUAR em todo sistema educacional do RN. *Tribuna do Norte*, Natal, 04 dez. 1979.

ASI EXIGIU fichamento de alunos. *Tribuna do Norte*, Natal, 31 jan. 1980.

ASI MISTERIOSA embora desativada. *Tribuna do Norte*, Natal, 05 out. 1979.

ASI SERÁ EXTINTA pelo MEC segundo Diógenes da Cunha Lima. *Tribuna do Norte*, Natal, 13 jun. 1979.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado*: deputados federais cassados pela ditadura. Brasília: Edições Câmara, 2012. 236 p.

AZEVEDO, Joséma. *Joséma Azevedo*: depoimento [19 abr. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BARCA DA CONCILIAÇÃO e da paz. *Tribuna do Norte*, Natal, 1979.

BARROS, Genivaldo. *Genivaldo Barros*: depoimento [10 maio 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. *Anistia*: as leis internacionais e o caso brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009. 332 p.

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão popular, 1968.

BENJAMIN, César *et al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BIELSCHOWSKY, Roberto Hugo. *Roberto Hugo Bielschowsky*: depoimento [15 jul. 2013]. Depoimento concedido à ADURN/Sindicato. Natal, 2013.

BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes. *História Constitucional do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BORGES, Altamiro (Org.). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 04 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Repressão e Memória Política no contexto Ibero-Brasileiro*: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Resgate da Memória, da Verdade*: Um direito histórico, um dever do Brasil. Brasília: [s.n.], 2011a.

BRASIL. *Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 25 ago. 2014.

BRITO, João Batista de. *João Batista de Brito*: depoimento [24 jul. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em audiência no CERES/Caicó. Caicó/RN, 2013.

CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966a.

CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete*. v. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966b.

CALADO, Alder Júlio Ferreira (Org.). *Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste*. João Pessoa: Ideia, 1996.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. *O Golpe Militar no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao Ai5*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAGAS, Carlos. *113 Dias de Angústia*. Rio de Janeiro: IMAGE, 1969.

CHAGAS, Carlos. *A Ditadura Militar e Os Golpes Dentro do Golpe 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHAPA SENTINELA tem o apoio da ASI. *Tribuna do Norte*, Natal, 07 jun. 1981.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CLOVIS ACHA informações da ASI são necessárias à UFRN. *Tribuna do Norte*, Natal, 12 out. 1979.

COELHO, Pedro Rabelo. *Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente*. Santa Maria: SEDUFSM, 1996.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMPARATO, Fábio Konder. Segurança nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 1, n. 1, p. 51-57, dez. 1981.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e Outros ("guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

CORTEZ, Margarida de Jesus. *Memórias da Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler"*. Natal: EDUFRN, 2005.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRUZ, Antonio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUNHA, Carlos Henrique Pessoa; AZEVEDO, Walclei de Araújo. *Podres Poderes: política e repressão*. Natal: Infinita Imagem, 2013. 208 p

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DCE LANÇA MANIFESTOS acusando inimigos de boicotar a luta. *Diário de Natal*, Natal, 21 jun. 1968.

DECCA, Edgar Salvatori de. *1930 O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, 30 jan. 1968.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, edição especial de 12 de julho de 2005.

DIÓGENES ANUNCIA mudança no ensino universitário. *Diário de Natal*, Natal, 01 ago. 1979.

DIÓGENES: ASI vai sair do campus. *Tribuna do Norte*, Natal, 29 set. 1979.

DIÓGENES REAFIRMA o desejo de promover diálogo. *Diário de Natal*, Natal, 08 de jun. 1979.

ESTUDANTE CULPA Adriel de implantar terror na Universidade. *Tribuna do Norte*, Natal, 14 ago. 1979.

ESTUDANTES INSISTEM no desaparecimento da ASI. *Diário de Natal*, Natal, 05 jul. 1979.

ESTUDANTES QUEREM RU funcionando. *Diário de Natal*, Natal, 07 nov. 1979.

EVANGELISTA, João Emanuel. *João Emanuel Evangelista: depoimento* [11 out. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

FARIA, Dirceu Ribeiro de. Dirceu Ribeiro de Faria: depoimento [05 jun. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em audiência no CERES/Caicó. Caicó/RN, 2013.

FEMENICK, Tomislav Rodrigues. *A consciência política de Aluizio Alves: I partidos políticos: democracia ou caos*. 2013. Disponível em: < <http://tribunadonorte.com.br/noticia/a-consciencia-politica-de-aluizio-alves-i-partidos-politicos-democracia-ou-caos/255619>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

FERNANDES, Aldo. *Memória viva*. Natal, Nossa Editora, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Nova república?* São Paulo: Zahar, 1986.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). *O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: Cebela, 1995.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, José Maria Barreto. *José Maria Barreto Figueiredo: depoimento* [08 mar. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

FRANZIN, João. *Imprensa Sindical: comunicação que organiza*. São Paulo: Editora Agência Sindical, 2007.

FRIAS FILHO, Otávio. O lado escuro de Getúlio Vargas. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/08/1327487-o-lado-escuro-de-getulio-vargas.shtml>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

FUNDADOR DA UFRN contra ASI. *Tribuna do Norte*, Natal, 18 ago. 1979.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964 Aconteceu em abril*. Natal: EDUFRN, 2004.

GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a Campanha de Pé no Chão*. Natal: Autores Associados, 1982. (Coleção Teoria e Práticas Sociais).

GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989. (Coleção Teoria e Práticas Sociais).

GERMANO, José Willington. *Estado militar e a educação no Brasil (1964-1985)*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GERMANO, José Willington. Ordem e Progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Revista Educação em Questão*, v. 32, n. 18, p. 79-112, 2008a.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Cadernos CEDES*, v. 28, n. 76, p. 313-332, 2008b.

GERMANO, José Willington. O Brasil dos militares: pensamento e ação política autoritária (1930-1964). In: MARTINS, Paulo Henrique; MEDEIROS, Rogério de Souza (Org.). *América Latina e Brasil em Perspectiva*. Recife: Editora da UFPE, 2009, p. 209-2013.

GERMANO, José Willington. *José Willington Germano*: depoimento [24 jul. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2013.

GERMANO, José Willington; COSTA, Lúcia de Fátima Vieira. Nas sombras da repressão: educação e educadores na visão dos guardiães da ordem. In: FERREIRA, António Gomes (Org.). *Escolas, Culturas e identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de História da Educação, 2004, p. 263-267.

GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Claudia; DOMINGUES, Sérgio. *Manual de Linguagem Sindical*. Rio de Janeiro: Edições NPC, 2000.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Revan, 1999.

GÓES, Moacyr. *Sem Paisagem: Memórias da Prisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1991.

GÓES, Moacyr. *2 Livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 1999.

GÓES, Moacyr. *Da Fidelidade e do Risco*. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

GOMES, Carlos Roberto de Miranda. *Manifesto do Comitê em Defesa da Vida*. Natal: OAB/RN, 1989.

GOMES, Carlos Roberto de Miranda. *Traços e Perfis da OAB/RN*. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del cárcere*. Turin: Giulio Einaudi, 1977.

GUERRA, Marcos José Castro. Sobre as 40 horas de Angicos. *Em aberto*, v. 26, n. 90, p. 21-44, 2013.

GUERRA, Marcos José Castro. *Marcos José Castro Guerra*: depoimento [26 jul. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

GUERRA, Ana Maria; GUERRA, Felipe Neri de Castro; GUERRA, Marta, GUERRA, Maria Salete (Org.). *Otto: Guerra no nome, paz no coração*. Natal: Gráfica Santa Marta, 2012. 224 p.

GURGEL, Tarcísio (Org.). *Memória Viva de Otto de Brito Guerra*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2012. 100 p.

GURGEL, Tarcísio. *Programa 'Memória Viva' de Itamar de Souza*. Natal: TV Universitária, 2011. 1 DVD (60 min).

HORTA, José Silvério Baia. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1935)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

ISHAQ, Vivien; PABLO, Franco. Os Acervos dos órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.29-42, jul. 2008. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/84>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo Endrico; SOUSA, Teresa Eleutério de. *A escrita da repressão e da subversão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LEITE FILHO, F. C. *El Caudillo – Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

LIMA, Daladier Cunha. *Daladier Cunha Lima*: depoimento [14 jun. 2013]. Depoimento concedido pelo Ex-Reitor da UFRN, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

LIMA, Diógenes da Cunha. *Diógenes da Cunha Lima*: depoimento [31 maio 2013]. Depoimento concedido pelo Ex-Reitor da UFRN, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

LIMA, Hermano Machado Ferreira. *Hermano Machado Ferreira Lima*: depoimento [24 maio 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

LOBOS, Júlio. *Sindicalismo e negociação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a luta, construindo a história. *Universidade e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 68-75, 1991.

MAIA, Michele Pascoal. *A juventude universitária nos anos de 1980: as práticas culturais do movimento estudantil na UFRN*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

MARANHÃO, Djalma. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Prefácio de Darcy Ribeiro.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma história da UNE: 1945-1964*. Campinas: Pontes, 2014. 352 p.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MEC LIBEROU 1 milhão para a matrícula dos excedentes. *Diário de Natal*, Natal, 02 maio 1968, p. 5.

MEC TRANSPIRA: Diógenes contrária Portella. *Tribuna do Norte*, Natal, 17 jun. 1979.

MELO FILHO, Murilo. *Testemunho Político*. Rio de Janeiro. Bloch, 1997.

MELO FILHO, Murilo. *Tempo Diferente*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

MELLO, Thiago de. *Estatuto do Homem*. Santiago: [s.n.], 1964.

MELO, Veríssimo; CALADO, Carmen Lúcia de Araújo (atualização). *Síntese cronológica da UFRN 1958/2010*. Natal: EDUFRN, 2011. 594 p.

MIANI, Rozinaldo Antonio. *A utilização de charge na imprensa sindical na década de 80*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO garante: acabar com a ASI. *Tribuna do Norte*, Natal, 15 ago. 1979.

MOMESSO, Luiz. *Comunicação Sindical: limites, contradições e perspectivas*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

MOREIRA, Lúcio Flávio Souza. *Lúcio Flávio Souza Moreira: depoimento* [19 jul. 2013]. Depoimento concedido à ADURN/Sindicato. Natal: UFRN, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 21, n. 2, p. 43-66, 2008a. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/85/67>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 30-67, jan. 2008. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429 p.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A revolução de 30 e a finalidade política do exército*. Rio de Janeiro: Adersen, [190-?].

NAVARRO, Jurandyr. *Jurandyr Navarro: depoimento* [21 jun. 2013]. Depoimento concedido pelo diretor da AESI-UFRN, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2013.

NEWTON JÚNIOR, Carlos (Org.). *Portal da Memória: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1958-2008)*. Brasília: Senado Federal, 2008.

NOTA DA ADURN. *Tribuna do Norte*, Natal, 07 out. 1981.

NOTA DO DCE e dos excedentes da Faculdade de Medicina. *Diário de Natal*, Natal, 16 ago. 1968.

NOVO JORNAL. Natal: edição de 25/8/2013 – caderno “Cidades”.

NUNES, Antônio Alfredo Santiago. *Antônio Alfredo Santiago Nunes*: depoimento [24 maio 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

NUNES, Mário do Rosário; BERGE, Nadine; VIANA, Gilney, MONTEIRO, Bruno, RA-BELO, Valéria, Braga, Thiago (Org.). *Resgate da Memória e da Verdade*: um direito histórico, um dever do Brasil. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, Movimento Direitos Humanos, 2011. 120 p.

OTTO GUERRA acha que época da ASI já passou. *Tribuna do Norte*, Natal, 05 ago. 1979.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUEIROZ, Geraldo. *Geraldo Queiroz*: depoimento [03 maio 2013]. Depoimento concedido pelo Reitor da UFRN entre os anos de 1991 e 1995, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

REVISTA ALGO MAIS, A revista de Pernambuco. Edição “A polêmica da Verdade”. Setembro de 2012.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, n. 83, ago. 2012.

RIBEIRO SOBRINHO, Leonel. *Leonel Ribeiro Sobrinho*: depoimento [02 ago. 2013]. Depoimento concedido pelo funcionário da ASI, entre os anos de 1982 e 1984, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

RN, COMITÊ PELA VERDADE, MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA (BRASIL). Comitê de Direitos Humanos e Memória Popular (Org.). *Subversão no Rio Grande do Norte: Relatório Veras - fac similar*. 2. ed. Natal, RN: Comitê Pela Verdade RN, 2012. 85 p.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, Zacheu Luiz dos. *Zacheu Luiz dos Santos*: depoimento [12 abr. 2013]. Depoimento concedido pelo funcionário da AESI-UFRN no período de 1971 a 1975, à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SE BARCA FOSSE Reitor acabava de vez com a ASI. *Tribuna do Norte*, Natal, 07 ago. 1979.

SEMINÁRIO EM DIREITOS HUMANOS DA UFRN: Direitos na dinâmica da Sociedade. 2., 2010. Natal. *Anais...* Natal: CAAC, 2010. Disponível em: <hocavalcanti.wordpress.com/2010/05/18/ii-seminario-em-direitos-humanos-da-ufrn---direitos-na-dinamica-da-sociedade/>. Acesso em: 25 ago. 2014.

SIGILO: dependem da ASI nomeações para diretores dos centros da UFRN. *Jornal Dois Pontos*, Natal, 04 nov. 1983.

SILVA, Hélio. 1954: um tiro no coração: o ciclo de Vargas. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SILVA, Juremir Machado da. 1964: golpe midiático-civil-militar. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política no Rio Grande do Norte: 1960-1969*. 1988. 341 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1988. Cap. 5.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e Política: estudo de um movimento (RN-1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Justina Iva de Araújo Silva: depoimento* [05 jul. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. *Um ano para ficar na história*. Natal: Impressão Gráfica, 2009.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS/RN (Brasil) (Org.). *Anistia 20 anos 1979 - 1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte*. Natal, RN: Gráfica do Sindicato dos Bancários, 2000. 120 p.

SÓ A SIGLA ASI causa temor na Universidade. *Diário de Natal*, Natal, 04 ago. 1979.

SONINHO, Guilherme Marques. *O Novo Sindicalismo, a Estrutura Sindical e a Voz dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Adia, 2004..

SOUSA, Gileno Guanabara. *Gileno Guanabara: depoimento* [26 abr. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

SOUSA, Gileno Guanabara. *História da faculdade de Direito de Natal: lutas e tradições (1949-1973)*. Natal: Gráfica Editora Ltda, 1989.

SOUSA, Gileno Guanabara. *Mário Moacyr Porto: Magistrado e humanista de nosso tempo*. João Pessoa: UnipÊ Editora, 2000. 189 p.

SOUZA, Itamar de. *Universidade para quê? Para quem?* Natal: Clima, 1984.

SPINELLI, Antônio Carlos de Souza. *Antônio Carlos de Souza Spinelli*: depoimento [21 jun. 2013]. Depoimento concedido à ADURN/Sindicato. Natal, 2013.

STEPAN, Alfred. *Os militares*: da abertura à Nova República. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TAVARES, Flávio. 1964: O Golpe. Porto Alegre: L&PM, 2014. 320 p.

TINOCO, Aldo da Fonseca. *Aldo da Fonseca Tinoco*: depoimento [07 jun. 2013]. Depoimento concedido à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, 29 set. 1983.

UNIVERSITÁRIOS REUNIDOS: DCE vai distribuir carteiras estudantis. *Diário de Natal*, Natal, 14 mar. 1968.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Portal da Memória*. Brasília. DF: Senado Federal, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Portaria n. 1.809/12-R, de 31 de Outubro de 2012*. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/hadasse/Desktop/POR-TARIA%201.809-12-R%20Designa%20Membros%20da%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil*: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1983.

VIEIRA, Toni André Scharlau. *Comunicação sindical*: proposta de uma política para as entidades. Canoas: Ubra, 1996.

VILLA, Marco Antonio. *Jango*: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos nós de conhecer? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: “um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2003.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto*: uma biografia do marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZANETTI, Lorenzo. *O Novo Sindicalismo Brasileiro*: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

Lista de Abreviaturas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADURN – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações
AFURN – Associação dos Funcionários da UFRN
AI – Ato Institucional
AN – Arquivo Nacional
AP – Ação Popular
APURN – Associação dos Professores da UFRN
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ARSI – Assessoria Regional de Segurança e Informações
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
CAAC – Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATRE – Comando Aéreo de Treinamento
CB – Centro de Biociências
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Terra
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CERES – Centro Regional de Ensino do Seridó
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIE – Centro de Informações do Exército
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
COSERN – Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
CPC – Centro Popular de Cultura
CRUTAC – Centro Regional Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CV-UFRN – Comissão da Verdade da UFRNDA – Diretório Acadêmico
DAAC – Diretório Acadêmico Amaro Cavalcanti
DAE – Departamento de Administração Escolar
DAP – Departamento de Administração de Pessoal
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEMEC - Delegacia Regional do MEC
DN – Diário de Natal
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS – Delegacia/Departamento de Ordem Política e Social
DOU – Diário Oficial da União
DPF – Departamento de Polícia Federal
DSI – Divisão de Segurança e Informações
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ENCLAT – Encontro Estadual da Classe Trabalhadora
ESG – Escola Superior de Guerra
ETFRN – Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
FASUBRA – Federação das Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FJA – Fundação José Augusto
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INPS/INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NAC – Núcleo Avançado de Caicó
NESA – Núcleo de Ensino Superior do Agreste
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PM – Polícia Militar
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido Socialista e Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RITA – Rural Industrial Technical Assistance
RO – Regimento de Obuses
RU – Restaurante Universitário
SEI – Serviço Estadual de Informações
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SINTEST – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Educação
SNI – Serviço Nacional de Informações
SSP – Secretaria de Segurança Pública
STF – Supremo Tribunal Federal
STM – Superior Tribunal Militar
TN – Tribuna do Norte
TURN – Teatro Universitário do Rio Grande do Norte
UBCS – União Brasileira de Comunicação Social
UCLA – Universidade da Califórnia, Los Angeles
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UERJ – Universidade do Estado da Guanabara
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UIE – União Internacional de Estudantes
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
URN – Universidade do Rio Grande do Norte
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo
GD – Gabinete do Diretor
R – Reitor(a)
7ª RM – 7ª Região Militar
16 RI – 16º Regimento de Infantaria Motorizada

Anexos

Documentos e Iconografia

O JORNAL DE HOJE

Notícias que os outros publicarão amanhã

Sexta-feira

Ano XV • NATAL-RN, 10 DE AGOSTO DE 2012 • Nº 4.413

R\$1,00 • jornaldehoje.com.br

> TRANSPARÊNCIA E MORALIZAÇÃO

Assembleia divulga salários do pessoal e vai realizar o 1º concurso público de sua história

CONCURSO PARA PREENCHIMENTO DE 70 VAGAS (SALÁRIOS ENTRE 1.969 E 13.495 REAIS), CUJO EDITAL SAIRÁ EM NOVENBRO, SERÁ O PRIMEIRO NOS 167 ANOS DE EXISTÊNCIA DO LEGISLATIVO POTIGUAR. ESTA NOITE, ESTARÁ NA INTERNET A FOLHA DE PESSOAL DA CASA

PRÉCATORIO

> SEM ESTÁDIO...

Alex Padang lamenta: América foi expulso do RN. Jogará em PE

ESPORTE 41



REINOLDA 7 Presidente da América anuncia esta manhã que o clube não pode mais jogar no Estado. Ele também questiona atitudes do ABC e do Governo

> EFEITOS DA SECA

RN colhe a pior safra de grãos dos últimos 19 anos, afirma Conab

REINOLDA 7

> AULA MAGNA



Universitários acenderam velas em homenagem aos polímeros mortos em razão da dívida moral. Documento foi entregue à reitora Ângela Pires

Alunos de Direito querem criação de Comissão da Verdade na UFRN

CEBRAS 6

> DURANTE ESTADO DE CALAMIDADE

Servidores da Saúde não podem tirar férias ou licença

CIDADE 6

> FAÇA O EXAME DE SEU CÃO!

Dia C contra o calazar é realizado na zona Norte



CCZ coleta sangue de cães para a detecção do calazar através de testes rápidos C/2012 6



Túlio Lemos

Página 3



Marcos A. de Sá

Página 7



Alex Medeiros

Página 10



Daniela Freire

Página 12



Vicente Serejo

Página 18

CLC tem tanta força no Governo que foi convidado a prestar serviço nas obras da Arena.

Herdentos de Antônio Soares põem à venda terras e destilam de cachaça em Taipi.

Drag-queen faz show no pátio da Polícia Federal para animar os agentes em greve.

Em Panamirim, há denúncia de que comissionados são obrigados a participar da campanha.

Eles estão jogando a arte de não jogar o jogo que jogam, como se fosse política.



DOCUMENTOS

Capa d'O Jornal de Hoje, edição de 18/08/2012, destacando a solicitação, por parte dos alunos do curso de Direito, da criação da Comissão da Verdade da UFRN.

Centro de Controle de Zoonoses promove Dia "C" contra o calazar

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ALERTA PARA O RISCO DE CONTÁGIO HUMANO

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da Secretaria Municipal de Saúde de Natal promoveu no dia de hoje, no complexo Sotelo-Ilhê, o Dia "C", ação que finaliza a Semana de Mobilização Social e Controle do Calazar, iniciada no último dia 06.

Durante toda a semana, o CCZ desenvolveu ações como atividades educativas, palestras e apresentação de teatro sobre a prevenção do calazar em escolas, unidades de saúde e no centro comunitário do bairro. Com o slogan "O Calazar mata! Faça o teste da sua casa", a campanha buscou sensibilizar a população quanto à prevenção da leishmaniose visceral americana (calazar) e riscos que pode trazer à saúde pública.

Em o Dia "C", ocorrido até o início da tarde de hoje no área de lazer de Sotelo-Ilhê, o complexo da Secretaria Municipal de Mobilização Social e Controle do Calazar, realizou coleta de sangue de cães para a detecção do calazar através de testes rápidos.

De acordo com Uiracy Torres, coordenador do Programa de Controle da Leishmaniose Visceral, o local da escolha da ação e das atividades da campanha foi definido ao alto índice de casos da doença. "Historicamente a zona Norte apresenta muitos casos e a Sotelo-Ilhê é o que tem o maior índice de positividade. Natal sempre como município prioritário a nível nacional, devido ao alto número de casos".

O calazar é transmitido pela picada do mosquito *Phlebotomus* infectado e não passa de cão para cão ou de cão para ser humano.

No caso, o primeiro contato com a doença são o crescimento de nódulos, queda de pelo, conjuntivite, emagrecimento e aparecimento de febre. Se o cão estiver infectado apresenta sintomas como febre intermitente durante sete dias, dor abdominal devido ao inchaço do fígado e fígado e fígado seica.



A coleta de sangue dos animais foi realizada durante o Dia de hoje pelo CCZ.

"É muito importante que o cão seja vacinado porque ele é o principal reservatório do ambiente urbano. Se o cão estiver infectado significa um grande risco para toda a comunidade. Boa parte da população não tem conhecimento sobre o calazar. Promovemos esta campanha, mas temos ações preventivas durante toda a semana e o Centro está aberto para a vacinação. No caso do homem, caso haja suspeita da doença é importante que seja procurado um hospital de referência, como o Hospital Trigueiras, Uiracy Santiago ou Hospital", reforça Uiracy Torres.

Ampla segundo a coordenadora é importante que a população se conscientize sobre a importância da prevenção da doença, que é fatal para o cão - já que tem que ser eutanasiado - e para os seres humanos, como o leito, para evitar os contatos.

Quando há a detecção de um caso humano, a mesma equipe vai até a casa, faz o diagnóstico clínico, coleta de sangue dos cães do núcleo e ao detectar a residência infectada traça um rastro e promove a coleta de amostras e também realiza o teste. Mas a população tem que fazer sua parte. Este ano já fazemos três anos".

Em 2011, o Centro de Controle de Zoonoses do Município registrou uma média de 950 casos em cães e 34 casos em humanos, com um óbito. Os dados do ano anterior já foram registrados: 136 casos em cães e nove casos em humanos e um óbito.

O apenar Francisco de Assis, membro do Sotelo-Ilhê, conta que desde do teste para detecção do calazar através da coleta de sangue de cães, a primeira vez que um cão morreu com o calazar foi em 2011, com a morte de um cão. Mas, segundo ele, a saúde do meu cão é sempre, em todas as campanhas.

Encerrando a programação da Semana de Mobilização Social e Controle do Calazar, na tarde de hoje os participantes das escolas municipais que aderiram à iniciativa promoveram uma caminhada no bairro.

O Centro de Controle de Zoonoses disponibiliza um canal de comunicação para mais informações, atendimento ao público e solicitação de coleta domiciliar. Os números são: 3232-4237/3232-4789.

> AULA MAGNA

Estudantes cobram criação da Comissão da Verdade na UFRN

Com o tema "Direitos Humanos e a Verdade", o Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) realizou no último dia sexta-feira (10), no auditório do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas (NEPSA), a 7ª Aula Magna do curso. Durante a aula, os alunos do curso de Direito compareceram à aula da Universidade, Angela Paiva, um documento para que seja instalada, a Comissão da Verdade na UFRN.

A 7ª Aula Magna homenageou João Siqueira, professor da UFRN, ex-vice-reitor de Natal e ex-primeiro vice-reitor do regime militar. João Siqueira, advogado popular e ex-presidente da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Marcos Guerra, advogado e membro do Conselho de Relações Internacionais da Ordem dos Advogados do Brasil no RN (OAB-RN), e Maria Fátima, articuladora nacional do movimento Levante pela Verdade participaram da Aula Magna.

De acordo com o diretor acadêmico do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, Denis Torres, a Aula Magna tem o objetivo político de promover a criação de uma Comissão da Verdade no âmbito da UFRN. "Queremos esclarecer o que aconteceu na UFRN à época da ditadura, as perseguições que os alunos e professores sofreram e, assim, poder apontar os culpados. É necessário esclarecer o que aconteceu à época da Ditadura Militar para compreendermos o hoje. É preciso ter consciência de engajamento que nos levou até aqui, lá foi um movimento grande em nível de brasileiros, mas governamos durante forma mais aberta e hoje vamos provocar a gente a entrar nesta discussão", afirmou.

O presidente do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, Denis Torres, afirmou que a Comissão da Verdade, a nível federal, não vai conseguir atingir os ideais de justiça restaurativa. "Pela própria limitação jurídica, acredito que ela não conseguirá atender os ideais de justiça restaurativa, pois não se propõe responsabilizar os culpados pelos crimes do passado, mas sim os atuais. Foram assim, com a ditadura, o crime de duração e a limitação pessoal são as dificuldades", destacou o diretor do Centro Acadêmico.

Durante a aula, alunos do curso de Direito fizeram uma homenagem aos prisioneiros que foram mortos em

nos prisioneiros que foram mortos em curso da ditadura militar. Com todos os nomes, a leitura de cada nome, os estudantes apareceram na tela. "É uma forma de simbolizar a chama que se apagou entre a morte dos presos políticos", afirmou o estudante. Denis destacou a importância desses debates para a formação política dos estudantes. "É uma oportunidade de empoderamento político e de entender que o direito não disciplina apenas as relações privadas, e sim que tem a função política para a sociedade. Estudantes nos saíram de aula, sem entender que o direito está nas ruas", afirmou.

A Aula Magna é um evento que constitui a Semana de Integração promovida pelo Centro Acadêmico e iniciada na segunda-feira (06), quando foram realizadas apresentações sobre o cotidiano e a política da Universidade, os bandos do movimento estudantil, os dados de pesquisas de curso de Direito, os projetos de extensão e as perspectivas profissionais, para os novos estudantes.

Antes da UFRN, Angela Paiva, disse que já foi uma discussão muito importante a respeito da Comissão da Verdade, no âmbito de Gestão de Pessoas, no sentido de instaurar a Comissão da Verdade na UFRN. "Tentamos discutir o modelo e formatar a comissão e a verdade, mas sempre tivemos dificuldades, por termos pelos valores do cidadão e pela transparência", afirmou a ministra.

O historiador do Rio, o professor João Siqueira destacou a homenagem aos prisioneiros que morreram durante a ditadura. "São os grandes e verdadeiros heróis do povo brasileiro. Que essa homenagem sirva para que os outros do passado não sejam esquecidos e se repita. Apesar dos desafios e da vitória, vai do preço da cabeça erguida", afirmou.

Depois de dois anos na clandestinidade e mais quatro anos presos, voltou à Universidade, na década de '70, com a tarefa de continuar a luta revolucionária, não mais com armas, mas com ideias. Foram assim, com a ditadura, o crime de duração e a limitação pessoal são as dificuldades", destacou o diretor do Centro Acadêmico.

Durante a aula, alunos do curso de Direito fizeram uma homenagem

Notícia d'O Jornal de Hoje, edição de 18/08/2012, sobre a solicitação, por parte dos alunos do curso de Direito, da criação da Comissão da Verdade da UFRN.

> AINDA SEM SALÁRIOS

Terceirizados da Safe ameaçam entrar em greve na próxima segunda-feira

Com os salários de mês de junho em atraso, assim como julho, cerca de 400 profissionais terceirizados da empresa Safe ameaçam entrar em greve na próxima segunda-feira, caso os débitos não sejam pagos até este domingo. Os trabalhadores prestam serviço a Secretaria Estadual de Saúde Pública nos principais hospitais da rede estadual na capital. A mobilização de greve está marcada para o início da manhã do próximo dia 13, na frente do Hospital Municipal Walfrido Gurgel.

De acordo com o presidente do Sindicato, Sérgio Guedes, o pagamento do mês de junho não ocorreu há 15 dias. Há 15 dias também não receberam. Se o pagamento não sair até domingo, tememos greve na segunda-feira", garante Sérgio Guedes. Os trabalhadores também estão sem receber os salários de maio e junho. "Muitos deles têm filhos pequenos e são idosos. Quando juntamos duas dívidas, a empresa manda que eles tirem um mês. Eles pegam das dívidas, mas não recebem depois. Alguns estão desde maio sem receber



Profissionais da Safe em uma manifestação, segurando bandeiras vermelhas.

Condenados de uma unidade hospitalar, Vital Gomes diz que não recebe salário há 30 dias. "Tive um filho em junho e não recebi. O mês de julho também não. Então, estou há 30 dias sem dinheiro e não vou poder continuar assim. Além disso, também estou deixando meus filhos sem fazer o registro para o INSS", denuncia o condômino.

A assessoria de imprensa geral do Walfrido Gurgel, Kátia Santiago, também passa por situação semelhante. "Não sei mais o que fazer com meus filhos. Todos já necessitam de uma unidade de saúde pública na cidade de Natal. Em 4 de julho, os servidores da Safe estão impossibilitados de acessar o sistema público. A determinação foi dada por meio da portaria nº 217, de 12 de julho deste ano, que resolveu suspender, pelo período tratado no Decreto de Calamidade Pública, os convênios de licitação de serviços. Ficamos para tentar de interesse particular, fomos remunerados, como também, cessou de pessoal para os diversos órgãos públicos em entidades filantrópicas em

Samba Ribeira

Boêmia

Sexta 17/08 19h

Com Arquivo Vivo

Toninho Geraes

Abertura: Bagatela e Viola Alenteja



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 1.809/12-R, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, e considerando a Lei nº 12.528, de 18/11/2011, resolve:

Art. 1º Designar os membros abaixo nominados para constituírem a Comissão da Verdade no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica visando a colaborar com a Comissão Nacional da Verdade da Casa Civil da Presidência da República, criada pela Lei nº 12.528, de 18/11/2011. São eles:

- CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES, Professor Adjunto Aposentado, Presidente;
 - IVIS ALBERTO LOURENÇO BEZERRA DE ANDRADE, Professor Adjunto Aposentado, Vice-Presidente;
 - ALMIR DE CARVALHO BUENO, Professor Associado;
 - JUSTINA IVA DE ARAÚJO SILVA, Professora Adjunta Aposentada;
- Diretório Central dos Estudantes (DCE):
- DANYELLE ROSANA GUEDES, Aluna do Curso de Pedagogia;
- Sindicato dos Docentes das Universidades Federais em Natal, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, Macaíba, Macau e Nova Cruz (ADURN Sindicato):
- MARIA ÂNGELA FERNANDES FERREIRA, Professora Associada;
- Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior (SINTEST):
- MOISÉS ALVES DE SOUSA, Vigilante.

Art. 2º Fazer publicar esta Portaria em Boletim de Serviço.

Reitoria, em Natal, 31 de outubro de 2012.


ÂNGELA MARIA PATIVA CRUZ
Reitora

Av. Senador Salgado Filho, 3000 Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59078-970
☎(84) 3215-3125 – Fax: (84) 3215-3131 – <http://www.ufrn.br> – E-MAIL: secretariado@reitoria.ufrn.br

Portaria de criação da
Comissão da Verdade da UFRN.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 2.021/12-R, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, resolve:

Art. 1º Designar a servidora KADMA LANUBIA DA SILVA MAIA, Secretária Executiva, matrícula nº 1525673, para atuar como Secretária da Comissão da Verdade no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituída pela Portaria nº 1.809/12-R, de 31/10/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 209, de 08/11/2012, a partir de 31 de outubro de 2012.

Art. 2º Fazer publicar esta portaria em Boletim de Serviço.

Reitoria, em Natal, 18 de dezembro de 2012.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora

Portaria de designação da servidora Kadma Lanubia da Silva Maia, como secretária da Comissão da Verdade da UFRN.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 574/13-R, DE 21 DE MARÇO DE 2013.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, resolve:

Art. 1º Designar o aluno ANDRÉ FELIPE BANDEIRA CAVALCANTE, matrícula nº 2011046763, para atuar, na condição de representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE, como membro da Comissão da Verdade no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituída pela Portaria nº 1.809/12-R, de 31/10/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 209, de 08/11/2012, em substituição a DANYELLE ROSANA GUEDES, aluna, matrícula nº 2010031326.

Art. 2º Publicar esta portaria em Boletim de Serviço.

Reitoria, em Natal, 21 de março de 2013.

ÂNGELA MARIA PATIVA CRUZ
Reitora

Portaria de designação do
estudante André Felipe Bandeira
Cavalcante, em substituição a
Danyelle Rosana Guedes, como
representante do DCE na Comissão
da Verdade da UFRN.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 906/13-R, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, resolve:

Art. 1º Designar o servidor JOSÉ ANTONIO SPINELLI LINDOZO, Professor Titular, matrícula nº 6347248, como membro da Comissão da Verdade no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituída pela Portaria nº 1.809/12-R, de 31/10/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 209, de 08/11/2012, em substituição a JUSTINA IVA DE ARAUJO SILVA, Professora Adjunta Aposentada, matrícula nº 346260.

Art. 2º Publicar esta portaria em Boletim de Serviço.

Reitoria, em Natal, 30 de abril de 2013.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora

Portaria de designação do servidor José Antônio Spinelli Lindozo, em substituição a Justina Iva de Araújo Silva, como membro da Comissão da Verdade da UFRN.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 1.956/13-R, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, resolve:

Art. 1º Designar o aluno JUAN DE ASSIS ALMEIDA, matrícula nº 2010088328, para atuar, na condição de representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE, como membro da Comissão da Verdade no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituída pela Portaria nº 1.809/12-R, de 31/10/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 209, de 08/11/2012, em substituição a ANDRÉ FELIPE BANDEIRA CAVALCANTE, aluno, matrícula nº 2011046763.

Art. 2º Publicar esta portaria em Boletim de Serviço.

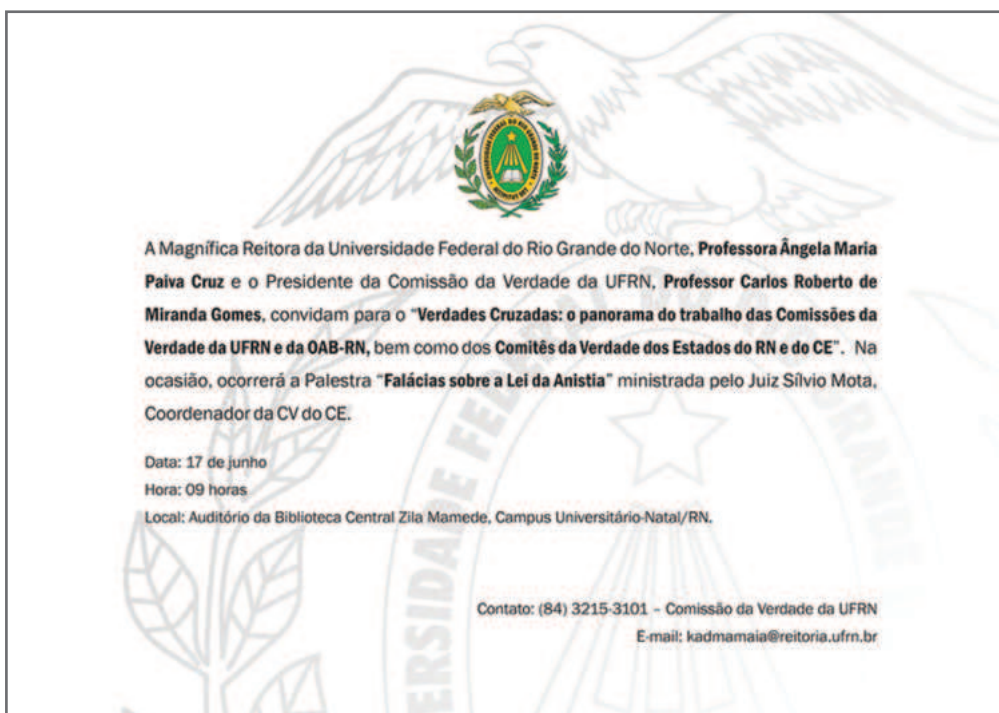
Reitoria, em Natal, 11 de setembro de 2013.


MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE MELO XIMENES
Reitora em exercício

Portaria de designação do
estudante Juan de Assis Almeida,
em substituição a André Felipe
Bandeira Cavalcante, como
representante do DCE na Comissão
da Verdade da UFRN.



Convite à comunidade acadêmica para a Solenidade de Instalação da Comissão da Verdade da UFRN, realizada em 18/12/2012.



Convite à comunidade acadêmica para o evento "Verdades Cruzadas: o panorama do trabalho das Comissões da Verdade da UFRN e da OAB-RN", realizado em 17/06/2013.

Convite à comunidade acadêmica para a audiência pública “Verdades Cruzadas”, da Comissão da Verdade da UFRN, realizada em 25/10/2013.



A Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, **Professora Ângela Maria Palva Cruz**, e o Presidente da Comissão da Verdade da UFRN, **Professor Carlos Roberto de Miranda Gomes**, convidam para a audiência pública “Verdades Cruzadas”, a realizar-se no dia 25 de outubro de 2013, às 8 horas, no auditório Otto de Brito Guerra, na Reitoria, Campus Central – Natal/RN.

Programação:

- Apresentação do relatório sumário da atuação da Comissão da Verdade da UFRN.
- Participação da Comissão da Verdade da OAB/RN; Comitê da Verdade do Estado do RN; e Comissão Municipal da Memória, Verdade e Justiça.
- Depoimentos do Prof. Aldo da Fonseca Tinoco e do Dr. Marcos José de Castro Guerra.

Comissão da Verdade da UFRN
Tel.: (84) 3342.2317 - Ramal: 119
Cel.: (84) 9224.0007

UFRN instala Comissão da Verdade para apurar crimes durante Ditadura

No dia 17 de setembro passado, uma resolução da Comissão da Verdade publicada no Diário Oficial da União restringiu investigações do grupo a agentes públicos ou a serviço do Estado. A medida isentou opositores do regime militar. Protestos e desculpas surgiram dos dois lados envolvidos, sem mudança na decisão. Agora, na sequência do que ficou estabelecido em âmbito nacional, comissões estaduais começam a ser montadas para apurar eventos ocorridos entre 1964 e 1985.

Nesta terça-feira (18), às 17h, no auditório Otto de Brito Guerra, no prédio da reitoria, acontecerá a solenidade de instalação da Comissão da Verdade da UFRN. Com o objetivo de coletar informações sobre crimes sofridos, durante o período, por membros da comunidade acadêmica, como professores, servidores e estudantes, foram selecionadas oito pessoas que farão uma varredura nos arquivos de vários institutos e entidades locais. "É um grupo eclético, com gente de vários cursos, aposentados e em atividade, alanos, representantes de sindicatos", destaca Carlos Roberto de Miranda Gomes, professor de direito aposentado que presidirá a comissão.

"Já tivemos quatro reuniões este ano, atendendo a portaria da reitoria de 31 de outubro, que terminou que fossem escolhidas as pessoas da comissão. Queremos apurar as graves violações dos direitos humanos na Universidade. Nós ainda não tivemos acesso aos arquivos, mas já ofício a Fundação José Augusto, a chefia de departamento da UFRN e estou coletando material com a Assessoria de Segurança Interna (ASI) para sabermos se houve algum professor que foi pressionado a pedir demissão, ou aluno que abandonou o curso coagido pelo medo. Se detectarmos graves violações, queremos a reparação".

Com setores dos movimentos de esquerda implicados na luta ar-

mada nas décadas de 1960 e 1970, a polêmica está de volta. "Naquela época não se podia dizer tudo, com medo da retaliação, mas, ao tempo que eu estudei na Universidade, entre 1964 e 1968 [auge da implantação e radicalização da Ditadura], nunca vi tortura em suas instalações. Se houve, foram líderes e fora da UFRN". O depoimento de Carlos Roberto é emblemático de uma dúvida que antepõem militares e militares: tortura ou apenas uso da força contra uma tentativa de golpe comunista?

Indenizações milionárias foram pagas a artistas, jornalistas e líderes políticos, o que aumentou o arsenal dos críticos ao resgate da memória de um trecho da história do Brasil. "Temos 10 alunos bolsistas que irão pesquisar no arquivo público documentos supostamente resgatados pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Queremos saber onde estão esses documentos. Da mesma forma, arquivos

foram recolhidos pelo MEC da Agência de Segurança Interna sem que ninguém tivesse mais contato. Temos até outubro de 2013 para apresentar um relatório à Comissão Nacional".

Carlos Roberto afirma que durante a primeira gestão de José Ivo Rêgo à frente da reitoria da UFRN (1995-1999), também presidiu um conselho de juristas para averiguar exonerações de professores à época supracitada. "Sei de casos em que docentes foram pressionados para pedir demissão. Afirmando: 'mas ele que pediu para sair'. Só que ele era obrigado a fazer isso". Passada a cerimônia de oficialização da Comissão local, da noite de hoje, os oito integrantes voltarão a se reunir em fevereiro de 2013, mês que registra o começo do ano letivo, para o início das pesquisas em obras literárias, documentos internos e externos da UFRN e depoimentos de pessoas que viveram aquele período.



Comissão visa coletar informações sobre crimes sofridos, durante a Ditadura, por membros da comunidade acadêmica

Notícia sobre a instalação da Comissão da Verdade da UFRN.

Portaria de abertura do "Inquérito da UFRN" pelo comandante do IV Exército.

3121

3121

MINISTÉRIO DA GUERRA
IV EXÉRCITO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

QUARTEL GENERAL

Recife, 24 de junho de 1964

Do Comandante do IV Exército

Ao Ten Cel ALVARO ESTEVES CALDAS

Assunto: PORTARIA determinando abertura de IPM.

PORTARIA Nº 10 -AJG

* Para apurar responsabilidades de quantos se envolveram, direta ou indiretamente, na "UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE", na prática de atos tendentes à subversão do regime político democrático em nosso País, assim como em crimes contra o Estado ou seu patrimônio, com Ofensa à Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 e ao Código Penal Militar, determino que, com a possível urgência, seja instaurado o competente Inquérito Policial-Militar, delegando-vos, para esse fim, as atribuições policiais que me competem.

Joaquim Justino Alves Bastos

GEN EX JOAQUIM JUSTINO ALVES BASTOS
Comandante do IV Exército

R E L A T Ó R I O

O Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi instalado, "para seu expediente e reuniões de diretoria", no prédio do Restaurante Universitário, à Avenida Deodoro, nº 456, Natal-RN, com base no que expressa o Artigo 5º da Resolução nº 02/65-U, de 19 de fevereiro de 1965, do Conselho Universitário da mesma Universidade (doc de fls 9 e 10).

Mas o DCE descumpriu aquela norma limitadora de suas atividades em recinto do prédio do mencionado Restaurante, pois, já no princípio de abril de 1968 promoveu reuniões de assembleia geral na sua sede (prédio do Restaurante Universitário), elegendo, então, como pretexto para essas reuniões, as repercussões decorrentes de acontecimentos no Rio de Janeiro-GE, nos quais foi morto o estudante Edison Luiz, e a questão respeitante a uma desinteligência dos estudantes com a Prefeitura Municipal do Natal, envolvendo o problema de carteiras de estudantes.

Das assembleias em referência participavam também estudantes não universitários, assim afirmam o Magnífico Reitor (doc de fls 6) e o Egrégio Conselho Universitário (docs de fls 15 e 16), bem como está contido no interrogatório de fls 80. À época, era manifesto o interesse do DCE em movimento de estudantes secundaristas (doc de fls 42).

Em face do desrespeito perpetrado pelo DCE às normas regulamentadoras de suas reuniões, conforme acima ficou especificado, a Reitoria e o Conselho Universitário resolveram tomar medidas proibindo reuniões ou concentrações no recinto do Restaurante Universitário, que não fossem as previstas pelo Art 5º da Resolução nº 02/65-U, já citada (doc de fls 15). Tais decisões proibitivas e disciplinadoras não foram acatadas e nem cumpridas pelo DCE, e tanto isso é verdade que, em dias do mês de julho de 1968, o DCE realizou assembleia geral em sua sede, utilizando, para isso, como anteriormente, a sala principal (Refeitório) do Restaurante, ocasião em que foram discutidos, além doutros, os problemas relacionados com os excedentes e com a administração total ou parcial do Restaurante pelos estudantes, pretendida por estes (doc de fls 6 e Declarações de fls 72 e 80).

Nessa altura dos acontecimentos, e diante da reincidência de desatenção e desrespeito pelo DCE à alta direção da Universidade, a Reitoria, pensando em solucionar de modo suavisado a situação criada pelos

Trecho do relatório do chamado
"Inquérito do Restaurante
Universitário".

Fundação "José Augusto"
Faculdade de Sociologia e Política
NATAL - RN

Ofício Nº 44/GD

Natal, 23 de abril de 1969.

Do: Diretor da Faculdade de Sociologia
e Política

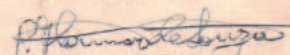
Ao: Presidente da Fundação "José Augusto"

Senhora Presidente:

Pelo presente, venho solicitar de V.Excia., a /
designação de um funcionário da Fundação "José Augusto", para abrir
um inquérito, contra o acadêmico Rinaldo Claudino de Barros, por ter
incorrido no Decreto-Lei Nº 477 de 26/02/69.

Sem mais no momento, apresento a V.Excia., os
protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Pe. Itamar de Souza
Diretor

Ofício do Diretor da Faculdade de
Sociologia e Política ao Presidente
da Fundação José Augusto
a respeito da aplicação do
Decreto-Lei nº 477/1969,
de 23 de abril de 1969.

OFÍCIO Nº 48/GD

Natal, 14 de maio de 1969.

Do: Diretor da Faculdade de
Sociologia e Política

Ac: Sr. Rinaldo Claudino de Barros

Prezado Senhor:

Pela presente correspondência, comunico que, Vossa Senhoria, foi enquadrada no Decreto-Lei Federal Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, conforme o que foi apurado no Processo Sumário, instituído pela Portaria Nº 16/69, desta Faculdade, baixada no dia 28 de abril p. passado.

Outrossim, esclareço que, conforme o inciso/ 2º do Parágrafo 1º, do Art. 1º do Decreto-Lei supracitado, Vossa / Senhoria, fica desligada deste Estabelecimento de Ensino, e proibi da de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, / pelo prazo de 3 (três) anos.

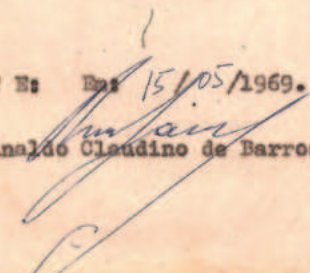
Atenciosamente,



Pe. Itamar de Souza

DIRETOR

CIENTE: Em 15/05/1969.



Rinaldo Claudino de Barros

Ofício do Diretor da Faculdade de Sociologia e Política ao estudante Rinaldo Claudino de Barros, comunicando seu desligamento da Universidade, conforme aplicação do Decreto-Lei nº 477/1969, de 23 de abril de 1969.

Documentos produzidos pela
extinta Assessoria de Segurança e
Informações da UFRN.

Ficha Individual.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES - Depart. Estudos Sociais
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

 **FICHA INDIVIDUAL** PASTA "N-8" 

Nome: JOSÉ ANTONIO SPINELLI LINDOSO - Mat. nº 5.340.....
 Filiação: Amaro Cavalcanti Lindoso..... Emice Spinelli Lindoso.....
Data de Nascimento 29.05.1950 - Recife/PE
 Identidade n.º 791.257..... Órgão expedidor SSP/PE - 21.06..... 68
 Título de Eleitor 27.514 - Natal..... - Série..... 76 Zona 2ª
 Endereço: Rua Pareira, 10 - Conj. Lagoa Nova I.....
 Situação funcional: Prof. Colaborador.....
 Situação Militar.....
 EST.CIVIL - Casado - Cônjuge - Maria da Conceição Cruz Spinelli (f. 1909)
 CPF - 074 278 594..... DADOS PARA O PRONTUÁRIO

ANTECEDENTES:..... **(VERA-VERSO)...**

Cinaciel - Col. Estad. Prof. Alfredo Freyre - Recife/PE - 1962/1966
Colegial - Colégio Estadual de Pernambuco - Recife/PE - 1967/1969
Superior - Fac. de Ciências Sociais da UCP - Recife/PE - 1970/1972
Fac. de Sociologia da Fundação José Augusto - Natal -
Curso de Sociologia - 1973/1974
RETEMER UR 1346/1914/77 - 11.04.78 - Prof. Colaborador
Existem restrições quanto ao seu aproveitamento.

ANTECEDENTES: (CONT.)

Durante a I SEMANA DE FILOSOFIA DO NORDESTE, realizada
em MAI 80, na cidade de Mossoró/RN, promovida pela SEAF, o nominado
proferiu palestra sobre "PROFISIONALIZAÇÃO DO CIENTISTA SOCIAL".
Participou da criação das Pastorais da Igreja junto à
UFRN, UERN e Escola Superior de Agronomia/Mossoró/RN.
Bastante atuante em todos os segmentos da Universidade,
fazendô proselitismo político-ideológico, em especial junto aos estu-
dantes, na área de ação comunitária. Evidenciada em seminários, encon-
tros e reuniões, um comportamento contrário à Revolução de 1964.
Coordenou uma Mesa-Redonda sobre a SECA, no dia 19-JUN
83, promovida pela disciplina ORGANIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL.
Presente a todos os movimentos contestatatórios promovi-
dos pela Associação Docente (ADURN) da qual é filiado.
É radicalmente contra o regime e o Governo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
PRONTUÁRIO Nº 002.



NOME RINALDO CLAUDINO DE BARROS
NASCIMENTO - DATA: 03.11.1945 LOCAL: Recife-Pe
FILIAÇÃO - PAI: Manoel Claudino de Barros
MÃE: Grinaura de Andrade Barros
IDENTIDADE Nº 539.059 -Pe EXP.: _____ DATA: _____
T. ELEITORAL Nº 38.859-Natal ZONA: _____ DATA: _____
CIC ou CPF Nº _____
EST. CIVIL: Casado CÔNJUGE: Ana Maria Araújo de Barros
PROFISSÃO: Estudante de Economia
Aprovada no vestibular em 06.01.75 -Fac. Economia da UFRN
ENDEREÇO: Rua Pará n. 259 Neópolis-Natal-Rn

DATA	FONTE	HISTÓRICO
29.07.970	-	-Transferido da Faculdade de Sociologia por atividades de natureza subversiva comprovada através de sindicância procedida pela Direção da Faculdade. -O epigrafado tomou parte em vários movimentos estudantis, revelando-se, inclusive pela participação de panfletagens e na Campanha do "Voto Nulo" nos colégios desta Capital, a qual se contrapunha ao exercício da Educação Física no turno da noite.
26.12.1973	-	-Em pesquisa realizada junto à Faculdade de Sociologia e Política da Fundação "José Augusto", constatamos que o epigrafado foi punido nos termos do Dec. Lei 477/69, por ter distribuído carta-circular no recinto da Escola, em termos considerados subversivos, sendo desligado da Faculdade pelo prazo de 03 anos, bem como proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino. -Respondeu a Inquérito Policial por atividades subversivas, tendo sido condenado a dois anos de reclusão, estando atualmente recolhido à Colônia Penal "João Chaves" onde cumpre pena.
9.02.1974	-	-Consta que o epigrafado goza de excesso de liberdade na Colônia Penal "João Chaves", e tendo os seguintes privilégios: tem permissão do Diretor da Colônia Penal para transitar com "livre acesso" nas dependências daquele presídio; Autorização para que o mesmo saia SEM ESCOLTA, em qualquer dia da semana. Consta ainda que o referido

Prontuário.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

-PEDIDO DE BUSCA Nº025/75-AESI/UFRN-
-13/02/1975-

Assunto: **RANICE RIBEIRO DA SILVA e JOSÉ PEGADO DO NASCIMENTO**

Origem: **AESI/UFRN**

Avaliação: **-**

Difusão anterior: **-**

Difusão atual: **QC-7º Bgd; CEN/RN; CATRE; SI/DPF/RN; DOPS; PM/RN; CHESF; ASI/DRT;
ASI/TELERN; AESI/ETFRN e Arquivo.**

Referência: **-**

Anexo: **Relação nominativa de candidatos.**

1 - DADOS CONHECIDOS:

-Os constante da relação anexo.

2 - DADOS SOLICITADOS:

- a) Informar registros desabonadores acaso existente nesse AI;**
- b) Outros dados julgados úteis.**

-ooo000ooo-



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO
DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS (Art. 62, Dec. 60.417,
Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).
O PRESENTE DOCUMENTO NÃO PODE CONSTITUIR
PEÇA DE PROCESSO (Art. 62, Dec. 60.417/67).

Pedido de busca.

CONFIDENTIAL

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANCA E INFORMACOES

-INFORMACAO Nº 090/75-ASI/UFRRN-

-27-11-1975-

Assunto: JULIANO HOLM DE SIQUEIRA

Origem: ASI/UFRRN

Avaliação: -

Difusão anterior: -

Difusão atual: QG7 3da; ENNA; CATRE; DOPS; EM/RN; SI/SR/DEF/EM; SI/DRE/EM; CHEST;
ASI/STFRN; ASI/TELEEN; ASI/COSEN e Arquivo.

Referência: -

Anexo: -

-O epigrafoado, aluno do Curso de Direito desta universidade, elemento com vastissimo prontuario face a sua participacao em subversao no meio estudantil, egresso da prisao onde cumpria pena como incurso em dispositivos da Lei de Seguranca Nacional, reiniciou suas atividades.

-No dia 19 de Novembro ultimo, estudantes e professores do Centro de Ciencias da Saude promoveram um debate objetivando avaliar os efeitos da Reforma Universitaria. Para acompanhar os trabalhos foi convidado o Professor Jose Claudio de Moraes Melo, Pro-Reitor de Assuntos Academicos.

-Apesar de nao pertencer a aquela area de estudo, o epigrafoado compareceu ao debate, acompanhado de elementos do seu grupo cujos nomes ainda nao identificamos, passando a interpelar o Pro-Reitor de Assuntos Academicos, tentando embaraca-lo, levantando argumentos contestatorios, com o objetivo de sensibilizar a classe.

-Seu intento foi em parte atingido, mas, graças a presenca de espirito dos dirigentes da mesa, as questoes foram contornadas satisfatoriamente, deixando todavia os estudantes presentes impressionados com o espirito de lideranca do nominado.

-COMENTARIO: O periodo letivo de 1975 esta praticamente consumado, mas, para o proximo ano esperamos intensa atividade no meio estudantil, que sera inegavelmente liderada pelo epigrafoado, cujo numero de adeptos e admiradores ja alcanca algumas dezenas.

-/-



Informativo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

OF. Nº 012/73-AESI/UFRN

Natal, 22 de agosto de 1973

C I R C U L A R

Do: Assessor Especial de Segurança e Informações

Ao: Diretor da Faculdade de Sociologia e Política - UFRN

N e s t a

Senhor

Cumprindo determinação superior e para que as diversas Unidades e Diretórios Acadêmicos desta UFRN não incorram no descumprimento da Portaria nº 25 de 27 de janeiro de 1968, e outros dispositivos legais, esta AESI encaminha para conhecimento de V.S., o documento anexo.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para apresentar-lhe protestos de estima e consideração.



Ofício circular.

CONFIDENCIAL

URGENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Natal, 11 Jul. 73

Of. 011/73-AB-UFRRN

C I R C U L A R

Do Assessor Especial de Segurança e Informações

Ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto de Ciências Humanas.

Nesta

Senhor Diretor:

Encareço especial fineza de V.S. no sentido de providenciar a remessa, até o dia 10 do corrente, de uma relação contendo os nomes dos componentes do Diretório Acadêmico dessa Unidade, a fim de ser atendida solicitação de Órgão Superior.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para apresentar a V.S. protestos de estima e consideração.



*Envio para o Sr. Diretor
em 14/7/73*

CONFIDENCIAL

Ofício circular.

CONFIDENCIAL

72

MEMORANDO Nº 001/88-ASIMEC/RN

Natal/RN, 19.01.88

DO: Chefe da Assessoria de Segurança e Informações
A: Delegada Substituta do MEC/RN

Senhora Delegada Substituta:

Autorizado por V.Sa. e, em atendimento a requerimento do interessado, informo que, revendo a documentação em nosso poder, oriunda da ASIUNI/RN, constatamos que estão registradas informações de caráter confidencial e natureza política, que desaconselharam, à época, o aproveitamento do Sr. JORGE BATISTA FILHO como professor da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN.

Atenciosamente,


JOSE ROBERTO LEITE
Chefe da Assessoria de Segurança e Informações
AS

Visto.

Encaminha-se ao DP/UFRN.
Nº 19-01-88
dy

CONFIDENCIAL

Memorando.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Em, 14.08.78

DA: Assessoria de Segurança e Informações

AO: Diretor do Departamento de Pessoal da UFRN

ASSUNTO: Professor Colaborador

PROCESSO: 003358/77

INTERESSADO: MARIO KOECHI TAKEYA

Relativamente ao Referenciado, MARIO KOECHI TA-
KEIA, liberado por determinação do Magnífico Reitor. x.x.x.x.x.x.x.
x.
x.

CONFIDENTIAL

Aviso.

468

Universitários potiguares fôram prêsos pelo DOPS paulista no congresso da UNE

Muito embora nenhuma comunicação oficial tenha chegado à Secretaria de Segurança Pública quanto à prisão de estudantes poti-

cinco representantes das Faculdades de Natal se encontram entre os 1240 detidos por agentes do DOPS.

Sabe-se, também extra-

José Ruivo, da Faculdade de Medicina, Jaime Aristom da Faculdade de Sociologia e Gileno Guanabara e José Marinho, da Faculdade de

Congresso da extinta União Nacional dos Estudantes, A indicação dos nomes dos potiguares foram feitas pelos próprios universitários.

Sodré Disse ao Padre Quais os Potiguares Presos na UNE

O Governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel recebeu na última quarta-feira um telegrama do Governador do Estado de São Paulo, sr. Abreu Sodré, no qual solicitava confirmação de que os estudantes de Natal, presos durante o congresso da União Nacional dos Estudantes estavam com prisão preventiva decretada.

Respondendo no mesmo dia, logo após receber o pedido do Governador paulista o Monsenhor Walfredo Gurgel enviou telegrama informando que nenhum dos seis estudantes potiguares, presos em São Paulo se encontram sob a decretação de prisão preventiva.

OTIMISMO

Após ser conhecida a notícia, estudantes e familiares dos universitários potiguares já começaram a pensar na possibilidade de uma soltura imediata. O próprio Governador Walfredo Gurgel acredita que o telegrama enviado pelo Governador

Abreu Sodré pode indicar esta possibilidade.

Apesar disso, os estudantes universitários continuam por todo o dia de ontem na campanha visando adquirir meios para enviar advogados à São Paulo. Na ocasião foi distribuído panfleto nos seguintes termos:

"O XXX Congresso da UNE que se realizava em São Paulo acabou dissolvido pela polícia. Isto representa mais um dos crimes da ditadura contra os direitos mais elementares da liberdade de reunião dos estudantes e do povo brasileiro. A luta que a UNE vem desenvolvendo contra a política educacional do Governo contra o pagamento das anuidades, por mais vagas e mais verbos por melhores restaurantes com refeições a preço simbólico pela liberdade do movimento estudantil e do povo brasileiro não agrada aos militares servís do imperialismo norte americano, que fizeram o golpe de abril de 1965."

Estudantes Potiguares Retornam Sob Custódia

Os membros da delegação norte-riograndense ao frustrado congresso da UNE, detidos em São Paulo, deverão estar chegando hoje ao Recife, sob custódia das autoridades paulistas, até Recife.

Os universitários potiguares foram liberados pelo DOPS paulista depois de constatado que

nenhum deles tinha prisão preventiva decretada pela Justiça.

SODRÉ COMUNICA

Comunicando ao Monsenhor Walfredo Gurgel a liberação dos jovens natalenses, o governador Abreu Sodré dirigiu ao Chefe do Executivo estadual o seguinte telegrama:

Recortes do jornal *Tribuna do Norte*, ano de 1968, sobre a prisão de estudantes da UFRN no Congresso da UNE em Ibiúna - São Paulo.

Estudante culpa Adriel de implantar terror na UFRN

Para o estudante Giovanni Rodrigues, aluno do curso de ciências sociais da UFRN, o chefe da ASI, sr. Adriel Lopes Cardoso, é o responsável exclusivo pela implantação do clima de terror na Universidade. Ele denunciou ter sido intimado duas vezes pelo chefe da Assessoria de Segurança e Informação, a primeira em maio de 1977 e a outra em novembro do ano passado, por motivos fúteis, segundo o denunciante.

"Além de mim, Adriel Cardoso intimou vários colegas, sempre procurando nos intimidar, dizendo saber de todos os nossos movimentos, bares que frequentávamos e associações a que éramos filiados. A primeira vez que fui intimado foi por ocasião do "Dia Nacional de Luta", oportunidade em que foi realizada uma assembleia no Campus com cerca de 60 participantes".

Disse ainda Giovanni que em seu segundo contato com o sr. Adriel Cardoso foi por ocasião de uma exibição cinematográfica no auditório da Reitoria, quando o chefe da ASI tentou, de todas as maneiras, segundo o estudante, impedir a projeção. Seria exibido o filme São Paulo S/A, um dos clássicos do cinema nacional. "Adriel tentou proibir através da coordenação do curso de ciências sociais, na ocasião sob a responsabilidade do professor Jardelino Lucena, que procurado por mim disse não ter competência para proibir ou liberar. Em seguida eu e Jardelino Lucena fomos até a ASI, onde nos foi informado por Adriel que liberava a exibição com a aprovação da Polícia Federal, a quem requisitaria dois agentes para apreensão do filme caso fosse necessário. O que ele fazia eu não sei, pois o filme nada tem de subversivo, o fantasma de Adriel".

DESATIVACÃO

Giovanni adiantou "não acreditar na desativação do órgão, pois não adianta retirar a placa se permanece todo o aparato policial implantado pelo sr. Adriel Lopes Cardoso. O fetiche que ele organizou deve ser entregue a uma entidade democrática, como a OAB, ou qualquer outro órgão que tenha as mãos limpas. Por outro lado não existe democracia na UFRN, pois o reitor ouve os estudantes e só decide algo favorável quando tenham interesse a ele, outro motivo pelo qual não acredito na desativação da Assessoria", finalizou o estudante.

Estudante tem medo pânico de fazer política

Falta de tempo, medo de repressão da ASI e discórdância entre as lideranças são os principais motivos que têm afastado os estudantes natalenses de uma participação mais efetiva no desenvolvimento sócio-político do Estado. Os próprios estudantes analisam ainda que no meio secundarista, a movimentação é ainda mais frágil. Glênio Fernandes Sá, presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Humanas, acha que o universitário natalense "fala muito e age pouco" e o secundarista "ainda não teve uma condição real de participar". (Página 8).

Universitários querem fim da ASI e eleições livres

A extinção da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) e o reconhecimento do Diretório Central dos Estudantes em sua nova estrutura, são a com sua diretoria escolhida por voto direto, são, basicamente, as principais reivindicações a serem apresentadas ao Reitor Diógenes da Cunha Lima pelos estudantes, no encontro que se realizará às 20 horas de hoje, no Bosque da Universidade.

O encontro marcará oficialmente o retorno das aulas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e se chama "Operação Diálogo". João, o Boão, ministra um diálogo aberto com os estudantes, especialmente os lideranças estudantis, acompanhado pelo Pro-Reitor para Assuntos Estudantis, Cláudio Freire, além de outros Pro-Reitores, Chefes de Departamento e Coordenadores de Cursos.

Então, em geral, estes encontros de início de período letivo não costumam reunir um bom número de alunos. E de hoje não será diferente, apesar de certa quantidade de alunos, como Marcos, Antônio Silva, acadêmico do Curso de Direito disse que "já que se fala tanto em liberdade, pode-se ter que a gente tenha alguma coisa com o Estado, principalmente, com vistas a uma melhoria do nível de ensino".

Essa melhoria seria possível com uma melhor preparação do professorado. "Tenho uma impressão que a Universidade", diz ele, "em maior ou menor grau, tem um relacionamento entre professores/alunos caracterizado de curso, receber equipamento para as laboratórias, além da adoção de um plano gradua mais ligada à realidade regional, entre outras coisas".

Para Sérgio Lúcia Lima, aluno do Curso de Pedagogia, não só o nível de ensino deve ser melhorado como também, "o nível de participação do aluno e professor, pois-se tem a este modo que existe aqui na Universidade". Acrescenta que a criação de Centros Acadêmicos (representação por curso), a exemplo do que existe em outras Universidades brasileiras, aliado a existência de um DCE/livre, já é um caminho que poderá viabilizar um maior diálogo e uma maior participação do estudante estudantil, que segundo ele é "quase nulo".

Notícias sobre a interferência da Assessoria de Segurança e Informações da UFRN no movimento estudantil universitário.

Machado acusa cassação branca na Universidade

Uma das vítimas da “cassação branca” no Rio Grande do Norte, o pastor e advogado José Fernandes Machado, está tomando as primeiras providências para que seus direitos sejam reconhecidos. Aprovado em primeiro lugar em 1971 para ensinar no curso de Direito da UFRN, ele nunca foi admitido na Universidade durante o período em que o reitor era o sr. Genaro Alves da Fonseca, tendo como chefe da ASI o sr. Zaqueu Luís dos Santos.

O problema de Machado — que é presidente da Ordem dos Pastores do RGN — já foi assumido pela Ordem dos Advogados do Brasil e o advogado preocupa-se sobretudo em denunciar a injustiça do que foi vítima. (Pág. 8).



Chegou a hora de cobrar

Cassação Branca:

Machado denuncia Genário

O professor José Fernandes Machado está se movimentando no sentido de ter homologada sua contratação para o cargo de professor auxiliar do Departamento de Prática Jurídica da UFRN para o qual foi aprovado em 1971 através de concurso. Segundo ele, a “cassação branca” de que foi vítima, constitui-se em uma arbitrariedade do então reitor Genaro Alves da Fonseca e do seu chefe da Assessoria de Segurança e Informação—ASI, Zaqueu Luís dos Santos, pois “estive em todos os organismos de segurança de Natal, obtive o trânsito livre, o que confirma a perseguição contra minha pessoa por parte dos dois”.

Continuando, disse que ambos — o Reitor e o Chefe da ASI —, foram de encontro à Constituição, tendo em vista que nenhum cidadão poderá ser privado dos seus direitos por convicção política, religiosa ou filosófica. “Além do mais mesmo não sendo contratado, continuei com minhas pregações religiosas (o professor Machado é presidente da Ordem dos Pastores do Estado), por ocasião das solenidades de colação de grau das turmas concluintes da UFRN, inclusive, com direito à palavra o que também confirma a perseguição”.

CONCURSO

Disse ainda que prestou exame em 1971 e que até hoje não recebeu nenhum documento negando

do sua pretensão, apenas, prosseguiu, em 1973 o Sr. Zaqueu Luís comunicou verbalmente que o seu nome não havia sido “recomendado”. Acrescentou ter perguntado, na ocasião se era possível ser fornecida uma certidão sendo informado pelo Chefe da ASI que informação de segurança tem caráter sigiloso não podendo ser divulgada.

OAB

“Meu problema está sendo esmialhado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Estado que vem colhendo informações minhas junto à UFRN que serão remetidas ao Conselho Federal e, posteriormente ao Conselho da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Para isso o presidente da OAB—RN, advogado Varela Barca iniciou contatos que estão prosseguindo normalmente, apesar do reitor Diógenes da Cunha Lima ainda não ter sido informado do caso”.

Encerrando falou o professor que não sabe se terá sucesso na reivindicação. Todavia “pelo menos servirá para denunciar os embulhos de que foram vítimas tantos brasileiros e para que se estabeleça uma democracia plena, com respeito a todos os direitos do cidadão tendo em vista que com a abertura política posta em prática pelo presidente João Figueiredo, não poderá continuar existindo vítimas de perseguições, como no meu caso”.

OAB pede por advogado vetado na Universidade

A Ordem dos Advogados do Brasil-RN vai levar ao Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana o problema do advogado Machado Fernandes, cuja admissão aos quadros da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, após prova pública competitiva, foi negada “sem nenhuma explicação viável”, em 1970. No próximo dia 2, o Comitê Nororiental prô-Amnistia fará uma reunião da OAB, segundo anunciou ontem o seu vice-presidente, vereador

Sérgio Dieb. O encontro é para um levantamento geral de todos os potiguares que foram atingidos pela legislação de exceção.

Esse levantamento será apresentado, mais tarde, no Rio de Janeiro, durante o Encontro Nacional de Atingidos por Atos e Leis de Exceção, programado para o período de 11 a 12 de agosto. Dieb pede o comparecimento de todos os interessados ou mesmo de familiares e conhecidos. (Página 3).

Recortes dos jornais *Diário de Natal* e *Tribuna do Norte* sobre o episódio de preterimento do prof. José Fernandes Machado ao cargo de professor do Curso de Direito, edições de julho de 1979.

Recortes do jornal *Tribuna do Norte*, edições de 05 e 18/08/1979, sobre a opinião de Ex-Reitores da UFRN com relação à manutenção da ASI na Universidade.

Fundador da UFRN contra a ASI

A Assessoria de Segurança e Informação — ASI —, da UFRN, foi instituída, por determinação do MEC, revelou ontem o então reitor, professor Onofre Lopes, acrescentando nunca ter precluso do órgão, que não teria criado caso dependesse de decisão sua. Afirmou ter tomado conhecimento da "função ativa" da Assessoria durante o período do ex-reitor Genário Fonseca, mas disse não saber com quem, nem de que maneira atuava.

"Quando recebi determinação do MEC para instalar a ASI (à época EASI) coloquei o desembargador Carlos Augusto como o assessor, dando instruções de que não me interessava vigilância. Por esse motivo, ele nunca me disse nada nem eu perguntei, o que fez o órgão passar despercebido durante minha gestão".

ter-se afastado da Universidade, o que só competia à nova direção da entidade.

Sobre a finalidade do serviço de vigilância, disse o ex-reitor, que não via necessidade e por isso mesmo não o ativaria se dependesse da sua atuação. "Como a decisão foi do MEC eu a cumpro. Porém, como não via utilidade, ela não passou de uma assessoria de informação, sem vigilância".

ANISTIA

Com relação à anistia, o professor Onofre Lopes acha que é um perdão para fato político, o que é necessário e conveniente, descartar, porém, a liberdade daqueles que cometeram assassinatos e assaltos a mão armada.

— Concordo com o projeto de anistia do Governo, pedindo, todavia, que os assassinos e assaltantes



Otto em tempos de antes

Oto Guerra acha que época da ASI já passou

"Acho que passou a época dessas assessorias existentes", disse o professor Oto de Brito Guerra, Vice-Reitor da UFRN nas administrações dos ex-Reitores Onofre Lopes e Genário Fonseca. A criação da ASI — Assessoria Especial de Informação, atualmente ASI —, foi um projeto de Onofre Lopes e sua sucessor na administração Genário Fonseca, porém, enfatizou Oto Guerra, sua instituição foi uma determinação superior e não parte das decisões a que servia.

Para o professor, em tempos de eleições e eleições não se adequa mais o funcionamento de um órgão, mesmo porque atua na administração da Universidade, segundo recorda-se, "nessas assessorias deveriam ser restritas ao âmbito dos Ministérios". — "Acho, acho que chegou a hora de acabar". Porém, como a situação política do país está mudando, não se justifica, mais que esse organismo exista com a função de fiscalizar a conduta das pessoas.

PRÓ-HISTÓRIA

Acho Oto Guerra que a informação da vida universitária devia ser restrita ao Pró-Reitorato e não mais ao órgão de segurança, que perde sua finalidade com a abertura social. Não vuole dizer entretanto se o órgão tem autoridade suficiente para restringir a ASI ao seu âmbito de atuação superior. Mas, foi suficiente, "se a Universidade tem autoridade não vejo porque a ASI exista".

UFRN: agentes da ASI são secretos

Ninguém na UFRN fala sobre a Assessoria de Segurança e Informações (ASI) para dizer à imprensa quantos funcionários trabalham no setor. A reportagem de *Tribuna do Norte* ontem peregrinou por salas e corredores, impune ao jogo do "empurra-empurra" e do "ganhar tempo" dos chefes de departamento que, simplesmente, negaram-se a informar TN, às vezes, com desculpas infantis, como a da chefe de gabinete que alegou estar com seu telefone ocupado. O chefe da ASI, Adriel Lopes Cardoso, também não fala e deu ordens a sua secretária para que só entrem nas salas da Assessoria os convocados. Dizem os estudantes que ele anda sem nada para fazer, pois a representação foi desativada por ordens do reitor Diógenes da Cunha Lima. (Página 8)

Notícia do jornal *Tribuna do Norte*, edição de 05/10/1979, sobre as atividades secretas da Assessoria de Segurança e Informações da UFRN.



Adriel Lopes Cardoso é o homem da foto. Pela primeira vez ele concedeu uma entrevista à imprensa, falando com exclusividade à nossa repórter Célia Freire. Adriel é o chefe da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal (Pág. 5).

ASI: informação e espionagem na UFRN

Nome: Adriel Lopes Cardoso. Idade 60 anos. Tipo físico: claro, cabelos brancos, óculos de grau de lentes claras. Traje: camisa branca listrada de azul, calça bege, sapatos marrom. Profissão: contador. Atividade atual: chefe de Assessoria de Segurança e Informações — ASI/UFRN. Área de atuação: Estado do Rio Grande do Norte. Especialidade: Informante dos "fatos" (principalmente) da área educacional. Estilo de vida: gosta de conversar e ler, trabalha durante o dia numa sala no sub-solo da Biblioteca Central do Campus Universitário.

Com atuação há nove anos na chefia da ASI, Adriel Lopes Cardoso não gosta de receber a imprensa e não esconde isso: "jornalista deturpa os fatos e a informação. Não existe apuração dos fatos antes de ser publicado". A repórter da *Tribuna do Norte* em companhia do fotógrafo Emerson Amaral e do repórter da Rádio Cabugi, Carlos Meirelles, chegou ontem às 9 horas e 45 minutos à "sede" da ASI. Ao nos aproximarmos da porta, um vigilante procurou saber se queríamos peros, até porque a sala do reprografia fica vizinha à ASI. Ao saber que queríamos falar com o "chefe", pediu para aguardar do lado de fora.

O vigilante entrou na sala, demorou dois minutos com a porta entreaberta escondendo o chefe e disse: "aguarda um pouquinho. Ele está no telefone". Aguardamos. Ao voltar, o vigilante: "ele pede que só entre uma pessoa". A esta altura Adriel sabia quem éramos porque a máquina de Emerson (pronta a ser acionada) "denunciava" alguma coisa "anormal" para o chefe.

Entre na sala. Adriel sentado por trás do birô com muito papel, desde a edição dos jornais diários até o *Folha Acadêmica* do DCE, e livros como "Legislação Estudantil", envelopes da Cosern, pastas, foi logo dizendo: como vai? Olha, entrevista eu não posso dar. Só com autorização do magnífico reitor, mesmo porque não tenho muita coisa a declarar. Pede que entressem na sala os companheiros e ele continua irredutível. Na sala a presença constante da bandeira do Brasil ao lado direito de Adriel, ao lado esquerdo de quem entra. Na sala pequena há vários arquivos que são fechados com uma chave de fazer inveja a chaves de rei Momo no carnaval. E os arquivos?

Mesmo querendo conversar sobre política e sem dar entrevista — repetiu mais de 10 vezes — Adriel Lopes disse que não era "bicho papão" e que as informações de desativação da ASI ele as viu nos jornais ontem.

Adriel Lopes fez uma análise sobre os jornais do Natal de fazer inveja a qualquer doutor em Comunicação Social e disse "eu sendo o reitor não tiraria a ASI da Universidade" e disse que os estudantes não são contra a ASI. Pegou o jornal do DCE e disse: "Olha este jornal, vemos o estudante Cláudio conversando com o ministro. E no documento eles pedem a extinção da ASI. Se os estudantes soubessem que a ASI trabalha pela melhoria educacional... Outra coisa, o documento de Emáus não tem nenhuma novidade. Se estes professores estivessem fora da instituição ou admitiria isso. Eu já avisei ao reitor várias vezes.

COMO TRABALHA

Como trabalha Adriel Lopes e sua ASI? Muito simples. Ele não sai de sua sala e as informações chegam pelo telefone — que por sinal toca muito — e pelas visitas que ele recebe, mas gostou quando perguntei quantos informantes ele tem. A partir daí ele manda "apurar" as denúncias recebidas que, segundo ele, são de estudantes — amigos citando como exemplo o comendário de que ele veta as diárias. "Olha, se um funcionário trabalha 20 dias úteis e recebe 19 diárias é inexplicável e eu aviso ao reitor.

Com alguns minutos de conversa, interrompida pelo telefone várias vezes, chega o vigilante e serve um café. Adriel toma-o lentamente continuando a falar sobre a universidade e como trabalha desde a administração de Domingos Gomes de Lima. Aproveito e peço um perfil dos reitores. Ele toma o último gole do café e diz: Domingos Gomes de Lima: grande administrador, só errou porque mandou muita gente fazer mestrado e pela construção do centro de convivência. Diógenes da Cunha Lima foi um reitor intelectual. Trabalhou no plano cultural. Humano e solidário. Humano? "Sim, ele não queria rancores, você briga no outro dia ele está seu amigo." Genivaldo Barros: Apesar de Genivaldo estar com mais da metade do seu mandato cumprido, Adriel não tem seu perfil, mas arrisco a dizer que ele pegou a Universidade sem dinheiro. "Sem recursos não se pode administrar e nos contatos que temos ele me parece um homem sempre preocupado com a Universidade". Quem mais

acionou a ASI? Ele não respondeu diretamente mais insinuou que Diógenes Cunha Lima.

Segundo Adriel, o assunto de sua preferência é política nacional porque em política local ele não se envolve e nem toma partido, apesar de ter na família pessoas ligadas a partidos. Mudando de assunto — o que acontece rapidamente — ele disse que o discurso de eleição direta para reitor é o mesmo de ensino público e gratuito, dizendo ainda que o Executivo perdeu a força.

Voltando para assuntos da Universidade, Adriel Lopes disse que sua atuação nos fatos da Universalidade são eminentemente de assessoria ao reitor. Citando fatos como a ocupação da reitoria, disse que entregou ao reitor um documento com a análise histórica, social, econômica e política do acontecimento e "tenho certeza que foi diferente da do pro-reitor Jaime Mariz, que talvez não abrangue todos os pontos".

Retepe que não é um bicho-papão, todo poderoso. "Aprendi muito no trabalho. Não tiro férias e tenho apenas dois funcionários — que por sinal ontem estavam liberados por ser dia de pagamento.

Adriel começou a falar com termos de despedidas e eu lhe perguntei: o senhor está aproveitando e fazendo uma despedida da Universidade já que está falando em termos de que aprendi muito? Ele respondeu: "Se não me querem aqui, o que vou fazer? Mas apesar das despedidas ele não disse aonde ia e chegou a afirmar que não tinha conversado com o reitor Genivaldo Barros.

Notícia do jornal *Tribuna do Norte*, edição de 26/06/1985, sobre a saída da Assessoria de Segurança e Informações e do seu chefe Adriel Lopes Cardoso do Campus Universitário.

ICONOGRAFIA ANTIGA

Djalma Maranhão, Prefeito de Natal; Profa. Noilde Ramalho; Prof. Onofre Lopes, Reitor da UFRN.

Em plano secundário,
o Prof. Genário Fonseca
e o Prof. Claudionor Andrade.



Em primeiro plano, o General
Antônio Muricy; o Prof. Câmara
Cascudo; o Prof. Moacyr de Góes
e Djalma Maranhão.





Prof. Genário Fonseca e Onofre Lopes, Reitor da UFRN, com militares do Exército brasileiro.



Estudantes Universitários em frente ao prédio do Restaurante Universitário e Diretório Central dos Estudantes, em 1968.

Presos políticos na Casa de Detenção de Recife, 1970.
Vê-se em primeiro plano,
o então estudante Juliano Siqueira;
além de outros potiguares.



Homenagem ao Comandante do
CATRE-RN, Brigadeiro Everaldo
Breves. Em segundo plano,
o General Esteves Caldas e o Reitor
Domingos Gomes de Lima.





Ato público no Campus
Universitário da UFRN,
em 1980.



Ato público no Campus
Universitário da UFRN,
em 1980.

ICONOGRAFIA RECENTE

Instalação da Comissão da
Verdade da UFRN
em 18.12.2012.



Depoimento de
Anchieta Jácome
em 24.05.2013.





Depoimento de
Carlos Augusto de
Medeiros Filho,
em 22.11.2013.



Depoimento da
Profa. Justina Iva de Araújo
em 05.07.2013.

Depoimento da Profa.
Luiza Nóbrega em 29.11.2013.



Depoimento do Prof. Hermano
Machado em 21.06.2013.





Depoimento do Prof.
Diógenes da Cunha Lima
em 31.05.2013.



Depoimento do Prof. Lailson de
Almeida em 12.07.2013.

Depoimento do
Prof. Rinaldo Barros em
15.03.2013.



Depoimento do Prof. Ivis Bezerra
e do Prof. Geraldo Queiroz
em 03.05.2013.





Depoimento do jornalista
Luciano de Almeida
em 12.07.2013.



Depoimento de
Geniberto Campos
em 17.05.2013.

Depoimento do Prof. Willington
Germano e do Prof. Alfredo
Santiago em 24.05.2013.



Depoimento de
Mery Medeiros em 12.04.2013.





Audiência Pública da
Comissão da Verdade
na CIENTEC 2013.



Estande da Comissão da
Verdade da UFRN
na CIENTEC 2013.

Audiência da Comissão da
Verdade em Caicó, 2013.
Prof. Celso Luíz.



Audiência da Comissão da
Verdade em Caicó, 2013.
Profa. Sandra Kelly.





Audiência da Comissão da
Verdade em Caicó, 2013.
Monsenhor Ausônio Tércio.



Audiência da Comissão da
Verdade em Caicó, 2013.
Prof. João Batista de Brito.

Audiência da Comissão da
Verdade em Caicó, 2013.
Dr. Salomão Gurgel.



Audiência da Comissão da
Verdade em Caicó, 2013.
Profa. Isabel Cristina.





Reunião entre a Comissão da Verdade da UFRN, a OAB-RN e a Comissão Nacional da Verdade, 2013.



Evento "Verdades Cruzadas" – panorama dos trabalhos da Comissão da Verdade da UFRN, da OAB-RN e dos Comitês da Verdade do RN e do CE, 2013.



Este livro foi projetado pela equipe
editorial da EDUFRRN e impresso pela
gráfica Moura Ramos, em outubro de 2015.

Comissão da verdade da UFRN

Esta publicação apresenta o resultado de um esforço coletivo que irá somar-se ao da Comissão criada pela Presidenta Dilma Rousseff através da Lei Federal nº 15.528, com a finalidade de projetar luz sobre fatos que permaneciam obscuros na história do país. A iniciativa do Governo Federal coaduna-se perfeitamente com as políticas institucionais da UFRN. A recuperação da memória histórica está em consonância com os nossos compromissos com a justiça social, a democracia e a cidadania como valores constitutivos da Missão da UFRN, preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional, e também com os princípios de ética, democracia, pluralidade e respeito à diversidade que orientam os Programas Estruturantes e as ações prioritárias do nosso Plano de Gestão. Por essa razão, a criação da Comissão da Verdade na UFRN foi assumida como ato imprescindível da administração universitária.

O grupo liderado pelo professor Carlos Roberto de Miranda Gomes ouviu depoimentos, reuniu documentos, recorreu a registros da imprensa e do programa *Memória Viva*, da TV Universitária, recompondo, ao final, um rico painel daquele período de angústia e opressão. Nem tudo pôde ser resgatado, pois aspectos importantes não lograram vir à tona. Mas nada diminuirá o esforço empreendido. Afinal, o empenho de contar a história respeitando sua verdade aqui se encontra. E com a força de um documento que também será de extrema utilidade para pesquisadores e estudantes das Ciências Humanas. Uma comprovação do que pode o Estado de Direito na busca da Verdade.

Ângela Maria Paiva Cruz
Reitora da UFRN

